DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

À/AO NÚCLEO DE LICITAÇÕES

Sr(a). [Coordenador(a); Diretor(a)],

Em atenção ao despacho 2162374, segue a manifestação técnica desta Coordenação de Fiscalização referente aos pontos apresentados:

Razões Recursais da CEMAX ADMINISTRACAO E SERVICOS - EM RECUPERACAO JUDIC (10.243.854/0001-52) (2159030, 2159044)

"II.1. Da Inexequibilidade dos Preços dos Uniformes"

A recorrente impugna os custos unitários praticados para o item "blazer" (R$ 68,50) e para o "conjunto calça e blazer" (R$ 85,00). Sustenta, em síntese, que a margem residual atribuída à calça (R$ 16,50) comprometeria a higidez da execução contratual e configuraria preço simbólico.

Após reavaliação dos elementos da planilha, este setor técnico rejeita a tese de inexequibilidade, pautando-se nos seguintes fundamentos:

a) A licitante classificada em primeiro lugar comprova mais de três décadas de atuações regulares no mercado de terceirização. Conforme alegado pela recorrida, em suas contrarrazões, a gestão concomitante de eixos contratuais de grande escala confere à empresa expressivo ganho de escala na aquisição centralizada de insumos, além do emprego de métodos consolidados de controle de estoque e redução de desperdícios. Tais diferenciais operacionais justificam a prática de preços unitários competitivos sem que isso represente risco de descontinuidade da prestação contratual.

b) A proposta da empresa Rio Shop totaliza R$ 26.615.527,20, ao passo que a própria recorrente (Cemax) cotou o montante de R$ 26.657.200,00. Constata-se uma variação marginal de apenas 0,15% entre as propostas para o período de 24 meses. Essa paridade matemática fulmina o argumento de que os valores apresentados pela primeira colocada divirjam da realidade do mercado.

"II.2. Do Erro Grosseiro no Cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS)"

A recorrente aponta suposto vício formal na fixação das alíquotas de ISSQN de 2% e 3%

para os municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Paraíba do Sul e Natividade, argumentando, de forma isolada, que os percentuais aplicáveis deveriam ser de 4% ou 5%.

Esta Coordenação de Fiscalização afasta o pleito com base nos seguintes pontos:

a) A licitante vencedora possui como atividade principal o CNAE 82.11-3-00, cujo objeto social submete-se estritamente ao item 17.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 (atividades de suporte operacional, apoio de secretaria e recepção).

b) A Cemax invoca alíquotas genéricas e majoradas por desconsiderar que o enquadramento no item 17.05 da norma geral tributária guarda relação direta com regramentos e incentivos específicos previstos nas legislações municipais aplicáveis ao setor de prestação de serviços.

c) O documento acostado aos autos 2165027 comprovam que, sob o correto enquadramento no item 17.05, os percentuais efetivamente instituídos pelas municipalidades citadas correspondem aos declarados pela vencedora: Belford Roxo (3%), Guapimirim (2%), Paraíba do Sul (2%) e Natividade (2%).

Em face do exposto, esta Coordenação manifesta-se pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento do recurso administrativo da empresa **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** opinando pela preservação da proposta da licitante **RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.**, por se encontrar em estrita conformidade com as exigências do Edital e com os ditames da Lei nº 14.133/2021.

Remetam-se os autos ao Núcleo de Licitações para o prosseguimento dos demais atos processuais.

Atenciosamente,

GABRIELA BELO DA SILVA
MARGARETE DA SILVA

COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA BELO DA SILVA**, **Servidora Pública**, em 27/07/2026, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARGARETE DA SILVA**, **Coordenadora da Coordenação de Fiscalização**, em 27/07/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2165030** e o código CRC **A4F78241**.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 075 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2005

"Dispõe sobre o código tributário municipal e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município."

(Atualizado pelas Leis Complementares n° 126, de 27 de setembro de 2011, n° 127, de 29 de fevereiro de 2012, n° 135, de 13 de agosto de 2012, n° 156, de 19 de dezembro de 2013, n° 210, de 22 de junho de 2017, n° 216, de 28 de setembro de 2017, n° 217, de 25 de outubro de 2017, n° 261, de 27 de novembro de 2020 e a nº 294, de 10 de maio de 2023).

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO, Estado do Rio de Janeiro, por seus representantes legais Decreta e eu sanciono a presente

LEI COMPLEMENTAR:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Este Código estabelece o Sistema Tributário Municipal, que dispõe sobre os fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamentos, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas gerais de direito tributário a eles pertinentes.

LIVRO PRIMEIRO

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - O Sistema Tributário Municipal é subordinado:
I - à Constituição Federal;
II - ao Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e demais Leis Federais complementares e estatutárias de normas gerais de Direito Tributário, desde que compatíveis com o Sistema Tributário Nacional;
III - às Resoluções do Senado Federal;
IV - à Legislação Estadual, nos limites da respectiva competência.

Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:
I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
II - a destinação do produto da sua arrecadação.

Art. 5º - Os tributos são impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição de iluminação pública (CIP).

Art. 6º - Além dos tributos que forem transferidos pela União e pelo Estado, integram o Sistema Tributário do Município:

I - IMPOSTOS:
a) Sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
b) Sobre transmissão de bens "inter-vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles (ITBI);
c) Sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).

II - TAXAS:
a) Decorrente do exercício regular do poder de polícia do Município;
b) Decorrente da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

III - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:
a) Decorrente de obras públicas, a ser arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados e que terá como limite a despesa realizada;
b) Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pela Prefeita Municipal, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

IV - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:
a) Decorrente da utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de utilização pública, nas vias e logradouros públicos, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição.

Art. 7º - É vedado ao Município instituir impostos sobre:
I - o patrimônio ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
II - templos de qualquer culto;
III - o patrimônio ou os serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e de instituições de educação ou de assistência social;
IV - o jornal, o livro e os periódicos, assim como o papel destinado exclusivamente à sua impressão;
V – o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

Art. 8º - A imunidade tributária, prevista no artigo anterior:
I - no inciso I:
a) aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios e inerentes aos objetivos essenciais das pessoas jurídicas de direito público relacionadas;
b) não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente, no que se refere aos tributos de sua competência;
c) é extensiva às autarquias e às fundações, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes:

c.1) o imóvel transcrito em nome da autarquia ou da fundação, embora objeto de promessa de venda a particulares, continua imune;
c.2) sendo vendedora uma autarquia ou uma fundação, a sua imunidade não compreende o imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, que é encargo do comprador;
c.3) a imunidade da autarquia ou da fundação financiadora, quanto ao contrato de financiamento, não se estende à compra e venda entre particulares, embora constantes os dois atos de um só instrumento;

Parágrafo único - A imunidade prevista no inciso I do artigo anterior e no inciso I do presente artigo não se aplica ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.
I - no inciso II, no que respeita aos bens imóveis, restringindo-se àqueles destinados ao exercício do culto, compreendidas as dependências destinadas à administração e aos serviços indispensáveis ao mesmo culto, não alcançando os utilizados na exploração de atividades econômicas;
II - no inciso III, está subordinada à observância pelas entidades nele referidas dos seguintes requisitos:
a) fim público;
b) ausência de finalidade de lucro, em caráter absoluto, não admitindo condições, ou seja, os resultados financeiros, por exercício, devem ser empregados integralmente em nome da própria entidade, para a consecução de seus objetivos institucionais;
c) ausência de remuneração para seus dirigentes ou conselheiros, ou seja, nenhum de seus membros deve ter cargo de direção com percebimento pecuniário pela instituição;
d) prestação de seus serviços sem qualquer discriminação, ou seja, prestados em caráter de generalidade ou universalidade, sem restrições, preferências ou condições a quantos deles necessitem e estejam no caso de merecê-los, em paridade de situação com outros beneficiários contemplados;
e) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
f) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
g) mantiverem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
h) os serviços são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art. 9º - O Secretário de Fazenda suspenderá a aplicação do benefício da imunidade tributária concedida aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação ou de assistência social, se houver descumprimento dos dispostos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso II do artigo anterior.

TÍTULO II

IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 10 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.

§ 1.º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana aquela definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2.º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constante de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 11 - Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 12 - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
Parágrafo único - São também contribuintes os promitentes-compradores imitidos na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios, ou a quaisquer outras pessoas isentas do imposto ou a ele imunes. (Incluído pela redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Art. 13 - São pessoalmente responsáveis pelo imposto:
I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta

responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;
II - o espólio, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da abertura da sucessão;
III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou de meação;
IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;
V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1.º Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou menção.
§ 2.º O disposto no inciso IV aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 14 - O imposto será devido independentemente da legitimidade dos títulos de aquisição ou posse do terreno ou da satisfação das exigências administrativas e legais para sua utilização.

Seção III

Da Base De Cálculo

~~Art. 15 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.~~

~~Parágrafo único - Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.~~

Art. 15 - A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o valor venal da unidade imobiliária, assim entendido o valor que esta alcançaria para compra e venda à vista, segundo as condições do mercado.
§ 1º - Para efeito de cálculo do valor venal, considera-se unidade imobiliária as características da área ou fração ideal do terreno mais as características da edificação a ela vinculada.
§ 2º - Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
§ 3º - No caso de edificação com frente e numeração para mais de um logradouro, a tributação corresponderá à do logradouro para o qual a unidade imobiliária faça frente. (Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Art. 16 – O montante do Imposto Territorial será apurado aplicando-se sobre o valor venal do imóvel a alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

~~Art. 17 - O valor venal do imóvel será determinado em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:~~
~~I - preços correntes das transações no mercado imobiliário;~~
~~II - zoneamento urbano;~~
~~III - características do logradouro e da região onde se situa o imóvel;~~
~~IV - características do terreno, como:~~
~~a) área;~~
~~b) topografia, forma e acessibilidade;~~
~~V - características da construção, como:~~
~~a) área;~~
~~b) qualidade, tipo e ocupação;~~
~~c) o ano da construção;~~
~~VI - custo de produção.~~

Art.17 - Os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente as características do terreno, da construção e de mercado:
I - características do terreno: área, localização, topografia;
II - características da construção: área, localização, estado de conservação e padrão de acabamento;
III - características do mercado: custo de produção e preços correntes das locações e das transações, ofertas à venda no mercado imobiliário, ocorridas na respectiva área;
IV - pelos valores declarados pelos contribuintes e ratificados pelo Fisco, ressalvada a possibilidade de revisão, se comprovada inexatidão ou a existência de erro;
V - pelos valores fixados para desapropriação amigável ou judicial na área respectiva;
VI - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos pela avaliação do imóvel, considerando:
a) características físicas dos imóveis;
b) localização geral e específica dos imóveis;
c) equipamentos urbanos existentes.
(Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Art. 18 – A Prefeita editará, anualmente, através da Planta de Genérica de valores à avaliação dos imóveis para fins de apuração do valor venal.

§ 1º. O valor venal, apurado mediante Lei, será o atribuído ao imóvel para o dia 1º de janeiro do exercício a que se referir o lançamento.
§ 2º. Não sendo expedida a Planta de Genérica de valores, os valores venais dos imóveis serão atualizados, através de Decreto, com base no IPCA-E.

Art. 19 - A Planta Genérica de valores conterá os Valores de Terrenos e de Construção que fixarão, respectivamente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:

I - aos lotes, às quadras, à face de quadras, aos logradouros ou às regiões determinadas, relativamente aos terrenos;
II - a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação, relativamente às construções.

Parágrafo único - A Planta Genérica de valores conterá ainda os fatores específicos de correção que impliquem depreciação ou valorização do imóvel.

Art. 20 - O valor venal do terreno resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno.
§ 1º - A Fórmula do cálculo do valor venal para efeito de cobrança do Imposto Territorial, é a seguinte:

V.V = (Vu) T x (AT), onde:
V.V = Valor Venal
(Vu) T = Valor Unitário do metro quadrado de terreno, discriminado, por rua, por bairro ou um valor médio Subprefeitura, Distrito ou qualquer outra denominação ou região que venha ser adotada.

(AT) = Área do Terreno.

Art. 21 - O Imposto Predial será calculado aplicando-se, sobre a base de cálculo, as alíquotas seguintes:

ALÍQUOTA PARA IMPOSTO PREDIAL

1 - Unidades Residenciais:

Alíquotas (%)

a) - até 50 m^2 .....0,45;
b) - de 51 a 150 m^2 .....0,90;
c) - acima de 150 m2 .....1,17;
d) - imóveis sem aceite de obras ou sem documentos .....1,50.

2 - Unidades Não Residenciais:

Alíquotas (%)

a) - até 50 m^2 .....0,90;
b) - de 51 a 120 m^2 .....1,08;
c) - acima de 120 m2 .....1,35;
d) - imóveis sem aceite de obras ou sem documentos 1,80;

§ 1º - Para calcular o valor venal dos imóveis residências e não residenciais o setor fazendário poderá utilizar a seguinte fórmula:
V.V = (Vu) T x (AT) + (Vu) C x (AC), onde:
V.V = Valor Venal
(Vu) T = Valor Unitário do metro quadrado de Terreno;
(AT) = Área do Terreno;
(Vu)C = Valor Unitário do metro quadrado de Construção;
(AC) = Área Construída.

~~§ 2º - Para efeito de cobrança do imposto predial territorial urbano, o valor não poderá ser inferior a R$20,00(vinte reais), bem como o valor das parcelas.~~

~~§ 2º - Para efeito de cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano, o valor anual não poderá ser inferior a R$40,00(quarenta reais), e o valor mensal das parcelas não poderá ser inferior a R$20,00(vinte reais). (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017).~~
~~R$44,69 (Quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos)~~
~~R$22,35 (Vinte e dois reais e trinta e cinco centavos)~~
§ 2º - Para efeito de cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo, o valor anual não poderá ser inferior a R$52,60 (Cinquenta e dois reais e sessenta centavos), e o valor mensal das parcelas não poderá ser inferior a R$26,30 (Vinte e seis reais e trinta centavos). (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023).

Art. 22 – O valor venal do imóvel compõe-se do valor do terreno, apurado em conformidade com o disposto no art. 20, acrescido do valor da edificação.
Parágrafo Único - O valor da edificação será determinado pela sua avaliação:
I - pelos valores declarados pelos contribuintes e ratificados pelo fisco, ressalvada a possibilidade de revisão, se comprovada a existência do erro;
II - pelas transações recolhidas na área respectiva;
III - pela avaliação do imóvel considerando:
a) - características físicas dos imóveis;
b) - localização geral e específica dos imóveis e;
c) - equipamentos urbanos e existentes.
IV - pelos valores fixados para desapropriação amigável ou judicial na área respectiva;
V - outros dados informativos obtidos pela Administração Municipal.

Art. 23 - A área total edificada será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou no caso de pilotis, da projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas de cada pavimento.
§ 1º. Os porões, jiraus, terraços, mezaninos e piscinas serão computados na área construída, observadas as disposições regulamentares.
§ 2º. No caso de cobertura de postos de serviços e assemelhados será considerada como área construída a sua projeção sobre o terreno.
§ 3º No caso de torres de transmissão de energia elétrica ou de captação de telefonia móvel ou similar, será considerada área construída o seu perímetro.

Art. 24 - No cálculo da área total edificada das unidades autônomas de prédios em condomínios será acrescentada à área privativa de cada unidade, a parte correspondente das áreas comuns em função de sua quota-parte.

Art. 25 - Nos casos singulares de imóveis, para os quais, a aplicação dos procedimentos previstos nesta lei possa conduzir a uma tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá a autoridade competente rever os valores venais, adotando novos índices de correção.

Art. 26 - Para os efeitos deste imposto considera-se imóvel sem edificação o terreno e o solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido também o imóvel que contenha:
I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
II - construção em andamento ou paralisada;
III - construção interditada, condenada, em ruínas ou demolição.

~~Art. 27 - Será permitido ao Município, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano:~~
~~I - ser progressivo em razão do valor do imóvel;~~
~~II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização, o tempo e o uso do imóvel;~~
~~III – ser progressivo em razão do tempo.~~

Art. 27 - Será permitido ao Município, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano:
I - ser progressivo em razão do valor do imóvel;
II - ter alíquotas diferentes de acordo com a área territorial, área edificada, topografia, localização, o tempo e o uso do imóvel;
III - aplicação da progressividade sob a modalidade graduada, em que se considera a aplicação de várias alíquotas, cada uma sobre uma parte da base de cálculo;
IV - graduar eventuais aumentos individuais acentuados, decorrentes da valorização imobiliária, com a instituição de alíquotas progressivas na modalidade graduada, de forma a respeitar o princípio da não surpresa e da capacidade contributiva;
V - estabelecer o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU progressivo no tempo, aos terrenos vazios, que não cumprirem função social, situados em zona urbana consolidada deste Município definida nos termos do Plano Diretor do Município de Belford Roxo.
§ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU Progressivo no Tempo em 01 de janeiro do exercício subsequente ao da constatação do descumprimento, por parte do proprietário, das condições e dos prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, desde que o descumprimento perdure até essa data, e, em 1º de janeiro de cada exercício seguinte, até que se cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel ou que ocorra a sua desapropriação, ficando o órgão do cadastro técnico responsável para identificar e lançar, por meio de procedimento administrativo individualizado.
§ 2º - O imóvel caracterizado como solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, cujo proprietário tenha sido regularmente notificado para promover seu adequado aproveitamento e tenha descumprido as condições e os prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, será tributado pelo IPTU Progressivo no Tempo, mediante aplicação de alíquotas majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos e não excederá a duas vezes o valor do ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento), e que deverá ser aplicado até que se cumpra a obrigação legal da função social da propriedade.
§ 3º - Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação e poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
§ 4º - Será mantida a cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, pela alíquota majorada, até que se cumpra a obrigação da função social da propriedade.

§ 5º - A concessão da Certidão de "Habite-se" exclui automaticamente o imóvel do campo de aplicação de alíquotas progressivas, independentemente de qualquer solicitação, aviso ou formalidade, passando o imposto a ser calculado de acordo com a Planta Genérica de valores.
§ 6º - No lançamento do IPTU Progressivo no Tempo e retorno à alíquota inicial, aplica-se a legislação vigente no Município.
§ 7º - É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.
(Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Art. 28 - Não será permitido ao Município, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano:
I - adotar como base de cálculo a superfície do imóvel ou o "status" econômico de seu proprietário;
II - a fixação de adicional progressivo em função do número de imóveis do contribuinte;
III – mediante Decreto, proceder a sua atualização em percentual não superior ao índice oficial de correção monetária.

Seção IV

Da Inscrição

~~Art. 29 - A inscrição no Cadastro Fiscal imobiliária é obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte, separadamente , para cada terreno ou imóvel construído, de que for proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.~~

Art. 29 - A inscrição no Cadastro Fiscal imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte, separadamente, para cada terreno ou imóvel construído, de que for proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção, mediante apresentação do título de propriedade, declaração, plantas, croquis, informações quanto à situação legal e outros elementos essenciais para a definição da propriedade, localização, uso, área, fração ideal, características topográficas, tipo ou padrão e situação do imóvel.
(Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)
§ 1º - O contribuinte deverá promover a inscrição em formulário especial, fornecido pela Prefeitura, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações, que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

a) seu nome, qualificação e domicílio fiscal;
b) número anterior, no Registro de Imóveis, do título relativo ao terreno;
c) localização, dimensões, área, fração ideal, plantas, croquis e confrontações do terreno;
d) uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;
e) informações sobre o tipo de construção, se existir;
f) indicações da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número do registro de imóveis competente;
g) valor constante do título aquisitivo;
h) endereço para entrega de aviso de lançamentos e notificações.

§ 2º - São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croquis, quando se tratar de glebas sem quaisquer melhoramentos ou de quadras indivisas das áreas arruadas.
§ 3º - O contribuinte é obrigado a promover sua inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, quando da aquisição do imóvel a qualquer título.
§ 4º - O contribuinte omisso será inscrito "ex-offício", pela autoridade municipal competente, observando o disposto no art. 34, inciso I, sendo também assim considerado o contribuinte que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erradas ou omitidas dolosamente.
§ 5º - Os titulares de direitos reais sobre imóveis, ao apresentarem seus títulos no Registro Geral de Imóveis, entregarão, concomitantemente, requerimento preenchido e assinado na repartição competente a fim de possibilitar a mudança do nome do titular da inscrição imobiliária.

§ 6º - Na hipótese de promessa de compra e venda pública, a transferência de nome aludirá mediante a oposição das palavras "Ressalva: Promitente" por extenso ou abreviada, ao nome do respectivo titular.
§ 7º - No caso de benfeitoria construída em terreno de titularidade desconhecida, a inscrição será promovida, exclusivamente, para efeitos fiscais.
(Incluído pela redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)
§ 8º - No caso de condomínio em edificações, o síndico quando intimado pela autoridade fiscal, deverá prestar todas as informações necessárias à atualização cadastral das unidades imobiliárias.
(Incluído pela redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Seção V

Do lançamento

~~Art. 30 - O lançamento do IPTU será anual e deverá ter em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.~~

Art. 30 - O lançamento do IPTU será anual, no dia 01(primeiro) de janeiro de cada ano, e deverá ter em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 29 de setembro de 2011)

Parágrafo único – As taxas que se relacionam direta ou indiretamente com a propriedade ou posse do imóvel serão lançadas junto com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 31 - O lançamento será feito de ofício, com base nas informações e dados levantados pelo órgão competente, ou em decorrência dos processos de "Baixa e Habite-se", "Modificação ou Subdivisão de Terreno" ou, ainda, tendo em conta as declarações do sujeito passivo e de terceiros.

§ 1º - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas as obras durante o exercício, o Imposto Territorial será devido até o último dia do mês em que expedido o "Habite-se", sendo os meses subsequentes devido o Imposto Predial.

§ 2º - Para fins de lançamento do imposto predial para imóveis residenciais e não-residências que não possuem “Habite-se”, considera-se concluída a obra, a edificação que possua condições de habitabilidade e de início da atividade comercial, respectivamente.
§ 3º - Sempre que julgar necessária à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do imóvel, com base nas quais poderá ser lançado o imposto.

Art. 32 - O IPTU será lançado em nome de quem constar o imóvel no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - O proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título poderá requerer a revisão do lançamento do IPTU quando evidenciar qualquer irregularidade. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 2º - Constituirá ação fiscal desnecessária quando a Fazenda Pública constatar que não houve irregularidade a ser corrigida. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 3º - Tratando-se de requerimento de revisão, deverá constar no ato do preenchimento a ciência que, no caso de revisão desnecessária, ficará sujeito o contribuinte à multa de R$50,00(cinquenta reais).~~
§ 3º - Tratando-se de requerimento de revisão, deverá constar no ato do preenchimento a ciência que, no caso de revisão desnecessária, ficará sujeito o contribuinte à multa de ~~R$70,00(setenta reais)~~. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$92,06 (Noventa e dois reais e seis centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
§ 4º - A multa de que trata o parágrafo anterior será aumentada da metade, a partir da segunda ação fiscal desnecessária, que será atribuída em caráter cumulativo e progressivo. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Seção VI

Do Pagamento

Art. 33 - Os critérios para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), serão processados nos prazos e condições estipulados pelo Calendário Fiscal do Município de Belford Roxo (CAFIB), a ser regulado pela Prefeita.
§ 1º - Considera-se pagamento integral, aquele na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no prazo estabelecido para cota única pelo Calendário Fiscal de Belford Roxo.
§ 2º - Para efeito do disposto no "caput" desse artigo, tornar-se-á o valor originário da obrigação tributária e dividir-se-á em quotas, conforme o Calendário Fiscal de Belford Roxo (CAFIB).
§ 3º - O pagamento do imposto não implica reconhecimento pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do terreno.

Art. 34 - São infrações às normas atinentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e serão punidos com as respectivas multas:
~~I - falta de inscrição ou comunicação de alteração no Cadastro Imobiliário nos prazos estabelecidos: multa de R$ 200,00 (duzentos reais);~~
~~II - falsidade, erro, dolo ou omissão, praticados quando do preenchimento do formulário de inscrição do Imóvel: multa de R$ 200,00 (duzentos reais);~~
~~III - falsidade ou omissão em documento reinvidicatório de isenção: multa de R$ 500,00 (Quinhentos reais).~~
I - falta de inscrição ou comunicação de alteração no Cadastro Imobiliário nos prazos estabelecidos: multa de ~~R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)~~; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$368,21 (Trezentos, sessenta oito reais e vinte e um centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
II - falsidade, erro, dolo ou omissão, praticados quando do preenchimento do formulário de inscrição do Imóvel: multa de ~~R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)~~; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$368,21 (Trezentos, sessenta oito reais e vinte e um centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
III - falsidade ou omissão em documento reinvidicatório de isenção: multa de ~~R$ 700,00 (setecentos reais)~~. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$920,52 (Novecentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Parágrafo único - O pagamento da multa não exclui o infrator das exigências legais ou regulamentares.

Seção VII

Da Isenção

Art. 35 - São isentos do imposto:

I - Os imóveis pertencentes ao patrimônio de particulares, quando cedidas gratuitamente ao município, para instalação de serviços públicos, ou qualquer outra finalidade a critério do poder público, enquanto perdurar a cessão;
II - O prédio residencial de propriedade de ex-combatente, por ele habitado, e que não possua, nem o cônjuge mulher, outro imóvel;
~~III - O contribuinte, com mais de sessenta e cinco anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até 02(dois) salários mínimos, apenas para o imóvel utilizado para sua moradia, com área construída de até 100(cem) metros quadrados. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~

III - O contribuinte, com mais de sessenta e cinco anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até dois salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência e com área construída de até 70 (setenta) metros quadrados. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

IV – Os portadores de deficiência física e de moléstia grave incurável, apenas para o imóvel utilizado para sua moradia. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 1º - A isenção será requerida pelo interessado, anexado ao requerimento o título de propriedade do imóvel e demais documentos comprobatórios de sua qualidade.
§ 2º - A isenção não atinge, em nenhuma hipótese, as taxas de serviços relativos ao imóvel.
~~§ 3º - A isenção de que trata esse artigo terá duração de 3(três) exercícios a contar da concessão, e , será renovado a pedido do contribuinte por períodos iguais, após a verificação pela fiscalização fazendária.~~
§ 3º - A isenção de que trata esse artigo terá duração de 2 (dois) exercícios a contar da concessão, e, será renovado a pedido do contribuinte por períodos iguais, após a verificação pela fiscalização fazendária. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
§ 4º - Com relação ao inciso IV, a isenção será concedida, mediante apresentação dos documentos estabelecidos no § 1º, além de laudo médico, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 5º - A Fazenda Pública deverá ser comunicada para interromper a isenção, quando houver qualquer alteração da condição que legitimou a concessão da isenção. (Incluído pela redação dada Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 6º - Sendo constatado pela autoridade administrativa que a condição foi alterada no exercício anterior, será cobrado retroativo. (Incluído pela redação dada Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 7º - As alterações previstas neste artigo, passará a vigorar a partir do ano de 2014. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 36 - O Imposto Sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI - tem como fato gerador:
I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;
b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

II - a cessão onerosa de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo único - O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município.

Art. 37 - O imposto incide sobre as seguintes mutações patrimoniais:
I - a compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e de atos equivalentes;
II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, sem cláusulas de arrependimento ou a cessão de direitos deles decorrentes;
III - o uso, o usufruto e a habitação;
IV - a dação em pagamento;
V - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
VI - a arrematação e a remição;
VII - o mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e a venda;
VIII - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;
IX - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
X - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo seguinte;
XI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
XII - tornas ou reposições que ocorram:
a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;
b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte I, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;
XIII - instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;
XIV - enfiteuse e subenfiteuse;
XV - sub-rogação na clausula de inalienabilidade;
XVI - concessão real de uso;
XVII - cessão de direitos de usufruto;
XVIII - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante;
XIX - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;
XX - acessão física, quando houver pagamento de indenização;
XXI - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
XXII - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos", não especificado nos incisos anteriores, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos sobre imóveis (exceto os de garantia), bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos;
XXIII - lançamento em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a título de indenização ou pagamento de despesa;
XXIV - cessão de direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente a comissão;
XXV - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação à herança em cujo monte existam bens imóveis situados no Município;
XXVI - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a legado de bem imóvel situado no Município;

XXVII - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;
XXVIII - todos os demais atos e contratos onerosos, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Art. 38 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos, quando:
I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
II - em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foi conferido, retornarem aos mesmos alienantes;
III - decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
IV - este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador;
V - os adquirentes forem, a União, os Estados, os Municípios e respectivas Autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público para atendimento de suas finalidades essências.

Parágrafo único - No caso do inciso I, haverá incidência do imposto sobre o valor da avaliação dos bens e direitos transmitidos que vier a exceder àquele expressamente mencionado no ato de incorporação ao patrimônio da pessoa jurídica. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

Art. 39- Não se aplica o disposto nos incisos I e II do artigo anterior, quando a atividade preponderante do adquirente for à compra e venda desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.
§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.
§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o §1º será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI", sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

Seção II

Da Isenção

Art. 40 – São isentos do imposto:
I – A aquisição de imóvel para residência própria por uma única vez, quando feita por ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, assim considerados os que participaram das operações bélicas como integrantes do Exército, Aeronáutica, Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil;
II – A transmissão em que o alienante seja o município;
III – a aquisição de bens ou direito resultante de declaração de utilidade pública ou de necessidade social, para fins de desapropriação.

Seção III

Do Sujeito Passivo

Art. 41 - É contribuinte do imposto:
I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito;
II - na permuta, cada um dos permutantes.

Art. 42 - Respondem solidariamente pelo imposto:
I - o transmitente;
II - o cedente;
III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

Seção IV

Da Base de Cálculo

Art. 43 - A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos no momento da transmissão ou cessão.
§ 1º. O valor será determinado pela administração fazendária, através de avaliação com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário ou constantes do Cadastro Imobiliário ou o valor declarado pelo sujeito passivo, se um destes últimos for maior.
§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo será instituído por ato do Secretário de Fazenda.

Art. 44 - Na avaliação do imóvel serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos:
I - zoneamento urbano;
II - características da região, do terreno e da construção;
III - valores aferidos no mercado imobiliário;
IV - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Parágrafo único - Nas tornas ou reposições verificadas em partilhas ou divisões, o valor da parte excedente da meação ou quinhão, ou parte ideal consistente em imóveis.

Art. 45 - A alíquota do ITBI é a constante do anexo I desta Lei Complementar tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou cedido.

Seção V

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 46 - O imposto será pago:
I - até a data de lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;
II - no prazo de 05 (cinco) dias:

a) da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do município;
b) da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;
c) da arrematação, da adjudicação ou da remissão, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída.

Parágrafo único - Caso oferecidos embargos, relativamente às hipóteses referidas na alínea "c", do inciso II, o imposto será pago dentro de 05 (cinco) dias, contados da sentença que os rejeitou.
III - nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 05 (cinco) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.

Seção VI

Das Obrigações dos Notários e Oficiais
De Registros de Imóveis e seus Prepostos

~~Art. 47 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.~~

Art. 47 - Ficam desobrigados os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, de exigir que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do Imposto Sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI. (Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Art. 48 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Pública Municipal exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

~~Art. 49 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do mês~~

~~subseqüente à prática do ato de transmissão, comunicar à Prefeitura os seguintes elementos constitutivos:~~

Art. 49 - Ficam obrigados os escrivães, tabeliães e quaisquer outros serventuários da justiça, no ato definitivo de registro de imóveis exigir a apresentar a guia de pagamento do Imposto Sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI, emitida pelo município, informar periodicamente ao fisco municipal sobre as transmissões realizadas e, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do mês subsequente à prática do ato de transmissão, comunicar à Prefeitura os seguintes elementos constitutivos: (Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

I - o imóvel, bem como o valor, objeto da transmissão;
II - o nome e o endereço do transmitente e do adquirente;
III - o valor do imposto, a data de pagamento e a instituição arrecadadora;
IV - cópia da respectiva guia de recolhimento;
V - outras informações que julgar necessárias.

Seção VII

Das Disposições Gerais

Art. 50 - Nas transações em que figurarem como adquirentes ou cessionárias pessoas imunes ou isentas, ou em casos de não incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração expedida pelo órgão gestor do tributo.

Art. 51 - Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 52 - Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, por empresa ou profissional autônomo, com domicílio tributário no município, com ou sem estabelecimento fixo, a prestação de serviços constantes da lista de serviços, anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e suas alterações, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
§ 3º - O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.
§ 5º - A Lista de Serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.
§ 6º - A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

~~Art. 53 - O serviço considera-se prestado, e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~

Art. 53 - O serviço considera-se prestado, e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIV quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023).

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 52 desta Lei Complementar;
~~II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços;~~

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)

~~III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista de serviços;~~

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;
V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;
VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;
VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;
IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;
~~X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012).~~
X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
~~XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços;~~
XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)
~~XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços;~~
XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)
XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;
~~XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;~~
XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;
XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços;
~~XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços;~~
XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;
~~XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços;~~

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)
XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços.
XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços; (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços; (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
~~XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços; (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~
XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 15.09 da lista de serviços; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
XXIV - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 53 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

~~§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.~~
§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não. (Redação dada pela Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012)
§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.
§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.
§ 4º - Em caso de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar Federal n.º 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 5º - Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da

qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 6º - No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 7º - Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 8º - No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 9º - O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por: (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

I - bandeiras; (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

II - credenciadoras; ou (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

III - emissoras de cartões de crédito e débito. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 10 No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 11 No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

§ 12 No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

Art. 54 - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 55 - O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no País, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 56 - O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é a pessoa física ou jurídica prestadora do serviço.

Seção III

Da Base de Cálculo de Serviços Prestados sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 57 - A base de cálculo do imposto sobre os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada, mensalmente, trimestralmente ou anualmente, conforme o anexo II a esta Lei Complementar.

§ 1º - A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.
§ 2º - Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:
I - cujos sócios não possuam, todos, a mesma habilitação profissional;
II - que tenham como sócio pessoa jurídica;
III - que tenham natureza empresarial;
IV -que exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;
V- que possuam mais de 02 (dois) empregados não habilitados para cada sócio ou empregado habilitado.

Seção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 58 - O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para profissionais autônomos será mensal, trimestral ou anual e o recolhimento no prazo estabelecido no CAFIB.

Seção V

Da Base de Cálculo da Prestação de Serviços Sobre a Forma de Pessoa Jurídica

Art. 59 - A base de cálculo do imposto para pessoas jurídicas será determinada mensalmente com base no preço do serviço.
§ 1º - O imposto será calculado de acordo com as alíquotas constantes do anexo II desta Lei Complementar.
§ 2º - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.
~~§ 3º - Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:~~
§ 3º - Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.~~
I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~II - Fica facultado aos prestadores de serviços constantes dos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, anteriormente ao início da referida prestação, solicitar por escrito, junto à Fazenda Municipal, a dedução fixa de até 30% (trinta por cento), a título de material, sem comprovação do mesmo, anexando, para tanto, o contrato de prestação, com o valor total do serviço;~~
II - Entende-se por materiais fornecidos os produzidos pelo prestador fora do local da prestação dos serviços, que estarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 4º - O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
§ 5º - Na falta deste preço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será ele fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Art. 60 - O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Art. 61 - Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 62 - Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 63 - A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 64 - As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 65 - Quando o sujeito passivo, em seu estabelecimento ou em outros locais, exercer atividades distintas, subordinadas a mais de uma forma de tributação, deverá observar a seguinte regra:
I – se as atividades forem tributáveis por alíquotas diferentes, inclusive se alcançadas por deduções ou por isenções, e se na escrita fiscal não estiverem separadas as operações, o imposto será calculado sobre a receita total e pela alíquota mais elevada.

Art. 66 - Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo único - Considera-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens, serviços ou direitos adquiridos, inclusive terrenos.

Art. 67 - Quando não forem especificados nos contratos os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Art. 68 - Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

Seção VI

Da Base de Cálculo dos Hospitais, Sanatórios, Ambulatórios, Prontos Socorros, Casas de Saúde e de Repouso, Clínica, Policlínica, Maternidades e Congêneres

Art. 69 - Os hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos socorros, casas de saúde e de repouso, clínicas, policlínicas, maternidades e congêneres terão o imposto calculado sobre a receita bruta ou movimento econômico resultante da prestação desses serviços, inclusive o valor da alimentação e dos medicamentos.

Parágrafo único - São considerados serviços correlatos os curativos e as aplicações de injeções efetuados no estabelecimento prestador do serviço ou em domicílio.

Seção VII

Da Base de Cálculo dos Hotéis, Motéis, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Dormitórios, Casa de Cômodos, "Camping" e Congêneres

Art. 70 - O imposto incidente sobre os serviços prestados por hotéis, pensões e congêneres será calculado sobre o preço da hospedagem e, ainda, sobre o valor da alimentação fornecida.
§ 1º - Equiparam-se a hotéis, motéis, pensões e pousadas, os dormitórios, as casas de cômodos, "camping" e congêneres.
§ 2º - O imposto incidirá também sobre os serviços prestados por hotéis, pensões e congêneres e cobrados aos usuários, tais como:
I - locação guarda ou estacionamento de veículos;
II - lavagem ou passagem a ferro de peças de vestuário;
III - serviços de barbearia, cabeleireiro, manicure, pedicure, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;
IV - banhos, duchas, saunas, massagens, utilização de aparelhos para ginástica e congêneres;
V - aluguel de toalhas ou roupas;
VI - aluguel de aparelhos de televisão, videocassete ou sonoros;
VII - aluguel de salões para festas, congressos, exposições, cursos e outras atividades correlatas;
VIII - cobrança de telefonemas, telegramas, rádios, telex ou portes;
IX - aluguel de cofres;
X - comissões oriundas de atividades cambiais.

Art. 71 - Os hotéis e as pensões que possuam mais de 15 (quinze) unidades de hospedagem ficam obrigados a utilizar, além do Livro de Registro de Serviço Prestado, o Livro "Registro de Ocupação Hoteleira".

Parágrafo único - O livro "Registro de Ocupação Hoteleira" será preenchido, diariamente, antes do horário de vencimento das diárias e conterá as seguintes informações:
I - o título: Livro "Registro de Ocupação Hoteleira";
II - o nome ou a razão social do estabelecimento;
III - o número de hóspedes;
IV - o número de unidades ocupadas;
V - o número de diárias vendidas, por tipo;
VI - o valor das diárias vendidas;
VII - a relação de unidades ocupadas;
VIII - os totais mensais relativos à ocupação hoteleira;
IX – observações complementares.

Seção VIII

Da Base de Cálculo das Diversões Públicas

Art. 72 - A base de cálculo do imposto incidente sobre diversões públicas é, quando se tratar de:
I - cinemas, auditórios, parques de diversões, o preço do ingresso, bilhete ou convite;
II - bilhares, boliches e outros jogos permitidos, o preço cobrado pela admissão ao jogo;
III - bailes e "shows", o preço do ingresso, reserva de mesa ou "couvert" artístico;

IV - competições esportivas de natureza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de rádio ou televisão, o preço do ingresso ou da admissão ao espetáculo;
V - execução ou fornecimento de música por qualquer processo, o valor da ficha ou talão, ou da admissão ao espetáculo, na falta deste, o preço do contrato pela execução ou fornecimento da música;
VI - diversão pública denominada "dancing", é o preço do ingresso ou participação;
VII - apresentação de peças teatrais, música popular, concertos e recitais de música erudita, espetáculos folclóricos e populares realizado em caráter temporário, o preço do ingresso, bilhete ou convite;
VIII - espetáculo desportivo o preço do ingresso.

Art. 73 - Os empresários, proprietários, arrendatários, cessionários ou quem quer que seja responsável, individual ou coletivamente, por qualquer casa de divertimento público acessível mediante pagamento, são obrigados a dar bilhete, ingresso ou entrada individual ou coletiva aos espectadores ou frequentadores, sem exceção.

Art. 74 - Os documentos só terão valor quando chancelados em via única pelo órgão competente, exceto os bilhetes modelo único obrigatoriamente adotados pelos cinemas por exigência do Instituto Nacional do Cinema (INC).

Art. 75 - Cada ingresso deverá ser destacado, em rigorosa sequência, no ato da venda, pelo encarregado da bilheteria.

Art. 76 - Os bilhetes, uma vez recebidos pelos porteiros, serão por estes depositados em urna aprovada pela Prefeitura, devidamente fechada e selada pelo órgão competente e que, só pelo representante legal deste, poderá ser aberta para verificação e inutilização dos bilhetes.

Art. 77 - Os divertimentos como bilhar, tiro ao alvo, autorama e outros assemelhados, que não emitam bilhete, ingresso ou admissão serão lançados, mensalmente.

Art. 78 - A critério do Fisco, o imposto incidente sobre os espetáculos avulsos poderá ser arbitrado.

Parágrafo único - Entende-se por espetáculos avulsos as exibições esporádicas de sessões cinematográficas, teatrais, "shows", festivais, bailes, recitais ou congêneres, assim como temporadas circences e de parques de diversões.

Art. 79 - O proprietário de local alugado para realização de espetáculos avulsos é obrigado a exigir do responsável ou patrocinador de tais divertimentos a comprovação do pagamento de imposto, na hipótese de arbitramento.

Parágrafo único - Realizado qualquer espetáculo sem o cumprimento da obrigação tributária, ficará o proprietário do local onde se verificou a exibição responsável perante à Fazenda Pública Municipal pelo pagamento do tributo devido.

Art. 80- Os responsáveis por qualquer casa ou local em que se realizem espetáculos de diversões ou exibição de filmes são obrigados a observar as seguintes normas:
I - dar bilhete específico a cada usuário de lugar avulso, camarote ou frisa;
II - colocar tabuleta na bilheteria, visível do exterior, de acordo com as instruções administrativas, que indique o preço dos ingressos;
III – comunicar, previamente, à autoridade competente, as lotações de seus estabelecimentos, bem como as datas e os horários de seus espetáculos e os preços dos ingressos.
§ 1º - O controle do uso dos ingressos, sua venda e inutilização deverão seguir as normas baixadas pelo órgão federal competente.
§ 2º - O órgão tributário poderá aprovar modelos de mapas fiscais para controle do pagamento do imposto.

Art. 81 - A base de cálculo do imposto devido pelas empresas exibidoras de filmes cinematográficos será equivalente ao valor da receita bruta.

Art. 82 - Os livros e mapas fiscais das casas ou locais em que se realizem diversões, poderão ser substituídos por borderô entregue a coordenadoria de receitas, contendo as características pertinentes ao ISSQN, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 83 - As entidades públicas ou privadas, ainda que isentas do imposto ou dele imunes, são responsáveis pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços de diversões públicas, prestados em locais de que sejam proprietárias, administradoras ou possuidoras a qualquer título.

Parágrafo único - A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento do imposto retido das pessoas físicas ou jurídicas, com fulcro no preço do serviço prestado, sendo aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida.

Seção IX

Da Base de Cálculo dos Serviços de Ensino

~~Art. 84 - A base de cálculo do imposto devido pelos serviços de ensino compõem-se:~~

~~I - das anuidades, mensalidades, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrículas, taxa de dependência;~~
~~II - da receita oriunda do material escolar, inclusive livros;~~
~~III - da receita oriunda dos transportes;~~
~~IV - da receita obtida pelo fornecimento de alimentação escolar;~~
~~V - de outras receitas obtidas, inclusive as decorrentes de acréscimos moratórios.~~

Art. 84 - Os estabelecimentos de ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer grau ou natureza terão o imposto calculado sobre o preço do serviço, receita bruta auferida, independentemente de haver ou não pagamento ou a quitação do serviço, nele compreendido: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

I - O valor das mensalidades ou anuidades cobradas dos alunos, inclusive os valores de inscrição, de matrícula e de dependência; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
II - O valor das receitas, quando incluídas nas mensalidades ou anuidades, oriundas de: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
a) fornecimento de material escolar, inclusive livros; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
b) fornecimento de alimentação. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
III - O valor da receita oriunda do transporte de alunos; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
IV - De outras receitas obtidas, tais como as decorrentes de segunda chamada, recuperação, fornecimento de documento de conclusão, certificado, diploma, declaração para transferência, histórico escolar, boletim e identidade estudantil. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

~~Art. 85 - Fica instituído o Livro de Registro de Matrículas de Alunos para o ISSQN, ficando a critério do contribuinte o modelo a ser adotado, devendo o mesmo conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:~~
~~I - a denominação: Livro "Registro de Matrículas de Alunos" para o ISSQN;~~
~~II - o nome e o endereço do aluno;~~
~~III - o número e a data de matrícula;~~
~~IV - a série e o curso ministrado;~~
~~V - a data da baixa, transferência ou trancamento de matrícula;~~
~~VI - observações diversas;~~
~~VII - o nome, o endereço e os números das inscrições municipais, estaduais e do CNPJ do impressor do livro, a data e o número de folhas que o livro contenha e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.~~

~~§ 1º - Ao solicitar a autorização para impressão de documentos fiscais, deverá o contribuinte apresentar um modelo da impressão a ser executada.~~

~~§ 2º - Os estabelecimentos que já possuírem o Livro de Matrícula de Alunos, instituído por outro órgão do Poder Público, ficam desobrigados da adoção do Livro de Registro de que trata este artigo.~~

Art. 85 - Fica instituído o Livro de Registro de Matrículas de Alunos para o ISSQN, ficando a critério do contribuinte o modelo a ser adotado, sendo obrigado ao preenchimento, dentre outros, com os seguintes dados cadastrais:
I - A denominação: Livro de Registro de Matrículas de Alunos para o ISSQN;
II - O nome e o endereço do aluno e do responsável financeiro;
III - O número e a data de matrícula;
IV - A série e o curso ministrado, onde deverão constar a identificação do curso, descrição, tipo e código de atividade e o valor da mensalidade;
V - A data da baixa, transferência ou trancamento de matrícula;
VI - Observações diversas;
VII - O nome, o endereço e os números das inscrições municipais, estaduais e do CNPJ do estabelecimento, a data e o número de folhas que o livro contenha e deverá ser

autenticado no setor de Receita do ISSQN, até 30 (trinta) dias após a conclusão do ano letivo.
§ 1º - O Livro de Registro de Matrículas de Alunos deverá estar disponível para autoridade fiscal, independentemente do prazo estabelecido no inciso VII, deste artigo.
§ 2º - É obrigatória a manutenção atualizada desses dados Cadastrais, devendo as alterações serem inseridas simultaneamente ao momento de sua ocorrência.
§ 3º - Os estabelecimentos que já possuírem o Livro de Matrícula de Alunos, instituído por outro órgão do Poder Público, ficam obrigados da adoção do Livro de Registro de que trata este artigo e quando se tratar da autenticação do segundo livro em diante, o livro anterior deverá ser encerrado e apresentado, juntamente com o livro novo. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

~~Art. 86 - O estabelecimento particular de ensino poderá, em substituição à Nota Fiscal de Serviço, emitir Carnê de Pagamento de Prestações Escolares, no que se refere às mensalidades, semestralidades ou anuidades, bem como aos acréscimos moratórios ou relação mensal nominal de pagamentos recebidos, acompanhada, esta, da emissão de nota fiscal única mensal.~~
~~§ 1º - Nos demais casos previstos em Regulamento, deverão ser utilizadas Notas Fiscais de Serviço, desde que as mesmas não estejam incluídos nos carnês a que se refere este artigo.~~
~~§ 2º - O Carnê de Pagamento de Prestações Escolares conterá, no mínimo, as seguintes indicações:~~
~~I - a denominação: "Carnê de Pagamento de Prestação Escolar";~~
~~II - o número de ordem e, se for o caso, o nome do banco recebedor;~~
~~III - o nome, o endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ do estabelecimento emitente;~~
~~IV - o nome do aluno;~~
~~V - a matrícula do aluno;~~
~~VI - o valor da prestação e a indicação dos acréscimos cobrados a qualquer título.~~
~~§ 3º - A autorização para utilização dos carnês, a que se refere este artigo, obedecerá, no que couber, às normas estabelecidas nesta Lei Complementar.~~
~~§ 4º - A autorização a que se refere o parágrafo anterior deverá ser mantida no estabelecimento respectivo, observadas as normas regulamentares exigidas para os livros e documentos fiscais.~~
~~§ 5º - Os carnês existentes nesta data poderão ser utilizados pelo sujeito passivo até o seu término.~~

Art. 86 - Os Estabelecimentos de Ensino enquadrados nos subitens de serviço 8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior e 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza, da Lista de Serviços tributáveis pelo ISSQN, nos termos do Código Tributário Municipal, ficam obrigados a declararem as operações tributáveis decorrentes da Receita Bruta mensal realizada, bem como, aos acréscimos moratórios, e a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e individualmente para cada aluno, decorrente dos serviços prestados. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
~~I - Também ficam obrigados a adoção da sistemática prevista nos incisos III e IV, desta Lei Complementar, os estabelecimentos enquadrados nas atividades de: creches e congêneres; ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades~~

~~físicas; previstas nos subitens de serviços - 4.17 e 6.04, respectivamente.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~

I - Também ficam obrigados a adoção da sistemática prevista nos incisos III, IV e V, do artigo 85, os estabelecimentos enquadrados nas atividades de: creches e congêneres; ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas; previstas nos subitens de serviços - 4.17 e 6.04, respectivamente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023).

§ 1º - As NFS-e serão emitidas, através do sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria de Fazenda, com base nos valores previamente declaradas no cadastro do curso e cadastro de aluno matriculado, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da competência da realização do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

§ 2º - As receitas de serviços oriundas de prestações cujos valores não estejam incluídos na mensalidade escolar, fora dos subitens 4.17, 6.04, 8.01 e 8.02, citados no caput e no inciso I, deverão ser descritas no corpo da NFS-e discriminando os serviços e valores correspondentes separadamente, observada a receita bruta auferida, prevista no artigo 84. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

Seção X

Da Base de Cálculo da Recauchutagem e Regeneração de Pneumáticos

Art. 87 - O imposto sobre a recauchutagem e regeneração de pneumáticos recai em qualquer etapa dos serviços, sejam estes destinados à comercialização ou ao proprietário, por encomenda.

Seção XI

Da Base de Cálculo da Reprodução de Matrizes, Desenhos e Textos

Art. 88 - Nos serviços de reprodução de matrizes, desenhos e textos por qualquer processo, o imposto será devido pelo estabelecimento prestador do serviço.

Parágrafo único - Considera-se estabelecimento prestador, no caso de utilização de máquinas copiadoras, aquele onde as mesmas estiverem instaladas.

Seção XII

Da Base de Cálculo da composição e Impressão Gráfica

Art. 89- O imposto incide sobre a prestação dos seguintes serviços, relacionados com o ramo das artes gráficas:

I - composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e outras matrizes de impressão;

II - encadernação de livros e revistas;

III - impressão gráfica em geral, com matéria-prima fornecida pelo encomendante ou adquirida de terceiros;
IV - acabamento gráfico.

Parágrafo único - Não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços a confecção de impressos em geral que se destinem à comercialização ou à industrialização.

Seção XIII

Da Base de Cálculo dos Serviços de Transporte e de Agenciamento de Transporte

Art. 90 - Estão sujeitos à incidência do imposto calculado sobre o preço da atividade desenvolvida, os seguintes serviços de transportes:

I - coletivo de passageiros e de cargas, o que é realizado em regime de autorização, concessão ou permissão do poder competente, cujo trajeto esteja contido nos limites geográficos do Município e que tenha itinerário certo e determinado, de natureza estritamente municipal;
II - individual de pessoas, de cargas e valores, o que é realizado em decorrência de livre acordo entre o transportador e o interessado, sem itinerário fixo.

Art. 91 - Considera-se também transporte de natureza municipal o que se destina a municípios adjacentes, integrantes do mesmo mercado de trabalho, decorrente de contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, ainda que sem autorização, concessão ou permissão do poder competente.

Parágrafo único - É vedado às empresas que exploram os serviços de transportes deduzir do movimento econômico os pagamentos efetuados a terceiros, a qualquer título.

Seção XIV

Da Base de Cálculo dos Serviços de Publicidade e Propaganda

Art. 92 - Considera-se agência de propaganda a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitária, que estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem.

Parágrafo único - Incluem-se no conceito de agência de propaganda os departamentos especializados de pessoas jurídicas que executam os serviços de propaganda e publicidade.

Art. 93- Nos serviços de publicidade e propaganda, a base de cálculo compreenderá:
I - o valor das comissões e honorários relativos à veiculação;
II - o preço relativo aos serviços de concepção, redação e produção;
III - a taxa de agenciamento cobrada dos clientes;

IV - o preço dos serviços especiais que executem, tais como pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados à atividade.

Seção XV

**Da Base de Cálculo da Distribuição,
Venda de Bilhetes de Loteria e
Aceitação de Apostas das Loterias Esportivas
e de Números (Jogos)**

Art. 94 - Nos serviços de distribuição e venda de bilhetes, loterias esportivas e de números, compõem a base de cálculo as comissões ou vantagens auferidas pelo prestador do serviço.

Seção XVI

Da Base de Cálculo da Corretagem

Art. 95 - Compreende-se como corretagem a intermediação de operações com seguros, capitalização, câmbio, valores, bens móveis e imóveis, inclusive o agenciamento de cargas e de navios efetuado por agências de navegação e a respectiva interveniência na contratação de mão-de-obra para estiva e desestiva.

Parágrafo único - O imposto incide sobre todas as comissões recebidas ou creditadas no mês, inclusive sobre aquelas auferidas por sócios ou dirigentes das empresas.

Art. 96 - As pessoas jurídicas que promovam a corretagem ou a intermediação na venda de imóveis deverão recolher o tributo sobre o movimento econômico resultante das comissões auferidas, a qualquer título, vedada qualquer dedução.

Art. 97 - Os contribuintes que prestam os serviços de que trata o artigo anterior ficam obrigados a manter rigorosamente escriturado o Livro de Registro de Opções de Venda, cujos modelos e tamanho ficam a critério do contribuinte, devendo, porém, o mesmo conter as seguintes indicações:
I - o nome do proprietário ou responsável pelo imóvel à venda;
II - a localização do imóvel ou o tipo de bem móvel;
III - o valor de venda constante da opção (oferecimento);
IV - a percentagem da comissão contratada, inclusive sobre o “over-price”;
V - a data e o prazo da opção;
VI - o valor da venda, a data e o cartório em que for lavrada a escritura de compra e venda, se for o caso;
VII - o valor da comissão auferida;
VIII - o número da nota fiscal de entrada;
IX - observações diversas;
X - o nome, o endereço e o número de inscrição municipal, estadual e do CNPJ do impressor do livro.

Seção XVII

Da Base de Cálculo do Agenciamento Funerário

Art. 98 - O imposto devido pelo agenciamento funerário tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:
I - do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;
II - do fornecimento de flores;
III - do aluguel de capelas;
IV - do transporte;
V - das despesas relativas a cartórios e cemitérios;
VI - do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas.

Parágrafo único - Nos casos de serviços prestados a consórcio ou similares, considera-se preço a receita bruta oriunda dos valores recebidos a qualquer título.

Seção XVIII

Da Base de Cálculo do Arrendamento Mercantil ou "Leasing"

Art. 99 - Considera-se "Leasing" a operação realizada entre pessoas jurídicas que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos de terceiros pela arrendadora, para fins de uso próprio da arrendatária e que o tendam às especificações desta.

Parágrafo único - O imposto deverá ser calculado sobre todos os valores recebidos na operação, inclusive aluguéis, taxa de intermediação, de administração e de assistência técnica.

Seção XIX

Da Base de Cálculo das Instituições Financeiras

Art. 100 - Consideram-se tributáveis os seguintes serviços prestados por instituições financeiras:
I - cobrança, inclusive do exterior e para o exterior;
II - custódia de bens e valores;
III - guarda de bens em cofres ou caixas fortes;
IV - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e seguros;
V - agenciamento de crédito e financiamento;
VI - planejamento e assessoramento financeiro;
VII - análise técnica ou econômico-financeira de projetos;
VIII - fiscalização de projetos econômico-financeiros, vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;
IX - auditoria e análise financeira;
X - captação indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;
XI - prestação de avais, fianças, endossos e aceites;
XII - serviços de expediente relativos a:
a) transferência de fundos, inclusive do exterior para o exterior;
b) resgate de títulos ou letras de responsabilidade de outras instituições;

c) recebimentos a favor de terceiros de carnês, aluguéis, dividendos, impostos, taxas e outras obrigações;
d) pagamento, por conta de terceiro, de benefícios, pensões, folhas de pagamento, títulos cambiais e outros direitos;
e) confecção de fichas cadastrais;
f) fornecimento de cheques de viagens, talões de cheques e cheques avulsos;
g) fornecimento de segundas vias ou cópias de avisos de lançamento, documentos ou extrato de contas;
h) visamento de cheques;
i) acatamento de instruções de terceiros, inclusive para o cancelamento de cheques;
j) confecção ou preenchimento de contratos, aditivos contratuais, guias ou quaisquer outros documentos;
l) manutenção de contas inativas;
m) informação cadastral sob a forma de atestados de idoneidade, relações, listas, etc;
n) fornecimento inicial ou renovação de documentos de identificação de clientes da instituição, titulares ou não de direitos especiais, sob a forma de cartão de garantia, cartão de crédito, declarações e etc;
o) inscrição, cancelamento, baixa ou substituição de mutuários ou de garantias, em operações de crédito ou financiamento;
p) despachos, registros, baixas e procuratórios;
XIII - outros serviços eventualmente prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, com ressalva das hipóteses de não incidência, prevista na legislação.

§ 1º - Base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata esta Seção inclui:
a) os valores cobrados a título de ressarcimento de despesas com impressão gráfica, cópias, correspondências, telecomunicações, ou serviços prestados por terceiros;
b) os valores relativos ao ressarcimento de despesas de serviços, quando cobrados de coligadas, de controladas ou de outros departamentos da instituição;
c) a remuneração pela devolução interna de documentos, quando constituir receita do estabelecimento localizado no Município;
d) o valor da participação de estabelecimentos, localizados no Município, em receitas de serviços obtidos pela Instituição como um todo.

§ 2º - A caracterização do fato gerador da obrigação tributária não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receita, mas de sua identificação com os serviços descritos.

Seção XX

Da Base de Cálculo do Cartão de Crédito

~~Art. 101 - O imposto incidente sobre a prestação de serviços através de cartão de crédito será calculado sobre o movimento econômico resultante das receitas de:~~
~~I - taxa de inscrição dos usuários;~~
~~II - taxa de renovação anual;~~
~~III - taxa de filiação de estabelecimento;~~

~~IV - taxa de alteração contratual;~~
~~V – comissão recebida dos estabelecimentos filiados lojistas e associados, a título de intermediação;~~
~~VI - todas as demais taxas a título de administração e comissões a título de intermediação;~~

Art. 101 - O ISSQN incidente sobre a prestação de serviços através de cartão de crédito ou débito será calculado sobre o movimento econômico resultante das receitas de: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
I - Inscrição dos usuários; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
II - Renovação anual; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
III - Filiação de estabelecimento; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
IV - Alteração contratual; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
V - Comissão recebida dos estabelecimentos filiados lojistas e associados, a título de intermediação; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
VI - Todos os demais valores a título de administração e comissões de intermediação. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 1º - As administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a apresentar Declaração de Operações de Cartões de Crédito ou Débito, de estabelecimentos credenciados e de mais pessoas físicas e jurídicas prestadores de serviços, localizados neste Município, na forma, prazo e demais condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se administradora de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos credenciado prestador e ou comercial, pessoas físicas e jurídicas, credenciados, responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações de crédito ou débito. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 3º - As administradoras de cartões de crédito ou débito prestarão informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito, compreendendo os montantes globais por estabelecimento credenciado prestador e ou comercial, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 4º - O Município poderá firmar convênio com o Estado do Rio de Janeiro e ou com a Receita Federal, para que a Secretaria Municipal de Fazenda obtenha mensalmente e de forma continuada os dados relativos a todas as operações de cartões de crédito ou débito do mês anterior, para fins de fiscalização do ISSQN. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

Seção XXI

Da Base de Cálculo do Agenciamento de Seguros

Art. 102 - O imposto incide sobre a receita bruta proveniente:
I - de comissão de agenciamento fixada pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);
II - da participação contratual da agência nos rendimentos anuais, obtidos pela respectiva representada.

Seção XXII

Da Base de Cálculo da Construção Civil, Serviços Técnicos, Auxiliares, Consultoria Técnica e Projetos de Engenharia

~~Art. 103 - Consideram-se obras de construção civil, obras hidráulicas e outras semelhantes, a execução por administração, empreitada ou subempreitada de:~~
~~I - prédio, edificações;~~
~~II - rodovias, ferrovias e aeroportos;~~
~~III - pontes, túneis, viadutos, logradouros e outras obras de urbanização, inclusive os trabalhos concernentes às estruturas inferiores e superiores de estradas e obras de arte;~~
~~IV - pavimentação em geral;~~
~~V - regularização de leitos ou perfis de rios;~~
~~VI - sistemas de abastecimento de água e saneamento em geral;~~
~~VII - barragens e diques;~~
~~VIII - instalações de sistemas de telecomunicações;~~
~~IX - refinarias, oleodutos, gasodutos e sistema de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos;~~
~~X - sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;~~
~~XI - montagens de estruturas em geral;~~
~~XII - escavações, aterros, desmontes, rebaixamento de lençol freático, escoramentos e drenagens;~~
~~XIII - revestimento de pisos, tetos e paredes;~~
~~XIV - impermeabilização, isolamentos térmicos e acústicos;~~
~~XV - instalações de água, energia elétrica, vapor, elevadores e condicionadores de ar;~~
~~XVI - terraplenagens, enrocamentos e derrocamentos;~~
~~XVII - dragagens;~~
~~XVIII - estaqueamentos e fundações;~~
~~XIX - implantação de sinalização em estradas e rodovias;~~
~~XX - divisórias;~~
~~XXI - serviços de carpintaria, de esquadrias, armações e telhados;~~
~~XXII – serviços de concretagem e alvenaria.~~

Art. 103 - Consideram-se obras de construção civil, obras hidráulicas e outras semelhantes, a execução por administração, empreitada ou subempreitada de: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

I - prédio, edificações;
II - rodovias, ferrovias e aeroportos;
III - pontes, túneis, viadutos, logradouros e outras obras de urbanização, inclusive os trabalhos concernentes às estruturas inferiores e superiores de estradas e obras de arte;

IV - pavimentação em geral;
V - regularização de leitos ou perfis de rios;
VI - sistemas de abastecimento de água e saneamento em geral;
VII - barragens e diques;
VIII - instalações de sistemas de telecomunicações;
IX - refinarias, oleodutos, gasodutos e sistema de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos;
X - sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;
XI - montagens de estruturas em geral;
XII - escavações, aterros, desmontes, rebaixamento de lençol freático, escoramentos e drenagens;
XIII - revestimento de pisos, tetos e paredes;
XIV - impermeabilização, isolamentos térmicos e acústicos;
XV - instalações de água, energia elétrica, vapor, elevadores e condicionadores de ar;
XVI - terraplenagens, enrocamentos e derrocamentos;
XVII - dragagens;
XVIII - estaqueamentos e fundações;
XIX - implantação de sinalização em estradas e rodovias;
XX - divisórias;
XXI - serviços de carpintaria, de esquadrias, armações e telhados;
XXII – serviços de concretagem e alvenaria;
XXIII - locação de máquinas acompanhadas de operador, motores, formas metálicas e outras, equipamentos e respectiva manutenção;
XXIV – transporte e fretes, desde que utilizado para transportar resíduos, oriundos da construção civil;

Art. 104 - São serviços essenciais, auxiliares ou complementares da execução de obras de construção civil, hidráulicas e outras semelhantes:
I - os seguintes serviços de engenharia consultiva:
a) elaboração de planos diretores, estimativas orçamentárias, programação e planejamento;
b) estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira;
c) elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos e cálculos de engenharia;
d) fiscalização, supervisão técnica, econômica e financeira;
II - levantamentos topográficos, batimétricos e geodésicos;
III - calafetação, aplicação de sintecos e colocação de vidros.

Parágrafo único - Os serviços de que trata o artigo são considerados como auxiliares de construção civil e hidráulica, quando relacionados a estas mesmas obras, apenas para fins de alíquota, devido ao imposto neste Município.

~~Art. 105 - Não se enquadram nesta Seção os serviços paralelos à execução de obras de construção civil, hidráulicas ou semelhantes para fins de tributação, tais como:~~
~~I - locação de máquinas acompanhadas ou não de operador, motores, formas metálicas e outras, equipamentos e respectiva manutenção;~~
~~II - transporte e fretes;~~
~~III - decorações em geral;~~

~~IV - estudos de macro e microeconomia;~~
~~V - inquéritos e pesquisas de mercado;~~
~~VI - investigações econômicas e reorganizações administrativas;~~
~~VII - atuação por meio de comissões, inclusive cessão de direitos de opção de compra e venda de imóveis;~~
~~VIII - outros análogos.~~

Art. 105 - Não se enquadram nesta Seção os serviços paralelos à execução de obras de construção civil, hidráulicas ou semelhantes para fins de tributação, tais como: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
I - decorações em geral;
II - estudos de macro e microeconomia;
III - inquéritos e pesquisas de mercado;
IV - investigações econômicas e reorganizações administrativas;
V - atuação por meio de comissões, inclusive cessão de direitos de opção de compra e venda de imóveis;
VI - outros análogos.

Art. 106 - É indispensável á exibição dos comprovantes do imposto incidente sobre a obra:
I - na expedição do "habite-se" ou "auto de vistoria" e na conservação de obras particulares;
II - no pagamento de obras contratadas com o Município.

Art. 107 - O processo administrativo de concessão de "habite-se" ou da conservação da obra deverá ser instruído pela unidade competente, sob pena de responsabilidade funcional, com os seguintes elementos:
I - identificação da firma construtora;
II - contrato de construção;
III - número de registro da obra ou número do livro ou ficha respectiva, quando houver;
IV - valor da obra e total do imposto pago;
V - data do pagamento do tributo e número da guia;
VI - número de inscrição do sujeito passivo no Cadastro Mobiliário;
VII - escritura de aquisição do terreno, tanto em caso de obra própria, como de incorporação.

Seção XXIII

Da Base de Cálculo da Consignação de Veículos

Art. 108 - As pessoas jurídicas que promovam a intermediação de veículos, por consignação, deverão recolher o imposto sobre as comissões auferidas, vedada qualquer dedução.

Seção XXIV

Da Base de Cálculo da Administração de Bens Imóveis

Art. 109 - A base de cálculo do imposto, para esta atividade, é o preço dos respectivos serviços, a saber:
I - comissões, a qualquer título;
II - taxa de cadastro;
III - taxa de elaboração ou rescisão de contrato;
IV - acréscimos moratórios;
V - demais serviços sujeitos ao imposto.

Art. 110 - Será permitida, em substituição ao uso da Nota Fiscal de Serviços, a utilização de relação mensal nominal de pagamentos recebidos, acompanhada de nota fiscal única mensal, obedecido, quanto a esta, o que dispõe esta Lei.

Art. 111 - Fica instituído o Livro de Registro de Administração de Bens Imóveis, cujo modelo e dimensões ficam a critério do contribuinte, devendo o mesmo conter, obrigatoriamente, as seguintes indicações:
I - a denominação: Livro "Registro de Administração de Bens Imóveis";
II - o endereço do imóvel objeto da prestação do serviço;
III - o nome e o endereço do proprietário ou responsável pelo imóvel;
IV - as datas de início e término do contrato;
V - observações diversas;
VI - o nome, o endereço e os números das inscrições municipal, estadual e do CNPJ do impressor do livro, a data e o número de folhas que o mesmo contenha e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

Parágrafo único - O pedido de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais deverá ser acompanhado de um modelo da impressão a ser executada.

Art. 112 - Os contribuintes que exerçam a atividade de que trata esta Seção, serão obrigados ao uso do livro instituído no artigo anterior, devidamente, autenticado no órgão municipal competente, bem como a manter sua escrituração, rigorosamente, em dia.

Seção XXV

Da Base de Cálculo da Exploração de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos

Art. 113 - O imposto incide sobre a receita total decorrente da exploração de máquinas, aparelhos e equipamentos, aplicando-se a alíquota correspondente à atividade explorada.

Art. 114 - O locador de máquinas, aparelhos e equipamentos é responsável pelo imposto devido pelos locatários, sem prejuízo do pagamento do imposto por ele devido e relativo à locação dos referidos bens.

Art. 115 - Os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem as máquinas, os aparelhos ou os equipamentos são responsáveis pelo imposto relativo à exploração destes quando seus proprietários ou locadores não estiverem estabelecidos neste Município.

Seção XXVI

Da Base de Cálculo dos Serviços de Revelação e Exibição de Filmes e Congêneres

Art. 116 - O imposto incidirá sobre os seguintes serviços:
I - revelação e ampliação;
II - taxas de inscrição, renovação e demais emolumentos cobrados dos associados ou usuários dos serviços;
III - transcrição de fotografias, películas cinematográficas, gravuras, slides e similares para fitas de videocassete ou semelhantes;
IV - reprodução de fitas de videocassete ou de películas cinematográficas;
V - conserto, instalação, montagem, reparação e conservação de aparelhos de videocassete, filmadoras e demais engenhos sonoros ou audiovisuais;
VI - exibição de fitas de videocassete com cobrança de ingresso;
VII - outros serviços congêneres.

Art. 117 - No agenciamento de serviços de revelação de filmes cinematográficos ou fitas de videocassete e similares, a base de cálculo será o valor cobrado do usuário.

Art. 118 - Sujeitam-se ao pagamento do imposto todas as pessoas jurídicas que prestarem os serviços discriminados no artigo anterior mesmo que não constituídas como clubes de cinema, videocassete ou de outros artefatos sonoros ou audiovisuais.

Seção XXVII

Da Base de Cálculo das Companhias de Seguros

Subseção I

Da Incidência e da Base de Cálculo

Art. 119 - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre a taxa de coordenação recebida pela companhia de seguro, decorrente da liderança em co-seguro, relativa á diferença entre as comissões, recebidas das congêneres, em cada operação, e a comissão repassada para a agência, filial e sucursal, a empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação, o clube de seguro ou o corretor, executada a de responsabilidade da seguradora líder.

Parágrafo único - Quando o valor da taxa de coordenação não for discriminado, ou inferior a 3% (três por cento) do valor do prêmio, cedido em co-seguro, este será o valor a ser considerado como base de cálculo.

Seção XXVIII

Da Base de Cálculo das Agências das Filiais e das Sucursais de Companhias de Seguros

Subseção I

Da Incidência e da Base de Cálculo

Art. 120 - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre:
I - a comissão de agenciamento e de angariação paga nas operações com seguro;
II – a participação contratual da agencia, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos pela respectiva representada.

Seção XXIX

Das Agências, das Filiais e das Sucursais das Companhias de Seguros

Subseção I
Das Obrigações Acessórias

Art. 121 - A companhia de seguro fica obrigada a relacionar e arquivar, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto, o demonstrativo das operações efetuadas com as congêneres em relação à taxa de coordenação recebida em decorrência da liderança em co-seguro e a comissão repassada para a agência, filial e sucursal de companhia, a empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação, o clube de seguro e o corretor, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.

Parágrafo único - O demonstrativo mencionado no presente artigo identificará:
a) o mês de competência;
b) o valor da comissão repassada;
c) o nome da pessoa jurídica responsável pelo pagamento da taxa de coordenação, com a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
d) o nome da pessoa física ou jurídica responsável pelo recebimento da comissão repassada, com a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
e) a somatória das diferenças entre a taxa de coordenação e as comissões repassadas, que servirá de base para o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

Art. 122 - A agência, filial e sucursal de companhia de seguro ficam obrigadas a relacionar e arquivar, mês a mês, o demonstrativo dos valores recebidos através de comissão de agenciamento e de angariação, pagos nas operações com seguro, e de participação contratual da agência, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos, pela respectiva representada, para, quando solicitado, ser apresentado à Fiscalização Municipal.

Parágrafo único - O demonstrativo mencionado no presente artigo identificará:
a) o mês de competência;
b) o valor percebido;
c) o nome da pessoa jurídica responsável pelo pagamento, com a respectiva inscrição Municipal, se for o caso;

d) a discriminação do serviço prestado (agenciamento, angariação ou participação contratual);
e) a somatória dos valores.

Art. 123 - A agência filial e sucursal e a companhia de seguro substituirão a Nota Fiscal de Serviço pelo demonstrativo, ficando dispensados dos Livros, exceto o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

Art. 124 - A companhia de seguro fica obrigada a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a ela prestados pela agência, filial e sucursal de companhia de seguro:
I - comissão de agenciamento e de angariação paga nas operações com seguro;
II - participação contratual da agência, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos pela respectiva representada.

Art. 125 - A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a elas prestados:
I – comissão de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguro e remuneração sobre comissão relativa a serviços prestados, percebidas:
a) pela empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação;
b) pelo clube de seguro.
II – regulação de sinistros cobertos por contratos de seguro;
III – inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros;
IV – prevenção e gerência de riscos seguráveis;
V – conserto de veículo sinistrado;
VI - "pró-labore", pagas a estipulantes;
VII - qualquer, desde que efetuado por pessoa física ou jurídica não cadastrada na Prefeitura.

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos II, III e IV, não há incidência do Imposto quando os serviços forem prestados pelo próprio segurado, incorrendo, consequentemente, a responsabilidade tributária.
§ 2º - Os serviços pagos ou creditados pela agência, filial e sucursal e pela companhia de seguro serão relacionados e arquivados, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto retido, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.
§ 3º - A declaração mencionada no parágrafo anterior identificará:
a) o mês de competência;
b) o nome da pessoa física ou jurídica;
c) a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
d) o valor do serviço pago ou creditado;
e) a somatória dos pagamentos ou créditos realizados, que servirá de base para a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.
§ 4º - Com base na declaração mensal, o contribuinte responsável reterá e recolherá o ISSQN, de acordo com os prazos estabelecidos.

Art. 126 - A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a promover, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da prestação do serviço, a inscrição de pessoa física não cadastrada na Prefeitura, através de relação na qual deverão constar os seguintes dados:
I – o nome e o endereço do prestador de serviço;
II – o número do C.P.F;
III - a atividade autônoma e a sua data de início;
IV – no caso de profissão regulamentada, o número de documento de identificação.

Parágrafo único - A relação referendada no presente artigo deverá ser apresentada, em 02 (duas) vias, ao Órgão responsável pelo Cadastro, sendo que uma via será devolvida à agência, filial e sucursal ou à companhia de seguro, com o carimbo de "RECEBIDO" do designado órgão.

Seção XXX

Da Base de Cálculo das Empresas de Corretagem, de Agencianento e de Angariação e dos Clubes de Seguros

Subseção I

Da Incidência e da Base de Cálculo

Art. 127 - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre:
I - a comissão de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguros;
II - a remuneração sobre comissão relativa a serviços prestados;
III - a comissão auferida por sócios ou dirigentes das empresas e dos clubes.

Subseção II

Das Obrigações Acessórias

Art. 128 - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro substituirão a Nota Fiscal de Serviço pelo recibo de comissão ou comprovante do respectivo crédito, para as atividades sujeitas ao regime de responsabilidade tributária

Art. 129 - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro deverão emitir a Nota Fiscal de Serviço para as atividades não sujeitas ao regime de responsabilidade tributária, bem como escriturar os Livros Fiscais, recolhendo, no prazo estabelecido, o ISSQN.

Parágrafo único - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro também deverão emitir Nota Fiscal de Serviço, bem como escriturar os Livros Fiscais, nas operações de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguro, que realizarem com outras empresas não seguradoras ou com empresas seguradoras estabelecidas fora deste Município.

Art. 130 - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro ficam obrigados a promover, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de admissão, a inscrição de pessoas físicas prepostas de corretores, não cadastradas na Prefeitura, através de relação na qual deverão constar os seguintes dados;
I – o nome e o endereço do preposto;
II - número do CPF;
III - a data de início de sua atividade;

Parágrafo único - A relação referendada no presente artigo deverá ser apresentada, em 02 (duas) vias, ao Órgão responsável pelo Cadastro, sendo que uma via será devolvida à empresa de corretagem e agenciamento e ao clube de seguro, com o carimbo de "RECEBIDO" do designado órgão.

Art. 131 - As propostas encaminhadas pelas empresas de corretagem, de agenciamento e de angariação e pelos clubes de seguro às agências, filiais e sucursais e às companhias de seguro, serão registradas, em ordem numérica e cronológica, de acordo com o modelo aprovado pela Resolução n° 06, de 25 de outubro de 1983, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, admitindo-se registros distintos para cada ramo de seguro.
§ 1º - Os registros terão suas folhas numeradas sequencialmente, conterão termos de abertura e de encerramento, datados e assinados, indicando o (s) ramo (s) a que se destina (m) e a quantidade de folhas neles contidas, fornecendo os seguintes elementos mínimos:
1 – no cabeçalho:
a) razão social da pessoa jurídica;
b) local, mês e ano de emissão.
2 – no corpo:
a) número da proposta;
b) nome do segurado (ou estipulante, no caso de seguro coletivo);
c) nome da agência, filial e sucursal ou da companhia de seguro;
d) importância segurada ou limite da importância segurada (podendo ser omitido quando se tratar de seguro coletivo de pessoas);
e) comissão de corretagem, de agenciamento e de angariação percebida;
f) observações (referentes à data de recebimento e da recusa da proposta, por parte da agência, filial e sucursal ou da companhia de seguro, além de outras anotações como erros e rasuras);
3 – A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro, organizados em sociedades que empreguem sistemas informatizados de controle, podem escriturar, mediante o uso de formulários contínuos, o movimento da matriz, bem como das filiais, sucursais, agências ou representantes.
§ 2º - Os pedidos de alteração dos contratos de seguro, feitos com a interveniência do corretor, serão igualmente registrados, em ordem numérica das respectivas propostas, ao final do registro mensal, sob o título “PEDIDOS DE ALTERAÇÃO”.
§ 3º - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro, poderão substituir o sistema de controle, de que trata o item 3, do § 1º, deste artigo, pelo arquivamento das cópias das propostas e dos respectivos pedidos de alteração, os quais serão colecionados em ordem numérica, com todos os cuidados necessários à sua inviolabilidade.

§ 4º - As propostas encaminhadas às agências, filiais e sucursais e às companhias de seguro serão numeradas, sequencialmente, admitindo-se uma série numérica distinta para cada angariação e o clube de seguro.
§ 5º - As propostas serão emitidas com o mínimo de 3 (três) vias, destinando-se a 1ª à agência, filial e sucursal ou à companhia de seguro, a 2ª à empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e ao clube de seguro e a 3ª, ao segurado.
§ 6º - As vias propostas, bem como as dos pedidos de alteração, conterão, necessariamente, dados do protocolo que caracterizem o recebimento pela agência, filial e sucursal ou pela companhia de seguro.
§ 7º - No caso de recusa da proposta ou do pedido de alteração, por parte da agência, filial e sucursal ou da companhia de seguro, o documento comprobatório deverá ser anexado à cópia da proposta e ser arquivada pela empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação ou pelo clube de seguro que optar pelo sistema previsto no § 3º deste artigo.
§ 8º - Os registros ou arquivos das propostas ficarão à disposição da fiscalização, na sede das empresas de corretagem, de agenciamento e de angariação e dos clubes de seguro, podendo a escrituração dos registros ser descentralizada para as filiais, as sucursais ou as agências.
§ 9 - Na hipótese prevista no item 3, do § 1º deste artigo, cada uma das filiais, das sucursais ou das agências deverá manter, à disposição da fiscalização, cópia do referido formulário, devidamente regularizada, relativa à sua produção.

Seção XXXI

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 132 - A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela Autoridade Fiscal.
§ 1º - Quanto ao profissional autônomo, o lançamento será feito com base nos dados cadastrais.
§ 2º - Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, em nível de subtítulo interno, padronizados quanto à nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central constantes da Declaração de Serviços.

~~Art. 133 - O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido pela pessoa física ou jurídica prestadora do serviço no mês imediatamente posterior ao de prestação do serviço, na data definida no calendário fiscal do município – CAFIB, independentemente de qualquer aviso ou notificação.~~

Art. 133 - O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido pela pessoa física ou jurídica prestadora ou tomadora do serviço no mês imediatamente posterior ao de prestação do serviço, na data definida no calendário fiscal do município – CAFIB, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sujeitando-se o contribuinte ou qualquer responsável pelo recolhimento, às seguintes obrigações: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

I - Das obrigações acessórias: (Incluído pela redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

a) (Revogado); (Revogado pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
b) comprovar mensalmente, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município;
c) apresentar dados e documentos necessários à fixação do valor estimado ou arbitrado do imposto;
~~d) emitir notas fiscais, convencional – em papel ou eletrônica, ou quaisquer outros documentos e de escriturar livros fiscais, e lançar no livro próprio o imposto devido, entendendo-se como "escriturar livros fiscais" o devido encerramento no livro fiscal dentro da competência;~~
d) emitir notas fiscais eletrônica e de escriturar livros fiscais, e lançar no livro próprio o imposto devido, entendendo-se como "escriturar livros fiscais" o devido encerramento no livro fiscal dentro da competência; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
e) emitir documentos fiscais correspondentes à operação não tributada ou isenta devidamente;
~~f) apresentar à fiscalização, livros, talonários de nota fiscal, declarações, faturas, guias de recolhimentos e demais elementos exigidos pela Legislação Tributaria Municipal, bem como, nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo impedir ou embaraçar a ação fiscal.~~
f) apresentar à fiscalização, livros, nota fiscal eletrônica, declarações, faturas, guias de recolhimentos e demais elementos exigidos pela Legislação Tributária Municipal, bem como, nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo impedir ou embaraçar a ação fiscal. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
II - Das obrigações principais (decorrentes da incidência do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza): (Incluído pela redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
a) recolher o tributo nos prazos previstos na Legislação Tributária Municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, efetuar recolhimento após o início da ação fiscal ou através dela;
b) recolher importância efetivamente devida;
c) reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte;
d) reter e recolher o tributo, na hipótese do art. 147 desta Lei Complementar;

e) o contribuinte optante pelo Simples Nacional ficará sujeito às infringências previstas na legislação federal, e suas alterações, aplicável às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP.

Art. 134 - O imposto será recolhido:
I - pelo prestador ou tomador dos serviços, através de DAM;

~~II- No mês em que não houver movimento, a guia respectiva será anulada com a expressão "não houve movimento" e, o contribuinte deverá apresentar na coordenadoria de receitas a declaração de não movimento.~~
II - No mês em que não houver movimento, o contribuinte deverá declarar a não movimentação através do sistema eletrônico de ISS. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

Seção XXXII

Do Regime de Substituição Tributária

Art. 135 - As empresas estabelecidas no Município cuja natureza do serviço implique operações subsequentes por parte dos seus contratantes, desde que pessoas jurídicas igualmente estabelecidas no Município, ficam sujeitas ao Regime de Substituição Tributária.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei Complementar, o enquadramento de determinada empresa como responsável pelo pagamento do imposto devido por outras não elimina a responsabilidade destas últimas, que subsistirá em caráter supletivo.

Art. 136 - Enquadram-se em Regime de Substituição Tributária:
I - as empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros;
II - as empresas que operam na revelação de filmes, em relação às que agenciam esse serviço.

Art. 137 - As empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos, instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros, ao emitirem Notas Fiscais correspondentes a essas locações, farão constar do corpo desses documentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pelo locatário, a ser cobrado juntamente com o preço da locação, desde que locador e locatário sejam estabelecidos no município.

Art. 138- Servirá de referência para cálculo do imposto à soma do valor de aluguel devido pelo locatário mais à parcela de:
I - 30% (trinta por cento), no caso de máquina para reprografia;
II - 40% (quarenta por cento), no caso de equipamentos para processamento de dados ou computação eletrônica de qualquer natureza;
III - 50% (cinquenta por cento), no caso de aparelhos para jogos e diversões, inclusive eletrônicos.

Art. 139 - Sobre o montante obtido, será aplicada a alíquota correspondente ao serviço prestado pelo locatário.

Art. 140 - Na hipótese de o locatário de aparelhos, máquinas e equipamentos não os utilizar na prestação de serviços a terceiros, fornecerá ao locador expressa declaração nesse sentido, de forma a excluir a responsabilidade deste.

Art. 141- As empresas reveladoras de filmes fotográficos estabelecidas no Município, ao emitirem as Notas Fiscais correspondentes aos seus serviços, farão constar do corpo desses documentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelo respectivo agenciador, pessoa jurídica igualmente estabelecida no Município, a ser cobrado juntamente com o preço da revelação.

Parágrafo único - Servirá de referência para o cálculo de imposto a porcentagem de 50% (cinquenta por cento) do preço líquido da revelação.

Art. 142 - O valor do imposto cobrado constituirá crédito daquele que sofrer cobrança, dedutível do imposto a ser pago no período.

Art. 143 - Os contribuintes alcançados pela substituição tributária, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico de fiscalização municipal.

Art. 144 - Ao pagar o valor constante da fatura na qual haja a cobrança do imposto, a empresa destinatária do documento tornar-se-á credora de idêntica quantia, a ser considerada na apuração de débito sobre o total de suas receitas sujeitas ao mesmo tributo.

Art. 145 - O imposto recebido de terceiros será repassado ao município pela empresa qualificada como contribuinte substituto.

Seção XXXIII

Do Regime de Responsabilidade Tributária

~~Art. 146 - O Município, por meio desta Lei Complementar Complementar, atribui de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.~~

Art. 146 - O Município, por meio desta Lei Complementar, atribui de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais, sem prejuízo da responsabilidade do prestador pelo cumprimento total da obrigação principal, em caso de inadimplemento da terceira pessoa. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~§ 1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.~~

§ 1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 147 - Enquadram-se no Regime de Responsabilidade Tributária:
I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
~~II – as pessoas físicas e jurídicas, ainda que imune e isenta, tomadora ou intermediária, dos serviços descritos nos incisos I a XX, do art. 53; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
~~II - as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária, dos serviços descritos nos incisos I a XXIII, do art. 53; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~
II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 4.22, 4.23, 5.09, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 15.01, 15.09, 16, 17.05, 17.10, 20, 22.01, da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
III - os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços das empresas de guarda e vigilância, de conservação e limpeza;
IV - as empresas imobiliárias, incorporadoras, construtoras e condomínios pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;
V - as empresas que explorem serviços médicos, hospitalares e odontológicos, mediante pagamento prévio de planos de assistência, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas que agenciem, intermediem ou façam a corretagem desses planos junto ao público;
VI - as empresas seguradoras e de capitalização, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguros, de capitalização e sobre o pagamento às oficinas mecânicas, relativo ao conserto de veículos sinistrados;
VII - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;
VIII - as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes intermediários;
IX - as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;
X - as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sob contrato de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela de receita bruta auferida pelo co-explorador;
XI - as empresas de construção civil, pelo imposto devido pelos respectivos empreiteiros;
XII - as empresas empreiteiras, pelo imposto devido pelos respectivos subempreiteiros ou fornecedores de mão-de-obra;
XIII - a Prefeitura, os órgãos da administração pública, direta ou indireta, autárquicos ou fundacionais, das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as

sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias e delegadas de serviços públicos, pelo imposto devido pelos respectivos prestadores;
~~XIV - as empresas tomadoras de serviços, quando:~~
XIV – tomadores dos serviços descritos nos subitens 15.09 e 15.14; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
XV - As Pessoas Físicas e Jurídicas, tomadoras de serviços, quando: (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
a) prestador de serviço não comprovar sua inscrição no Cadastro Mobiliário;
b) o prestador do serviço, obrigado à emissão de Notas Fiscal de Serviço, deixar de fazê-lo;
c) a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no município.

XVI - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no §4º do art. 53 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

§ 1º - A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.
~~§ 2º - A retenção do imposto previsto neste artigo não se aplica aos pagamentos a pessoas jurídicas estabelecidas fora do Município.~~
§ 2º - A retenção do imposto previsto neste artigo se aplica, inclusive, aos pagamentos a pessoas jurídicas estabelecidas fora do Município. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 3º - As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, reterão o imposto correspondente ao preço dos respectivos serviços.~~
~~§ 4º - Consideram-se:~~
~~I - produção externa, os serviços gráficos, de composição gráfica, de fotolito, de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo, de gravação sonoras, elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitários;~~
~~II - subempreiteiros e fornecedores de mão-de-obra, as pessoas jurídicas fornecedoras de mão-de-obra para serviços de conservação, limpeza, guarda e vigilância de bens móveis e imóveis.~~
§ 3º - (Revogado) (Revogado pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§ 4º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 5º - As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, reterão o imposto correspondente ao preço dos respectivos serviços. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 6º - Consideram-se: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

I - produção externa, os serviços gráficos, de composição gráfica, de fotolito, de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo, de gravação sonoras, elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitários; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

II - subempreiteiros e fornecedores de mão-de-obra, as pessoas jurídicas fornecedoras de mão-de-obra para serviços de conservação, limpeza, guarda e vigilância de bens móveis e imóveis. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

Art. 148 - A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração em separado do contratante.

Parágrafo único - Para retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente.

Art. 149 - O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago no período.

Art. 150 - Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Seção XXXIV

Da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte

Art. 151 - Os benefícios instituídos pela presente Lei somente começam a produzir efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos após o cadastramento da micro empresa e empresa de pequeno porte no órgão municipal competente.

~~Art. 152- Consideram-se microempresas e empresa de pequeno porte a pessoa física ou jurídica, que possua até 03 (três) empregados e cuja receita bruta anual, apurada no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro, seja:~~

~~I. Microempresa - Quando a Receita bruta anual não exceder a R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);~~

~~II. Empresa de Pequeno Porte - Quando a receita bruta anual superar o limite fixado no inciso anterior, até o máximo de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).~~

~~§ 1º - Para os fins deste artigo considera-se receita bruta, o total das receitas operacionais e não operacionais de todos os estabelecimentos da empresa, prestadora ou não de serviços, inclusive dos situados fora do município, excluindo-se as receitas atingidas pelo mecanismo de substituição tributária.~~

~~§ 2º - No cálculo das receitas não operacionais, exclui se o produto de venda de bens do ativo permanente.~~

~~§ 3º - Os limites retro fixados entendem-se sempre proporcionais aos meses, inclusive fração destes, de efetivo funcionamento do exercício considerado.~~

~~§ 4º - Os valores constantes do anexo II desta Lei Complementar, no que se refere ao regime simplificado de I.S.S.Q.N., poderão ser revistos anualmente, a critério da Administração.~~
~~§ 5º - Ao ultrapassar o limite da faixa em que estiver enquadrado, o contribuinte comunicará o ajuste para a faixa correspondente ou seu desenquadramento do regime previsto nesta lei a partir da data que ocorrer o fato. Caso, no final do exercício, o contribuinte não alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrado, poderá efetuar o seu reenquadramento para a faixa inferior, para o próximo exercício.~~
~~§ 6º - A perda de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e, bem assim, o ajuste da faixa serão comunicados à repartição competente até 30 (trinta) dias após o fato gerador, sob pena de estar sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente a R$ 200,00 (duzentos reais), por mês, em que permanecer sem comunicar, independentemente da aplicação de outras penalidades.~~
~~§ 7º - As empresas de que trata o parágrafo anterior que, antes do fim do exercício, alcançarem receita bruta superior ao limite, passarão a pagar o imposto sobre os fatos geradores ocorridos, a partir do mês em que se verificar essa hipótese, e, sobre os valores excedentes, observados os prazos fixados no Calendário Municipal de Tributos.~~
Art. 152- Consideram-se microempresas e empresa de pequeno porte a pessoa física ou jurídica, cuja receita bruta anual, apurada no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro, seja: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~I. Microempresa - Quando a Receita bruta anual não exceder a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);~~

~~II. Empresa de Pequeno Porte - Quando a receita bruta anual superar o limite fixado no inciso anterior, até o máximo de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).~~
I - Microempresa - Quando a Receita bruta anual não exceder a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
II - Empresa de Pequeno Porte - Quando a receita bruta anual superar o limite fixado no inciso anterior, até o máximo de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
§ 1º - Para os fins deste artigo considera-se receita bruta, o total das receitas operacionais e não operacionais de todos os estabelecimentos da empresa, prestadora ou não de serviços, inclusive dos situados fora do município, excluindo-se as receitas atingidas pelo mecanismo de substituição tributária. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 2º - No cálculo das receitas não operacionais, exclui se o produto de venda de bens do ativo permanente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 3º - Os limites retro fixados entendem-se sempre proporcionais aos meses, inclusive fração destes, de efetivo funcionamento do exercício considerado. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 4º - Ao ultrapassar o limite da faixa em que estiver enquadrado, o contribuinte comunicará o ajuste para a faixa correspondente ou seu desenquadramento do regime previsto nesta lei a partir da data que ocorrer o fato. Caso, no final do exercício, o contribuinte não alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrado, poderá efetuar o seu reenquadramento para a faixa inferior, para o próximo exercício. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~§ 5º - A perda de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e, bem assim, o ajuste da faixa serão comunicados à repartição competente até 30 (trinta) dias após o fato gerador, sob pena de estar sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente a R$ 200,00 (duzentos reais), por mês, em que permanecer sem comunicar, independentemente da aplicação de outras penalidades.~~
§ 5º - A perda de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e, bem assim, o ajuste da faixa serão comunicados à repartição competente até 30 (trinta) dias após o fato gerador, sob pena de estar sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente a ~~R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)~~, por mês, em que permanecer sem comunicar, independentemente da aplicação de outras penalidades. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$368,21 (Trezentos, sessenta e oito reais e vinte e um centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
§ 6º - As empresas, que trata o parágrafo anterior que, antes do fim do exercício, alcançarem receita bruta superior ao limite, passarão a pagar o imposto sobre os fatos geradores ocorridos, a partir do mês em que se verificar essa hipótese, e, sobre os valores excedentes, observados os prazos fixados no Calendário Municipal de Tributos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 7º - o contribuinte optante do Simples Nacional recolherá o Imposto de Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme dispõe a legislação federal e suas alterações. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
Art. 153 - O cadastramento de micro empresas e empresas de pequeno porte será feito mediante requerimento do interessado, instruído com documentos comprobatórios do atendimento dos requisitos desta Lei Complementar.

Art. 154 – O imposto sobre serviço das micro e pequenas empresas, será enquadrado conforme regime simplificado de ISS (Imposto sobre Serviços), conforme anexo II desta Lei Complementar.

Art. 155. - O contribuinte que, sem observância dos requisitos previstos na legislação, declarar o seu enquadramento ou se mantiver enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeito às seguintes consequências e penalidades:
I - cancelamento "ex-offício" do seu registro como microempresa ou empresa de pequeno porte;
II - pagamento dos tributos devidos como se não estivesse enquadrada, acrescido de mora, atualização monetária e de outras penalidades previstas na lei, contadas desde a data em que o tributo deveria ser pago, até a data do seu efetivo pagamento;
III - o impedimento de que seu titular, ou qualquer sócio, constitua nova microempresa ou empresa de pequeno porte, ou participe de outra já existente, com os favores desta lei, por um período de 2 (dois) anos;
IV - multas conforme legislação em vigor.

Parágrafo Único - O titular ou sócio das empresas retrocitadas responderá solidária e ilimitadamente pelas consequências da aplicação deste artigo.

Art. 156 - Para cálculo da faixa de enquadramento, no caso de empresa que nunca tenha sido cadastrada dentro do regime simplificado de ISS, serão considerados os últimos 12 meses da receita a partir da data do cadastramento.

§ 1º - O enquadramento no regime desta lei obrigará o titular ou sócio a declarar que a receita prevista para o ano não ultrapassará as faixas máximas de enquadramento.
§ 2º - O enquadramento de que trata este artigo poderá ser solicitado pelo representante legal da empresa a qualquer momento desde que observados os requisitos legais.
§ 3º - A Divisão de Fiscalização do ISS receberá a requisição de cadastramento mediante a apresentação de formulários simplificado das microempresas ou empresa de pequeno porte, sediadas na área da respectiva região.

Art. 157 - Não se incluem no regime desta Lei Complementar as pessoas jurídicas:
I - que tenham como sócias pessoas jurídicas;
II - que participem do capital de outras pessoas jurídicas;
III - cujo titular ou sócio participem de outra pessoa jurídica;
IV - que sejam constituídas sob a forma de sociedade por ações;
V - que realizem operações relativas a:
a) importação;
b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação, corretagem, administração ou construção de imóveis;
c) estacionamento, armazenamento, guarda ou administração de bens de terceiros:
d) corretagem de câmbio, seguros e títulos e valores mobiliários;
e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação.
VI - que prestem os serviços de:
a) médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiografia, tomografia e congêneres;
b) enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária);
c) médicos veterinários;
d) contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;
e) agentes da propriedade industrial;
f) advogados;
g) engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;
h) dentistas;
i) economistas;
j) psicólogos.

Seção XXXV

Dos Livros em Geral e Notas fiscais.

~~Art. 158 - Os contribuintes, que tenham por objeto o exercício de atividade em que o imposto é devido sobre o preço do serviço ou receita bruta, deverão manter, para cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais , talões de notas fiscais e demais documentos fiscais.~~
Art. 158 - Os contribuintes, que tenham por objeto o exercício de atividade em que o imposto é devido sobre o preço do serviço ou receita bruta, deverão manter, para cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais, notas fiscais eletrônicas e demais documentos fiscais. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
I - (Revogado); (Revogado pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
II - (Revogado); (Revogado pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

~~III - Os Livros de Apuração do ISSQN e de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências deverão ser autenticados antes do início da respectiva atividade;~~
III - Os Livros de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências deverão ser autenticados antes do início da respectiva atividade; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
IV - Para a autenticação de que trata o parágrafo anterior, quando se tratar da autenticação do segundo livro em diante, o livro anterior deverá ser encerrado e apresentado, juntamente com o novo livro.

Seção XXXVI

Das Penalidades

Art. 159 - As infrações e descumprimento de quaisquer obrigações principais ou acessórias previstas na legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, serão punidas com a aplicação das seguintes multas:
I - pelo descumprimento de obrigações acessórias:

~~a) a Pessoa Jurídica com atividade de gráfica que deixar de exigir a autorização firmada pelo fisco municipal para a impressão de documentos fiscais, e ao prestador de serviços que deixar de exibi-los à fiscalização para autenticação: multa de valor correspondente a R$ 600,00 (seiscentos reais), para cada infrator;~~
~~b) deixar de comprovar mensalmente, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município: multa de valor correspondente a R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), por mês, enquanto ocorrer a infração;~~
~~c) aos que sonegarem dados e documentos necessários à fixação do valor estimado ou arbitrado do imposto: multa no valor igual a 30% (trinta por cento) do imposto devido, corrigido monetariamente mas nunca inferior a R$ 360,00(trezentos e sessenta reais);~~
~~d) aos que deixarem de emitir notas fiscais, convencional – em papel ou eletrônica, ou emiti-la com erro, ou com seu prazo de validade vencido, ou com omissões, ou quaisquer outros documentos e de escriturar livros fiscais, ou o fizerem com inobservância das normas regulamentares ou, ainda, deixarem de lançar no livro próprio o imposto devido, entendendo-se como "escriturar livros fiscais" o devido encerramento no livro fiscal dentro da competência, multa no valor igual a R$100,00 (cem reais), por mês, enquanto ocorrer a infração;~~
~~e) aos que emitirem documentos fiscais correspondentes à operação não tributada ou isenta indevidamente, e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem de tais documentos visando a produção de qualquer efeito de redução da base de cálculo do imposto: multa de valor correspondente a R$ 120,00 (cento e vinte reais) , por mês, dentro do qual se constate a ocorrência, de uma ou mais infrações;~~

a) a Pessoa Jurídica com atividade de gráfica que deixar de exigir a autorização firmada pelo fisco municipal para a impressão de documentos fiscais, e ao prestador de serviços que deixar de exibi-los à fiscalização para autenticação: multa de valor correspondente a ~~R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)~~, para cada infrator; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$1.104,62 (Hum mil, cento e quatro reais e sessenta e dois centavos)

(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

b) deixar de comprovar mensalmente, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município: multa de valor correspondente a ~~R$ 77,00 (setenta e sete reais)~~, por mês, enquanto ocorrer a infração; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$101,26 (Cento e um reais e vinte e seis centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

c) aos que sonegarem dados e documentos necessários à fixação do valor estimado ou arbitrado do imposto: multa no valor igual a 30% (trinta por cento) do imposto devido, corrigido monetariamente mas nunca inferior a ~~R$ 504,00 (quinhentos e quatro reais)~~; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$662,78 (Seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

~~d) aos que deixarem de emitir notas fiscais, convencional – em papel ou eletrônica, ou emiti-la com erro, ou com seu prazo de validade vencido, ou com omissões, ou quaisquer outros documentos e de escriturar livros fiscais, ou o fizerem com inobservância das normas regulamentares ou, ainda, deixarem de lançar no livro próprio o imposto devido, entendendo-se como "escriturar livros fiscais" o devido encerramento no livro fiscal dentro da competência, multa no valor igual a R$140,00 (cento e quarenta reais), por mês, enquanto ocorrer a infração; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)~~
d) aos que deixarem de emitir nota fiscal eletrônica ou emiti-la com erro, ou com omissões, ou quaisquer outros documentos e de escriturar livros fiscais, ou o fizerem com inobservância das normas regulamentares ou, ainda, deixarem de lançar no livro próprio o imposto devido, entendendo-se como "escriturar livros fiscais" o devido encerramento no livro fiscal dentro da competência, multa no valor igual a R$156,42 (Cento e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos), por mês, enquanto ocorrer a infração; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
R$184,10 (Cento, oitenta e quatro reais e dez centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
e) aos que emitirem documentos fiscais correspondentes à operação não tributada ou isenta indevidamente, e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem de tais documentos visando a produção de qualquer efeito de redução da base de cálculo do imposto: multa de valor correspondente a ~~R$ 170,00 (cento e setenta reais)~~, por mês, dentro do qual se constate a ocorrência, de uma ou mais infrações; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$223,56 (Duzentos, vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
~~f) não possuir ou negar-se a apresentar a fiscalização, livros, talonários de nota fiscal, declarações, faturas, guias de recolhimentos e demais elementos exigidos pela Legislação Tributaria Municipal, bem como, nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de~~

~~100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
f) não possuir ou negar-se a apresentar a fiscalização, livros, nota fiscal eletrônica, declarações, faturas, guias de recolhimentos e demais elementos exigidos pela Legislação Tributária Municipal, bem como, nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

II - Pelo descumprimento das obrigações principais (decorrentes da incidência do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza): (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
a) deixar de recolher o tributo nos prazos previstos na Legislação Tributária Municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, efetuar recolhimento após o início da ação fiscal ou através dela: multa de 70%(setenta por cento) do tributo devido, corrigido monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
b) recolher importância inferior à efetivamente devida: multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da importância não recolhida, corrigida monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
c) deixar de reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte: multa de 70% (setenta por cento) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
d) reter e deixar de recolher o tributo, na hipótese do art. 147 desta Lei Complementar: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
e) o contribuinte optante pelo Simples Nacional ficará sujeito às penalidades previstas na legislação federal, e suas alterações, aplicável às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 160 - Quando a autoridade administrativa concluir que o cometimento de qualquer das infrações enumeradas nesta Seção se configura como sonegação, fraude ou conluio, haverá um agravamento em 100% (cem por cento) da penalidade a ser aplicada na hipótese.

Art. 161 - Considera-se sonegação a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:
a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;
b) das condições pessoais do sujeito passivo, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

Art. 162 - Considera-se conluio o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos anteriores.

Art. 163 - O contribuinte reincidente será punido com a aplicação da multa em dobro e, a cada infração subsequente, aplicar-se-á a penalidade acrescida de 20% (vinte por cento).

Art. 164- Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa, física ou jurídica, anteriormente responsabilizada em virtude de decisão administrativa definitiva.

Art. 165 - Em casos especiais, visando a facilitar o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes, poderá ser permitida a adoção de regime especial, tanto para o pagamento do imposto quanto para a emissão de documentos e escrituração de livros fiscais, a critério da autoridade competente.

Seção XXXVII

Das Disposições Finais

Art. 166 - Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita e os documentos previstos nesta Lei Complementar bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as Autoridades Fiscais.

Art. 167 - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como os documentos fiscais, gerenciais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender à requisição da Autoridade Fiscal.
§ 1º - É facultada a guarda do Livro de Registro de Serviços Prestados ao responsável pela escrita fiscal e comercial do contribuinte.
§ 2º - Será permitida a escrituração por processo mecanizado ou de processamento eletrônico de dados, mediante prévia autorização da autoridade competente.

Art. 168 - Os contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviço deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou aonde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço – Qualquer Reclamação, Ligue para a Fiscalização".

Parágrafo único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Art. 169 - O contribuinte prestador de serviço de obras de construção civil ou hidráulica deverá individualizar, por obra, sua escrituração fiscal.

Parágrafo único - Ficam dispensadas de efetuar a individualidade na escrita fiscal os contribuintes que, na escrita comercial, efetuam a individualização determinada neste artigo.

Art. 170 - É facultado ao contribuinte aumentar o número de vias dos documentos fiscais e gerenciais, fazer conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento nem as disposições desta Lei Complementar.

TÍTULO III

TAXAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 171 - As taxas de competência do Município decorrem:
I - do exercício regular do poder de polícia do Município;
II - de utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

Art. 172 - Considera-se exercício regular do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, ao meio ambiente, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao uso e ocupação do solo, ao exercício de atividades econômicas, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos no âmbito municipal.

Art. 173 - Os serviços públicos consideram-se:
I - utilizados pelo contribuinte:
a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam colocados à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
II - específicos, quando possam ser destacados, em utilidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;
III - divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Parágrafo único - É irrelevante para a incidência das taxas que os serviços públicos sejam prestados diretamente ou por meio de concessionários ou através de terceiros contratantes.

Art. 174 - O fato gerador, a incidência, o lançamento e o pagamento das taxas, fundadas no poder de polícia do Município, independem:
I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade ou da exploração dos locais;
V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI - do recolhimento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

CAPÍTULO II

DO ESTABELECIMENTO EXTRATIVISTA, PRODUTOR, INDUSTRIAL, COMERCIAL, SOCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇO

Art. 175 - Estabelecimento:
I - é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades econômicas ou sociais, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;
II - é, também, o local onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante;
III - é, ainda, a residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional;
IV - a sua existência é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:
a) manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;
b) estrutura organizacional ou administrativa;
c) inscrição nos órgãos previdenciários;
d) indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;
e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada, através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

Art. 176 - Na circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento.

Art. 177 - O lançamento e o pagamento das taxas não importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

CAPÍTULO III

DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO.

Seção I
Do Fato Gerador e da Incidência

~~Art. 178 - A Taxa de Licença de Localização, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimentos extrativistas, produtores, industriais, comerciais, sociais e prestadores de serviços, bem como sobre o~~

~~seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às normas municipais de posturas relativas à ordem pública.~~

Art. 178 – A Taxa de Licença de Localização, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia do município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias, fiscalizações, autorizações e outros atos administrativos sobre a localização e a instalação de estabelecimentos extrativistas, produtores, industriais, comerciais, sociais e prestadores de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às normas municipais de posturas relativas à ordem pública. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

Art. 179 - Nenhum estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e de Prestação de Serviços de qualquer natureza, poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município, sem prévia Licença para Localização outorgada pela Prefeitura.

Art. 180 - O Pagamento da Licença a que se refere o artigo anterior será devida por ocasião do licenciamento inicial, e toda vez que se verificar mudança no ramo de atividade, de local e de razão social.

~~§ 1° - Nos casos previstos neste artigo, quando a licença for concedida depois de 30 de junho, o pagamento da taxa será feito com redução de 50%(cinquenta por cento). (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~ (Revogado pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

§ 2° - No caso de estabelecimento com mais de uma atividade, a Taxa de Licença de Localização terá como base a atividade com maior valor. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~§ 3° - Fica instituído o Alvará Provisório, que será regulamentado por meio de Decreto. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 135, de 13 de agosto de 2012).~~

§ 3° - O Alvará de Localização poderá ser concedido em caráter provisório, sem prejuízo do licenciamento obrigatório do evento junto ao órgão competente, se ocorrer uma das seguintes situações: (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

a) quando o contribuinte não apresentar todos os documentos exigidos para a concessão do Alvará definitivo; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

b) quando o exercício da atividade for transitório ou temporário; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

c) quando se tratar de funcionamento de “stands” de empreendimentos imobiliários, ou canteiros de obras; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

d) quando se tratar de funcionamento de “stands” em exposições, feiras promocionais e outros eventos analógicos; (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

e) nos casos previstos nas alíneas “b” a “d”, do presente artigo, o valor do Alvará de Localização será correspondente ao disposto no parágrafo único, do artigo 188 e deverá ser renovado anualmente. Se concedido depois de 30 de junho, o referido valor terá

redução de 50% (cinquenta por cento). (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

Art. 181 – As empresas localizadas no Município de Belford Roxo, deverão confirmar anualmente as respectivas inscrições, junto à Prefeitura Municipal, através do preenchimento do DOCUMENTO DE CONFIRMAÇÃO NO CADASTRO FISCAL – DCCF, que deverá ser apresentado até 30 de março, na Secretaria Municipal de Fazenda, cujo prazo poderá ser alterado no CAFIB de cada exercício.

~~§ 1º - O contribuinte pagará anualmente o valor referente à Taxa de Expediente, que será cobrada a partir do exercício seguinte ao da abertura do estabelecimento, quando for apresentar o DCCF, precedida da apresentação, para conferência e atualização cadastral, de todos os documentos necessários à concessão da licença de localização.~~

~~§ 2º - O não cumprimento que trata o "Caput" deste artigo, no prazo estabelecido, implicará na seguinte penalidade: multa de R$ 100,00 (cem reais), vencido prazo do "Caput" deste artigo.~~

§ 1º - O contribuinte pagará anualmente o valor de ~~R$100,00 (cem reais),~~ que será cobrada a partir do exercício seguinte ao da abertura do estabelecimento, quando for apresentar o DCCF, precedida da apresentação, para conferência e atualização cadastral, de todos os documentos necessários à concessão da licença de localização. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017).

R$131,50 (Cento, trinta e um reais e cinquenta centavos)

(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

§ 2º - O não cumprimento no prazo previsto no "Caput" deste artigo, implicará em multa no valor de ~~R$ 140,00 (cento e quarenta reais)~~.

(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)

R$184,10 (Cento, oitenta e quatro reais e dez centavos)

(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Art. 182 - Poderá a Secretaria Municipal de Fazenda, através de sua Coordenadoria de Receitas, a requerimento do interessado, autorizar o parcelamento da Taxa de Licença para Localização até o limite de meses restantes para o final do exercício.

~~Art. 183 - Não são contribuintes da Taxa de Licença para Localização a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Autarquias, os Partidos Políticos, Associações Civis sem fins lucrativos, Fundações instituídas pelo Poder Público e os Templos de Culto de qualquer natureza.~~

Art. 183 - Não são contribuintes da Taxa de Licença para Localização e da Taxa de Expediente referente ao Documento de Confirmação no Cadastro Fiscal – DCCF a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Autarquias, os Partidos Políticos, Associações Civis sem fins lucrativos, Fundações instituídas pelo Poder Público e os Templos de Culto de qualquer natureza. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Parágrafo Único: Fica isento do pagamento da Taxa de Licença de Localização o escritório de Advocacia que venha a se estabelecer no Município.

~~Art. 184 - A Licença para Localização será concedida desde que as condições de Zoneamento, Higiene e Segurança sejam adequadas à espécie de atividades a ser exercida, observando os requisitos da legislação edilícia e urbanística do Município.~~

~~Parágrafo Único – os estabelecimentos e os comércios rudimentares, que não se adequarem ao disposto no caput deste artigo, estarão sujeitos às seguintes penalidades, após a notificação preliminar de 08(oito):~~
~~I - As infrações serão punidas com:~~

~~a) Multa no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), ao estabelecimento que estiver funcionando sem Alvará de Licença para Localização ou em desacordo com a legislação e no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), para os comércios rudimentares;~~
~~b) Na reincidência da alínea a, após decorrido o prazo de 8 (oito) dias, multa de R$ 300,00 (trezentos reais) e no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) para comércio rudimentar, bem como a imediata interdição do estabelecimento e/ou apreensão de bens;~~
~~c) Multa diária pelo não cumprimento do Edital de Interdição: no valor de R$ 30,00 (trinta reais), para os estabelecimentos e no valor de R$ 15,00 (quinze reais), quando se tratar de comércio rudimentar, a contar da lavratura auto de interdição.~~

Art. 184 - A Licença para Localização será concedida desde que as condições de Zoneamento, Higiene e Segurança sejam adequadas à espécie de atividades a ser exercida, observando os documentos necessários a sua concessão, bem como, os requisitos da legislação edilícia e urbanística do Município; devendo, inclusive, informar ao setor de ALVARÁ suas alterações e o encerramento da atividade. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 1° – os estabelecimentos e os comércios rudimentares, que não se adequarem ao disposto no caput deste artigo, estarão sujeitos às seguintes penalidades, após a notificação preliminar de 08(oito) dias: (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

I - As infrações serão punidas com:

a) Multa no valor de 50% (cinquenta por cento) correspondente ao valor atualizado da Taxa de Licença de Localização da referida atividade na data da lavratura do auto de infração, ao estabelecimento que estiver funcionando sem Alvará de Licença para Localização ou em desacordo com a legislação; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
b) Na reincidência da alínea “a”, após decorrido o prazo de 08 (oito) dias da lavratura do auto de infração, multa de 100% (cem por cento) correspondente ao valor atualizado da Taxa de Licença de Localização da referida atividade na data da lavratura deste auto de infração, bem como a imediata interdição do estabelecimento e/ou apreensão de bens; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~c) Multa no valor de R$ 90,00 (noventa reais), para os comércios rudimentares;~~
~~d) Na reincidência da alínea “c”, após decorrido o prazo de 08 (oito) dias da lavratura do auto de infração, multa no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) para comércio rudimentar, bem como a imediata interdição do estabelecimento e/ou apreensão de bens;~~

~~e) Multa diária pelo não cumprimento do Edital de Interdição: no valor de R$ 36,00 (trinta e seis reais), para os estabelecimentos sujeitos a Taxa de Licença de Localização e no valor de R$ 18,00 (dezoito reais), quando se tratar de comércio rudimentar, a contar da lavratura auto de interdição;~~
~~f) fazer a inscrição mobiliária com omissões ou dados incorretos: multa de valor correspondente a R$ 120,00 (cento e vinte reais), por mês, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício;~~
~~g) deixar de comunicar qualquer ato ou fato que venha a modificar os dados da inscrição nos prazos e condições constantes da Legislação Tributária Municipal: multa de valor correspondente a R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou por ofício;~~
~~h) deixar de comunicar a cessação da atividade no prazo de 30 (trinta) dias: multa correspondente a R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício;~~
c) Multa no valor de ~~R$ 126,00 (cento e vinte seis reais~~), para os comércios rudimentares; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$165,70 (Cento, sessenta e cinco reais e setenta centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

d) Na reincidência da alínea "c", após decorrido o prazo de 08 (oito) dias da lavratura do auto de infração, multa no valor de ~~R$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais)~~ para comércio rudimentar, bem como a imediata interdição do estabelecimento e/ou apreensão de bens; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$331,38 (Trezentos, trinta e um reais e trinta e oito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
e) Multa diária pelo não cumprimento do Edital de Interdição: no valor de ~~R$ 50,40 (cinquenta reais e quarenta centavos)~~, para os estabelecimentos sujeitos a Taxa de Licença de Localização e no valor de ~~R$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos)~~, quando se tratar de comércio rudimentar, a contar da lavratura auto de interdição; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$66,27 (Sessenta e seis reais e vinte e sete centavos)
R$33,14 (Trinta e três reais e quatorze centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

f) fazer a inscrição mobiliária com omissões ou dados incorretos: multa de valor correspondente a ~~R$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais)~~, por mês, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$220,92 (Duzentos e vinte reais e noventa e dois centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

g) deixar de comunicar qualquer ato ou fato que venha a modificar os dados da inscrição nos prazos e condições constantes da Legislação Tributária Municipal: multa de valor correspondente a ~~R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais)~~, por exercício, até a regularização voluntária ou por ofício; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$441,85 (Quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

h) deixar de comunicar a cessação da atividade no prazo de 30 (trinta) dias: multa correspondente a ~~R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais)~~, por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$441,85 (Quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

§ 2° - Em caso de estabelecimento com mais de uma atividade, a multa incidirá sobre a atividade de maior valor. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 185 - Para efeito de incidência da Taxa de Licença para Localização consideram-se estabelecimentos distintos:
I - Os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II - Os que embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos;
III - Os que embora de residência do contribuinte possa desvincular parte para transformação em não residencial respeitando as seguintes determinações:

a) Sendo imóvel situado em prédio residencial dever-se-á observar o estatuto do condomínio e conter autorização expressa do síndico;
b) Sendo casas situadas no mesmo terreno, dever-se-á conter autorização expressa da maioria dos moradores não se incluindo os condomínios de vila onde observar-se-á a regra da alínea a.

§ 1º - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contínuos ou com área de comunicação interna, nem vários pavimentos de um mesmo imóvel.
~~§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimarem a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as exigências de determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.~~
§ 2º - A Licença para Localização poderá ser revista ou cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimarem a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as exigências de determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 186 - Ficam os estabelecimentos obrigados a manter o alvará e os respectivos tributos do exercício vigente no local de funcionamento e de fácil visualização.

~~Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará na multa de R$ 100,00 (cem reais).~~

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará na multa de ~~R$ 140,00 (cento e quarenta reais)~~. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$184,10 (Cento e oitenta e quatro reais e dez centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 187 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, da instalação e do funcionamento de estabelecimentos extrativistas, produtores, industriais, comerciais, sociais e prestadores de serviços.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 188 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único - A referida taxa será cobrada conforme anexo III desta Lei Complementar.

CAPITULO IV

DA TAXA DE AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

Seção I

Do Fato gerador e da Incidência

Art. 189 - A Taxa de Autorização e Fiscalização de Publicidade, fundada no poder de polícia do Município, concernente à utilização de seus bens públicos de uso comum, à estética urbana, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, em observância às normas municipais de posturas relativas ao controle do espaço visual urbano.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo:

I - Os tablóides ou encartes, letreiros, programas, totens, front-light, brake-light, triface, outdoor, busdoor, painéis, placas, telemensagens, galhardetes, quadros, anúncios e mostruários fixos ou volantes, afixados ou pintados em paredes, muros, postes ou calçadas;
II - A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de voz, alto falantes e propagandistas;

III - Os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem de qualquer forma visíveis da via pública.
§ 2º - Serão considerados Outdoor as placas de publicidade com área padrão de tamanho igual a 9,00 m x 3,00 m, constando a identificação da empresa responsável.

Art. 190 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, as quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar uma vez que a tenham autorizada.

Art. 191 - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias, da dimensão e de outras características do meio de publicidade.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá ser anexada ao requerimento, a autorização do proprietário com o comprovante de propriedade.

Art. 192- A taxa não incide sobre os anúncios, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário:
I - destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
II - no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;
III - em emblemas de entidades públicas, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
IV - em emblemas de sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
V - colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;
VI - e, as placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;
VII - que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;
VIII - e, as placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público;
IX - que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;
X - e, às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;
XI - e, às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome e a profissão;
XII - de locação ou venda de imóveis, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário;
XIII - e painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-somente, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;
XIV - de afixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar;

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 193 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da propriedade do veículo de divulgação.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 194 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único - A referida taxa será cobrada conforme anexo IV desta Lei Complementar.

Seção IV

Do lançamento e do Recolhimento

Art. 195 - A taxa será devida por dia, mês ou ano, independentemente da data de instalação, transferência de local ou qualquer alteração no tipo e na característica do veículo de divulgação e na natureza e na modalidade da mensagem transmitida.

Seção V
Das Penalidades

Art. 196 – São infrações às normas atinentes da Taxa de Autorização e Fiscalização de Publicidade:

Art. 197 - Consideram-se infrações e estão sujeitas as seguintes multas:

~~1 – Exibir publicidade sem autorização.....R$ 1.440,00~~

~~2 – Exibir publicidade:~~

~~2.1 – Em desacordo com as características aprovadas.....R$ 480,00~~

~~2.2 – Fora dos prazos constantes da autorização.....R$ 240,00~~

~~2.3 – Manter em mau estado de conservação.....R$ 240,00~~

~~2.4 – Não retirar o anúncio quando a autoridade determinar formalmente.....R$ 1.440,00~~

~~2.5 – Escrever, pendurar faixa ou colocar cartazes de qualquer espécie sobre colunas, muro, poste ou árvore em logradouro público, monumento, viaduto, elevado, ponte de~~

~~entrada /saída de túneis ou qualquer outro local exposto ao público, inclusive calçada e pista de rolamento.....R$ 960,00~~

~~2.6 – Não manter o logradouro público limpo após a distribuição de panfletos, prospectos ou saco plástico devidamente autorizado.....R$ 480,00~~

~~3 – Propaganda não especificada:~~

~~3.1 – Por dia.....R$ 12,00~~

~~3.2 – Stand por m² e por dia.....R$ 6,60~~

~~3.3 – Anúncio projetado ao ar livre, em filmes ou slides em local permitido, por hora de projeção.....R$ 3,00~~

~~3.4 – Anúncios projetados em tela de cinema ou colocado em pano de boca de palco ou tela, por mês.....R$ 5,40~~

1 - Exibir publicidade sem autorização.....~~R$ 1872,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$2.461,74 (Dois mil e quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2 - Exibir publicidade:

2.1 - Em desacordo com as características aprovadas.....~~R$ 624,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$820,58 (Seiscentos e noventa e sete reais e dezoito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2.2 - Fora dos prazos constantes da autorização.....~~R$ 312,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$410,28 (Quatrocentos e dez reais e vinte e oito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2.3 - Manter em mau estado de conservação.....~~R$ 312,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$410,28 (Quatrocentos e dez reais e vinte e oito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2.4 - Não retirar o anúncio quando a autoridade determinar formalmente.....~~R$ 1872,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$2.461,74 (Dois mil e quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2.5 - Escrever, pendurar faixa ou colocar cartazes de qualquer espécie sobre colunas, muro, poste ou árvore em logradouro público, monumento, viaduto, elevado, ponte de

entrada /saída de túneis ou qualquer outro local exposto ao público, inclusive calçada e pista de rolamento.....~~R$ 1222,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$1.606,96 (Hum mil, seiscentos e seis reais e noventa e seis centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

2.6 - Não manter o logradouro público limpo após a distribuição de panfletos, prospectos ou saco plástico devidamente autorizado.....~~R$ 624,00~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$820,58 (Oitocentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

3 - Propaganda não especificada:

3.1 - Por dia.....~~R$ 15,60~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$20,51 (Vinte reais e cinquenta e um centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

3.2 - Stand por m^2 e por dia.....~~R$ 8,58~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$11,29 (Onze reais e vinte e nove centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

3.3 - Anúncio projetado ao ar livre, em filmes ou slides em local permitido, por hora de projeção.....~~R$ 3,90~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$5,13 (Cinco reais e treze centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

3.4 - Anúncios projetados em tela de cinema ou colocado em pano de boca de palco ou tela, por mês.....~~R$ 7,02~~
(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$9,23 (Nove reais e vinte e três centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Art. 198 - Sem prejuízo de qualquer outra já prevista neste capítulo, o contribuinte que descumprir qualquer obrigação, principal ou acessória, se sujeitará a(o):

I - Apreensão de bens e mercadorias, interdição do local, cobertura do engenho de publicidade exibida sem autorização, nos casos de exercício de atividade sem autorização ou em desacordo com os termos da autorização concedida, sem prejuízo das multas cabíveis;
II - multa de:

1 - 100% (cem por cento) sobre o valor atualizado da respectiva taxa, no caso de exercício de atividade sem autorização;

2 - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado da taxa, no caso de exercício de atividade em desacordo com os termos da autorização.

III - cancelamento da autorização, a qualquer tempo, pela autoridade competente, sempre que ocorrer transgressão da legislação vigente.

CAPÍTULO V

DA TAXA DE VISTORIA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 199 - A Taxa de Vistoria de Veículos de Transporte de Passageiros, fundada no poder de polícia do Município, concernente à preservação da segurança pública e ao bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o utilitário motorizado, em observância às normas municipais de autorização, permissão e concessão ou outorga para exploração do serviço de transporte de passageiro.
§ 1º - O Município realizará através da Secretaria Municipal de Segurança, vistoria anual nos veículos dos serviços fiscalizados, visando a verificar sua adequação às normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene do transporte e outras condições necessárias à adequada e eficiente prestação do serviço, com a consequente expedição do Certificado de Vistoria.
§ 2º - O pagamento da taxa será efetuado até o último dia do mês de abril do exercício devido, vedada a sua inclusão na planilha de composição de custo operacional, bem como o seu repasse para a tarifa das passagens, pelas empresas de ônibus permissionários de transporte público, e demais transportes.
§ 3º - A falta de pagamento da taxa apurada mediante procedimento administrativo sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor atualizado do tributo, independentemente dos acréscimos moratórios exigíveis.

Art. 200 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:
I - na data de início da efetiva circulação do utilitário motorizado, relativamente ao primeiro ano de exercício;
II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;
III - na data de alteração das características do utilitário motorizado, em qualquer exercício.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 201 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular de domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do utilitário motorizado, sujeita à fiscalização municipal em razão do veículo de transporte de passageiro.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 202 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único - A referida taxa será cobrada conforme anexo V desta Lei Complementar.

Seção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 203 - A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de início da efetiva circulação ou de qualquer alteração nas características do utilitário motorizado.

Art. 204 - Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:
I - na data da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;
II - nos anos subsequentes, com vencimento na forma e no prazo fixado pela autoridade competente;
III - no ato da alteração das características do utilitário motorizado, em qualquer exercício.

CAPÍTULO VI

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 205 - A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário, fundada no poder da polícia do Município, concernente ao ordenamento do exercício de atividades econômicas, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o funcionamento em horário extraordinário de estabelecimentos comerciais, em observância às posturas municipais relativas à ordem, aos costumes e à tranquilidade pública.

Art. 206 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o funcionamento do estabelecimento comercial, fora do horário normal de abertura e fechamento do comércio.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 207 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do funcionamento, em horário extraordinário, do estabelecimento comercial.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 208 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único - A referida taxa será cobrada conforme anexo VI desta Lei Complementar.

Seção IV

Do lançamento e do Recolhimento

Art. 209 - A taxa será anual, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 210 - Sendo anual, o período de incidência do lançamento da taxa correrá:
I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo;
II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

~~Art. 211 - Os infratores, notificados preliminarmente, serão punidos, com a multa de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), cobrados em dobro em cada reincidência.~~

Art. 211 - Os infratores, notificados preliminarmente, serão punidos, com a multa de ~~R$1.680,00~~ (hum mil e seiscentos e oitenta reais), cobrados em dobro em cada reincidência. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$2.209,24 (Dois mil e duzentos e nove reais e vinte e quatro centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

CAPÍTULO VII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AMBULANTE, RUDIMENTAR, EVENTUAL E FEIRANTE

Seção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 212 - A Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante, Rudimentar, Eventual e Feirante, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, instalação e funcionamento de atividade ambulante, rudimentar, eventual e feirante, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade e a segurança pública.

Art. 213 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o exercício da atividade ambulante, eventual e feirante.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 214 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão do exercício da atividade ambulante, Rudimentar, eventual e feirante.

Seção III

Da Atividade Ambulante, Rudimentar, Eventual e Feirante

Art. 215 - Considera-se atividade:
I - ambulante a exercida individualmente, de modo habitual, com instalação ou localização fixas ou não;
II- Comércio rudimentar é o exercido em instalações com área construída de até 16,00m^2 (dezesseis metros quadrados), com as atividades de: bar, pequena lanchonete, manutenções elétricas, eletrodomésticos, bazar e similares, fotos e revelações, livrarias e hortifruti. Outros casos serão analisados pela Coordenadoria de Posturas;
III - eventual a exercida individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos;
IV - feirante a exercida individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

Art. 216 – Em se tratando de colocação de mesas e cadeiras em áreas públicas, é obrigatória a prévia autorização, junto à Coordenadoria de Posturas.

Parágrafo Único – O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará na aplicação das seguintes penalidades: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~I – R$ 50,00 (cinquenta reais), por dia, por colocar mesas e cadeiras, em áreas públicas, sem a devida autorização – por mesa com até 04 (quatro) cadeiras;~~
~~II – R$ 35,00 (trinta e cinco reais) por dia, por colocar mesas e cadeiras, em áreas públicas, em quantidade maior que a autorizada – por mesa com até 04 (quatro) cadeiras.~~
I - ~~R$ 65,00 (sessenta e cinco reias)~~, por dia, por colocar mesas e cadeiras, em áreas públicas, sem a devida autorização – por mesa com até 04 (quatro) cadeiras; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$85,47 (Oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

II - ~~R$ 45,50 (quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)~~ por dia, por colocar mesas e cadeiras, em áreas públicas, em quantidade maior que a autorizada - por mesa com até

04 (quatro) cadeiras. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$59,84 (Cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

~~Art. 217 - As mercadorias encontradas em poder de comerciantes eventuais, Rudimentares, ambulantes, feirantes, quando estes não possuírem licença, serão apreendidas e removidas para o Depósito Público, ficando sujeita ao pagamento de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), para liberação dos mesmos, além do pagamento da Taxa de Licença, quando for o caso e do pagamento da Taxa de depósito público de R$ 6,50(seis reais e cinquenta centavos), por dia.~~

Art. 217 - As mercadorias encontradas em poder de comerciantes eventuais, Rudimentares, ambulantes, feirantes, quando estes não possuírem licença, serão apreendidas e removidas para o Depósito Público, ficando sujeita ao pagamento de ~~R$ 84,50 (oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)~~, para liberação dos mesmos, além do pagamento da Taxa de Licença, quando for o caso e do pagamento da Taxa de depósito público de ~~R$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos)~~, por dia. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)

R$111,12 (Cento e onze reais e doze centavos)
R$11,12 (Onze reais e doze centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Parágrafo Único - As mercadorias perecíveis serão encaminhadas as Instituições de Assistência Social.

Seção IV

Da Base de Cálculo

Art. 218 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único - A referida taxa será cobrada conforme anexo VII desta Lei Complementar.

Seção V

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 219 - A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 220 - Sendo diário, mensal ou anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:
I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo;
II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

Seção VI
Da isenção

Art. 221 – São isentos da taxa de licença para o exercício de comércio ambulante e feirante:
I – Os ambulantes deficientes físicos e visuais e aqueles que possuem doença crônica que exerçam atividades lucrativas em escala ínfima;
II – Feirantes que exerçam a sua atividade há mais de 5 (cinco) anos e com idade superior 60 (sessenta) anos até 02 (dois) tabuleiros.

CAPÍTULO VIII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR, EM ÁREA PRIVADA E EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

~~Art. 222 - A Taxa de Fiscalização de Obra Particular e em Vias e Logradouros Públicos fundada no poder de polícia do Município, concernente à tranqüilidade e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de qualquer obra , no que respeita à construção e reforma de prédio e execução de loteamento de terreno, em observância às normas municipais relativas à disciplina do uso do solo urbano.~~

Art. 222 - A Taxa de Fiscalização de Obra Particular em Área Privada e em Vias e Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município concernente à tranquilidade e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de qualquer obra no que respeita à construção e reforma de prédio e execução de loteamento de terreno, inclusive execução de arruamentos, parqueamento, áreas de lazer e congêneres, em observância às normas municipais relativas à disciplina do uso do solo urbano. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, 27 de setembro de 2011)

~~Art. 223 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a construção e reforma de prédio, e execução de loteamento de terreno.~~

Art. 223 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a construção e reforma de prédio, a execução de arruamentos, parqueamento e áreas de lazer, e execução de loteamento de terreno. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, 27 de setembro de 2011)

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 224 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do imóvel, sujeito à fiscalização municipal em

razão da construção e reforma do prédio, inclusive suas ruas, ou execução de loteamento do terreno.

Art. 225 - A taxa não incide sobre:

I - A construção, reconstrução, acréscimo, modificação, reforma, conserto e instalação de:
a) viveiro, telheiro, galinheiro, canil, caramanchão, estufa, caixa d'água e
tanque, desde que possuam pé direito menor ou igual à 1,90 m;
chaminé, forno e mastro;
gradil cerca e passeio em logradouros.
II - Remoção ou conserto de revestimento de fachada;
III - As pinturas internas e externas e demais obras de conservação;
IV - A colocação ou substituição de:
a) portas de ferro ou de madeira, grade, sem alteração da fachada ou vão.
V - A sondagem de terrenos;
VI - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
VII - As Autarquias, no âmbito social, para obras que realizarem em prédios destinados a suas finalidades específicas;
VIII - Outras obras, que por característica ou natureza, independem de licença ou comunicação para serem executadas, conforme determinação do órgão competente de Urbanismo.

Seção III

Da Base de Cálculo

~~Art. 226 - A base de cálculo da referida taxa será cobrada conforme anexo VIII desta lei complementar, e será acrescida no ato do pagamento, do valor ISSQN devido, na alíquota de 5% (cinco por cento), utilizando-se os valores por m² (metro quadrado) constantes da planta genérica de valores vigente.~~

Art. 226 - A base de cálculo da referida taxa será cobrada conforme anexo VIII desta Lei Complementar, e será acrescida no ato do pagamento, do valor Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN devido, na alíquota de 5% (cinco por cento), utilizando-se dos valores por metro quadrado constantes da Planta Genérica de valores vigente, referente à Obra Particular e em Vias e Logradouros Públicos.
§ 1º - Fica utilizado como referência o valor unitário de metro quadrado de construção fornecido pelo SINDUSCON/RJ – Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro, do mês de agosto de 2020, nas tabelas das categorias e de valores do (Vu)C - Valor Unitário do metro quadrado de Construção, para fins de apuração do cálculo do ISS, conforme previsto na Lei de Planta Genérica de valores vigente, obedecendo ainda os dispostos nos incisos abaixo:
I - Construções de uso misto: será utilizado o valor correspondente à área predominante. Não sendo possível a distinção, aplicar-se-á o valor médio dos vários tipos de construção;
II - Reforma sem aumento de área: 50% do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, considerando-se a área reformada indicada no Alvará, ou a área total construída se a área reformada não constar do referido Alvará;
III - Demolição: 30% do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel demolido.

§ 2º - Na hipótese do contribuinte discordar dos valores citados no parágrafo anterior, poderá apresentar pedido de reconsideração, à autoridade fiscal, juntando cópia do contrato de prestação de serviço, notas fiscais, tabela de medição, os comprovantes de retenção, folha de pessoal ou prova de inscrições de profissionais autônomos, entre outros que julgar necessário, compatíveis com o porte da obra.
§ 3º - O ISSQN referente à Obra Particular e em Vias e Logradouros Públicos terá seus valores corrigidos anualmente por ato do Poder Executivo, tomando-se por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial – IPCA-E, acumulado no exercício anterior ou outro índice que vier substituí-lo na correção dos tributos municipais.
§ 4º - O ISSQN devido nas obras em vias e logradouros públicos será calculado com base no preço do serviço e com as alíquotas constantes do anexo II, desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar n°.261, de 27/11/2020)

Seção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 227 - A taxa será devida por execução de obra, conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 228 - Sendo por execução de obra a forma de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:
I - no ato do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo;
II - no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.

CAPÍTULO IX
DA TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 229 - A Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – TCRL tem como fato gerador à utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, de fruição obrigatória, prestados em regime público, nos limites territoriais do Município.

§ 1º - Para fins desta Lei Complementar, são considerados resíduos domiciliares:
I - os resíduos sólidos comuns originários de residências;
II - os resíduos sólidos comuns de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com volume de até 200 (duzentos) litros diários.

§ 2º - A utilização efetiva ou potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação, à disposição dos usuários, para fruição.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 230 – O sujeito passivo da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo - TCRL é o munícipe-usuário dos serviços.
§ 1º - Para os fins previstos nesta Seção, serão considerados munícipes-usuários dos serviços indicados, as pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município.

Seção III
Da Base de Cálculo

Art. 231 - A base de cálculo da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo - TCRL é equivalente ao custo dos serviços.
~~§ 1º - A base de cálculo da taxa será definida tomando como base a zona fiscal e a área construída do cadastro imobiliário, tendo como parâmetro a fórmula:~~
~~TCRL = até 10,00 (dez reais) X área construída.~~
§ 1º - A base de cálculo da taxa será definida tomando como base a zona fiscal e a área construída do cadastro imobiliário, tendo como parâmetro a fórmula:
TCRL = até 20,00 (vinte reais) X área construída. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$26,30 (Vinte e seis reais e trinta centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
§ 2º - Considera-se Unidade Geradora de Resíduos Sólidos Domiciliares - UGR qualquer imóvel localizado em logradouro ou via atendido pelos serviços de coleta e remoção de lixo.

Seção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 232 - A taxa será devida integral e anualmente.

Art. 233 - Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, levando-se em conta a situação fática da prestação do serviço existente à época da ocorrência do fato gerador e será recolhida de acordo com o calendário estabelecido para a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Parágrafo único – A taxa será recolhida de acordo com o calendário definido para o IPTU.

CAPÍTULO X
Da Taxa de Serviços Públicos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 234 - As Taxas de Serviços Públicos, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Seção II

Taxa de Expediente

Art. 235 - A taxa de expediente incide sobre todos os papéis e documentos da Prefeitura ou que nela transitem, sujeitos a despacho ou decisão de qualquer autoridade municipal e relativo a serviços do Município.

Art. 236 - O contribuinte da taxa é o solicitante do serviço, peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato com a Prefeitura, e esta será cobrada de acordo com tabela anexa a este Código, independente do lançamento.
§ 1º - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento manuscrito, maquinizado, mecanizado ou por processo eletrônico na ocasião em que o instrumento formal for protocolado expedido, anexado, desentranhado, desarquivado ou devolvido.
§ 2º - Enquanto não efetuado o pagamento da taxa será sustado o andamento de papéis ou atos sobre os quais incidam a taxa.

Art. 237 - São isentos da Taxa de Expediente:
I - Os atos que têm como partes a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Autarquias e os Partidos Políticos;
II - Termos de doação ao Município;
III - Requerimentos de Servidores Municipais em geral;
IV - Requerimentos de pedido de pagamento, parcelamento, restituição de tributos e depósitos ou caução;
~~V - Certificado ou Certidão:~~
V - Certificado ou Certidão de situação fiscal; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
VI - Requerimentos sobre pedido de retificação em documentos e/ou guias de pagamento de tributos, por erro da repartição competente do Município;
VII - Requerimento sobre pedido de benefícios funcionais e recursos de punições estatutárias.

Parágrafo Único – Os valores fixados para Taxa de Expediente encontram-se no anexo X desta esta Lei Complementar e poderão ser atualizadas por ato do Secretário Municipal de Fazenda.

Seção III

Taxa de Serviços Diversos

Art. 238 - A taxa de serviços diversos será devida pela execução dos seguintes serviços:
I - Matrículas de semoventes e de animais, apreensão ou liberação destes quando abandonados e conduzidos a depósitos públicos;
II - Funerários;
III - Vistorias administrativas de estabelecimentos, edificações, instalações, veículos e máquinas;
IV – Retirada de entulho de Obras.

§ 1º - Para efeito do item II deste artigo compreende-se por serviço funerário o sepultamento e desempenho de quaisquer trabalhos correlatos, cuja competência seja da municipalidade, ressalvados os direitos adquiridos.
§ 2º - A Prefeita regulamentará o funcionamento do serviço de cemitério e classe de enterramento.
§ 3º - Os cemitérios terão caráter secular e compete à Prefeitura sua construção e sua política administrativa.
§ 4º - Para efeito do inciso IV, entende-se por retirada de entulho de obras os seguintes serviços: mão-de-obra, carregamento mecânico, transporte de entulho.

Art. 239 - Contribuintes da taxa, são pessoas físicas ou jurídicas usuárias ou beneficiárias dos serviços prestados.

Parágrafo Único - A arrecadação das taxas, que trata esta seção, será feita no ato da prestação do serviço ou da petição, segundo as condições previstas em regulamentos, e de acordo com o anexo XI desta Lei Complementar.

CAPÍTULO XI

DO CADASTRO FISCAL

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 240 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:
I - o Cadastro Imobiliário;
II - o Cadastro Mobiliário;
III - o Cadastro de Publicidade;
VI - o Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro;

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:
a) os terrenos vagos existentes nas áreas urbanas e suburbanas do Município e os que vierem a resultar de desmembramentos dos atuais e de novas áreas urbanizadas;
b) os prédios existentes ou que vierem a ser construídos nas áreas urbanas e urbanizáveis.

§ 2º - O Cadastro Mobiliário compreende:
a) os estabelecimentos produtores, os industriais, os comerciais, bem como quaisquer outras atividades tributáveis exercidas no território do Município;
b) os prestadores de serviços de qualquer natureza, compreendendo as empresas e os profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo.
§ 3º - O Cadastro de Anúncio compreende os veículos de divulgação e publicidade instalados:
a) em vias e logradouros públicos;
b) em locais que, de qualquer modo, forem visíveis da via pública ou de acesso ao público.
§ 4º. O Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro compreende:
a) os veículos de transporte, público ou privado, coletivo de passageiro;
b) os veículos de transporte, privado, individual de passageiro.

Art. 241 - O prazo para inscrição:
I - no Cadastro Imobiliário é de 30 (trinta) dias, contados da data de expedição do documento hábil;
II - no Cadastro Mobiliário é de até 01 (um) dia, contados da data do efetivo início de atividades no Município;
III - no Cadastro de Anúncio é de até 2 (dois) dias antes da data de início da instalação do veículo de divulgação de propaganda e publicidade;
IV - no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro é de até 2 (dois) dias antes da data de início da efetiva circulação do utilitário motorizado.

Parágrafo único - Não sendo realizada a inscrição dentro do prazo estabelecido, o órgão fazendário competente deverá promovê-la de Ofício, desde que disponha de elementos suficientes.

Art. 242 - O órgão fazendário competente poderá notificar o obrigado a prestar informações necessárias à inscrição, as quais serão fornecidas no prazo de 08 (oito) dias, contados da data da notificação.

Parágrafo único - Não sendo fornecidas as informações no prazo estabelecido, o órgão fazendário competente, valendo-se dos elementos que dispuser, promoverá a inscrição.

Seção II

Do Cadastro Imobiliário

Art. 243 - É obrigado a promover a inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário:
I - o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor;
II - o inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, em se tratando de espólio, massa falida ou sociedade em liquidação ou sucessão;
III - o titular da posse, ou sociedade de imóvel que goze de imunidade.

Art. 244 - As pessoas nomeadas no artigo anterior desta Lei Complementar são obrigadas:
I - a informar ao Cadastro Imobiliário qualquer alteração na situação do imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução ou reforma ou qualquer outra

ocorrência que possa afetar o valor do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da alteração ou da incidência;
II - a exibir os documentos necessários à atualização cadastral, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da notificação, que não será inferior a 10 (dez) dias;
III - franquear ao agente do fisco devidamente credenciado, as dependências do imóvel para vistoria fiscal.

Art. 245 - Os responsáveis por loteamento, bem como os incorporadores, ficam obrigados a fornecer, mensalmente, ao órgão competente, a relação dos imóveis que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o adquirente, seu endereço, dados relativos à situação do imóvel alienado e o valor da transação.

Art. 246 - As pessoas jurídicas que gozem de imunidade ficam obrigadas a apresentar ao órgão competente o documento pertinente à venda de imóvel de sua propriedade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição do documento.

Art. 247 - Nenhum processo cujo objetivo seja a concessão de "Baixa e Habite-se", "Modificação ou Subdivisão de Terreno", "Licença para Execução e Aprovação de Obras Particulares e Arruamentos e Loteamentos", "Alvará de Licença de Localização" e "Licença para Exploração e Utilização de Propaganda e Publicidade" será arquivado antes de sua remessa ao órgão competente, para fins de atualização cadastral, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 248 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Art. 249 - Para fins de inscrição no Cadastro Imobiliário, considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.

§ 1º - No caso de imóvel não construído, com duas ou mais esquinas ou com duas ou mais frentes, será considerado o logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, o logradouro que confira ao imóvel maior valorização.
§ 2º - No caso de imóvel construído em terreno com as características do parágrafo anterior, que possua duas ou mais frentes, será considerado o logradouro correspondente à frente principal e, na impossibilidade de determiná-la, o logradouro que confira ao imóvel maior valor.
§ 3º - No caso de terreno interno será considerado o logradouro que lhe dá acesso ou, havendo mais de um logradouro de acesso, aquele a que haja sido atribuído maior valor.
§ 4º - No caso de terreno encravado, será considerado o logradouro correspondente à servidão de passagem.

Art. 250 - Considera-se documento hábil, para fins de inscrição de imóvel no Cadastro Imobiliário:
I - a escritura registrada ou não;
II - contrato de compra e venda registrado ou não;

III - o formal de partilha registrado ou não;
IV - certidão relativa a decisões judiciais que impliquem transmissão do imóvel.

Art. 251 - Considera-se possuidor de imóvel urbano, a que se refere o inciso I do artigo anterior, para fins de inscrição, aquele que estiver no uso e gozo do imóvel e:
I - apresentar recibo em que conste a identificação do imóvel, bem como o índice cadastral anterior;
II - o contrato de compra e venda, quando objeto de cessão e este não for levado a registro.

Seção III

Do Cadastro Mobiliário

Art. 252 - São obrigadas a promoverem a inscrição no Cadastro Mobiliário:
I - as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à obrigação tributária principal;
II - as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de imunidade;
III - as demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como entidades, estabelecidas no território do município.

Art. 253 - As pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo anterior desta Lei Complementar são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência:
I - a informar ao Cadastro Mobiliário qualquer alteração contratual ou estatutária;
II - informar ao Cadastro Mobiliário o encerramento de suas atividades, a fim de ser dada baixa da sua inscrição;
III - a exibir os documentos necessários à atualização cadastral, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo fisco.

Seção IV

Do Cadastro de Publicidade

Art. 254 - É obrigatória a inscrição, no Cadastro de Publicidade, dos veículos de divulgação de propaganda e publicidade instalados:
I - em vias, logradouros e demais espaços públicos, expostos ao ar livre ou nas fachadas externas de edificações;
II - em lugares que possam ser avistados das vias públicas, mesmo colocados nos espaços internos de terrenos ou edificações;
III - em locais de acesso ao público, exibidos nos recintos de aglomeração popular, como ginásios e estádios de esportes ou espetáculos, parques de exposições, feiras ou similares.

Art. 255 - Veículo de divulgação de propaganda e publicidade é o instrumento portador de mensagem de comunicação visual presente na paisagem rural e urbana do território do Município.

Art. 256 - De acordo com a natureza e a modalidade da mensagem transmitida, o anúncio pode ser classificado em:
I - quanto ao movimento:
a) animado;
b) inanimado;
II - quanto à iluminação:
a) luminoso;
b) não-luminoso.

§ 1º - Considera-se animado o anúncio cuja mensagem é transmitida através da movimentação e da mudança contínuas de desenhos, cores e dizeres, acionadas por mecanismos de animação própria.
§ 2º - Considera-se inanimado o anúncio cuja mensagem é transmitida sem o concurso de mecanismo de dinamização própria.
§ 3º - Considera-se luminoso o anúncio cuja mensagem é obtida através da emissão de luz oriunda de dispositivo com luminosidade própria.
§ 4º - Considera-se não-luminoso o anúncio cuja mensagem é obtida sem o concurso de dispositivo de iluminação própria.

Art. 257 - O proprietário do anúncio é a pessoa física ou jurídica detentora do veículo de divulgação.

Parágrafo único - Não sendo encontrado o proprietário do anúncio, responde por este o interessado, direta ou indiretamente, pela propaganda e publicidade veiculada.

Art. 258 - O Cadastro de Anúncio será formado pelos seguintes dados do veículo de divulgação:
I - proprietário;
II - tipo;
III - dimensão;
IV - local;
V - data de instalação;
VI - nome ou razão social do responsável pela elaboração, confecção e instalação do veículo de divulgação;
VII - valor pago pelo serviço prestado e número da respectiva nota fiscal emitida.

Art. 259 - O veículo de divulgação inscrito receberá um número de registro e controle no Cadastro de Anúncio.

§ 1º - O número correspondente ao registro e controle no Cadastro de Anúncio deverá, obrigatoriamente, ser afixado no veículo de divulgação.
§ 2º - O número do registro poderá ser reproduzido no anúncio através de pintura, adesivo ou autocolante ou, no caso dos novos, poderá ser incorporado ao anúncio como parte integrante de seu material e confecção, devendo, em qualquer hipótese, apresentar condições análogas às do próprio anúncio, no tocante à resistência e durabilidade.
§ 3º - O número do registro do anúncio deverá estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que integram o seu conteúdo.

§ 4º - A inscrição do número do anúncio deverá oferecer condições perfeitas de legibilidade ao nível do pedestre, mesmo à distância.
§ 5º - Os anúncios instalados em cobertura de edificação ou em locais fora do alcance visual do pedestre deverão também ter o seu número de registro afixado, permanentemente, no acesso principal da edificação ou do imóvel em que estiverem colocados e mantidos em posição visível para o público, de forma destacada e separada de outros instrumentos de comunicação visual eventualmente afixados no local, com a identificação: Número do Anúncio do CAP.

Art. 260 - Ocorrendo a retirada ou alteração das características do anúncio, fica o seu proprietário obrigado à proceder a baixa ou alteração do seu cadastro, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência.

Seção V

Do Cadastro de Veículos de Transporte de Passageiro

Art. 261 - É obrigatória a inscrição, no Cadastro de Veículos de Transporte de Passageiro:
I - dos veículos de transporte coletivo público ou privado, de passageiro;
II - dos veículos de transporte privado, individual de passageiro.

Art. 262 - O proprietário do veículo de transporte de passageiro é a pessoa física ou jurídica do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do utilitário motorizado.

Art. 263 - O Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro será formado pelos seguintes dados do utilitário motorizado:
I - proprietário:
II - tipo marca e modelo;
III - data de circulação;
IV - nome ou razão social do responsável pela locação, quando for o caso;
V - valor pago pelo serviço de locação, quando for o caso, e o número da respectiva nota fiscal emitida.

Art. 264 - O utilitário motorizado inscrito receberá um número de registro e controle no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro.

§ 1º - O número correspondente ao registro e controle no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro deverá, obrigatoriamente, ser afixado no utilitário motorizado.
§ 2º - O número do registro poderá ser reproduzido no utilitário motorizado através de pintura, adesiva ou autocolante ou, no caso dos novos poderá ser incorporado ao veículo de transporte como parte integrante de sua textura, devendo, em qualquer hipótese, apresentar condições análogas às do próprio utilitário motorizado, no tocante à resistência e durabilidade.
§ 3º - O número do registro do utilitário motorizado deverá estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que, porventura, integram a sua identificação.

Art. 265 - Ocorrendo retirada ou alteração das características do utilitário motorizado fica o proprietário obrigado a proceder à baixa ou alteração do seu cadastro, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência.

TÍTULO IV

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 266 - A contribuição de melhoria e a contribuição de iluminação pública serão cobradas pelo Município, em decorrência de:
I – Do custo total de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada;
II – Custeio dos serviços de iluminação pública, tendo como limite o total da despesa realizada.

CAPÍTULO II

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 267 - Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de quaisquer das seguintes obras públicas:
I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalação de redes elétricas e telefônicas e outras instalações de comodidade pública, quando realizados pelo Município;
V - proteção contra inundações e erosão, retificação e regularização de cursos de água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;
VI – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único - Não ocorrerá a incidência da Contribuição de Melhoria relativamente aos imóveis integrantes do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal, de outros Municípios e respectivas autarquias.

Art. 268 - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo único - Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 269 - Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, o possuidor, a qualquer título, de imóvel valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.
§ 1º - A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.
§ 2º - Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não-edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.
§ 3º - Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

§ 4º - No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de Melhoria o enfiteuta.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 270 - A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

§ 1º - Serão incluídos, nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas concorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.
§ 2º - A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 271 - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e levará em conta a situação do imóvel, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo único - A municipalidade responderá pelas quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da Contribuição de Melhoria.

Art. 272 - Para o cálculo da contribuição de melhoria, a Secretaria de Fazenda, com base no custo da obra apurado pela administração, adotará os seguintes procedimentos:
I - delimitará, em planta, a zona de influência da obra;
II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
III - individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;
IV - obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;
V - o valor da contribuição de melhoria será obtido pela multiplicação do número de metros lineares de testada do imóvel lindeira pela metade do custo pavimentação do leito carroçável a ele relativo, incluindo esquina, quando for o caso.

Seção IV

Do Lançamento

Art. 273 - Verificada a ocorrência do fato gerador, a Secretaria de Fazenda procederá ao lançamento, escriturando, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o contribuinte diretamente ou por edital, do:
I - valor da Contribuição de Melhoria lançada;
II - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
III - prazo para impugnação, não inferior a 30 (trinta) dias;
IV - local do pagamento.

Parágrafo único - O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar desconto para o pagamento à vista ou em prazos menores do que o lançado.

Art. 274 - O contribuinte poderá reclamar ao órgão lançador contra:
I - o erro na localização e dimensões do imóvel;
II - o cálculo dos índices atribuídos;
III - o valor da contribuição;
IV - o número de prestações.

§ 1º - A reclamação, dirigida à Procuradoria Geral do Município, mencionará, obrigatoriamente, a situação ou o "quantum" que o reclamante reputar justo, assim como os elementos para sua aferição.
§ 2º - A Procuradoria Geral do Município proferirá a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da reclamação.
§ 3º- Julgada procedente a reclamação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.
§ 4º- Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a diferença a ser aproveitada ou restituída será corrigida monetariamente.

Seção V

Da Cobrança

Art. 275 - Para cobrança da Contribuição de Melhoria, o responsável pela área fazendária deverá:
I - publicar, previamente, edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:
a) delimitação das áreas, direta ou indiretamente, beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
b) memorial descritivo do projeto;
c) orçamento total ou parcial das obras;
d) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.
II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º - A impugnação será dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal.

§ 2º - A Procuradoria Geral do Município proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de interposição do recurso, concluindo, com simplicidade e clareza, pela procedência ou não do objeto da impugnação, definindo expressamente os seus efeitos.

Seção VI

Do Recolhimento

Art. 276 - A Contribuição de Melhoria será arrecadada em parcelas anuais, de tal forma que nenhuma exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício da cobrança de cada uma dessas parcelas, desprezados os descontos eventualmente concedidos sobre esse valor em legislação específica.
§ 1º - Cada parcela anual será dividida em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas.
§ 2º - As prestações da Contribuição de Melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

Art.277 - É lícito ao contribuinte liquidar a Contribuição de Melhoria com títulos da dívida pública municipal, emitidos especialmente para o financiamento da obra.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o pagamento será feito pelo valor nominal do título, se o preço do mercado for inferior.

Art. 278 - Caberá ao Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda, lançar e arrecadar a Contribuição de Melhoria, no caso de serviço público concedido.

CAPÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Seção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 279 - A contribuição de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública, prestados ou colocados à disposição dos munícipes, diretamente ou através de concessionários.

Art. 280 - O fato gerador da contribuição considera-se ocorrido, no momento em que se iniciar a prestação do serviço de iluminação pública ou sua colocação à disposição do contribuinte.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 281 - O sujeito passivo da contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de iluminação pública.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 282 - A base de cálculo da contribuição, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, será calculada, mensalmente, de acordo com a tabela constante do anexo IX a esta Lei Complementar.

~~Parágrafo único - O valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Publica será reajustada pelo IPCA-E.~~

Parágrafo Único. O valor da contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública, será reajustado na mesma data e percentual que ocorrer o reajuste das tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, aplicado pela distribuidora.” (Redação dada pela Lei Complementar n° 210, de 22 de junho de 2017)

Seção IV

Do Lançamento

Art. 283 - A contribuição será devida integral e mensalmente.

Art. 284 - O período de incidência e do lançamento da contribuição ocorrerá juntamente com a emissão da fatura de consumo de energia elétrica emitida pela concessionária do serviço de energia elétrica ou documento de arrecadação municipal para os imóveis não edificados à época do fato gerador.

Seção V

Da Proibição de Transacionar com os Órgãos Integrantes Da Administração Direta e Indireta do Município

Art. 285 - Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais.

Parágrafo único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

Seção VI

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Art. 286 - Será submetido a regime especial de fiscalização o contribuinte que:
I - apresentar indício de omissão de receita;
II - tiver praticado sonegação fiscal;
III - houver cometido crime contra a ordem tributária;
IV - reiteradamente viole a legislação tributária.

Art. 287 - Constitui indício de omissão de receita:
I - qualquer entrada de numerário de origem não comprovada por documento hábil;
II - a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste;
III - a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;
IV - a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
V - qualquer irregularidade verificada em máquina registradora utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por oficina credenciada.

Art. 288 - Sonegação fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro, em benefício deste ou daquele:
I - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

b) das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

II - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art. 289 - Enquanto perdurar o regime especial, os blocos de notas fiscais, os livros e tudo o mais que for destinado ao registro de operações, tributáveis ou não, serão visados pelas Autoridades Fiscais incumbidas da aplicação do regime especial, antes de serem utilizados pelos contribuintes.

Art. 290 - O Secretário de Fazenda poderá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso na aplicação do regime especial.

TÍTULO V

PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO FISCAL

Art. 291 - O procedimento fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:
I – atos:
a) apreensão;
b) arbitramento;
c) diligência;
d) estimativa;
e) homologação;
f) inspeção;
g) interdição;
h) levantamento;
i) plantão;
II- formalidades:
a) Auto de Apreensão;
b) Auto de Infração;
c) Auto de Interdição;
d) Relatório de Fiscalização;
e) Notificação;
f) Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização –TREF.

Art. 292 - O procedimento fiscal considera-se iniciado, com a finalidade de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, com a lavratura:
I - da Notificação, para apresentar documentos fiscais ou não fiscais, de interesse da Fazenda Pública Municipal;
II - do Auto de Apreensão, do Auto de Infração e do Auto de Interdição;
III - do Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização, desde que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.
§1º - Sem prejuízo da ação fiscal individual, a notificação prévia para autorregularização não inicia o processo administrativo fiscal, bem como não exclui a espontaneidade da iniciativa do contribuinte. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§2º - A notificação prévia para autorregularização do contribuinte será lavrada por auditor fiscal municipal, sob autorização da chefia imediata. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§3º - A notificação prévia para autorregularização deverá ser realizada preferencialmente pelo Domicílio tributário Eletrônico - DT-e, distribuída individualmente ou em lote, e deverá estabelecer prazo para regularização de até 90 (noventa) dias corridos. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§4º - A iniciativa do processo administrativo fiscal é exclusiva do auditor fiscal municipal, sendo necessária ordem de serviço originado da chefia imediata. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

Seção I

Da Apreensão

Art. 293 - A Autoridade Fiscal apreenderá bens e documentos, inclusive objetos e mercadorias, móveis ou não, livros, notas e quaisquer outros papéis, fiscais ou não-fiscais, desde que constituam prova material de infração à legislação tributária.

Parágrafo único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens e documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 294 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 295 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único - As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão, transporte e depósito.

Art. 296 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.
§ 2º. Apurando-se na venda importância superior aos tributos, multas, acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública ou leilão, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.
§ 3º. Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão.
§ 4º. Decorrido o prazo prescricional, o saldo será convertido em renda eventual.

Art. 297 - Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados, pela Prefeita, a instituições de caridade.

Parágrafo único - Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a administração dará destino que julgar conveniente.

Art. 298 - A hasta pública ou leilão serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, através de edital afixado em lugar público e veiculado no órgão oficial e, se conveniente, em jornal de grande circulação.

Parágrafo único - Os bens levados a hasta pública ou leilão serão escriturados em livros próprios, mencionando-se as suas identificações, avaliações e os preços de arrematação.

Seção II

Do Arbitramento

Art. 299 - A Autoridade Fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:
I - quanto ao ISSQN:
a) não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;
b) os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;
c) o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;
d) existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exibidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
e) ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

f) houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
g) tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;
h) for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.
II - quanto ao IPTU:
a) a coleta de dados necessários à fixação do valor venal do imóvel for impedida ou dificultada pelo contribuinte;
b) os imóveis se encontrarem fechados e os proprietários não forem encontrados.
III - quanto ao ITBI, não concordar com o valor declarado pelo sujeito passivo.

Art. 300 - O arbitramento será elaborado tomando-se como base:
I - relativamente ao ISSQN:

a) para o arbitramento do serviço serão considerados, entre outros elementos ou incisos, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, localização das instalações, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários e encargos sociais, o total das despesas de água, energia elétrica e telefone, o aluguel ou arrendamento do imóvel e das máquinas e equipamentos e outras necessárias às atividades, utilizadas para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

II - relativamente ao IPTU e ao ITBI: o valor obtido adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões semelhantes, situados na mesma quadra ou região em que se localizar o imóvel cujo valor venal ou transferência estiver sendo arbitrado.

Art. 301 - Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso do ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:
~~I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;~~
I – pela média dos recolhimentos efetuados pelo próprio contribuinte em períodos anteriores ou posteriores à ocorrência do fato gerador ou os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes, que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
II - o preço corrente dos serviços, à época a que se referir o levantamento;
III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 302 - O arbitramento:
I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;
II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;
III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal;
IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Notificação;
V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento;

VI – o arbitramento poderá ser revisto pela chefia imediata.

Seção III

Da Diligência

Art. 303 - A Autoridade Fiscal realizará diligência, com o intuito de:
I - apurar fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;
II - fiscalizar o cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias;
III - aplicar sanções por infração de dispositivos legais.

Seção IV

Da Estimativa

Art. 304 - A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:
I - atividade exercida em caráter provisório;
II - sujeito passivo de rudimentar organização;
III - contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe sistematicamente de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais.

Parágrafo único - Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

~~Art. 305 - A estimativa será apurada tomando-se como base:~~
~~I - o preço corrente do serviço na praça;~~
~~II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;~~
~~III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.~~

Art. 305 - A estimativa será apurada tomando-se como base: (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)
I - o preço corrente do serviço na praça;
II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.
IV – pela média dos recolhimentos efetuados pelo próprio contribuinte ou por outros contribuintes, que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes em períodos anteriores à ocorrência do fato gerador;

~~Art. 306 - O regime de estimativa:~~
~~I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, por um período de até 12 (doze) meses;~~
~~II - terá a base de cálculo expressa em Reais;~~
~~III - a critério do Secretário de Fazenda, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado.;~~

~~IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais por parte do contribuinte;~~
~~V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.~~

Art. 306 - O regime de estimativa: (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, por um período de até 12 (doze) meses;
II – Não dispensa o uso de livros e notas fiscais por parte do contribuinte;
III - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco poderá ser encerrado, suspenso, revisto ou cancelado.

~~Art. 307 – O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.~~

~~Parágrafo único - No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Notificação.~~

Art. 307 - O contribuinte, que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado, à autoridade fiscal, que apresentará novo relatório em 08(oito) dias, que poderá ser prorrogado por igual período. (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)

~~Art. 308 - A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.~~

~~Parágrafo Único - Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.~~

Art. 308 – O pedido de reconsideração não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição. (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)

Seção V

Da Homologação

Art. 309 - A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimentos sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.
§ 1º. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
§ 3º. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.
§ 4º. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Seção VI

Da Inspeção

Art. 310 - A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial sempre que se fizer necessário, inspecionará o sujeito passivo que:
I - apresentar indício de omissão de receita;
II - tiver praticado sonegação fiscal;
III - houver cometido crime contra a ordem tributária;
IV - opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.

Art. 311 - A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial sempre que se fizer necessário, examinará e apreenderá mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

Seção VII

Da Interdição

Art. 312 - A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, interditará o local onde será exercida atividade em caráter provisório, sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento antecipado do imposto estimado.

Parágrafo único - A liberação para o exercício da atividade somente ocorrerá após sanada, na sua plenitude, a irregularidade cometida.

Seção VIII

Do Levantamento

Art. 313 - A Autoridade Fiscal levantará dados do sujeito passivo, com o intuito de:
I - elaborar arbitramento;
II - apurar estimativa;
III - proceder homologação.

Seção IX

Do Plantão

Art. 314 - A Autoridade Fiscal, mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando:
I - houver dúvida sobre a exatidão do que será levantado ou for declarado para os efeitos dos tributos municipais;
II - o contribuinte estiver sujeito a regime especial de fiscalização.

Seção X

Dos Autos e Termos de Fiscalização

Art. 315 - Quanto aos Autos e Termos de Fiscalização;
I - serão impressos e numerados, de forma destacável, em 03 (três) vias:

a) tipograficamente em talonário próprio;

b) ou eletronicamente em formulário contínuo.

II - conterão, entre outros, os seguintes elementos:

a) a qualificação do contribuinte:

a.1) nome ou razão social;
a.2) domicílio tributário;
a.3) atividade econômica;
a.4) número de inscrição no cadastro, se o tiver.

b) o momento da lavratura:
b.1) local;
b.2) data;
b.3) hora.

c) a formalização do procedimento:
c.1) nome e assinatura da Autoridade incumbida da ação fiscal e do responsável, representante ou preposto do sujeito passivo;
c.2) enumeração de quaisquer fatos e circunstâncias que possam esclarecer a ocorrência.

III - sempre que couber, farão referência aos documentos de fiscalização direta ou indiretamente relacionados com o procedimento adotado;
IV - se o responsável, representante ou seu preposto não puder ou não quiser assiná-los, far-se-á menção dessa circunstância;
V - a assinatura não constitui formalidade essencial às suas validades, não implica confissão ou concordância nem a recusa determinará ou agravará a pena;
VI - as omissões ou incorreções não acarretarão nulidades, desde que do procedimento constem elementos necessários e suficientes para a identificação dos fatos;

VII - nos casos específicos do Auto de Infração, Notificação e do Auto de Apreensão, é condição necessária e suficiente para inocorrência ou nulidade, a determinação da infração e do infrator;
VIII - serão lavrados, não cumulativamente, quando couber, por Autoridade Fiscal, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, seguindo a seguinte ordem cronológica:

a) pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao contribuinte responsável, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original ou, no caso de recusa, certificado pelo Agente encarregado do procedimento;
b) por carta, acompanhada de cópia e com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;
c) por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultarem improfícuos os meios referidos nas alíneas "a" e "b" deste inciso, ou for desconhecido o domicílio tributário do contribuinte.
d) por meio eletrônico, pelo envio da comunicação para a Caixa Postal Virtual – CPV do sujeito passivo através do Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e; (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
e) quando por meio eletrônico, da data da ciência efetiva ou ciência tácita, após 15 (quinze) dias corridos do envio da comunicação, o que ocorrer primeiro. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

IX - presumem-se lavrados, quando:
a) pessoalmente, na data do recibo ou da certificação
b) por carta, na data de recepção do comprovante de entrega, e se esta for omitida, 15 (quinze) dias após a data de entrega da carta no correio;
c) - quando por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

X - uma vez lavrados, terá a Autoridade Fiscal o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregá-lo a registro.

Art. 316 - É o instrumento legal utilizado pela Autoridade Fiscal com o objetivo de formalizar:
I - o Auto de Apreensão: a apreensão de bens e documentos;
II - o Auto de Infração: a penalização pela violação, voluntária ou não, de normas estabelecidas na legislação tributária;
III - o Auto de Interdição: a interdição de atividade provisória inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;
IV - o Relatório de Fiscalização: a realização de plantão e o levantamento efetuado em arbitramento, estimativa e homologação;
~~VI - o Termo de Início de Ação Fiscal: o início de levantamento homologatório;~~
V – a Notificação ou Termo de Início de Ação Fiscal: o início de levantamento homologatório, solicitação de documento, informação, esclarecimento, e a ciência de decisões fiscais. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
VI - o Termo de Início de Ação Fiscal: o início de levantamento homologatório;
VII - o Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização: o regime especial de fiscalização;

VIII- Notificação: a solicitação de documento, informação, esclarecimento, e a ciência de decisões fiscais;

Art. 317 - As formalidades do procedimento fiscal conterão, ainda, relativamente ao:
I - Auto de Apreensão:

a) a relação de bens e documentos apreendidos;

b) a indicação do lugar onde ficarão depositados;

c) a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do fisco;

d) a citação expressa do dispositivo legal violado;

II - Auto de Infração:

a) a descrição do fato que ocasionar a infração;

b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a violação e comina a sanção;

c) a comunicação para pagar o tributo e a multa devidos, ou apresentar defesa e provas, no prazo previsto, desde que o autuado não apresente defesa e efetue o pagamento das importâncias exigidas no auto de infração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva notificação, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

III - Auto de Interdição:

a) a descrição do fato que ocasionar a interdição;

b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;

c) a ciência da condição necessária para a liberação do exercício da atividade interditada.

IV - Relatório de Fiscalização:

a) a descrição circunstanciada de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;

b) a citação expressa da matéria tributável;

V - Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização - TREF:

a) a descrição do fato que ocasionar o regime;

b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;

c) as prescrições fiscais a serem cumpridas pelo contribuinte;

d) o prazo de duração do regime.

VI - Notificação:

a) a relação de documentos solicitados;

b) a modalidade de informação pedida e/ou o tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal cientificada;

c) a fundamentação legal;

d) a indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;

~~e) esgotado o prazo de que trata a alínea anterior, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração e imposição de multa;~~

e) verificando-se qualquer infração à Legislação Tributária Municipal, será expedida contra o infrator Notificação Preliminar, para que, no prazo que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e nem superior a 8 (oito) dias, regularize a sua situação; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~f) verificando-se qualquer infração à Legislação Tributária Municipal, será expedida contra o infrator Notificação Preliminar, para que, no prazo que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e nem superior a 8 (oito) dias, regularize a sua situação;~~

f) esgotado o prazo de que trata a alínea anterior, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração e imposição de multa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~g) a multa prevista na alínea "f" acima será de R$200,00 (duzentos reais), na data da lavratura do auto. Em caso de reincidência, o valor será de R$400,00(quatrocentos reais);~~

g) a multa prevista na alínea "f" acima será de ~~R$400,00 (quatrocentos reais)~~, na data da lavratura do auto. Em caso de reincidência, o valor será de ~~R$800,00 (oitocentos reais)~~; (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$526,01 (Quinhentos, vinte e seis reais e um centavos)
R$1052,02 (Hum e cinquenta e dois reais e dois centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

h) Em se tratando de notificação relativa a documentos para constituição do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, a multa será agravada em 100%(cem por cento) da penalidade prevista na alínea "g". (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 318 - O Processo Administrativo Tributário será:
I - regido pelas disposições desta Lei Complementar;
II - iniciado por petição da parte interessada ou de ofício pela Autoridade Fiscal;
III - aquele que versar sobre interpretação ou aplicação de legislação tributária.

Seção II

Dos Postulantes

Art. 319 - O contribuinte poderá postular pessoalmente ou por representante regularmente habilitado ou, ainda, mediante mandado expresso, por intermédio de preposto de representante.

Art. 320 - Os órgãos de classe poderão representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional.

Seção III

Dos Prazos

Art. 321 - Os prazos:
I - são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;
II - só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato;

~~III - serão de 30 (trinta) dias para:~~
~~a) apresentação de defesa;~~
~~b) elaboração de contestação;~~
~~c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;~~
~~d) resposta à consulta;~~
~~e) interposição de recurso voluntário;~~

III - serão de 30 (trinta) dias para: (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)

a) apresentação de defesa;
b) elaboração de contestação;

c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;
d) resposta à consulta;
e) interposição de recurso voluntário;
f) pedido de reconsideração.

IV - serão de 15 (quinze) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;

~~V - serão de 10 (dez) dias para:~~
~~a) interposição de recurso de ofício ou de revista;~~

V - serão de 10 (dez) dias para: (Redação dada pela Lei Complementar n°126, de 27 de setembro de 2011)

a) interposição de recurso de ofício ou de revista;

VI - não estando fixados, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado;
VII - contar-se-ão:

a) de defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Notificação;

b) de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo;

c) de recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

VIII - fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar.

Seção IV

Da Petição

Art. 322 - A petição:
I - será feita através de requerimento contendo as seguintes indicações:

a) nome ou razão social do sujeito passivo e sua qualificação;

b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;

c) domicílio tributário e local para recebimento das comunicações quando for o caso;

d) a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valor;

e) as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem.

II - será indeferida quando manifestamente inepta ou a parte for ilegítima, ficando, entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;
III - não poderá reunir matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, decisão, Sujeito Passivo ou Auto de Infração e Notificação.

Seção V

Da Instauração

Art. 323 - O Processo Administrativo Tributário será instaurado por:
I - petição do contribuinte, responsável ou seu preposto, reclamando contra lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente;
II - Auto de Infração e Notificação.

Art. 324 - O servidor que instaurar o processo:
I - receberá a documentação;
II - certificará a data de recebimento;
III - numerará e rubricará as folhas dos autos;
IV - o encaminhará para a devida instrução.

Seção VI

Da Instrução

Art. 325 - A autoridade que instruir o processo:
I - solicitará informações e pareceres;
II - deferirá ou indeferirá provas requeridas;
III - numerará e rubricará as folhas apensadas;
IV - mandará cientificar os interessados, quando for o caso;
V - abrirá prazo para recurso.

Seção VII

Das Nulidades

Art. 326 - São nulos:
I - os Atos Fiscais praticados e os Autos e Notificação lavrados por pessoa que não seja Autoridade Fiscal;
II - os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.

Parágrafo único - A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.

Art. 327 - A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato, ou julgar a sua legitimidade.

Parágrafo único - Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

Seção VIII

Das Disposições Diversas

Art. 328 - O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

Art. 329 - É facultado ao Sujeito Passivo ou a quem o represente, sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.

Art. 330 - Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

Art. 331 - Pode o interessado, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de sistemas reprográficos, com autenticação por funcionário habilitado.
§ 1º. Da certidão constará, expressamente, se a decisão transitou ou não em julgado na via administrativa.
§ 2º. Só será dada Certidão de atos opinativos quando os mesmos forem indicados expressamente nos atos decisórios como seu fundamento.
§ 3º. Quando a finalidade da Certidão for instruir processo judicial, mencionar-se-á o direito em questão e fornecer-se-ão dados suficientes para identificar a ação.

Art. 332 - Os interessados podem apresentar suas petições e os documentos que as instruírem em duas vias, a fim de que a segunda lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Do Litígio Tributário

Art. 333 - O litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação pelo postulante de impugnação de exigência.

Parágrafo único - O pagamento de Auto de Infração e Notificação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio.

Seção II

Da Defesa

Art. 334 - A defesa que versar sobre parte da exigência implicará pagamento da parte não-impugnada.

Parágrafo único - Não sendo efetuado o pagamento, no prazo estabelecido, da parte não-impugnada, será promovida a sua cobrança, devendo, para tanto, ser instaurado outro processo com elementos indispensáveis à sua instrução.

Seção III

Da Contestação

~~Art. 335 - Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação, dentro de um prazo de oito dias.~~
Art. 335 - Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§ 1º. Na contestação, a Autoridade Fiscal alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento.
§ 2º. Caso haja diligência a ser efetuada, para melhor justificar a autuação, a Autoridade Fiscal poderá solicitar ao dirigente imediato, prorrogação do prazo previsto no § 1º, o qual não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.
§ 3º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

Seção IV

Da Competência

Art. 336 - São competentes para julgar na esfera administrativa:
I - em primeira instância, a Secretaria de Fazenda, através do(s) julgador(es) em 1ª Instância da Junta de Recursos Fiscais;
II - em Segunda instância, pelo Colegiado da Junta de Recursos Fiscais.

Seção V

Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 337 - Elaborada a contestação, o processo será remetido à Secretaria de Fazenda para proferir a decisão.

Art. 338 - A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Art. 339 - Se entender necessário, a Secretaria de Fazenda determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências.

Art. 340 - Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial.
§ 1º. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia pela autoridade julgadora, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias para cobrança amigável do crédito tributário e fiscal.
§ 2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora encaminhará o processo ao órgão responsável pela Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal para promover a cobrança executiva.

Art. 341 - A decisão:
I - será redigida com simplicidade e clareza;
II - conterá relatório que mencionará os elementos e Atos informadores, introdutórios e probatórios do processo de forma resumida;
III - arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão;
IV - indicará os dispositivos legais aplicados;
V - apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades;
VI - concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Notificação ou da reclamação contra lançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos;
~~VII - será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Notificação;~~
VII - será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Notificação ou pelo Domicílio tributário Eletrônico – DT-e; (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
VIII - de primeira instância não está sujeita a pedido de reconsideração;
IX - não sendo proferida, no prazo estabelecido, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto de Infração e Notificação ou improcedente a reclamação contra lançamento ou Ato Administrativo dele decorrente, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade julgadora de primeira instância.

Art. 342 - As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do interessado.

Seção VI

Da Composição da Segunda Instância

Art. 343 - A Junta de Recursos Fiscais será o órgão que, em Segunda Instância, avaliará e julgará os processos administrativos tributários, apreciando recursos de ofício e/ou voluntários, sendo composta por:
I - 1 (um) Presidente;
II - 2 (dois) representantes do Município, indicados pelo Secretário Municipal da Fazenda;
III - 2 (dois) representantes dos Contribuintes.

§1º - Os representantes do Município são designados dentre servidores públicos municipais de reconhecida experiência em legislação tributária, e que não exerçam concomitantemente na Administração Municipal, Cargo em Comissão.
§2º - Os representantes dos contribuintes serão designados pela Prefeita dentre os relacionados em lista tríplice, a ser elaborada pelos órgãos de classe e submetida à apreciação do Secretário Municipal da Fazenda.
§3º - A Fazenda Pública Municipal poderá ter, na Junta de Recursos Fiscais, um representante designado pela Prefeita, por indicação do Procurador Geral, dentre os Procuradores do Município e que possua reconhecida experiência na legislação tributária.
~~§4º - Os membros da Junta de Recursos Fiscais terão mandado de 2 (dois) anos e 1 (um) ano, observada a proporcionalidade de 50% (cinqüenta por cento) da sua totalidade, para a primeira investidura, permitida a recondução uma única vez.~~
§ 4º- Os membros da Junta de Recursos Fiscais terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a sua recondução. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§5º - Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão de segunda instância.
§6º - É facultado ao contribuinte responsável, autuado ou seu representante legal, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, na repartição.
~~§7º - As sessões de julgamento serão públicas e realizar-se-ão em dias e horários previamente fixados e divulgados no órgão a que se refere o parágrafo anterior.~~
§ 7º - As sessões de julgamento serão públicas, na modalidade presencial ou virtual, sendo realizadas em dias e horários fixados e divulgados no Diário Oficial e fixado no Setor da Junta de Recursos Fiscais. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)
§ 8º - Ato do Secretário Municipal de Fazenda regulamentará a sessão de julgamento na modalidade virtual. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

seção VII

Do Recurso Voluntário para a Segunda Instância

Art. 344 - Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário para o Colegiado da Junta de Recursos Fiscais.

Art. 345 - O recurso voluntário:
I - será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância;
II - poderá conter prova documental, quando contrária ou não apresentada na primeira instância.

Seção VIII

Do Recurso de Ofício para a Segunda Instância

Art. 346 - Da decisão de primeira instância favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, caberá recurso de ofício para o Colegiado da Junta de Recursos Fiscais.

Art. 347 - O recurso de ofício:

I - será interposto, obrigatoriamente, pela autoridade julgadora, mediante simples despacho de encaminhamento, no ato da decisão de primeira instância;
II - não sendo interposto, deverá o Colegiado requisitar o processo.

Parágrafo Único – O recurso de ofício tem efeito suspensivo.

Seção IX

Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 348 - Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado ao Colegiado da Junta de Recursos Fiscais para proferir a decisão.
§ 1º. Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.
§ 2º. Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.

Art. 349 - O processo que não for relatado ou devolvido, no prazo estabelecido, com voto escrito do relator, poderá ser avocado pelo Presidente do Colegiado da Junta de Recursos Fiscais, que o incluirá em pauta de julgamento, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Art. 350 - O Colegiado não poderá decidir por equidade, quando o acórdão resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Parágrafo único - A decisão por equidade será admitida somente quando, atendendo às características pessoais ou materiais da espécie julgada, for restrita à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação.

Art. 351 - A decisão referente a processo julgado pelo Colegiado da Junta de recursos Fiscais receberá a forma de Acórdão, cuja conclusão será publicada em órgão de imprensa de grande circulação no Município com ementa sumariando a decisão.

~~Parágrafo único - O sujeito passivo será cientificado da decisão do Colegiado através da publicação do Acórdão.~~
Parágrafo único - O sujeito passivo será cientificado da decisão do Colegiado através da publicação de Acórdão e, facultativamente, pelo Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

Seção X

Da Eficácia da Decisão Fiscal

Art. 352 - Encerra-se o litígio tributário com:
I - a decisão definitiva;
II - a desistência de impugnação ou de recurso;
III - a extinção do crédito;

IV - qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito.

Art. 353 - É definitiva a decisão:
I - de primeira instância:

a) na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício;
b) esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

II - de segunda instância.

Seção XI

Da Execução da Decisão Fiscal

Art. 354 - A execução da decisão fiscal consistirá:
I - na lavratura de Termo de Notificação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória;
II - na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;
III - na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Notificação.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO NORMATIVO

Seção I

Da Consulta

Art. 355 - É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

Parágrafo único - Também poderá formular consulta os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

Art. 356 - A consulta:
I - deverá ser dirigida à Secretaria de Fazenda, constando obrigatoriamente:

a) nome, denominação ou razão social do consulente;

b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;

c) domicílio tributário do consulente;

d) sistema de recolhimento do imposto, quando for o caso;

e) se existe procedimento fiscal iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração e Notificação;

f) a descrição do fato objeto da consulta;

g) se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

II - formulada por procurador, deverá estar acompanhada do respectivo instrumento de mandado.
III - não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano pela Secretaria de Fazenda, quando:
a) não observar os requisitos estabelecidos para a sua petição;

b) formulada depois de iniciado procedimento fiscal contra o contribuinte ou lavrado Auto de Infração e Notificação, ou notificação de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;

c) manifestamente protelatória;

d) o fato houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificado, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultante;

e) a situação estiver disciplinada em ato normativo, publicado antes de sua apresentação, definida ou declarada em disposição literal de lei ou caracterizada como crime ou contravenção penal;
f) não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.

IV - uma vez apresentada produzirá os seguintes efeitos:

a) suspende o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao fato consultado;

b) impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria.

§ 1º. A suspensão do prazo não produz efeitos relativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas.
§ 2º. A consulta formulada sobre matéria relativa à obrigação tributária principal, apresentada após o prazo previsto para o pagamento do tributo a que se referir não elimina, se considerado este devido, a incidência dos acréscimos legais.

Art. 357 - A Secretaria de Fazenda, órgão encarregado de responder a consulta, podendo esta delegá-la, caberá:
I - solicitar a emissão de pareceres;

II - baixar o processo em diligência;
III - proferir a decisão.

Art. 358 - Da decisão caberá recurso, voluntário ou de ofício, à Procuradoria Geral do Município, quando a resposta for, respectivamente, contrária ou favorável ao sujeito passivo.

Art. 359- A decisão definitiva dada à consulta terá efeito normativo e será adotada em circular expedida pelo Secretário de Fazenda.

Art. 360 - Considera-se definitiva a decisão proferida:
I - pela Secretaria de Fazenda, quando não houver recurso;
II – pela Procuradoria Geral do Município.

Seção II

Do Procedimento Normativo

Art. 361 - A interpretação e a aplicação da legislação tributária serão definidas em instrução normativa a ser baixada pelo Secretário de Fazenda.

Art. 362 - Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, deverão consultar a instrução normativa.

Art. 363 - As decisões de primeira instância observarão a jurisprudência do Colegiado estabelecida em Acórdão.

LIVRO SEGUNDO

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 364 - A legislação tributária municipal compreende as Leis, os Decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência municipal.

Parágrafo único - São normas complementares das Leis e Decretos:
I - as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;
III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
IV - os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado ou Municípios.

Art. 365 - Somente a lei pode estabelecer:
I - a instituição, a extinção, a majoração, a redução, o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota de tributos;
II - a cominação, a dispensa ou a redução de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos;
III - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários e fiscais.
§ 1º. Constitui majoração ou redução de tributo a modificação de sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais ou menos oneroso.
§ 2º. Não constitui majoração de tributo a atualização monetária de sua base de cálculo.
§ 3º - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 157, de 2016, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviço. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 4º É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista no § 3º neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)
§ 5º A nulidade a que se refere o § 4º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)

CAPÍTULO II

DA VIGÊNCIA

Art. 366 - Entram em vigor:
I - na data da sua publicação, as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II - 30 (trinta) dias após a data da sua publicação, as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;
III - na data neles prevista, os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado ou Municípios;
IV - no exercício seguinte e 90 (noventa) dias após a sua publicação, os dispositivos de lei que:

a) instituem, majorem ou definem novas hipóteses de incidência de tributos;

b) extinguem ou reduzem isenções não concedidas por prazo certo e nem em função de determinadas condições, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO

Art. 367 - A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Parágrafo único - Fatos geradores pendentes são aqueles que se iniciaram, mas ainda não se completaram pela inexistência de todas as circunstâncias materiais necessárias e indispensáveis à produção de seus efeitos ou desde que não se tenha constituído a situação jurídica em que eles assentam.

Art. 368 - A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:
I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo do tributo.

Parágrafo único - Lei interpretativa é aquela que interpreta outra, no sentido de esclarecer e suprir as suas obscuridades e ambiguidades, aclarando as suas dúvidas.

CAPÍTULO IV

DA INTERPRETAÇÃO

Art. 369 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:
I - a analogia;
II - os princípios gerais de direito tributário;
III - os princípios gerais de direito público;
IV - a equidade.

§ 1º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 370 - Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:
I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;
II - outorga de isenção;
III - dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.

Art. 371 - A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:
I - à capitulação legal do fato;
II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

TÍTULO II

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 372 - A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR

Art. 373 - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 374 - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 375 - Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:
I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável, sendo que os atos ou negócios condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

a) sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

b) sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 376 - A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:
I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO ATIVO

Art. 377 - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Belford Roxo é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para arrecadar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subsequentes.
§ 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.
§ 2º - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO IV

DO SUJEITO PASSIVO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 378- Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição de lei.

Art. 379 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 380 – Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção II

Da Solidariedade

Art. 381 - São solidariamente obrigadas:
I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Art. 382 - São os seguintes os efeitos da solidariedade:
I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção III

Da Capacidade Tributária

Art. 383 - A capacidade tributária passiva independe:
I - da capacidade civil das pessoas naturais;
II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção IV

Do Domicílio Tributário

Art.384 - Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar ao Fisco o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:
I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, a sede habitual de sua atividade;
II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território deste Município.
2º - quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação respectiva.
3º- A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, sua localização, acesso ou quaisquer outras características que impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.
4º - No caso de alteração do domicílio tributário eleito pelo contribuinte ou responsável, este ou aquele deverá, obrigatoriamente, comunicar à repartição competente o novo endereço dentro do prazo de 30 (trinta) dias, da ocorrência da referida alteração.
~~§ 5º - Ao contribuinte ou responsável que não cumprir o disposto no § 4º, retro, será aplicada multa correspondente a R$ 100,00 (cem reais).~~
§ 5º - Ao contribuinte ou responsável que não cumprir o disposto no § 4º, retro, será aplicada multa correspondente a ~~R$ 140,00 (cem e quarenta reais)~~. (Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)
R$184,10 (Cento e oitenta e quatro reais e quarenta e dez centavos)
(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Art. 385- O domicílio tributário será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Pública Municipal.

Art. 385-A - Fica instituído o Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e para a comunicação eletrônica entre o Fazenda Pública Municipal e o sujeito passivo das obrigações tributárias e não tributárias. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I

Da Disposição Geral

~~Art. 386 - Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a Lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-se a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais~~.

~~§1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.~~

~~§2º - Sem prejuízo do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:~~

~~a) o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.~~
~~b) A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descrito nos itens 3.04, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05, 17.09 da lista de serviços.~~
(Revogado pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Seção II

Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 387 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos à taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 388 - São pessoalmente responsáveis:
I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
III - o espólio, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão.

Art. 389 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 390 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:
I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

Da Responsabilidade de Terceiros

Art. 391 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 392 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I - pessoas referidas no artigo anterior;
II - os mandatários, prepostos e empregados;
III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV
Da Responsabilidade Por Infrações

Art. 393 – Salvo disposição de lei em contrário, responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 394- A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas nesta Seção, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 395 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou de depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 396 - Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigados a cumprir as determinações desta Lei Complementar, das leis subsequentes de mesma natureza, bem como dos atos nela previstos, estabelecidos com o fim de facilitar o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos.

§ 1º. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido de maneira especial, os contribuintes responsáveis por tributos estão obrigados:

I - a apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta Lei Complementar e dos respectivos regulamentos;
II - a conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que
constituam fato gerador de obrigações tributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
III - a prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que a juízo do fisco se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;
IV - de modo geral, a facilitar, por todos os meios a seu alcance, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

Art. 396-A - A pessoa física ou jurídica inscrita no cadastro fiscal do município, quando cumular a condição de contribuinte do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), fica obrigada a apresentar anualmente cópia da DECLAN e ou DEFIS na Secretaria Municipal de Fazenda até 5 (cinco) dias úteis após o prazo previsto para a entrega no órgão Estadual ou Federal competente, de acordo com a exigência do artigo 6º combinado com os parágrafos 3º e 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 63/90. (Incluído pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)

TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FISCAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 397 - O crédito tributário, que é decorrente da obrigação principal, regularmente constituído, somente se modifica ou extingue ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora os quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO

Seção I
Do Lançamento

Art. 398 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
§ 1º - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
§ 2º - Crédito tributário não pode ter o seu nascimento obstado, nem os seus elementos modificados, por autoridade de qualquer nível, nem por disposição que não esteja expressa em lei.

Art. 399 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador de obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação instituindo novos critérios de apuração da base de cálculo, haja estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando maiores garantias e privilégios à Fazenda Pública Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 400 - Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 401 - O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Fiscal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas formas e épocas estabelecidas nesta Lei.
§ 1º. As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e a verificação do montante do crédito tributário correspondente.
§ 2º. O órgão fazendário competente examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados.

Art. 402 - Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá:
I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;
II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponível;
III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
IV - notificar, para comparecer às repartições da Prefeitura, o contribuinte ou responsável;
V - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Art. 403 - O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a critério da administração:
I - através de notificação direta feita como aviso, para servir como guia de recolhimento;
II - através de edital publicado no órgão oficial;
III - através de edital afixado na Prefeitura.

Art. 404 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
I - impugnação do sujeito passivo;
II - recurso de ofício;
III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 405 - A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa

no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II

Das Modalidades de Lançamento

Art. 406 - O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.
§ 2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 407 - Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de arbitramento, poderá ser efetuado ou revisto de ofício, quando:
I - o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;
II - tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e formas legais, o pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente;
III - por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, tenha se baseado em dados cadastrais ou declarados que sejam falsos ou inexatos;
IV - deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;
V - se comprovar que no lançamento anterior ocorreu dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão, pela mesma autoridade de ato ou formalidade essencial;
VI - se verificar a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis incidentes sobre os elementos que constituem cada lançamento.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 408 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
I - moratória;
II - o depósito do seu montante integral ou penhora suficiente de bens;

III - as reclamações, os recursos e as consultas nos termos dos dispositivos legais reguladores do processo tributário fiscal;
IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Seção II

Da Moratória

Art. 409 - O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho da Prefeita, desde que autorizada em lei específica.

Art. 410 - A lei que conceder moratória em caráter geral ou que autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
I - o prazo de duração do favor;
II - as condições da concessão do favor em caráter individual;
III - sendo caso:

a) os créditos tributários e fiscais a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Art. 411 – Salvo disposição de lei em contrário, a moratória abrange tão-somente os créditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único - A moratória não será concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 412 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora e correção monetária:
I- com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do benefício, ou de terceiro em benefício daquele;
II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo Único - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito, no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO

Seção I

Das Modalidades

Art. 413- Extinguem o crédito tributário:
I - o pagamento;
II - a compensação;
III - a transação;
IV - a remissão;
V - a prescrição e a decadência;
VI - a conversão de depósito em renda;
VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
VIII - a consignação em pagamento;
IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
X - a decisão judicial passada em julgado.

Seção II

Do Pagamento e Parcelamento

Art. 414 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art.415 - A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário, nem desonera o cumprimento da obrigação acessória.

Art.416 - As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos corrigidos.

Parágrafo Único - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também corrigidas, a partir do seu vencimento.

Art. 417. Os créditos municipais, tributários e não tributários, não adimplidos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária, serão consolidados na forma do artigo 497 da Lei Complementar 075 de 02 de dezembro de 2005, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

I – o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros e multa de mora e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor;
~~II – para parcelamentos em até 10 (dez) parcelas iguais, inclusive, não haverá a incidência de juros vincendos;~~
II – para parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, não haverá a incidência de juros vincendos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
III – para parcelamentos com mais de 10 (dez) parcelas, serão acrescidos juros vincendos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês.
§ 1º - Os débitos oriundos de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU somente poderão ser objeto do parcelamento previsto neste artigo, a partir do exercício subsequente ao do lançamento. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 2º - Na hipótese de legalização de imóveis, o valor das taxas, preço público, mais valia e o ISS de obra, será parcelado em até 06 (seis) vezes iguais, consecutivas mensalmente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
§ 2º - Na hipótese de legalização de imóveis, o valor das taxas, preço público, mais valia e o ISS de obra, poderão ser parcelados em até 06 (seis) vezes, consecutivos mensalmente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
§ 3º - Não haverá parcelamento para débitos de ITBI. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
§ 4º - O valor do débito consolidado será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas, somente para os casos previstos no inciso II, do caput deste artigo; (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 5º - Os débitos tributários poderão ser divididos em até 120 (cento e vinte) parcelas iguais, mensais e consecutivas, para pessoa física e 96(noventa e seis), para pessoa jurídica. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
§ 5º - Os débitos tributários poderão ser divididos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, para pessoa física e 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, para pessoa jurídica. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
~~§ 6º - Os créditos municipais não tributários poderão ser parcelados, por dívida, em até 36(trinta e seis) parcelas. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
§ 6º - Os créditos municipais não tributários poderão ser parcelados, por dívida, em até 36(trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
~~§ 7º - O parcelamento de que trata este artigo deverá ser requerido pelo interessado.~~
§ 7º - O auto de infração lavrado por autoridade municipal poderá ser objeto de parcelamento, nos moldes do § 5º**.** (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 8º - O valor das parcelas previstas no parágrafo anterior, não poderá ser inferior a R$50,00 (cinquenta reais), para pessoa física e R$100,00 (cem reais), para pessoa jurídica, facultando ao contribuinte o dia de vencimento das parcelas. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
§ 8º - O valor das parcelas previstas no parágrafo anterior, não poderá ser inferior a ~~R$80,00 (oitenta reais), para pessoa física e R$200,00 (duzentos reais)~~, para pessoa

jurídica, facultando ao contribuinte o dia de vencimento das parcelas, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da data do pedido de parcelamento. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)
R$85,34 (oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), para pessoa física e R$213,34 (duzentos e treze reais e trinta e quatro centavos)
(Valores corrigidos pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)
~~§ 9º - O não pagamento de duas parcelas sucessivas importará no automático vencimento antecipado das demais.~~
§ 9º - O parcelamento de que trata este artigo deverá ser requerido pelo contribuinte ou representante legal. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
~~§ 10 - Caberá ao Setor de Receitas, da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA, deferir o requerimento e fornecer o termo de confissão da dívida, sendo este irretratável e irrevogável, que será assinado pelo contribuinte ou representante legal, mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e uma cópia: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~
§ 10 – Fica autorizado ao Procurador Geral do Município, expedição de atos quanto a documentação necessária para efetuar os parcelamentos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

I – Para pessoa física, pelo comparecimento:

a) Do próprio Contribuinte, cópia do documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência;

b) De terceiro, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração – digitada ou de próprio punho, com firma reconhecida;

c) Em caso de contribuinte já falecido, atestado de óbito, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência do Requerente;

d) Do cônjuge, deverão ser apresentados os documentos da alínea “a” e também a certidão de casamento;

e) De filho, deverão ser apresentados os documentos da alínea “a” e também documento que comprove a filiação, que pode ser o RG do requerente.

II - Para pessoa jurídica, pelo comparecimento:

a) De um dos sócios: documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência do mesmo, além de CNPJ, contrato social, ata de constituição ou estatuto social;

b) Do Procurador, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração em que constem poderes específicos, com firma reconhecida;

c) Do representante contábil, contrato de prestação de serviços ou procuração com firma reconhecida.

~~§ 10 - Os débitos já parcelados poderão ser objetos de novo parcelamento a critério da Administração Fazendária.~~

§ 10º - Os débitos já parcelados poderão ser objetos de novo parcelamento, conforme estabelecido abaixo: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

a) um novo reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao mesmo ao pagamento à vista de 20%(vinte por cento) do saldo devedor remanescente;

b) um último reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao pagamento à vista de 50%(cinquenta por cento) do saldo devedor remanescente.

~~§ 11º - O não pagamento de três parcelas consecutivas ou sucessivas ou seis intercaladas importará no automático vencimento antecipado das demais e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em Dívida Ativa. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~

§ 11º - Os débitos já parcelados poderão ser objetos de novo parcelamento, conforme estabelecido abaixo: (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

~~a) um novo reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao mesmo ao pagamento à vista de 20%(vinte por cento) do saldo devedor remanescente;~~

a) um novo reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao mesmo ao pagamento à vista de 20%(vinte por cento) do saldo devedor remanescente; (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

~~b) um último reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao pagamento à vista de 50%(cinquenta por cento) do saldo devedor remanescente.~~

b) um último reparcelamento do débito, condicionado o deferimento ao pagamento à vista de 50%(cinquenta por cento) do saldo devedor remanescente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

~~§ 12º - O não pagamento de três parcelas consecutivas ou sucessivas ou seis intercaladas importará no automático vencimento antecipado das demais e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em Dívida Ativa.~~ (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 12º - O não pagamento de três parcelas consecutivas ou sucessivas ou seis intercaladas importará no automático vencimento antecipado das demais e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em Dívida Ativa. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

Art. 418 - O parcelamento de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios.

Parágrafo único – Feito o parcelamento, a Procuradoria Geral do Município, pedirá a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

Seção III

Das Restituições

Art. 419 - O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:
I - cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei Complementar, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do crédito tributário e fiscal ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III - reforma, anulação, revogação, ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 420 - A restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal dá lugar à restituição, na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo os referentes à infrações de caráter formal, que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Parágrafo único - A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 421 - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I - nas hipóteses previstas nos itens I e II do artigo pré-anterior, da data do recolhimento indevido;
II - nas hipóteses previstas no item III do artigo pré-anterior, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 422 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da notificação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública Municipal.

Art. 423 - Quando se tratar de crédito tributário e fiscal indevidamente arrecadado, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte e apurado pela autoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Secretário de Fazenda, em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 424 - A restituição de crédito tributário e fiscal, mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente, ficará sujeita à atualização monetária, calculada a partir da data do recolhimento indevido.

Parágrafo Único - Cessará a contagem dos acréscimos previstos neste artigo, na data da ciência ao interessado de que a importância está a sua disposição.

Art. 425 - O pedido de restituição será indeferido, se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 426 - Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributário e fiscal a ser restituído, poderá o Secretário de Fazenda determinar que a restituição se processe através da compensação de crédito.

Seção IV
Da Consignação em Pagamento

Art.427 - A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo nos casos:
I - de recusa de recebimento, ou subordinação desse ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;
III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante propõe-se a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda, julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, correção monetária, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Seção V

Da Compensação e da Transação

Art. 428 - O Secretário de Fazenda poderá:
I - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;
II - propor a celebração entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e consequente extinção de créditos tributários e fiscais.

Parágrafo Único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Seção VI

Da Remissão

~~Art. 429 - O Secretário de Fazenda, por despacho fundamentado, poderá:~~

~~I - conceder remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, condicionada à observância de pelo menos um dos seguintes requisitos:~~
~~a) comprovação de que a situação econômica do sujeito passivo não permite a liquidação de seu débito;~~
~~a) constatação de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;~~
~~b) diminuta importância de crédito tributário e fiscal;~~
~~c) considerações de eqüidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.~~

~~II - cancelar administrativamente, de ofício, o crédito tributário e fiscal, quando:~~
~~a) estiver prescrito;~~
~~a) o sujeito passivo houver falecido, deixando unicamente bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;~~
~~b) inscrito em dívida ativa, for de até R$ 500,00 (quinhentos reais), tornando a cobrança ou execução antieconômica.~~ (Revogado pela Lei Complementar n°127 de 29 de fevereiro de 2012)

Art. 430 - A remissão não se aplica aos casos em que o sujeito passivo tenha agido com dolo, fraude ou simulação.

Seção VII

Da Decadência

Art. 431 - O direito da Fazenda Pública Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:
I - da data da ocorrência do fato gerador, quando se tratar de lançamento por homologação ou declaração, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;
II - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Seção VIII

Da Prescrição

Art. 432 - A ação para a cobrança de crédito tributário e fiscal prescreve em 5 (cinco) anos, contados:
I - da data da sua constituição definitiva;
II - do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem devidos, no caso de lançamento direto.

Art. 433 - Interrompe-se a prescrição da Dívida Fiscal:
I - pela confissão e parcelamento do débito, por parte do devedor;
II - pela concessão de prazos especiais para esse fim;
III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;
IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.
§ 1º. O prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida ativa fiscal recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.
§ 2º. Enquanto não for localizado o devedor ou encontrado os bens sobre os quais possa recair a penhora, não correrá o prazo de prescrição.

Art. 434 - A inscrição de créditos tributários e não-tributários na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

CAPÍTULO V

Da Exclusão

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 435 - Excluem o crédito tributário:
I - a isenção;
II - a anistia.

Art. 436 - A isenção e a anistia, quando não concedidas em caráter geral, são efetivadas, em cada caso, por despacho do Secretário de Fazenda, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previsto em lei para a sua concessão.

Seção II
Da Isenção

Art. 437 - A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 438 - A isenção será efetivada:
I - em caráter geral, quando a lei que a conceder não impuser condição aos beneficiários;
II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em Lei para a sua concessão.

§ 1º - O requerimento referido no inciso II deste artigo deverá **ser apresentado**:

a) no caso dos impostos predial e territorial urbano e sobre serviços, devido por profissionais autônomos ou sociedade de profissionais, até o vencimento do prazo final em cada ano para pagamento dos mencionados tributos;
b) no caso do imposto sobre serviços lançado por homologação, até o vencimento do prazo final fixado para o primeiro pagamento no ano.
§ 2º - A falta de requerimento fará cessar os efeitos da isenção e sujeitará o crédito tributário respectivo às formas de extinção previstas neste Código.
§ 3º - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação.
§ 4º - O despacho a que se refere este artigo não gera direitos adquiridos, sendo a isenção revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente, acrescido de juros de mora:
a) com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
b) sem imposição de penalidade, nos demais casos.
§ 5º - O lapso de tempo entre a efetivação e a revogação da isenção não é computado para efeito de prescrição do direito de cobrança do crédito.

Art. 439 - A isenção não será extensiva:
I - às contribuições de melhoria;
II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Seção III

Da Anistia

Art. 440 - A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:
I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
II - às infrações resultantes de procedimento ardiloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 441 - A anistia pode ser concedida:
I - em caráter geral;
II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.

TÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 442 - Todas as funções referentes a cadastramento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições desta Lei Complementar, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinados, segundo as suas atribuições.

Art. 443 - Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

Art. 444 - Os órgãos fazendários farão imprimir, distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes para o efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos e preços públicos municipais.

Art. 445 - A aplicação da Legislação Tributária será privativa das Autoridades Fiscais.

Art. 446 - Mediante notificação escrita, são obrigados a prestar à Autoridade Fiscal todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
III - as empresas de administração de bens;
IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V - os inventariantes;
VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a Autoridade Fiscal determinar.

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 447 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Art. 448 - A Fazenda Pública Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou independentemente deste ato, sempre que solicitada.

Art. 449 - No caso de desacato ou de embaraço ao exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse do fisco, ainda que não configure fato definido como crime, a Autoridade Fiscal poderá, pessoalmente ou através das repartições a que pertencerem, requisitar o auxílio de força policial.

Art. 450 - Os empresários ou responsáveis por casas, estabelecimentos, locais ou empresas de diversões franquearão os seus salões de exibição ou locais de espetáculos, bilheterias e demais dependências, à Autoridade Fiscal, desde que, portadora de documento de identificação, esteja no exercício regular de sua função.

CAPÍTULO II

DA DÍVIDA ATIVA

~~Art. 451 - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal os créditos de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regular.~~

Art. 451. Constituem Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal os créditos de natureza tributária ou não-tributária não pagos na data fixada pelo Calendário Fiscal do Município de Belford Roxo (CAFIB), publicado anualmente. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 1º. A inscrição far-se-á, após o exercício, quando se tratar de tributos lançados por exercício, e, nos demais casos, a inscrição será feita após o vencimento dos prazos previstos para pagamento, sem prejuízo dos acréscimos legais e moratórios.

§ 2º. A inscrição do débito não poderá ser feita na Dívida Ativa enquanto não forem decididos definitivamente a reclamação, o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 3º. Ao contribuinte não poderá ser negada certidão negativa de débito ou de quitação, desde que garantido o débito fiscal questionado, através de caução do seu valor, em espécie.

Art. 452 - São de natureza tributária os créditos provenientes de obrigações legais relativas à tributos e respectivos adicionais e multas.

~~Art. 453 - São de natureza não-tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal.~~

Art. 453. São de natureza não-tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 454 - O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - o valor originário da dívida, bem como a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
IV - a data e o nº da inscrição, no Registro de Dívida Ativa;
V - o número do processo administrativo ou do auto de infração e notificação, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.
§ 2º. O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
§ 3º. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.

Art. 455 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 456 - A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser indicada por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 457 - Mediante despacho do Secretário de Fazenda, poderá ser inscrito no correr do mesmo exercício o débito proveniente de tributos lançados por exercício, quando for necessário acautelar-se o interesse da Fazenda Pública Municipal.

Art. 458 - Os débitos tributários inferiores a ~~R$500,00 (quinhentos reais)~~ não serão inscritos na Dívida Ativa, por não cobrirem os custos de cobrança.
R$657,51 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

(Valor corrigido pelo Decreto nº. 5580 de 07/11/2022)

Art. 459- A Dívida Ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial.
§ 1º. Feita a inscrição, a respectiva certidão deverá ser imediatamente enviada à Procuradoria, para que o débito seja ajuizado no menor tempo possível.
§ 2º. Enquanto não houver ajuizamento, o Secretário de Fazenda ou Procuradoria promoverão, pelos meios ao seu alcance, a cobrança amigável do débito.
§ 3º. As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser acumuladas em uma única ação.

Art. 460 - Salvo nos casos de anistia e de remissão, é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da Dívida Ativa, ainda que se não tenha realizado a inscrição.

Parágrafo único - Incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida no presente artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Art. 461 - Existindo simultaneamente dois ou mais débitos do mesmo sujeito passivo, relativos a idênticos ou diferentes créditos tributários e fiscais, inscritos em Dívida Ativa, a autoridade administrativa competente, para receber o pagamento, determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:
I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;
II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois, às taxas, por fim, aos impostos;
III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;
IV - na ordem decrescente dos montantes.

Art. 462 - A importância do crédito tributário e fiscal pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
I - de recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade ou ao cumprimento de obrigação acessória;
II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.
§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.
§ 3º. Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO III

DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 463 - A Fazenda Pública Municipal exigirá certidão negativa como prova de quitação ou regularidade de créditos tributários e fiscais.

Art. 464 - As certidões serão solicitadas mediante requerimento da parte interessada ou de seu representante legal, devidamente habilitados, o qual deverá conter:

a) nome ou razão social;

b) endereço ou domicílio tributário;

c) profissão, ramo de atividade e número de inscrição;

d) início de atividade;

e) o período a que se refere o pedido, quando for o caso;

f) assinatura do requerente.

~~Parágrafo único: as certidões poderão ser: (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)~~

Parágrafo único: Fica autorizado ao Procurador Geral do Município, expedição de atos, para regulamentar os modelos das certidões. (Redação dada pela Lei Complementar n° 156, de 19 de dezembro de 2013)

I.- Negativas, quando não houver débitos;

II.- Positivas, quando houver débitos; e

III.- Positivas, com efeito de negativas, quando:

A. a exigibilidade esteja suspensa em virtude de:
a) moratória;
b) depósito do seu montante integral;
c) reclamação, defesa e ou recursos, nos termos do Código Tributário Municipal e sua regulamentação;
d) concessão de medida liminar em mandado de segurança;
e) concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
f) parcelamento em que o requerente esteja adimplente;
g) débito não vencido.

B. o lançamento se encontre no prazo legal da reclamação ou da defesa;

C. em relação ao qual o sujeito passivo houver solicitado compensação com créditos decorrentes de pedido de restituição ou de ressarcimento, na forma da legislação, pendente de decisão por parte da autoridade competente, após transcorridos 30 (trinta) dias da protocolização do pedido de compensação.

Art. 465 - As certidões relativas à situação fiscal e dados cadastrais só serão expedidas após as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

Art. 466 - Da certidão constará o crédito tributário e fiscal devidamente constituído.

Parágrafo único - Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente constituído, para efeito deste artigo:
I - o crédito tributário e fiscal lançado e não quitado à época própria;
II - a existência de débito inscrito em Dívida Ativa;
III - a existência de débito em cobrança executiva;
IV - o débito confessado.

~~Art. 467 - Na hipótese de comprovação pelo interessado de ocorrência de fato que importe em suspensão de exigibilidade de crédito tributário e fiscal ou no adiantamento de seu vencimento, a certidão será expedida com as ressalvas necessárias.~~

Art. 467 - Nas hipóteses previstas nas alíneas “A”, “B” e “C”, do inciso III, do parágrafo único, do art. 464, a certidão será expedida com as ressalvas necessárias. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Parágrafo único - A certidão emitida nos termos deste artigo terá validade de certidão negativa enquanto persistir a situação.

Art. 468 - Será pessoalmente responsável, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

Art. 469 - O prazo máximo para a expedição de certidão será de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a entrada do requerimento na repartição competente.

~~§ 1º. As certidões poderão ser expedidas pelo processo mecânico ou eletrônico e terão validade de 180 (cento e oitenta) dias.~~
§ 1º. As certidões poderão ser expedidas pelo procedimento mecânico ou eletrônico, sendo que: (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
I.- No caso das certidões negativas e positivas, a validade será de 180(cento e oitenta) dias; (Incluído pela redação na pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)
II.- No caso da certidão positiva, com efeito de negativa, a validade será de 30(trinta) dias. (Incluído pela redação na pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

§ 2º. As certidões serão assinadas pelo Coordenador de Receitas responsável pela sua expedição.

Art. 470 - A expedição de Certidão Negativa não exclui o direito de a Administração exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

Art. 471 - Terá os mesmos efeitos de Certidão Negativa aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 472 - A Certidão Negativa expedida com dolo ou fraude, e que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que couber e é extensivo a quantos colaborem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Pública Municipal.

Art. 473 - A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento comercial, industrial, produtor rural ou de prestação de serviços de qualquer natureza não poderá efetivar-se sem a apresentação da Certidão Negativa dos tributos a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

Art. 474 - A Certidão Negativa será eficaz, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO FISCAL

Art. 475 - A execução fiscal poderá ser promovida contra:
I - o devedor;
II - o fiador;
III - o espólio;
IV - a massa;
V - o responsável, nos termos da lei, por dívidas tributárias ou não tributárias de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
VI - os sucessores a qualquer título.

§ 1º. O síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, antes de garantidos os créditos da Fazenda Pública Municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem solidariamente, pelo valor desses bens, ressalvado o disposto nesta legislação e na Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
§ 2º. A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, aplica-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
§ 3º. Os responsáveis poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

Art. 476 - A petição inicial indicará apenas:
I - o juiz a quem é dirigida;
II - o pedido;
III - o requerimento para citação.

§ 1º. A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.
§ 2º. A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
§ 3º. A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.
§ 4º. O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

Art. 477 - Em garantia da execução pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, o executado poderá:
I - efetuar depósito em dinheiro, a ordem do juízo, em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;
II - oferecer fiança bancária;
III - nomear bens à penhora;
IV - indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º. O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.
§ 2º. Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.
§ 3º. A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.
§ 4º. Somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.
§ 5º. A fiança bancária obedecerá às condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
§ 6º. O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa e garantir a execução do saldo devedor.

Art. 478 - Não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em quaisquer bens do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 479 - Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

Art. 480 - A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal só é admissível em execução, na forma da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor

do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo único - A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

Art. 481 - A Fazenda Pública Municipal não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito.

Parágrafo único - Se vencida, a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

Art. 482 - O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública Municipal será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo juízo.

Parágrafo único - Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido, na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem transladadas.

CAPÍTULO V

DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 483 - Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 484 - Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública Municipal por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

Seção II

Das Preferências

Art. 485 - A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único - O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:
I - União;
II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e "pro rata";
III - Municípios, conjuntamente e "pro rata".

Art. 486 - São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente de acordo com a Lei Federal nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005 às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos no ano anterior e vincendos no ano corrente, exigíveis no decurso do processo de falência.

Art. 487 - São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Art. 488 - São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 489 - Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil.

Art. 490 - Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 491 - O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública, sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os créditos tributários e fiscais devidos à Fazenda Pública Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

LIVRO TERCEIRO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 492 - A concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não gera direito adquirido em caráter individual e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se, assim, os créditos devidos acrescidos de juros de mora:
I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão do benefício e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.
§ 2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 493 - A concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não dispensam o cumprimento de obrigações acessórias.

Art. 494 - Nenhum Processo Administrativo Tributário (PAT) poderá ser arquivado, sem que haja despacho expresso neste sentido, prolatado por autoridade competente.

Art. 495 - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Art. 496 - Ao contribuinte compete, após o procedimento legal previsto neste Código, o pagamento do principal, devidamente atualizado monetariamente, juros e multa de mora, além dos encargos inerentes, em razão da cobrança de seu débito ou dívida inscrita, executada judicialmente ou não.
§ 1º - Entende-se como encargos, todo e qualquer ônus ou obrigação acessória derivada, inclusive as de natureza social, compreendida todas as despesas que, fizerem-se necessárias para a concretização da cobrança em toda sua plenitude e celeridade.
§ 2º - Estes encargos, para efeito de cálculo e ressarcimento, deverão, obrigatoriamente, ser acoplados ao principal, devidamente atualizados monetariamente.

~~Art. 497 – Os tributos municipais que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 30 (trinta) dias, ou seja, 9,90% (nove vírgula noventa por cento), percentual máximo de multa, e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o valor dos tributos corrigidos monetariamente.~~

Art. 497 – Os valores tributários e não-tributários municipais que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 30 (trinta) dias, ou seja, 9,90% (nove vírgula noventa por cento), percentual máximo de multa, e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o valor dos tributos corrigidos monetariamente, exceto os de origem do Tribunal de Contas do

Estado do Rio de Janeiro que serão corrigidos nos moldes estabelecidos por este Tribunal. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

~~Art. 498 - Os tributos municipais terão seus valores corrigidos anualmente, tomando-se por base o Índice de Preços ao consumidor Amplo-Especial – IPCA-E, acumulado no exercício anterior.~~

Art. 498 – Os valores tributários e não-tributários municipais terão seus valores corrigidos anualmente, tomando-se por base o Índice de Preços ao consumidor Amplo-Especial – IPCA-E, acumulado no exercício anterior, exceto os de origem do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que serão corrigidos nos moldes estabelecidos por este Tribunal. (Redação dada pela Lei Complementar n° 126, de 27 de setembro de 2011)

Art. 499 - A Administração Pública Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado para otimizar o processo de arrecadação das receitas municipais.

Art. 500 – A Prefeita regulamentará esta Lei Complementar e baixará normas necessárias à sua aplicação.

Art. 501 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nºs 015/97, 030/99, 043/00, 051/01, 054/02, 055/02, 056/02, 059/02, 060/03, 061/03, 064/03, 065/04, 069/05.

Belford Roxo, 02 de dezembro de 2005.

MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS
Prefeita

~~**Anexo I**~~

~~**Tabela de alíquotas para cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.**~~

~~Especificação~~	~~Alíquota s/valor da transmissão~~
~~Todas as transmissões e valores~~	~~2%~~

ANEXO I - Tabela de alíquotas para cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

(Redação dada pela Lei Complementar n° 217, de 25 de outubro de 2017)

Especificação	Alíquota
Todas as transmissões e valores	3%

Anexo II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fixo, por mês - R$ (Real)

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5580, de 07 de novembro de 2022)

Descrição	Valor (R$)
1- Mesa de Sinuca, Bilhar, Totó e semelhantes, por unidade	40,71
2 - Jogos eletrônicos e semelhantes, inclusive lan house, por unidade	71,96
3 - Cópias ou reprodução por qualquer processo, de documentos e outros papeis, plantas ou desenhos, por máquina	103,21
4 - Salão de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres - por profissional	71,97

Tabela para cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza de profissionais autônomos

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5580, de 07 de novembro de 2022)

Profissionais autônomos	Anual (R$)	Trimestral (R$)	Mensal (R$)
De nível superior	2093,28		174,44
Até nível médio	418,58	4 x 104,65	

Tabela de alíquotas para cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	% sobre Movimento Econômico Mensal.
1 - Serviços de informática e congêneres.	

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3
1.02 – Programação.	3
~~1.03 – Processamento de dados e congêneres.~~	~~3~~
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
~~1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~	~~3~~
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3
1.06 – Assessoria e consultaria em informática.	3
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3
1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3
3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01 – Medicina e biomedicina.	4
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	4
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	4
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3
4.05 – Acupuntura.	3

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3
4.10 – Nutrição.	3
4.11 – Obstetrícia.	3
4.12 – Odontologia.	4
4.13 – Ortóptica.	3
4.14 – Próteses sob encomenda.	3
4.15 – Psicanálise.	3
4.16 – Psicologia.	3
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	4
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	4
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	4
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	4
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	4
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5

7 - Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
7.04 – Demolição.	5
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08 – Calafetação.	5
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
~~7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.~~	~~5~~
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	5
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3
9 - Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5
9.03 – Guias de turismo.	3
10 - Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06 – Agenciamento marítimo.	5
10.07 – Agenciamento de notícias.	5
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	5
11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
~~11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~	5

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
11.05 - Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)	5
12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01 – Espetáculos teatrais.	5
12.02 – Exibições cinematográficas.	5
12.03 – Espetáculos circenses.	5
12.04 – Programas de auditório.	5
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10 – Corridas e competições de animais.	5
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5
12.12 – Execução de música.	3
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3
13 - Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5
~~13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~	~~5~~

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
14 - Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.02 – Assistência Técnica.	5
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
~~14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~	~~5~~
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	5
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12 – Funilaria e lanternagem.	5
14.13 – Carpintaria e serralheria.	5
14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06 – Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entregam de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14 – Fornecimento, emissão, remissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas	5

quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	
15.16 – Emissão, remissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, remissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e remissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16 - Serviços de transporte de natureza municipal.	
~~16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~	~~5~~
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023	5
~~16.02 – Serviços de taxi, quando prestados por sociedades cooperativas formadas exclusivamente por profissionais autônomos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)~~	~~3~~
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal (Redação dada pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023	5
16.03 (Revogado pela Lei Complementar n° 294, de 10 de maio de 2023)	
17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3
17.08 – Franquia (franchising).	5
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3

17.11 – organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13 – Leilão e congêneres.	3
17.14 – Advocacia.	3
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3
17.16 – Auditoria.	3
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21 – Estatística.	5
17.22 – Cobrança em geral.	5
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5
17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de e gerência de riscos seguráveis e congêneres. seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção	
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia,	5

movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22 - Serviços de exploração de rodovia.	
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5
25 - Serviços funerários.	
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
~~25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~	~~3~~
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
25.03 – Planos ou convênio funerários.	5
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Incluído pela redação dada na Lei Complementar n° 216, de 28 de setembro de 2017)	5
26 - Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres	5
27 - Serviços de assistência social.	
27.01 – Serviços de assistência social.	3
28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
29 - Serviços de biblioteconomia.	
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32 - Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.	5
33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3
36 - Serviços de meteorologia.	
36.01 – Serviços de meteorologia.	3
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3
38 - Serviços de museologia.	
38.01 – Serviços de museologia.	3
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 – Obras de arte sob encomenda.	5

Anexo III
Tabela para cálculo da Taxa de Licença de Localização
(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5580, de 07 de novembro de 2022)

CNAE	Serviço	Descrição	Valor (R$)
0111-3/01	-	Cultivo de arroz	**1.779,61**
0111-3/02	-	Cultivo de milho	**1.779,61**
0111-3/03	-	Cultivo de trigo	**1.779,61**
0111-3/99	-	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	**1.779,61**
0112-1/01	-	Cultivo de algodão herbáceo	**1.779,61**
0112-1/02	-	Cultivo de juta	**1.779,61**
0112-1/99	-	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	**1.779,61**
0113-0/00	-	Cultivo de cana-de-açúcar	**1.779,61**
0114-8/00	-	Cultivo de fumo	**1.779,61**
0115-6/00	-	Cultivo de soja	**1.779,61**
0116-4/01	-	Cultivo de amendoim	**1.779,61**
0116-4/02	-	Cultivo de girassol	**1.779,61**
0116-4/03	-	Cultivo de mamona	**1.779,61**

0116-4/99	-	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	**1.779,61**
0119-9/01	-	Cultivo de abacaxi	**1.779,61**
0119-9/02	-	Cultivo de alho	**1.779,61**
0119-9/03	-	Cultivo de batata-inglesa	**1.779,61**
0119-9/04	-	Cultivo de cebola	**1.779,61**
0119-9/05	-	Cultivo de feijão	**1.779,61**
0119-9/06	-	Cultivo de mandioca	**1.779,61**
0119-9/07	-	Cultivo de melão	**1.779,61**
0119-9/08	-	Cultivo de melancia	**1.779,61**
0119-9/09	-	Cultivo de tomate rasteiro	**1.779,61**
0119-9/99	-	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	**1.779,61**
0121-1/01	-	Horticultura, exceto morango	**1.779,61**
0121-1/02	-	Cultivo de morango	**1.779,61**
0122-9/00	-	Cultivo de flores e plantas ornamentais	**1.779,61**
0131-8/00	-	Cultivo de laranja	**1.779,61**
0132-6/00	-	Cultivo de uva	**1.779,61**
0133-4/01	-	Cultivo de açaí	**1.779,61**
0133-4/02	-	Cultivo de banana	**1.779,61**
0133-4/03	-	Cultivo de caju	**1.779,61**
0133-4/04	-	Cultivo de cítricos, exceto laranja	**1.779,61**
0133-4/05	-	Cultivo de coco-da-baía	**1.779,61**
0133-4/06	-	Cultivo de guaraná	**1.779,61**
0133-4/07	-	Cultivo de maçã	**1.779,61**
0133-4/08	-	Cultivo de mamão	**1.779,61**
0133-4/09	-	Cultivo de maracujá	**1.779,61**
0133-4/10	-	Cultivo de manga	**1.779,61**
0133-4/11	-	Cultivo de pêssego	**1.779,61**
0133-4/99	-	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	**1.779,61**
0134-2/00	-	Cultivo de café	**1.779,61**
0135-1/00	-	Cultivo de cacau	**1.779,61**
0139-3/01	-	Cultivo de chá-da-índia	**1.779,61**
0139-3/02	-	Cultivo de erva-mate	**1.779,61**
0139-3/03	-	Cultivo de pimenta-do-reino	**1.779,61**
0139-3/04	-	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta- do-reino	**1.779,61**
0139-3/05	-	Cultivo de dendê	**1.779,61**
0139-3/06	-	Cultivo de seringueira	**1.779,61**
0139-3/99	-	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	**1.779,61**
0141-5/01	-	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	**1.779,61**
0141-5/02	-	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	**1.779,61**

0142-3/00	-	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	**1.779,61**
0151-2/01	-	Criação de bovinos para corte	**1.779,61**
0151-2/02	-	Criação de bovinos para leite	**1.779,61**
0151-2/03	-	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	**1.779,61**
0152-1/01	-	Criação de bufalinos	**1.779,61**
0152-1/02	-	Criação de eqüinos	**1.779,61**
0152-1/03	-	Criação de asininos e muares	**1.779,61**
0153-9/01	-	Criação de caprinos	**1.779,61**
0153-9/02	-	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	**1.779,61**
0154-7/00	-	Criação de suínos	**1.779,61**
0155-5/01	-	Criação de frangos para corte	**1.779,61**
0155-5/02	-	Produção de pintos de um dia	**1.779,61**
0155-5/03	-	Criação de outros galináceos, exceto para corte	**1.779,61**
0155-5/04	-	Criação de aves, exceto galináceos	**1.779,61**
0155-5/05	-	Produção de ovos	**1.779,61**
0159-8/01	-	Apicultura	**1.779,61**
0159-8/02	-	Criação de animais de estimação	**1.779,61**
0159-8/03	-	Criação de escargô	**1.779,61**
0159-8/04	-	Criação de bicho-da-seda	**1.779,61**
0159-8/99	-	Criação de outros animais não especificados anteriormente	**1.779,61**
0161-0/01	7.13	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	**1.642,72**
0161-0/02	7.11	Serviço de poda de árvores para lavouras	**1.642,72**
0161-0/03	7.16	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	**1.642,72**
0161-0/99	17.05	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	**1.642,72**
0162-8/01	5.04	Serviço de inseminação artificial em animais	**1.642,72**
0162-8/02	5.08	Serviço de tosquiamento de ovinos	**1.642,72**
0162-8/03	5.08	Serviço de manejo de animais	**1.642,72**
0162-8/99	5.01	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	**1.642,72**
0163-6/00	7.16	Atividades de pós-colheita	**1.642,72**
0170-9/00	-	Caça e serviços relacionados	**1.642,72**
0210-1/01	-	Cultivo de eucalipto	**1.779,61**
0210-1/02	-	Cultivo de acácia-negra	**1.779,61**
0210-1/03	-	Cultivo de pinus	**1.779,61**
0210-1/04	-	Cultivo de teca	**1.779,61**
0210-1/05	-	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	**1.779,61**
0210-1/06	-	Cultivo de mudas em viveiros florestais	**1.779,61**
0210-1/07	7.16	Extração de madeira em florestas plantadas	**2.333,76**
0210-1/08	-	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	**2.333,76**
0210-1/09	-	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	**2.333,76**
0210-1/99	-	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	**2.333,76**

0220-9/01	-	Extração de madeira em florestas nativas	**2.333,76**
0220-9/02	-	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	**2.333,76**
0220-9/03	-	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	**1.642,72**
0220-9/04	-	Coleta de látex em florestas nativas	**1.642,72**
0220-9/05	-	Coleta de palmito em florestas nativas	**1.642,72**
0220-9/06	7.16	Conservação de florestas nativas	**1.642,72**
0220-9/99	-	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	**1.642,72**
0230-6/00	7.16	Atividades de apoio à produção florestal	**1.642,72**
0311-6/01	-	Pesca de peixes em água salgada	**1.642,72**
0311-6/02	-	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	**1.642,72**
0311-6/03	-	Coleta de outros produtos marinhos	**1.642,72**
0311-6/04	-	Atividades de apoio à pesca em água salgada	**1.642,72**
0312-4/01	-	Pesca de peixes em água doce	**1.642,72**
0312-4/02	-	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	**1.642,72**
0312-4/03	-	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	**1.642,72**
0312-4/04	-	Atividades de apoio à pesca em água doce	**1.642,72**
0321-3/01	-	Criação de peixes em água salgada e salobra	**1.642,72**
0321-3/02	-	Criação de camarões em água salgada e salobra	**1.642,72**
0321-3/03	-	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	**1.642,72**
0321-3/04	-	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	**1.642,72**
0321-3/05	-	Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra	**1.642,72**
0321-3/99	-	Cultivos e semicultivos da aqüicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	**1.642,72**
0322-1/01	-	Criação de peixes em água doce	**1.642,72**
0322-1/02	-	Criação de camarões em água doce	**1.642,72**
0322-1/03	-	Criação de ostras e mexilhões em água doce	**1.642,72**
0322-1/04	-	Criação de peixes ornamentais em água doce	**1.642,72**
0322-1/05	-	Ranicultura	**1.642,72**
0322-1/06	-	Criação de jacaré	**1.642,72**
0322-1/07	-	Atividades de apoio à aqüicultura em água doce	**1.642,72**
0322-1/99	-	Cultivos e semicultivos da aqüicultura em água doce não especificados anteriormente	**1.642,72**
0500-3/01	-	Extração de carvão mineral	**2.333,76**
0500-3/02	14.05	Beneficiamento de carvão mineral	**2.333,76**
0600-0/01	-	Extração de petróleo e gás natural	**4.106,78**
0600-0/02	14.05	Extração e beneficiamento de xisto	**4.106,78**
0600-0/03	14.05	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	**4.106,78**
0710-3/01	-	Extração de minério de ferro	**4.106,78**
0710-3/02	14.05	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	**4.106,78**
0721-9/01	-	Extração de minério de alumínio	**4.106,78**
0721-9/02	14.05	Beneficiamento de minério de alumínio	**4.106,78**
0722-7/01	-	Extração de minério de estanho	**4.106,78**

0722-7/02	14.05	Beneficiamento de minério de estanho	**4.106,78**
0723-5/01	-	Extração de minério de manganês	**4.106,78**
0723-5/02	14.05	Beneficiamento de minério de manganês	**4.106,78**
0724-3/01	-	Extração de minério de metais preciosos	**4.106,78**
0724-3/02	14.05	Beneficiamento de minério de metais preciosos	**4.106,78**
0725-1/00	-	Extração de minerais radioativos	**4.106,78**
0729-4/01	-	Extração de minérios de nióbio e titânio	**4.106,78**
0729-4/02	-	Extração de minério de tungstênio	**4.106,78**
0729-4/03	-	Extração de minério de níquel	**4.106,78**
0729-4/04	-	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	**4.106,78**
0729-4/05	14.05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	**4.106,78**
0810-0/01	14.05	Extração de ardósia e beneficiamento associado	**4.106,78**
0810-0/02	14.05	Extração de granito e beneficiamento associado	**4.106,78**
0810-0/03	14.05	Extração de mármore e beneficiamento associado	**4.106,78**
0810-0/04	14.05	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	**4.106,78**
0810-0/05	-	Extração de gesso e caulim	**4.106,78**
0810-0/06	14.05	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	**4.106,78**
0810-0/07	14.05	Extração de argila e beneficiamento associado	**3.128,96**
0810-0/08	14.05	Extração de saibro e beneficiamento associado	**3.128,96**
0810-0/09	14.05	Extração de basalto e beneficiamento associado	**3.128,96**
0810-0/10	14.05	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	**3.128,96**
0810-0/99	14.05	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	**3.128,96**
0891-6/00	-	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	**3.128,96**
0892-4/01	-	Extração de sal marinho	**3.128,96**
0892-4/02	-	Extração de sal-gema	**3.128,96**
0892-4/03	14.05	Refino e outros tratamentos do sal	**3.128,96**
0893-2/00	-	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	**3.128,96**
0899-1/01	-	Extração de grafita	**3.128,96**
0899-1/02	-	Extração de quartzo	**3.128,96**
0899-1/03	-	Extração de amianto	**3.128,96**
0899-1/99	-	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	**3.128,96**
0910-6/00	7.21	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	**3.128,96**
0990-4/01	7.21	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	**3.128,96**
0990-4/02	7.21	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	**3.128,96**
0990-4/03	7.21	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	**3.128,96**
1011-2/01	-	Frigorífico - abate de bovinos	**3.585,29**
1011-2/02	-	Frigorífico - abate de eqüinos	**3.585,29**

1011-2/03	-	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	**3.585,29**
1011-2/04	-	Frigorífico - abate de bufalinos	**3.585,29**
1011-2/05	17.05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	**3.585,29**
1012-1/01	-	Abate de aves	**1.642,72**
1012-1/02	-	Abate de pequenos animais	**1.642,72**
1012-1/03	-	Frigorífico - abate de suínos	**3.585,29**
1012-1/04	17.05	Matadouro - abate de suínos sob contrato	**3.585,29**
1013-9/01	-	Fabricação de produtos de carne	**2.333,76**
1013-9/02	-	Preparação de subprodutos do abate	**2.333,76**
1020-1/01	-	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	**2.333,76**
1020-1/02	-	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	**2.333,76**
1031-7/00	-	Fabricação de conservas de frutas	**2.333,76**
1032-5/01	-	Fabricação de conservas de palmito	**2.333,76**
1032-5/99	-	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	**2.333,76**
1033-3/01	-	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	**2.333,76**
1033-3/02	-	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	**2.333,76**
1041-4/00	-	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	**2.333,76**
1042-2/00	-	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	**2.333,76**
1043-1/00	-	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	**2.333,76**
1051-1/00	-	Preparação do leite	**2.333,76**
1052-0/00	-	Fabricação de laticínios	**2.333,76**
1053-8/00	-	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	**2.333,76**
1061-9/01	14.05	Beneficiamento de arroz	**2.333,76**
1061-9/02	-	Fabricação de produtos do arroz	**2.333,76**
1062-7/00	-	Moagem de trigo e fabricação de derivados	**2.333,76**
1063-5/00	-	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	**2.333,76**
1064-3/00	-	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	**2.333,76**
1065-1/01	-	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	**2.333,76**
1065-1/02	-	Fabricação de óleo de milho em bruto	**2.333,76**
1065-1/03	-	Fabricação de óleo de milho refinado	**2.333,76**
1066-0/00	-	Fabricação de alimentos para animais	**2.333,76**
1069-4/00	-	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	**2.333,76**
1071-6/00	-	Fabricação de açúcar em bruto	**2.333,76**
1072-4/01	-	Fabricação de açúcar de cana refinado	**2.333,76**
1072-4/02	-	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	**2.333,76**
1081-3/01	14.05	Beneficiamento de café	**2.333,76**
1081-3/02	-	Torrefação e moagem de café	**2.333,76**
1082-1/00	-	Fabricação de produtos à base de café	**2.333,76**
1091-1/01	-	Fabricação de produtos de panificação industrial	**2.333,76**

1091-1/02	-	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	**2.333,76**
1092-9/00	-	Fabricação de biscoitos e bolachas	**2.333,76**
1093-7/01	-	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	**2.333,76**
1093-7/02	-	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	**2.333,76**
1094-5/00	-	Fabricação de massas alimentícias	**2.333,76**
1095-3/00	-	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	**2.333,76**
1096-1/00	-	Fabricação de alimentos e pratos prontos	**2.333,76**
1099-6/01	-	Fabricação de vinagres	**2.333,76**
1099-6/02	-	Fabricação de pós alimentícios	**2.333,76**
1099-6/03	-	Fabricação de fermentos e leveduras	**2.333,76**
1099-6/04	-	Fabricação de gelo comum	**2.333,76**
1099-6/05	-	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	**2.333,76**
1099-6/06	-	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	**2.333,76**
1099-6/07	-	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	**2.333,76**
1099-6/99	-	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	**2.333,76**
1111-9/01	-	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	**2.333,76**
1111-9/02	-	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	**3.585,29**
1112-7/00	-	Fabricação de vinho	**3.585,29**
1113-5/01	-	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	**3.585,29**
1113-5/02	-	Fabricação de cervejas e chopes	**3.585,29**
1121-6/00	-	Fabricação de águas envasadas	**2.333,76**
1122-4/01	-	Fabricação de refrigerantes	**3.128,96**
1122-4/02	-	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	**3.128,96**
1122-4/03	-	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	**3.128,96**
1122-4/04	-	Fabricação de bebidas isotônicas	**3.128,96**
1122-4/99	-	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	**2.333,76**
1210-7/00	-	Processamento industrial do fumo	**4.106,78**
1220-4/01	-	Fabricação de cigarros	**4.106,78**
1220-4/02	-	Fabricação de cigarrilhas e charutos	**4.106,78**
1220-4/03	-	Fabricação de filtros para cigarros	**4.106,78**
1220-4/99	-	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	**4.106,78**
1311-1/00	-	Preparação e fiação de fibras de algodão	**2.333,76**
1312-0/00	-	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	**2.333,76**
1313-8/00	-	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	**3.128,96**
1314-6/00	-	Fabricação de linhas para costurar e bordar	**3.128,96**
1321-9/00	-	Tecelagem de fios de algodão	**3.128,96**
1322-7/00	-	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	**3.128,96**
1323-5/00	-	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	**3.128,96**
1330-8/00	-	Fabricação de tecidos de malha	**3.128,96**

1340-5/01	14.05	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	**3.128,96**
1340-5/02	14.05	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	**3.128,96**
1340-5/99	14.09	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	**3.128,96**
1351-1/00	-	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	**3.128,96**
1352-9/00	-	Fabricação de artefatos de tapeçaria	**3.128,96**
1353-7/00	-	Fabricação de artefatos de cordoaria	**3.128,96**
1354-5/00	-	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	**3.128,96**
1359-6/00	-	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	**3.128,96**
1411-8/01	-	Confecção de roupas íntimas	**1.314,17**
1411-8/02	14.09	Facção de roupas íntimas	**1.314,17**
1412-6/01	-	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	**1.314,17**
1412-6/02	14.09	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	**1.314,17**
1412-6/03	14.09	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	**1.314,17**
1413-4/01	-	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	**1.314,17**
1413-4/02	14.09	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	**1.314,17**
1413-4/03	14.09	Facção de roupas profissionais	**1.314,17**
1414-2/00	-	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	**3.128,96**
1421-5/00	-	Fabricação de meias	**3.128,96**
1422-3/00	-	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	**3.128,96**
1510-6/00	14.05	Curtimento e outras preparações de couro	**2.333,76**
1521-1/00	-	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	**2.333,76**
1529-7/00	-	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	**2.333,76**
1531-9/01	-	Fabricação de calçados de couro	**2.333,76**
1531-9/02	14.05	Acabamento de calçados de couro sob contrato	**2.333,76**
1532-7/00	-	Fabricação de tênis de qualquer material	**2.333,76**
1533-5/00	-	Fabricação de calçados de material sintético	**2.333,76**
1539-4/00	-	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	**2.333,76**
1540-8/00	-	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	**2.333,76**
1610-2/01	14.13	Serrarias com desdobramento de madeira	**2.333,76**
1610-2/02	-	Serrarias sem desdobramento de madeira	**2.333,76**
1621-8/00	-	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	**2.333,76**
1622-6/01	-	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	**2.333,76**
1622-6/02	-	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	**2.333,76**
1622-6/99	-	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	**2.333,76**
1623-4/00	-	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	**2.333,76**

1629-3/01	-	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	**2.333,76**
1629-3/02	-	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	**2.333,76**
1710-9/00	-	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	**2.333,76**
1721-4/00	-	Fabricação de papel	**2.333,76**
1722-2/00	-	Fabricação de cartolina e papel-cartão	**2.333,76**
1731-1/00	-	Fabricação de embalagens de papel	**2.333,76**
1732-0/00	-	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	**2.333,76**
1733-8/00	-	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	**2.333,76**
1741-9/01	-	Fabricação de formulários contínuos	**2.333,76**
1741-9/02	-	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel- cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	**2.333,76**
1742-7/01	-	Fabricação de fraldas descartáveis	**2.333,76**
1742-7/02	-	Fabricação de absorventes higiênicos	**2.333,76**
1742-7/99	-	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	**2.333,76**
1749-4/00	-	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	**2.333,76**
1811-3/01	13.05	Impressão de jornais	**1.642,72**
1811-3/02	13.05	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	**1.642,72**
1812-1/00	13.05	Impressão de material de segurança	**1.642,72**
1813-0/01	13.05	Impressão de material para uso publicitário	**1.642,72**
1813-0/99	13.05	Impressão de material para outros usos	**1.642,72**
1821-1/00	13.05	Serviços de pré-impressão	**1.642,72**
1822-9/00	14.05	Serviços de acabamentos gráficos	**1.642,72**
1822-9/01	14.05	Serviços de encadernação e plastificação	**1.642,72**
1822-9/99	13.05	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	**1.642,72**
1830-0/01	13.02	Reprodução de som em qualquer suporte	**1.368,92**
1830-0/02	13.02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	**1.368,92**
1830-0/03	1.02	Reprodução de software em qualquer suporte	**1.368,92**
1910-1/00	-	Coquerias	**4.106,78**
1921-7/00	-	Fabricação de produtos do refino de petróleo	**4.106,78**
1922-5/01	-	Formulação de combustíveis	**4.106,78**
1922-5/02	14.05	Rerrefino de óleos lubrificantes	**4.106,78**
1922-5/99	-	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	**4.106,78**
1931-4/00	-	Fabricação de álcool	**4.106,78**
1932-2/00	-	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	**4.106,78**
2011-8/00	-	Fabricação de cloro e álcalis	**4.106,78**
2012-6/00	-	Fabricação de intermediários para fertilizantes	**4.106,78**
2013-4/00	-	Fabricação de adubos e fertilizantes	**4.106,78**
2014-2/00	-	Fabricação de gases industriais	**4.106,78**

2019-3/01	-	Elaboração de combustíveis nucleares	**4.106,78**
2019-3/99	-	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	**4.106,78**
2021-5/00	-	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	**4.106,78**
2022-3/00	-	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	**4.106,78**
2029-1/00	-	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	**4.106,78**
2031-2/00	-	Fabricação de resinas termoplásticas	**4.106,78**
2032-1/00	-	Fabricação de resinas termofixas	**4.106,78**
2033-9/00	-	Fabricação de elastômeros	**4.106,78**
2040-1/00	-	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	**4.106,78**
2051-7/00	-	Fabricação de defensivos agrícolas	**4.106,78**
2052-5/00	-	Fabricação de desinfestantes domissanitários	**4.106,78**
2061-4/00	-	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	**4.106,78**
2062-2/00	-	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	**4.106,78**
2063-1/00	-	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	**4.106,78**
2071-1/00	-	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	**4.106,78**
2072-0/00	-	Fabricação de tintas de impressão	**4.106,78**
2073-8/00	-	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	**4.106,78**
2091-6/00	-	Fabricação de adesivos e selantes	**4.106,78**
2092-4/01	-	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	**4.106,78**
2092-4/02	-	Fabricação de artigos pirotécnicos	**4.106,78**
2092-4/03	-	Fabricação de fósforos de segurança	**4.106,78**
2093-2/00	-	Fabricação de aditivos de uso industrial	**4.106,78**
2094-1/00	-	Fabricação de catalisadores	**4.106,78**
2099-1/01	-	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	**4.106,78**
2099-1/99	-	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	**4.106,78**
2110-6/00	-	Fabricação de produtos farmoquímicos	**4.106,78**
2121-1/01	-	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	**4.106,78**
2121-1/01	-	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	**4.106,78**
2121-1/02	-	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	**4.106,78**
2121-1/03	-	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	**4.106,78**
2122-0/00	-	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	**4.106,78**
2123-8/00	-	Fabricação de preparações farmacêuticas	**4.106,78**
2211-1/00	-	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	**4.106,78**
2212-9/00	14.04	Reforma de pneumáticos usados	**4.106,78**
2219-6/00	-	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	**4.106,78**
2221-8/00	-	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	**4.106,78**
2222-6/00	-	Fabricação de embalagens de material plástico	**4.106,78**
2223-4/00	-	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	**4.106,78**

2229-3/01	-	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	**4.106,78**
2229-3/02	-	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	**4.106,78**
2229-3/03	-	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	**4.106,78**
2229-3/99	-	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	**4.106,78**
2311-7/00	-	Fabricação de vidro plano e de segurança	**4.106,78**
2312-5/00	-	Fabricação de embalagens de vidro	**4.106,78**
2319-2/00	-	Fabricação de artigos de vidro	**4.106,78**
2320-6/00	-	Fabricação de cimento	**4.106,78**
2330-3/01	-	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	**2.333,76**
2330-3/02	-	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	**2.333,76**
2330-3/03	-	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	**2.333,76**
2330-3/04	-	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	**2.333,76**
2330-3/05	7.02	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	**4.106,78**
2330-3/99	-	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	**4.106,78**
2341-9/00	-	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	**4.106,78**
2342-7/01	-	Fabricação de azulejos e pisos	**4.106,78**
2330-3/01	-	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	**4.106,78**
2330-3/02	-	Fabricação de material sanitário de cerâmica	**4.106,78**
2330-3/03	-	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	**4.106,78**
2330-3/04	14.05	Britamento de pedras, exceto associado à extração	**4.106,78**
2330-3/05	14.05	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	**2.333,76**
2330-3/99	14.05	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	**2.333,76**
2341-9/00	-	Fabricação de cal e gesso	**4.106,78**
2342-7/01	14.05	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	**4.106,78**
2330-3/01	-	Fabricação de abrasivos	**4.106,78**
2330-3/02	-	Fabricação de outros produtos de minerais não- metálicos não especificados anteriormente	**4.106,78**
2411-3/00	-	Produção de ferro-gusa	**4.106,78**
2412-1/00	-	Produção de ferroligas	**4.106,78**
2421-1/00	-	Produção de semi-acabados de aço	**4.106,78**
2422-9/01	-	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	**4.106,78**
2422-9/02	-	Produção de laminados planos de aços especiais	**4.106,78**
2423-7/01	-	Produção de tubos de aço sem costura	**4.106,78**
2423-7/02	-	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	**4.106,78**
2424-5/01	-	Produção de arames de aço	**4.106,78**

2422-9/01	-	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	**4.106,78**
2431-8/00	-	Produção de tubos de aço com costura	**4.106,78**
2439-3/00	-	Produção de outros tubos de ferro e aço	**4.106,78**
2441-5/01	-	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	**4.106,78**
2441-5/02	-	Produção de laminados de alumínio	**4.106,78**
2442-3/00	-	Metalurgia dos metais preciosos	**4.106,78**
2443-1/00	-	Metalurgia do cobre	**4.106,78**
2441-5/01	-	Produção de zinco em formas primárias	**4.106,78**
2441-5/02	-	Produção de laminados de zinco	**4.106,78**
2442-3/00	-	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	**4.106,78**
2449-1/99	-	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	**4.106,78**
2451-2/00	-	Fundição de ferro e aço	**4.106,78**
2452-1/00	-	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	**4.106,78**
2511-0/00	-	Fabricação de estruturas metálicas	**1.642,72**
2512-8/00	-	Fabricação de esquadrias de metal	**1.642,72**
2513-6/00	-	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	**4.106,78**
2521-7/00	-	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	**4.106,78**
2522-5/00	-	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	**4.106,78**
2451-2/00	-	Produção de forjados de aço	**4.106,78**
2452-1/00	-	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	**4.106,78**
2511-0/00	-	Produção de artefatos estampados de metal	**4.106,78**
2512-8/00	-	Metalurgia do pó	**4.106,78**
2539-0/01	14.05	Serviços de usinagem, tornearia e solda	**4.106,78**
2539-0/02	14.05	Serviços de tratamento e revestimento em metais	**4.106,78**
2541-1/00	-	Fabricação de artigos de cutelaria	**3.128,96**
2542-0/00	-	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	**3.128,96**
2543-8/00	-	Fabricação de ferramentas	**3.128,96**
2550-1/01	-	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	**4.106,78**
2550-1/02	-	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições	**4.106,78**
2591-8/00	-	Fabricação de embalagens metálicas	**3.128,96**
2592-6/01	-	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	**3.128,96**
2592-6/02	-	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	**3.128,96**
2593-4/00	-	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	**3.128,96**
2599-3/01	7.02	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	**3.128,96**
2599-3/02	14.05	Serviço de corte e dobra de metais	**3.128,96**
2599-3/99	-	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	**3.128,96**
2610-8/00	-	Fabricação de componentes eletrônicos	**3.128,96**
2621-3/00	-	Fabricação de equipamentos de informática	**3.128,96**
2622-1/00	-	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	**3.128,96**

2631-1/00	-	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	**3.128,96**
2632-9/00	-	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	**3.128,96**
2640-0/00	-	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	**3.128,96**
2651-5/00	-	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	**3.128,96**
2652-3/00	-	Fabricação de cronômetros e relógios	**3.128,96**
2660-4/00	-	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	**3.128,96**
2670-1/01	-	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	**3.128,96**
2670-1/01	-	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	**3.128,96**
2680-9/00	-	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	**3.128,96**
2710-4/01	-	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	**3.128,96**
2710-4/02	-	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	**3.128,96**
2710-4/03	-	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	**3.128,96**
2721-0/00	-	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	**3.128,96**
2722-8/01	-	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	**3.128,96**
2722-8/02	14.05	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	**2.333,76**
2731-7/00	-	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	**3.128,96**
2732-5/00	-	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	**3.128,96**
2733-3/00	-	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	**3.128,96**
2740-6/01	-	Fabricação de lâmpadas	**3.128,96**
2740-6/01	-	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	**3.128,96**
2751-1/00	-	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	**3.128,96**
2759-7/01	-	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	**3.128,96**
2759-7/99	-	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	**3.128,96**
2790-2/01	-	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	**3.128,96**
2790-2/02	-	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	**3.128,96**
2790-2/99	-	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	**3.128,96**
2811-9/00	-	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	**3.128,96**
2812-7/00	-	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	**3.128,96**
2813-5/00	-	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	**3.128,96**

2814-3/01	-	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	**3.128,96**
2814-3/02	-	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	**3.128,96**
2815-1/01	-	Fabricação de rolamentos para fins industriais	**3.128,96**
2815-1/02	-	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	**3.128,96**
2821-6/01	-	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	**3.128,96**
2821-6/02	-	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	**3.128,96**
2822-4/01	-	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	**3.128,96**
2822-4/02	-	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	**3.128,96**
2823-2/00	-	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	**3.128,96**
2824-1/01	-	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	**3.128,96**
2824-1/02	-	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	**3.128,96**
2825-9/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	**3.128,96**
2829-1/01	-	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	**3.128,96**
2829-1/99	-	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	**3.128,96**
2831-3/00	-	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	**3.128,96**
2832-1/00	-	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	**3.128,96**
2833-0/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	**3.128,96**
2840-2/00	-	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	**3.128,96**
2851-8/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	**3.128,96**
2852-6/00	-	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	**3.128,96**
2853-4/00	-	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	**3.128,96**
2854-2/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	**3.128,96**
2861-5/00	-	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	**3.128,96**
2862-3/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	**3.128,96**
2863-1/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	**3.128,96**
2864-0/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	**3.128,96**
2865-8/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	**3.128,96**

2866-6/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	**3.128,96**
2869-1/00	-	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	**3.128,96**
2910-7/01	-	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	**4.106,78**
2910-7/02	-	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	**4.106,78**
2910-7/03	-	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	**4.106,78**
2920-4/01	-	Fabricação de caminhões e ônibus	**4.106,78**
2920-4/02	-	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	**4.106,78**
2930-1/01	-	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	**4.106,78**
2930-1/02	-	Fabricação de carrocerias para ônibus	**4.106,78**
2930-1/03	-	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	**4.106,78**
2941-7/00	-	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	**3.128,96**
2942-5/00	-	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	**3.128,96**
2943-3/00	-	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	**3.128,96**
2944-1/00	-	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	**3.128,96**
2945-0/00	-	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	**3.128,96**
2949-2/01	-	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	**3.128,96**
2949-2/99	-	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	**3.128,96**
2950-6/00	14.03	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	**3.128,96**
3011-3/01	-	Construção de embarcações de grande porte	**4.106,78**
3011-3/02	-	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	**4.106,78**
3012-1/00	-	Construção de embarcações para esporte e lazer	**4.106,78**
3031-8/00	-	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	**4.106,78**
3032-6/00	-	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	**4.106,78**
3041-5/00	-	Fabricação de aeronaves	**4.106,78**
3042-3/00	-	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	**4.106,78**
3050-4/00	-	Fabricação de veículos militares de combate	**4.106,78**
3091-1/01	-	Fabricação de motocicletas	**4.106,78**
3091-1/02	-	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	**3.128,96**
3092-0/00	-	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	**3.128,96**
3099-7/00	-	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	**3.128,96**
3101-2/00	-	Fabricação de móveis com predominância de madeira	**3.128,96**
3102-1/00	-	Fabricação de móveis com predominância de metal	**3.128,96**

3103-9/00	-	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	**3.128,96**
3104-7/00	-	Fabricação de colchões	**3.128,96**
3211-6/01	39.01	Lapidação de gemas	**3.128,96**
3211-6/02	-	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	**3.128,96**
3211-6/03	39.01	Cunhagem de moedas e medalhas	**2.333,76**
3212-4/00	-	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	**1.779,61**
3220-5/00	-	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	**2.333,76**
3230-2/00	-	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	**2.333,76**
3240-0/01	-	Fabricação de jogos eletrônicos	**2.333,76**
3240-0/02	-	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	**2.333,76**
3240-0/03	-	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	**2.333,76**
3240-0/99	-	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	**2.333,76**
3250-7/01	-	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	**2.333,76**
3250-7/02	-	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	**2.333,76**
3250-7/03	4.14	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	**2.333,76**
3250-7/04	-	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	**2.333,76**
3250-7/05	-	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	**2.333,76**
3250-7/06	4.14	Serviços de prótese dentária	**1.095,14**
3250-7/07	-	Fabricação de artigos ópticos	**2.333,76**
3250-7/09	4.13	Serviços de laboratórios ópticos	**2.333,76**
3291-4/00	-	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	**2.333,76**
3292-2/01	-	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	**2.333,76**
3292-2/02	-	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	**2.333,76**
3299-0/01	-	Fabricação de guarda-chuvas e similares	**2.333,76**
3299-0/02	-	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	**2.333,76**
3299-0/03	-	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	**2.333,76**
3299-0/04	-	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	**2.333,76**
3299-0/05	-	Fabricação de aviamentos para costura	**2.333,76**
3299-0/06	-	Fabricação de velas, inclusive decorativas	**2.333,76**
3299-0/99	-	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	**2.333,76**
3311-2/00	14.01	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	**2.086,02**
3312-1/02	14.01	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	**2.086,02**
3312-1/03	14.01	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	**2.086,02**

3312-1/04	14.01	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	**2.086,02**
3313-9/01	14.01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	**2.086,02**
3313-9/02	14.01	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	**2.086,02**
3313-9/99	14.01	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	**2.086,02**
3314-7/01	14.01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não- elétricas	**2.086,02**
3314-7/02	14.01	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	**2.086,02**
3314-7/03	14.01	Manutenção e reparação de válvulas industriais	**2.086,02**
3314-7/04	14.01	Manutenção e reparação de compressores	**2.086,02**
3314-7/05	14.01	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	**2.086,02**
3314-7/06	14.01	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	**2.086,02**
3314-7/07	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	**2.086,02**
3314-7/08	14.01	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	**2.086,02**
3314-7/09	14.01	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	**2.086,02**
3314-7/10	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	**2.086,02**
3314-7/11	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	**2.086,02**
3314-7/12	14.01	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	**2.086,02**
3314-7/13	14.01	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	**2.086,02**
3314-7/14	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	**2.086,02**
3314-7/15	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	**2.086,02**
3314-7/16	14.01	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	**2.086,02**
3314-7/17	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	**2.086,02**
3314-7/18	14.01	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	**2.086,02**
3314-7/19	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	**2.086,02**
3314-7/20	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	**2.086,02**
3314-7/21	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	**2.086,02**
3314-7/22	14.01	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	**2.086,02**
3314-7/99	14.01	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	**2.086,02**
3315-5/00	14.01	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	**2.086,02**
3316-3/01	14.01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	**2.086,02**

3316-3/02	14.01	Manutenção de aeronaves na pista	**2.086,02**
3317-1/01	14.01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	**2.086,02**
3317-1/02	14.01	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	**2.086,02**
3319-8/00	14.01	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	**2.086,02**
3321-0/00	14.06	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	**1.642,72**
3329-5/01	14.06	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	**1.642,72**
3329-5/99	14.06	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	**1.642,72**
3511-5/01	-	Geração de energia elétrica	**4.106,78**
3511-5/01	17.01	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e trasnmissão de energia elétrica	**4.106,78**
3512-3/00	-	Transmissão de energia elétrica	**4.106,78**
3513-1/00	-	Comércio atacadista de energia elétrica	**4.106,78**
3514-0/00	-	Distribuição de energia elétrica	**4.106,78**
3520-4/01	-	Produção de gás; processamento de gás natural	**4.106,78**
3520-4/01	3.04	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	**4.106,78**
3530-1/00	-	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	**4.106,78**
3600-6/01	7.12	Captação, tratamento e distribuição de água	**4.106,78**
3600-6/02	16.01	Distribuição de água por caminhões	**1.642,72**
3701-1/00	7.12	Gestão de redes de esgoto	**4.106,78**
3702-9/00	7.12	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	**4.106,78**
3811-4/00	7.09	Coleta de resíduos não-perigosos	**4.106,78**
3812-2/00	7.09	Coleta de resíduos perigosos	**4.106,78**
3821-1/00	7.09	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	**4.106,78**
3822-0/00	7.09	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	**4.106,78**
3831-9/01	7.09	Recuperação de sucatas de alumínio	**4.106,78**
3831-9/99	7.09	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	**4.106,78**
3832-7/00	7.09	Recuperação de materiais plásticos	**4.106,78**
3839-4/01	7.09	Usinas de compostagem	**4.106,78**
3839-4/99	7.09	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	**4.106,78**
3900-5/00	7.09	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	**4.106,78**
4110-7/00	7.03	Incorporação de empreendimentos imobiliários	**4.106,78**
4120-4/00	7.02	Construção de edifícios	**3.128,96**
4211-1/01	7.02	Construção de rodovias e ferrovias	**3.128,96**
4211-1/02	7.05	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	**3.128,96**
4212-0/00	7.02	Construção de obras-de-arte especiais	**3.128,96**
4213-8/00	7.02	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	**3.128,96**
4221-9/01	7.02	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	**3.128,96**
4221-9/02	7.02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	**3.128,96**
4221-9/03	7.02	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	**3.128,96**
4221-9/04	7.02	Construção de estações e redes de telecomunicações	**3.128,96**

4221-9/05	7.02	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	**3.128,96**
4222-7/01	7.02	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	**3.128,96**
4222-7/02	7.02	Obras de irrigação	**3.128,96**
4223-5/00	7.02	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	**3.128,96**
4291-0/00	7.02	Obras portuárias, marítimas e fluviais	**3.128,96**
4292-8/01	7.02	Montagem de estruturas metálicas	**3.128,96**
4292-8/02	7.02	Obras de montagem industrial	**3.128,96**
4299-5/01	7.02	Construção de instalações esportivas e recreativas	**3.128,96**
4299-5/99	7.02	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	**3.128,96**
4311-8/01	7.04	Demolição de edifícios e outras estruturas	**3.128,96**
4311-8/02	7.02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	**3.128,96**
4312-6/00	7.02	Perfurações e sondagens	**3.128,96**
4313-4/00	7.02	Obras de terraplenagem	**3.128,96**
4319-3/00	7.02	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	**3.128,96**
4321-5/00	7.02	Instalação e manutenção elétrica	**3.128,96**
4322-3/01	7.02	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	**3.128,96**
4322-3/02	14.01	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	**3.128,96**
4322-3/03	7.02	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	**3.128,96**
4329-1/01	14.06	Instalação de painéis publicitários	**3.128,96**
4329-1/02	14.06	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	**3.128,96**
4329-1/03	7.02	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	**3.128,96**
4329-1/04	7.02	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	**3.128,96**
4329-1/05	7.06	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	**2.086,02**
4329-1/99	7.02	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	**3.128,96**
4330-4/01	7.05	Impermeabilização em obras de engenharia civil	**3.128,96**
4330-4/02	7.02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	**2.086,02**
4330-4/03	7.06	Obras de acabamento em gesso e estuque	**2.086,02**
4330-4/04	7.02	Serviços de pintura de edifícios em geral	**3.128,96**
4330-4/05	7.06	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	**2.086,02**
4330-4/99	7.02	Outras obras de acabamento da construção	**3.128,96**
4391-6/00	7.02	Obras de fundações	**3.128,96**
4399-1/01	7.19	Administração de obras	**3.128,96**
4399-1/02	7.02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	**3.128,96**
4399-1/03	7.02	Obras de alvenaria	**3.128,96**

4399-1/04	17.05	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	**3.128,96**
4399-1/05	3.04	Perfuração e construção de poços de água	**2.086,02**
4399-1/99	7.02	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	**3.128,96**
4511-1/01	-	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	**2.086,02**
4511-1/02	-	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	**2.086,02**
4511-1/03	-	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	**2.086,02**
4511-1/04	-	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	**2.086,02**
4511-1/05	-	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	**2.086,02**
4511-1/06	-	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	**2.086,02**
4512-9/01	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	**2.086,02**
4512-9/02	-	Comércio sob consignação de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/01	14.01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/02	14.12	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/03	14.01	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/04	14.01	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/05	14.01	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/06	14.01	Serviços de borracharia para veículos automotores	**1.095,14**
4520-0/07	14.06	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	**2.086,02**
4520-0/08	14.11	Serviços de capotaria	**1.095,14**
4530-7/01	-	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	**2.086,02**
4530-7/02	-	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de- ar	**2.086,02**
4530-7/03	-	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	**2.086,02**
4530-7/04	-	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	**3.128,96**
4530-7/05	-	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	**2.086,02**
4530-7/06	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	**2.086,02**
4541-2/01	-	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	**2.086,02**
4541-2/02	-	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	**2.086,02**
4541-2/03	-	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	**2.086,02**
4541-2/04	-	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	**2.086,02**
4541-2/05	-	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	**2.086,02**

4542-1/01	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	**2.086,02**
4542-1/01	-	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	**2.086,02**
4543-9/00	14.01	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	**2.086,02**
4611-7/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	**2.086,02**
4612-5/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	**2.086,02**
4613-3/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	**2.086,02**
4614-1/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	**2.086,02**
4615-0/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	**2.086,02**
4616-8/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	**2.086,02**
4617-6/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	**2.086,02**
4618-4/01	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	**2.086,02**
4618-4/02	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	**2.086,02**
4618-4/03	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	**2.086,02**
4618-4/99	10.09	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	**2.086,02**
4619-2/00	10.09	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	**2.086,02**
4621-4/00	-	Comércio atacadista de café em grão	**2.086,02**
4622-2/00	-	Comércio atacadista de soja	**2.086,02**
4623-1/01	-	Comércio atacadista de animais vivos	**2.086,02**
4623-1/02	-	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	**2.086,02**
4623-1/03	-	Comércio atacadista de algodão	**2.086,02**
4623-1/04	-	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	**2.086,02**
4623-1/05	-	Comércio atacadista de cacau	**2.086,02**
4623-1/06	-	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	**2.086,02**
4623-1/07	-	Comércio atacadista de sisal	**2.086,02**
4623-1/08	-	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	**2.086,02**
4623-1/09	-	Comércio atacadista de alimentos para animais	**2.086,02**
4623-1/99	-	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	**2.086,02**
4631-1/00	-	Comércio atacadista de leite e laticínios	**2.086,02**
4632-0/01	-	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	**2.086,02**
4632-0/02	-	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	**2.086,02**
4632-0/03	-	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	**2.086,02**

4633-8/01	-	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	**2.086,02**
4633-8/02	-	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	**2.086,02**
4633-8/03	-	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	**2.086,02**
4634-6/01	-	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	**2.086,02**
4634-6/02	-	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	**2.086,02**
4634-6/03	-	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	**2.086,02**
4634-6/99	-	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	**2.086,02**
4635-4/01	-	Comércio atacadista de água mineral	**2.086,02**
4635-4/02	-	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	**2.086,02**
4635-4/03	-	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	**2.086,02**
4635-4/99	-	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	**2.086,02**
4636-2/01	-	Comércio atacadista de fumo beneficiado	**2.086,02**
4636-2/02	-	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	**2.086,02**
4637-1/01	-	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	**2.086,02**
4637-1/02	-	Comércio atacadista de açúcar	**2.086,02**
4637-1/03	-	Comércio atacadista de óleos e gorduras	**2.086,02**
4637-1/04	-	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	**2.086,02**
4637-1/05	-	Comércio atacadista de massas alimentícias	**2.086,02**
4637-1/06	-	Comércio atacadista de sorvetes	**2.086,02**
4637-1/07	-	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	**2.086,02**
4637-1/99	-	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	**2.086,02**
4639-7/01	-	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	**2.086,02**
4639-7/02	-	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	**2.086,02**
4641-9/01	-	Comércio atacadista de tecidos	**2.086,02**
4641-9/02	-	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	**2.086,02**
4641-9/03	-	Comércio atacadista de artigos de armarinho	**2.086,02**
4642-7/01	-	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	**2.086,02**
4642-7/02	-	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	**2.086,02**
4643-5/01	-	Comércio atacadista de calçados	**2.086,02**
4643-5/02	-	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	**2.086,02**
4644-3/01	-	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	**2.086,02**
4644-3/02	-	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	**2.086,02**
4645-1/01	-	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	**2.086,02**
4645-1/02	-	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	**2.086,02**
4645-1/03	-	Comércio atacadista de produtos odontológicos	**2.086,02**
4646-0/01	-	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	**2.086,02**

4646-0/02	-	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	**2.086,02**
4647-8/01	-	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	**2.086,02**
4647-8/02	-	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	**2.086,02**
4649-4/01	-	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	**2.086,02**
4649-4/02	-	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	**2.086,02**
4649-4/03	-	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	**2.086,02**
4649-4/04	-	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	**2.086,02**
4649-4/05	-	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	**2.086,02**
4649-4/06	-	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	**2.086,02**
4649-4/07	-	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	**2.086,02**
4649-4/08	-	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	**2.086,02**
4649-4/09	-	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	**2.086,02**
4649-4/10	-	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	**2.086,02**
4649-4/99	-	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	**2.086,02**
4651-6/01	-	Comércio atacadista de equipamentos de informática	**2.086,02**
4651-6/02	-	Comércio atacadista de suprimentos para informática	**2.086,02**
4652-4/00	-	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	**2.086,02**
4661-3/00	-	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	**2.086,02**
4662-1/00	-	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	**2.086,02**
4663-0/00	-	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	**2.086,02**
4664-8/00	-	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	**2.086,02**
4665-6/00	-	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	**2.086,02**
4669-9/01	-	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	**2.086,02**
4669-9/99	-	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	**2.086,02**
4671-1/00	-	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	**2.086,02**
4672-9/00	-	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	**2.086,02**
4673-7/00	-	Comércio atacadista de material elétrico	**2.086,02**
4674-5/00	-	Comércio atacadista de cimento	**2.086,02**
4679-6/01	-	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	**2.086,02**
4679-6/02	-	Comércio atacadista de mármores e granitos	**2.086,02**
4679-6/03	-	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	**2.086,02**

4679-6/04	-	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	**2.086,02**
4679-6/99	-	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	**2.086,02**
4681-8/01	-	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	**2.086,02**
4681-8/02	-	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	**2.086,02**
4681-8/03	-	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	**2.086,02**
4681-8/04	-	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	**2.086,02**
4681-8/05	-	Comércio atacadista de lubrificantes	**2.086,02**
4682-6/00	-	Comércio atacadista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)	**2.086,02**
4683-4/00	-	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	**2.086,02**
4684-2/01	-	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	**2.086,02**
4684-2/02	-	Comércio atacadista de solventes	**2.086,02**
4684-2/99	-	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	**2.086,02**
4685-1/00	-	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	**2.086,02**
4686-9/01	-	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	**2.086,02**
4686-9/02	-	Comércio atacadista de embalagens	**2.086,02**
4687-7/01	-	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	**2.086,02**
4687-7/02	-	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não- metálicos, exceto de papel e papelão	**2.086,02**
4687-7/03	-	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	**2.086,02**
4689-7/01	-	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	**2.086,02**
4689-7/02	-	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	**2.086,02**
4689-3/99	-	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	**2.086,02**
4691-5/00	-	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	**2.086,02**
4692-3/00	-	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	**2.086,02**
4693-1/00	-	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	**2.086,02**
4711-3/01	-	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	**1.642,72**
4711-3/02	-	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	**1.642,72**
4712-1/00	-	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	**1.642,72**
4713-0/01	-	Lojas de departamentos ou magazines	**4.106,78**
4713-0/02	-	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	**4.106,78**
4713-0/03	-	Lojas duty free de aeroportos internacionais	**4.106,78**
4721-1/02	-	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	**1.642,72**

4721-1/03	-	Comércio varejista de laticínios e frios	**1.642,72**
4721-1/04	-	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	**1.642,72**
4722-9/01	-	Comércio varejista de carnes - açougues	**1.642,72**
4722-9/02	-	Peixaria	**1.642,72**
4723-7/00	-	Comércio varejista de bebidas	**1.642,72**
4724-5/00	-	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	**1.642,72**
4729-6/01	-	Tabacaria	**1.642,72**
4729-6/02	-	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	**1.642,72**
4729-6/99	-	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	**1.642,72**
4731-8/00	-	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	**3.128,96**
4732-6/00	-	Comércio varejista de lubrificantes	**1.642,72**
4741-5/00	-	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	**1.642,72**
4742-3/00	-	Comércio varejista de material elétrico	**1.642,72**
4743-1/00	-	Comércio varejista de vidros	**1.642,72**
4744-0/01	-	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	**1.642,72**
4744-0/02	-	Comércio varejista de madeira e artefatos	**1.642,72**
4744-0/03	-	Comércio varejista de materiais hidráulicos	**1.642,72**
4744-0/04	-	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	**1.642,72**
4744-0/05	-	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	**1.642,72**
4744-0/06	-	Comércio varejista de pedras para revestimento	**1.642,72**
4744-0/99	-	Comércio varejista de materiais de construção em geral	**2.086,02**
4751-2/01	-	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	**2.086,02**
4751-2/02	14.01	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	**1.642,72**
4752-1/00	-	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	**1.642,72**
4753-9/00	-	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	**1.642,72**
4754-7/01	-	Comércio varejista de móveis	**1.642,72**
4754-7/02	-	Comércio varejista de artigos de colchoaria	**1.642,72**
4754-7/03	-	Comércio varejista de artigos de iluminação	**1.642,72**
4755-7/01	-	Comércio varejista de tecidos	**1.642,72**
4755-7/02	-	Comercio varejista de artigos de armarinho	**1.642,72**
4755-7/03	-	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	**1.642,72**
4756-3/00	-	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	**1.642,72**
4757-1/00	-	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	**1.642,72**
4759-8/01	-	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	**1.642,72**
4759-8/99	-	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	**1.642,72**
4761-0/01	-	Comércio varejista de livros	**1.642,72**

4761-0/02	-	Comércio varejista de jornais e revistas	**1.642,72**
4761-0/03	-	Comércio varejista de artigos de papelaria	**1.642,72**
4762-8/00	-	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	**1.642,72**
4763-6/01	-	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	**1.642,72**
4763-6/02	-	Comércio varejista de artigos esportivos	**1.642,72**
4763-6/03	-	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	**1.642,72**
4763-6/04	-	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	**1.642,72**
4763-6/05	-	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	**1.642,72**
4771-7/01	-	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	**1.642,72**
4771-7/02	4.07	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	**1.642,72**
4771-7/03	-	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	**1.642,72**
4771-7/04	-	Comércio varejista de medicamentos veterinários	**1.642,72**
4772-5/00	-	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	**1.642,72**
4773-3/00	-	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	**1.642,72**
4774-1/00	-	Comércio varejista de artigos de óptica	**1.642,72**
4781-4/00	-	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	**1.642,72**
4782-2/01	-	Comércio varejista de calçados	**1.642,72**
4782-2/02	-	Comércio varejista de artigos de viagem	**1.642,72**
4783-1/01	-	Comércio varejista de artigos de joalheria	**1.642,72**
4783-1/02	-	Comércio varejista de artigos de relojoaria	**1.642,72**
4784-9/00	-	Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)	**2.086,02**
4785-7/01	-	Comércio varejista de antigüidades	**1.642,72**
4785-7/99	-	Comércio varejista de outros artigos usados	**1.642,72**
4789-0/01	-	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	**1.642,72**
4789-0/02	-	Comércio varejista de plantas e flores naturais	**1.642,72**
4789-0/03	-	Comércio varejista de objetos de arte	**1.642,72**
4789-0/04	-	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	**1.642,72**
4789-0/05	-	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	**1.642,72**
4789-0/06	-	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	**3.128,96**
4789-0/07	-	Comércio varejista de equipamentos para escritório	**1.642,72**
4789-0/08	-	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	**1.642,72**
4789-0/09	-	Comércio varejista de armas e munições	**3.128,96**
4789-0/99	-	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	**1.642,72**
4911-6/00	-	Transporte ferroviário de carga	**3.585,29**
4912-4/01	-	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	**3.585,29**
4912-4/02	16.01	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	**3.585,29**
4912-4/03	20.03	Transporte metroviário	**3.585,29**
4921-3/01	16.01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	**3.585,29**

4921-3/02	-	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	**3.585,29**
4922-1/01	-	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	**3.585,29**
4922-1/02	-	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	**3.585,29**
4922-1/01	-	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	**3.585,29**
4923-0/03	16.01	Serviço de táxi	**2.086,02**
4923-0/02	16.01	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	**2.086,02**
4924-8/00	16.01	Transporte escolar	**2.086,02**
4929-9/01	16.01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	**3.128,96**
4929-9/02	-	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	**3.128,96**
4929-9/03	9.02	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	**3.128,96**
4929-9/04	9.02	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	**3.128,96**
4929-9/99	16.01	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	**3.128,96**
4930-2/01	16.01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	**2.086,02**
4930-2/02	-	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	**3.128,96**
4930-2/03	16.01	Transporte rodoviário de produtos perigosos	**3.128,96**
4930-2/04	16.01	Transporte rodoviário de mudanças	**2.086,02**
4940-0/00	3.04	Transporte dutoviário	**3.128,96**
4950-7/00	16.01	Trens turísticos, teleféricos e similares	**3.128,96**
5011-4/01	20.01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	**3.128,96**
5011-4/02	20.01	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	**3.128,96**
5012-2/01	-	Transporte marítimo de longo curso - Carga	**3.128,96**
5012-2/02	-	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	**3.128,96**
5021-1/01	20.01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	**3.128,96**
5021-1/02	-	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	**3.128,96**
5022-0/01	20.01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	**3.128,96**
5022-0/02	-	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	**3.128,96**
5030-1/01	-	Navegação de apoio marítimo	**3.128,96**
5030-1/02	-	Navegação de apoio portuário	**3.128,96**
5091-2/01	16.01	Transporte por navegação de travessia, municipal	**3.128,96**
5091-2/02	-	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	**3.128,96**
5099-8/01	20.01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	**3.128,96**
5099-8/99	20.01	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	**3.128,96**

5111-1/00	20.01	Transporte aéreo de passageiros regular	**3.128,96**
5112-9/99	20.01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	**3.128,96**
5112-9/99	20.01	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	**3.128,96**
5120-0/00	-	Transporte aéreo de carga	**3.128,96**
5130-7/00	-	Transporte espacial	**3.128,96**
5211-7/01	11.04	Armazéns gerais - emissão de warrant	**3.128,96**
5211-7/02	11.04	Guarda-móveis	**3.128,96**
5211-7/99	11.04	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	**3.128,96**
5212-5/00	11.04	Carga e descarga	**3.128,96**
5221-4/00	22.01	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	**3.585,29**
5222-2/00	20.03	Terminais rodoviários e ferroviários	**3.585,29**
5223-1/00	11.01	Estacionamento de veículos	**2.086,02**
5229-0/01	16.01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	**2.086,02**
5229-0/02	16.01	Serviços de reboque de veículos	**2.086,02**
5229-0/99	20.03	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	**3.128,96**
5231-1/01	20.01	Administração da infra-estrutura portuária	**3.128,96**
5231-1/02	20.01	Operações de terminais	**3.128,96**
5232-0/00	10.06	Atividades de agenciamento marítimo	**3.128,96**
5239-7/00	20.01	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	**3.128,96**
5240-1/01	20.02	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	**3.128,96**
5240-1/99	20.02	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	**3.128,96**
5250-8/01	33.01	Comissaria de despachos	**2.086,02**
5250-8/02	33.01	Atividades de despachantes aduaneiros	**2.086,02**
5250-8/03	10.05	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	**2.086,02**
5250-8/04	11.04	Organização logística do transporte de carga	**3.128,96**
5250-8/05	20.03	Operador de transporte multimodal - OTM	**3.128,96**
5310-5/01	26.01	Atividades do Correio Nacional	**3.128,96**
5310-5/02	26.01	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	**3.128,96**
5320-2/01	26.01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	**3.128,96**
5320-2/02	26.01	Serviços de entrega rápida	**3.128,96**
5510-8/01	9.01	Hotéis	**3.128,96**
5510-8/02	9.01	Apart-hotéis	**3.128,96**
5510-8/03	9.01	Motéis	**2.086,02**
5590-6/01	9.01	Albergues, exceto assistenciais	**1.642,72**
5590-6/02	9.01	Campings	**1.642,72**
5590-6/03	9.01	Pensões (alojamento)	**1.642,72**
5590-6/99	9.01	Outros alojamentos não especificados anteriormente	**1.642,72**
5611-2/01	-	Restaurantes e similares	**1.642,72**

5611-2/02	-	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	**1.642,72**
5611-2/03	-	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	**1.642,72**
5612-1/00	-	Serviços ambulantes de alimentação	**1.368,92**
5620-1/01	-	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	**2.086,02**
5620-1/02	17.11	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	**2.086,02**
5620-1/03	17.11	Cantinas - serviços de alimentação privativos	**2.086,02**
5620-1/04	-	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	**2.086,02**
5811-5/00	14.08	Edição de livros	**1.642,72**
5812-3/00	14.08	Edição de jornais	**1.642,72**
5813-1/00	14.08	Edição de revistas	**1.642,72**
5819-1/00	13.05	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	**1.642,72**
5821-2/00	14.08	Edição integrada à impressão de livros	**1.642,72**
5822-1/00	14.08	Edição integrada à impressão de jornais	**1.642,72**
5823-9/00	14.08	Edição integrada à impressão de revistas	**1.642,72**
5829-8/00	13.05	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	**1.642,72**
5911-1/01	13.02	Estúdios cinematográficos	**1.642,72**
5911-1/02	13.02	Produção de filmes para publicidade	**1.642,72**
5911-1/99	13.02	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	**1.642,72**
5912-0/01	13.02	Serviços de dublagem	**1.642,72**
5912-0/02	13.02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	**1.642,72**
5912-0/99	13.02	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	**2.086,02**
5913-8/00	3.02	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	**2.086,02**
5914-6/00	12.02	Atividades de exibição cinematográfica	**2.086,02**
5920-1/00	13.02	Atividades de gravação de som e de edição de música	**2.086,02**
6010-1/00	10.08	Atividades de rádio	**2.086,02**
6021-7/00	10.08	Atividades de televisão aberta	**2.086,02**
6022-5/01	10.08	Programadoras	**2.086,02**
6022-5/02	10.08	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	**2.086,02**
6110-8/01	10.08	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	**3.128,96**
6110-8/02	-	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	**3.128,96**
6110-8/03	-	Serviços de comunicação multimídia - SCM	**3.128,96**
6110-8/99	-	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	**3.128,96**
6120-5/01	-	Telefonia móvel celular	**3.128,96**
6120-5/02	-	Serviço móvel especializado - SME	**3.128,96**
6120-5/99	-	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	**3.128,96**
6130-2/00	-	Telecomunicações por satélite	**3.128,96**
6141-8/00	-	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	**3.128,96**

6142-6/00	-	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	**3.128,96**
6143-4/00	-	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	**3.128,96**
6190-6/01	1.03	Provedores de acesso às redes de comunicações	**3.128,96**
6190-6/02	1.03	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	**3.128,96**
6190-6/99	-	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	**3.128,96**
6201-5/00	1.01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	**2.086,02**
6202-3/00	1.02	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	**2.086,02**
6203-1/00	1.04	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	**2.086,02**
6204-0/00	1.06	Consultoria em tecnologia da informação	**2.086,02**
6209-1/00	1.07	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	**2.086,02**
6311-9/00	1.03	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	**2.086,02**
6319-4/00	1.08	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	**3.128,96**
6391-7/00	10.07	Agências de notícias	**3.128,96**
6399-2/00	17.01	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	**3.128,96**
6410-7/00	15.01	Banco Central	**4.106,78**
6421-2/00	15.01	Bancos comerciais	**4.106,78**
6422-1/00	15.01	Bancos múltiplos, com carteira comercial	**4.106,78**
6423-9/00	15.01	Caixas econômicas	**3.128,96**
6424-7/01	15.01	Bancos cooperativos	**3.128,96**
6424-7/02	15.01	Cooperativas centrais de crédito	**3.128,96**
6424-7/03	15.01	Cooperativas de crédito mútuo	**3.128,96**
6424-7/04	15.01	Cooperativas de crédito rural	**3.128,96**
6431-0/00	15.01	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	**4.106,78**
6432-8/00	15.01	Bancos de investimento	**4.106,78**
6433-6/00	15.01	Bancos de desenvolvimento	**4.106,78**
6434-4/00	10.05	Agências de fomento	**2.086,02**
6435-2/01	15.18	Sociedades de crédito imobiliário	**2.086,02**
6435-2/02	15.01	Associações de poupança e empréstimo	**2.086,02**
6435-2/03	15.18	Companhias hipotecárias	**3.128,96**
6436-1/00	15.18	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	**3.128,96**
6437-9/00	15.01	Sociedades de crédito ao microempreendedor	**2.086,02**
6438-7/01	15.01	Bancos de câmbio	**4.106,78**
6438-7/99	15.01	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente	**4.106,78**
6440-9/00	15.09	Arrendamento mercantil	**3.128,96**
6450-6/00	15.01	Sociedades de capitalização	**3.128,96**
6461-1/00	10.05	Holdings de instituições financeiras	**4.106,78**
6462-0/00	10.05	Holdings de instituições não-financeiras	**4.106,78**

6463-8/00	15.01	Outras sociedades de participação, exceto holdings	**4.106,78**
6470-1/01	15.01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	**4.106,78**
6470-1/02	15.01	Fundos de investimento previdenciários	**4.106,78**
6470-1/03	15.01	Fundos de investimento imobiliários	**4.106,78**
6491-3/00	10.04	Sociedades de fomento mercantil – factoring	**4.106,78**
6492-1/00	15.01	Securitização de créditos	**4.106,78**
6493-0/00	15.01	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	**4.106,78**
6499-9/01	17.12	Clubes de investimento	**4.106,78**
6499-9/02	17.12	Sociedades de investimento	**4.106,78**
6499-9/03	15.08	Fundo garantidor de crédito	**4.106,78**
6499-9/04	15.16	Caixas de financiamento de corporações	**4.106,78**
6499-9/05	15.08	Concessão de crédito pelas OSCIP	**4.106,78**
6499-9/99	15.08	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	**4.106,78**
6511-1/01	10.01	Seguros de vida	**2.086,02**
6511-1/02	25.03	Planos de auxílio-funeral	**2.086,02**
6512-0/00	10.01	Seguros não-vida	**2.086,02**
6520-1/00	10.01	Seguros-saúde	**2.086,02**
6530-8/00	10.01	Resseguros	**3.128,96**
6541-3/00	10.01	Previdência complementar fechada	**3.128,96**
6542-1/00	10.01	Previdência complementar aberta	**3.128,96**
6550-2/00	4.22	Planos de saúde	**3.128,96**
6611-8/01	17.12	Bolsa de valores	**3.128,96**
6611-8/02	17.12	Bolsa de mercadorias	**3.128,96**
6611-8/03	17.12	Bolsa de mercadorias e futuros	**3.128,96**
6611-8/04	17.12	Administração de mercados de balcão organizados	**3.128,96**
6612-6/01	10.02	Corretoras de títulos e valores mobiliários	**3.128,96**
6612-6/02	10.02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	**3.128,96**
6612-6/03	10.01	Corretoras de câmbio	**3.128,96**
6612-6/04	10.05	Corretoras de contratos de mercadorias	**3.128,96**
6612-6/05	10.02	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	**3.128,96**
6613-4/00	15.01	Administração de cartões de crédito	**3.128,96**
6619-3/01	15.12	Serviços de liquidação e custódia	**3.128,96**
6619-3/02	15.10	Correspondentes de instituições financeiras	**3.128,96**
6619-3/03	10.09	Representações de bancos estrangeiros	**3.128,96**
6619-3/04	15.07	Caixas eletrônicos	**2.086,02**
6619-3/05	15.01	Operadoras de cartões de débito	**3.128,96**
6619-3/99	15.01	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	**3.128,96**
6621-5/01	17.09	Peritos e avaliadores de seguros	**2.086,02**
6621-5/01	17.16	Auditoria e consultoria atuarial	**2.086,02**
6622-3/00	10.01	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	**2.086,02**

6629-1/00	10.01	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	**2.086,02**
6630-4/00	17.12	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	**2.086,02**
6810-2/01	17.12	Compra e venda de imóveis próprios	**2.086,02**
6810-2/02	-	Aluguel de imóveis próprios	**2.086,02**
6810-2/03	-	Loteamento de imóveis próprios	**2.086,02**
6821-8/01	10.05	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	**2.086,02**
6821-8/02	10.05	Corretagem no aluguel de imóveis	**2.086,02**
6822-6/00	17.12	Gestão e administração da propriedade imobiliária	**2.086,02**
6911-7/01	17.14	Serviços advocatícios	**2.086,02**
6911-7/02	17.15	Atividades auxiliares da justiça	**2.086,02**
6911-7/03	10.03	Agente de propriedade industrial	**2.086,02**
6912-5/00	21.01	Cartórios	**3.128,96**
6920-6/01	17.19	Atividades de contabilidade	**1.642,72**
6920-6/02	17.20	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	**1.642,72**
7020-4/00	17.01	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	**1.642,72**
7111-1/00	7.01	Serviços de arquitetura	**1.642,72**
7112-0/00	7.01	Serviços de engenharia	**1.642,72**
7119-7/01	7.2	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	**1.642,72**
7119-7/02	7.01	Atividades de estudos geológicos	**1.642,72**
7119-7/03	32.01	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	**1.642,72**
7119-7/04	17.09	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	**1.642,72**
7119-7/99	31.01	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	**1.642,72**
7120-1/00	17.01	Testes e análises técnicas	**1.642,72**
7210-0/00	2.01	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	**1.642,72**
7220-7/00	2.01	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	**1.642,72**
7311-4/00	17.06	Agências de publicidade	**2.086,02**
7312-2/00	10.08	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	**2.086,02**
7319-0/01	17.06	Criação de estandes para feiras e exposições	**2.086,02**
7319-0/02	17.06	Promoção de vendas	**2.086,02**
7319-0/03	17.06	Marketing direto	**2.086,02**
7319-0/04	17.06	Consultoria em publicidade	**2.086,02**
7319-0/99	17.06	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	**2.086,02**
7320-3/00	2.01	Pesquisas de mercado e de opinião pública	**2.086,02**
7410-2/01	17.01	Design	**2.086,02**
7410-2/02	7.11	Decoração de interiores	**2.086,02**
7420-0/01	13.02	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	**2.086,02**

7420-0/02	13.02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	**2.086,02**
7420-0/03	13.02	Laboratórios fotográficos	**2.086,02**
7420-0/04	13.02	Filmagem de festas e eventos	**2.086,02**
7420-0/05	13.02	Serviços de microfilmagem	**2.086,02**
7490-1/01	17.02	Serviços de tradução, interpretação e similares	**2.086,02**
7490-1/02	7.21	Escafandria e mergulho	**2.086,02**
7490-1/03	17.01	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	**2.086,02**
7490-1/04	10.02	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	**2.086,02**
7490-1/05	10.05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	**2.086,02**
7490-1/99	36.01	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	**2.086,02**
7500-1/00	5.01	Atividades veterinárias	**2.086,02**
7711-0/00	-	Locação de automóveis sem condutor	**3.128,96**
7719-5/01	-	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	**3.128,96**
7719-5/02	-	Locação de aeronaves sem tripulação	**3.128,96**
7719-5/99	-	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	**3.128,96**
7721-7/00	-	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	**2.086,02**
7722-5/00	-	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	**2.086,02**
7723-3/00	-	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	**2.086,02**
7729-2/01	-	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	**2.086,02**
7729-2/02	-	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	**2.086,02**
7729-2/03	-	Aluguel de material médico	**2.086,02**
7729-2/99	-	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	**2.086,02**
7731-4/00	-	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	**2.086,02**
7732-2/01	-	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	**2.086,02**
7732-2/01	3.05	Aluguel de andaimes	**2.086,02**
7733-1/00	-	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	**2.086,02**
7739-0/01	-	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	**2.086,02**
7739-0/02	-	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	**2.086,02**
7739-0/03	3.05	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	**2.086,02**
7739-0/99	-	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	**2.086,02**
7740-3/00	17.12	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	**2.086,02**
7810-8/00	17.04	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	**2.086,02**
7820-5/00	17.05	Locação de mão-de-obra temporária	**2.086,02**
7830-2/00	17.05	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	**2.086,02**
7911-2/00	9.02	Agências de viagens	**2.086,02**

7912-1/00	9.02	Operadores turísticos	**2.086,02**
7990-2/00	9.03	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	**2.086,02**
8011-1/01	11.02	Atividades de vigilância e segurança privada	**3.585,29**
8011-1/02	5.08	Serviços de adestramento de cães de guarda	**2.086,02**
8012-9/00	26.01	Atividades de transporte de valores	**3.585,29**
8020-0/00	11.02	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	**3.585,29**
8030-7/00	34.01	Atividades de investigação particular	**2.086,02**
8111-7/00	17.05	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	**2.086,02**
8112-5/00	-	Condomínios prediais	**1.642,72**
8121-4/00	7.1	Limpeza em prédios e em domicílios	**2.086,02**
8122-2/00	7.13	Imunização e controle de pragas urbanas	**2.086,02**
8129-0/00	7.1	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8130-3/00	7.11	Atividades paisagísticas	**2.086,02**
8211-3/00	17.12	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	**2.086,02**
8219-9/01	13.04	Fotocópias	**2.086,02**
8219-9/99	17.02	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	**2.086,02**
8220-2/00	17.02	Atividades de teleatendimento	**2.086,02**
8230-0/01	17.10	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	**2.086,02**
8230-0/02	3.03	Casas de festas e eventos	**2.086,02**
8291-1/00	17.22	Atividades de cobrança e informações cadastrais	**3.128,96**
8292-0/00	14.05	Envasamento e empacotamento sob contrato	**2.086,02**
8299-7/01	17.01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	**3.128,96**
8299-7/02	17.12	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	**3.128,96**
8299-7/03	17.01	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	**1.642,72**
8299-7/04	17.13	Leiloeiros independentes	**2.086,02**
8299-7/05	17.12	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	**2.086,02**
8299-7/06	19.01	Casas lotéricas	**3.128,96**
8299-7/07	1.05	Salas de acesso à internet	**2.086,02**
8299-7/99	17.01	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	**3.128,96**
8411-6/00	-	Administração pública em geral	**2.086,02**
8412-4/00	-	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	**2.086,02**
8413-2/00	-	Regulação das atividades econômicas	**2.086,02**
8421-3/00	-	Relações exteriores	**2.086,02**
8422-1/00	-	Defesa	**2.086,02**
8423-0/00	-	Justiça	**2.086,02**
8424-8/00	-	Segurança e ordem pública	**2.086,02**
8425-6/00	-	Defesa Civil	**2.086,02**
8430-2/00	-	Seguridade social obrigatória	**2.086,02**
8511-2/00	4.17	Educação infantil – creche	**1.368,92**

8512-1/00	8.01	Educação infantil - pré-escola	**1.368,92**
8513-9/00	8.01	Ensino fundamental	**1.642,72**
8520-1/00	8.01	Ensino médio	**1.642,72**
8531-7/00	8.01	Educação superior – graduação	**3.523,95**
8532-5/00	8.01	Educação superior - graduação e pós-graduação	**3.523,95**
8533-3/00	8.01	Educação superior - pós-graduação e extensão	**3.523,95**
8541-4/00	8.01	Educação profissional de nível técnico	**1.642,72**
8542-2/00	8.01	Educação profissional de nível tecnológico	**1.642,72**
8550-3/01	17.12	Administração de caixas escolares	**1.642,72**
8550-3/02	8.02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	**1.368,92**
8591-1/00	6.04	Ensino de esportes	**1.368,92**
8592-1/01	6.04	Ensino de dança	**1.368,92**
8592-1/02	8.02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	**1.368,92**
8592-1/03	8.02	Ensino de música	**1.368,92**
8592-9/99	8.02	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	**1.368,92**
8593-7/00	8.02	Ensino de idiomas	**2.086,02**
8599-6/01	8.02	Formação de condutores	**2.086,02**
8599-6/02	8.02	Cursos de pilotagem	**2.086,02**
8599-6/03	8.02	Treinamento em informática	**1.642,72**
8599-6/04	8.02	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	**1.642,72**
8599-6/05	8.02	Cursos preparatórios para concursos	**2.086,02**
8599-6/99	8.02	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8610-1/01	4.03	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	**3.128,96**
8610-1/02	4.03	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	**3.128,96**
8621-6/01	4.21	UTI móvel	**3.128,96**
8621-6/02	4.21	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	**3.128,96**
8622-4/00	4.21	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	**3.128,96**
8630-5/01	4.03	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	**3.128,96**
8630-5/02	4.03	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	**3.128,96**
8630-5/03	4.03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	**3.128,96**
8630-5/04	4.12	Atividade odontológica	**2.086,02**
8630-5/06	4.21	Serviços de vacinação e imunização humana	**2.086,02**
8630-5/07	4.18	Atividades de reprodução humana assistida	**3.128,96**
8630-5/99	4.03	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	**3.128,96**
8640-2/01	4.03	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	**2.086,02**
8640-2/02	4.03	Laboratórios clínicos	**2.086,02**
8640-2/03	4.09	Serviços de diálise e nefrologia	**3.128,96**
8640-2/04	4.02	Serviços de tomografia	**3.128,96**

8640-2/05	4.02	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	**3.128,96**
8640-2/06	4.02	Serviços de ressonância magnética	**3.128,96**
8640-2/07	4.02	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	**3.128,96**
8640-2/08	4.02	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	**3.128,96**
8640-2/09	4.02	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	**3.128,96**
8640-2/10	4.02	Serviços de quimioterapia	**3.128,96**
8640-2/01	4.02	Serviços de radioterapia	**3.128,96**
8640-2/01	4.02	Serviços de hemoterapia	**3.128,96**
8640-2/01	4.02	Serviços de litotripsia	**3.128,96**
8640-2/01	4.19	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	**3.128,96**
8640-2/99	4.09	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	**3.128,96**
8650-0/01	4.06	Atividades de enfermagem	**2.086,02**
8650-0/02	4.1	Atividades de profissionais da nutrição	**2.086,02**
8650-0/03	4.16	Atividades de psicologia e psicanálise	**2.086,02**
8650-0/04	4.08	Atividades de fisioterapia	**2.086,02**
8650-0/05	4.08	Atividades de terapia ocupacional	**2.086,02**
8650-0/06	4.08	Atividades de fonoaudiologia	**2.086,02**
8650-0/07	4.1	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	**2.086,02**
8650-0/99	4.01	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8660-7/00	17.12	Atividades de apoio à gestão de saúde	**2.086,02**
8690-9/01	4.09	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	**2.086,02**
8690-9/02	4.19	Atividades de bancos de leite humano	**2.086,02**
8690-9/03	4.05	Atividades de acupuntura	**2.086,02**
8690-9/04	6.01	Atividades de podologia	**2.086,02**
8690-9/99	4.09	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8711-5/01	4.17	Clínicas e residências geriátricas	**3.128,96**
8711-5/02	4.17	Instituições de longa permanência para idosos	**3.128,96**
8711-5/03	4.17	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	**2.086,02**
8711-5/04	4.17	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	**2.086,02**
8711-5/05	4.17	Condomínios residenciais para idosos	**2.086,02**
8712-3/00	4.21	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	**2.086,02**
8720-4/01	4.03	Atividades de centros de assistência psicossocial	**2.086,02**
8720-4/99	4.17	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8730-1/01	4.17	Orfanatos	**2.086,02**
8730-1/01	4.17	Albergues assistenciais	**2.086,02**

8730-1/99	4.17	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	**2.086,02**
8800-6/00	27.01	Serviços de assistência social sem alojamento	**2.086,02**
9001-9/01	12.13	Produção teatral	**1.642,72**
9001-9/02	12.16	Produção musical	**1.642,72**
9001-9/03	12.13	Produção de espetáculos de dança	**1.642,72**
9001-9/04	12.13	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	**1.642,72**
9001-9/05	12.13	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	**1.642,72**
9001-9/06	12.14	Atividades de sonorização e de iluminação	**1.642,72**
9001-9/99	12.13	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	**1.642,72**
9002-7/01	37.01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	**1.642,72**
9002-7/02	40.01	Restauração de obras de arte	**1.642,72**
9003-5/00	3.03	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	**1.642,72**
9101-5/00	29.01	Atividades de bibliotecas e arquivos	**1.642,72**
9102-3/01	38.01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	**1.642,72**
9102-3/02	7.05	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	**1.642,72**
9103-1/00	12.05	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	**1.642,72**
9200-3/01	19.01	Casas de bingo	**3.128,96**
9200-3/02	12.10	Exploração de apostas em corridas de cavalos	**3.128,96**
9200-3/99	19.01	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	**3.128,96**
9311-5/00	17.12	Gestão de instalações de esportes	**2.086,02**
9312-3/00	12.02	Clubes sociais, esportivos e similares	**2.086,02**
9313-1/00	6.04	Atividades de condicionamento físico	**2.086,02**
9319-1/01	12.13	Produção e promoção de eventos esportivos	**2.086,02**
9319-1/99	6.04	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	**3.128,96**
9321-2/00	12.05	Parques de diversão e parques temáticos	**2.086,02**
9329-8/01	12.06	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	**2.086,02**
9329-8/02	12.09	Exploração de boliches	**2.086,02**
9329-8/03	12.09	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	**2.086,02**
9329-8/04	12.09	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	**2.086,02**
9329-8/99	12.17	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	**2.086,02**
9411-1/00	-	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	**2.086,02**
9412-0/00	-	Atividades de organizações associativas profissionais	**2.086,02**
9420-1/00	-	Atividades de organizações sindicais	**2.086,02**
9430-8/00	-	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	**2.086,02**
9491-0/00	-	Atividades de organizações religiosas	**2.086,02**
9492-8/00	-	Atividades de organizações políticas	**2.086,02**

9493-6/00	-	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	**2.086,02**
9499-5/00	-	Atividades associativas não especificadas anteriormente	**2.086,02**
9511-8/00	14.01	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	**1.642,72**
9512-6/00	14.01	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	**1.642,72**
9521-5/00	14.01	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	**1.642,72**
9529-1/01	14.01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	**821,37**
9529-1/02	24.01	Chaveiros	**821,37**
9529-1/03	14.01	Reparação de relógios	**821,37**
9529-1/04	14.01	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	**821,37**
9529-1/05	14.01	Reparação de artigos do mobiliário	**821,37**
9529-1/06	14.01	Reparação de jóias	**821,37**
9529-1/99	14.01	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	**821,37**
9601-7/01	14.10	Lavanderias	**1.368,92**
9601-7/02	14.10	Tinturarias	**1.368,92**
9601-7/03	14.10	Toalheiros	**1.368,92**
9602-5/01	6.01	Cabeleireiros	**1.368,92**
9602-5/02	6.02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	**1.368,92**
9603-3/01	25.04	Gestão e manutenção de cemitérios	**3.128,96**
9603-3/02	25.02	Serviços de cremação	**3.128,96**
9603-3/03	25.01	Serviços de sepultamento	**3.128,96**
9603-3/04	25.01	Serviços de funerárias	**3.128,96**
9603-3/05	25.01	Serviços de somatoconservação	**2.086,02**
9603-3/99	25.01	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	**3.128,96**
9609-2/02	17.01	Agências matrimoniais	**2.086,02**
9609-2/03	5.08	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	**2.086,02**
9609-2/04	12.09	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	**2.086,02**
9609-2/05	6.03	Atividades de sauna e banhos	**2.086,02**
9609-2/06	6.02	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	**1.368,92**
9609-2/99	17.05	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	**1.368,92**
9700-5/00	17.05	Serviços domésticos	**1.368,92**
9900-8/00	-	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	**3.128,96**

Anexo IV

A taxa de autorização e fiscalização de publicidade é devida de acordo com a tabela a seguir observando-se os períodos nela indicado.

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

1.1 - Anúncios Pintados em Viaturas	**Valor (R$)**

1.1.1 - Taxa de Licença, por viatura, por mês	**36,67**
1.1.2 - Taxa de Licença, por viatura, por ano	**366,76**
1.2 - Anúncios em Tabuletas (out doors)	
1.2.1 - Taxa de Licença, por tabuleta, por mês, em solo público	**104,56**
1.2.2 - Taxa de Licença, por tabuleta, por mês, em solo particular	**83,66**
1.3 - Anúncios em Painéis (galhardetes, totens, front-ligth, letreiros, brake-light, triface, quadros, anúncios e mostruários, fixos ou volantes afixados ou pintados em paredes, muros, postes ou calçadas)	**Valor (R$)**
1.3.1 - Taxa de Licença, por mês, por m2.	**9,31**
1.4 - Alto-falantes instalados em locais permitidos	**Valor (R$)**
1.4.1 - Taxa de Licença, por unidade, por mês	**36,67**
1.4.2 - Taxa de Licença, por unidade, por ano	**366,76**
1.5 - Alto-falantes instalados em viaturas	**Valor (R$)**
1.5.1 - Taxa de Licença, por viatura, por mês	**220,03**
1.5.2 - Taxa de Licença, por viatura, por ano	**2200,18**
1.6 - Balões	**Valor (R$)**
1.6.1 - Por propaganda, por dia.	**14,67**
1.7 - Aviões	**Valor (R$)**
1.7.1 - Por propaganda, por hora de vôo	**146,68**
1.8 - Indicadores de Hora e Temperatura	**Valor (R$)**
1.8.1 - Taxa de Licença, por unidade, por mês	**220,03**
1.8.2 - Taxa de Licença, por unidade, por ano	**2200,18**
1.9 - Tablóides ou Encartes	**Valor (R$)**
1.9.1 - Distribuições somente em residências, por pessoa ao mês	**146,68**

Anexo V

Tabela para cálculo da Taxa de Vistoria de Veículos de Transporte de Passageiros.
(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

Especificação	Valor (R$)
I. Transporte coletivo público, de passageiros, por veículo licenciado.	**841,63**
II. Transporte coletivo privado, de passageiros, por veículo licenciado.	**841,63**
III. Transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro, por veículo, licenciado	**485,59**
IV.Transporte escolar, por veículo licenciado.	**103,57**
V. Outros não especificados	**103,57**

Anexo VI

Tabela para cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento em Horário Extraordinário.
(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

Especificação	Valor (R$)
Valor da taxa por ano	**2988,10**

Anexo VII

Tabela para cálculo da Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante, Rudimentar, Eventual e Feirante

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

1.2 - Comércio Ambulante	**Valor (R$)**
1.2.1 - Á tiracolo – por unidade, por mês	**34,47**
1.2.2 - Em carrocinha – por unidade, por mês	**68,97**
1.2.3 - Em barracas ou tabuleiros padronizados – por unidade, por mês	**68,97**
1.2.4 - Sacolão – por tabuleiro, uma vez por semana ao mês	**41,41**
1.2.5 - Veículo autorizado (sacolão volante) – por veículo, por mês	**517,35**
1.2.6 - Trailler:	
a) por unidade, por mês em solo particular	**137,96**
b) por unidade, por mês em solo público	**207,04**
VII - Banca de Jornal – por unidade, por mês:	
Categoria A	**137,92**
Categoria B	**89,50**
Categoria C	**68,96**
1.3 - Comércio Rudimentar	
1.3.1 - Por comércio (meia porta), por mês, até 12,00m2	**86,23**
1.3.2 - Por comércio, por mês, até 16,00m2	**120,68**
1.4 - Comércio Eventual	
1.4.1 - Nas vias públicas – por barraca ou stand, por dia	**9,75**
1.4.2 - Em lojas temporárias – por unidade, por dia	**172,56**
1.4.3 - Promotores de vendas – por pessoa em logradouro público, por dia	**12,18**
1.4.4 - Feirão de automóveis – por dia	**862,22**
1.4.5 - Feirão de automóveis em logradouro público – por dia	**1207,14**
1.4.6 - Parque de Diversões em área pública- por dia	**68,96**
1.4.7 - Parque de Diversões em área particular- por dia	**51,75**
1.4.8 - Circo em área pública- por dia	**59,05**
1.4.9 - Circo em área particular- por dia	**34,47**
1.4.10 - Comércio Eventual não especificado- por dia	**41,40**
1.4.11 - Quiosqui – por dia até 9,00 m²	**51,75**
1.4.12 - Eventos e Shows noturnos- por dia	**689,81**
1.5 - Feiras-Livres	
1.5.1 - Produtos Agrícolas e Hortifrutigranjeiros:	
1.5.1.1 - Em tabuleiros de 1,80 m x 0,90 cm – por ano	**121,79**
1.5.2 - Roupas Feitas, Artigos de Armarinho, de bazar e similares:	
1.5.2.1 - Por tabuleiro de 1,80 m x 0,90 cm – por ano	**121,79**
1.5.3 - Peixes, carne de porco, aves abatidas e derivados:	
1.5.3.1 - Por veículo, por ano	**275,93**
1.5.3.2 - Por tabuleiro, de 1,80 m x 0,90 cm – por ano	**189,74**

1.5.4 - Outros artigos permitidos:	
1.5.4.1 - Por tabuleiro, de 1,80 m x 0,90 cm – por ano	**189,74**
1.5.4.2 - Por veículo – por ano	**241,48**

Anexo VIII

Tabela para Cálculo da Taxa de Fiscalização de Obras Particulares e Arruamentos (ruas, áreas de lazer e parqueamento) e em Vias e Logradouros Públicos.
(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

1 - Taxa de Aprovação de Projeto	**Valor (R$)**
1.1 - Área a ser construída – por m² (incluindo arruamentos, parqueamento e áreas de lazer, no caso de condomínios e loteamentos)	**1,26**
2 - Taxa de licença de construção, reconstrução, acréscimo, instalação comercial e reformas	
2.1 - Área a ser construída – por m² (incluindo arruamentos, parqueamento e áreas de lazer, no caso de condomínios e loteamentos)	**11,18**
3 - Taxa de licença de construção, reconstrução, acréscimo e reformas em casas populares, cuja área total não ultrapasse a 70 (setenta) m2 e seja única no lote	
3.1 - Área Construída – por m² (incluindo arruamentos, parqueamento e áreas de lazer, no caso de condomínios e loteamentos)	**1,21**
4 - Taxa de vistoria de construção	
4.1 - Área Construída – por m²(incluindo arruamentos, parqueamento e áreas de lazer, no caso de condomínios e loteamentos)	**6,04**
5 - Taxa para assentamento de tubulação nas vias públicas	
5.1 - Área de assentamento (escavação) – por m²	**6,04**
6 - Taxa para instalação de torres de transmissão e de antenas de telefonia situadas em terrenos privados	
6.1 - Área a ser construída das bases – por m²	**12,37**
7 - Taxa de demolição	
7.1 - Residencial - área construída demolida - por m² (metro quadrado)	**3,95**
7.2 - Não Residencial - área construída demolida - por m² (metro quadrado)	**5,62**
7.3 - Taxa de Vistoria - área construída demolida - por m² (metro quadrado)	**3,38**
8 - Taxa aprovação de projeto de loteamento, desmembramento, remembramento (parcelamento do solo).	
8.1 - Área a ser parcelada – por unidade territorial autônoma criada (lote ou área).	**122,29**
9 - Taxa de licença para loteamento (parcelamento do solo).	
9.1 - Até 50 unidades territoriais autônomas, por unidade	**180,54**
9.2 - De 51 até 500 unidades territoriais autônomas, por unidade	**365,95**
9.3 - De 501 até 1000 unidades territoriais autônomas, por unidade	**487,98**
9.4 - Acima de 1001 unidades territoriais autônomas, por unidade	**605,09**
10 - Taxa de reloteamento (parcelamento do solo).	
10.1- 30% sobre os valores determinados e cobrados conforme item anterior	
11 - Taxa de licença para desmembramento e ou remembramento por lote decorrente ou resultante (parcelamento do solo).	

11.1 - Terreno até 500,00 metros quadrados	**190,74**
11.2 - Terrenos de 500,01 a 1.000,00 metros quadrados	**381,47**
11.3 - Terrenos de 1.000,01 a 5.000,00 metros quadrados	**624,28**
11.4 - Terrenos de 5.000,01 a 10.000,00 metros quadrados	**849,66**
11.5 - Terrenos de 10.000,01 a 50.000,00 metros quadrados	**1231,20**
11.6 - Terrenos de 50.000,01 a 100.000,00 metros quadrados	**1474,05**
11.7 - Terrenos com mais de 100.000,01 metros quadrados	**2070,03**
12 - Taxa de legalização (obras particulares sem licença).	
12.1 -Residencial – área construída - por m² (metro quadrado).	**22,52**
12.2- Não Residencial – área construída - por m² (metro quadrado).	**28,20**
12.3 - Taxa de Vistoria - área construída - por m² (metro quadrado).	**6,04**
13 - Taxa de busca de informações urbanísticas	
13.1 - Expedição de certidão, declaração e/ou demais documentos	**92,06**

Anexo IX

Tabela para Cálculo da Contribuição de Iluminação Pública

RESIDENCIAL	
Consumo	**Valor Mensal da CIP (R$)**
Até 80 Kwh	**11,94**
De 81 KW - 140 Kwh	**26,00**
Acima de 140 Kwh	**35,93**

NÃO-RESIDENCIAL	
Consumo	**Valor Mensal da CIP (R$)**
Até 80 Kwh	**51,85**
Acima de 220 Kwh	**61,88**

Anexo X

Tabela para Cálculo da Taxa de Expediente para Requerimentos

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

1 - Taxa	**Valor (R$)**
1.1 Taxa para requerimentos diversos	**24,50**
1.2 - Taxa de Transferências, alterações diversas, encerramentos de atividades e segunda via de quaisquer natureza de documentos	**30,33**
1.3 - Taxa de Expediente para expedição de guia - Por guia expedida (exceto quando se tratar dos itens 1.1 e 1.2)	**9,07**
1.4 - Taxa de requerimentos não previstos nos itens anteriores	**30,33**

Anexo XI

Tabela da Taxa de Serviços Diversos

(Valores corrigidos pelo Decreto nº 5.580, de 07 de novembro de 2022)

1 - Condução para o depósito público	Valor (R$)
1.1 - animais de qualquer espécie, por animal	**97,10**
1.2 - quaisquer objetos ou mercadorias, por apreensão	**37,36**
1.3 - veículos de propulsão humana, por veículo	**32,34**
1.4 - veículo de tração animal, por veículo	**48,57**
1.5- veículo de tração a motor, por veículo	**258,96**
2 - Guarda no depósito público	
2.1 - animais de qualquer espécie, por animal e por dia	**48,57**
2.2 - quaisquer objetos ou mercadorias, por dia	**12,44**
2.3 - veículos de propulsão humana, por veículo, por dia	**16,18**
2.4 - veículo de tração animal, por veículo, por dia	**16,18**
2.5 - veículo de tração a motor, por veículo, por dia:	
2.5.1 - Veículos e vans	**97,00**
2.5.2 – Motocicletas	**48,48**
2.5.3 - Ônibus, Caminhões e Similares	**181,94**
3 - Alimentação de animais - por animal, por dia	**15,17**
4 - Taxas de serviços do cemitério municipal	
4.1 - Valores para aquisição de concessão perpétua	
4.1.1 - 1ª zona (quadras. A e B) à vista	**11329,98**
a) 05 PARCELAS	**2265,99**
c) 10 PARCELAS	**1132,98**
4.1.2 - 2ª zona (quadras. C e D) à vista	**9711,44**
a) 05 parcelas	**1942,28**
b) 10 parcelas	**971,16**
c) 3ª zona (quadras E e F)	**8740,33**
d) 05 parcelas	**1748,07**
e) 10 parcelas	**874,02**
5 - Sepultamento (inumação), compreendendo a abertura da sepultura, transporte interno do corpo e fechamento completo da sepultura, para titulares de perpetuidade	
5.1 - Em carneiro com tampão de concreto	**169,93**
5.2 - carneiro ou jazigo com tampão de granito ou mármore	**221,39**
5.3 - Em mausoléus	**299,07**
5.4 - Em rasa	**102,23**
6 - Exumação, incluindo abertura de sepultura, retirada dos restos mortais e fechamento da sepultura.	
6.1 - Para titulares de direito	
6.1.1 - Em sepulturas rasas	**130,29**
6.1.2 - Em carneiros ou jazigos	**196,05**
6.1.3 - Em mausoléus	**135,94**
6.2 - Para arrendatário de carneiro, gaveta ou rasa de aluguel	**97,11**
6.2.1 - Colocação de ossos em nichos	**24,22**
6.2.2 - Registro de sepultamento em cemitérios	**12,94**

6.2.3 - Registro de entrada ou saída de caixa de ossos	**12,94**
6.2.4 - expedição ou busca de títulos ou certidões	**32,34**
6.2.5 - inclusão no livro ou documento de titularidade, a qualquer tempo, de pessoas indicadas pelo titular de direito (por pessoa)	**12,94**
6.2.6 - transladação de corpo, de uma sepultura para outra; no interior do cemitério (incluindo a exumação; com abertura e fechamento das sepulturas e transporte interno, obedecidas às formalidades legais).	**307,50**
6.2.7 - fornecimento e colocação de tampão de concreto armado, inclusive calafeto, para titulares de direito.	**339,89**
6.2.8 - Fornecimento e colocação de estrado em placas, inclusive ferros e calafeto, para titulares de direito.	**339,89**
7 - Taxa de manutenção anual para titulares de direito sobre sepulturas no cemitério municipal	
7.1 - Para mausoléus e cenotáfios	**485,55**
7.2 - Para Jazigos	**292,13**
7.3 - Para jazigos germinados	**486,96**
7.4 - Para o carneira perpetua	**253,19**
7.5 - Para o carneira germinado	**448,01**
7.6 - Para sepulturas simples	**217,32**
8 - Aluguéis	
8.1 - Capelas já existentes localizadas no interior do cemitério com translado incluído para sepultura	
8.1.1 - Para empresas funerárias do município	**189,94**
8.1.2 - Para empresas funerárias fora do município	**264,36**
8.2 - Aluguel de carneiros e gavetas (incluindo tampões de concreto armado), e sepulturas rasas (incluindo o sepultamento, com abertura da sepultura), transporte interno do corpo e fechamento completo da sepultura, por 03 (três) anos:	
8.2.1 - Carneira para empresas funerárias do município	**857,58**
8.2.2 - Carneira para empresas funerárias fora do município	**1156,17**
8.2.3 - Gaveta para empresas funerárias do município	**746,28**
8.2.4 - Gaveta para empresas funerárias fora do município	**913,26**
8.2.5 - Sepultura rasa para empresas funerárias do município	**394,49**
8.2.6 - Sepultura rasa para empresas funerárias fora do município	**729,83**
8.2.7 - Aluguel de nicho, pelo prazo de três anos (renovável).	**453,16**
9 - Serviço funerário compulsório, prestados somente pela prefeitura municipal de Belford Roxo, para a classe indigente e carente.	
9.1 - Indigente e carente	
9.1.1 - Sepultamento (inumação), com fornecimento de caixão, sepultura rasa, com abertura e fechamento completo, e transporte do féretro dentro do município de Belford Roxo gratuito.	
10 - Demais serviços prestados pelo cemitério municipal passível de arrecadação pública	
10.1 - Aprofundamento de carneiro, para titulares de direito, de acordo com a legislação, por unidade ampliada.	**424,05**

10.2 - Construção de carneiro, para titulares de direito, até o limite de 0,90cm acima do nível do terreno.	**424,05**
10.3 - Exame, aprovação e fiscalização:	
10.3.1 - De obras de reforma ou embelezamento de carneiros e mausoléus	**82,15**
10.4.1 - Taxa de manutenção e conservação do cemitério municipal, por sepultamento, a ser cobrado à empresa funerária.	**9,64**
10.4.2 - Transferência de titularidade, para concessionários de perpetuidades.	**372,22**
10.4.3 - Traslado, tanto entrada como saída, dos restos mortais, incluindo emissão de guias e atestados.	**265,91**
11 - Retirada de entulho de obra	
11.1 - Até 5,00 m3:	
11.1.1 - Mão-de-obra	**32,34**
11.1.2 - Carregamento mecânico	**97,10**
11.1.3 - Transporte de entulho	**32,34**
11.2 - De 5,10 m3 até 10,00 m3:	
11.2.1 - Mão-de-obra	**64,76**
11.2.2 - Carregamento mecânico	**194,19**
11.2.3 - Transporte de entulho	**77,66**
11.3 - Acima de 10,00 m3:	
11.3.1 - Mão-de-obra	**97,10**
11.3.2 - Carregamento mecânico	**291,33**
11.3.3 - Transporte de entulho	**116,53**

LEI COMPLEMENTAR N.º 042 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DA CIDADE DE GUAPIMIRIM**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de atribuições em conformidade com a Lei Orgânica. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe, com fundamento nos §§ 3.º e 4.º do art. 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, nos §§ 1.º e 2.º, bem como os incisos I, II e III, do art. 145 e nos incisos I, II e III, § 1.º, com os seus incisos I, II e III e parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 156, bem como art. 149- A todos da Constituição da República Federativa do Brasil, sobre o sistema tributário municipal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município, sem prejuízo, com base no inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, da legislação sobre assuntos de interesse local, em observância ao inciso II do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, e da suplementação da legislação federal e estadual, no que couber.

LIVRO PRIMEIRO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Esta Lei é regida, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares, os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal.
Art. 3º. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos municípios.
Art. 4º. O Município de Guapimirim, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional e de leis complementares, tem competência legislativa plena quanto à incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.
Art. 5º. Será atribuída, nos termos desta Lei, a sujeito passivo da obrigação tributária, a condição de responsável pelo pagamento de imposto, taxa ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurado à imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
Art. 6º. Integram o Sistema Tributário Municipal:
I - IMPOSTOS:
a. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
b. Imposto sobre a Transmissão Inter vivos, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos – ITBI.
c. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no inciso II do art. 155, da

Constituição da República Federativa do Brasil, definidos em lei complementar Federal – ISSQN.
II – TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELO MUNICÍPIO;

a) Taxa de Licença e Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento;
b) Taxa de Licença e Fiscalização Sanitária;
c) Taxa de Licença e Fiscalização do Exercício de Atividade de Ambulante, Eventual e Feirante;
d) Taxa de Licença e Fiscalização de Publicidade e Propaganda;
e) Taxa de Licença e Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro;
f) Taxa de Fiscalização de Execução de Obras Em Áreas Particulares;
g) Taxa de licença e Fiscalização para Execução de Parcelamento do Solo;
h) Taxa de Licença e Fiscalização Ambiental.
III - TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO, EFETIVA OU POTENCIAL, DE SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO.
a) Taxa de Coleta de Lixo;
b) Taxa de Fiscalização de Cemitérios Públicos;
c) Taxa de Terminal Rodoviário;
d) Taxa de Fiscalização de Cemitério Privado – Redação LC 040/2023.
IV - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CM.
V - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP.
VI – PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS.
VII - OUTROS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO QUE VENHAM A SER PREVISTOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.
Art. 7º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
§1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
§2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
§3º. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública destina-se a cobrir as despesas de consumo de energia elétrica e de manutenção do sistema de iluminação pública do Município.
§4º. Contribuição de Melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas.

TÍTULO II
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal.
Parágrafo Único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte com os outros Entes Públicos, a estas pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
Art. 9º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar

tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
§1º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
§2º. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
§3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
Art. 10º. O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

CAPÍTULO II
LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município:
I- Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
II- Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
III- Cobrar tributos:
a) Em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados;

b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) Antes de decorridos 90 (noventa) dias contínuos, da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b, salvo exceções previstas no § 1º do Art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.
IV- Utilizar tributo com efeito de confisco;
V- Instituir impostos sobre:
a) Patrimônio, renda ou serviços, da União e dos Estados;
b) Templos de qualquer culto;
c) Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
d) Livros, jornais e periódicos e o papel destinado exclusivamente a sua impressão;
e) Fonogramas e vídeo gramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais bem como os arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser;
f) Autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
§1º. A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio, ou serviços, da União e dos Estados:
I- Não se aplica ao patrimônio e aos serviços:

a) Relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados;
b) Em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
II- Não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
III- Aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios da União e dos Estados, bem como aos inerentes aos seus objetivos, não sendo extensiva ao patrimônio, renda e aos serviços:
a) De suas empresas públicas;
b) De suas sociedades de economia mista;
c) De suas delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos.
§2º. A vedação para o Município instituir impostos sobre templos de qualquer culto, compreende somente o patrimônio e aos serviços relacionados com as suas finalidades essenciais.
§3º. A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio, ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei:
I- Compreende somente o patrimônio relacionado com as finalidades essenciais das entidades mencionadas;
II- Aplica-se, exclusivamente, aos serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas, bem como os diretamente, relacionados com os objetivos das entidades mencionadas, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;
III- Está subordinada à observância, por parte das entidades mencionadas, dos seguintes requisitos:
a) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
b) Aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
c) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.
§4º. Na falta de cumprimento do disposto nos incisos I, II e III, “a”, “b” e “c”, do § 3º ou do § 6º, deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.
§5º. A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público:
I- Refere-se, apenas, ao patrimônio e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;
II - Não se aplica ao patrimônio e aos serviços:
a) Relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados;
b) Em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
III - Não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
§6º. A vedação para o Município instituir impostos sobre o patrimônio, ou os serviços das entidades mencionadas no inciso V deste art. 8º, não exclui a tributação, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não a dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.
IV - Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

TÍTULO III
DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 12. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido em lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana ou de expansão urbana do Município ou em áreas a elas equiparadas por lei.

§ 1º. Considerar-se-ão urbanas, para os efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do *caput*, inclusive residências de recreio, conforme jurisprudência elencada na Súmula 626[1] do Superior Tribunal de Justiça – STJ a seguir enumeradas:

I - As áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;

II - As áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;

III - As áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;

IV - As áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações;

V - As áreas com uso ou edificação para complexos comerciais ou industriais, cuja vocação se caracterize como de expansão urbana.

§ 2º. As áreas referidas nos incisos deste artigo têm seu perímetro delimitado na forma do Anexo IV à presente Lei Complementar – Mapa de Área Urbana e Expansão Urbana do Município de Guapimirim.

§3º. O imposto incide, também, sobre o imóvel, que embora não localizado na Zona Urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 13. O imposto não incide sobre o imóvel que tenha as dimensões de módulo rural, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.[2]

§ 1º A não incidência se limitará à área efetivamente utilizada nos fins indicados no *caput*, sendo que a parcela eventualmente não utilizada estará sujeita ao imposto municipal.

§ 2º Sem prejuízo do disposto em regulamento específico, para usufruir do benefício previsto neste artigo, o contribuinte deverá:

I - apresentar requerimento junto à Secretaria Municipal de Fazenda;

II - juntar ao requerimento:

---

[1] Súmula 626 – A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN. (Súmula 626, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018) (DIREITO TRIBUTÁRIO – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA)

2 Art. 15. O disposto no art. 32 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (artigo do CTN que fala sobre o fato gerador do IPTU), não abrange o imóvel de que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados. c/c STJ. 1ª Seção. REsp 1112646/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 26/08/2009.

a) cadastro de produtor rural junto *ao* Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP do Governo de Estado do Rio de Janeiro, no caso de tratar de produtor rural estadual;
b) cadastro junto ou cadastro junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Guapimirim e Cartão do CNPJ;
c) notas fiscais de comercialização da produção do imóvel;
d) certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
e) estar em dia com o pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR;
§ 3º Os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, dos imóveis referidos no *caput* deverão comprovar, quando solicitado pela autoridade fiscal, que permanecem utilizando os imóveis para as finalidades previstas nesse artigo.
Art. 14. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre imóveis residenciais, não residenciais e territoriais assim definidos:
I - Residenciais - é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel edificado, localizado na Zona Urbana ou de Expansão urbana do Município, utilizado única e exclusivamente para fins de habitação e moradia familiares.
II - Não Residenciais - é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel edificado, localizado na Zona Urbana ou de Expansão urbana do Município, utilizado única e exclusivamente para o exercício de quaisquer atividades de caráter comercial, industrial e afim.
III - Territoriais – é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não edificado, localizado na Zona Urbana ou de Expansão urbana do Município.
Parágrafo Único. Compreende-se como, residencial, não residencial, ressalvadas suas finalidades assinaladas nos incisos I e II do caput, todo imóvel que tenha condições de habitação, seja ele construído de alvenaria, metal, aço, ferro, madeira e similares.
Art. 15. Para os efeitos desse imposto, considera-se edificado todo imóvel residencial ou não residencial:
I - No qual exista edificação que possa servir para habitação ou para exercício de quaisquer atividades, seja qual for à denominação, forma ou destino;
II - A área edificada, privativa e comum a todos os condôminos, localizada nos condomínios horizontais;
III - Imóvel com edificação identificada em processo de fotointerpretação por imageamento realizado por aerofotogrametria, conjugado ou não com imageamento terrestre com fotografias de fachada e/ou imagens panorâmicas em 360° adquirido pelo Município de Guapimirim, ou outro sistema de identificação que venha a ser adquirido por este Município.
Art. 16. Para os efeitos desse imposto, consideram-se não edificados os terrenos:
I - Em que não existir edificação como definida no artigo anterior desta Lei;
II - Em que houver construção paralisada ou em andamento na qual a falta de condições de habitação seja homologada por autoridade fiscal Municipal competente;
III - Em que houver edificações interditadas, edificações em demolição, condenadas ou em ruínas;
IV- Construções de natureza temporária ou provisória de forma comprovada, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
V - Imóvel em que houver edificação considerada, a critério da repartição competente, como inadequada, seja pela situação, dimensão destino ou utilidade dela;
Art. 17. Não incidirá a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, caso ocorra aferição pela fiscalização municipal, motivada pelo sujeito passivo, ou por ato de ofício, da existência de compartimentos não habitáveis, sempre de permanência transitória.
Parágrafo Único. Por motivado pelo sujeito passivo, entenda-se a abertura de processo administrativo, respeitado o devido rito legal.
Art. 18. A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer

exigências legais, regulamentares ou administrativas.
Art. 19. O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU considera-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 20. O contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel localizado em área urbana ou de expansão urbana no Município de Guapimirim.
§ 1º Conhecido o proprietário, a ele dar-se-á preferência na condição de sujeito passivo.
§ 2º Tratando-se de imóvel foreiro o sujeito passivo será o titular do domínio útil.
§ 3º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, seja cessionário, posseiro, comodatário ou ocupante a qualquer título.
§ 4º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direitos reais sobre imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.
§ 5º Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.
§ 6º Os imóveis pertencentes a espólio cujo inventário esteja sobrestado serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.
§ 7º O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou as notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e os endereços nos registros.
§ 8º Quando o adquirente do domínio útil ou da propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao imposto, respondendo por elas o alienante.
§ 9º. O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedade ou de direitos reais a eles relativos, salvo nas hipóteses de arrematação em hasta pública, em que a sub-rogação ocorrerá sob o respectivo preço.

SEÇÃO III
DAS ISENÇÕES

Art. 21. Estão isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis:
I - Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal, Município ou de qualquer um de seus órgãos ou Entidades;
II - Pertencente ou cedido gratuitamente, na fração utilizada pelo imóvel para tal finalidade, a sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados, e que tenha o reconhecimento pelo Município como sendo de Utilidade Pública;
III - Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder que desapropria;

IV- Pertencentes às sociedades civis sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas, reconhecidas pelo Município como de Utilidade Pública;
V- Os imóveis cedidos por comodato ou alugados, comprovados por documentação, onde sejam instalados igrejas e Templos religiosos de qualquer culto;
VI - Imóvel cujo proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, assim entendido aquele com o respectivo título registrado em cartório e regularizado junto aos órgãos da Prefeitura Municipal, preencha as seguintes condições:
a) que a renda mensal, seja igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo e meio;
b) que o imóvel tenha até 70 metros quadrados;
c) que o imóvel seja utilizado para sua residência;
d) que não possua outro imóvel, construído ou não, em lotes diversos, no município de Guapimirim;
e) ter o requerente 60 anos ou mais.
VII - As áreas que constituem reserva florestal, definida pelo poder público e as áreas com mais de 10. 000 m² (dez mil metros quadrados), efetivamente ocupadas por florestas;
VIII - Pertencentes ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de apenas 1 (um) bem imóvel, desde que residente no imóvel em que se pleitear a concessão do benefício, portador de uma ou mais das seguintes doenças graves comprovado por laudo médico proveniente de junta médica municipal:
a) AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida);
b) Alienação mental;
c) Câncer;
d) Cegueira;
e) Cardiopatia grave;
f) Contaminação por radiação;
g) Doença de Paget em estados avançados (osteíte deformante);
h) Doença de Parkinson;
i) Esclerose múltipla;
j) Espondiloartrose e anquilosante;
k) Fibrose cística (mucoviscidose);
l) Hanseníase;
m) Neuropatia grave;
n) Hepatopatia grave;
o) Neoplasia maligna;
p) Paralisia irreversível e incapacitante;
q) Tuberculose ativa.
IX - Os imóveis cedidos por comodato ou alugados, comprovados por documentação, onde sejam instalados quaisquer outros próprios municipais;
X - Os imóveis porventura locados ou cedidos por qualquer ente administrativo, que pertença a particular.
§1º. Nas hipóteses dos incisos I, II e III a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador mencionado e será suspensa no exercício posterior ao da rescisão ou do término do contrato de cessão.
§ 2º. Na hipótese do inciso IV, a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte ao da ocorrência do fato mencionado e será suspensa no exercício posterior ao da rescisão ou do término do contrato de locação;
§ 3º. Na hipótese da isenção, prevista no inciso V, incidirá sobre o imóvel enquanto vigente o contrato de locação a favor da entidade religiosa, obrigando-se ela a comunicar o Poder Público quando da revogação contratual, sob pena de responder pelos débitos eventualmente existente nesse período.

§4°. Poderá se beneficiar dessa lei o templo religioso que preencher os seguintes requisitos:
a) Possuir inscrição no CNPJ da denominação;
b) Apresentar estatuto e ata de posse da diretoria;
c) Apresentar cópia do contrato de locação ou comodato, desde que constem nos contratos cláusulas transferindo ao locatário ou comodatário a responsabilidade do pagamento do IPTU;
§ 5º. A isenção concedida nos moldes do parágrafo 4º será suspensa imediatamente quando constatada uma das seguintes ocorrências:
a) O beneficiário venha sublocar o imóvel;
b) Seja dada outra finalidade ao uso do imóvel;
c) Seja apurado que o pedido para reconhecimento da isenção foi instruído com documento inidôneos ou foram prestadas informações falsas ou incorretas;
d) Os imóveis locados ao Município de Guapimirim, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário;
§ 6º. As isenções por doenças graves, de que tratam o inciso VIII do presente artigo, deverão ser comprovadas por laudo pericial emitido por laudo médico proveniente de junta médica municipal.
§ 7º. A isenção de que trata o inciso IX, do presente artigo, incidirá sobre o imóvel enquanto vigente o contrato de locação a favor da entidade, empresa ou órgão, obrigando-se ela a comunicar o Poder Público quando da revogação contratual, sob pena de responder pelos débitos eventualmente existente nesse período.
§ 8º. Poderá se beneficiar da isenção de que trata o inciso IX a entidade, empresa ou órgão que preencher os seguintes requisitos:
a) Possuir inscrição no CNPJ;

b) Apresentar estatuto e ata de posse da diretoria;

c) Apresentar cópia do contrato de locação ou comodato, desde que constem nos contratos cláusulas transferindo ao locatário ou comodatário a responsabilidade do pagamento do IPTU;

§ 9º. A isenção de que trata o inciso IX, será suspensa imediatamente quando constatada uma das seguintes ocorrências:
a) O beneficiário venha sublocar o imóvel;
b) Seja dada outra finalidade ao uso do imóvel;
c) Seja apurado que o pedido para reconhecimento da isenção foi instruído com documento inidôneos ou foram prestadas informações falsas ou incorretas;
§10°. As isenções de que trata este artigo devem ser requeridas por processo administrativo, entre o período de 01 de junho até o último dia útil de outubro de cada ano e sendo deferido o benefício, vigorará no exercício subsequente ao do requerimento, observada a obrigatoriedade de renovação anual do pedido.
§ 11º. O processo de isenção tem o prazo de até 90 (noventa) dias contínuos, para análise pela Secretaria de Fazenda quanto ao atendimento dos requisitos legais, inclusive quanto aos casos omissos para deferir ou indeferir a isenção.
§12º. O requerimento será instruído com os documentos pertinentes a cada caso, como por exemplo, contrato de locação, escritura, laudos médicos, Demonstrativo de rendimentos junto ao INSS e última declaração de Imposto de Renda em caso de aposentados ou pensionistas, além de outros documentos que poderão ser eventualmente exigidos para comprovar o enquadramento no benefício, com Declaração formal e expressa do contribuinte, sob as penas da legislação criminal vigente, de ser proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de apenas um bem imóvel.

§ 13º. Compete ao Auditor Fiscal da Secretaria Municipal de Fazenda, analisar a documentação apresentada pela pessoa física ou jurídica que, porventura, requeira a isenção dos imóveis cuja homologação será de competência do Secretário de Fazenda podendo ser delegada ao Diretor de Tributos. Em caso de ausência temporária do Diretor de Tributos o Secretário Municipal de Fazenda poderá delegar a competência a outro Auditor Fiscal.
§ 14º Verificada a qualquer tempo a cessação das condições de que tratam as isenções previstas no presente artigo, sem qualquer comunicação por parte do contribuinte, será imediatamente cancelado o benefício, sujeitando-se o infrator às penalidades administrativas, cíveis e penais aplicáveis, além de todos os acréscimos tributários.
§ 15º. Ainda que implementadas todas as hipóteses de incidência de isenções elencadas no presente artigo, a concessão destas estarão condicionadas a realização de estudo de impacto financeiro-orçamentário, devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 22. O cancelamento terá efeito a contar da data:
I - Em que o contribuinte deixou de atender às exigências legais;
II - Da concessão do benefício, nos casos em que o contribuinte jamais tiver cumprido as exigências legais;
III - Em caso de averiguação, a qualquer tempo, por parte da autoridade fiscal, da existência de fraude ou dolo, no procedimento administrativo que concedeu o benefício da isenção ao sujeito passivo, este ato será anulado para todos os fins e efeitos, devendo a fiscalização abrir procedimento fiscalizatório, com vistas a apurar o devido crédito fiscal, acrescido de juros, multas e mora, a ser restituído pelo sujeito passivo à municipalidade, sem prejuízo de outras ações cabíveis.

SEÇÃO IV
CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

Art. 23. O imposto é devido, a critério da repartição competente:
I – Por quem exerça posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II – Por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Art. 24. O disposto no Art. anterior aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

SEÇÃO V
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 25. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o Valor Venal do Imóvel abrangendo terreno e edificações cujas especificações inerentes ao valor do metro quadrado dos terrenos e edificações, fórmula de cálculo do valor venal, alíquotas praticadas, zonas fiscais ou quaisquer outros critérios de subdivisão para fins tributários da cidade, e possíveis regras de transição assim definidos encontra-se em planta genérica de valores do Município.
§1º. Da aplicação dos critérios de apuração da base de cálculo, previstos neste Capítulo, não poderá resultar em valor superior ao valor real de mercado.
§2º. Caso a ocorrência de valor superior ao valor real do imóvel, caberá a análise pela Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária.
§3º. Os proprietários de imóveis localizados na área de tombamento, de interesse histórico, cultural,

ecológico, de preservação paisagística ou ambiental, que comprovadamente mantiverem suas edificações em perfeito estado de conservação, considerando-se pinturas, janelas, portas, luminárias e demais acessórios que preservem as características de arquitetura histórica, terão a alíquota do imposto reduzida em 30% (trinta por cento).
a) A redução a que se refere o §3º será concedida mediante requerimento e comprovação da boa situação do imóvel através de certidão fornecida pela Secretaria de Urbanismo

Art. 26. Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados, preferencialmente, em função do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, na forma da norma reguladora de avaliação de imóveis ABNT NBR 14.653-2, por inferência estatística ou por homogeneização de fatores, cuja apresentação encontra-se na Planta Genérica de Valores-PGV do Município.
§ 1°. Os fatores apreciativos e depreciativos do valor venal dos imóveis aferidos pela forma de cálculo estipulada na planta de valores deverão observar no mínimo os seguintes elementos:
I - Características do terreno;
II - Características da construção;
III - Características do mercado;
IV- Características da localização;
V- Características da utilização.
Art. 27. A apuração do Valor Venal dos Imóveis será obtida pela soma dos Valores Venais do Terreno e da Edificação, mediante a fórmula algébrica VVI = VVT + VVE, onde:
VVI = Valor Venal dos Imóveis;
VVT = Valor Venal do Terreno;
VVE = Valor Venal da Edificação.
Parágrafo Único. Para fins da apuração do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, o cálculo do Valor Venal dos Imóveis terá uma depreciação de 30% (trinta por cento) sobre os valores do m² constantes das tabelas da Lei Complementar nº 035 de 19 de dezembro de 2019, que instituiu a Planta Genérica de Valores do Município, incorporada à presente lei, como forma de prevenção perante as oscilações mercadológicas temporais.
Art. 28. O Valor Venal do Terreno (VVT) será apurado através da multiplicação da Área Total do Terreno (ATT) pelo valor do metro quadrado do Terreno e seus fatores, mediante a fórmula: VVT = ATT x VM²t x F1 x F2 x F3 x F4 x F5 x F6, onde:
VVT = Valor Venal do Terreno;
ATT = Área Total do Terreno;
VM²t = Valor do Metro Quadrado do Terreno (Anexo I da LC 035/2019).
F1 = Fator Equipamentos Urbanos (FEU);
F2 = Fator Topografia (FTOP);
F3 = Fator Acessibilidade (FACE);
F4 = Fator Pedologia (FPE);
F5 = Fator de Gleba (FG);
F6 = Fator Situação na Quadra.
§ 1º – No caso de lotes de uma ou mais esquinas e de lotes com duas ou mais frentes será adotado o valor unitário de metro quadrado de terreno relativo ao logradouro ou à face de quadra de maior valor;
§ 2º - Nos casos onde houver edificação, a Área Total do Terreno (ATT) terá a aplicação do coeficiente de aproveitamento do terreno estipulado no Artigo 8º, caput da Lei Complementar nº001/2003 (Plano Diretor do Município), assim considerado:
ATT x (1-0,70), adotando-se o tamanho do lote padrão do loteamento enquanto não cadastrada a fração

ideal.
§ 3º - Nos casos em que NÃO houver edificação, a Área Total do Terreno (ATT) terá a sua metragem tributada pelo resultado da utilização do Fator de Gleba Urbanizável, constante da presente lei. (Nova Redação do § 3º do Art. 3º da LC 035/2019 – NPGV)
§ 4º - Para fins do disposto no caput, os Fatores serão determinados pelos critérios apontados nas tabelas abaixo:

F1 = FATOR EQUIPAMENTOS URBANOS – FEU		
Sigla	**Fatores**	**Coeficientes**
Cfeu	Falta de Equipamento Urbano	1,00
Ceip	Iluminação Pública	1,02
Celu	Limpeza Urbana	1,02
Total (até)		**1,04**

F2 = FATOR TOPOGRAFIA – FTOP		
Código	**Fatores**	**Coeficientes**
Ftop01	Terreno plano	1,00
Ftop02	Terreno em aclive	0,80
Ftop03	Terreno em declive	0,80

F3 = FATOR ACESSIBILIDADE – FACE		
Código	**Fatores**	**Coeficientes**
Face01	Condução Mais de 3 Quadras	0,85
Face02	Condução Menos de 3 Quadras	1,00

F4 = FATOR PEDOLOGIA – FPE	
Pedologia	**Coeficientes**
Terreno normal	1,00
Terreno arenoso	0,90
Terreno rochoso	0,90
Terreno alagado	0,90

F5 = FATOR GLEBA URBANIZÁVEL – FGU	
F5 – Fator Gleba	**Coeficientes**
Tamanho até 500 m²	1,00
De 501 m² até 1.000 m²	0,95
De 1.001 m² até 5.000 m²	0,90
De 5.001 m² até 10.000 m²	0,60
De 10.001 m² até 25.000 m²	0,50
De 25.001 m² até 50.000 m²	0,45
De 50.001 m² até 100.000 m²	0,40
Acima de 100.000 m²	0,35

F6 = FATOR SITUAÇÃO NA QUADRA – FSQ		
Código	**Fatores**	**Coeficientes**
Fsq01	Terrenos em Meio de Quadra	1,00
Fsq02	Terrenos Encravados ou de Fundos	0.80
Fsq03	Terrenos em Esquina ou com Frentes Múltiplas	1,20

Art. 29. O Valor Venal da Edificação (VVE) será apurado através da multiplicação da Área Total da Edificação (ATE) pelo valor do metro quadrado da Edificação e seus fatores, mediante a fórmula: VVE = ATE x VM²e x F1 x F2 x F3 x F4 x F5a x F5b x F5c x F6, onde:
VVE = Valor Venal da Edificação; ATE = Área Total da Edificação;
VM²e = Valor do Metro Quadrado da Edificação (Anexo II da LC

035/2019);

F1 = Fator de Valorização (FV);

F2 = Fator de Fachada (FF);

F3 = Fator de Equipamentos Residenciais (FER);

F4 = Fator de Padrão Construtivo Externo (FPCE);

F5 = Fator Características da Construção (FCC);

F6 = Fator de Posição da Edificação (FPED)

Parágrafo Único - Para fins do disposto no caput, os Fatores serão determinados pelos critérios apontados nas tabelas abaixo:

F1 = FATOR DE VALORIZAÇÃO – FV	
Número de Pavimentos	**Coeficientes**
Um pavimento	1,00
Dois pavimentos	1,02
Três pavimentos	1,10
Quatro ou mais pavimentos	1,20

F2 = FATOR DE FACHADA – FF	
Características	**Coeficientes**
Murado com calçada	0,85
Só Murado	1,00
Só Calçada	1,00
Sem muro e sem calçada	1,10

F3 = FATOR EQUIPAMENTOS RESIDENCIAIS – FER	
Instalações Especiais	**Coeficientes**
Piscina/Quadras Poliesportivas	1,10
Condomínio Fechado	1,10

F4 = FATOR DE PADRÃO CONSTRUTIVO EXTERNO (FPCE)	
Padrão de Construção	**Coeficientes**
Baixo	0,90
Normal	1,00
Alto	1,10

F5 = FATOR CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO – FCC	
a) Estrutura	**Coeficientes**
Alvenaria, Concreto ou Metal	1,00
Madeira	0,80
b) Revestimento Externo	**Coeficientes**
Pintura	1,00
Caiação	0,90
Sem revestimento	0,80
Especial	1,50
c) Cobertura	**Coeficientes**
Telha	1,00
Laje	0,80
Palha ou Zinco	0,50
Especial	1,50

F6 = FATOR POSIÇÃO DA EDIFICAÇÃO – FPED	
Fatores	**Coeficientes**
Construção Normal	1,00
Construção Fundos	0.80
Construção com Frentes Múltiplas	1,10

Art. 30. O imóvel construído que abrigue mais de uma unidade autônoma, segundo o registro imobiliário, terá tantos lançamentos quantos forem essas unidades, rateando-se o valor venal do terreno pelo processo de fração ideal, conforme a NBR 12721 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 31. Os loteamentos ou trechos de loteamentos que não constam do Anexo III da presente lei, terão seus valores fixados pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis da Prefeitura do Município de Guapimirim, enquadrando-os em uma das Divisões Fiscais especificadas no art. 1º da Lei Complementar

nº 035 de dezembro de 2019 – Planta Genérica de Valores do Município de Guapimirim/RJ, incorporada a presente Lei Complementar.

§ 1º A regra de transição, de que trata o art., 1º, inciso III, alíneas *e, f, g* e *h* e o § 1º da Lei Complementar nº 034/2019, passa a ser incorporada ao presente código, enquanto perdurar sua vigência, com aplicação da seguinte regra de transição após a implementação da Nova Planta de Valores:

a) Haverá isenção de 40% (quarenta por cento) sobre o valor venal de todos os imóveis para efeitos de aplicação das alíquotas previstas no inciso anterior, unicamente no exercício de 2024;

b) Haverá isenção de 30% (trinta por cento) sobre o valor venal de todos os imóveis para efeitos de aplicação das alíquotas previstas no inciso anterior, unicamente no exercício de 2025;

c) Haverá isenção de 20% (vinte por cento) sobre o valor venal de todos os imóveis para efeitos de aplicação das alíquotas previstas no inciso anterior, unicamente no exercício de 2026;

d) Haverá isenção de 10% (dez por cento) sobre o valor venal de todos os imóveis para efeitos de aplicação das alíquotas previstas no inciso anterior, unicamente no exercício de 2027.

§ 2º - As isenções previstas no §1º não são cumulativas, exceto nos casos dos descontos concedidos para pagamento em cota única definido no calendário fiscal anual.

§ 3º - A regra de transição prevista no §1º será aplicada, da mesma forma, aos imóveis não edificados que tiverem aplicado o "F5- Fator Gleba Urbanizável - FGU" previsto no §4º do art. 28;

§4º - Os imóveis afetados pelo novo cálculo do Valor Venal do ImóveI, em crescimento superior a 100% em relação ao valor anterior, poderão mediante ação da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, ter o lançamento do IPTU limitado a incremento máximo de 20% ao ano, em função ao princípio do não confisco e respeito à capacidade contributiva do sujeito passivo.

Art. 32. Os valores de metro quadrado (m²) dos Anexos I e II, da Lei Complementar nº 035 de dezembro de 2019, deverão ser atualizados anualmente, pela UFIR-RJ ou por outro índice que o substitua em caso de sua extinção.

Art. 33. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado mediante a aplicação, sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas:

§ 1º. Imóveis Prediais Residenciais, assim compreendidos como aqueles imóveis edificados de característica residencial e localizados nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município, possuirá as seguintes alíquotas progressivas, aplicadas sobre o Valor Venal do Imóvel calculado na forma da presente Lei Complementar, considerando as seguintes faixas:

VALORES EM UFIR/RJ

ZONA FISCAL A - PREDIAL RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0043
1.000,01	5.000,00	0,0044
5.000,01	10.000,00	0,0045
10.000,01	15.000,00	0,0046
15.000,01	20.000,00	0,0047
20.000,01	25.000,00	0,0048
25.000,01	30.000,00	0,0049
30.000,01	999.999.999,99	0,0050

Alíquota Máxima: **0,50%**

ZONA FISCAL B - PREDIAL RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0033
1.000,01	5.000,00	0,0034
5.000,01	10.000,00	0,0035
10.000,01	15.000,00	0,0036
15.000,01	20.000,00	0,0037
20.000,01	25.000,00	0,0038
25.000,01	30.000,00	0,0039
30.000,01	999.999.999,99	0,0040

Alíquota Máxima: **0,40%**

ZONA FISCAL E - PREDIAL RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0053
1.000,01	5.000,00	0,0054
5.000,01	10.000,00	0,0055
10.000,01	15.000,00	0,0056
15.000,01	20.000,00	0,0057
20.000,01	25.000,00	0,0058
25.000,01	30.000,00	0,0059
30.000,01	999.999.999,99	0,0060

Alíquota Máxima: **0,60%**

ZONA FISCAL F - PREDIAL RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0036
1.000,01	5.000,00	0,0037
5.000,01	10.000,00	0,0038
10.000,01	15.000,00	0,0039
15.000,01	20.000,00	0,0040

Alíquota Máxima: **0,40%**

§ 2º. Imóveis Prediais Não Residenciais, assim compreendidos como aqueles imóveis edificados de característica não residencial, tais como lojas, salas comerciais, indústrias, comércios, galpões e afins e localizados nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município, possuirá as seguintes alíquotas aplicadas sobre o Valor Venal do Imóvel calculado na forma da presente Lei Complementar, considerando as seguintes faixas:
VALORES EM UFIR/RJ

ZONA FISCAL A - PREDIAL NÃO RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0053
1.000,01	5.000,00	0,0054
5.000,01	10.000,00	0,0055
10.000,01	15.000,00	0,0056
15.000,01	20.000,00	0,0057
20.000,01	25.000,00	0,0058
25.000,01	30.000,00	0,0059
30.000,01	999.999.999,99	0,0060

Alíquota Máxima: **0,60%**

ZONA FISCAL B - PREDIAL NÃO RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0043
1.000,01	5.000,00	0,0044
5.000,01	10.000,00	0,0045
10.000,01	15.000,00	0,0046
15.000,01	20.000,00	0,0047
20.000,01	25.000,00	0,0048
25.000,01	30.000,00	0,0049
30.000,01	999.999.999,99	0,0050

Alíquota Máxima: **0,50%**

ZONA FISCAL E - PREDIAL NÃO RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0053
1.000,01	5.000,00	0,0054
5.000,01	10.000,00	0,0055
10.000,01	15.000,00	0,0056
15.000,01	20.000,00	0,0057
20.000,01	25.000,00	0,0058
25.000,01	30.000,00	0,0059
30.000,01	999.999.999,99	0,0060

Alíquota Máxima: **0,60%**

ZONA FISCAL F - PREDIAL NÃO RESIDENCIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0046
1.000,01	5.000,00	0,0047
5.000,01	10.000,00	0,0048
10.000,01	15.000,00	0,0049
15.000,01	20.000,00	0,0050

Alíquota Máxima: **0,50%**

§ 3º. Imóveis Territoriais, assim compreendidos como aqueles imóveis não edificados de característica residencial ou não residencial e localizados nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município, possuirá as seguintes alíquotas aplicadas sobre o Valor Venal do Imóvel calculado na forma da presente Lei Complementar, considerando as seguintes faixas:
VALORES EM UFIR/RJ

ZONA FISCAL A – TERRITORIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0093
1.000,01	5.000,00	0,0094
5.000,01	10.000,00	0,0095
10.000,01	15.000,00	0,0096
15.000,01	20.000,00	0,0097
20.000,01	25.000,00	0,0098
25.000,01	30.000,00	0,0099
30.000,01	999.999.999,99	0,0100

Alíquota Máxima: **1,00%**

ZONA FISCAL B – TERRITORIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0073
1.000,01	5.000,00	0,0074
5.000,01	10.000,00	0,0075
10.000,01	15.000,00	0,0076
15.000,01	20.000,00	0,0077
20.000,01	25.000,00	0,0078
25.000,01	30.000,00	0,0079
30.000,01	999.999.999,99	0,0080

Alíquota Máxima: **0,80%**

ZONA FISCAL E – TERRITORIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0093
1.000,01	5.000,00	0,0094
5.000,01	10.000,00	0,0095
10.000,01	15.000,00	0,0096
15.000,01	20.000,00	0,0097
20.000,01	25.000,00	0,0098
25.000,01	30.000,00	0,0099
30.000,01	999.999.999,99	0,0100

Alíquota Máxima: **1,00%**

ZONA FISCAL F - TERRITORIAL

FAIXA INICIAL	FAIXA FINAL	ALÍQUOTA
0,00	1.000,00	0,0076
1.000,01	5.000,00	0,0077
5.000,01	10.000,00	0,0078
10.000,01	15.000,00	0,0079
15.000,01	20.000,00	0,0080

Alíquota Máxima: **0,80%**

§ 4º. Para fins de definição das localidades e loteamentos de que tratam as tabelas de valores do presente artigo e seus parágrafos, fica incorporado ao presente código, a redação dada pelo art. 1º,incisos I e II da LC 034/2019 :

I **–** Os imóveis situados no Município de Guapimirim serão classificados de acordo com sua Zona Fiscal, devidamente fixada mediante critérios de localização ou valor, conforme divisão abaixo:

a) Zona Fiscal A (Centro e Arredores) **–** A **Zona Fiscal A** se constitui dos imóveis localizados nas setorizações 120, 135, 143, 171, 212, 26, 27, 284, 289, 287, 328, 14, 136, 162, 148, 324, 16, 158, 281, 203, 246, 302, 303, 89, 13, 293, 132, 210, 294, 30, 316, 318, 32, 323, 67, 75, 98, 145, 320, 113, 211, 276, 278, 153, 273 e 280, definidas na lei 035/2019 que estabeleceu a Nova Planta Genérica de Valores;

b) Zona Fiscal B (Bairros Periféricos) **–** A **Zona Fiscal B** será formada pelas áreas não incluídas nas Zonas Fiscais **A**, **E** e **F**.

c) Zona Fiscal E – (Especiais) - **A Zona Fiscal E** se constitui dos Condomínios Edilícios devidamente instituídos, cujo valor venal médio da área edificada seja maior que 300 (trezentas) UFIR-RJ, localizados nas setorizações 64, 241, 23, 65, 206, 240, 231, 326, 68, 72, 117, 119, 122, 123, 124, 187, 56, 69, 71, 76, 277, 48 e 51, definidas na lei 035/2019 que estabeleceu a Nova Planta Genérica de Valores, sem prejuízo de igual enquadramento de novos condomínios edilícios que surgirem na mesma faixa de valor;

d) Zona Fiscal F – A **Zona Fiscal F** é composta por todos os imóveis que tenham valor venal equivalente a no máximo 20 (vinte) mil UFIR-RJ, independentemente de sua localização.

II **–** Os imóveis incluídos nas Zonas Fiscais acima terão a incidência das seguintes alíquotas sobre o seu valor venal:

a) Os imóveis incluídos na **Zona Fiscal A** terão alíquotas de 0,50%, se Predial Residencial, 0,60% se

Predial não residencial ou 1% se Territorial;
b) Os imóveis incluídos na **Zona Fiscal B** terão as alíquotas de 0,40% se Predial Residencial, 0,50% se Predial não residencial ou 0,80% se Territorial;
c) Os imóveis incluídos na **Zona Fiscal E** terão alíquotas de 0,60% se Predial Residencial, 0,60% se Predial não residencial ou 1% se Territorial;
d) Os imóveis incluídos na **Zona Fiscal F** terão alíquotas de 0,40%, se Predial Residencial, 0,50% se Predial não residencial ou 0,80% se Territorial.
Art. 34. Será permitido ao Município, em relação ao imposto predial e territorial urbano:
I- Aplicar alíquotas progressivas no tempo a fim de assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
a) A alíquota será majorada por um período de 5 (cinco) anos consecutivos conforme tabela abaixo caso o sujeito passivo não dê a função social ao imóvel conforme disposto em lei própria.

1º Ano – 2% (dois por cento)
2º Ano - 5% (cinco por cento)
3º Ano - 8% (oito por cento)
4º Ano - 10% (dez por cento)
5º Ano - 15% (quinze por cento)

SEÇÃO VI
DO LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 35. O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será anual, em nome do sujeito passivo, efetuado de ofício pela autoridade administrativa, levando-se em conta a situação fática do imóvel existente no momento do lançamento.
Parágrafo Único. Por condição fática do imóvel, entender-se-á por aquela descrita nos dados cadastrais constantes no Boletim Cadastral do Imóvel-BCI, controlados pelo setor competente da prefeitura.
Art. 36. O lançamento do tributo será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, anualmente:
I - Com base nas informações e nos dados levantados pelo órgão competente, em fiscalização realizada no local ou por meio de levantamentos cartográficos, provenientes de aerofotogrametria e seus atos decorrentes;
II - Em decorrência da existência de processos administrativos que demonstrem a situação fática do imóvel;
III - Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.
IV com base nos dados constantes no Cadastro Imobiliário do Município
V - as revisões de cadastro imobiliário, tais como, metragem, loteamento, fatores, que sejam requeridas após o prazo de 30 dias da data do lançamento do IPTU e que impactem em redução do valor do imposto, só terão efeito no exercício subsequente, haja vista o fato gerador ser as características dos imóveis em primeiro de janeiro do exercício fiscal vigente;
VI - Poderão, a critério da Administração Pública, serem lançados junto como o IPTU, outros tributos municipais;
VII - Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do Imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de reforma ou modificação do uso sem prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.
Art. 37. Sempre que julgar necessário à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de até 30 (trinta) dias contínuos, contados da data da notificação, prestar declarações sobre a situação do imóvel, com base nas quais poderá ser lançado o

imposto.
Parágrafo Único. Fica instituído pela presente Lei, o domicílio tributário eletrônico, cuja regulamentação se dará por ato do Poder Executivo.
Art. 38. Considera-se lançado o IPTU com a notificação do sujeito passivo.
Art. 39. Considera-se notificado quanto ao lançamento do tributo, o sujeito passivo com uma das seguintes formas:
I - O envio ou a entrega ao sujeito passivo do carnê de IPTU, respectiva guia de pagamento, pelos Correios, por qualquer meio eletrônico desde que tenha aderido ao Domicílio Tributário Eletrônico-DTE[3], no local do imóvel, ou em local por ele indicado; e/ou
II - Pessoalmente na repartição competente.
Art. 40. Será lançado em calendário fiscal anual, por ato do Executivo, e nele, o Município informará as datas para retirada do carnê de IPTU ou das guias para pagamento, quer seja por meio físico e/ou por meio digital.
I - Podendo a guia ou carnê de pagamento estar disponível na página da prefeitura na internet, em suas redes sociais ou ainda por remessa ou postagem pelos Correios ou qualquer outro meio informativo que julgar conveniente.
II - a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;
III - o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal, se limitará a 30 dias a contar do lançamento;
IV - o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III;
V – A adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico, se dará pelo ato de cadastro ao dispositivo disponível em ferramenta eletrônica disponibilizada no sítio eletrônico da prefeitura e sua adesão importará no reconhecimento por parte do sujeito passivo da validade de lançamento de tributos, notificações ou intimações fiscais e correlatos.
§ 1º Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.
§ 2º A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida, pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.
§ 3º A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Imobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

Art. 41. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá recorrer, mediante processo administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no inciso III do artigo anterior, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, para reavaliação.

Art. 42. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será lançado em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel, que constar no momento

[3] No julgamento, a turma aplicou também a Súmula 397. "A jurisprudência desta corte é firme no sentido de que a notificação do lançamento do IPTU e das taxas municipais ocorre com o envio da correspondente guia de recolhimento do tributo para o endereço do imóvel ou do contribuinte*, com as informações que lhe permitam, caso não concorde com a cobrança, impugná-la administrativa ou judicialmente", afirmou a relatora.
*criação do DTE

do lançamento do tributo no cadastro imobiliário da prefeitura ou por quem ela identificar.

Art. 43. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será efetuado através de Documento de Arrecadação Municipal ou equivalente, pela rede bancária devidamente autorizada pela Prefeitura:

§1º. Em um só pagamento, ser recolhido em cota única até o dia do seu vencimento com descontos serão concedidos por ato do poder executivo, lançados em calendário Fiscal anual e de acordo com as condições abaixo:

I - Primeiro vencimento, condicionado à comprovação de que o sujeito passivo, por ocasião do lançamento, se encontra com sua situação fiscal e cadastral integralmente regularizada[4], para pagamento na primeira data prevista no calendário fiscal;

II- Segundo vencimento, condicionado à comprovação de que o sujeito passivo, por ocasião do lançamento, se encontra com sua situação fiscal e cadastral integralmente regularizada, para pagamento na segunda data prevista no calendário fiscal;

III- Terceiro vencimento, condicionado à comprovação de que o sujeito passivo, por ocasião do lançamento, se encontra com sua situação fiscal e cadastral integralmente regularizada, para pagamento na terceira data prevista no calendário fiscal.

IV - De forma parcelada, em 10 (dez) cotas, mensais e consecutivas, podendo ser alterado o número de cotas na forma e nos prazos fixados anualmente por ato do Poder Executivo.

§ 2º. A divisão em cotas não se confunde com a hipótese de parcelamento de créditos vencidos.

§ 3º. O pagamento de cada cota independe de estarem pagas as anteriores e não presume a quitação das demais.

§ 4°. Em caso de ocorrência de não pagamento de uma das cotas, até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados a 20,00%, demonstrados na guia de pagamento.

§ 5º - Fará jus a desconto adicional de 5% (cinco por cento) o sujeito passivo, proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel, que constar no momento do lançamento do tributo no cadastro imobiliário da prefeitura, que aderir ao Domicílio Tributário Eletrônico, criado no presente código.

§ 6º - será beneficiado com 5% (cinco por cento) do valor do imposto, cumulativo com o percentual incidente sobre o pagamento em cota única, o proprietário de bem imóvel que comprovadamente realizar a sua transferência do licenciamento anual de veículo de sua propriedade para o Município de Guapimirim somente quanto ao ano da transferência.

§ 7º. O calendário fiscal será decretado anualmente por ato do Poder Executivo.

Art. 44. Obedecido ao prazo decadencial, nos termos da Lei, o Fisco Municipal, por meio de seus auditores fiscais, poderá efetuar lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promover lançamentos aditivos ou substitutivos e retificar as falhas sanáveis dos lançamentos de IPTU existentes.

I - A Fazenda Pública, enquanto não extinto o direito, por meio de seus Auditores Fiscais, poderá efetuar lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promover lançamentos aditivos ou substitutivos e retificar as falhas sanáveis dos lançamentos de IPTU existentes quando apurado erro no lançamento nos seguintes casos:

a) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

c) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

d) quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

e) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

f) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

g) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

h) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

SEÇÃO VII
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 45. Os imóveis situados nas zonas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis serão cadastrados pela administração.

Art. 46. A inscrição no cadastro imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 47. Para efeito de caracterização da unidade imobiliária poderá ser considerado a situação de fato do bem imóvel abstraindo- se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 48. O cadastro imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações, instruída com o título de propriedade ou domínio útil.

§ 1º O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária e quando ocorrer modificações nos dados contidos no cadastro.

§ 2º A inscrição será efetuada em formulário próprio, fornecido pela prefeitura, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando, for o caso da convocação por edital ou de despacho publicado no órgão oficial do Município.

§ 3º a alteração será em formulário próprio, no prazo de 30 dias (trinta), contados da data da ocorrência da modificação inclusive nos casos de:

I- Conclusão da construção no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;

II- Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel.
§ 4º A administração deverá promover de ofício a inscrição e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.
§ 5º. O cadastro imobiliário será atualizado permanentemente, sempre que se verificar quaisquer alterações que modifiquem a situação anterior do imóvel.
§ 6º. Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 30(trinta) dias, todas as ocorrências verificadas em relação ao imóvel que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.
Art. 49. Será objeto de uma única inscrição:
I- A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;

II- A quadra indivisa de áreas arruadas.
Art. 50. A retificação da inscrição ou, de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

SEÇÃO VIII
DAS SANÇÕES

Art. 51. A falta de pagamento do imposto no prazo regulamentar ensejará atualização monetária e implicar nas seguintes sanções:
§1º. Juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados a 20,00%;
§2º. A omissão do sujeito passivo no cumprimento das obrigações acessórias, sujeita o infrator à multa correspondente a 100 UFIR.
§3º. Será punido com multa de 100 (UFIR) o erro ou a omissão dolosa, bem como a falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.
Art. 52. O descumprimento por parte de qualquer pessoa envolvida nos atos referentes a este capítulo fica sujeito às sanções aqui previstas e ou cumulativas com de capítulo próprio.
Art. 53. O não pagamento do imposto ensejará ao contribuinte, dentro do prazo legal, a inscrição do débito em dívida ativa.

CAPÍTULO II
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTERVIVOS (ITBI).

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 54. O imposto sobre a transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis - ITBI- tem como fato gerador:
I - a transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme

definido na lei civil;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

II - a cessão onerosa de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município.

Art. 55. Compreendem-se na definição do fato gerador as seguintes mutações patrimoniais, envolvendo bens imóveis ou direitos a eles relativos, decorrentes de qualquer fato ou ato intervivos de natureza onerosa com o registro do título translativo nas seguintes hipóteses:
I - A compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e de atos equivalentes;
II – No uso, usufruto, a superfície;
III - A dação em pagamento;
IV - A permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
V - A remição;
VI - A arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
VII - A cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
VIII - Transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
IX - Na parte do valor do imóvel que exceda na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica para realização de capital;
X - Tornas ou reposições que ocorram:
a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;
b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;
XI- Na transmissão de direitos sobre benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio, construído antes da promessa de venda;
XII- Sobre a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrocessão;
XIII- Na resolução de alienação fiduciária, acaso o devedor fiduciante venha a se tornar inadimplente com suas obrigações, haverá a consolidação da propriedade resolúvel em nome do credor fiduciário;
XIV- acessão física, quando houver pagamento de indenização.
XV- Na transferência do domínio útil;
XVI- Todos os demais atos e contratos, judiciais ou extrajudiciais "intervi - vos", não especificado nos incisos de I a XVI, deste artigo, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis ou do domínio útil, por natureza ou; acessão física, ou de direitos sobre imóveis, exceto os de garantia.
Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador do ITBI e o Imposto incidente, no momento do registro ou averbação no Cartório de Registro de Imóveis das mutações patrimoniais e transmissões tributáveis referidas no **Art. 54** da presente Lei.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 56. São imunes do imposto em caso de transferência de bens imóveis ou Direitos a eles relativos quando:
I- O adquirente for a União, os Estados, Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e Fundações;

II- O adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, sem fins lucrativos, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
III- Incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital independente da atividade econômica.

§ 1º Em Se tratando de imunidade para as entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
§ 2º As instituições de educação e assistência social deverão observar, ainda os seguintes requisitos:
a) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

b) Aplicarem integralmente no país ou seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) Manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas.

§ 3º No caso do inciso III, deve constar em processo administrativo a comprovação da atividade preponderante do requerente em no máximo três anos do reconhecimento da imunidade do imposto, a fim de ratificar ou não a incidência de ITBI sobre as transmissões de bens ou direitos de imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Art. 57. O Imposto sobre a Transmissão Intervivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI **não incide** sobre a transmissão de bens ou direitos, quando:
I - Usucapião, desapropriação, servidões;
II - Decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
III - Em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes;
IV- No mandato em causa própria ou com poderes equivalentes e seu substabelecimento, quando outorgado para o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;
V- Na construção, ou parte dela, realizada pelo adquirente, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da alienação do terreno;

VI- Na construção ou parte dela, realizada, inequivocadamente, pelo promitente comprador, depois da promessa de compra e venda;
VII - Este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda;
VIII- Na promessa de compra e venda;

IX- Na habitação.
Art. 58. Não se aplica o disposto no inciso II do artigo anterior, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

SEÇÃO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 59. Contribuinte do Imposto sobre a Transmissão intervivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI é:
I - Na transmissão de bens ou de direitos, o adquirente do bem ou do direito transmitido;
II - Na cessão de bens ou de direitos, o cessionário do bem ou do direito cedido;
III - Na permuta de bens ou de direitos, ambos os permutantes do bem ou do direito permutado, na forma do **art. seguinte** da presente Lei;
IV - Os transmitentes, nas transmissões exclusivamente de direito à aquisição de bens imóveis, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.
§1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.
§2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§3º. A inexistência da preponderância de que trata o §1.º deste artigo será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI", Livros Fiscais, Demonstrativos de Movimentação Econômica e demais documentos fiscais, determinados pelo Fisco Municipal.

SEÇÃO IV
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 60. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão intervivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:
I - Na transmissão de bens ou de direitos, o transmitente ou o adquirente, em relação ao bem ou do direito transmitido;
II - Na cessão de bens ou de direitos, o cessionário ou o cedente em relação ao bem ou do direito cedido;
III - Na permuta de bens ou de direitos, o permutante, em relação ao(s) outro(s) permutante(s) do bem ou do direito permutado;
IV - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões que forem responsáveis.

SEÇÃO V
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 61. A base de cálculo do imposto é o Valor dos Bens imóveis ou dos Direitos Reais Transmitidos ou Cedidos, apurados no Momento da Transmissão ou da Cessão à vista, observada a situação fática do Bem, da seguinte forma:
I - O valor declarado pelo sujeito passivo na escritura, contrato particular de compra e venda, desde que compatível com o valor de mercado[5].

II - Nas tornas ou reposições verificadas em partilhas ou divisões, o valor da parte excedente da meação ou quinhão, ou parte ideal consistente em imóveis.

III - O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo será instituído por ato do Secretário, responsável pela área fazendária.

Art. 62. Em nenhuma hipótese, o imposto será calculado sobre o valor inferior ao valor do bem, utilizado, como parâmetro mínimo, o Valor Venal do exercício corrente.

Art. 63. O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - Nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de Habitação – SFH

a) Aplicando-se a alíquota de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor financiado;

b) Aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento) sobre os outros tipos de transmissão.
II- Nas demais transmissões, aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento) sobre o valor arbitrado.

SUBSEÇÃO I
DO ARBITRAMENTO

Art. 64. Sempre que verificada a incompatibilidade com a realidade de mercado do valor declarado pelo contribuinte, deverá ser instaurado procedimento próprio para o arbitramento da base de cálculo, em que deve ser assegurada ao contribuinte o contraditório e ampla defesa.
§ 1º. O valor da base de cálculo arbitrada será fixado com base nos seguintes elementos:
I - Localização, área, características e destinação da construção;
II - Valores correntes das alienações de imóveis no mercado imobiliário;
III - Situação do imóvel em relação aos equipamentos urbanos existentes no logradouro;
IV- Declaração do contribuinte, desde que ratificada pelo Fisco, ressalvada a possibilidade de revisão,

[5] Na forma do julgamento do Superior Tribunal de Justiça – STJ do REsp 1.937.821 – SP (2020/00112079-1), relatado pelo Exmo. Sr.° Ministro Gurgel de Faria, em decisão ratificada pelo Colegiado em 24/02/2022.

se comprovada à existência de erro;
V- Outros dados tecnicamente reconhecidos para efetivação do lançamento do Imposto.
§ 2º. A avaliação se dará de, no mínimo, 2 (duas) avaliações do imóvel, emitidas por imobiliárias, por corretores imobiliários devidamente habilitados pelo órgão competente e inscritos no Município, por laudo de avaliação assinado por engenheiro credenciado por instituição financeira ou por um Fiscal Tributário, explicitando os parâmetros e fatores que embasam a fórmula de cálculo utilizado para valoração do imposto.
§ 3º. Para fins de Real Avaliação da Situação Fática, será necessário que avaliação seja feita in loco ou por intermédio dos instrumentos de cartografia, provenientes de ações de sensoriamento remoto, quer seja por aerofotogrametria e/ou por via terrestre.
§ 4°. Eventuais impugnações dos valores arbitrados, em caso de discordância do sujeito passivo, deverão ser formuladas por escrito, em prazo de até 15 dias corridos, em requerimento próprio disponibilizado pelo setor de ITBI, endereçado ao Secretário de Fazenda.

SEÇÃO VI
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 65. O lançamento do Imposto será efetuado pela Administração Fazendária, por servidor público concursada de carreira específica da administração tributária, após requerimento do sujeito passivo, mediante processo administrativo, com base nos critérios constantes da base de cálculo do ITBI e posterior homologação por parte da Administração.

§ 1º. Na hipótese de o imóvel ocupar área pertencente a mais de um Município, o lançamento, considerar- se - á o valor da parte do imóvel localizada no Município de Guapimirim.

§ 2°. O Imposto sobre a Transmissão Inter vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI será lançado em nome de qualquer das partes, da operação tributada, que solicitar o lançamento, ao órgão competente, ou for identificada, pela autoridade administrativa, como sujeito passivo ou solidário do imposto.

Art. 66. O pagamento deverá ser efetuado na rede bancária autorizada.

Art. 67. O ITBI deverá ser pago integralmente de uma só vez:

I - Em até 15 (quinze) dias contínuos, após o lançamento do ITBI, depois de efetuado o registro em cartório do título translativo do imóvel;

II - Da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;

III - Da arrematação, da adjudicação ou da remissão, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída;

§ 1º. Caso oferecidos embargos, relativamente às hipóteses referidas no inciso III, deste artigo, o imposto

será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que os rejeitou.

§ 2º. Nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.

Art. 68. Fica obrigado o contribuinte após o registro do título translativo, apresentar ao oficial de cartório a guia de lançamento para pagamento do ITBI emitida pela prefeitura, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contínuos, a contar da data do registro de imóveis.

SEÇÃO VII
DAS OBRIGAÇÕES DOS NOTÁRIOS E OFICIAIS

Art. 69. Fica obrigados os titulares de cartórios, notários e registradores exigirem do adquirente, após devidamente registrado e emitido o título translativo, a comprovação da emissão de guia lançamento do ITBI, por parte do município.

Art. 70. Fica os cartórios situados no município de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, obrigados a apresentar, mensalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda, até o dia 15 (quinze) de cada mês, relação completa de todos os atos e termos lavrados, registrados, inscritos e averbados, ocorridos no mês anterior, que implique na incidência do ITBI, com os seus seguintes elementos constitutivos:

a) o imóvel, bem como o valor, objeto da transmissão ou da cessão;

b) o nome e o endereço do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso;

c) cópia da respectiva guia de lançamento do ITBI feito pela prefeitura;

d) cópia de todos os registros imobiliários por período solicitado;

e) outras informações que julgar necessárias.

Art. 71. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e de documentos e de quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - A exigir que os interessados apresentem guia de lançamento do imposto emitida pela prefeitura, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contínuos, a contar da data do registro de imóveis ;

II - A facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e dos outros documentos e a fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

SEÇÃO VIII
DAS SANÇÕES

Art. 72. Esgotado o prazo para pagamento da guia referente ao ITBI, a Secretaria Municipal de Fazenda encaminhará intimação ao contribuinte para que faça prova do pagamento do imposto.

Parágrafo Único. O não atendimento da intimação no prazo nela fixado poderá implicar na inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando a dívida à cobrança judicial.

Art. 73. A falta de recolhimento ou o recolhimento a menor do imposto, pelo sujeito passivo, nos prazos previstos em lei ou regulamento, independente de procedimentos tributários, importará na cobrança, concomitantemente de multa e juros de mora.
§ 1º. Os juros de mora incidirão sobre o valor integral do crédito tributário, assim considerado o principal acrescido de multa de qualquer natureza, atualizado monetariamente.
§ 2º. Quando apurado, pela fiscalização, o recolhimento do imposto com atraso sem a multa, o contribuinte será notificado à paga- lá dentro do prazo de 10 (dez) dias, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora cabíveis, nos termos do § 1º deste artigo.
§ 3º. A multa a que se refere o caput deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para recolhimento do imposto até o dia que ocorrer o efetivo pagamento.
§ 4º. A multa não recolhida poderá ser lançada de ofício, conjunta ou isoladamente, no caso de não recolhimento do imposto com esse acréscimo.

Art. 74. Sem prejuízo da atualização monetária, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento do imposto no prazo regulamentar está sujeito as seguintes sanções:

I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:

a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;

II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:

a) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da imposto devido e não pago, ou paga a menor;

Art. 75. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

Art. 76. Apurada qualquer infração à legislação relativa ao imposto de que trata este capítulo, será efetuado lançamento complementar e/ou lavrado Auto de infração e intimação.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art.77. O ISSQN tem como fato gerador toda prestação de serviço por pessoa física ou jurídica, qualquer que seja sua natureza, na conformidade com a lista constante no Anexo II, que integra a presente Lei, ainda que esses não constituam como atividade preponderante do prestador.
§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha-se iniciado no exterior do País.
§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista constante do Anexo II desta Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
§ 3º. O ISSQN incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
Art.78. A incidência do imposto independe:
I- Da existência de estabelecimento fixo;
II- Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
III- Do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;
IV- Da destinação dos serviços;
V- Da denominação dos serviços.
Art.79. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos **I a XX**, quando o imposto será devido no local:
I- Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do **§1º do Art. 77**;
II- Da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços constantes do anexo II desta Lei;
III- Da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços constantes do anexo II;
IV- Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constante do anexo II;
V- Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços constante do anexo II;
VI- Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços constante do anexo II;
VII- Da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços constante do anexo II;
VIII- Da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11constantes do anexo II;
IX- Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e

biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços constante do anexo II;
X- Do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constante do anexo II;
XI- Da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços constante do anexo II;
XII- Da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços constante do anexo II;
XIII- Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constante do anexo II;
XIV- Dos bens ou domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constante do anexo II;
XV- Do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços constante do anexo II;
XVI- do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do anexo II;
XVII- Da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens 12, exceto o 12.13, da lista de serviços constante do anexo II;
XVIII- Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços constantes do anexo II;
XIX- Da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços constante do anexo II;
XX- Do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item vinte da lista de serviços descritos no item 20 constantes do anexo II.
§ 1º. considera-se tomador o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevante para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§ 2º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§ 3º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total dos seguintes elementos:
I - Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;

II - Estrutura organizacional ou administrativa;

III - Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou

correspondência, contrato de locação do imóvel propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água, gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 4°. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito de escrituração fiscal e pagamento do imposto relativo aos serviços prestados, respondendo a empresa pelos tributos, bem como por acréscimos e multas referentes a qualquer um deles.
§ 5°. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços, constante do Anexo II desta Lei, considera-se ocorrido à hipótese de incidência e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão da ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§ 6°. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, constante do Anexo II desta Lei, considera-se ocorrido à hipótese de incidência e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.
§ 7°. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, executados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista de serviços constante do Anexo II desta Lei.
§ 8º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto e existente os seus efeitos:
I - Desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias para que a prestação dos serviços previstos na lista de serviços do Anexo II produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II - No dia do início da prestação dos serviços e em cada dia primeiro dos meses subsequentes em que a prestação se der, no caso da prestação de serviços em caráter continuado;
Art. 80. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

Art. 81. São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Art. 82. A incidência independe:

I - Da existência de estabelecimento fixo;

II - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - Do resultado financeiro obtido.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 83. O ISSQN não incide sobre:
I - As exportações de serviços para exterior do País;
II - A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III - O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições

financeiras;
IV - A prestação de serviços pelo poder público;
V - A prestação de serviços interestadual e intermunicipal e de comunicação.
Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

SEÇÃO III
DOS AUTÔNOMOS, PROFISSIONAIS LIBERAIS E SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS

Art. 84. Nas prestações de serviços relativos ao trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISSQN será fixo anual, nos valores fixados em UFIR/RJ constantes do **Art. 85 § 2º.** desta Lei.
§1º. O disposto neste artigo aplica-se aos prestadores de serviços regularmente inscritos no Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física na Receita Federal do Brasil ou nos órgãos de classe ao qual o Contribuinte esteja vinculado, ainda que inadimplente, desde que ativo.
§2º. Para a incidência do tributo, o Contribuinte deverá ter como local da prestação de serviço ou endereço profissional o Município de Guapimirim.
Art. 85. Os profissionanis liberais, autônomos e as sociedades de profissionais que prestem os serviços relacionados no § 2º deste artigo ficam sujeitas ao imposto na forma anual fixa, desde que:
I- Não executem a atividade como sociedade empresária ou sociedade unipessoal;
II- Não constituídas sob forma de sociedade comercial ou a ela equiparadas;
III- Sejam exercentes de atividade de natureza civil, de exercício profissional que não constitua elemento de empresa;
§1º. No ato da inscrição cadastral o contribuinte fará opção com vista à tributação fixa anual.
§2º. São considerados profissionais liberais, autônomos sociedade profissional os serviços prestados por:

	CATEGORIAS	UFIR
I	Médico, dentista, protéticos, enfermeiro, psicólogo e psicanalista, terapeuta ocupacional, farmacêutico, biólogo, veterinário, protético, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e congêneres – por ano.	50
II	Engenheiro, arquiteto, advogado, economista, contador, técnico em contabilidade, analista de sistemas, químicos, programador, geólogo, agrônomo, urbanista, paisagista, consultor, estatístico, professor, jornalista, administrador, topógrafo, auditor, matemático, físicos, agentes da propriedade industrial, profissionais de educação física e congêneres – por ano.	50
III	Profissionais de nível superior não inscritos no Município, pela prestação de serviço sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte - por projeto.	50
IV	Mecânico, eletricista, pintor de máquinas e veículos automotores e congêneres - por ano.	30
V	Eletricista predial, carpinteiro, serralheiro, pedreiro, pintor de parede, decorador, marceneiro, armador, lanterneiro, chaveiro, sapateiro, fotógrafo, artesão, lava jato, lavador autônomo e congêneres - por ano.	30
VI	Motorista de Transportes de Passageiros por Automóveis – proprietário do auto – por ano	30
VII	Motorista de Transportes de Passageiros por Automóveis – não proprietário	30

	do auto e outros motoristas afins – por ano.	
VIII	Agente, representante comercial, assessor em geral, despachante, corretor, contabilista, intermediários, detetive particular, guia turístico, músicos, técnicos de segurança, técnico do trabalho, locadora de vídeo e congêneres – por ano.	50
IX	Cabeleireiros, esteticistas e congêneres – por ano.	30
X	Barbeiros, manicures, pedicures – por ano.	30
XI	Faxineiras e lavadeiras, confeiteiras, costureiras– por ano.	20
XII	Cicle e consertos em geral, borracheiros, concertos de TV e rádio– por ano.	20
XIII	Profissionais autônomos com atividades precárias– por ano.	20
XIV	Todas as demais profissões que possuam entidades de classes específicas– por ano.	20

§3º - Ainda que a atividade dos profissionais liberais, autônomos ou sociedade profissional definidos no presente artigo seja realizada em regime de parceria comercial ou em espaço compartilhado com outros profissionais que executem atividade ou em sociedades profissionais, de qualquer natureza, o imposto na forma anual fixa será multiplicado pelo número de profissionais habilitados, inclusive sócios, servidores ou que prestam serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal de cada um deles;
§4º Para enquadramento como profissionais liberais, autônomos ou sociedade profissional com vistas à tributação fixa anual, o contribuinte deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do início do exercício fiscal, declarando o preenchimento dos requisitos, conforme regulamento
§5º O fornecimento de dados inexatos com vistas ao enquadramento ou permanência no regime de tributação fixa anual implicará no desenquadramento retroativo e no recolhimento do ISS sobre o faturamento, com os devidos acréscimos legais.
§6º O pagamento de pró-labore aos administradores e aos sócios da sociedade profissional, não implica na exclusão do regime de ISS fixo.
Art. 86. Considera-se ocorrido o fato gerador da prestação de serviço por profissionais liberais, autônomos ou sociedade profissional, no início da data da inscrição ou dia 1º de janeiro de cada exercício.
§1º. O imposto devido pelos profissionais liberais, autônomos ou sociedade profissional será lançado de ofício, sendo calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data da inscrição cadastral e 31 de dezembro do mesmo exercício.
§2º. O imposto devido, poderá ser parcelado em **até** 5 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, observado o disposto no § 1°.

SEÇÃO IV
DO SUJEITO PASSIVO E RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS

Art. 87. O Contribuinte, sujeito passivo do imposto, é o prestador do serviço.
Parágrafo Único. Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo, profissional liberal ou a sociedade profissional que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades referidas na lista de serviços constantes do Anexo II da presente lei.
Art. 88. São considerados responsáveis pelo recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, todos aqueles vinculados à hipótese de incidência da respectiva obrigação, ainda que

isentos ou imunes, em solidariedade ou condição de substitutos tributários, nos casos expressos nesta Lei.

Parágrafo Único. No caso de retenção do imposto na fonte, a falta de pagamento constituirá em apropriação indébita de valores do erário municipal.

Art. 89. Respondem solidariamente pelo imposto:

I- Os proprietários de obras, os titulares de direitos sobre imóveis ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens, pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;

II- Os proprietários de imóveis ou seus representantes que cederem dependência ou local para a prática de jogos ou diversões, inclusive shows artísticos;

III- As distribuidoras de loterias e as operadoras de jogos eletrônicos, pelo imposto devido pelos redistribuidores;

IV- Os construtores, empreiteiros e administradores de obras hidráulicas, de construção civil de reparação de edifícios, de estradas, de logradouros, de pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros estabelecidos ou não no Município;

V- Os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município, e relativo à exploração desses bens;

VI- Os proprietários de aparelhos, equipamentos, máquinas de jogos ou similares, pelo imposto devido pelo prestador de serviços;

VII- Os que permitem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;

VIII- Os que efetuarem pagamentos de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto devido nas operações;

IX- Os órgãos estaduais dos poderes executivo e judiciário, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

X- Os que utilizarem quaisquer serviços, pelo imposto incidente sobre as operações, quando não exigirem dos prestadores documento fiscal idôneo ou os prestadores não estiverem regularmente cadastrados como contribuintes.

§ 1º. Comprovado o recolhimento do imposto pelo prestador de serviços, cessará a responsabilidade do responsável solidário.

§ 2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o responsável, atingindo por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

Art. 90. São responsáveis tributários por substituição:

I - O Município, pelos poderes Executivo e Legislativo, quando cabível o imposto;

II - Os órgãos Federais, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

III - Os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

IV - As empresas de comunicações, radiodifusão, jornais e televisão;

V - As incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, hidráulica, elétrica, estradas, logradouros, topografia, aerofotogrametria, pontes e congêneres, inclusive reparação e quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

VI - Os shoppings centers e centros comerciais, as lojas de departamentos e os supermercados;

VII - As corretoras, seguradoras e empresas de previdência privada;
VIII - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos;
IX - Os estabelecimentos e instituições de ensino;
X - As empresas concessionárias de veículos automotores;
XI - As entidades representativas de classe ou profissões regulamentadas, como confederações, federações e conselhos fiscalizadores;
XII - Os sindicatos, as cooperativas e demais associações civis com ou sem fins lucrativos;
XIII - Os estabelecimentos de saúde;
XIV - As empresas que explorem serviços de plano de saúde, assistência médica, odontológica e hospitalar, através de planos de saúde de medicina em grupos e convênios;
XV - As empresas de transporte de passageiros e cargas;
XVI - As empresas que atuam no ramo de informática;
XVII - Os condôminos;
XVIII - As empresas administradoras de consórcio;
XIX - As agências de turismo, publicidade e propaganda;
XX - Os estabelecimentos gráficos;
XXI - As empresas de vigilância e segurança;
XXII - As instituições que prestem serviços sociais autônomos, instituídos por lei, tais como SESI, SENAC, SESI, SESC, SEBRAE, dentre outros;
XXIII - As indústrias;
XXIV - As boates, casas de show e assemelhados.

Parágrafo Único. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento do imposto, independentemente de ter sido efetuada a retenção na fonte.

Art. 91. Sem prejuízo do disposto no caput e no parágrafo único do artigo anterior, são também responsáveis por substituição:

I - O tomador ou intermediário de serviços provenientes do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país;
II - A pessoa jurídica tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos itens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13,7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.02, 14.01, 14.02, 14.06, 14.14,17.05, 17.10, da lista de serviços do Anexo II desta Lei, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;
III - A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no **§ 1º. do Art. 93** desta Lei;
IV - De profissionais autônomos que não comprovem a sua inscrição cadastral em qualquer município ou, quando inscritos, não fizerem prova de quitação do imposto;
V - De sociedades de profissionais que não fizerem prova de quitação do imposto;
VI - De pessoas jurídicas, quando estas não emitirem o documento fiscal correspondente ao serviço, ou quando desobrigadas da emissão deste, não façam prova de sua inscrição municipal.

§ 1º Fica atribuída ao prestador do serviço à responsabilidade subsidiária pelo pagamento total ou parcial do imposto não retido na fonte pelos substitutos e responsáveis tributários.
§ 2º. O fato de o prestador ou tomador ser optante pelo Simples Nacional não retira a condição de obrigatoriedade da retenção do ISSQN.
§ 3º. Os serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas que se enquadrarem no regime de recolhimento

do imposto por estimativa, bem como os contribuintes sujeitos a alíquota fixa, devidamente inscritos no Boletim de Cadastro Mobiliário-BCM ou Cadastro Econômico do Município-CEM, não estão sujeitos à substituição tributária.

SEÇÃO V
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 92. A base de cálculo do imposto é o valor ou preço total (bruto) do serviço, quando não se tratar de tributo fixo, incluído os descontos condicionais e excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos
Parágrafo Único. Compreende-se por valor ou preço bruto do serviço, aquele constante da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, sem quaisquer tipos de descontos ou decréscimos.
Art. 93. Observadas as disposições legais, todos os serviços, cuja prestação envolva fornecimento ou aplicação de materiais, bens ou coisas, substâncias ou insumos, ficam também sujeitos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.
§1º Não se incluem na base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços, previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constantes do Anexo II desta Lei.
2º. A Secretaria Municipal de Fazenda, expedirá regulamento disciplinando o lançamento do ISSQN sobre a Construção Civil e sobre as Incorporações Imobiliárias no Município.
I - As alíquotas do ISSQN sobre a Construção Civil, se encontram regularmente disciplinadas na presente Lei Complementar em seu Anexo II.
Art. 94. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços do Anexo II desta Lei forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada município.

SEÇÃO VI
ALÍQUOTA

Art. 95. Ficam estabelecidas na tabela de serviços anexa a este código as alíquotas correspondentes ao imposto devido aos serviços prestados.
Art. 96. A alíquota mínima do imposto sobre serviço de qualquer natureza é de 2% (dois por cento).
§1°. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexa.
§2°. Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º deste artigo, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.
Art. 97. As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não excederão a 5% (cinco por cento).

SEÇÃO VII
DO LANÇAMENTO

Art. **98.** Os contribuintes, cujo imposto seja calculado por meio de alíquotas percentuais, deverão

declarar e recolher o imposto devido, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao fato gerador, prorrogado para o 1° (primeiro) dia útil posterior quando não houver expediente bancário, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Boletim de Cadastro Mobiliário-BCM ou Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC.
§1º. O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para profissionais autônomos será anual e o recolhimento no prazo e nas datas aqui previsto ou facultado o parcelamento ou o pagamento em parcela única com desconto de 10% (dez por cento)
I - O imposto poderá ser parcelado mediante regulamentação Ato do Poder Executivo, quer seja por Decreto de ordem do chefe do executivo ou Instrução Normativa de ordem do Secretário de fazenda.
§2º. O disposto neste artigo não exclui a obrigação de declarar o fato de não haver tributo a recolher.
Art. 99. O lançamento do ISSQN será feito:
I- Por homologação;
II- De ofício:
a) para os contribuintes sujeitos à tributação por meio de tributo fixo;
b) mediante estimativa;
c) quando em consequência de ação fiscal, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, inclusive nos casos de arbitramento;
d) no caso de imposto informado na Declaração de Serviços e não pago no prazo regulamentar.
Parágrafo Único. Os lançamentos constantes deste artigo serão feitos por meio de:
I- Notificação, relativamente às alíneas "a","b", e "d" do inciso II;
II- Auto de infração, referente à alínea "c" do inciso II.
Art. 100. O ISSQN devido em razão dos serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, serão apurados pelo contribuinte e declarados por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional.
§1º. O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata o caput será desenvolvido pelo contribuinte, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes sujeitos às mesmas disposições, e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA).
§2°. Fica autorizado o Poder Executivo, tão logo seja regulamentado pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA) o sistema eletrônico de padrão nacional na forma do caput c/c o § 1° do presente artigo, a seguir a regulamentação daquele órgão na forma e padrões por ele definidos.

SUBSEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA BASE DE CÁLCULO

Art. 101. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:
I- atividade exercida em caráter provisório;
II- sujeito passivo de rudimentar organização;
III- contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
IV- sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe sistematicamente de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais.
Parágrafo Único. Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.
Art. 102. A estimativa será apurada tomando-se como base:
I- o preço corrente do serviço na praça;
II- o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III- o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.
Art. 103. O regime de estimativa:
I- será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata e deferido por um período de até 12 (doze) meses;
II- terá a base de cálculo expressa em UFIR;
III- a critério do Secretário de Fazenda, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado.
IV- dispensa o uso de livros e notas fiscais por parte do contribuinte;
V- por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.
Art. 104. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.
Parágrafo Único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.
Art. 105. Poderá, o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa, optar pelo regime normal de tributação, desde que:
I- Peticione a opção em até 30 (trinta) dias corridos, após a publicação dos critérios da estimativa;
II- Antes do recebimento do pagamento, quando tratar-se de retenção na fonte;
III- Apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e enquanto vigorar o regime de estimativa:
a) Documentos contábeis, revestidos das formalidades legais;
b) Documentos fiscais, revestidos das formalidades legais;
c) Documentos financeiros: extratos de movimentação financeira e bancária.

SUBSEÇÃO II
DO ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

Art. 106. A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:
I- Não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;
II- Os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, forem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos, não merecendo fé;
III- Recusar-se o contribuinte a apresentar ao Preposto Fiscal os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros disponíveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização dos livros que dispõe a seção das obrigações acessórias da presente lei;
IV- O exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indício de sonegação;
V- O contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;
VI- Existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exibidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
VII- Ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
VIII- Houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
IX- Tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia.

X- For apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário;
XI- Quando não for possível apurar o preço dos serviços em virtude da falta de escrituração contábil ou fiscal descentralizada por estabelecimento ou em virtude da ausência de explicação quanto à natureza e funções das contas e subcontas.
§1°. Na hipótese de arbitramento será obrigatória à lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o Preposto Fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em regulamento próprio a ser expedido por Ato do Executivo.
§2°. Do imposto apurado com base na receita arbitrada, para cada período ou exercício, serão deduzidos os valores que já tenham sido objeto de lançamento e os efetivamente recolhidos.

SUBSEÇÃO III
DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 107. Nos casos em que o oferecimento de dados inexatos ou que não mereçam fé, por parte do sujeito passivo ou ainda na hipótese de não os fornecer, ensejará a fiscalização, mediante processo administrativo, da qual resultará a fixação, por arbitramento dos valores a serem pagos.
§1º As fiscalizações que envolvem movimentação bancária como os de cartão de crédito ou débito, quando o Município requerer informações a instituições financeiras, relativamente a operações efetuadas pelo contribuinte, estes serão sempre precedidos de processo administrativo fiscal, de acordo com os art. 5º e 6º da lei complementar Federal 105, de 2001.
§2º. Constatado extravio de dados ou a ausência de informações nos livros e documentos fiscais eletrônicos que impossibilitem a verificação da regularidade fiscal aplicar-se-á o disposto neste artigo.
Art. 108. Para fixação da base de cálculo do imposto a ser lançado por arbitramento, constante do artigo anterior, poderá no caso de documentos extraviados ou considerados inidôneos, ser observado o seguinte:
I- Média aritmética dos valores apurados;
II- Percentual sobre os valores das receitas apuradas;
III- Despesas e custos operacionais, adicionado de até cinquenta por cento do total apurado;
IV- O valor dos honorários fixados pelo órgão de classe;

SEÇÃO VIII
DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO

Art. 109. Os contribuintes e responsáveis deverão recolher os tributos na forma e prazos estabelecidos no **Art. 98** da presente lei ou regulamento.
§1º. No caso de imposto informado na Declaração Mensal de Serviços e não recolhido no prazo regulamentar, o contribuinte será notificado do lançamento, e o pagamento, com os devidos acréscimos legais, deverá ser efetuado no prazo de cinco dias contínuos.
§2º. É facultado ao fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.
§3º. Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar a inexistência de receita tributária em cada mês ou período de incidência do imposto, por meio da Declaração Mensal de Serviços.

Art. 110. A retenção pelo responsável será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato da prestação do serviço, sempre com a emissão do respectivo recibo, na forma estabelecida em lei ou regulamento.
Art. 111. O ISSQN dos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, serão pagos até o 20° (vigésimo) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, prorrogado para o 1° (primeiro) dia útil posterior quando não houver expediente bancário, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), ao domicílio bancário informado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, nos termos dos incisos **II e III do Art. 122**:
§1º. O comprovante da transferência bancária emitido segundo as regras do SPB é documento hábil para comprovar o pagamento do ISSQN.
Art. 112. É vedada a atribuição, a terceira pessoa, de responsabilidade pelo crédito tributário relativo aos serviços nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, permanecendo a responsabilidade exclusiva do contribuinte.
Art. 113. Se no local do estabelecimento, ou em seus depósitos ou em outras dependências, forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, deverão ser observadas as seguintes regras:
I- No caso de atividades tributadas com alíquotas diferentes, se não for possível à comprovação, por meio de documento hábil, da separação das operações por atividade, ficarão as operações, em sua totalidade, sujeitas à alíquota mais elevada;
II- Nas hipóteses em que a lista de serviços do anexo II excluir as mercadorias fornecidas da incidência do ISS e não for possível a separação, por meio de documento hábil, da parcela relativa às mercadorias, o imposto incidirá sobre o valor total da operação;
III- Nas hipóteses em que a mesma atividade puder ser tributada com a aplicação de alíquotas distintas, nos termos do anexo II, quando não for possível a comprovação, por meio de documento hábil, de qual das alíquotas legalmente estabelecidas é aplicável à operação, será aplicada a alíquota mais elevada sobre a base de cálculo do imposto, para fins de apuração do ISSQN devido.
Art. 114. O prestador de serviços autônomo, sujeito à tributação fixa, poderá efetuar o pagamento, antecipadamente, em cota única com desconto de 5% (cinco por cento) do valor referente ao exercício, no prazo estabelecido em regulamento.
Parágrafo Único. Poderá a Administração municipal, estabelecer o parcelamento do ISS sujeito à tributação fixa, em 4 (quatro) parcelas mensais e consecutivas ou número maior de parcelas, em Decreto de iniciativa do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO IV
DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS-NFSe E OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

SEÇÃO I
DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (nfs-e)

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 115. Ficam obrigados à emissão da NFS-e:
I- Os prestadores de serviço constantes na lista de serviços do Anexo II e da tabela constante do **§ 2º do**

Art. 82 desta lei, com domicílio tributário no Município de Guapimirim;
II- Os prestadores de serviços que transacionarem junto à Administração Pública Municipal, devendo ser retido o respectivo ISS, observando-se, para fins de recolhimento do ISS, o **Art. 79 Caput e §8º**.
§1º. Quando se tratar de início da atividade empresarial sujeito ao ISS, deve o Contribuinte, antes do efetivo exercício de suas atividades, solicitar autorização de emissão de NFS-e, sob pena de incorrer em sanções legais previstas em Lei.
§2°. O prestador de serviço optante pelo Simples Nacional não está dispensado da emissão da NFS-e.
§3°. Os prestadores de serviço previsto nos incisos I e II do caput deverão estar inscritos no Cadastro Mobiliário Fiscal de Guapimirim, caso estabelecido neste município.
§4°. Os prestadores de serviços com domicílio tributário em Guapimirim que não tiverem receita proveniente de serviços no período terão até o dia 10 do mês subsequente para informar no livro eletrônico a competência sem movimento.
Art. 116. Excluem-se da obrigatoriedade de emissão da NFS-e:
I- As Instituições Financeiras e demais entidades obrigadas a funcionar pelas normas do Banco Central - BACEN;
II- As concessionárias de Rodovias em relação exclusiva a receita oriunda do pedágio.
III- Os autônomos que forem regidos pelo ISS fixo.
Art. 117. Poderá optar pela emissão de uma única Nota Fiscal de serviços Eletrônica – NFS-e, no final do dia, e com base em relatório diário, gerado contra "Cliente Diversos," ressalvado o direito individual do tomador em solicitar a Nota Fiscal individualizada, o contribuinte prestador de serviços das seguintes atividades:
I- Motéis;
II- Tabelionatos, cartórios notariais e de registros públicos;
III- Serviços de impressão, tipo fotocópia;
IV- Borracharias, oficinas mecânicas e de bicicletas;
V- Lavanderia, lavagem e higienização de veículos;
VI- O contribuinte prestador dos serviços previstos no item 12 e sub-itens;
VII- Serviços de Estacionamento;
Art. 118. As empresas concessionárias/permissionárias de serviços públicos poderão optar pela emissão de uma única Nota fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e ao final do dia, ressalvado o direito individual do tomador em solicitar a Nota Fiscal individualizada, com base em um relatório do movimento diário, gerada contra "cliente Diversos".
Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo, não se aplica aos demais serviços prestados pelas empresas concessionárias/permissionária de serviços públicos, que não se refiram diretamente ao objeto da concessão/permissão.
Art. 119. Os livros e documentos fiscais serão elaborados eletronicamente, de disponibilização obrigatória ao fisco, devendo ser mantidos por quem deles fizer uso, durante cinco anos, contados do encerramento.
§ 1º. Os livros serão autenticados mediante sua apresentação ao fisco.
§ 2º. Para os efeitos deste artigo, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas dos direitos do fisco de examinar livros, arquivos, documentos em formato eletrônico ou impresso e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviços.
Art. 120. A Nota Fiscal Eletrônica deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Guapimirim, mediante a utilização de senha e login, que serão fornecidos aos contribuintes através de solicitação ao Fisco Municipal no site da Prefeitura.
Art. 121. Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) é emitida pelo sistema da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Guapimirim após a validação das informações transmitidas pelo prestador de

serviços, no endereço eletrônico disponibilizado pela Prefeitura, e contém as seguintes informações:
I- quanto à identificação do prestador do serviço:
a) nome ou razão social;
b) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF ou no CNPJ;
c) inscrição municipal;
d) endereço.
II- quanto à identificação do tomador do serviço:
a) nome ou razão social;
b) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF ou no CNPJ;
c) inscrição municipal se houver;
d) endereço;
e) e-mail;
III- quanto ao serviço prestado:
a) discriminação do serviço, observado o disposto no § 3º deste artigo;
b) código do serviço;
c) valor total do serviço;
d) valor da dedução se houver;
e) exigibilidade do ISSQN, com a indicação, quando for o caso, das situações de exportação, isenção, imunidade, suspensão por decisão judicial ou suspensão por processo administrativo, relativas ao ISS;
f) indicação de retenção de ISS, quando for o caso;
g) indicação de tributação com base de cálculo fixa ou pelo regime especial unificado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Simples Nacional, quando for o caso;
h) valor da base de cálculo, alíquota e valor do ISS apurado;
IV - outras indicações:
a) numeração sequencial, observado o disposto no § 1º deste artigo;
b) data e hora da emissão;
c) competência do imposto;
d) código de verificação de autenticidade;
e) número do Recibo Provisório de Serviços - RPS a que se refere, caso tenha sido emitido;
f) valor do crédito gerado para abatimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, quando for o caso;
g) registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte, observado o disposto no § 5º deste artigo;
h) referência ao site em que a legislação tributária do município de Guapimirim está disponível para consulta;
§ 1º. O número da NFS-e é gerado automaticamente pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo uma numeração específica para cada estabelecimento;
§ 2º. São opcionais, a critério do tomador do serviço, as informações referidas no inciso II do caput, quando o tomador for pessoa natural;
§ 3º. No campo referente à discriminação dos serviços, previsto na alínea "a" do inciso III do caput deste artigo, podem ser inseridas pelo prestador outras informações não obrigatórias, desde que não contrariem dispositivo da legislação municipal;
§ 4º. Os valores totais dos serviços, das retenções, das deduções da base de cálculo do ISSQN, dos descontos, a alíquota do imposto e os casos de suspensão da exigibilidade e de exclusão do crédito tributário devem ser informados pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destes;
§5º. O registro das retenções dos tributos federais de que trata a alínea "g" do inciso IV do caput deste

artigo é considerado mera indicação de controle e não gera redução no valor total da NFS-e, bem como da base de cálculo do ISSQN;
§6º Nos serviços prestados pelos estabelecimentos cartorários e notariais a NFS-e deve identificar o prestador do serviço pelo nome e pelo CPF do titular do cartório;
§7º Os tomadores de serviços podem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) no endereço eletrônico disponibilizado pela Prefeitura, sendo necessário informar o número do CPF/CNPJ do tomador do serviço, o número da NFS-e e o código de verificação de autenticidade da NFS-e.
Art. 122. A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) deve ser emitida:
I - Quando o prestador de serviços estabelecido no território do Município de Guapimirim;
II - Quando ocorrer acréscimo do valor do serviço decorrente de reajustamento de preço em virtude de contrato;
Parágrafo Único. A obrigatoriedade de emissão da NFS-e independe da solicitação ou não do tomador do serviço.

Art. 123. A Nota Fiscal Eletrônica emitida deverá ser impressa em via única, a ser entregue a o tomador de serviços, podendo ainda ser enviada por "e-mail" ao tomador de serviços por sua solicitação.
Art. 124. O contribuinte que emitir Nota Fiscal Eletrônica deverá fazê-lo para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.
Art. 125. A Nota Fiscal Eletrônica conterá a identificação dos serviços em conformidade com os itens constantes da Lista de Serviços da Lei Complementar Federal nº 116/2003 e desta Lei Complementar e alterações, em conformidade com o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).
Parágrafo Único. Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma Nota Fiscal Eletrônica, caso estejam relacionados a um único item da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.
Art. 126. Quando se tratar de contribuinte enquadrado nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, o ISS será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional.
§ 1º O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata o **caput** será desenvolvido pelo contribuinte, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes sujeitos às disposições desta Lei Complementar, e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA), nos termos dos arts. 9º a 11. da Lei Complementar Federal 175/ 2020.
§ 2º deverão franquear ao Município acesso mensal e gratuito ao sistema eletrônico de padrão unificado utilizado para cumprimento da obrigação acessória padronizada.
§ 3º. Quando o sistema eletrônico de padrão unificado for desenvolvido em conjunto por mais de um contribuinte, cada contribuinte acessará o sistema exclusivamente em relação às suas próprias informações.
§ 4º. O Município acessará o sistema eletrônico de padrão unificado dos contribuintes exclusivamente em relação às informações de suas respectivas competências.
Art.127. No caso de serviços de construção civil deverá ser emitido uma Nota Fiscal por obra, sendo vedado na mesma nota constar dados referentes a mais de uma obra ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo órgão competente.

SUBSEÇÃO II
DO CANCELAMENTO OU SUBSTITUIÇÃODA NFS-e

Art. 128. A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), pode ser cancelada ou substituída diretamente pelo contribuinte e sob sua exclusiva responsabilidade, através do sistema da Secretaria Municipal de

Fazenda do Município de Guapimirim, desde que atendidas as seguintes condições:
I- a NFS-e a ser cancelada ou substituída tem que conter, ao menos, os dados do tomador previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 118 preenchidos;
II- o prazo máximo para o cancelamento ou substituição da NFS-e até o 20° (vigésimo) dia do mês subsequente, após essa data somente a autoridade fiscal poderá fazê-lo mediante abertura de processo administrativo; e
III- no caso de o ISSQN ser devido ao município de Guapimirim, a guia de recolhimento do ISS referente à NFS-e a ser cancelada ou substituída não tenha sido paga.
§ 1º O cancelamento ou substituição da NFS-e deve ser devidamente justificado, através da descrição dos motivos do cancelamento ou da substituição da nota e, quando for o caso, da referência ao novo documento fiscal emitido.
§ 2º A autoridade fiscal competente, responsável pela análise do pedido de cancelamento ou de substituição da NFS-e, pode exigir documentos adicionais necessários para a comprovação da veracidade do cancelamento ou da substituição da NFS-e, tais como declaração de anuência do tomador dos serviços, registros contábeis dos fatos, contratos de prestação de serviços e outros.
Art. 129. A Nota Fiscal Eletrônica poderá ser substituída por outra, até o vencimento do imposto, sem prejuízo do pagamento do mesmo apurado na nota substituta.
Parágrafo Único. É obrigatória a menção do número da nota fiscal eletrônica cancelada no campo "observações" da nota substituta.
Art. 130. A identificação do tomador de serviços será feita pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pelo Cadastro de Pessoa Física - CPF, cadastrado junto à Receita Federal do Brasil, que será conjugado com a Inscrição Municipal.
§ 1º. É vedada a substituição da Nota Fiscal Eletrônica com a ausência do CNPJ ou CPF do tomador do serviço.
§ 2º. É vedado o cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica com a ausência do CNPJ ou CPF do tomador do serviço.
Art. 131. Em caso de cancelamento ou substituição da nota, após a emissão e pagamento da DAM, o valor arrecadado será compensado, na forma prevista na legislação tributária municipal.

SUBSEÇÃO III
DA NFS-e COLETIVA

Art. 132. Estão autorizados a emitir uma Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, a cada fechamento diário, semanal ou mensal, conforme periodicidade definida no art. 130. desta Lei, quando utilizarem equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou qualquer outra forma de controle da prestação de serviços previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, os prestadores de serviços com as atividades de:
I - Estacionamento;
II - Cinema;
III - Loteria;
IV- Cartórios;
V- Correios;
VI - Exploração de rodovias;
VII - Permissionários de transporte coletivo de passageiros;
VIII - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;
IX - Estabelecimentos reprográficos;

X - Teatros, boates e casas de shows;
XI - Exploração de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros e de mercadorias.
Parágrafo Único. A utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva para outras atividades não relacionadas nos incisos I a XI deste artigo dependerá de autorização específica do Secretário Municipal de Fazenda mediante requerimento próprio formulado pelo contribuinte.
Art. 133. Os contribuintes que optarem pela emissão de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva deve observar a seguinte periodicidade, de acordo com a atividade:
I- Estacionamentos, a cada fechamento diário;
II- Cinemas, a cada fechamento diário;
III- Loterias, a cada fechamento diário;
IV- Cartórios, a cada fechamento diário;
V- Correios (coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores), a cada fechamento diário;
VI - Exploração de rodovias, a cada fechamento diário;
VII - Permissionário de transporte coletivo de passageiros, a cada fechamento mensal;
VIII - Estabelecimentos de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior e atividades educacionais de qualquer natureza, a cada fechamento mensal;
IX- Estabelecimentos reprográficos, a cada fechamento diário;
X- Teatros, boates e casas de shows, a cada fechamento diário;
XI - Exploração de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros e de mercadorias, a cada fechamento diário.
Art. 134. Os estacionamentos emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir obrigatoriamente planilha ou mapa de controle de entrada e saída de veículos, em que são registrados a hora da entrada e saída do veículo, a placa do veículo e o preço do serviço prestado.
Art. 135. Os cinemas emissores da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle de prestação de serviços que registre o número total de pessoas por sala e por sessão, a data e o horário das sessões e as receitas diárias totais e por sessão, inclusive as receitas decorrentes de ingressos vendidos antecipadamente pela Internet.
Parágrafo Único. O sistema de que trata o caput deste artigo deve permitir a emissão de relatórios de vendas colocados à disposição do Fisco municipal.
Art. 136. Os estabelecimentos lotéricos emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos da movimentação das apostas, contendo a descrição dos jogos, o valor total das apostas e o valor das comissões recebidas.
Parágrafo Único. Os relatórios de que trata o caput deste artigo devem ficar à disposição do Fisco municipal.
Art. 137. Os cartórios emissores Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem manter obrigatoriamente à disposição do Fisco municipal os documentos exigidos pelo Poder Judiciário Estadual comprobatórios da prestação dos serviços e que registrem as receitas diárias totais de prestação de serviços.
Art. 138. Os correios e suas agências franqueadas que optarem pela emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas relativas aos serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens e valores,

courrier, de rotulação e despacho de encomendas, de rastreamento, de registro, de guarda-volumes, de achados e perdidos e de posta restante, identificando a espécie de serviço para fins de apuração da base de cálculo do ISSQN.

Parágrafo Único. Os relatórios de que trata o caput deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.

Art. 139. Os estabelecimentos que prestem serviços de exploração de rodovia, emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas referentes à cobrança de preço ou pedágio dos usuários, incluindo as decorrentes de vendas por sistema de cobrança das cabines ou postos de pagamentos, de vendas antecipadas de tíquetes e de vendas por sistema de cobrança eletrônica.

Parágrafo Único. Os relatórios de que trata o caput deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.

Art. 140. As concessionárias ou permissionárias de transportes coletivos municipal de passageiros emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem utilizar bilhete de passagem emitido por perfuração, picotamento ou assinalação, contendo, em todas as vias, os dados relativos à viagem, ou contador dotado de catraca ou equipamento similar com dispositivo de irreversibilidade.

Parágrafo Único. Para fins de controle fiscal, as concessionárias ou permissionárias de transportes coletivos de passageiros devem possuir planilhas de controle do movimento diário que contenham obrigatoriamente as seguintes informações:

I- Denominação "Controle de Movimento Diário";

II- Nome, endereço e números de inscrição municipal, estadual e CNPJ do estabelecimento prestador;

III - Números indicados no início e ao final do dia no contador dotado de catraca ou equipamento similar com dispositivo de irreversibilidade, relativos à primeira e à última viagem, bem como a quantidade de vezes que tiver sido atingida sua capacidade máxima de acumulação ou o número do primeiro e do último bilhete de passagem vendido no dia;

IV- Número total de passagens vendidas diariamente;

V- Valor total das passagens vendidas no dia;

VI - Coluna "Observações" para indicação de bilhetes cancelados e outras anotações.

Art.141. Os estabelecimentos de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio, superior ou que exerçam atividades educacionais de qualquer natureza emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir obrigatoriamente os seguintes documentos:

I - Boleto bancário de cobrança, que deve obedecer às normas do Banco Central do Brasil quanto a sua forma, especificações técnicas, dimensão, campos, conteúdo, código de barras e linha digitável, ou carnê de pagamento de prestações escolares, na forma prevista em regulamento;

II - Livro de Registro de Matrículas Para o ISS, que deve conter as seguintes informações:

a) nome e endereço do tomador dos serviços;

b) número e data de matrícula do aluno;

c) identificação do curso, com indicação de série, semestre, turno, turma ou nível, conforme o caso;

d) data de baixa, transferência ou trancamento de matrícula;

e) observações diversas.

§ 1º No caso de utilização de boleto bancário de cobrança o prestador deve elaborar relatório mensal contendo os valores, quantidades e números dos boletos emitidos, bem como relatório disponibilizado pela instituição financeira, contendo as ocorrências referentes ao título, números, valores e respectivos tomadores dos serviços.

§ 2º Os contribuintes que já possuam o Livro de Registro de Matrícula de Alunos instituído por outro

órgão do Poder Público ficam desobrigados da adoção do Livro de Registro de Matrículas Para o ISS, desde que o mesmo contenha as informações previstas no inciso II deste artigo.
Art. 142. Os teatros, boates e casas de shows emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de impressão de ingressos, bilhetes, cartões, venda de mesas, cadeiras e camarotes que registre a receita total diária do estabelecimento, com discriminação dos preços cobrados de acordo com o número de ingressos de cada setor, inclusive a título de consumação mínima, cobertura musical e couvert artístico, bem como aqueles distribuídos a título de cortesia, benefício ou favor como contraprestação de serviço.
Parágrafo Único. O sistema de que trata o caput deste artigo deve permitir a emissão de relatórios de vendas que ficarão à disposição do Fisco municipal.
Art. 143. Os estabelecimentos que prestem serviços de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários e de movimentação de passageiros e mercadorias emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem utilizar sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas referentes à cobrança de preço ou tarifa de utilização de banheiros, duchas e banhos, de guarda-volumes, de carga e descarga, de embarque e desembarque, de manuseio de bagagens e de translado de passageiros.
Parágrafo Único. Os relatórios de que trata o caput deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.
Art. 144. Os contribuintes que utilizem Nota Fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, em desacordo com o disposto nesta Lei Complementar estão sujeitos à aplicação das penalidades aqui previstas, bem como ao arbitramento da base de cálculo do ISSQN, nos termos dos artigos específicos.

SUBSEÇÃO IV
DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AVULSA

Art. 145. A Nota Fiscal Eletrônica Avulsa será emitida apenas através de processos eletrônicos e solicitada pelo próprio contribuinte ou seu procurador, no endereço eletrônico da Prefeitura.
§1°. A Nota Fiscal Eletrônica Avulsa somente poderá ser concedida, em caráter excepcional, aos contribuintes que a solicitarem.
§2°. O interessado deverá previamente se cadastrar no endereço eletrônico informado no caput deste artigo, informar os dados no formulário eletrônico e imprimir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa – NFSEa, quando do deferimento automático.
§3°. O ISS será recolhido pelo emitente da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa – NFSEa.

SUBSEÇÃO V
DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS

Art. 146. O Recibo Provisório de Serviços - RPS é o documento a ser utilizado por contribuinte que utilize a Nota Fiscal Eletrônica, no eventual impedimento da emissão online desta, devendo ser substituído pela Nota Fiscal Eletrônica.
Parágrafo Único. Os contribuintes que utilizem sistemas de emissão de RPS eletrônicos e que não utilizem formulários pré-impressos ficam obrigados a imprimir o número da autenticidade fornecida na liberação da AIDF.
Art. 147. O RPS deverá conter todos os dados que permitam a sua conversão em Nota Fiscal Eletrônica e seguirá o modelo determinado pela Secretaria Municipal da Fazenda.
Art. 148. A autorização de impressão dos formulários de Recibo Provisório de Serviços - RPS deverá ser solicitada via Internet através de AIDF diretamente no endereço eletrônico do Município, ou através da Administração Fazendária Municipal.

Parágrafo Único. As gráficas estabelecidas no Município que farão a impressão dos RPS em meio físico deverão estar previamente cadastradas e com o alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal dentro da sua validade e autorizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 149. Os contribuintes que não dispõem de infraestrutura de conectividade com a Secretaria Municipal da Fazenda em tempo integral, poderão utilizar os formulários pré-impressos de RPS e depois registrá-los para processamento e geração das respectivas Nota Fiscal Eletrônica, dentro do prazo disposto no art. 150.

Parágrafo Único. É permitido ao contribuinte utilizar-se de aplicação de software instalado em seus computadores para gerar arquivos de lotes de RPS que contenham as informações dos formulários pré-impressos de RPS e carregá-los pela Internet diretamente no endereço eletrônico do Município, conforme manual de integração a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 150. Os prestadores sujeitos à emissão de grande quantidade de Nota Fiscal Eletrônica poderão enviar eletronicamente os arquivos com os lotes de RPS, através de algum tipo de aplicação local, que seja compatível com o modelo conceitual da ABRASF, instalada em seus computadores, mediante autorização e segundo as especificações divulgadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 151. O RPS será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial por série, iniciando a partir do número 01 (um).

Parágrafo Único. Quando utilizado mais de um equipamento emissor de RPS, estes deverão ser identificados por séries distintas, representadas por até 05 (cinco) caracteres alfanuméricos capazes de identificar o equipamento que o emitiu, e deverá preceder a numeração do RPS.

Art. 152. O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) via entregue ao tomador de serviços, devendo o contribuinte manter sob sua guarda a 2ª (segunda) via pelo prazo de 5 (cinco) anos à disposição do Fisco.

Parágrafo Único. O contribuinte que fizer uso da emissão do RPS em formulário eletrônico deverá manter os arquivos à disposição do Fisco pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 153. O RPS deverá ser substituído por Nota Fiscal Eletrônica até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão.

§1º. O prazo disposto no caput não poderá ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§2º. O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser prorrogado caso o vencimento ocorra em dia não útil.

§3º. O RPS emitido perderá sua validade, para todos os fins de direito, depois de transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo e a não substituição do RPS por Nota Fiscal Eletrônica, ou a substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 154. Ainda que fora do prazo, sem validade, danificado ou cancelado, o RPS emitido deverá ser informado à Secretaria Municipal de Fazenda independentemente da aplicação da penalidade prevista no CTM - Código Tributário Municipal e guardado pelo contribuinte até o prazo prescricional para verificação da administração tributária.

Parágrafo Único. A não conversão do RPS em Nota Fiscal Eletrônica equipara-se a não emissão de nota fiscal.

Art. 155. Fica instituída a funcionalidade de recepção e processamento em lotes de RPS que receberá os RPS enviados, realizará a validação estrutural e de negócio de seus dados, processará os RPS e, considerando-se válido o lote, gerará a Nota Fiscal Eletrônica, uma para cada RPS emitido.

SUBSEÇÃO VI
DA ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Art. 156. A Escrituração Eletrônica de Serviços deverá ser gerada e enviada à Administração Fazendária Municipal por meio de recursos e dispositivos eletrônicos, disponíveis em software instituído pela Secretaria Municipal de Fazenda, disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura.
§ 1º. Os substitutos e responsáveis tributários ficam obrigados a registrar na Escrituração Eletrônica de Serviços e transmitir para o endereço eletrônico direcionado pelo programa, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à emissão do documento fiscal de todos os serviços prestados, retidos, bem como os serviços tomados e não retidos.
§ 2º. Sempre que o dia 10 (dez) recair em dia não útil, a entrega da Escrituração Eletrônica de Serviços poderá ser efetuada no primeiro dia útil posterior.
§ 3º. Ressalvada a concessão de regime especial, a Escrituração Eletrônica de Serviços deverá ser apresentada ou transmitida individualmente, por inscrição municipal, para cada um dos estabelecimentos do obrigado.
Art. 157. A Escrituração Eletrônica de Serviços deverá registrar mensalmente:
I- as informações cadastrais do declarante;
II- os dados de identificação do prestador ou do tomador dos serviços;
III- os serviços prestados ou tomados previstos na legislação municipal, declarados ou não em documentos fiscais e sujeitos a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Guapimirim;
IV- a identificação dos documentos fiscais cancelados ou extraviados;
V- a natureza, valor e mês de competência dos serviços prestados ou tomados;
VI- o valor das deduções na base de cálculo admitidas pela legislação do ISSQN, com a identificação dos respectivos documentos comprobatórios;
VII- inexistência de serviço prestado ou tomado no período de referência da Declaração Eletrônica de Serviços - DES, caso em que, o contribuinte deverá encerrar a competência declarando como "Sem Movimento";
VIII- o valor do imposto declarado como devido ou o valor retido a recolher.
Parágrafo Único. Os registros, de que tratam este artigo, referem-se ao mês de emissão da nota fiscal de serviços ou nota fiscal fatura de serviços, ou outro documento fiscal hábil.
Art. 158. Devem apresentar a Declaração Eletrônica de Serviços todas às pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Guapimirim, contribuintes ou não do ISSQN, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade, inclusive os órgãos, empresas e entidades da Administração Publica Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estado, DF e Município, ainda que não haja ISSQN próprio devido ou retido na fonte a recolher, assim como aquelas enquadradas no Simples Nacional de que trata a Lei Complementar 123/2006 e alterações.
Parágrafo Único. Os estabelecimentos bancários e as instituições financeiras estão dispensados de emissão de notas fiscais, entretanto deverão efetuar declaração com base na declaração do COSIF, conforme padronização instituída pelo Banco Central, mensalmente, no módulo de bancos disponível no endereço eletrônico da prefeitura, conforme previsto na Lei Complementar nº 025/2017 que trata sobre os procedimentos relativos a DESIF e passa a ser incorporada ao presente código na forma da Seção V deste capítulo.
Art. 159. O software da Escrituração Eletrônica de Serviços (ISS online), seu manual de operação e o formato dos arquivos de importação de documentos emitidos e recebidos estarão disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Guapimirim.
Parágrafo Único. O software da Declaração Eletrônica de Serviços conterá, entre outras, as seguintes funcionalidades:
I- Registro de todos os serviços prestados ou tomados previstos na legislação municipal, declarados ou não em documentos fiscais;

II- Itens de segurança capazes de permitir a autenticação do usuário na conexão com o sistema via internet quando do envio da declaração fiscal periódica do sujeito passivo; III- Importação de dados cadastrais do Sistema de ISSQN para o software da Escrituração Eletrônica de Serviços;
III - Registro das informações sobre a emissão de Cupom Fiscal;
IV- Registro das informações sobre os documentos fiscais cancelados ou extraviados;
V- Recebimento de mensagens ou instruções enviadas aos Contribuintes pela Administração Tributária;
VI- Impressão de recibo de retenção sobre os documentos fiscais recebidos com imposto retido na fonte, de qualquer mês, do comprovante de retenção do ISSQN na fonte;
VII- Impressão das informações referentes às declarações enviadas;
VIII- Envio da Declaração Eletrônica de Serviços através da Internet, podendo ser referente a uma nova declaração, cancelamento, substituição ou retificação de declaração já processada;
IX- Emissão do protocolo de entrega da declaração pela Internet, bem como a sua 2ª via se necessário;
X- Elementos de segurança que possibilitem a verificação da autenticidade do arquivo enviado pelo sujeito passivo;
XI- Lista de Serviços publicada pela Lei Complementar Federal nº 116/2003 e alterações, que auxiliem o Contribuinte a identificar quais os serviços que quando tomado de empresas de fora do município terão o imposto retido;
XII- Impressão eletrônica do Livro de Registro de Serviços Prestados.

Art. 160. Independentemente da transmissão ou entrega da Escrituração Eletrônica de Serviços, o ISSQN correspondente aos serviços prestados ou tomados deverá ser recolhido até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, inclusive o imposto retido pelo contribuinte Substituto Tributário, por meio do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, impresso pelo Contribuinte diretamente pelo Software da Escrituração Eletrônica de Serviços através da Internet, ou ser retirado na Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1º. Caso o dia (vinte) recaia em dia não útil o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.

§ 2º. O recolhimento previsto no caput deste artigo deverá ser efetuado através do DAM gerado pelo processamento da declaração eletrônica de serviços, no site da Prefeitura Municipal, contendo todas as notas fiscais eletrônicas emitidas relativas ao movimento econômico do mês anterior.

§ 3º. Os contribuintes que emitirem Nota Fiscal Eletrônica deverão acessar a página do Município na internet, o recolhimento poderá ser feito a partir do momento da emissão dela.

§ 4º. Em caso de imposto retido por contribuinte substituto tributário, através de Nota Fiscal Eletrônica, deverá este acessar a página da Prefeitura Municipal na internet a partir do primeiro dia útil do mês subsequente e emitir guia para o recolhimento do ISSQN.

Art. 161. A Escrituração Eletrônica de Serviços, retificadora de dados ou informações, poderá ser enviada de acordo com os meios previstos nos artigos 156 aos 158 da presente Lei Complementar.

Art. 162. O preenchimento da Escrituração Eletrônica de Serviços de forma inexata, incompleta ou de forma inverídica, bem como a falta da transmissão ou da apresentação desta nos prazos estabelecidos, ensejará a aplicação de multa, nos termos do presente código, sem prejuízo da exigência dos acréscimos moratórios nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único. O arquivo transmitido que contenha erro ou qualquer informação que impossibilite a leitura eletrônica dos dados enviados por parte da Secretaria Municipal de Fazenda será considerado como não transmitido, devendo o contribuinte realizar todo o procedimento novamente, sem prejuízo das sanções legais.

Art. 163. A obrigatoriedade da emissão de notas fiscais eletrônicas de serviços no município de Guapimirim, de que trata esta Lei, é obrigatória para os serviços prestados, devendo ser declarado entre os dias 1º (primeiro) a 10 (dez) do mês seguinte de sua emissão.

Art. 164. A opção do prestador dos serviços pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador

do serviço de proceder à retenção e o recolhimento do ISSQN e a emissão pelo contribuinte da Nota Fiscal Eletrônica, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
§ 1º. A retenção e recolhimento do ISSQN, na situação prevista no caput, devem observar a alíquota indicada na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
§ 2º. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, quando prestarem serviços e não tiverem seu imposto retido, devem recolher o ISS com base na receita bruta, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006 e resolução específica da CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional, através de Documento de Arrecadação Simples Nacional- DASN.
Art. 165. Todos os contribuintes que emitem Nota Fiscal Eletrônica, bem como Cupom Fiscal, devem imprimir diretamente na Escrituração Eletrônica de Serviços, encadernar, armazenar e autenticar, anualmente, o Livro de Registro de Serviços Prestados e sempre que solicitado, apresentar à fiscalização.
§ 1º. Todos os contribuintes do ISSQN devem anualmente ou, em prazos estabelecidos pela administração tributária, imprimir os Livros Fiscais gerados pelo sistema eletrônico Municipal, encadernar e autenticar no órgão responsável e apresentar a Auditoria Fiscal sempre que solicitado.
Art. 166. Todos os contribuintes que emitem Nota Fiscal Eletrônica, bem como Cupom Fiscal, e contribuintes tomadores de serviços do Município estarão obrigados a efetuar o encerramento da competência diretamente no sistema disponibilizado pela Prefeitura na Internet.
§ 1º. A competência deverá ser aberta para que sejam efetuados a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Eletrônica dos Serviços prestados e Serviços tomados.
§ 2º. Mesmo que não haja emissão de Nota fiscal ou contratação de serviços por parte do contribuinte, o mesmo terá de efetuar abertura e o encerramento da competência, que se dará através da declaração denominada como sem movimento para o ano/mês da referida competência.
§ 3º. O sistema consolidará automaticamente às 0:00h do último dia de cada mês.
Art. 167. As Notas Fiscais Eletrônicas emitidas no Município de Guapimirim poderão ser consultadas mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.
Art. 168. A declaração de emissão da nota fiscal eletrônica constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidas resultantes das informações nela prestadas.

SUBSEÇÃO VII
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 169. O contribuinte do ISSQN nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, declararão as informações objeto da obrigação acessória de que trata este Capítulo de forma padronizada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de que trata o artigo anterior, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao de ocorrência dos fatos geradores.
Parágrafo Único. A falta da declaração, na forma do caput, das informações relativas ao Município sujeitará o contribuinte às disposições da respectiva legislação.
Art. 170. Ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, é vedado ao Município a imposição aos contribuintes não estabelecidos em seu território de qualquer outra obrigação acessória com relação aos serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, inclusive a exigência de inscrição no cadastro municipal, de licenças e alvarás de abertura de estabelecimentos no Município.
Art. 171. Ficam dispensados da emissão de nota fiscal os serviços descritos nos subitens 15.01 e 15.09.
Art. 172. Em face da competência atribuída ao CGOA, pela LCF 175/2020 em regular a aplicação do padrão nacional da obrigação acessória dos serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa, o Município de Guapimirim aderirá aos padrões por aquele órgão

estipulados em relação a:
I- O leiaute, o acesso e a forma de fornecimento das informações serão definidos pelo CGOA e somente poderão ser alterados depois de decorrido o prazo de 3 (três) anos, contado da definição inicial ou da última alteração;
II- A alteração do leiaute ou da forma de fornecimento das informações será comunicada pelo CGOA com o prazo de pelo menos 1 (um) ano antes de sua entrada em vigor.

SEÇÃO II
DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-E

Art. 173. Fica instituída no âmbito da legislarão tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.
§ 1º É permitida a utilização da carta de correção para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.
§ 2º A carta de correção não deve ser utilizada para corrigir:
I- O valor do serviço, das deduções, base de cálculo, alíquota e imposto;
II- Dados cadastrais que impliquem qualquer alteração do prestador ou tomador de serviços;
III- O número da Nota Fiscal Eletrônica e a data de emissão;
IV- A indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS;
V- A indicação da existência de ação judicial relativa ao ISS;
VI- A indicação do local de competência do ISS;
VII- A indicação da responsabilidade pelo recolhimento do ISS;
VIII- O número e a data de emissão do Recito Provisório de Serviços - RPS.
§ 3º. Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.
§ 4º. Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

SUBSEÇÃO I
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 174. A prova de quitação do ISSQN é indispensável para:
I- Expedição da vistoria de conclusão de obras de construção civil;
II- Baixa de inscrição cadastral de atividade econômica, a pedido, ainda que ocorra a existência de eventuais débitos, que porventura tenham sido parcelados, caso em que as parcelas vincendas terão seu vencimento antecipado.
Parágrafo Único. Na hipótese prevista no inciso anterior, até que ocorra o pagamento, a inscrição permanecerá suspensa.

SEÇÃO III
DAS SANÇÕES

Art.175. Sem prejuízo da atualização monetária e dos juros moratórios previstos nesta Lei, a falta de pagamento ou retenção do imposto, nos prazos aqui estabelecidos esta sujeito as seguintes sanções:

I- Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:

a) Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço;

b) Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação no caso de recolhimento, fora do prazo regulamentar, do imposto retido do prestador do serviço;

II- Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado após o início da ação fiscal, ou através dela;

a) Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor pelo prestador do serviço;

b) Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação, aos que deixarem de recolher, no prazo regulamentar, o imposto retido do prestador do serviço.

Art. 176. As infrações às normas relativas ao imposto sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

§ 1º**.** Infrações relativas à inscrição e alterações cadastrais, serão aplicadas levando em consideração a sua gravidade, assim compreendidas entre LEVE, MÉDIA e ALTA.

§ 2º**.** São consideradas inflações cuja gravidade é considerada LEVE, aquela que possuir menor grau ofensivo ao presente regulamento, cujo valor corresponderá a 150 UFIR/RJ, dentre as quais:

I - Aos contribuintes que deixarem de efetuar, na forma e no prazo regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando a infração for apurada através de ação fiscal ou denunciada após seu início.
II - Aos contribuintes que promoverem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando ficar evidenciado não ter ocorrido às causas que ensejaram essas modificações cadastrais;

§ 3º**.** São consideradas inflações cuja gravidade é considerada MÉDIA, aquela que possuir grau ofensivo considerado moderado ao presente regulamento, relativas aos livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto, ou de serviços, quando apuradas através de ação fiscal ou denunciadas após seu início, cujos valores equivalerão a:

I - Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor dos serviços não escriturados, observada a imposição mínima de até 10 UFIR/RJ, aos que não possuírem os livros eletrônicos ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados e autenticados, na conformidade das disposições desta lei;

II - Multa equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor dos serviços, observado o pagamento mínimo de até 10 unidades fiscais de referência adotadas pelo Município, aos que escriturarem livros eletrônicos de apuração não autenticados, ou indevidamente autenticados, ainda que na forma e prazo regulamentares;

§ 4º**.** São consideradas inflações cuja gravidade é considerada ALTA, aquela que possuir grau ofensivo considerado elevado ao presente regulamento, cujos valores equivalerão a:

I - Infrações relativas à fraude, adulteração, extravio ou à ação que torne inútil algum livro fiscal: multa de até 400 UFIR/RJ;

II - Multa equivalente a até 10 % (dez por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de até 10 unidades fiscais de referência adotadas pelo Município, aos que, obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir, ou o fizerem com importância diversa do valor do serviço, adulterarem, extraviarem ou inutilizarem documento fiscal previsto em regulamento;

III - Multa equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor dos serviços aos quais se referir o documento, observada a imposição mínima de até 10 unidades fiscais de referência adotadas pelo Município, aos que, não tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente, emitirem, para operações tributáveis, documento fiscal referente a serviços não tributáveis ou isentos e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem desses documentos para a produção de qualquer efeito fiscal;

IV - Infrações relativas à ação fiscal: multa de até 100 (cem) unidades fiscais de referência adotadas pelo Município, aos que recusarem a exibição de livros ou documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa;

V - Infrações relativas às declarações: multa de até 150 (cento e cinquenta) unidades fiscais de referência adotadas pelo Município, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos, ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazo regulamentares;

VI - Infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta Lei: multa de até 100 (cem) unidades fiscais de referência adotadas pelo Município.

§ 5º. O valor das multas previstos no inciso I do § 4º poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento), nos casos de extravio ou ação que torne inútil livro ou documento fiscal, quando comprovados, documentalmente, pelo contribuinte, na forma e prazo regulamentares:

I - A perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratar de documentos fiscais ou dos livros fiscais destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto;

II - As informações que devessem, obrigatoriamente, estar registradas no livro fiscal considerado nos demais casos.

Art.177. O não pagamento do imposto ensejará ao contribuinte, dentro do prazo legal, a inscrição do débito em dívida ativa.
§1º. O não recolhimento do ISSQN retido pelo contribuinte, no prazo estabelecido pela legislação municipal, constitui apropriação indébita, sujeitando o infrator à competente ação penal, sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei.

SEÇÃO IV
DAS ISENÇÕES

Art.178. O recolhimento do ISSQN aos Microempreendedores individuais - MEI - e às microempresas e empresas de pequeno porte domiciliadas no Município enquadradas no Simples Nacional, obedecerá a forma definida pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

SEÇÃO V
DA DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - DESIF

Art. 179. A Declaração Mensal de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF, que consiste em sistema eletrônico para registro e apuração das contas tributáveis, cálculo e emissão do respectivo documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS, devido pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Art. 180. A DESIF deverá ser apresentada pela instituição financeira exclusivamente por meio de sistema eletrônico da Secretaria de Fazenda do Município de Guapimirim, nos prazos previstos em regulamento.
§ 1º. Deverá ser preenchida e apresentada uma DESIF para cada estabelecimento sujeito à inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal.
§ 2º. A DESIF deverá ser preenchida respeitando a codificação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e suas informações deverão coincidir com os dados enviados pela instituição financeira ao Banco Central do Brasil.
§ 3º. Integrarão a DESIF:
I - Balancete analítico mensal com as contas de receitas movimentadas no período, incluindo código das rubricas, bem como os valores lançados a débito, a crédito e o saldo de cada conta no final de cada mês;
II - Plano de contas analítico, com o código, a denominação e a descrição da função das contas, que conterá a relação completa das contas de receitas e despesas com seus títulos e respectivos códigos contábeis, e ainda, obrigatoriamente, o detalhamento até o nível máximo de desdobramentos em subcontas e subtítulos, indicando, sempre, os códigos correspondentes do Plano COSIF;
III - Demonstrativos contábeis, com informações relativas a unidades não ligadas às agências da instituição financeira, e ao rateio de resultados internos por dependência;
IV - Demonstrativos das partidas dos lançamentos contábeis, com informações do razão analítico ou fichas de lançamentos, observando os parâmetros fixados em regulamento;
V - Questionamentos e respostas sobre a natureza de contas e subcontas para fins de apuração do fato gerador do ISS;
VI - Informações quanto aos serviços tomados e a retenção na fonte do ISS;
VII - Demais informações necessárias à apuração e constituição do crédito tributário de ISS, definidas em regulamento.
Art. 181. O não envio da DESIF nos prazos definidos em regulamento, bem como o seu preenchimento incompleto, acarretará a multa de 3.125 (três mil cento e vinte cinco) UFIR RJ por declaração não apresentada ou entregue com lacunas, por agência e por mês.
§ 1º A reincidência específica punir-se-á com a aplicação da multa em dobro e tantas vezes quantas forem aa hipóteses de reincidência.
Art. 182. Será pessoalmente responsabilizado pelas obrigações tributárias resultantes de atos praticados

com infração à presente Lei Complementar o gerente, diretor e/ou representante de cada agência das instituições financeiras.

Art. 183. As receitas de serviços lançadas na conta COSIF "Rendas Antecipadas" (5.1.1.10.00-4) serão tributadas pelo ISS normalmente, sem qualquer dedução, mesmo antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 184. A exigência antecipada de tributo em relação ao seu fato gerador será aplicada também para as seguintes situações e momentos:

I – Quando do recebimento do preço do serviço antes da respectiva prestação, para qualquer atividade, no tocante ao ISS;

II – Previamente a prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia, no que tange às taxas;

III – Na celebração de instrumentos translativos de direitos obrigacionais à aquisição de imóveis, relativamente ao ITBI.

Art. 185. Nas hipóteses dos artigos. 183 e 184, se o fato gerador não se concretizar, será a importância paga restituída sumária e preferencialmente ao sujeito passivo.

Art. 186. Os contribuintes de tributos municipais, incluindo as instituições financeiras e equiparadas, ficam obrigados a adotar o sistema de domicílio tributário eletrônico a ser disponibilizado pela Prefeitura de Guapimirim, destinado, dentre outras finalidades, a:

I - Cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão e a ações fiscais relativas a optantes pelo Simples Nacional;

II - Encaminhar notificações e intimações, inclusive autuações; e

III - Expedir avisos em geral.

§ 1 º. Quando disponível, o sistema de domicílio tributário eletrônico de que trata o caput observará o seguinte:

I - As comunicações serão feitas por meio eletrônico através de funcionalidade própria do sistema da Prefeitura de Guapimirim, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - A comunicação feita na forma prevista no caput deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - A ciência por meio do sistema de que trata o caput deste artigo possuirá os requisitos de validade;

IV - Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação; e

V - Na hipótese do inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º. Quando disponível o sistema de domicílio eletrônico, a consulta referida nos incisos IV e V do § 1º deverá ser feita em até 30 (trinta dias) contados da data da disponibilização da comunicação no portal a que se refere o inciso I do § 1º, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 3º. O sistema de domicílio eletrônico previsto neste artigo não exclui outras formas de notificação previstas na legislação municipal.

Art. 187. Fica o poder executivo por ato próprio, a regulamentar a DESIF.

TÍTULO IV
DAS TAXAS DECORRENTES DO PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO I

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, DE INSTALAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 188. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento tem como fato gerador a prestação do serviço de fiscalização devida em razão do poder de polícia municipal a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda instalar-se no município de Guapimirim, visando o licenciamento de suas instalações para efetivo funcionamento de suas atividades, seja em zona urbana ou rural, no cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança, ordem e a tranquilidade pública.

Parágrafo Único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes da profissão, arte ou ofício.

Art. 189. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços, agropecuário ou de demais atividades poderá localizar-se no município sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

Art. 190.Todo estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços, deverá para se estabelecer dentro do Município, ter licença de funcionamento, exceto nos casos de dispensa de atos públicos de liberação, conforme previsto neste código ou em lei municipal.

Art. 191. As atividades econômicas relacionadas neste código, na forma do Anexo I, serão classificadas da seguinte forma:

I - Nível de risco I - Atividades de Baixo Risco;

II - Nível de risco II - Atividades de Médio Risco;

III- Nível de risco III - Atividades de Alto Risco;

Art. 192. A classificação de risco das atividades serão definidas neste código, ou de acordo com as resoluções emitidas pelo COMITÊ GESTOR DE INTEGRAÇÃO DO REGISTRO EMPRESARIAL – COGIRE.

§ 1º. Quando o grau de risco for considerado baixo, início do funcionamento da empresa ocorrerá sem a realização de vistoria prévia e sem emissão de licenciamento sanitário, ficando sujeitas à fiscalização posterior do funcionamento da empresa e do exercício da atividade econômica;

§2º. Quando o grau de risco da atividade for considerado de médio, tais atividades econômicas que comportam vistoria posterior ao início do funcionamento da empresa, de forma a permitir o exercício contínuo e regular da atividade econômica, sendo que para essas atividades será emitido licenciamento sanitário provisório pelo órgão competente;

§3º. Sendo o grau de risco da atividade considerado alto, será exigido vistoria prévia das instalações e licenciamento sanitário antes do início do funcionamento da empresa.

§ 4º. A dispensa de atos públicos de liberação de instalação e funcionamento, bem como a liberação de licenças automática, mediante o aceite de auto declaração, não exime os responsáveis legais do cumprimento dos requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, quando for o caso, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
§ 5º. Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências.
Art. 193. As atividades cujo exercício dependa de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado não estão isentas do pagamento da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento.
Art. 194. Consideram-se fatos geradores distintos para efeitos de cobrança da taxa os que:
I - Embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos;
II - Embora em mesmo local, ainda que com idênticos ramos de negócios, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.
Art. 195. A taxa não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas.
Parágrafo Único. Consideram-se não estabelecidas às pessoas físicas que exerçam suas atividades em suas próprias residências, desde que não abertas ao público em geral, bem como aqueles que prestam serviços no estabelecimento ou residência dos respectivos tomadores.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 196. O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento comercial, industrial, profissional, de prestação de serviços ou de outra natureza, que realize atividade sujeito à fiscalização para funcionamento que pretenda se estabelecer no Município em zona urbana ou rural.
Art. 197.Ficam isentos da Taxa:
I - As atividades artesanais exercidas em pequena escala, no interior da residência, por:
a) Pessoa com Deficiência - Pcd;
b) Pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos
II - As entidades sem fins lucrativos que não remunerem seus dirigentes
III - As entidades de caráter religioso.
IV - Ainda que implementadas todas as hipóteses de incidência de isenções elencadas no presente artigo, a concessão destas estarão condicionadas a realização de estudo de impacto financeiro-orçamentário, devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Parágrafo Único - Considera-se Pessoa com Deficiência - PcD, aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 198. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, calculada de acordo com, a atividade administrativa de fiscalização exercida conforme:

ESTABELECIMENTO	PORTE	UFIR-RJ
Extração mineral	N/A	500

Extração florestal	N/A	500
Agricultura	N/A	50
Pesca	N/A	50
Agência Bancária	N/A	2.250
PAB - Caixas 24h	N/A	350
Indústria	PEQUENO	250
	MÉDIO	500
	GRANDE	1000
Mercado	PEQUENO	75
	MÉDIO	250
	GRANDE	1000
Transp. Coletivos	PEQUENO	500
Demais empresas (Comércio / Serviço)	PEQUENO	75
	MÉDIO	150
	GRANDE	300
Profissional Liberal		70
Exposições e Feiras:	COM A PARTCIPAÇÃO MUNICÍPIO	ISENTO
	SEM A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	400
Estandes de vendas de Empreendimentos Imobiliários (Mês/Fração)	N/A	90
Congressos, Simpósios...	N/A	ISENTO
Entidades Assist. s/ fins lucrativos	N/A	ISENTO
Qualquer atividade que implique em risco potencial para a saúde ou para o meio ambiente, inclusive em decorrência da movimentação de matéria primas nele utilizada, especialmente: postos de abastecimento e depósitos de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos, não inclui estabelecimentos de venda exclusivamente à varejo de gás liquefeito de petróleo, materiais de construção e produtos para uso doméstico	N/A	500

Parágrafo Único. Por porte da empresa/instituição, na forma da tabela supracitada, entende-se:
I – Porte Pequeno: Empresa e/ou Instituição, cujo regime de tributação seja o Simples Nacional, limitado ao primeiro teto de faturamento anual, ou seja, R$ 3.600.000,00;
II – Porte Médio: Empresa e/ou Instituição, cujo regime de tributação seja o Simples Nacional, até o segundo e derradeiro teto de faturamento anual, ou seja R$ 4.800.000,00 e/ou Empresa e/ou Instituição cujo regime de tributação seja o Lucro Presumido, limitadas ao mesmo teto; e
III – Porte Grande: Empresa e/ou Instituição, cujos regimes de tributação sejam o Lucro Presumido, cujo valor de faturamento anual seja superior a R$ 4.800.000, 01 e Empresa e/ou Instituição, cujo regime de tributação seja o Lucro Real.

SEÇÃO IV
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 199. O contribuinte deverá promover a sua inscrição cadastral no prazo de 30 dias a contar da concessão da licença, mencionando, além de outras informações que venham a serem exigidos pela Administração, os elementos necessários à sua perfeita identificação bem como da atividade exercida e do respectivo local.
§ 1º. O contribuinte deverá promover tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória a indicação de diversas atividades exercidas num mesmo local.
§ 2º. Os documentos relativos à inscrição cadastral e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, devem ser mantidos no estabelecimento, para apresentação ao Fisco quando solicitados.
Art. 200. A administração poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade.
Art. 201. Além da inscrição e respectivas alterações, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazo regulamentares.
Art. 202. A Licença para Localização e Funcionamento deverá ser conservado em local visível ao público e à Fiscalização.
Art. 203. A transferência, venda do estabelecimento ou encerramento de suas atividades deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Fazenda, ou departamento por ela estipulado em regulamento próprio, mediante requerimento protocolado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contínuos, contados daqueles fatos.
§ 1º. A não observância por parte do sujeito passivo, quanto aos procedimentos e prazos no caput do presente artigo, estipulados ensejará na suspensão de sua inscrição mobiliária, quando esta for constatada pelo fisco municipal, até a sua regularização.
§ 2º. Em caso de baixa de inscrição, constatado o disposto no § 1º, fica autorizado ao Fisco Municipal, constituir o crédito tributário até a data do efetivo encerramento das atividades comprovada, mediante a verificação do Cartão CNPJ, que deverá necessariamente constar como “baixada” ou termo equivalente, naquele documento.
§ 3º. A baixa da inscrição municipal somente dar-se-á, quando da quitação por parte do sujeito passivo, dos créditos constituídos junto à municipalidade, até a data de seu encerramento de atividades, na forma deste parágrafo.
§ 4º. Constatado o atendimento ao disposto no caput do presente artigo, por parte do sujeito passivo, o Fisco Municipal constituirá, se houver crédito tributário e após a quitação dele, procederá à baixa definitiva da inscrição municipal.
§ 5º. A ocorrência do disposto no parágrafo anterior, não exime o sujeito passivo de proceder à baixa de sua inscrição e regularização fiscal de seus débitos, se houver, junto aos órgãos da União e do Estado.
§ 6º. Poderá a fiscalização tributária municipal, mediante devido processo administrativo-fiscal, estabelecer a suspensão provisória da inscrição municipal, até que a baixa definitiva nos demais entes seja comprovada pelo requerente.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 204. A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento será integral e terá incidência anual.
I - Na data de início de atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício desta;

II - A 1º. de março de cada exercício, nos anos subsequentes.
§ 1º. No primeiro exercício de concessão da licença para localização e permanência a taxa será devida proporcionalmente ao número de meses restantes no ano.
Art. 205. A administração Pública Municipal poderá, a critério do poder executivo e do Secretário de Fazenda Municipal, autorizar o parcelamento da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, na forma e nos prazos fixados pela autoridade competente em calendário fiscal.
§ 1º. Na hipótese de recolhimento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a 20 (vinte) unidades fiscais de referência adotadas pelo Município.
Art. 206. A taxa será recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:
I - Uma única vez no ato da inscrição cadastral;
II - Anualmente, referente à fiscalização e o controle permanente, efetivo ou potencial, das atividades primitivamente licenciadas e decorrentes do exercício do poder de polícia pelo Município, em datas estipuladas no calendário fiscal anual de iniciativa do Executivo;
III - Em qualquer exercício, havendo alteração de endereço e/ou de atividade, na data da alteração cadastral.
§ 1º. A licença será valida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.
Art. 207. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro mobiliário.
Art. 208. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 209. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 210. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.
Art. 211. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive criminais, poderá ser suspensa ou cancelada a licença do contribuinte quando deixarem de existir quaisquer das condições exigidas para sua concessão ou permanência, conforme estabelecido na legislação urbanística do Município.
Parágrafo Único. Em se tratando de suspensão da licença, caso o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da intimação, deixe de cumprir as exigências legais e administrativas, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda promover o cancelamento da licença.

CAPÍTULO II
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 212. A Taxa de Fiscalização Sanitária tem como fato gerador a fiscalização municipal exercida pelo poder de polícia, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre os estabelecimentos onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à saúde e higiene pública, em observância às normas municipais sanitárias.
Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:
I - Os que, embora no mesmo local, ainda que com atividade idêntica, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II - Os que, embora com atividades idênticas e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 213. Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica estabelecidas no Município ou não, autorizada a exercer qualquer das atividades listadas que serão fiscalizadas anualmente pelo serviço de vigilância sanitária, em razão da atividade exercida estar relacionada com alimento, saúde e higiene pública e às normas sanitárias.
§1º. Estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço que:
I - Abrigue, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda:
a) alimentos;
b) animais vivos;
c) sangue e hemoderivados.
II - Explore estabelecimentos e/ou preste serviços de interesse à saúde:
a) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas sem procedimentos invasivos, consultórios e clínicas destinadas à prestação de serviços de interesse à saúde, executados por demais profissionais de saúde regulamentados em lei específica, bem como a atividade de acupuntura e similares;
b) drogarias, dispensários de medicamentos e farmácias sem manipulação de medicamentos e substâncias no local e similar;
c) farmácias com manipulação de medicamentos e substâncias e similares;
d) distribuidoras de medicamentos, cosméticos, produtos e equipamentos médicos e hospitalares e similares;
e) laboratório de prótese dentária, clínicas médicas e odontológicas, consultórios médicos e odontológicos, comércio de ótica, comércio de materiais médico-hospitalares, órteses, próteses, odontológicos e congêneres;

f) serviço de transporte de pacientes, bem como a sua sede técnico-administrativa e unidades móvel odontológica e similares;
g) distribuidoras de medicamentos, cosméticos, correlatos, saneantes e domissanitários, sem circulação de mercadorias no local e similar;
h) indústrias de medicamentos, saneantes, domissanitários, cosméticos, correlatos, material ótico, órteses, próteses e produtos veterinários e similares;
i) clínicas e consultórios veterinários, e atividades afins e similares;
j) salões de cabeleireiros, manicure, pedicure, depilação, pedologia, atividade de massagem, clínicas de estética e congênere, saunas, hidroterapia e congêneres;
k) creches e estabelecimentos congêneres;
l) academias de ginástica, clubes sociais e congêneres;
m) clínicas de assistência médica com internação, casas de saúde e repouso, hospitais e similares;
n) terapia renal substitutiva, hemoterapia, bancos de sangue, unidades transfusionais e similares;
o) radiologia, radioterapia e radioisótopos e similares;
p) laboratório de análises clínicas, postos de coleta de exames laboratoriais e congêneres;
q) hotéis, motéis, casas de massagem e estabelecimentos congêneres;
r) casa de espetáculos e congêneres;
s) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas com procedimentos invasivos;
t) consultórios e clinicas odontológicas, ambas com ou sem radiologia intraoral;
u) serviço de transporte de pacientes, bem como sua sede técnico administrativa e unidades moveis odontológicas.
v) outras atividades não relacionadas acima, desde que exerçam atividades na área de saúde;
x) demais estabelecimentos a critério da autoridade sanitária.
III - Quando da emissão da autorização, nos casos de exercício de atividade de caráter transitório, comércio ambulante ou feiras livres.
Art. 214. Taxa de Inspeção Sanitária não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas que exerçam suas atividades em suas próprias residências, desde que não abertas ao público em geral ou prestam seus serviços no estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

SEÇÃO III
DA ISENÇÃO

Art. 215. São isentos da taxa de Fiscalização Sanitária:
Parágrafo Único. De acordo com o (art. 23 da lei 9.782/1999) os MEI (Microempreendedor Individual), agricultores familiares, empreendedor da economia solidária, os laboratórios instituídos ou controlados pelo Poder Público, à vista do interesse da saúde pública.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁCULO

Art. 216. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, calculada de acordo com a tabela abaixo:
1 – CLASSE A
Hospitais, Casas de Saúde, Laboratório de Análises Médicas, Consultórios, Prestadores de Serviços de Saúde.
(Médico, Odontólogo, Fonoaudiólogo, Psicólogo. Etc), Indústria e Depósitos de Saneantes e

Domissanitários, Farmácias e Drogarias, Instituto de Beleza com responsabilidade Médicas, Consultórios Veterinários e similares.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR/ano
Até 50,00 m²	80
De 51,00 m² a 100,00 m²	100
De 101,00 m² a 150,00 m²	150
De 151,00 m² a 200,00 m²	250
De 201,00 m² a 300,00 m²	350
De 301,00 m² a 1.000,00 m²	450
Acima de 1.001,00 m²	600

2 – CLASSE B

Supermercados, Industrias de Gêneros Alimentos, Mineração e envasamentode água mineral, Cozinhas Industriais, Depósito de Gêneros Alimentícios, Açougue, Abatedouro de Aves, Peixarias, Restaurantes, Comércio de Frios, Laticínios, Pastelaria, Mercearias, Armazéns, Sorveterias, Padarias, Confeitarias, Lanchonetes, Bares, Cafés, Docerias, Bombonieres, Fábricas de gelo Lojas e Depósitos de produtos Agropecuários, qualquer outro estabelecimento que fabrique e acondicione produtos destinados á alimentação humana ou animal e similares.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR/ ano
Até 50,00 m²	100
De 51,00 m² a 100,00 m²	120
De 101,00 m² a 150,00 m²	200
De 151,00 m² a 300,00 m²	350
De 301,00 m² a 1.000,00 m²	450
Acima de 1.001,00 m²	550

3 – CLASSE C

Institutos de beleza sem responsabilidade médica, Barbeiros, Cabeleireiros, Academias de ginásticas e similares, Clubes sociais, Hotéis, Pensões, Dormitórios, Unidades residências (habite-se) e afins.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR/ano
Até 50,00 m²	70
De 51,00 m² a 100,00 m²	90
De 101,00 m² a 150,00 m²	120
De 151,00 m² a 200,00 m²	180
De 201,00 m² a 300,00 m²	250
De 301,00 m² a 1.000,00 m²	350
Acima de 1.001,00 m²	500

4 – CLASSE D

Estabelecimentos de ensino de qualquer natureza e creches.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR/ano
Até 100,00 m ²	100
De 101,00 m² a 200,00 m²	180

Acima de 201,00 m²	270

5 – CLASSE E

Feirantes e ambulantes que comercializem produtos sujeitos à inspeção sanitária, trailes quiosques e veículos que transportem alimentos.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR
Anuidade	80

6 – CLASSE F

Qualquer comércio em eventos especiais.

DISCRIMINAÇÃO	UFIR
Diária	50

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 217. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.
Art. 218. Sendo anual o período de incidência, o lançamento e o recolhimento da taxa ocorrerão:
I - no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;
II - nos anos subseqüentes de acordo com o estabelecido pela autoridade competente;
III - no ato da alteração do endereço e / ou, quando for o caso da atividade, em qualquer exercício.
Art. 219. O recolhimento da taxa será, através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente, autorizado pela Prefeitura.
Art. 220. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do recebimento, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Licença e Fiscalização Sanitária.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 221. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III- O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 222. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

Art. 223. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive criminais, poderá ser suspensa ou cancelada a licença do contribuinte quando deixarem de existir quaisquer das condições exigidas para sua concessão ou permanência, conforme estabelecido na legislação urbanística do Município.
Parágrafo Único. Em se tratando de suspensão da licença, caso o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da intimação, deixe de cumprir as exigências legais e administrativas, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda promover o cancelamento da licença.

CAPÍTULO III
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE AMBULANTE, EVENTUAL E FEIRANTE.

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 224. A Taxa de Licença e Fiscalização do Exercício de Atividade de Ambulante, Eventual e Feirante, têm como fato gerador à fiscalização pelo poder de polícia municipal exercida sobre a localização, instalação e funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade e a segurança pública.
Art. 225. O comerciante de rua poderá se utilizar dos seguintes meios para exercer sua atividade, além de outros (Redação dada pelo Art. 91 da Lei Complementar 020/2017 – Código de Posturas):
I - Bancas de jornal;
II - Bancas de comércio ambulante, nos lugares previamente definidos pelo Poder público;
III - Bancas de feiras livres;
IV – Quiosques;
V – Food truck;
VI – Food Bike;
VII -Carrocinhas, de um modo geral, para pipocas, doces, refrescos, salgados, cachorro-quente, pizza, sanduíches e afins.
§ 1º - É vedada a venda de produtos hortifrutigranjeiros, em zonas fronteiriças às estradas, ruas, entre outros, pertencentes ao munícipio, bem como de qualquer outro produto sem está legalmente formalizado e autorizado pelo Município.
§ 2º- Ao comerciante de rua a quem for concedida a licença, será confeccionado um cartão de licenciamento, destinado à fiscalização pelo órgão competente e para a base da cobrança e incidência da taxa, contendo os seguintes requisitos para exercer a sua atividade, além de outros:
a) nome e fotografia do comerciante;
b) as mercadorias comercializadas;
c) Carteira de Identidade;
d) Uniforme Padronizado;
e) Crachá de Identificação;
f) Vasilhame para recolhimento de lixo produzido por sua atividade
§ 3º- as autorizações de comércio de rua serão cedidas em caráter único, pessoal e intransferível, ficando assim, proibida, a venda, aluguel ou arrendamento da licença.
§ 4º- Somente será concedida licença para um integrante de cada família.
Art. 226. A licença de que trata o artigo anterior tem caráter pessoal, intransferível e precário, passível de cancelamento, alteração ou remanejamento, desde que assim exija o interesse público, por julgamento da Administração Municipal.

Parágrafo Único. A fiscalização do exercício de ambulante, eventual ou feirante caberá aos fiscais de postura e/ou fazendários do Município.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 227. O sujeito passivo da Taxa é toda pessoa física ou jurídica que pretenda executar uma dessas atividades dentro do Município, sujeitando-se ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 228. A base de cálculo máxima da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, calculada de acordo com a atividade exercida conforme tabela abaixo:

	UFIR DIA	**UFIR MÊS**	**UFIR ANO**
FEIRANTES (Na forma do inciso III, do Art. 225)	N/A	N/A	500
AMBULANTES (Na forma dos incisos I, II, IV, V, VI e VII, do Art. 225)	N/A	N/A	500
EVENTUAIS (Todos aqueles não previstos no disposto no Art. 225)	1,66	50	500

Parágrafo Único. Os valores máximos de que tratam a tabela acima, serão discriminados por seus respectivos grupamentos, ou seja, feirantes, ambulantes e eventuais, no Calendário Fiscal Anual de inciativa do Executivo, podendo inclusive os valores ser diferentes dentre os respectivos grupamentos

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 229. A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.
Art. 230. Sendo diário ou mensal o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:
I - No ato do requerimento, com vencimento para o próximo dia útil;
II - No ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.
Art. 231. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:
I - Na data do requerimento, com vencimento para até o último dia útil do mês.
II - Nos exercícios subsequentes ao mês de janeiro, com vencimento até o último dia útil do mês de

dezembro;
III - No ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 232. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial;
IV - Apreensão dos dispositivos ambulantes de comercialização na falta de autorização para atividade.
Paragrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 233. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO IV
DA TAXA DE AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 234. A Taxa autorização e Fiscalização de Publicidade e Propaganda tem como fato gerador a atividade municipal de poder de policia de fiscalização e autorização a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica no cumprimento da legislação disciplinadora da exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo de publicidade e propaganda nas vias e logradouros públicos, bem como anúncios em lugares de acesso e visibilidade ao público dentro dos limites do Município.

Parágrafo Único. Para efeito de incidência desta Taxa, consideram-se publicidade e propaganda quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

Art. 235. Incluem-se na incidência do artigo anterior:

I - Os cartazes, banners, letreiros simples fixados em fachadas, letreiros fora de fachadas, engenhos luminosos, letreiros indicativos, letreiros luminosos, painéis simples, painel fixado em fachada, placas,

outdoor, quadros, panfletos e similares;

II - A propaganda sonora por meio de amplificadores, carro de som, alto-falantes, propagandistas e similares;

III - Engenho de divulgação de publicidade acoplado a veículo de transporte coletivo, Engenho de divulgação de publicidade acoplado a veículo de transporte público individual e similares;

IV- balão/inflável/blimp, faixa rebocada por avião e similares.

Art. 236. A taxa não incide sobre os anúncios, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário:

I - destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;

III - em emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV - em emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V - colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;

VI - as placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;

VII - que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;

VIII - as placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público;
IX - que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

X - às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;

XI - às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome e a profissão;

XII - de locação ou venda de imóveis, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário;

XIII - de painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-somente, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;

XIV - de afixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar;

XV- sítios, granjas, chácaras e fazendas quando a placa for indicativa sem valor publicitário.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 237. Contribuinte é a pessoa física ou jurídica que promover qualquer espécie de veiculação de publicidade ao ar livre ou em locais expostos ao público ou que explorar ou utilizar a divulgação de anúncios e propaganda.

SEÇÃO III
DA SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 238. São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa:

I - Aquele a quem a publicidade aproveitar, quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II - O proprietário, o locador ou cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 239. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, em função da complexidade do tipo e da localização publicidade.

Parágrafo Único. Considera-se, para cálculo do valor da Taxa apenas a área ocupada pela mensagem publicitária.

Letreiros simples com publicidade instalados em estabelecimentos comerciais	**VALOR EM UFIR/RJ**
Até 5 m2	5
Acima de 5m2 até 10m2	10
Acima de 10m2 até 20m2	15
Acima de 20m2 até 40m2	20
Acima de 40m2	80
Letreiros iluminados ou luminosos com publicidade instalados em	**VALOR**

estabelecimentos comerciais.	
Até 5 m2	10
Acima de 5m2 até 10m2	20
Acima de 10m2 até 20m2	35
Acima de 20m2 até 40m2	40
Acima de 40m2	120
Publicidade e propaganda em áreas públicas ou privadas	**VALOR**
Anúncios de terceiros em bancas de jornais e em mobiliário urbano	5
Outdoors e painéis sem iluminação	20
Publicidade por meio de fotograma com tela por aparelho	5
Outdoors e painéis backlight, frontlight, eletrônicos e similares	50
Letreiros luminosos	20
Letreiros não luminosos	10
Painéis eletrônicos em LED, Plasma ou projeção	50
Empenas e envelopamento de prédios	50
Anúncios em painéis ou cartazes transportáveis	10
Anúncios com pinturas em paredes, muros ou portas na fachada de estabelecimento, não relacionada a terceiros	5
Anúncios afixados em veículos de transporte	20
Anúncios em abrigo de ônibus por publicidade	15
Distribuição de prospectos, panfletos, brindes, sacos plásticos, cartazes.	10
Distribuição de tablóides e encartes ou cartazes.	10
Publicidade sonora por alto falantes, propagandistas, ou similares com ou sem uso de veículo	30
Faixas, Baners e similares	10
balão/inflável/blimp, faixa rebocada por avião e similares	20
Anúncios por quaisquer outras modalidades não previstas acima	15

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 240. A taxa será devida pelo período previsto na tabela de base de cálculo, conforme autorização para publicidade e propaganda solicitada pelo sujeito passivo ou na constatação fiscal.

Art. 241. O lançamento da taxa ocorrerá:

I - No ato da solicitação, com vencimento para o dia útil subsequente, quando requerido pelo sujeito passivo;

II - Nos anos posteriores, os períodos para renovação, serão estipuladas na forma do calendário fiscal.

III - No ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

§ 1º. Enquanto durar o prazo de validade, não será exigida nova taxa, se o anúncio for removido para outro local por imposição da autoridade competente.

§ 2º. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, prestar declarações sobre a situação do anúncio e do seu veículo de divulgação, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Licença e Fiscalização de Publicidade e Propaganda.

Art. 242. O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio.

Parágrafo Único. A administração poderá promover de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 243. Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, na forma e prazos regulamentares.

Art. 244. O lançamento ou o pagamento da Taxa não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. **245.** Sem prejuízo da atualização monetária ou juros moratórios, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar implicará nas seguintes sanções:

I - Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;

II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;

III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.

Art. 246. As infrações as normas relativas à Taxa sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I - Infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais: multa de até 80 (oitenta) UFIR/RJ, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazo regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou de anunciadas após seu início, sendo acrescido de até 10 (dez) UFIR/RJ por cada mês de exposição sem regularização.

II - Infrações relativas às declarações de dados de natureza tributária: multa de até 100 (cem) UFIR/RJ, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e prazo regulamentares;

III - Infrações relativas à ação fiscal: multa de até 100 (cem) UFIR/RJ, aos que recusarem a exibição do registro de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da Taxa;

IV - Infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta Lei: multa até 100 (cem) UFIR/RJ.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 247. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO V
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 248. A Taxa de Licença e Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro, fundada no poder de polícia do Município, concernente à preservação da segurança pública, manutenção do sistema de trânsito, transporte público, ao bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o utilitário motorizado, em observância às normas municipais de autorização, permissão, concessão, transferência ou outorga para exploração do serviço de transporte de passageiros.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 249. É contribuinte da Taxa de Licença e Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro à pessoa física ou jurídica, proprietária, titular de domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do utilitário motorizado, que explore os serviços de transporte coletivo e de passageiros, sujeita à fiscalização municipal em razão do licenciamento no território do Município de Guapimirim.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 250. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, calculada de acordo conforme tabela abaixo.

ESPÉCIE DE TRANSPORTE	UFIR / ANO
I - Transporte coletivo de passageiros por veículo vistoriado;	20
II - Transporte de passageiros em veículo de aluguel, por taxímetro, por veículo vistoriado;	15
III - Transporte complementar de passageiros por veículo vistoriado;	15
IV -Transporte escolar por veículo vistoriado;	10
V - Transporte coletivo de passageiros intermunicipal.	30

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 251. A taxa será devida integral e anualmente, independente da data de inicio da atividade, circulação ou de qualquer alteração nas características do utilitário motorizado.
Art. 252. O lançamento e recolhimento da taxa ocorrerão:
I - Na data do requerimento, relativamente ao primeiro exercício com vencimento para dia útil seguinte;
II - Nos exercícios subsequentes, com lançamento em datas estipuladas no calendário fiscal;
III - No ato da alteração das características do utilitário motorizado, em qualquer exercício;
IV - No ato da transferência;
V- No ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 253. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa ensejara implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 254. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO VI
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM ÁREAS PARTICULARES

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 255. A Taxa de Licença e Fiscalização de Execução de Obras Em Áreas Particulares tem como fato gerador o exercício regular pelo Poder de Polícia Municipal, de fiscalização para o licenciamento obrigatório para execução de construção, reformas ou demolição em áreas particulares visando resguardar e disciplinar de acordo com as normas de urbanização e postura o uso e ocupação do solo, segurança, a ordem ou tranquilidade pública, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 256. Sujeito Passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil, ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel em que se executem as obras ou se pratiquem as atividades referidas no Artigo anterior.
Parágrafo Único. A pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da licença deverá submeter à aprovação do poder público municipal Projeto Técnico especificando as condições das obras e instalações, conforme especificações a serem determinadas em Regulamentação, para fins de autorização da realização da obra por parte da autoridade municipal competente.

SEÇÃO III
DA ISENÇÃO

Art. 257. São isentos do pagamento da taxa:
I - a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;
II - a construção de passeios em logradouros públicos providos de meio-fio;
III - a construção de muros para contenção de encostas;
IV- Viveiro, telheiro, galinheiro, caramanchão, estufa, chaminé, caixa d`agua;
V- Canalização, duto subterrâneo, torre para fim industrial;
VI - a construção de barracões destinados à guarda de materiais, a colocação de tapumes e a limpeza de terrenos, desde que o proprietário ou o interessado tenha requerido licença para executar a obra no local;
VII- instituições de caridade, assistência social e sindicatos de empregados;
VIII- estádios esportivos, teatros e escolas, quando construídos pela Administração Pública.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁCULO

Art. 258. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, calculada de acordo com a tabela abaixo:

Atividades	Período de incidência	Valor da taxa em ufir/rj
1. Licenciamento e fiscalização de construções novas e reformas com aumento da área existente: Imóveis de uso exclusivamente residencial, horizontal ou vertical: Com área(aserconstruídaouacrescida)deaté120 m2 e um só pavimento:	Anual	200
a- exame de verificação do projeto para os fins deexpedição do alvará delicença		20
b- expedição de alvará de aprovação (habite-se)		20
1.1.2.Com área(aserconstruídaouacrescida) deaté120 m2 e dois ou mais pavimentos:	Anual	250
a- exame de verificação do projeto para os fins deexpedição do alvará delicença		20
b- expedição de alvará de aprovação (habite-se)		20
1.1.3. Com área (aser construída ou acrescida) superior a 120 m2 e até 200 m2 e um ou mais pavimentos	Anual	300
a- exame de verificação do projeto para os fins deexpedição do alvará delicença		20
b- expedição de alvará de aprovação (habite-se)		20
1.1.4.Comárea(aserconstruídaouacrescida)superiora200 m2 e um ou mais pavimentos:	Anual	350
a- exame de verificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição de alvará de aprovação (habite-se)		20
1.1.5. Prédios de apartamentos de até 4 pavimentos	Anual	500
a- exame de verificação do projeto para os fins deexpedição do alvará delicença		30
c-expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
1.1.6. Prédios de apartamentos de cinco ou mais pavimentos	Anual	600
a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
Imóveisdestinados aescritórios profissionais,de prestação de serviço em geral, sedes de associações e instituições e clubes recreativos: Com área(aserconstruídaouacrescida)deaté120 m2 e um só	Anual	200

pavimento:		
a- exame everificação do projeto paraos fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.2.2.Com área(aserconstruídaouacrescida) deaté120 m2 e dois ou mais pavimentos	Anual	250
a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.2.3. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m2 e até 200 m2 e um ou mais pavimentos	Anual	300
a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.2.4.Com área(aserconstruídaouacrescida)superior a 200 m2 e um ou mais pavimentos:	Anual	350
a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.2.5. Prédios de até 4 pavimentos	Anual	500
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
1.2.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:	Anual	600
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
Imóveis de uso comercial e industrial: Com área(aserconstruída ouacrescida) deaté 120 m2 e um sópavimento:	Anual	250
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.3.2.Com área(aserconstruídaouacrescida)deaté120 m2 e com dois ou mais pavimentos:	Anual	300

a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.3.3. Com área (aser construída ou acrescida) superior a 120 m2 e até 200 m2 e um ou mais pavimentos:	Anual	350
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.3.4. Com área (aser construída ou acrescida) superior a 200 m2 e um ou mais pavimentos	Anual	400
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.3.5. Prédios de até 4 pavimentos:	Anual	500
- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
1.3.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:	Anual	600
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
1.4 No caso de uso misto, a taxa será calculada pelo item da tabela ao qual corresponda o uso predominante do imóvel, assim entendido aquele para o qual destinada maior parte da sua área. No caso da impossibilidade de aplicação deste critério, ataxaserácalculada pelo item que corresponder ao seu maior valor.	Anual	300
Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis,materiais inflamáveis eexplosivos: Com área(aeraconstruída ouacrescida) deaté120 m2:	Anual	300
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30
1.5.2. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m2:	Anual	350
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		30
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		30

Barracões, galpões, telheiros, armazéns, depósitos: Com área(aserconstruídaouacrescida) deaté120 m2	Anual	150
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.6.2.Com área(aserconstruídaouacrescida)superior a 120 m2:	Anual	200
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
1.7 construções funerárias, pela expedição dos alvarás de licença e aprovação	Anual	200
ATIVIDADES	**Período de incidência**	**Valor da taxa em ufir/rj**
2. Reformas sem aumento de área: Imóveis de uso exclusivamente residencial, Inclusive prédios de apartamentos:	Anual	50
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		15
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		15
2.2. Imóveis de uso misto ou comercial, industrial, de prestação de serviços em geral, inclusive escritórios profissionais, sedes de associações e instituições e clubes recreativos:	Anual	150
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
2.3. Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos:	Anual	200
a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
2.4. Barracões, galpões, depósitos:	Anual	150
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação (habite-se)		20
3. Construção de muros, tapumes, andaimes, movimentos de terra e alinhamentos:	Anual	100

a- exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		20
b- expedição do alvará de aprovação		20
4. Demolições:	Anual	100
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará delicença		20
b- expedição do alvará de aprovação		20
5. Instalação de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes:	Anual	200
a- exame everificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença para instalação		20
b- expedição do alvará de licença para entrega ao uso particular ou público		20

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 259. A Taxa de Licença e Fiscalização de Execução de Obra e Construções será lançada previamente ao licenciamento da obra ou da prestação de serviços correlatos pelo Município conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.
Art. 260. O lançamento da Taxa ocorrerá:
I - Na data da autorização do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo;
II - Havendo alteração da obra, na data da nova autorização e do novo licenciamento;
III - no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.
Art. 261. A licença para execução de obra e urbanização de áreas particulares é válida por 12 (doze) meses, podendo ser renovada, independentemente de pagamento de nova taxa, por período igual, dentro do prazo máximo de dois anos a contar da data em que foi concedida.
Parágrafo Único. A obra não realizada no prazo fixado no caput está sujeita à nova licença e ao pagamento de taxa
Art. 262. A Taxa de Licença e Fiscalização de Execução de Obra e Construções será recolhida, através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:
I - Na data da autorização do licenciamento da obra;
II - Na data da nova autorização e do novo licenciamento da obra;
III – Na data da informação, quando constatada pela fiscalização.
Art. 263. Em caso de não regularização da Taxa de Licença e Fiscalização de Execução de Obras e Construções, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do recebimento, prestar declarações sobre a situação da obra particular, com base nas quais poderá ser lançada.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 264. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:

a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 265. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 266. A Taxa de Licença e Fiscalização de Execução de Parcelamento do Solo tem como fato gerador a Fiscalização regular do exercício de Poder de Polícia Municipal, para o licenciamento obrigatório de parcelamento do solo para fins urbanos ou rurais, compreendendo a subdivisão da gleba sob a forma de loteamento, desmembramento, remembramento ou condomínio horizontal, dos respectivos projetos e documentos de aprovação, conforme dispõe legislação municipal pertinente, visando o cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade pública, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 267. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel ligado à execução ao parcelamento, loteamento ou remembramento do solo que serão licenciados e fiscalizados pelo Município.
Art. 268. Nenhum plano ou projeto de parcelamento ou remembramento de terreno particular poderá ser executado sem aprovação, conforme o zoneamento em vigor no Município sem o pagamento prévio da respectiva taxa.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 269. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica, e calculada de acordo a tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	UFIR/RJ
01. Consulta prévia (inclusive a vistoria correspondente)	Por consulta	20

2. Aprovação de Projeto de loteamento ou modificações:	Por projeto	30
a) de loteamento e condomínios	Lote/Fração	5
b) modificações de projeto de loteamento	Lote	5
c) Arruamento	Rua	10
d) desdobro, desmembramento e remembramento;	Por área	15
e) perímetro	Por metro linear	0,5
f) alinhamento	M²	0,5
g) reavaliação de projetos	Por projeto	10
h) renovação de projetos	Por projeto	10
i) levantamento planialtimétrico	Por área	10

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 270. A Taxa de Licença e Fiscalização para Execução de Parcelamento do Solo será lançada previamente ao licenciamento do desmembramento, remembramento ou parcelamento do solo ou da prestação de serviços correlatos pelo Município conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.
Art. 271. A Taxa de Licença e Fiscalização para Execução de Parcelamento do Solo será recolhida, através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:
I - Na data da autorização do licenciamento, quando comunicada pelo sujeito passivo;
II - Havendo alteração, na data da nova autorização e do novo licenciamento;
III - no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 272. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 273. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO VIII
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 274. A Taxa de Licença e Fiscalização Ambiental tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, exercido pelo Poder Público Municipal, relativo ao cumprimento da legislação ambiental no âmbito do município e de autorização e licenciamento, vigilância, controle e fiscalização de atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, degradantes e utilizadoras de recursos naturais em áreas localizadas dentro do município de Guapimirim - RJ que causem ou possam causar impacto ambiental.
Parágrafo Único. A taxa poderá ser exigida nos seguintes casos:
I - Autorização Ambiental Simplificada;
II - Licença Municipal Prévia;
III - Licença Municipal de Instalação;
IV - Licença Municipal de Operação;
V - Licença Municipal de Desativação;
VI - Outros atos de licenciamento ambiental.
VII- Análise de:
a) Estudos ambientais;
b) Avaliação de Impacto Ambiental;
c) Estudo de Impacto Ambiental;
d) Relatório de Impacto Ambiental;
e) Estudo Ambiental Preliminar;
f) Estudo Ambiental Simplificado;
g) Plano de Controle Ambiental;
h) Projeto de Recuperação de Área Degradada;
i) Projeto de Monitoramento Ambiental;
j) Estudo de Risco;
k) Outros documentos ambientais exigíveis.
Art. 275. Entende - se por atividade degradante aquelas de desmatamento não autorizado pelo poder público municipal em observância à lei Ambiental Federal, Estadual e Municipal.
Art. 276. Fica proibido o corte indiscriminado de árvores no Município sem prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 277. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado responsável pelo pedido de licenciamento ambiental para o exercício da atividade específica que causam ou possam causar impacto ambiental dentro do município.
Parágrafo Único. São também responsáveis pelo pagamento da taxa os proprietários, ocupantes ou possuidores de imóveis localizados no município que, comissiva ou omissiva mente, permitam, nos respectivos imóveis, o exercício de atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, diretamente ou por terceiros, quando estes não recolham os valores correspondentes às taxas ambientais

devidas.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 278. O valor da Taxa de Licença e Fiscalização Ambiental será calculado proporcionalmente e de acordo com a complexidade do empreendimento ou atividade a ser desenvolvida no município e os impactos ambientais envolvidos e calculada de acordo com as tabelas de base de cálculo abaixo.

Parágrafo Único: Os anexos da presente taxa dispõem dos valores a título de indenização pelos custos operacionais, de análise e processamento dos instrumentos de controle ambiental.

Tabela I - Licenças Ambientais

Valor (UFIR)		Porte Pequeno			Porte Médio			Porte Grande		
		Potencial			Potencial			Potencial		
		Desprezível	Baixo	Médio	Desprezível	Baixo	Médio	Desprezível	Baixo	Médio
LAS	Licença Ambiental Simplificada	2	4	8	4	8	16	8	16	32
LP	Licença Ambiental Prévia	3	5	9	6	10	18	12	20	36
LI	Licença Ambiental de Instalação	5	10	15	10	20	30	20	40	60
LO	Licença de Operação	10	15	20	20	30	40	40	60	80
LMD	Licença Municipal de Desativação	10	15	20	20	30	40	40	60	80
OLA	Outros licenciamentos Ambientais	5	10	15	10	20	30	20	40	60

Tabela II - Autorizações Ambientais

Nomenclatura	Valor (UFIR)
Autorização Ambiental para corte de árvore	10
Autorização Ambiental para intervenção em área de preservação permanente – APP	100
Autorização Ambiental para licenciamento ou atividade de significativo impacto em área de unidades de conservação municipais ou em zona de amortecimento	150
Autorização para execução de obras emergenciais em caráter privado e impacto local	100

Tabela III - Certidões Ambientais

Nomenclatura	Valor (UFIR)
Certidão Ambiental de cumprimento de condicionantes de licenças ou autorizações	5
Certidão Ambiental de inexistência ou existência, nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo requerente.	5

Certidão Ambiental de inexigibilidade de licenciamento	5
Certidão Ambiental de anuência para corte de vegetação exótica	5
Certidão Ambiental de regularidade de atividades e empreendimentos que se instalaram sem a devida licença ou autorização ambiental em data anterior a este código.	5
Certidão de anuência a outros órgãos públicos em relação à conformidade do licenciamento ambiental	Isento
Certidão Ambiental de baixa de responsabilidade técnica pela gestão de atividade ou empreendimento	5
Termo de Encerramento (TE)	5
Termo de Responsabilidade Técnica pela Gestão Ambiental (TRGA)	10
Demais instrumentos de controle	5

Tabela IV- de Análise ambientais e outros:

Nomenclatura	Valor (UFIR)
Estudos ambientais	20
Avaliação de Impacto Ambiental	20
Estudo de Impacto Ambiental	20
Relatório de Impacto Ambiental	20
Estudo Ambiental Preliminar	15
Estudo Ambiental Simplificado	15
Plano de Controle Ambiental	20
Projeto de Recuperação de Área Degradada	15
Projeto de Monitoramento Ambiental	15
Estudo de Risco	15
Outros documentos ambientais exigíveis	15

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 279. A taxa será devida integral e anualmente, independente da data de início da atividade.
Art. 280. O lançamento e recolhimento da taxa ocorrerão:
I - Na data do requerimento, relativamente ao primeiro exercício com vencimento para dia útil seguinte;
II - Nos exercícios subsequentes, com lançamento em datas estipuladas no calendário fiscal;
III - No ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.
Parágrafo Único - A incidência e o pagamento da Taxa independem:
I - Do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas;
II - De licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
III - De estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
IV - Da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
V - Do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;
VI - Do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para emissão de alvarás, certificados de vistoria e emissão de vias adicionais de documentos.
Art. 281. A renovação de Licença Ambiental Municipal deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de vigência, caso em que ela terá seus efeitos prorrogados até a manifestação definitiva do órgão ambiental, desde que o empreendedor não tenha dado causa a atrasos injustificados no procedimento de renovação.

Parágrafo Único. A renovação de licença Ambiental é precedida de pagamento da taxa de Licença e Fiscalização Ambiental.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 282. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, limitados a 20% (Vinte por cento);
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 10 % (dez) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 283. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

TÍTULO V

DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
TAXA DE COLETA DE LIXO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 284. A taxa de coleta de lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público prestado ou posto à disposição do contribuinte pelo Município, de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis edificados residenciais, comerciais, especiais ou industriais, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, em determinadas vias ou logradouros públicos.

§ 1°. A utilização efetiva ou potencial do serviço de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação, à disposição dos usuários, para fruição;
§ 2°. Por imóveis edificados especiais entender-se-á aqueles que atendam ao disposto no art. 286, ensejando a cobrança dos valores relativos à tabela “COMERCIAL/ESPECIAL” constante do art. 291.

Art. 285. Assim entendido como o serviço de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo ou resíduos periódicos provenientes de imóveis edificados, não estando inclusa, nesta taxa, a remoção especial de lixo, entendida a retirada de lixo hospitalar e de estabelecimentos de saúde, de entulhos,

detritos industriais, galhos de árvores e outros materiais inservíveis ou o resíduo dos grandes geradores definidos pela NBR 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ainda, a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado ou interposta pessoa.

§ 1º Para fins desta Lei Complementar, são considerados lixos ou resíduos domiciliares:

I - Os resíduos sólidos comuns originários de residências;

II - Os resíduos sólidos comuns de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com volume de até 200 (duzentos) litros diários.

Art. 286. Os Grandes Geradores de Resíduos deverão às suas expensas contratar empresas coletoras para seus resíduos, ficando isento da taxa de resíduos sólidos domiciliares, com a consequente exoneração da obrigação do Município, de prestar ou colocar à disposição deste empreendimento, o serviço de coleta e destinação de lixo.
§1º. São considerados Grandes Geradores de Resíduos, os empreendimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços público ou privado, que gerem resíduos de classe II (segundo definição da NBR 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT) ou outra que a substituir, com volume superior a 200 (duzentos) litros ou 100 (cem) quilos diários.
§ 2º. Para isentar-se da taxa de coleta de lixo, os Grandes Geradores deverão apresentar anualmente à Secretaria de Fazenda, requerimento escrito e os seguintes documentos:
I - O Certificado de aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGR emitido pela Secretaria de Meio Ambiente, ou a Licença Ambiental Municipal;
II - O Certificado de movimentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos online, referente ao exercício anterior, emitido pela Secretaria de Meio Ambiente, excetuadas as empresas com enquadramento no ano vigente;
III - O contrato com a empresa coletora de seus resíduos;
IV - As notas fiscais do serviço tomado e/ou recibo de doação dos resíduos;
V - Para comprovar a titularidade, se o imóvel objeto da referida Taxa for locado, apresentar o contrato de locação válido para o período e com firmas reconhecidas.
Art. 287. Considera-se ocorrido o fato gerado o primeiro dia do exercício a que corresponder a referida taxa.
Parágrafo Único - A taxa de coleta de lixo, não incide sobre as demais imóveis onde o serviço público de coleta e de remoção de lixo não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 288. O sujeito passivo da taxa de coleta de lixo é a pessoa física ou jurídica proprietária, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel edificado em local onde seja beneficiado de forma efetiva ou potencial pelo serviço de coleta de lixo.

SEÇÃO III
DAS ISENÇÕES

Art. 289. São isentas da cobrança da Taxa de Coleta de Lixo:

I - Templos de qualquer culto, os conventos, os seminários e as casas paroquiais e pastorais;

II - Os imóveis integrantes do patrimônio das instituições de assistência social.

III – Os órgãos da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como as suas respectivas fundações e autarquias, em relação aos estabelecimentos onde são exercidas as atividades vinculadas às suas finalidades essenciais.

Parágrafo Único. A obtenção do benefício é condicionada a que o imóvel seja imune ou isento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Art. 290. São isentos do recolhimento da Taxa de Coleta de Lixo, os imóveis industriais, devidamente cadastrados perante a Secretaria de Fazenda, quando o interessado contratar, às suas expensas, autorizatários, em regime privado, para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos, devidamente licenciados nos órgãos ambientais.

§ 1º. Para fazer jus ao benefício fiscal referido no "caput" deste artigo, os interessados deverão apresentar até o dia 30 de novembro do exercício anterior os seguintes documentos perante a Secretaria de Fazenda:
I - Certificado de cadastro do imóvel perante a Secretaria Municipal de Fazenda;
II - Cópia da capa do carnê de IPTU onde constem os dados do imóvel;
III - Cópia do CPF e RG ou do CNPJ;
IV - Cópia do ato constitutivo, devidamente atualizado, se pessoa jurídica;
V - Instrumento de procuração, se o caso e CPF e RG do procurador;
VI - Contrato de locação, se o caso;
VII - Contrato (os) de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos.
§ 2º. Anualmente, o pedido deverá ser renovado, por intermédio de requerimento do interessado, observando-se, para tanto, o prazo previsto no §1º deste artigo.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 291. A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo tem como finalidade o custo do serviço, utilizado pelo contribuinte ou posto à sua disposição e será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica, em função do metro quadrado da área útil edificada de cada propriedade e o tipo de

propriedade se residencial, comercial ou industrial, na forma das tabelas abaixo:

RESIDENCIAL	UFIR/RJ
0 a 70 m²	18,46
70,01 a 150 m²	19,39
150,01 a 300 m²	19,50
300,01 a 500 m²	19,62
500,01 a 800 m²	19,85
800,01 a 1000 m²	19,96
> 1000,01 m²	20,08

.

COMERCIAL/ESPECIAL	UFIR/RJ
0 a 70 m²	34,62
70,01 a 150 m²	35,77
150,01 a 300 m²	36,00
300,01 a 500 m²	36,23
500,01 a 800 m²	36,47
800,01 a 1000 m²	36,70
> 1000,01 m²	36,93
INDUSTRIAL	**UFIR/RJ**
0 a 70 m²	3.461,88
70,01 a 150 m²	3.623,44
150,01 a 300 m²	3.634,98
300,01 a 500 m²	3.646,52
500,01 a 800 m²	3.658,06
800,01 a 1000 m²	3.669,60
> 1000,01 m²	3.692,68

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 292. O valor de cobrança da Taxa de Coleta de Lixo poderá ser lançado e arrecadado em conjunto com o carnê de IPTU- imposto Predial e Territorial Urbano podendo ser recolhido em cota única ou parcelado a critério do poder executivo e da Secretaria de Fazenda pública Municipal.
Art. 293. A taxa poderá ser cobrada em carne individual separado do carnê do IPTU, a critério do poder Executivo e da Secretaria de Fazenda pública Municipal, neste caso a deverá informar em calendário fiscal em quantas parcelas será permitido o parcelamento da taxa de coleta de lixo ou o recolhimento em cota única.
Art. 294. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Coleta de Lixo.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 295. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - O não pagamento da taxa implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.
Art. 296. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE CEMITÉRIO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 297. A Taxa de Fiscalização de Cemitério tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia exercida pelo poder Público Municipal, do controle das instalações, atividades, manutenção e conservação, quando exercidas por permissionárias de cemitérios particulares e das concessionárias que administram cemitérios públicos, ou quando exercida a administração pela própria prefeitura dos serviços funerários prestados ou posto a disposição do contribuinte;
Art. 298. Os serviços de cemitério compreendem a execução dos serviços de sepultamento, exumação, cremação e afins, bem como de vigilância, manutenção de ossuário e cinzário, ajardinamento, limpeza, conservação, manutenção, ajardinamento de túmulos e jazigos e demais serviços similares autorizados pelo Poder Público;
Art. 299. Considera-se cemitério particular o pertencente ao domínio privado, destinado ao sepultamento de quaisquer pessoas ou ao sepultamento exclusivo de membros de associações civis ou militares;
Art. 300. O estabelecimento dos cemitérios particulares dependerá de permissão da autoridade municipal, obedecidos aos requisitos legais;

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 301. Contribuinte da taxa é o permissionário de cemitério particular, concessionário que administra cemitério público ou o particular que utilize dos serviços funerários prestados pelo Município através de funcionários da própria prefeitura.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 302. O valor da Taxa de fiscalização de cemitérios será calculado de acordo com a tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO		UFIR
1- Inumação de Sepultura Rasa por 5 anos:	a) Adulto b) Infantes	10 5
2- Inumação em Carneiras simples por 5 anos:	a) Adulto b) Infantes	5 2
3- Inumação em carneiro superposto por 5(cinco) anos:	a) Adulto b) Infantes	8 4
4- Prorrogação do prazo por 5 anos:	a) De sepultura rasa: a.1- Adulto a.2 - Infantes b) De carneiras simples: b.1 - Adulto b.2 – Infantes c) De carneiras superpostas: c.1 - Adulto c.2 – Infantes	 10 5 8 4 10 5
4- Perpetuidade	a) sepultura rasa b) carneiro c) jazigo (carneiro duplo ougeminado) d) nicho	 40 20 40 20
5- Exumações:	a) antes do prazo b) vencido o prazo	50 50
Abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu para nova inumação.		50
Entrada de ossada no cemitério		30
Retirada de ossada no cemitério		30
Permissão para construção de carneiro, colocação de inscrições e execução de obras de embelezamento.		20
Emplacamento		5
Ocupação de ossários por 5 (cinco) anos		5

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 303. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Cemitério será anual e renovável enquanto perdurar o serviço funerário.
§1º. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Cemitério ocorrerá:
I - Na data da permissão para o uso dos serviços funerários prestados pelo município conforme tabela de base de cálculo referente ao período escolhido, devendo o contribuinte renovar a taxa após o término do mesmo.
II - Quando permanente, anualmente, na forma do calendário fiscal anual;
Art. 304. A Taxa de Fiscalização de Cemitério será recolhida, através de Documento de Arrecadação de Municipal, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:
I - Na data da permissão;
a) em um só pagamento, com vencimento no dia útil subsequente a permissão;
b) de forma parcelada, em até 4 (quatro) parcelas, nunca inferiores a 15 **UFIR**, com vencimento no dia útil subsequente a permissão;
II - Quando permanente, anualmente com vencimento em data estipulada no calendário fiscal;
a) de forma parcelada, em até 4 (quatro) parcelas, nunca inferiores a 15 **UFIR**, com vencimento em datas estipuladas no calendário fiscal;

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 305. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:
a) Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - Recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início:
a) Multa de 3 % (três por cento) sobre o valor atualizado da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;
III - O não pagamento da taxa ensejara o contribuinte dentro do prazo da legal em dívida ativa.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 306. O disposto neste Artigo não exime o infrator do cumprimento das obrigações referidas neste capítulo.

CAPÍTULO III
TAXA DE TERMINAL RODOVIÁRIO

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 307. A Taxa de Terminal Rodoviário (TTR) tem como fato gerador o uso de terminal rodoviário municipal para embarque ou desembarque de passageiros, providos de infraestrutura de acordo com Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT-NBR 9050/14022), cobertura, banheiro público e de local construído pelo poder público ou não, para instalação de bilheterias destinadas à venda de passagens.

Parágrafo Único. A taxa tem por finalidade a manutenção da infraestrutura rodoviária, incluindo o uso de banheiro público, limpeza e demais serviços de manutenção.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 308. A taxa será devida por pessoa física ou jurídica que se utilize do terminal para embarque ou desembarque de seus passageiros.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 309. A base de cálculo da taxa é a distância percorrida pelos transportes:
I - Intermunicipal:
a) curta distância - até 39,9 Km: R$ 1,03 (um real e três centavos);
b) média distância - de 40,0 Km a 79,9 Km: R$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos);
c) longa distância - a partir de 80,0 Km: R$ 7,17(sete reais e dezessete centavos).
II - Ficam isentos da tarifa os que possuem gratuidade.
Art. 310. Os reajustes serão anuais, fixados por decreto, atrelados aos reajustes anuais fixados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 311. A taxa será lançada e cobrada junto com as passagens rodoviárias.

TÍTULO VI
DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 312. A contribuição de melhoria prevista na Constituição Federal e regulada pelo Código Tributário Nacional tem como fato gerador a realização de obras públicas das quais decorram valorização aos imóveis privados situados dentro do município localizados nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente.
Art. 313. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade

privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:
I - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais, construção das calçadas e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
II - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III - Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;
V - Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
VI - Construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
VII - Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
VIII - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.
IX - Outras obras realizadas que comprovadamente valorizem os imóveis beneficiados.
Parágrafo Único. As obras públicas elencadas no caput poderão ser executadas pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Público ou empresas por ele contratadas.
Art. 314. A Contribuição de Melhoria não incide sobre os imóveis de propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, bem como, de qualquer de suas autarquias ou fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
Art. 315. As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:
I - Ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração Municipal;
II - Extraordinário, quando referente à obra de menor interesse geral, solicitado por pelo menos 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO E DA SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 316. Considera-se sujeito passivo da contribuição de melhoria, o proprietário ou titular do domínio útil do imóvel na zona de influência beneficiado direta ou indiretamente pelos melhoramentos decorrentes da obra ao tempo do lançamento do tributo, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes e sucessores a qualquer título, do domínio do imóvel.
§ 1º. Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.
§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.
§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e àquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.
Art. 317. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:
I - O adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - O espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;
III - O sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
IV - A pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;
V - A pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

SEÇÃO III
DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art. 318. Para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados, se for o caso.

Art. 319. As zonas de influência, bem como os índices de hierarquização de benefício, serão aprovadas pelo Prefeito com base em proposta elaborada por comissão previamente designada pelo Chefe do Poder Executivo para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto.
Art. 320. A comissão a que se refere o artigo precedente terá a seguinte composição:
I - 2 (dois) membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, entre servidores municipais;
II - 1 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo, entre os seus integrantes;
III - 2 (dois) membros indicados por entidades privadas que atuem, institucionalmente, no interesse da comunidade.
§1º. Os membros da comissão não farão jus a nenhuma remuneração, sendo o seu trabalho considerado como de relevante interesse para o Município.
§ 2º. A comissão encerrará o seu trabalho com a entrega da proposta definindo a zona de influência da obra ou do conjunto de obras, bem como os respectivos índices de hierarquização de benefício, se for o caso.
§ 3º. A proposta a que se refere o parágrafo anterior será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou o conjunto de obras em seus aspectos sócios econômicos e urbanísticos.
§ 4º. Os órgãos da Prefeitura fornecerão todos os meios e informações solicitados pela comissão para o cumprimento de seus objetivos.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO

SUBSEÇÃO I
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NO PROGRAMA ORDINÁRIO

Art. 321. A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo da obra.
Art. 322. Para o cálculo da contribuição de melhoria, o órgão fazendário da Prefeitura, determinará o custo da obra e adotará os seguintes procedimentos**:**

I - Delimitará, em planta, a zona de influência da obra;
II - Dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
III - Individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;
IV - Obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;
V - Calculará a contribuição de melhoria relativa a cada imóvel, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
a) Tratando-se de obras de pavimentação, o valor da contribuição de melhoria será obtido pela multiplicação do número de metros lineares de testada do imóvel lindeiro pela metade do custo da pavimentação do leito carroçável a ele relativo, incluindo esquina, quando for o caso;
b) Para as demais obras:
CMI = C x HF x AI
□HF □AF
Onde:
CMI: contribuição de melhoria relativa a cada imóvel
C: custo da obra a ser ressarcido
HF: índice de hierarquização de benefício de cada faixa
□: sinal de somatório
AI: área territorial de cada imóvel
AF: área territorial de cada faixa

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO

Art. 323. Para a cobrança da contribuição de melhoria, o órgão competente da Prefeitura deverá publicar previamente, edital contendo os seguintes elementos:
I - memorial descritivo da obra, especificação de cada serviço e o seu custo total;
II - determinação da parcela do custo total a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;
III - delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis se forem o caso;
IV - relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;
V - valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.
Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.
Art. 324. Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, quando couber, ou a apresentação de argumentação fundamentada que motive a impugnação.
Art. 325. A impugnação sobre os itens contidos no edital deverá ser dirigida ao órgão fazendário da Prefeitura através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.
Art. 326. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.
Art. 327. A notificação do lançamento, pessoalmente ou por edital, conterá:
I - identificação do contribuinte e valor da contribuição de melhoria cobrado;
II - prazos para pagamento, de uma só vez ou parceladamente, e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para impugnação do lançamento.
Paragrafo Único. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação de lançamento, o contribuinte poderá apresentar impugnação por escrito contra:
I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;
II - valor da contribuição de melhoria;
III - número de prestações.
Art. 328. Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhoria, não sendo extensivo aos demais contribuintes que não apresentaram impugnação.
Art. 329. A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:
I - O pagamento de uma só vez gozará do desconto de 10% (dez por cento), se efetuado tempestivamente;
II - O pagamento parcelado sofrerá juros de 1% (um por cento) ao mês e as parcelas respectivas terão seus valores atualizados de acordo com os índices oficiais de atualização monetária.
Art. 330. No caso de pagamento parcelado, os valores serão calculados de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, constante do cadastro imobiliário fiscal e atualizado à época da cobrança.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 331. O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contribuição de melhoria e aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor atualizado da parcela, de acordo com os índices oficiais da atualização monetária.
I - O não pagamento da contribuição ensejará o contribuinte dentro do prazo da legal em dívida ativa.

SEÇÃO VII
CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS OU ESTADUAIS

Art. 332. Fica o Chefe do Executivo Municipal, expressamente, autorizado a firmar, em nome do Município, convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública Federal ou Estadual, cabendo ao Município perceber percentagem da receita arrecadada.

CAPÍTULO II
DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 333. A contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública tem como fato gerador a

utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública, prestados ou colocados à disposição dos munícipes, diretamente ou através de concessionários nas vias e logradouros públicos do município de Guapimirim.
Parágrafo Único. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública destina-se a cobrir as despesas de consumo e de manutenção do sistema de iluminação pública do Município.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 334. São sujeitos passivos da Contribuição Para o Custeio dos Serviços da Iluminação Pública, os seguintes contribuintes:
I - As pessoas físicas ou jurídicas, proprietários, titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título dos imóveis edificados ou não, dentro do Município ligado à rede de energia elétrica.
II - As pessoas físicas ou jurídicas, proprietários, titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título dos imóveis Territoriais (sem edificações), que não sejam ligados à rede de energia elétrica.
III – Por Contribuinte da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública entender-se-á todo aquele que possua ligação de energia elétrica, cadastrado junto à concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica do Município.

Art. 335. Considera-se sistema de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias, praças, passarelas, jardins, abrigos de usuários de transporte coletivo e logradouros, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública e serviços correlatos.

SEÇÃO III
DAS ISENÇÕES

Art. 336. Ficam isentos da Contribuição Para Custeio do Serviço da Iluminação Pública:
I - A classe residencial/rural que consuma até 80 kw (oitenta) kWh;
II - Isenção de contribuintes das classes Comercial/Industrial até 50 kWh
III - Os órgãos da administração do município de Guapimirim, suas autarquias, fundações, empresas públicas e as sociedades de economia mista;
IV - Imóvel cadastrado junto à concessionária de energia elétrica como rural sem fornecimento de energia elétrica municipal, desde que não servidos pela iluminação pública.;

SEÇÃO IV
BASE DE CÁLCULO

Art. 337. A base de cálculo da Contribuição Para Custeio do Serviço da Iluminação Pública será calculada da seguinte forma:
§1º. Alíquota fixa, por faixa de KWh, com o corresponde valor fixo expresso em moeda corrente, sobre a tarifa de Iluminação Pública – IP. Dividida por faixa de consumo e classe de imóvel que seja ligado à rede de energia elétrica.
a) para os que possuírem imóveis territoriais ligados ao padrão de energia elétrica será cobrado da mesma forma como os residenciais, ou seja, na conta de energia elétrica.

§2º. Para os imóveis territoriais sem padrão de energia elétrica, será usado para base de cálculo alíquota fixa sobre o valor venal do imóvel.
§3º. A Contribuição será calculada conforme as tabelas abaixo:

RESIDENCIAIS/RURAIS

FAIXAS (KWH)	PERCENTUAL (%)	FIXO (R$)
de 30 a 80	0	0,00
81 - 100	2,8	13,68
101- 150	3,8	18,57
151- 200	5,8	28,34
201-300	8,5	41,53
301-400	11	53,74
401-500	18	87,94
501-600	22	107,49
601-700	31,4	153,41
701-800	36	175,89
801-900	40	195,43
901-1000	43	210,09
1001-1500	45	219,86
1501-2000	65	317,58
2001-5000	100	488,58
5001-10.000	150	732,87
10.001-50.000	200	977,16
50.001-100.000	250	1.221,45
100.001-300000	300	1.465,74
300.001- 500.000	400	1.954,32
500.001- 800.000	500	2.442,90
800.001-1.000.000	1000	4.885,80

INDUSTRIAIS/COMERCIAIS

FAIXAS (KWH)	PERCENTUAL (%)	FIXO (R$)
0-50	0	0,00
51-70	2	9,77
71-80	3	14,66
81-150	4,5	21,99
151-200	6	29,31
201-300	12	58,63
301-400	16,5	80,62
401-500	21	102,60
501-600	31	151,46
601-700	38	185,66
701-800	42	205,20
801-900	45	219,86
901-1000	51	249,18
1001-1500	78	381,09

1501-2000	85	415,29
2001-2500	118	576,52
2501-3000	146	713,33
3001-5000	180	879,44
5001-10.000	200	977,16
10.001-20.000	230	1.123,73
20.001-30.000	250	1.221,45
30.001-40.000	300	1.465,74
40.001-50.000	500	2.442,90
50.001-60.000	1300	6.351,54
60.001-100.000	1500	7.328,70
1001.001-200.000	2000	9.771,60
200.001-500.000	4000	19.543,20
500.001-1.000.000	5000	24.429,00

TERRITORIAL SEM PADRÃO	0,2% dois décimos por cento do Valor Venal Imóvel

SEÇÃO III
DO LANÇAMENTO

Art. 338. A arrecadação da Contribuição Para Custeio do Serviço da Iluminação Pública deverá ser realizada pela concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica dentro do Município, mediante contrato ou convênio firmado com o Município, lançando o valor na conta de energia elétrica de cada contribuinte.

Art. 339. O período de incidência e do lançamento da contribuição ocorrerá:

§1°. Para os imóveis edificados, a incidência e o lançamento da contribuição ocorrerão na data da emissão da fatura de consumo de energia elétrica emitida pela concessionária do serviço de energia elétrica;

§2°. Para os imóveis não edificados, a incidência da contribuição ocorrerá, no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro e o lançamento na data da emissão do documento de arrecadação municipal do imposto predial e territorial urbano.

§3°. O recolhimento da contribuição ocorrerá:

I - Para os imóveis edificados ou não edificados com padrão de energia, na data do vencimento da fatura de consumo de energia elétrica;

II - Para os imóveis não edificados na data de vencimento do imposto predial e territorial urbano.

Art. 340. Para fins do cumprimento do disposto no Caput do artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato ou convênio com a concessionária de energia elétrica, transferindo-lhe os encargos de arrecadação da contribuição.

Art. 341. Fica a concessionária de energia elétrica obrigada a disponibilizar o acesso à administração aos seus cadastros de clientes e unidades residenciais, sob pena de multa.

Art. 342. É permitido ao Município efetuar o cruzamento de dados referentes a unidades autônomas tributáveis pelo IPTU com aqueles constantes de cadastros de clientes da concessionária de energia elétrica dentro do território do município, visando o controle de seus tributos.

Art. 343. Compete à Secretaria Municipal de Fazenda a administração e fiscalização da contribuição.

§1º. A falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará os acréscimos legais previstos aos tributos municipais.
§ 2º. Os acréscimos a que se refere o § 3º deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse.
§ 3º. A responsabilidade tributária da Concessionária prevista neste artigo independe do pagamento da fatura de energia elétrica por parte do consumidor.
Art. 344. A Concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixaram de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo os dados constantes naquele cadastro para a Secretaria Municipal de Fazenda.

SEÇÃO VI
DAS SANÇÕES

Art. 345. Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento no prazo regulamentar poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Em caso de ocorrência de não pagamento até a data de seu vencimento, sobre estas incidirão juros de 1,00% por cento ao mês e multa de 0,33% por cento ao dia, limitados à 20,00%, demonstrados na guia de pagamento;
II - O não pagamento implicará inscrição do débito em dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial.

LIVRO SEGUNDO

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 346. Este código estabelece normas aplicáveis a todos os impostos, taxas e contribuições devidas ao município.
Art. 347. A legislação tributária municipal compreende as Leis, os tratados e convenções internacionais, os Decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes de competência municipal.
Parágrafo Único. São normas complementares das Leis, dos tratados e convenções internacionais e Decretos:
I - As portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II - As decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;
III - As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - Os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado ou Municípios.

Art. 348. Somente a lei pode estabelecer:

I - A instituição, a extinção, a majoração, a redução, o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota de tributos;

II - A cominação, a dispensa ou a redução de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos;

III - As hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários e fiscais.

§1º. Constitui majoração ou redução de tributo à modificação de sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais ou menos oneroso.

§2º. Não constitui majoração de tributo à atualização monetária de sua base de cálculo.

Art. 349. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Parágrafo Único. Fatos geradores pendentes são aqueles que se iniciaram, mas ainda não se completaram pela inexistência de todas as circunstâncias materiais necessárias e indispensáveis à produção de seus efeitos ou desde que se não tenham constituída a situação jurídica em que eles assentam.

Art. 350. A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:

I - Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - Tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Parágrafo Único. Lei interpretativa é aquela que interpreta outra, no sentido de esclarecer e suprir as suas obscuridades e ambiguidades, aclarando as suas dúvidas.

Art. 351. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I - A analogia;

II - Os princípios gerais de direito tributário;

III - Os princípios gerais de direito público;

IV - A equidade.

§ 1º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 352. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - Suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - Outorga de isenção;

III - Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 353. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - À capitulação legal do fato;

II - À natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - À autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV - À natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Art. 354. A isenção do imposto ou a imunidade ao mesmo não exonera o interessado de providenciar sua inscrição ou de cumprir qualquer obrigação legal ou regulamentar relativa ao fato gerador.

Art. 355. A concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não gera direito adquirido em caráter

individual e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, cobrando-se, assim, os créditos devidos acrescidos de juros de mora:
I - Com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
II - Sem imposição de penalidade, nos demais casos.
§ 1º. No caso do inciso I, o tempo decorrido entre a concessão do benefício e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.
§ 2º. No caso do inciso II, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.
§ 3º Toda imunidade e não incidências especiais devem ser precedidas de parecer técnico lavrado por agente público integrante de carreira/cargo específico de fiscalização tributária.
Art. 356. Concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias.

TÍTULO II
CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 357. A obrigação tributária é principal ou acessória.
§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

SEÇÃO II
DO FATO GERADOR

Art. 358. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
Art. 359. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
Art. 360. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos:
I - Tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II - Tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
Parágrafo Único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em

lei ordinária.
Art. 361. Para os efeitos do **inciso II** do **Art.360** e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:
I - Sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
II - Sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
Art. 362. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:
I - Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II - Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

SEÇÃO III
DO SUJEITO ATIVO

Art. 363. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
Art. 364. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

SEÇÃO IV
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 365. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
§ 1º O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I - Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II - Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
Art. 366. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
Art. 367. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

SEÇÃO V
DA SOLIDARIEDADE

Art. 368. São solidariamente obrigadas:
I - As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
II - As pessoas expressamente designadas por lei.
Parágrafo Único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.
Art. 369. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
II - A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
III - A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

SEÇÃO VI
DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 370. A capacidade tributária passiva independe:
I - Da capacidade civil das pessoas naturais;
II - De achar-se a pessoa natural sujeita à medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
III - De estar à pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO VII
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 371. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:
I - Quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
II - Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
III - Quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

SEÇÃO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 372. A responsabilidade pelo crédito tributário e fiscal pode ser atribuída, de forma expressa, a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO IX
DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 373. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
Art. 374. São pessoalmente responsáveis:
I - O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
III - O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
Art. 375. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.
Art. 376. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:
I - Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
II - Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO X
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 377. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
I - Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
II - Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
III - Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
IV - O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
V - O síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
VI - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
VII - Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
Parágrafo Único. O disposto no Caput só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 378. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I - Pessoas referidas no artigo anterior;
II - Os mandatários, prepostos e empregados;
III - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO XI
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 379. A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
Art. 380. A responsabilidade é pessoal ao agente:
I - Quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
II - Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
III – Quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:
a) das pessoas referidas nesta Seção, contra aquelas por quem respondem;
b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.
Art. 381. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou de depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Parágrafo Único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

SEÇÃO XII
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 382. Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigados a cumprir as determinações destas leis, das leis subsequentes de mesma natureza, bem como dos atos nela previstos, estabelecidos com o fim de facilitar o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos.
§ 1º. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido de maneira especial, os contribuintes responsáveis por tributos estão obrigados:
I - A apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta lei e dos respectivos regulamentos;
II - A conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigações tributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
III - A prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;
IV - A disponibilizar listagem nominal, contendo CPF/CNPJ e endereço completo, nº dos medidores e localização geográfica de todos os contribuintes dos tributos municipais, cujos serviços sejam prestados por concessionárias de serviço público, respeitadas as normas constantes na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

V - De modo geral, a facilitar, por todos os meios a seu alcance, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

TÍTULO III
CAPÍTULO I
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 383. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
Art. 384. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
Art. 385. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO

Art. 386. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo Único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
Art. 387. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
Paragrafo Único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas municipais, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
Art. 388. Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.
Parágrafo Único. A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.
Art. 389. O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Fiscal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas formas e épocas estabelecidas nesta lei.
§ 1º. As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e a verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º. O órgão fazendário competente examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados.

Art. 390. Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá:

I - Exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;

II - Fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponível;

III - Exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - Notificar, para comparecer às repartições da prefeitura, o contribuinte ou responsável;

V - Requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Art. 391. O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a critério da administração:

I - Através de notificação direta, feita como aviso, para servir como guia de recolhimento;

II - Através de edital publicado no órgão oficial;

III - Através de edital afixado na Prefeitura;

IV - Através de divulgação nos canais de comunicação do Município ou outro meio conveniente.

Art. 392. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - Impugnação do sujeito passivo;

II - Recurso de ofício;

III - Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 342.

Art. 393. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 394. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 395. Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de arbitramento, poderá ser efetuado ou revisto de ofício, quando:

I - O contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - Tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e formas legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente;

III - Por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, tenha se baseado em dados cadastrais ou declarados que sejam falsos ou inexatos;

IV - Quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada no exercício

da atividade a que se refere o artigo seguinte;
V - Deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;
VI - Se comprovar que, no lançamento anterior ocorreu dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão, pela mesma autoridade de ato ou formalidade essencial;
VII - Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que de lugar a penalidade pecuniária;
VIII - se verificar a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis incidentes sobre os elementos que constituem cada lançamento.
IX - Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em beneficio daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
Art. 396. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
§ 1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.
§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
§ 3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.
§ 4º. Se a lei não fixar prazo para homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 397. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
I - Moratória;
II - O depósito do seu montante integral em dinheiro ou penhora suficiente de bens;
III - As reclamações, os recursos e as consultas, nos termos dos dispositivos legais reguladores do processo tributário administrativo;
IV - A concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA

Art. 398. O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho do Prefeito, desde que autorizada em lei específica.
Art. 399. A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
I - O prazo de duração do favor;
II - As condições da concessão do favor em caráter individual;
III - Sendo caso:
a) os créditos tributários e fiscais a que se aplica;
b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;
c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.
Art. 400. A moratória abrange, tão-somente, os créditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
Parágrafo Único. A moratória não será concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 401. Extinguem o crédito tributário:
I - O pagamento;
II - A compensação;
III - A transação;
IV - A remissão;
V - A prescrição e a decadência;
VI - A conversão de depósito em renda;
VII - O pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
VIII - A consignação em pagamento;
IX - A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
X - A decisão judicial passada em julgado;
XI - A dação em pagamento em bens imóveis.
§ 1º. A dação em pagamento, em forma de bens imóveis, como modalidade de extinção do crédito tributário, é permitida por parte de contribuinte pessoa física ou jurídica, desde que o bem imóvel, objeto da dação, esteja comprovadamente localizado em áreas de interesse do Município, em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, por decisão de comissão especificamente designada para esta finalidade, por meio de Portaria do titular da Receita Municipal.

§ 2º. O imóvel objeto da dação será previamente avaliado, pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO

Art. 402. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
Art. 403. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
Art. 404. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.
Art. 405. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
Parágrafo Único. É defeso ao município conceder desconto pela antecipação do pagamento.
Art. 406. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o Município, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:
I - Em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
II - Primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
III - Na ordem crescente dos prazos de prescrição;
IV - Na ordem decrescente dos montantes.

SEÇÃO III
DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 407. O Secretário, responsável pela área fazendária, poderá:
I - Autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;
II - Propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e consequente extinção de créditos tributários e fiscais;
III – O direito de pleitear a compensação total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos.
IV – O Poder Executivo em ato próprio, deverá regulamentar o instituto da Compensação de que trata o presente capítulo.

SEÇÃO IV
DA REMISSÃO

Art. 408. O Poder Executivo Municipal, por despacho fundamentado, poderá:
I - Conceder remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, condicionada à observância de pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) constatação de erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
b) diminuta importância de crédito tributário e fiscal;
II - Cancelar administrativamente, de ofício, o crédito tributário e fiscal, quando:
a) estiver prescrito;
b) o sujeito passivo houver falecido, deixando unicamente bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;
c) inscrito em dívida ativa, for de até 10 (dez) UFIR, tornando a cobrança ou execução antieconômica.
Art. 409. A remissão não se aplica aos casos em que o sujeito passivo tenha agido com dolo, fraude ou simulação.

SEÇÃO V
DA PRESCRIÇÃO

Art. 410. A ação para a cobrança de crédito tributário e fiscal prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
Art. 411. Interrompe-se a prescrição da Dívida Fiscal:
I- Pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
II- Pelo protesto judicial;
III- Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV- Por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
V- Pelo parcelamento da dívida.
§ 1º. O prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida ativa fiscal recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.
§ 2º. Enquanto não for localizado o devedor ou encontrar bens sobre os quais possa recair a penhora, não correrá o prazo de prescrição.
Art. 412. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que após o decurso de 5 (cinco) anos de sua constituição definitiva, não tenham sido cobrados judicialmente, serão cancelados no sistema da Dívida Ativa Municipal, independentemente de requerimento por parte do contribuinte.
Art. 413. Após o prazo prescricional da dívida, devidamente constituída, deverá a autoridade Fazendária, após despacho da Procuradoria Geral do Município, autorizar e lançar a prescrição no cadastro da prefeitura e cancelar os débitos prescritos.

SEÇÃO VI
DA DECADÊNCIA

Art. 414. O direito de a Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:
I - Da data da ocorrência do fato gerador, quando se tratar de lançamento por homologação ou declaração; salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;
II - Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
III - Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado por vício formal o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

SEÇÃO VII
DAS RESTITUIÇÕES

Art. 415. O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for à modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:
I - Cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II - Erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do crédito tributário e fiscal, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III - Reforma, anulação, revogação, ou rescisão de decisão condenatória.
Art. 416. A restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal dá lugar à restituição, na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo os referentes a infrações de caráter formal, que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.
Parágrafo Único. Sobre a restituição incide juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
Art. 417. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I - Nas hipóteses previstas nos itens **I e II do Art. 415**, da data do recolhimento indevido;
II - Nas hipóteses previstas no item **III do Art. 415**, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindindo a decisão condenatória.
Art. 418. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
Parágrafo Único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública Municipal.
Art. 419. Quando se tratar de crédito tributário e fiscal indevidamente arrecadado, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, e apurado pela autoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Secretário, responsável pela área fazendária, em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.
Art. 420. A restituição de crédito tributário e fiscal, mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente, ficará sujeita à atualização monetária, calculada a partir da data do recolhimento indevido.
Art. 421. O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.
Art. 422. Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributário e fiscal a ser restituído, poderá o Secretário responsável pela área fazendária, determinar que a restituição se processe através da compensação de crédito.

CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 423. Excluem o crédito tributário:
I - A isenção;
II - A anistia.
Art. 424. A isenção e a anistia, quando não concedidas em caráter geral, são efetivadas, em cada caso, por despacho do Secretário de Fazenda, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.
Parágrafo Único. A isenção e a anistia só poderão ser concedidas, após cumprimento de todos os pré-requisitos estabelecidos na Lei 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

SEÇÃO II
DAS ISENÇÕES

Art. 425. A isenção não será extensiva:
I - Às contribuições de melhoria;
II - Aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

SEÇÃO III
DA ANISTIA

Art. 426. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:
I - Aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
II - Às infrações resultantes de procedimento ardiloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.
Art. 427. A anistia pode ser concedida:
I - Em caráter geral;
II - Limitadamente:
a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
c) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.

CAPÍTULO VI
DO CANCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 428. Os créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa no Município, só serão cancelados após a instauração de processo administrativo e posterior análise pelo Secretário de Fazenda.
Art. 429. O Secretário de Fazenda, após instrução nos autos processuais pelo Responsável do Setor de Tributos, analisará o processo, proferindo despacho deferindo ou indeferindo o pedido de cancelamento, encaminhando em seguida os autos de volta para o Setor de Tributos, para:
I - Ser realizado o cancelamento, no caso de deferimento do pedido formulado; ou
II – No caso de indeferimento ser dado ciência ao requerente.
Parágrafo Único. Quando o cancelamento do crédito tributário for referente ao exercício financeiro em curso, caberá ao Responsável do Departamento de Arrecadação ou outro setor competente, prover o cancelamento determinado pelo Secretário Municipal de Fazenda, enquanto àqueles inscritos em dívida ativa, será competente para fazê-lo o Diretor de Departamento da Dívida Ativa.
Art. 430. O pedido de cancelamento de crédito poderá ser formulado internamente por servidor público da Secretaria de Fazenda, ou pelo contribuinte devedor.
§1º. Em ambos os casos será indispensável pedido fundamentado por escrito, como também documento ou relatório que comprove o motivo pelo qual se está requerendo o cancelamento.
§2º. No caso de solicitação realizada pelo contribuinte, ou responsável, além dos documentos previstos no §1º deste Artigo, será necessário para propositura do processo cópia dos seguintes documentos:
I - Identidade e CPF do responsável ou titular do crédito tributário a ser cancelado;
II - Comprovante de residência do responsável ou titular do crédito tributário a ser cancelado;
III - Procuração por instrumento público ou particular, no caso de impossibilidade do pedido ser assinado pelo responsável ou titular do crédito tributário a ser cancelado;
IV - Relatório atualizado, emitido pelo departamento de fiscalização de tributos, dos débitos objeto do pedido formulado.
Art. 431. O previsto nos § **1º e 2º do Art. 430**, não impede o Secretário de solicitar outros documentos necessários para a instrução do processo.
Art. 432. No caso de inconsistência entre os valores arrecadados e contabilizados, os responsáveis pelos setores de arrecadação e contabilidade, deverão informar o ocorrido ao Secretário Municipal de Fazenda, por meio de memorando, assinado por ambos, para as providências cabíveis.

SEÇÃO II
DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO

Art. 433. A cobrança do crédito tributário e fiscal far-se-á:
I - Por procedimento amigável administrativo;
II - Por protesto extrajudicial de títulos; ou
III - Mediante ação executiva.
§ 1º. A cobrança e o recolhimento do crédito tributário e fiscal far-se-ão pela forma e nos prazos fixados nesta lei.
§ 2º. O recolhimento do crédito tributário e fiscal poderá ser feito através de entidades públicas ou privadas, devidamente autorizadas pelo Poder executivo municipal.

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 434. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.
Parágrafo Único. A responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo exceções, independe da intenção do agente ou de terceiro, e da efetividade da natureza e extensão das consequências do ato.
Art. 435. Reincidência é nova infração violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo sujeito passivo dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitivos a penalidade relativa à infração anterior.
Art. 436. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.
Art. 437. O contribuinte, o responsável ou demais pessoas envolvidas em infrações poderão apresentar denúncia espontânea de infração de obrigação acessória, desde que a falta seja corrigida imediatamente.
§ 1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento tributário, de lavratura de termo de início de fiscalização ou de termo de apreensão de bens móveis.
§ 2º. A apresentação de documentos obrigatórios à administração não importa em denúncia espontânea, para fins do disposto neste artigo, quando solicitado por representante do fisco.
Art. 438. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal desde que constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.
Art. 439. Apurando-se, no mesmo processo, infração a mais de uma disposição normativa pelo mesmo contribuinte, será aplicada, em relação a cada tributo, a penalidade a ele correspondente.
Art. 440. A lei tributária que define infração ou comine penalidade aplica-se a fatos anteriores a sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:
I - exclua a definição do fato como infração;
II - comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.
Art. 441. Aos contribuintes e responsáveis pela prática das infrações de que trata esta seção, aplicar-se-á, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:
I - Multa;
II - Sujeição a regime especial de fiscalização;
III - Suspensão ou perda de benefícios fiscais;
IV – Suspensão da licença para localização e permanência de estabelecimento, com o respectivo impedimento para funcionar.
Parágrafo Único. Qualquer anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições, neles compreendidas as respectivas penalidades pecuniárias, somente poderá ser concedido mediante lei específica, de âmbito municipal, em conformidade com o disposto no artigo 150, § 6º da Constituição Federal.
Art. 442. Tratando-se de infração sujeita a apreensão de mercadoria, a aplicação da penalidade far-se-á na forma seguinte:
I – Primeiramente a aplicação de multa pecuniária;
II – Em caso de reincidência o contribuinte fica sujeito à apreensão dos respectivos bens e mercadorias.
Art. 443. Ficam sujeitos á apreensão de bens e mercadorias a prática das seguintes infrações:

I – Permanência de funcionamento do estabelecimento sem licença, após notificação acerca da autuação.
II – Permanência da prática de atividades comerciais em logradouros públicos sem a devida licença.

SEÇÃO II
DAS MULTAS

Art. 444. As multas por infração, para todo e qualquer tributo desta Lei, quando não prevista em capítulo próprio, equivalem-se ao valor de 10% (dez por cento) do valor do tributo devido.
Art. 445. A reincidência da infração será punida com multa em dobro.
§ 1º. A cada reincidência subsequente aplicar-se-á a multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.
§ 2º. Reincidências sucessivas serão punidas com multa em dobro, acrescida de 50% do valor do tributo.
§ 3º. O contribuinte reincidente está sujeito à aplicação das penalidades previstas nos incisos **II**, **III e IV do Artigo 441**, depois de concluso o processo administrativo fiscal.

SEÇÃO III
DAS PROIBIÇÕES

Art. 446. Os contribuintes em débito com o Município não poderão:
I - Participar em qualquer modalidade de licitação ou coleta de preço;
II - Celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos da administração indireta;
III - Gozar de quaisquer benefícios fiscais.
§ 1º. Havendo disponibilidade de crédito em favor do contribuinte em débito, esse poderá ser utilizado a título de compensação da dívida na forma disposta nesta Lei.
§ 2º. No ato da celebração de contrato ou termo de qualquer natureza em que for parte o Município de Guapimirim, o contribuinte deverá apresentar certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.

TÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DA FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 447. A fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições desta lei, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, compete aos Auditor Fiscal de Tributos.
§ 1º. Esta legislação Tributária Municipal aplica-se as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
§ 2º. A Administração Fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
Art. 448. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais

excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros físicos ou digitais, arquivos físicos ou digitais, documentos físicos ou digitais, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, prestadores de serviço, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo Único. Os livros eletrônicos obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 449. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, extraindo-se cópia para anexação ao processo e, quando não lavrados em livro, entregar-se-á cópia autenticada à pessoa sob fiscalização.

§ 1º. Iniciada a fiscalização, os agentes fazendários terão o prazo de até 60 (sessenta) dias para concluí-la, salvo quando o contribuinte for submetido ao regime especial de fiscalização.

§ 2º. O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogável, se necessário for para conclusão da fiscalização, em despacho fundamentado por:

I - Por 15 (quinze) dias, pelo chefe do serviço responsável pela atividade fiscalizadora iniciada;

II - Por 30 (trinta) dias, pelo Secretário de Fazenda.

§ 3º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Art. 450. O contribuinte ou responsável tributário poderá ser submetido ao Regime Especial de Controle e Fiscalização quando:

I - forem considerados insatisfatórios os elementos constantes de seus documentos fiscais, comerciais ou contábeis;

II - não possuir ou deixar de exibir à fiscalização, os elementos necessários à comprovação da exatidão do valor das operações realizadas;

III - houver convencimento ou fundada suspeita de que seu documentário fiscal não revela o real valor das operações;

IV - forem omissos ou não merecerem fé os lançamentos, declarações ou outros elementos consignados em sua escrita fiscal, comercial ou contábil, ou, ainda, em documento emitido por si ou por terceiro legalmente obrigado;

V - entregar, remeter, receber, transportar, guardar ou armazenar bens desacompanhados de documentos fiscais idôneos;

VI - em funcionamento, não estiver inscrito na repartição fiscal competente, hipótese em que será procedida sua inscrição de ofício;

VII - notificado a exibir livros ou documentos fiscais ou contábeis, não o fizer no prazo fixado;

VIII - utilizar, em desacordo com a finalidade prevista na legislação, livros ou documentos fiscais, bem como alterar lançamentos neles consignados ou declarar as operações com valores notadamente inferiores ao preço corrente dos serviços;

IX - deixar de entregar, no prazo de 10 (dez) dias, documento ou declaração exigidos pela legislação tributária;

X - deixar de recolher o imposto devido no prazo estabelecido;

XI - houver indício de fraude ou infração à legislação tributária, mesmo no caso de decisão final, administrativa ou judicial, que conclua pela improcedência de lançamento anterior, por insuficiência de elementos sustentadores do crédito tributário respectivo.

§1º. O regime especial de controle e fiscalização consiste em:
I - plantão permanente no estabelecimento;
II - prestação periódica, pelo contribuinte ou responsável, de informação relativa às operações realizadas em seu estabelecimento, para fins de comprovação de recolhimento do imposto devido;
III - sujeição a regime de lançamento do imposto por estimativa.
Art. 451. Compete aos Auditores Fiscais, a execução das ações previstas no Regime de Fiscalização Programada.
Art. 452. Compete ao Secretário de Fazenda, através de ato próprio, manifestar-se quanto à conveniência e oportunidade e ao alcance das ações de Fiscalização Programada, bem como à forma de sua execução.
Art. 453. O procedimento fiscal, com finalidade de exame da situação do sujeito passivo, deverá estar concluído dentro de (30) trinta dias, contados a partir do atendimento à respectiva notificação, prorrogáveis pelo mesmo prazo, por ato do titular do órgão de Fiscalização Tributária, que dará ciência da prorrogação ao Auditor Fiscal solicitante, antes do término do prazo inicial.
Art. 454. Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.
Art. 455. Os órgãos fazendários autorizarão acesso aos modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes para o efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos e preços públicos municipais.
Art. 456. A exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada serão formalizadas em autos de infração ou notificações de lançamento, distintos para cada tributo ou penalidade.
Parágrafo Único. Os autos de infração e as notificações de lançamento de que trata o caput deste artigo, formalizados em relação ao mesmo sujeito passivo, podem ser objeto de um único processo, quando a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de prova.
Art. 457. A aplicação da Legislação Tributária será privativa das Autoridades Fiscais.
Art. 458. São Autoridades Fiscais:
I - O Prefeito;
II - O Secretário Municipal de Fazenda;
III - Os Diretores e os Chefes ou cargos ou funções similares de Órgãos de Fiscalização;
IV - Os Agentes, da Secretaria de Fazenda, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais, em especial os Auditores Fiscais;
Art. 459. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
II - Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
III - As empresas de administração de bens;
IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V - Os inventariantes;
VI - Os síndicos, comissários e liquidatários;
VII - Quaisquer outras entidades ou pessoas que a Autoridade Fiscal determinar.
Parágrafo Único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo,

ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
Art. 460. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos utará elementos de natureza fiscal com as demais Fazendas Municipais, Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou independentemente deste ato, sempre que solicitada.
Art. 461. No caso de desacato ou de embaraço ao exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse do fisco, ainda que não configure fato definido como crime, a Autoridade Fiscal poderá, pessoalmente ou através das repartições a que pertencerem requisitar o auxílio de força policial.

SEÇÃO II
AUTO DE INFRAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Art. 462. As ações ou omissões contrárias a legislação tributária, serão apuradas por autuação, com o fim de identificar o responsável pela infração verificada, determinar o dano causado ao erário e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e, quando for o caso, proceder ao ressarcimento do referido dano.
Art. 463. O auto de infração, lavrado pelo servidor, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter obrigatoriamente:
I - A qualificação do autuado e das testemunhas se houver;
II - Número de inscrição no cadastro, se o tiver;
III - O local, a data e a hora da lavratura;
IV - Atividade econômica;
V - A descrição do fato;
VI - A disposição legal infringida e a penalidade aplicável;
VII - A determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 15 dias;
VIII - A assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.
Art. 464. O auto lavrado será assinado pelo autuante e pelo autuado, ou seu representante ou preposto.
Art. 465. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial á sua validade, e poderá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e, em nenhuma hipótese, implicará em confissão da falta arguida, nem a sua recusa agravará a infração.
Art. 466. Caso o infrator, seu representante, ou preposto, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância pelo servidor competente.
§ 1º A autuação a critério da autoridade competente, será entregue em mãos ou por via postal, com aviso de recebimento - AR.
§ 2º Havendo recusa de recebimento por parte do contribuinte a ser autuado, caberá à autoridade competente lavrar a ocorrência através de declaração expressa, juntamente com a assinatura de, no mínimo, uma testemunha.
§ 3º Na impossibilidade de obter a assinatura de duas testemunhas, o responsável pela lavratura do termo deverá registrar a ocorrência, e encaminhar para ciência da autoridade fazendária competente.
§4° - A autuação poderá, ainda, ser realizada por transmissão eletrônica, com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores, Internet.
Art. 467. Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá em livro fiscal do contribuinte, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

Art. 468. Lavrado o auto, terão os autuante o prazo obrigatório e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas para entregá-lo para registro.
Art. 469. Lavrado o auto, o autuado será notificado para cumprir a exigência, ou impugná-la no prazo de 15 (quinze) dias.
Art. 470. O auto de infração será lavrado em três vias, cuja destinação é a seguinte:
I - A primeira constituirá a peça iniciado processo fiscal;
II - A segunda ficará no serviço responsável pela autuação;
III - A terceira será encaminhada ao autuado.
Art. 471. São nulos:

I - Os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - Os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente, ou com preterição do direto de defesa.
§ 1º. A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam, ou seja, consequência.
§ 2º. Na declaração de nulidade, a autoridade apontará os atos atingidos e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.
§3º. As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que, no mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.
Art. 472. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade do processo e serão sanadas se prejudiciais ao sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.
Art. 473. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar legitimidade.
Art. 474. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:
I - A qualificação do notificado;
II - O valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;
III - A disposição legal infringida se for o caso;
IV - A assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.
Parágrafo Único. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.
Art. 475. A autoridade competente determinará que seja informado, no processo, se o infrator é reincidente, se essa circunstância não tiver sido declarada na formalização da exigência.

SEÇÃO III
DA INTIMAÇÃO

Art. 476. Far-se-á a intimação:
I - Pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão competente, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;
II - Por registro postal, acompanhada de cópia do auto;
III - Por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:
a) Envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou
b) Registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

§1º. Quando os meios de intimação no artigo anterior não se mostrar eficaz, poderá a mesma ser feita por edital:
I- No endereço da administração tributária na internet;
II- Em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; ou
III- Uma única vez, em órgão da imprensa oficial local.
Art. 477. Nos casos de intimação pessoal, se o infrator, seu representante ou preposto, recusar-se a receber a intimação, tal fato será certificado pelo servidor que o intimar e ficará constando do processo.
§ 1º. Considera-se feita a intimação:
I - Na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;
II - Quando por registro postal, na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a postagem;
III - Se por meio eletrônico:
a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;
b) Na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea *a*; ou
c) Na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;
IV - 30 (trinta) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.
§ 2º. Os meios de intimação previstos no **Art. 477** não estão sujeitos à ordem de preferência.
§ 3º. Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:
I - O endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais, à administração tributária;
II - O endereço do imóvel com IPTU registrado em seu nome;
III - O endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo.
§ 4º. O endereço eletrônico de que trata este artigo somente será implementado com expresso consentimento do sujeito passivo, e a administração tributária informar-lhe-á as normas e condições de sua utilização e manutenção.
§ 5º. O Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, criado pela presente Lei Complementar, possui caráter obrigatório para as pessoas jurídicas de direito privado, nas hipóteses previstas no presente artigo.

SEÇÃO IV
DAS DILIGÊNCIAS

Art. 478. A Autoridade Fiscal realizará diligência, com o intuito de:
I - Apurar fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;
II - Fiscalizar o cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias;
III - Aplicar sanções por infração de dispositivos legais.

SEÇÃO V
DA INSPEÇÃO

Art. 479. A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, inspecionará o sujeito passivo que:
I - Apresentar indício de omissão de receita;
II - Tiver praticado sonegação fiscal;
III - Houver cometido crime contra a ordem tributária;
IV - Opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.

Art. 480. A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, examinará e apreenderá mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

SEÇÃO VI
APRENSÃO DE BENS OU DOCUMENTOS

Art. 481. Poderão ser apreendidos documentos, mercadorias e demais coisas moveis que se encontre em trânsito ou em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviços, do sujeito passivo ou de terceiros, e que constituam prova material de infração à legislação Tributária Municipal.
Parágrafo Único. Havendo provas fundadas, ou suspeitas, de que as coisas se encontram em residência particular, ou em lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e a apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.
Art. 482. Da apreensão lavrar-se-á termo, com os elementos do auto de infração, observando - se, no que couber, o disposto no caput do **Art. 464 e 465 deste código.**
Parágrafo Único. O termo de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se a juízo daquele, for idôneo.
Art. 483. O chefe do serviço responsável pela apreensão designará servidor municipal, a fim de proceder à avaliação dos bens apreendidos, que ficará constando do processo.
Art. 484. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do proprietário ou possuidor, ser devolvidos, mediante recibo, permanecendo no processo a cópia do inteiro teor, ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.
Art. 485. Se o interessado, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, não retirar os bens requisitos ou o cumprimento das exigências legais para liberação das coisas apreendidas, serão esses bens levados a leilão.
§ 1º. Quando, no leilão, for apurada importância superior aos tributos e multa devidos, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.
§ 2º. Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão.
§ 3º. Decorrido o prazo prescricional, o saldo será convertido em renda eventual.
§ 4º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a instituições assistências, na forma a ser disciplinada pelo Executivo.
Art. 486. Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados, pelo Prefeito, a instituições de caridade.
Parágrafo Único. Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a administração dará destino que julgar conveniente.
Art. 487. A hasta pública ou leilão serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, através de edital afixado em lugar público e veiculado no órgão oficial e, se conveniente, em jornal de grande circulação.
Parágrafo Único. Os bens levados a hasta pública ou leilão serão escriturados em livros próprios, mencionando-se as suas identificações, avaliações e os preços de arrematação.

SEÇÃO VII
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 488. A Autoridade Fiscal ou qualquer pessoa, quando não competente para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da Legislação Tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.
Art. 489. A representação:
I - Far-se-á em petição assinada e discriminará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor;
II - Deverá estar acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração;
III - Não será admitida quando o autor tenha sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade;
IV - Deverá ser recebida pelo Secretário de Fazenda, que determinará imediatamente a diligência ou inspeção para verificar a veracidade e, conforme couber, intimará ou autuará o infrator ou a arquivará se demonstrada a sua improcedência.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS COMPETENTES/INTEGRANTES

SEÇÃO I
DA FINALIDADE E JURISDIÇÃO

Art. 490. Pela presente Lei Complementar, fica criada a Junta de Julgamento Fiscal – JJF, responsável pelo julgamento em primeira instância dos processos administrativos fiscais contenciosos.
§ 1º. A Junta de Julgamento Fiscal será composta dos seguintes membros, nomeados por ato do Secretário de Fazenda, em colegiado:
I – 2 (dois) Auditores Fiscais de cargo em provimento efetivo da Secretaria Municipal de Fazenda, com direito a voto;
II – 1 (um) Procurador Municipal de cargo em provimento efetivo da da Procuradoria Geral do Município, com direito a voto; e
III – Um servidor público de nível médio ou superior, para exercer as funções administrativas da Junta de Julgamento Fiscal, sem direito a voto.
§2º. Será de 2 (dois) anos o mandato de cada Conselheiro e de seu Suplente, permitida a recondução.
§ 3º. O Secretário Municipal de Fazenda é o Presidente da Junta de Julgamento Fiscal e possui poderes para rever decisões elaboradas pelo órgão colegiado, devendo, no entanto, fundamentar a sua decisão com base na legislação tributária vigente.
§ 4º. Por se tratar de matéria de relevante interesse à Administração Tributária Municipal e configurar trabalho extrafunção dos envolvidos, as seções de julgamento, limitadas à 04 (quatro) seções mensais, serão remuneradas, conforme legislação específica.
§5º. A comprovação da realização das seções e dos julgamentos proferidos pelo Órgão Colegiado, deverá constar das Atas de Reuniões e submetidas ao Secretário Municipal de Fazenda para homologação e consequente pagamento, que deverá ser realizado em Folha de Pagamento.
Art. 491. Pela presente Lei Complementar, fica também criado o Conselho Municipal de Contribuintes – CMC, responsável pelo julgamento em segunda instância dos processos administrativos fiscais contenciosos.
§ 1º. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto dos seguintes membros, em colegiado:

I – 2 (dois) servidores de cargo em provimento efetivo da Secretaria Municipal de Fazenda, sendo necessariamente 1 (um) da carreira de Auditor Fiscal, com direito a voto;
II –1 (um) Procurador Municipal, de cargo em provimento efetivo da Procuradoria Geral do Município, com direito a voto;
III – 1 (um), servidor público de cargo efetivo, contratados ou de livre provimento da Secretaria de Industria e Comércio, com direito a voto;
IV – 1 (um) representante da sociedade civil, indicado pelas associações de classe, com direito a voto; e
V – 1 (um) servidor público de nível médio ou superior, para exercer as funções administrativas da Junta de Julgamento Fiscal, sem direito a voto.
§2º. Será de 2 (dois) anos o mandato de cada Conselheiro e de seu Suplente, permitida a recondução.
§ 3º. O Prefeito Municipal, será o responsável por nomear os membros do Conselho Municipal de Contribuintes.
§ 4º. Por se tratar de matéria de relevante interesse à Administração Tributária Municipal e configurar trabalho extrafunção dos envolvidos, as seções de julgamento, limitadas à 02 (duas) seções mensais, semanais, serão remuneradas, conforme legislação específica.
§5º. A comprovação da realização das seções e dos julgamentos proferidos pelo Órgão Colegiado, deverá constar das Atas de Reuniões e submetidas ao Secretário Municipal de Fazenda para homologação e consequente pagamento, que deverá ser realizado em Folha de Pagamento.

SEÇÃO II
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 492. O procedimento administrativo fiscal rege-se pelo disposto neste código, na forma do presente artigo, no entanto, sua regulamentação deverá ocorrer por Ato do Executivo.
§ 1º. O Procedimento Administrativo consiste na observância da aplicação ou interpretação da legislação tributária, devendo para sua eficácia observar as seguintes etapas:
I – Fiscalização, fundamentada nos atos do poder de polícia administrativo do Fisco;
II – Constituição do Crédito ou Lavratura do Auto de Infração (lançamento);
III – Oferta de Defesa; e
IV – Instrução Probatória;
§ 2º. O procedimento será iniciado de ofício ou por ato da parte interessada e organizado em ordem cronológica, com as folhas numeradas e rubricadas, em processo administrativo.
§ 3º. O preparo do procedimento compete ao órgão incumbido de administrar o tributo sobre o qual versar.
I – Na etapa do preparo do procedimento administrativo, a autoridade fiscal deverá, necessariamente, constituir o crédito tributário fundamentando-o no que couber neste código e/ou em legislação específica, se houver.
II - A etapa do procedimento administrativo fiscal, na lavratura de notas de lançamento ou autos de infração se confunde com o processo de lançamento do crédito tributário.
§ 4º. Na ocorrência de manifestação fundamentada do requerente de não concordância com o lançamento do crédito, observadas as etapas descritas no § 1° e incisos, a autoridade fiscal deverá determinar a existência ou não do litígio entre as partes, em sua ocorrência, deverá de ofício ou por requerimento do postulante instaurar o processo administrativo fiscal contencioso em primeira instância.
§ 5º. O procedimento fiscal é ato privativo da autoridade fiscal.
I – O procedimento fiscal poderá se realizar de ofício, mediante constatação de infração fiscal ou tributária;

II – Seu início se dará mediante Termo de Início.

SEÇÃO III
O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – PAF (CONSULTA)
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PAF

Art. 493. O Processo Administrativo Fiscal - PAF, será regido pelas disposições desta Lei.
Art. 494. O Processo Administrativo Fiscal - PAF será instaurado por:
I - Petição do contribuinte, responsável ou seu preposto, reclamando contra lançamento de tributo, ocorrido no procedimento administrativo fiscal do qual dispõe o artigo 499 e/ou por ato administrativo dele decorrente;
II - Auto de Infração e Termo de Intimação;
III - Iniciado por petição da parte interessada ou de ofício pela Autoridade Fiscal;
IV - Aquele que versar sobre interpretação ou aplicação de legislação tributária;
Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Fazenda deverá elaborar regulamento próprio disciplinando o PAF.

SEÇÃO IV
DOS POSTULANTES

Art. 495. O contribuinte poderá postular pessoalmente ou por representante regularmente habilitado ou, ainda, mediante mandado expresso, por intermédio de preposto de representante.
Art. 496. Os órgãos de classe poderão representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional.

SEÇÃO V
DA PETIÇÃO

Art. 497. A petição:
I - Será feita através de requerimento contendo as seguintes indicações:
a) Nome ou razão social do sujeito passivo;
b) Número de inscrição no Cadastro Fiscal;
c) Domicílio Tributário;
d) A pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valor;
e) As diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem.
II - Será indeferida quando manifestamente inepta ou a parte for ilegítima, ficando, entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;
III - Não poderá reunir matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, decisão, Sujeito Passivo ou Auto de Infração e Termo de Intimação.

SEÇÃO VI
DA INSTRUÇÃO

Art. 498. A autoridade que instruir o processo:
I - Solicitará informações e pareceres;
II - Deferirá ou indeferirá provas requeridas;
III - Numerará e rubricará as folhas apensadas;
IV - Mandará cientificar os interessados, quando for o caso;
V - Abrirá prazo para recurso.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL CONTENCIOSO - PAFC

SEÇÃO I
DO LÍTIGIO TRIBUTÁRIO

Art. 499. O litígio tributário fiscal considera-se instaurado com a apresentação pelo postulante de impugnação de exigência.
Parágrafo Único. O pagamento de Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 500. São competentes para julgar na esfera administrativa:
I - Em primeira instância, a Secretaria de Fazenda, por intermédio da Junta de Julgamento Fiscal - JJF;
II - Em Segunda Instância, o Conselho Municipal de Contribuintes – CMC;
III - Em instância especial, o Prefeito Municipal.

SEÇÃO III
DA IMPUGNAÇÃO

Art. 501. A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada a Junta de Julgamento Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for feita a intimação.
Art. 502. A impugnação mencionará:
I - A autoridade julgadora a quem é dirigida;
II - A qualificação do impugnante;
III - Os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;
IV - As diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito;

V - Se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.
§ 1º. Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do caput.
§ 2º. A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:
a) Fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;
b) Refira-se a fato ou a direito superveniente;
c) Destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.
§ 3º. A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nas alíneas do parágrafo anterior.
§ 4º. Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.
Art. 503. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.
Art. 504. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, a autoridade julgadora da JJF declarará a revelia, permanecendo o processo no órgão julgador, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para cobrança amigável.
§ 1º. No caso de impugnação parcial, não cumprida à exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, o órgão julgador, antes da remessa dos autos a julgamento, providenciará a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não contestada, consignando essa circunstância no processo original.
§ 2º. A autoridade julgadora, após a declaração de revelia e findo o prazo previsto no caput deste artigo, procederá, em relação às mercadorias e outros bens perdidos em razão de exigência não impugnada.
§ 3°. Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido pago o crédito tributário, o órgão julgador declarará o sujeito passivo devedor remisso e encaminhará o processo à autoridade competente para promover a cobrança executiva.
§ 4º. O disposto no parágrafo anterior aplicar-se-á aos casos em que o sujeito passivo não cumprir as condições estabelecidas para a concessão de moratória.
Art. 505. O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

SEÇÃO III
DA RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Art. 506. Apresentada a impugnação, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal competente na JJF, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça resposta à Impugnação.
§ 1º. Na contestação, a Autoridade Fiscal alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo às provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento.
§ 2º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

SEÇÃO IV
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 507. O sujeito passivo da obrigação tributária, poderá formular contestações de decisões contrárias do Fisco, a Junta de Julgamento Fiscal desde que tenha sido gerado contencioso fiscal. Elaborada a contestação, o processo será remetido à Junta de Julgamento Fiscal para proferir a decisão em primeira

instância, que deverá ser ratificada pelo Secretário Municipal de Fazenda.
Art. 508. A autoridade julgadora não ficará subordinada às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.
Art. 509. Se entender necessário, a Junta de Julgamento Fiscal determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive periciais, indeferindo as que considerarem prescindíveis ou impraticáveis.
Parágrafo Único. O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito.
Art. 510. Se deferido o pedido de perícia, a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para, como perito da fazenda, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame do requerido.
§ 1º. Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado.
§ 2º. Não havendo coincidência, a autoridade julgadora designará outro servidor para desempatar.
Art. 511. Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial.
§ 1º. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia pela autoridade julgadora, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias para cobrança amigável do crédito tributário e fiscal.
§ 2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora encaminhará o processo à Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal para promover a cobrança executiva.
Art. 512. A decisão:
I - Será redigida com simplicidade e clareza;
II - Conterá relatório que mencionará os elementos e Atos informadores, introdutórios e probatórios do processo de forma resumida;
III - Arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão;
IV - Indicará os dispositivos legais aplicados;
V - Apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades;
VI - Concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da reclamação contra lançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos;
VII - Será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Termo de Intimação;
VIII - De primeira instância não está sujeita a pedido de reconsideração;
IX - Não sendo proferido, no prazo estabelecido, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto de Infração e Termo de Intimação ou improcedente a reclamação contra lançamento ou Ato Administrativo dele decorrente, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade julgadora de primeira instância.
Art. 513. As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do interessado.
Parágrafo Único. Os processos de consulta, a que se refere o PAF, podem ser remetidos à JJF para fins de definição de entendimentos vinculantes.

SEÇÃO V
DO RECURSO VOLUNTÁRIO PARA A SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 514. Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário para

o Conselho Municipal de Contribuintes - CMC.
Art. 515. O recurso voluntário:
I - Será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância;
II - Poderá conter prova documental, quando contrária ou não apresentada na primeira instância;

SEÇÃO VI
DO RECURSO DE OFÍCIO PARA A SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 516. Da decisão de primeira instância favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, caberá recurso de ofício para o Conselho Municipal de Contribuintes.
Parágrafo Único. Fica sujeito a reexame necessário, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pela JJF, a decisão proferida que modifique ato administrativo referente à aplicação de imposição pecuniária com valor superior a 100 UFIR/RJ devendo o presidente ordenar a remessa dos autos ao CMC no próprio ato da decisão que será publicado em ata de julgamento.
Art. 517. O recurso de ofício:
I - Será interposto, obrigatoriamente, pela autoridade julgadora, mediante simples despacho de encaminhamento, no ato da decisão de primeira instância;
II - Não sendo interposto, deverá o Conselho Municipal de Contribuintes requisitar o processo.

SEÇÃO VII
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 518. Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes para proferir a decisão.
§ 1º. Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.
§ 2º. Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.
Art. 519. O processo que não for relatado ou devolvido, no prazo estabelecido, com voto escrito do relator, poderá ser avocado pelo Presidente do Conselho, que o incluirá em pauta de julgamento, dentro do prazo de 10 (dez) dias.
Art. 520. O autuante, o autuado e o reclamante poderão representar-se no Conselho Municipal de Contribuintes, sendo-lhes facultado o uso da palavra, por 15 (quinze) minutos, após o resumo do processo feito pelo relator.
Art. 521. O Conselho não poderá decidir por equidade, quando o acórdão resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
Parágrafo Único - A decisão por equidade será admitida somente quando, atendendo às características pessoais ou materiais da espécie julgada, for restrita à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação.
Art. 522. A decisão referente a processo julgado pelo Conselho Municipal de Contribuintes receberá a forma de Acórdão, cuja conclusão será publicada em órgão de imprensa de grande circulação no Município com ementa sumariando a decisão.
Parágrafo Único. O sujeito passivo será cientificado da decisão do Conselho através da publicação de Acórdão.

SEÇÃO IX
DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PARA A INSTÂNCIA ESPECIAL

Art. 523. Dos Acórdãos não unânimes do Conselho Municipal de Contribuintes, caberá pedido de reconsideração para a Instância Especial, ao Prefeito Municipal.
Art. 524. O pedido de reconsideração será feito no Conselho Municipal de Contribuintes.

SEÇÃO X
DO RECURSO DE REVISTA PARA A INSTÂNCIA ESPECIAL

Art. 525. Dos Acórdãos divergentes do Conselho Municipal de Contribuintes, caberá recurso de revista para a Instância Especial, ao Prefeito Municipal.
Art. 526. O recurso de revista:
I - Além das razões de cabimento e de mérito, será instruído com cópia ou indicação precisa da decisão divergente;
II - Será interposto pelo Presidente do Conselho.

SEÇÃO XI
DO JULGAMENTO E INSTÂNCIA ESPECIAL

Art. 527. Recebido o pedido de reconsideração ou interposto o recurso de revista, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para proferir a decisão.
Art. 528. Antes de prolatar a decisão, o Prefeito poderá solicitar o pronunciamento de quaisquer órgãos da Administração Municipal e determinar os exames e diligências que julgar convincentes à instrução e ao esclarecimento do processo.
Parágrafo Único - Da decisão do Prefeito Municipal, não caberá recurso na esfera Administrativa.

SEÇÃO III
DOS PRAZOS

Art. 529. Os prazos:
I - São contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;
II - Os prazos têm início e vencimento em dias úteis;
III - Serão de 30 (trinta) dias para:
a) Apresentação de impugnação;
b) Elaboração de resposta à impugnação;
c) Pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;
d) Resposta à consulta;
e) Interposição de recurso voluntário;
IV - Serão de 15 (quinze) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;
V - Serão de 10 (dez) dias para:
a) Interposição de recurso de ofício ou de revista;
b) Pedido de reconsideração.
VI - Não estando fixados, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado;

VII - Contar-se-ão:
a) De defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação;
b) De contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo;
c) De recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.
VIII - Fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar.
IX – Os prazos da Fazenda Pública poderão ser estendidos por mais 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificados.

SEÇÃO XII
DA EFICÁCIA DA DECISÃO FISCAL

Art. 530. Encerra-se o litígio tributário com:
I - A decisão definitiva;
II - A desistência de impugnação ou de recurso;
III - A extinção do crédito;
IV - Qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito.
Art. 531. É definitiva a decisão:
I - De primeira instância:
a) Na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício;
b) Esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.
II - De segunda instância:
a) Unânime, quando não caiba recurso de revista;
b) Esgotado o prazo para pedido de reconsideração sem que este tenha sido feito.
III - De instância especial.

SEÇÃO XIII
DA EXECUÇÃO DA DECISÃO FISCAL

Art. 532. A execução da decisão fiscal consistirá:
I - Na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória;
II - Na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;
III - Na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NÃO CONTENCIOSO (CONSULTA)

SEÇÃO I
LEGITIMIDADE PARA CONSULTA

Art. 533. É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato do seu interesse.
Parágrafo Único. Também poderão formular consulta os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

SEÇÃO II
DA APRESENTAÇÃO DA CONSULTA

Art. 534. A consulta deverá, em relação à matéria consultada, ser dirigida à Secretaria de Fazenda, mediante abertura de processo fiscal não contencioso.
§1º. Deverá constar obrigatoriamente:
a) Nome, denominação ou razão social do consulente;
b) Número de inscrição no Cadastro Fiscal;
c) Domicílio tributário do consulente;
d) Sistema de recolhimento do imposto, quando for o caso;
e) A descrição do fato objeto da consulta;
f) Indicação dos dispositivos legais, objeto da consulta.
I - Formulada por procurador, deverá estar acompanhada do respectivo instrumento de mandado.
§ 2º. Na consulta apresentada pelo sujeito passivo deverá constar declaração:
a) Se existe procedimento fiscal, iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração e Termo de Intimação a respeito do objeto da consulta;
b) Se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.
c) O fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio administrativo ou judicial em que foi parte o consulente.
§ 3º. Não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano pela Secretaria de Fazenda, quando:
a) Não observar os requisitos estabelecidos para a sua petição;
b) Formulada depois de iniciado procedimento fiscal contra o contribuinte ou lavrado Auto de Infração e Termo de Intimação, ou notificação de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;
c) Manifestamente protelatória;
d) O fato houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultante;
e) A situação estiver disciplinada em ato normativo, publicado antes de sua apresentação, definida ou declarada em disposição literal de lei ou caracterizada como crime ou contravenção penal;
f) Não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se refere, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.
§ 4º. No caso de consulta formulada por pessoa jurídica, a declaração a que se refere o caput deverá ser prestada pela matriz e abrangerá todos os estabelecimentos.
§ 5º. O disposto no caput aplica-se à consulta apresentada por:
I - Órgão da administração pública, exceto se versar sobre situação em que este não figure como sujeito passivo; e
II - Entidade representativa de categoria econômica ou profissional, exceto se formulada em nome dos associados ou filiados.
Art. 535. A consulta uma vez apresentada produzirá os seguintes efeitos:
a) Suspender o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao fato consultado; b) Impede, até

o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria.
§ 1º. A suspensão do prazo não produz efeitos relativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas, vedado o aproveitamento do crédito controvertido antes do recebimento da resposta.
Art. 536. Se a consulta versar sobre hipótese que o imposto for considerado devido, produzirá as seguintes consequências:
I - A atualização monetária será devida em qualquer hipótese;
II - Quanto aos acréscimos legais:
a) Se a consulta for formulada no prazo previsto para o recolhimento normal do imposto e se o interessado adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, não haverá incidência de multa de mora e juros moratórios;

b) Se a consulta for formulada no prazo previsto para o recolhimento normal do imposto e se o interessado não adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, a multa de mora e os juros moratórios incidirão a partir do vencimento do prazo fixado na resposta;

c) Se a consulta for formulada fora do prazo previsto para o recolhimento normal do imposto e se o interessado adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, a multa de mora e os juros moratórios incidirão até a data da formulação da consulta;

d) Se a consulta for formulada fora do prazo previsto para o recolhimento normal do imposto e se o interessado não adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, a multa de mora e os juros moratórios incidirão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a partir do vencimento do prazo para o pagamento normal do imposto fixado na legislação.

Art. 537. Uma vez realizada a consulta tributária à fazenda, o consulente deverá adotar o entendimento contido na resposta dentro do prazo que esta fixar, não inferior a 15 dias.

Art. 538. Não havendo prazo fixado, este será de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

Art. 539. Por outro lado, o consulente que não proceder em conformidade com os termos da resposta, nos prazos estipulados, ficará sujeito à lavratura de auto de infração e às penalidades aplicáveis.

Art. 540. A Consulta será respondida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu protocolo.

Art. 541. A solução da consulta ou a declaração de sua ineficácia será efetuada em instância única pela Consultoria Tributária.

§ 1º Não cabe recurso nem pedido de reconsideração da Resposta a Consulta.

Art. 542. A interpretação e a aplicação da legislação tributária serão definidas em instrução normativa a ser baixada pelo Secretário de Fazenda.

Art. 543. Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, deverão consultar a instrução normativa.

SEÇÃO VII
DAS NULIDADES

Art. 544. São nulos:
I - Os Atos Fiscais praticados e os Autos e Termos de Fiscalização lavrados por pessoa que não seja Autoridade Fiscal;
II - Os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.
Parágrafo Único. A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.
Art. 545. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato, ou julgar a sua legitimidade.
Parágrafo Único. Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

SEÇÃO VIII
DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 546. O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.
Art. 547. É facultado ao Sujeito Passivo ou a quem o represente, sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.
Art. 548. Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.
Art. 549. Pode o interessado, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de sistemas reprográficos, com autenticação por funcionário habilitado.
§ 1º. Da certidão constará, expressamente, se a decisão transitou ou não em julgado na via administrativa.

CAPÍTULO V
DA DÍVIDA ATIVA

Art. 550. Constitui Dívida Ativa Municipal, os créditos tributários e não tributários regularmente inscritos no setor administrativo competente, depois de esgotado o prazo para pagamento, estipulado por lei, regulamento, ato normativo ou por decisão final proferida em processo administrativo regular.
§ 1º. A inscrição dos créditos tributários e não tributários em dívida ativa, será realizada no exercício seguinte ao da sua constituição definitiva.
§ 2º. De acordo com o critério da autoridade competente, fica autorizado à inscrição dos créditos tributários em Dívida Ativa, após a última data do seu vencimento previsto em Lei, regulamento, ato normativo ou decisão final proferida em processo administrativo regular.
§ 3º. O Responsável do setor competente, encaminhará ao Responsável pelo setor de Dívida Ativa, até o dia 10 (dez) do mês de janeiro de cada ano, relatório dos créditos tributários e não tributários constituídos e não quitados no exercício anterior, com a devida identificação dos contribuintes, para que promova a inscrição em dívida ativa na forma da Lei.
§ 4º. Os dados dos devedores necessários para a inscrição em Dívida Ativa de créditos tributários e não tributários do Município, deverão ser encaminhados ao Responsável do setor de Dívida Ativa do

Município, na data prevista no parágrafo 3º. deste artigo, depois de vencido o prazo para pagamento fixado em Lei, regulamento, ato normativo ou decisão final proferida em processo administrativo regular, sob pena de responsabilidade funcional dos servidores que derem causa à demora.

§ 5º. A remessa em prazo superior ao fixado no parágrafo anterior, será realizada mediante justificativa dirigida ao responsável da Dívida Ativa, contendo o seu aceite, com cópia para o Secretário Municipal de Fazenda pelo titular do setor competente, não devendo, em hipótese alguma, chegar à procuradoria a menos de 180 (cento e oitenta) dias do término do prazo de prescrição para a propositura da ação sob pena de responsabilidade.

§ 6º. É vedado à inscrição do débito em dívida ativa, enquanto não forem decididos, definitivamente, as impugnações e os recursos administrativos correspondentes ao lançamento, caso ocorram.

§ 7º. Ao contribuinte não poderá ser negada certidão negativa de débito ou de quitação, desde que garantido o débito fiscal questionado, através de caução do seu valor, em moeda corrente.

Art. 551. São créditos de natureza tributária os provenientes da obrigação principal, ou seja, relativas a tributos, respectivos adicionais e multas.

Art. 552. São de natureza não tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal.

Art. 553. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - O nome completo do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - Cadastro de pessoa física ou jurídica – CPF/CNPJ, sempre que possível;

III- O valor originário da dívida, bem como a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

IV - A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual do crédito;

V - A indicação se for o caso, de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

VI - A data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa;

VII - O número do processo administrativo ou do auto de infração e termo de intimação, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§1º. A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição, a indicação do livro e da folha da inscrição, e será autenticada pela autoridade competente.

§2º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.

Art. 554. A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Art. 555. A presunção a que se refere o artigo 554 é relativa e pode ser indicada por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 556. A Dívida Ativa será cobrada, necessariamente, observando os seguintes procedimentos:

a) por procedimento administrativo amigável;

b) por procedimento extrajudicial

c) por processo judicial.

§1º O procedimento administrativo amigavágel, realizado pela Autoridade Fiscal, poderá ocorrer após o atraso no pagamento da obrigação tributária, na forma de regulamento expedido pelo Poder Executivo;

§ 2º. Após 90 (noventa) dias do envio da notificação da cobrança amigável ou após a inscrição em Dívida Ativa, sem que o contribuinte compareça a prefeitura para quitar o débito, o município deverá,

na forma de regulamento próprio, providenciar a cobrança do crédito constituído através de procedimento extrajudicial e não obtendo êxito deve a certidão ser enviada ao ajuizamento da respectiva execução fiscal pela ~~à~~ Procuradoria do Município, atentando para a não ocorrência da prescrição.
§ 3º. A Procuradoria Geral do Município, após o encaminhamento pela Autoridade Fiscal no prazo definido no §2º, efetuará a cobrança extrajudicial dos débitos em aberto, devidamente inscritos em dívida ativa do Município, na forma de regulamento, por um período não superior à 36 meses.
§ 4º. Os créditos tributários ou não tributários regularmente inscritos em dívida ativa, para cobrança extrajudicial ou judicial, serão acrescidos de honorários advocatícios de 10% (dez por cento).
Art. 557. Salvo nos casos de anistia e de remissão, é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida, ainda que não tenha realizado a inscrição em dívida ativa.
Parágrafo Único. Incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida no caput deste artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.
Art. 558. Os procedimentos de cobrança administrativa amigável e procedimento extrajudicial, serão regulamentados por Ato do Executivo.
Art. 559. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos do mesmo sujeito passivo, relativos a idênticos ou diferentes créditos tributários e fiscais, inscritos em Dívida Ativa, a autoridade administrativa competente, para receber o pagamento, determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:
I - Em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;
II - Primeiramente, às contribuições de melhoria, depois, às taxas, por fim, aos impostos;
III - Na ordem crescente dos prazos de prescrição;
IV - Na ordem decrescente dos montantes.
Art. 560. A importância do crédito tributário e fiscal pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
I - De recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade ou ao cumprimento de obrigação acessória;
II - De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal.
§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.
§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda;
§ 3º. Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
Art. 561. O Secretário de Fazenda divulgará, até o último dia útil de cada semestre, relação nominal de devedores com créditos regularmente inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO VI
CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS

Art. 562. A Fazenda Pública Municipal exigirá certidão negativa como prova de quitação ou regularidade de créditos tributários e fiscais.
Art. 563. As certidões serão solicitadas mediante requerimento da parte interessada ou de seu representante legal, devidamente habilitado, a certidão deverá conter minimamente:
a) nome ou razão social;
b) endereço ou domicílio tributário;

c) profissão, ramo de atividade e número de inscrição;
d) início de atividade;
e) finalidade a que se destina;
f) o período a que se refere o pedido, quando for o caso;
g) assinatura da autoridade competente.

Parágrafo Único. A certidão poderá ser solicitada pessoalmente na repartição administrativa da prefeitura via processo administrativo, requerimento eletrônico ou on-line através do site da prefeitura.

Art. 564. As certidões relativas à situação fiscal e dados cadastrais só serão expedidas após as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

Art. 565. Da certidão constará o crédito tributário e fiscal devidamente constituído.

Parágrafo Único. Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente constituído, para efeito deste artigo:

I - O crédito tributário e fiscal lançado e não quitado à época própria;
II - A existência de débito inscrito em Dívida Ativa;
III - A existência de débito em cobrança executiva;
IV - O débito confessado.

Art. 566. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 567. Será pessoalmente responsável, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

Art. 568. O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Art. 569. O prazo máximo para a expedição de certidão será de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a entrada do requerimento na repartição competente.

§ 1º. As certidões poderão ser expedidas pelo processo mecânico ou eletrônico e terão validade de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º. As certidões serão assinadas pelo Diretor do Departamento responsável pela sua expedição.

Art. 570. A Certidão Negativa será eficaz, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

Art. 571. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurado

CAPÍTULO VII
PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Art. 572. Considerando o permissivo contido no parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 26, de 15 de dezembro de 2009 e o Provimento nº 31, de 13 de abril de 2009, da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro do artigo 1°, parágrafo único, da Lei Federal no 9.492, de 10 de setembro de 1997, fica autorizado ao poder executivo a executar, como uma das ferramentas do procedimento extrajudicial previsto no art. 556, o protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa.

§ 1º. O protesto somente será realizado junto aos Tabelionatos de Protesto de Títulos nos quais não seja necessário o pagamento antecipado, ou em qualquer outro momento, de despesas pela entidade protestante.

§ 2º. Poderá o Município celebrar convênio de cunho operacional, dispondo sobre as condições para a realização dos protestos das Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, observado o disposto na legislação aplicável.
§3º. Visando o princípio da eficácia e a efetiva arrecadação o município deve fazer a cobrança administrativa de seus créditos fiscais líquidos e certos em dívida ativa através do protesto extrajudicial, exceto de valores irrisórios e que não superem o valor dos emolumentos devidos em razão do protesto.
Art. 573. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo regulamentar, no que couber, mediante decreto, a forma como será realizado o protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa.
Art. 574. A autorização para o protesto de Certidão de Dívida Ativa atende não somente ao interesse da Fazenda Pública, mas também ao interesse coletivo, posto que se configure como instrumento apto a inibir a inadimplência do devedor, além de contribuir para a redução do número de execuções fiscais ajuizadas, o que contribui para a melhoria da prestação e da preservação da garantia constitucional do acesso à Justiça.
Art. 575. Será objeto de protesto extrajudicial, através de iniciativa da Procuradoria Geral do Município, após manifestação da Autoridade Fiscal, as Certidões de Dívida Ativa relativas a créditos tributários e não tributários do Município, de suas autarquias e fundações públicas, que preencham pelo menos um dos seguintes requisitos:
I – Qualquer valor, desde que esteja regularmente inscrito em Dívida Ativa, com emissão de CDA;
II – Que decorram de saldos de parcelamentos inadimplidos;
III – Que, por seu valor, não justifiquem a cobrança judicial, nos termos da lei, não se referindo, necessariamente, a uma única Certidão de Dívida Ativa ou execução fiscal.
Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Fazenda deverá, através da procedimentos necessários à cobrança pela obrigação acessória para atualização cadastral, aferir a higidez cadastral do contribuinte para fins de proporcionar o efetivo protesto extrajudicial.

CAPÍTULO VIII
EXECUÇÃO FISCAL

Art. 576. A execução fiscal poderá ser promovida contra:
I - O devedor;
II - O fiador;
III - O espólio;
IV - A massa falida;
V - O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não tributárias, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
VI - Os sucessores a qualquer título.
§ 1º. O síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, antes de garantidos os créditos da Fazenda Pública Municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem, solidariamente, pelo valor desses bens, ressalvado o disposto nesta Legislação na lei federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
§ 2º. A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, aplica-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
§ 3º. Os responsáveis poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.
Art. 577. A petição inicial indicará:

I - O juiz a quem é dirigida;
II - O pedido;
III - O requerimento para citação.
§ 1º. A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante como se estivesse transcrita.
§ 2º. A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa poderão constituir um Único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
§ 3º. A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.
§ 4º. O valor da causa será o da dívida constante da certidão total igual ou superior a 100 (cem) UFIR/RJ, com os encargos legais.
Art. 578. O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para:
I - Citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo (Seguinte);
II - Penhora, se não for paga a dívida, nem garantida à execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;
III - Arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar;
IV - Registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas;
V - Avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
Art. 579. O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:
I - A citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma;
II - A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias, após a entrega da carta à agência postal;
III - Se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias, da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital;
IV - O edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 30 (trinta), apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo.
§ 1º. O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.
§ 2º. O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.
Art. 580. Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, o executado poderá:
I - Efetuar depósito em dinheiro, a ordem do juízo, em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;
II - Oferecer fiança bancária ou seguro garantia;
III - Nomear bens à penhora;
IV - Indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública Municipal.
§ 1º. O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.
§ 2º. Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária, do seguro garantia ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.
§ 3º. A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária, ou seguro garantia, produz os mesmos efeitos da penhora.
§ 4º. Somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros

de mora.
§ 5º. A fiança bancária obedecerá às condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
§ 6º. O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.
Art. 581. Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer um dos bens do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
Art. 582. Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.
Art. 583. A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:
I - Dinheiro;
II - Título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa;
III - Pedras e metais preciosos;
IV - Imóveis;
V - Navios e aeronaves;
VI - Veículos;
VII - Móveis ou semoventes;
VIII - Direitos e ações.
§ 1º. Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
§ 2º. A penhora efetuada em dinheiro será convertida em depósito.
§ 3º. O Juiz ordenará a remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exequente, sempre que esta o requerer, em qualquer fase do processo.
Art. 584. A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal só é admissível em execução, na forma da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.
Parágrafo Único. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista no presente artigo em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.
Art. 585. A Fazenda Pública Municipal não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito.
Parágrafo Único. Se vencida, a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.
Art. 586. O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública Municipal será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitado pelo juiz ou pelo Ministério Público.
Parágrafo Único. Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido, na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem trasladadas.

CAPÍTULO IX
PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS

Art. 587. Este capítulo, estabelece os requisitos e as condições para que o Município e seus devedores realizem transação resolutiva de cobrança de créditos vencidos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa.
Art. 588. O Parcelamento da dívida Municipal é o acordo celebrado entre o Município de Guapimirim e o devedor, que tem por finalidade o pagamento parcelado da dívida vencida tributária ou não tributária, inscrita em dívida ativa, ajuizada ou não ajuizada.
§1º. A dívida mencionada no *"caput"* poderá ser parcelada em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas, observadas as disposições constantes desta Lei:
I - Somente serão parcelados os débitos já vencidos na data do pedido de parcelamento, excetuadas as multas de ofício, que poderão ser parceladas antes da data de vencimento;
II - Não serão parceladas as taxas de licenciamento, quando a lei exigir o recolhimento prévio à liberação das licenças que se pretende obter;
III - Em se tratando de débitos com exigibilidade suspensa, na forma do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), o pedido de parcelamento condiciona-se à prévia renúncia ao direito em que se funda a ação ou o recurso administrativo;
§2º. Na hipótese da quitação total do débito, por cota única, poderá ser emitido a guia diretamente no sítio da Prefeitura Municipal de Guapimirim, desde que devidamente preenchidos os campos sobre atualização cadastral e anexados os documentos pessoais do requerente.
Art. 589. A concessão e a administração do parcelamento serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, através da Central de Atendimento ao Contribuinte.
Parágrafo Único. É delegada a competência para concessão do parcelamento, nos termos desta Lei, pelo Secretário de Fazenda Municipal ao Departamento de Dívida Ativa referente aos débitos inscritos em dívida ativa.
Art. 590. O requerimento do parcelamento deverá ser formalizado em minuta de requerimento padrão, por meio do Termo de Parcelamento, distinto para cada inscrição municipal, com a discriminação dos respectivos valores, e assinado pelo devedor ou por seu representante legal, com poderes especiais.
§1º. Caso não seja possível a apresentação da procuração, deverá o requerente justificar o motivo, e assinar requerimento específico como responsável tributário dos débitos, apresentando para isso seus documentos pessoais.
§2º. Será admitida a apresentação de cópia da procuração devidamente autenticada, ou cópia do original, para que seja autenticada pelo servidor que a receber.
§3º. O Termo de Parcelamento deverá estar instruído com:
I - Documentos de identificação da pessoa física (identidade, CPF e comprovante de residência do mês do requerimento), ou, no caso de espólio, do inventariante; do titular de empresa individual, ou, em se tratando de sociedade, do representante legal indicado no ato constitutivo; ou ainda do procurador legalmente habilitado, se for o caso;
II - Documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão, e cartão CNPJ impresso na data do requerimento;
III - Ato de nomeação ou de posse do representante, no caso de requerimento de parcelamento para Estados, Distrito Federal e Municípios;
IV - Na hipótese do artigo 2º, parágrafo 1º, inciso III, com a cópia da petição de renúncia, devidamente protocolada;
V - Outros documentos poderão ser solicitados.
Art. 591. A formalização do parcelamento, em qualquer hipótese, importa em adesão aos termos e às condições estabelecidos nesta Lei.
Parágrafo Único. O parcelamento será formalizado com a confirmação do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Art. 592. Os contribuintes que tiverem o débito tributário encaminhado ao Cartório de Protesto poderão aderir ao disposto nesta Lei, devendo, entretanto, obedecer ao prazo previsto na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, aguardando o retorno do título protestado para implementação do benefício.
§1º. O Município, atendendo a requerimento do contribuinte, que deverá ser acompanhado do comprovante de pagamento da parcela única ou da primeira parcela dos débitos previstos nesta Lei, encaminhará, no prazo de 03 (três) dias úteis, a Carta de Anuência ao Cartório de Protesto, ficando o contribuinte obrigado ao pagamento dos emolumentos cartorários.
§2º. Caso o contribuinte não quite integralmente o parcelamento celebrado nos termos desta Lei, o Município fica autorizado a reencaminhar a Certidão de Dívida Ativa ao Cartório de Protesto.
Art. 593. A adesão ao parcelamento pelo requerente, implica no expresso e inequívoco reconhecimento dos débitos tributários e não tributários nele incluídos, ficando o Município, través de sua a Procuradoria-Geral, autorizado a requerer em juízo, no bojo das ações de conhecimento, cautelar e/ou embargos à execução fiscal, dentre outras, a extinção do processo com análise de mérito e arbitramento dos honorários sucumbenciais, em razão da renúncia ao direito por parte do devedor.
§1º. Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 922, do Código de Processo Civil.
§2º. Para efeitos de emissão de "Certidão Positiva de Tributos Municipais, com Efeito de Negativa", deverão ser observadas todas as obrigações fiscais do contribuinte beneficiário do parcelamento de que trata a presente Lei.
§3º. O deferimento do parcelamento garante a suspensão da execução fiscal já ajuizada e a interrupção do prazo prescricional.
Art. 594. Implicará o indeferimento do pedido:
I - A não apresentação de algum dos documentos previstos no art. 590, exigíveis conforme o caso;
II - A existência de vedação ao parcelamento, conforme art. 601 desta Lei.
§1º. O contribuinte deverá ser cientificado dos motivos do indeferimento do pedido de parcelamento.
§2º. O não pagamento da cota única ou da 1ª (primeira) parcela, mantendo-se o seu Termo, como confissão irretratável da dívida a que se refere.
Art. 595. Atendidos os requisitos para a concessão do parcelamento, será feita a consolidação da dívida para fins de parcelamento, considerando-se como data de consolidação a data do pedido.
§1º. Compreende-se por dívida consolidada, o somatório dos débitos a serem parcelados, acrescidos dos seguintes encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data do pedido do parcelamento:
I - Atualização monetária, efetuada com base no índice oficial adotado pelo município, e que irá compor a base de cálculo para incidência de juros e multa.
II - Juros de 1% (um por cento) ao mês, depois de decorridos 30 (trinta) dias, sobre o valor atualizado do crédito parcelado, caso a parcela não seja recolhida até a data de vencimento.
III - Multa de mora, para pagamento após o vencimento, até o limite máximo permitido em lei.
IV – Os honorários advocatícios, quando devidos.
§2°. A atualização monetária incidirá sobre os débitos incluídos nesta Lei, até a data do pagamento à vista ou do pedido de parcelamento, que ocorrerá com o pagamento da primeira parcela.
§3º. As parcelas vincendas a partir do mês de referência para atualização do exercício seguinte ao do requerimento serão atualizadas nos termos da legislação municipal pertinente, devendo o contribuinte retirar as guias com o valor atualizado no sítio da Prefeitura ou diretamente na Central de Atendimento ao Contribuinte.
§4º. Poderão estar contidos na composição do parcelamento todos os débitos que estão em atraso na mesma inscrição municipal.
§5º. O parcelamento deverá estar parametrizado de acordo com a idade do crédito.

§6º. É de responsabilidade do contribuinte o pagamento de 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios devidos em razão do procedimento de cobrança da Dívida Ativa, além das custas, despesas processuais, e dos emolumentos cartorários em virtude de protesto efetuado, nos termos da legislação pertinente.

Art. 596. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas solicitadas, observados os limites mínimos de:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais) para contribuinte pessoa física e R$ 100,00 (cem reais) para contribuinte pessoa jurídica, quando o parcelamento for realizado em até 12 (doze) parcelas;

II - R$ 60,00 (sessenta reais) para contribuinte pessoa física e R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para contribuinte pessoa jurídica, quando o parcelamento for realizado de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas;

III - R$ 80,00 (oitenta reais) para contribuinte pessoa física e R$ 200,00 (duzentos reais) para contribuinte pessoa jurídica, quando o parcelamento for realizado de 25 (vinte e cinco) até 48 (quarenta e oito) parcelas;

IV- R$ 200,00 (duzentos reais), e em até 30 (trinta) parcelas, para débitos oriundos de condenação dos Tribunais de Contas;

§1º. Para fins de cálculo da parcela mínima não serão considerados as custas judiciais devidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma do convênio de cooperação técnica em vigor.

§2º. O valor de cada parcela será devidamente atualizado e corrigido nos termos do §3º do artigo 9º e da legislação municipal de regência.

§3º. O requerente poderá também optar pelo pagamento de um valora título de entrada, desde que de acordo com os valores mínimos previstos nesta lei.

Art. 597. As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

Art. 598. Não será admitido o reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em curso.

Parágrafo Único. A desistência de parcelamento cujos débitos foram objeto de anistia, implica no restabelecimento do montante integral do débito, sem a comunicação ou aproveitamento de qualquer benefício.

Art. 599. É vedada a concessão de parcelamento relativo a:

I - Tributo ou outra exação qualquer, enquanto não integralmente pago o parcelamento anterior relativo ao mesmo tributo ou exação;

II - Tributos devidos por pessoa jurídica com falência ou pessoa física com insolvência civil decretadas;

III - Do débito em processo de execução fiscal onde haja sido verificada, pelo juiz da causa, prova de fraude à execução, ou sua tentativa;

IV - Devedor contumaz.

Parágrafo Único. Entende-se como devedor contumaz o contribuinte que tenha dado causa ao cancelamento de 2 (dois) ou mais parcelamentos realizados com o Município para a quitação dos débitos inscritos ou não em dívida ativa, no intervalo correspondente ao prazo de duração do último parcelamento.

Art. 600. Implicará rescisão automática do parcelamento a falta de pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou o transcurso de 60 (sessenta) dias desde o último pagamento realizado.

§1º. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§2º. Na primeira parcela inadimplida ou após 30 (trinta) dias desde o último pagamento realizado poderá ser emitida notificação extrajudicial, ao devedor, acompanhada das cobranças para regularização, sob pena de rescisão.

§3º. Independente da notificação acima, rescindido o parcelamento nos termos do *"caput"*, o mesmo será desfeito e abatidos os pagamentos dos exercícios mais antigos, providenciando-se, o encaminhamento do débito para ajuizamento, caso não tenha sido feito e falte menos de 12 (meses) para

a consumação do prazo prescricional e/ou o direcionamento para protesto extrajudicial.
§4º. A rescisão do parcelamento motivada pelo descumprimento das normas que o regulam implicará o cancelamento dos benefícios concedidos e:
I - Será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão;
II - Serão deduzidas as parcelas pagas do valor referido no inciso I deste parágrafo, com acréscimos legais até a data da rescisão.
Art. 601. Quando da inscrição em dívida ativa e ajuizamento dos executivos fiscais, a contrafé da Certidão de Dívida Ativa (CDA) distribuída poderá fazer-se acompanhar de boleto de pagamento com a opção de pagamento a vista e adesão ao parcelamento nas condições máximas do parcelamento nos termos desta lei, acrescido:
I - De honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) do débito consolidado;
II - Das custas judiciais, enquanto viger o convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal de Guapimirim e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Art. 602. Os parcelamentos em curso quando da publicação desta Lei não terão o número de parcelas afetado.

LIVRO TERCEIRO
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 603. A concessão do Alvará de Autorização para Localização e Funcionamento para Atividades Econômicas Empresariais, dar-se-á de acordo com a classificação de risco instituída pela resolução da COGIRE/JUCERJA.
Parágrafo Único. O Alvará de Autorização para Localização e Funcionamento para Atividades Econômicas Empresariais, ainda que concedido de forma DEFINITIVA na forma do que regulamenta a resolução da COGIRE/JUCERJA, DEVERÁ, necessariamente, passar por processo de recadastramento a cada 05 (cinco) anos, na forma de regulamento expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda, com vistas a manter atualizado o cadastro mobiliário municipal.
I. A não observância de tal determinação implicará na suspensão do Alvará do estabelecimento infrator.
Art. 604. Os limites para fixação de multas ou limites de faixas para efeito de tributação podem ser expressos pela Unidade Fiscal de Referência adotada pelo Município ou outra posteriormente que venha ser instituída.
Art. 605. Fica mantida a Unidade Fiscal de Referência de Guapimirim, instituída pela Lei complementar, que será corrigida de acordo com os índices oficiais de correção monetária indicados através de ato infra legal do Chefe do Executivo, podendo inclusive alterar sua nomenclatura.
Art. 606. Nenhum Processo Administrativo Tributário (PTA) poderá ser arquivado, sem que haja despacho expresso neste sentido, prolatado por autoridade competente.
Art. 607. A Administração Pública Municipal, visando a otimizar o processo de arrecadação de receitas municipais, poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado.
Art. 608. As datas de vencimento estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas em até 30 (trinta) dias, para mais ou para menos, mediante ato próprio do poder executivo.
Art. 609. As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação desta Lei serão dirimidas pelo Titular da Secretaria Municipal de Fazenda, por ato próprio, ouvidos a seu critério, a Procuradoria Geral do Município, a Controladoria Geral do Município e os diretores fazendários afetos à matéria em questão.
Art. 610. O Município deve anualmente instituir decreto com a consolidação das leis tributárias em um só local, e disponibilizar em sua plataforma on-line visando à transparência e a facilitar o acesso aos cidadãos.

Art. 611. As novas isenções previstas neste Código, que não eram contempladas antes dentro do Município, deverão possuir previsão prévia na LOA/LDO/PPA, sobre impacto de renúncia de receitas, após esta lei entrar em vigor.
Art. 612. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo baixar os regulamentos necessários à aplicação das normas contidas neste Código.
Art. 613. O Município de Guapimirim poderá firmar convênio com a União, os Estados, o Distrito Federal e outros Municípios, para a solução dos seguintes assuntos:
I - Adoção de um único cadastro-fiscal;
II - Utilização do mesmo sistema de processamento de dados para controle e fiscalização de tributos;
III - Requisição de pessoal fazendário especializado;
IV – Quaisquer outras matérias tributário-fiscais de interesse público.
Art. 614. Fica incorporada e apostilada ao presente Código Tributário a Lei Complementar 040/2023 que instituiu e regulamentou a cobrança da TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE CEMITÉRIO PRIVADO, na forma do Anexo V
Art. 615. O Município deverá elaborar Lei Complementar de Criação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, que instituirá e regulamentará a cobrança da TAXA DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA MUNICIPAL, que por ocasião de sua promulgação, deverá ser apostilada a presente LC na forma do Anexo VI, observado o disposto no artigo 619.
Art. 616. Pela emissão das seguintes Certidões e Emolumentos será devido:
§ 1°. Certidões de IPTU, Inteiro Teor, Certidões Negativas de Débitos Tributários e Não Tributários, Certidões de Cadastro, Certidões de Transferência Nominal, Certidões Enfitêuticas, Certidões de Cadastros de IPTU Territorial ou Predial, Certidões de Metragens de Edificações e Certidões de Parcelamento será cobrado o valor de 10 (dez) UFIR/RJ
§ 2°. Emolumentos de quaisquer espécies será cobrado o valor de 2 (dois) UFIR/RJ;
§ 3°. Estão isentos das taxas e emolumentos de que dispõe o presente artigo, os contemplados por gratuidade de justiça e os que apresentarem declaração de hipossuficiência emitida pela Defensoria Pública.
Art. 617. Pela Emissão das seguintes Certidões será devido:
§ 1°. Certidões de Cadastro de Firma, Baixa de Alvará, CND de Firma, Certidão de ISSQN, será cobrado o valor de 10 (dez) UFIR/RJ
§ 2° Pela emissão de Habite-se e Exame de Verificação de Projetos, serão devidos os valores vinculados a Taxa de Fiscalização de Execução de Obras Em Áreas Particulares;
§ 3°. Estão isentos das taxas e emolumentos de que dispõe o presente artigo, os contemplados por gratuidade de justiça e os que apresentarem declaração de hipossuficiência emitida pela Defensoria Pública.
Art. 618. A Unidade de Referência adotada pelo Município de Guapimirim é a UFIR/RJ ou a que venha a sucedê-la.
Art. 619. A concessão do benefício da isenção de que tratam todos os tributos constantes deste código e que sejam passíveis de tal instituto, fica condicionada a comprovação por parte do sujeito passivo da atualização cadastral inerente aos respectivos cadastros municipais, configurando obrigação acessória deles.
Parágrafo Único. Por ato do Poder Executivo, será feita a regulamentação da obrigação acessória de que trata o *caput*.
Art. 620. Fica o Poder Executivo do Município de Guapimirim autorizado a instituir nas vias, áreas e logradouros públicos do Município, zonas especiais, para estacionamento de veículos automotores de passageiros e de carga, que terão o controle de tempo limitado e permitirá a cobrança de tarifas estabelecidas pela sua ocupação, também chamado de Sistema de Estacionamento Rotativo Pago,

devendo o Poder Executivo Municipal, por meio de decreto, regulamentar o zoneamento, a sinalização das vagas, a fixação dos preços públicos ou tarifas, as formas de cobrança (manual ou eletrônica) e outras questões pertinentes.

Parágrafo único. O Sistema de Estacionamento Rotativo Pago será adotado nas vias, áreas e logradouros públicos do Município, com os respectivos números de vagas para veículos, deficientes físicos e idosos, bolsão para motos, carga e descarga, embarque e desembarque, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 621. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a terceiros, mediante licitação, a concessão para a administração e gestão dos locais e prestação de serviços de estacionamento rotativo pago de veículos, em vias, áreas e logradouros públicos, conforme dispuser em decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º As especificações e demais elementos técnicos referentes à licitação serão fornecidos pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º A outorga da concessão de que trata esta Lei não implicará, em nenhuma hipótese, na transferência da atividade de polícia ou da atribuição de fiscalização do cumprimento da legislação de trânsito, atividades que continuarão a ser exercidas pelos agentes do Poder Público, inclusive por solicitação da concessionária quando da inobservância do disposto nesta legislação.

§ 3º. A exploração do estacionamento em vias, áreas e logradouros públicos deverá ser feita por meio de sistema que permita total controle da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditorias permanente por parte do Poder Executivo Municipal.

Art. 622. A fixação da tarifa a ser cobrada, o tempo máximo de permanência, bem como a necessidade de expansão e/ou redução dos locais e horários destinados ao estacionamento rotativo pago, serão fixados por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Na fixação da tarifa, considerar-se-á:

I - O tempo de duração do estacionamento;

II - A necessidade de rotatividade no local, disponibilidade de vagas, demanda de mobilidade urbana ou outras peculiaridades que influenciem no trânsito de veículos nas respectivas zonas.

§ 2º A periodicidade, o índice e o critério de reajuste deverão estar previstos no decreto do Poder Executivo Municipal, visando-se sempre a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, inclusive com a permissão para a eventual repactuação, readequação ou qualquer outra medida que garanta o reequilíbrio contratual.

Art. 623 - Constitui como obrigação acessória a manutenção dos dados cadastrais pelos contrituintes sempre que houver quaisquer modificações, sob pena de não poder utilizar sua desatualização como fundamento para ilidir responsabilidade ou questionar atos praticados pela Autoridade Fiscal.

Art. 624. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, exceto pelo que preceitua o parágrafo único do presente artigo, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar 006/09.

Parágrafo Único. Nos tributos instituídos pela presente Lei Complementar, bem como nos vigentes anteriormente nos quais houver a majoração de tributos deverão ser observados 90 (noventa) dias para sua vigência

Guapimirim, 29 de dezembro de 2023.

MARINA PEREIRA DA ROCHA FERNANDEZ
Prefeita

ANEXO I
ATIVIDADES ECONÔMICAS DE NÍVEL DE RISCO MÉDIO

Código CNAE	Descrição da atividade econômica	Condição para classificação em médio
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	Desde que o produto fabricado não seja comestível
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	Desde que o beneficiamento do produto não seja industrial
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	Desde que o polvilho, resultado do exercício da atividade econômica, não seja diferente de produto artesanal
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1081-3/01	Beneficiamento de café	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	Desde que produto gerado não entre em contato com alimento e não seja usado para embalar produto a ser esterilizado.

1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel- cartão	Desde que produto gerado não entre em contato com alimento ou produto para saúde
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Desde que produto gerado não entre em contato com alimento ou produto para saúde
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	Desde que o gás fabricado não seja usado para fim terapêutico
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja produto de uso ou aplicação como aditivo de alimentos
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja produto de uso ou aplicação como aditivo de alimentos
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja utilizado para o revestimento interno de embalagens que entram em contato com alimentos; e não sejam tintas, vernizes, esmaltes, lacas, pigmentos e/ou corantes que utilizam precursores no processo de síntese química nestes compostos
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja utilizado para o revestimento interno de embalagens que entram em contato com alimentos; e não sejam, adesivos, colas, decalques e selantes para uso industrial e doméstico de origem animal, vegetal e sintética que utilizam precursores no processo de síntese química destes compostos

2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja aditivo alimentar ou insumo farmacêutico ou insumo para cosméticos, perfumes e produto de higiene ou insumo para indústria de produto para saúde ou insumo para saneantes
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	Desde que não haja fabricação de preservativos e fabricação de luvas para procedimentos médicos, odontológicos ou hospitalares
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	Desde que o resultado do exercício da atividade não seja embalagem de material plástico que entra em contato com alimento e/ou para diagnóstico de uso in vitro ou produto não estéril indicado para apoio a procedimentos de saúde
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	Desde que não haja a fabricação de embalagens de vidro que entram em contato com alimento
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	Desde que não haja a fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que entra em contato com alimento
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	Desde que não haja a fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimento
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	Desde que não haja a fabricação de embalagens metálicas que entram em contato com alimento

2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	Desde que não haja fabricação de equipamentos, acessórios e/ou aparelhos ou suas partes de uso ou aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética; e não haja a fabricação de esterilizadores para laboratórios, hospitais ou outros fins
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados, peças e acessórios	Desde que não haja fabricação de triciclos não-motorizados, peças e acessórios que serão utilizados como produtos para saúde
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	Desde que não haja no exercício da atividade a fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	
3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos	
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos	
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	

4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Desde que não haja no exercício da atividade a realização de fracionamento, acondicionamento, embalagem e/ou rotulagem, consideradas etapas do processo produtivo
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Desde que não haja a realização de atividade de engarrafamento e/ou rotulagem, consideradas etapas do
		processo produtivo, de água mineral
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico- hospitalar; partes e peças	Desde que o resultado do exercício da atividade não compreenda a comercialização de produtos para a saúde

4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados	
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	
4722-9/02	Peixaria	
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde, sangue, produtos que necessitam de condições especiais de temperatura e umidade

4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde, sangue, produtos que necessitam de condições especiais de temperatura e umidade
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de **warrant**	Desde que não haja, no exercício da atividade, o armazenamento de medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde, sangue e/ou produtos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	Desde que não haja, no exercício da atividade, o armazenamento de medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde, sangue e/ou produtos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade
5510-8/01	Hotéis	
5510-8/02	Apart-hotéis	
5510-8/03	Motéis	
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados Anteriormente	
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	

8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas Anteriormente	Desde que não haja no exercício da atividade o procedimento de esterilização de produtos relacionados à saúde; não haja a prestação de serviços de reprocessamento por gás óxido de etileno (E.T.O) ou suas misturas; não haja a prestação de serviços de esterilização por gás óxido de etileno ou suas misturas em hospital ou entidade a ele assemelhada; não haja a prestação

ANEXO II – TABELA ISSQN LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS

COD.	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
1.00	**Serviços de informática e congêneres:**	**Alíquota**
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	2
1.02	Programação.	2
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	2
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	2
2.00	**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza:**	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2
3.00	**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres:**	
3.01	vetado na edição da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.	-
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
4.00	**Serviços de saúde, assistência médica e congênere:**	
4.01	Medicina e biomedicina.	2
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos socorros, ambulatórios e congêneres.	2
4.04	Instrumentação cirúrgica.	2
4.05	Acupuntura.	2
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2

4.07	Serviços farmacêuticos.	2
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2
4.10	Nutrição.	2
4.11	Obstetrícia.	2
4.12	Odontologia.	2
4.13	Ortóptica.	2
4.14	Próteses sob encomenda.	2
4.15	Psicanálise.	2
4.16	Psicologia.	2
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	2
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)	5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020).	5
5.00	**Serviços de medicina e assistência veterinária e congênere:**	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	2
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos socorros e congêneres, na área veterinária.	2
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	2
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	2
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)	5
6.00	**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres:**	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2
6.05	Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.	2
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
7.00	**Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres:**	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3

7.02	Execuções, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3
7.04	Demolição.	5
7.05	Reparações, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3
7.08	Calafetação.	3
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive cortem e poda de árvores.	3
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3
7.14	vetado na edição da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.	-
7.15	vetado na edição da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3
8.00	**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza:**	

8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3
9.00	**Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres:**	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart service condominiais, flat, apart hotéis, hotéis residência, residence service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjet, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3
9.03	Guias de turismo.	3
10.00	**Serviços de intermediação e congêneres.**	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06	Agenciamento marítimo.	5
10.07	Agenciamento de notícias.	5
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5
11.00	**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres:**	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
12.00	**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres:**	
12.01	Espetáculos teatrais.	2
12.02	Exibições cinematográficas.	2
12.03	Espetáculos circenses.	2
12.04	Programas de auditório.	2
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, taxi dancing e congêneres.	2

12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2
12.10	Corridas e competições de animais.	2
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2
12.12	Execução de música.	2
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	2
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	2
13.00	**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia:**	
13.01	vetado na edição da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.	-
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
14.00	**Serviços relativos a bens de terceiros:**	
14.01	Lubrificações, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2
14.02	Assistência técnica.	5
14.03	Recondicionamentos de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5

14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	5
14.13	Carpintaria e serralheria.	5
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5
15.00	**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito:**	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)	5
15.02	Aberturas de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congênere.	5
15.05	Cadastros, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acessos, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissões, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing). (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devoluções de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5

15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimentos, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissões, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissões, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16.00	**Serviços de transporte de natureza municipal:**	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3
17.00	**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres:**	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congênere.	2
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra	2
17.05	Fornecimento de mão de obra em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviços.	2
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2
17.07	vetado na edição da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.	2
17.08	Franquias (franchising).	2
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2
17.10	Planejamentos, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2

17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2
17.13	Leilão e congêneres.	2
17.14	Advocacia.	2
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2
17.16	Auditoria.	2
17.17	Análise de Organização e Métodos.	2
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2
17.21	Estatística.	2
17.22	Cobrança em geral.	2
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	2
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
18.00	**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres:**	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19.00	**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres:**	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20.00	**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários:**	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	2
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	2

20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2
21.00	**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22.00	**Serviços de exploração de rodovia.**	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23.00	**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres:**	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2
24.00	**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres:**	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2
25.00	**Serviços funerários:**	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	2
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	2
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	2
26.00	**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres:**	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5
27.00	**Serviços de assistência social:**	
27.01	Serviços de assistência social.	2
28.00	**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza:**	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2
29.00	**Serviços de biblioteconomia:**	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	2
30.00	**Serviços de biologia, biotecnologia e química:**	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2
31.00	**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres:**	

31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2
32.00	**Serviços de desenhos técnicos:**	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	2
33.00	**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres:**	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2
34.00	**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres:**	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2
35.00	**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas:**	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2
36.00	**Serviços de meteorologia:**	
36.01	Serviços de meteorologia.	2
37.00	**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins:**	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2
38.00	**Serviços de museologia:**	
38.01	Serviços de museologia.	2
39.00	**Serviços de ourivesaria e lapidação:**	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2
40.00	**Serviços relativos a obras de arte sob encomenda:**	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	2

ANEXO III – DIVISÕES FISCAIS – LEI 035/2019 – PGV

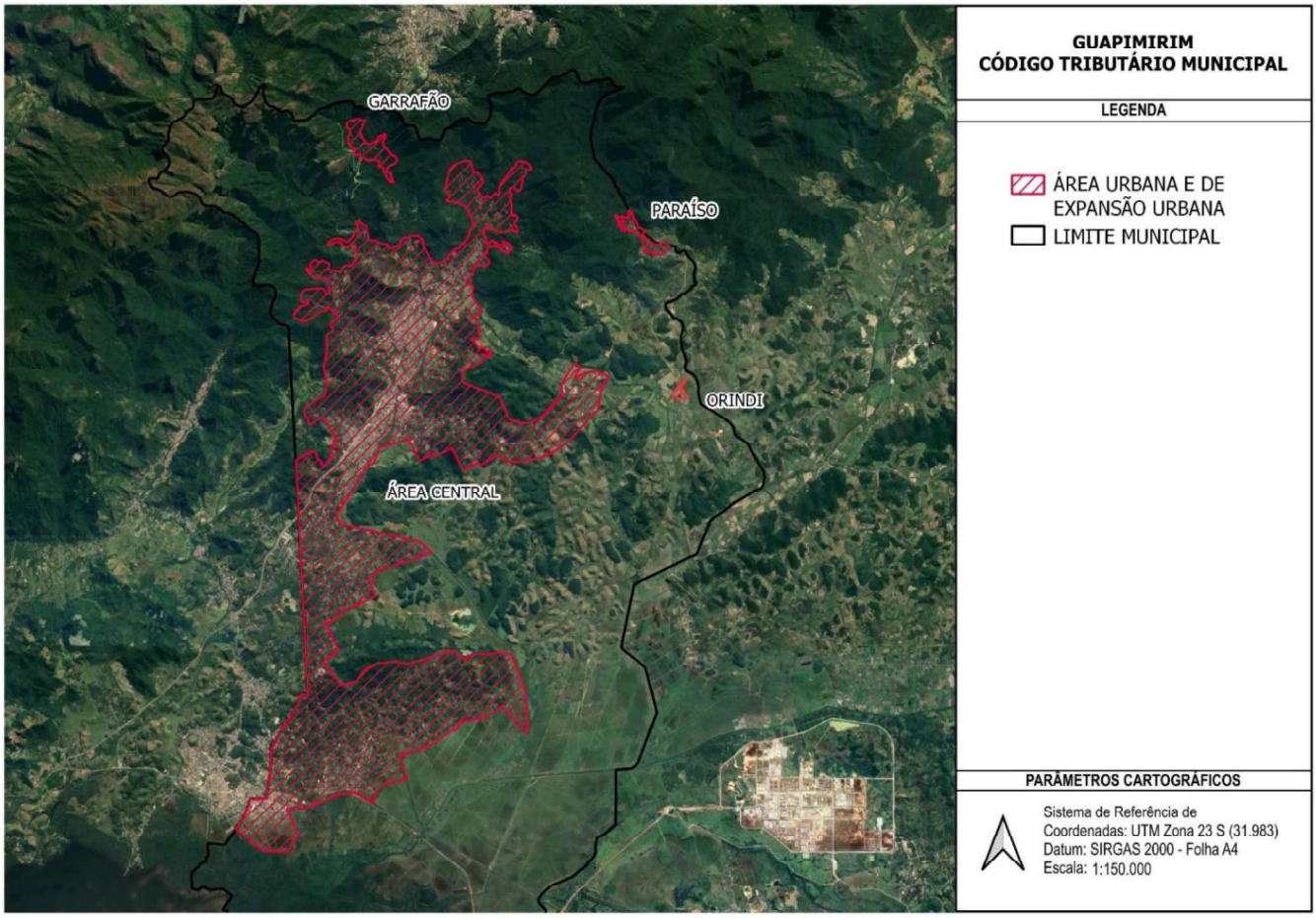
BAIRROS E LOTEAMENTOS - DIVISÕES FISCAIS			
Cód.	Bairro	Setorização	Loteamento
01	CANTAGALO	120	GUAPI VILA
		135	JARDIM CANTAGALO
		143, 171	JARDIM ITAMONTE
		212	PARQUE IRACEMA
		64	COND. BOSQUE DOS CAMBUCAS
		26	CANTAGALO
		27	CANTAGALO PEQUENO
		284	SERTÃO
		289, 287	SÍTIO SÃO GABRIEL
		328	CONDOMINIO ABREU'S
02	BANANAL	14	BANANAL
		136	JARDIM CONCÓRDIA
		162	JARDIM ENCANTADO
		148	JARDIM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
		324	BANANAL VILLAGE I
		16	BANANAL VILLAGE II
		158, 281	JARDIM SANTANA DO BANANAL
		203	PARQUE BANANAL
		246	PARQUE MODELO
03	BARREIRA	18	BARREIRA
		204	PARQUE BERNADELLI
		233	PARQUE SOBERBO
04	PARQUE SILVESTRE	232	PARQUE SILVESTRE
		36	CHAPÉU DE COURO
05	CADETE FABRES	113	GRANJAS CADETE FABRES
06	CANECA FINA	151	JARDIM PARAÍSO
		188	MARUÍPE
		241	PARQUE DA SERRA DA CANECA FINA
		23, 65	COND. BOSQUE DO SOSSEGO
		25	CANECA FINA
		292	SUCAVÃO
		302, 303	VALE DAS NASCENTES
07	ESPINHAÇO	89	ESPINHAÇO
08	CENTRO	13, 293	BAIRRO TEIXEIRA
		132	JARDIM ANGELA MARIA
		210	PARQUE FREIXAL

		294	TERRAS DO FREIXAL
		30	CENTRO
		316	VILA GUAPI
		318	VILA IPORÃ
		32	CENTRO/BARREIRA
		323	VILA RECREIO
		67	COND. FÊNIX
		75	COND. SOBERBO
09	CIDADE JARDIM GUAPIMIRIM	38	CIDADE JARDIM GUAPIMIRIM
10	CITROLANDIA	116	GRANJAS SÃO MARCOS
		12	BAIRRO DOS NETINHOS
		130,164	JARDIM ANÁPOLIS
		228, 269	PARQUE SANTA FILOMENA
		229	PARQUE SANTA TEREZINHA
		309	VILA CITROLÂNDIA
		47	CITROLÂNDIA
		6	ALDEIA DO JARAPITU
11	CORUJAS	205	PARQUE DAS ÁGUAS
		206, 240	PARQUE DA SERRA
		231	PARQUE SERRANO
		270	PARQUE SANTO ANTONIO
		79	CORUJAS
		80	CORUJAS DESMEMBRAMENTO FAZENDA
		326	COND. RANCHOS DA SERRA
12	COTIA	102	FAZENDA SANTA CONSTANÇA
		327	RESIDENCIAL DOS APÓSTOLOS
		68	COND. FERRADURA
		81	COTIA
		84	DOMUS
		88	EMERICK
13	GARRAFAO	137	JARDIM DEDO DE DEUS
		19	BIG VALLEY COUNTRY CLUB
		95	FAZENDA GARRAFÃO
14	ICONHA	126	ICONHA
		72,117, 119, 122, 123, 124	COND. PORTÃO AZUL
		134, 166	JARDIM BOA VISTA
		187, 56, 69	COND. MARIZA DORNELAS
		310	VILA CONSTANÇA
		317	VILA IONE
		71	COND. VALE DO RIO
		76	COND. VALE DAS ÁCACIAS

15	LIMOEIRO	144	JARDIM LIMOEIRO
		129	JARDIM ÁDILA
		160, 184	JARDIM SOBERBO
		186	LIMOEIRO
		277	COND. RANCHO LIMOEIRO
		35	CHÁCARA ENTRE RIOS
		48	COND. ALPHA I DO LIMEIRO
		51	COND. ALPHA II DO LIMEIRO
		286	SÍTIO DAS CACHOEIRAS
16	MONTE OLIVETTI	192	MONTE OLIVETTI
		92, 93	FAZENDA DA LAJE
17	NOVA MARILIA	147, 149, 150	JARDIM NOVA MARÍLIA
		244	PARQUE JANAÍNA
18	ORINDI	195	ORINDI
19	PAIOL	98	FAZENDA PAIOL
20	PARADA IDEAL	133	JARDIM AQUARIUS
		115	GRANJAS IDEAL
		157	JARDIM SANTA CLÁUDIA
		185	LIMA TEIXEIRA
		199	PARADA IDEAL
		209	PARQUE DOM PEDRO II
		230	PARQUE SANTO ANDRÉ
		291	SÍTIOS VALE DO PORÃ
21	PARADA MODELO	145	JARDIM MODELO
		320	VILA MODELO
		113	GRANJAS CADETE FABRES
22	PARAISO	202	PARAÍSO
23	PARQUE FREIXAL	211	PARQUE FREIXAL
		276, 278	RAIZ DA SERRA DE TERESÓPOLIS
24	PARQUE DA AJUDA	257	PARQUE NOSSA SENHORA DA AJUDA
25	VARZEA ALEGRE	307, 308	VÁRZEA ALEGRE
26	VILA OLIMPIA	159	JARDIM SANTO AMARO
		322	VILA OLIMPIA
27	PARQUE SANTA EUGÊNIA	168	JARDIM GLEBA AZUL
		268	PARQUE SANTA EUGÊNIA
		94, 99	FAZENDA ROCADO
28	QUINTA MARIANA	153	JARDIM QUINTA MARIANA
		273	QUINTA MARIANA
		280	ROSÂNGELA
29	SEGREDO	105	FAZENDA SEGREDO
		283	SEGREDO

30	VALE DAS PEDRINHAS	304	VALE DAS PEDRINHAS
31	VALE DO JEQUITIBÁ	305	VALE DO JEQUITIBÁ

ANEXO IV – MAPA ZONA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM



LEI Nº 272 / 03

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do Município de Natividade.

A Câmara Municipal de Natividade aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, II, da CF, constantes da lista do anexo I, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.
§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
§ 3º - O imposto de que trata a L.C. nº 116, de 31 de julho de 2003, incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º - A lista de serviços, objeto do anexo I, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.
§ 1º - A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando direito novo, mas apenas completando o alcance do direito existente;
§ 2º - A caracterização do fato gerador do ISSQN, não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receita, mas tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista do anexo I;
§ 3º - Para fins de enquadramento na lista de serviços:
I- o importante é a natureza, a "alma" do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;
II- o que importa é a essência, o "espírito" do serviço, ainda que o nome do mesmo não esteja previsto, literalmente, no anexo I;
III- para efeito de incidência do imposto, considera-se o local da prestação do serviço:
a)o do estabelecimento prestador;
b)na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador;
c)aquele que se efetuar a prestação, no caso de construção civil;

d)quando o prestador do serviço, ainda que autônomo, mesmo nele não domiciliado, vem exercer atividade no seu território, em caráter habitual ou permanente.

Art. 3º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, não incide sobre:
I- as exportações de serviços para o exterior do país;
II- a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III- o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
Parágrafo Único – Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 4º - O serviço considera-se prestado, por pessoa física ou jurídica, ocorrido o fato gerador e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:
I- do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta lei;
II- da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do anexo I;
III- da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do anexo I;
IV- da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do anexo I;
V- das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do anexo I;
VI- da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do anexo I;
VII- da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do anexo I;
VIII- da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do anexo I;
IX- do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do anexo I;
X- (Vetado)
XI- (Vetado)
XII- do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do anexo I;

XIII- da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do anexo I;
XIV- da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do anexo I;
XV- onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do anexo I;
XVI- dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do anexo I;
XVII- do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do anexo I;
XVIII- da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do anexo I;
XIX- do município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos no subitem 16.01 da lista do anexo I;
XX- do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista do anexo I;
XXI- da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista do anexo I;
XXII- do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista do anexo I.
§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04, objeto do anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;
§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01, objeto do anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Art. 5º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracteriza-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 6º - Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 7º - É facultado ao município, atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º - Os responsáveis a que se refere o artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada a sua retenção na fonte;
§ 2º - Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:
I- o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
II- a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do anexo I.

Art. 8º - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
§ 1º - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 do anexo I forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes existentes em cada município;

§ 2º - Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos no itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do anexo I;

Art. 9º - Fica estabelecido em 5% a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo, porém, seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

Art. 11 – Revogam-se todas as disposições da Lei nº 231, de 04 de dezembro de 2002, que colidirem ou alterarem o estatuído na presente matéria, mantidas inalteradas as demais disposições previstas no Código Tributário Municipal.

Prefeitura Municipal de Natividade, 31 dezembro de 2003.

Luiz Carlos Machado
Prefeito Municipal

Lista de Serviços Tributáveis
(Anexo I da Lei nº 272/03)

1. Serviços de informática e congêneres.	ALC
1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas.	4%
1.02. Programação.	4%
1.03. Processamento de dados e congêneres.	4%
1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	4%
1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	4%
1.06. Assessoria e consultoria em informática.	4%
1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	4%
1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	4%
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	4%
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01. (Vetado)	
3.02. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	4%
3.03. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	4%
3.04. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	4%
3.05. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	4%
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01. Medicina e biomedicina.	5%
4.02. Análises clínicas, patologia eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%
4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%
4.04. Instrumentação cirúrgica.	5%
4.05. Acupuntura.	5%
4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%
4.07. Serviços farmacêuticos.	5%
4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%
4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%
4.10. Nutrição.	5%
4.11. Obstetrícia.	5%
4.12. Odontologia.	5%

4.13. Ortóptica. 5%
4.14. Próteses sob encomenda. 5%
4.15. Psicanálise. 5%
4.16. Psicologia. 5%
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. 5%
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. 5%
4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. 2%
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 5%
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 5%
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência média, hospitalar, odontológica e congêneres. 5%
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. 5%

5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01. Medicina veterinária e zootecnia. 5%
5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. 5%
5.03. Laboratórios de análise na área veterinária. 5%
5.04. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. 5%
5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. 5%
5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 5%
5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 5%
5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. 5%
5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. 5%

6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. 3%
6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. 3%
6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. 4%
6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. 4%
6.05. Centros de emagrecimentos, spa e congêneres. 4%

7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. 3%
7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3%

7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. 4%
7.04. Demolição. 3%
7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3%
7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. 4%
7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. 3%
7.08. Calafetação. 3%
7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. 3%
7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. 3%
7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. 3%
7.12. Controle e tratamento de efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. 3%
7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres. 2%
7.14. (Vetado)
7.15. (Vetado)
7.16. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres. 2%
7.17. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. 2%
7.18. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. 3%
7.19. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. 3%
7.20. Aerofotogrametria (inclusiva interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. 5%
7.21. N.A.
7.22. N.A.

8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. 2%
8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. 2%

9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o

valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços). 5%
9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres. 5%
9.03. Guias de turismo. 4%

10. Serviços de intermediação e congêneres.
10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. 5%
10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. 5%
10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. 5%
10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring). 5%
10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. 5%
10.06. N.A.
10.07. Agenciamento de notícias. 3%
10.08.Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. 5%
10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. 2%
10.10. Distribuição de bens de terceiros. 5%

11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. 3%
11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas. 4%
11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas. 4%
11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. 5%

12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01. Espetáculos teatrais. 5%
12.02. Exibições cinematográficas. 5%
12.03. Espetáculos circenses. 4%
12.04. Programas de auditório. 5%
12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. 5%
12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres. 5%
12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 5%
12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres. 5%
12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. 5%
12.10. Corridas e competições de animais. 5%

12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. 5%
12.12. Execução de música. 5%
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 5%
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. 5%
12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. 5%
12.16. Exibição de filmes, entrevistas, músicas, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. 5%
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza. 5%

13. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.01. (Vetado)
13.02. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. 3%
13.03. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. 3%
13.04. Reprografia, microfilmagem e digitalização. 5%
13.05. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia. 5%

14. Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 5%
14.02. Assistência técnica. 3%
14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 5%
14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus. 5%
14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer. 5%
14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. 5%
14.07. Colocação de molduras e congêneres. 2%
14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. 2%
14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. 2%
14.10. Tinturaria e lavanderia. 2%
14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. 3%
14.12. Funilaria e lanternagem. 3%
14.13. Carpintaria e serralheria. 3%

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. 5%
15.02. Aberturas de contas em geral, inclusive de conta-corrente, conta de investimentos e aplicação em caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. 5%
15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. 5%
15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. 5%
15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. 5%
15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entregas de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. 5%
15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. 5%
15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito para quaisquer fins. 5%
15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing). 5%
15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. 5%
15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos e demais serviços a eles relacionados. 5%
15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. 5%
15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias

recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. 5%
15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. 5%
15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. 5%
15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. 5%
15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. 5%
15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. 5%

16. Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01. Serviços de transporte de natureza municipal. 2%

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. 4%
17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres. 2%
17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. 4%
17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. 3%
17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. 2%
17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. 5%
17.07. (Vetado)
17.08. Franquia (franchising). 5%
17.09. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. 3%
17.10. Planejamento, organização e administração e feiras, exposições, congressos e congêneres. 3%
17.11. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeita ao ICMS). 5%
17.12. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. 5%

17.13. Leilão e congêneres. 3%
17.14. Advocacia. 5%
17.15. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. 5%
17.16. Auditoria. 3%
17.17. Análise e Organização de Métodos. 3%
17.18. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. 3%
17.19. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. 3%
17.20. Consultoria e assessoria econômica ou financeira. 4%
17.21. Estatística. 4%
17.22. Cobrança em geral. 4%
17.23. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionadas a operações de faturização (factoring). 5%
17.24. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. 3%

18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. 5%

19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules, ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules, ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. 5%

20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01. N.A.
20.02. N.A.
20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres. 4%

21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. 4%

22. Serviços de exploração de rodovia.
22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. 4%

23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. 3%

24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização, visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização, visual, banners, adesivos e congêneres. 3%

25. Serviços funerários.
25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. 3%
25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. 3%
25.03. Planos ou convênios funerários. 3%
25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. 3%

26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres. 3%

27. Serviços de assistência social.
27.01. Serviços de assistência social. 2%

28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. 4%

29. Serviços de biblioteconomia.
29.01. Serviços de biblioteconomia. 3%

30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química. 4%

31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. 4%

32. Serviços de desenhos técnicos.
32.01. Serviços de desenhos técnicos. 4%

33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. 4%

34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. 5%

35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 4%

36. Serviços de meteorologia.
36.01. Serviços de meteorologia. 3%

37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. 5%

38. Serviços de museologia.
38.01. Serviços de museologia. 4%

39. Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço). 5%

40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. 5%

Convenção : NA – não aplicável pelo município.

Luiz Carlos Machado
Prefeito Municipal

Atualizações:
Lei nº. 2.318, de 26.06.2003;
Lei nº. 2.331, de 11.12.2003;
Lei nº. 2.379, de 18.11.2004;
Lei nº. 2.484, de 12/07/2006;
Lei nº. 3.028, de 14/11/2013;
Lei nº. 3.441, de 29/12/2017;
Lei nº. 3.442, de 29/12/2017;
Lei nº. 3.736, de 09/03/2021;
Lei nº. 4.029, de 15/12/2022.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL - RJ

LEI N.º2.182, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.000.
(Institui o Novo Código Tributário do Município de ParaíbadoSul–RJ e dá outras providências).

O Povo do Município de Paraíba do Sul - RJ,por seusrepresentantes,decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Artigo 1.º . Este Código estabelece o Sistema Tributário Municipal que dispõe sobre os fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamentos, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas gerais de direito fiscal a eles pertinentes.

LIVRO PRIMEIRO

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 2.º. O Sistema Tributário Municipal é subordinado:
I - à Constituição Federal;
II - ao Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172,de 25 de outubro de 1966, e demais Leis Federais complementares e estatutárias de normas gerais de DireitoTributário, desde que compatíveis com o Novo Sistema Tributário Nacional;
III – às Resoluções do Senado Federal;
IV- à Legislação Estadual, nos limites da respectiva competência.

Artigo 3.º . Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Artigo 4.º . A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I -a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
II -a destinação do produto da sua arrecadação.

Artigo5.º. Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Artigo 6.º . Além dos tributos que forem transferidos pela União, pelo Estado, integram o Sistema Tributário do Município:

I - os Impostos:
a) sobre Serviços de Qualquer Natureza;
b) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
c) sobre a Transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis;

II - as Taxas:
a) de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento;
b) de Fiscalização Sanitária;
c) de Fiscalização de Anúncio;
d) de Fiscalização de Aparelho de Transporte;
e) de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico;
f) de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro;
g) de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário;
h) de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante;
i) de Fiscalização de Obra Particular;
j) de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos;
k) de Serviço de Limpeza Pública;
l) de Serviço de Coleta de Lixo;
m) de Serviço de Iluminação Pública;
n) de Serviço de Conservação de Calçamento;
o) de Serviço de Pavimentação;
p) de Execução de Obras;
q) de Licença para Publicidade;
r) de Poder de Polícia;

III - a Contribuição de Melhoria.

Artigo7.º. Os impostos municipais não incidem sobre:

I – o patrimônio ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
II – templos de qualquer culto;
III – o patrimônio ou os serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e de instituições de educação ou de assistência social;
IV – o jornal, o livro e os periódicos, assim como o papel destinado exclusivamente à sua impressão;
V – o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representar em limitações ao mesmo.

Artigo 8.º. A imunidade tributária, prevista no artigo anterior:

I - no item I:
a) aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios e inerentes aos objetivos essenciais das pessoas jurídicas de direito público relacionadas;
b) não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente,no que se refere aos tributos de sua competência;
c) é extensiva às autarquias e às fundações, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais,ou delas decorrentes:
c.1) o imóvel transcrito em nome da autarquia ou da fundação,embora objeto de promessa de venda a particulares, continua imune;
c.2) sendo vendedora uma autarquia ou uma fundação, a sua imunidade não compreende o imposto sobre a transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, que é encargo do comprador;
c.3) a imunidade da autarquia ou da fundação financiadora,quanto ao contrato de financiamento, não

se estende à compra e venda entre particulares, embora constantes os dois atos de um só instrumento;

Parágrafo Único. A imunidade prevista no inciso I do artigo anterior e no inciso I do presente artigo, não se aplica ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigaçãode pagar o imposto relativo ao bem imóvel.

II – no item II, no que respeita aos bens imóveis, restringindo-se àqueles destinados ao exercício do culto, compreendidas as dependências destinadas à administração e aos serviços indispensáveis ao mesmo culto, não alcançando os utilizados na exploração de atividades econômicas;

III – no item III, está subordinada à observância, pelas entidades nele referidas, dos seguintes requisitos:

a) fim público;

b) ausência de finalidade de lucro, em caráter absoluto, não admitindo condições, ou seja, os resultados financeiros, por exercício, devem ser empregados, integralmente, em nome da própria entidade, para a consecução de seus objetivos institucionais;

c) ausência de remuneração para seus dirigentes ou conselheiros, ou seja, nenhum de seus membros devem ter cargo de direção com percebimento pecuniário pela instituição;

d) prestação de seus serviços sem qualquer discriminação, ou seja, prestados em caráter de generalidade ou universalidade, sem restrições, preferências ou condições a quantos deles necessitem e estejam no caso de merecê-los, em paridade de situação com outros beneficiários contemplados;

e) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

f) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

g) manterem escrituração de suas receitas e despesasem livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

h) os serviços são, exclusivamente, os diretamente relacionados como os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Artigo 9.º . O Secretário, responsável pela área fazendária, suspenderá aaplicação do benefício da imunidade tributária concedida aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação ou de assistência social, se houver descumprimento dos dispostos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso III do artigo anterior.

Artigo 10. Os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores e as instituições de educação ou de assistência social somente gozarão da imunidade, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

TÍTULO II

IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Artigo 11. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.

§ 1.º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I –meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II –abastecimento de água;

III –sistema de esgotos sanitários;

IV –rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2.º. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

§ 3.º.Os loteamentos aprovados devem atender:

a) à Lei Federal nº 6.766, de 19-12-1.979, que, no seu artigo 3.º, caracteriza, a zona urbana e de expansão urbana, o parcelamento do solo urbano pelo loteamento ou pelo desmembramento, conforme definido em Lei Municipal – Lei de Perímetro Urbano ou de Diretrizes Urbanísticas;

b) ao artigo 61 da Lei Federal nº 4.504, de 30-11-1.964, em consonância com o que prescreve o artigo 16 do Decreto-Lei nº57, de 18-11-1.966.

Artigo 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Artigo 13 . Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, observando o que retrata o Código Civil, em relação:

I – à propriedade, nos artigos 524 e seguintes;

II – ao domínio útil, nos artigos 678, 683, 686, 810, IV, 858 e 861;

III – à posse, nos artigos 485 e seguintes.

Artigo 14. São pessoalmente responsáveis pelo imposto:

I – O adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste aprova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – O espólio, pelos débitos do "*de cujus*", existentes à data da abertura da sucessão;

III – O sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "*de cujus*" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou de meação;

IV – A pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - A pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1.º. Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou menção.

§ 2.º. O disposto no item IV aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Artigo 15 .O imposto será devido, independentemente, da legitimidade dos títulos de aquisição ou posse do terreno ou da satisfação das exigências administrativas e legais para sua utilização.

Seção III

Da Base De Cálculo

Artigo 16. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo Único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Artigo 17. O valor venal do imóvel será determinado em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I – preços correntes das transações no mercado imobiliário;
II – zoneamento urbano;
III – características do logradouro e da região onde se situa o imóvel;
IV – características do terreno, como:
a) área;
b) topografia, forma e acessibilidade.
V -características da construção, como:
a) área;
b) qualidade, tipo e ocupação;
c) o ano da construção.
VI – custo deprodução.

Artigo 18 . O Executivo procederá, anualmente, através do Mapa de Valores Genéricos, à avaliação dos imóveis para finsde apuração do valor venal.

§ 1º. O valor venal, apurado mediante Lei, será o atribuído ao imóvel para o dia 1º de janeiro do exercício a que se referir o lançamento.

§ 2º. Não sendo expedido o Mapa de Valores Genéricos, os valores venais dos imóveis serão atualizados, através de Decreto, com base nos índices oficiais de correção monetária divulgados pelo Governo Federal.

Artigo 19 . O Mapa de Valores Genéricos (conforme tabela XVI anexa) conterá a Planta de Valores de Terrenos e a Planta de Valores de Construção que fixarão, respectivamente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:

I – a lotes, a quadras, à face de quadras, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos;

II -a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação, relativamente às construções.

Parágrafo Único . O Mapa de Valores Genéricos conterá, ainda, os fatores específicos de correção que impliquem depreciação ou valorização do imóvel.

Artigo 20 . O valor venal do terreno resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno e pelos fatores de correção, previstos no Mapa de Valores Genéricos, aplicáveis conforme as características do terreno.

Parágrafo Único. No cálculo do valor venal do terreno, no qual exista prédio em condomínio, será considerada a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma conforme a fórmula abaixo:

$$FI = \frac{TxU}{C}, \text{ onde:}$$

FI = fração ideal
T = área totaldo terreno
U = área da unidade autônoma edificada
C = área total construída

Artigo 21 . O valor venal da construção resultará da multiplicação da área total edificada pelo valor unitário de metro quadrado de construção e pelos fatores de correção, aplicáveis conforme as características predominantes da construção.

Parágrafo Único. O valor unitário do metro quadrado de construção e os fatores de correção serão obtidos na Tabela de Preços de Construção do Mapa de Valores Genéricos.

Artigo 22. A área total edificada será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou no caso de pilotis, da projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas de cada pavimento.

§ 1º. Os porões, jiraus, terraços, mezaninos e piscinas serão computados na área construída, observadas as disposições regulamentares.

§ 2º. No caso de cobertura de postos de serviços e assemelhados será considerada como área construída a sua projeção sobre o terreno.

§ 3º. As edificações condenadas ou em ruínas e as construções de natureza temporária não serão consideradas como área edificada.

Artigo 23 . No cálculo da área total edificada das unidades autônomas de prédios em condomínios, será acrescentada à área privativa de cada unidade, a parte correspondente das áreas comuns em função de sua quota-parte.

Artigo 24 . Nos casos singulares de imóveis para os quais, a aplicação dos procedimentos previstos nesta lei possaconduzir à tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá o Diretor de Rendas Mobiliárias rever os valores venais, adotando novos índices de correção.

Artigo 25 . O Imposto Sobre a Propriedade Predial eTerritorial Urbana será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal do imóvel:

I – 1% tratando-se de terrenos;

II – 0,5% tratando-se de prédios.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste imposto considera-se imóvel sem edificação, o terreno e o solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido também o imóvel que contenha:

I – Construção provisória que possa ser removidas em destruição ou alteração;

II – Construção em andamento ou paralisada;

III – Construção interditada, condenada, em ruínas, ou demolição.

Artigo 26. Não será permitido ao Município, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano:

I – A progressividade, uma vez que o IPTU é um imposto de natureza real em que não se pode levar em consideração a capacidade econômica do contribuinte, sendo, tão-somente, admissível para o fim extrafiscal de assegurar o cumprimento da função social da propriedade, obedecidos os requisitos previstos na Constituição Federal.

II – Adotar como base de cálculo a superfície do imóvel ou o"*status*" econômico de seu proprietário.

III – A fixação de adicional progressivo em função do número de imóveis do contribuinte.

IV – Mediante Decreto, proceder a sua atualização em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

Seção IV

Do lançamento e do Recolhimento

Artigo 27. O lançamento do IPTU será anual e deverá ter em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo Único. Serão lançadas e cobradas com o IPTU as taxas que se relacionam direta ou indiretamente com a propriedade ou posse do imóvel.

Artigo 28 . O lançamento será feito de ofício, com base nas informações e dados levantados pelo órgão competente, ou em decorrência dos processos de "Baixa e Habite-se", "Modificação ou Subdivisão de Terreno" ou, ainda, tendo em conta as declarações do sujeito passivo e de terceiros.

Parágrafo Único. Sempre que julgar necessário à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do imóvel, com base nas quais poderá ser lançado o imposto.

Artigo 29. O IPTU será lançado em nome de quem constar o imóvel no Cadastro Imobiliário.

Artigo 30 . O recolhimento do IPTU e das taxas que com ele são cobradasserá feito de acordo com a data estabelecida pelo Chefe do Executivo, através do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária devidamente autorizada ou na Tesouraria da Prefeitura.

~~ParágrafoÚnico.OrecolhimentodoIPTUseráefetuado:~~

~~I-Emumsópagamento,comadataestabelecidapelochefeoexecutivo;~~

~~II-Deformaparcelada,emnúmeroedatasestabelecidaspelochefedoexecutivo.~~

§ 1º. O recolhimento do IPTU será efetuado: (RedaçãodadapelaLeinº2.318,de26.6.2003)

I – Em um só pagamento, com a data estabelecida pelo Chefe do Executivo; (Redação dada pela Lei nº. 2.318, de 26.6.2003)

II – De forma parcelada, em número e datas estabelecidas pelo Chefe do Executivo. (Redação dada pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

§ 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, ao contribuinte que efetuar o pagamento na forma descrita no inciso I, do parágrafo primeiro deste artigo. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

§ 3º. O Poder Executivo regulamentará por decreto as formas de concessão dos descontos. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Artigo 31 . O Imposto sobre a Transmissão "Inter-Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI-IV- tem como fato gerador:

I – a transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

II – a cessão onerosa de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município.

Artigo 32. O imposto incide sobre as seguintes mutações patrimoniais:

I - a compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e de atos equivalentes;

II – os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, sem cláusulas de arrependimento, ou a cessão de direitos dele decorrentes;

III - o uso, o usufruto e a habitação;

IV – a dação em pagamento;

V – a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

VI – a arrematação e a remição;

VII – o mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e a venda;

VIII – a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

IX – acessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

X - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo seguinte;

XI – transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

XII – tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;

XIII - usufruto, uso e habitação;

XIV - instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;

XV – enfiteuse e subenfiteuse;

XVI - sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;

XVII – concessão real de uso;

XVIII – cessão de direitos de usufruto;
XIX – cessão de direitos do arrematante ou adjudicicante;
XX – cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;
XXI – acessão física, quando houver pagamento de indenização;
XXII – cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
XXIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial "*inter-vivos*", não especificado nos incisos anteriores, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos sobre imóveis (exceto os de garantia), bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos;
XXIV - lançamento em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a título de indenização ou pagamento de despesa;
XXV - cessão de direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente a comissão;
XXVI - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a herança em cujo monte existe bens imóveis situados no Município;
XXVII - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a legado de bem imóvel situado no Município;
XXVIII - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;
XXIX – todos os demais atos e contratos onerosos, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis,por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Artigo 33. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos, quando:

I – realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
II – em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes;
III – decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
IV - este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

Artigo 34 . Não se aplica o disposto nos incisos I e II do artigo anterior, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.
§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.
§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o §1º será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI-IV", sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

Seçãoll

Do Sujeito Passivo

Artigo 35. É contribuinte do imposto:
I – o adquirente ou cessionário do bem ou direito;
II – na permuta, cada um dos permutantes.

Artigo 36. Respondem solidariamente pelo imposto:
I -o transmitente;
II -o cedente;
III -os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

SeçãoIII

Da Base de Cálculo

Artigo 37. A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º. O valor será determinado pela administração fazendária, através de avaliação com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário ou constantes do Cadastro Imobiliário ou o valor declarado pelo sujeito passivo, se um destes últimos for maior.

§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI-IV", cujo modelo será instituído por ato do Secretário, responsável pela área fazendária.

Artigo 38. Na avaliação do imóvel serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos:

I - zoneamento urbano;
II – características da região, do terreno e da construção;
III – valores aferidos no mercado imobiliário;
IV – outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Parágrafo Único. Nas tornas ou reposições verificadas empartilhas ou divisões, o valor da parte excedente da meação ou quinhão, ou parte ideal consistente em móveis.

Artigo 39. A alíquota do ITBI-IV são as seguintes, tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou cedido:

I – Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação, a que se refere a Lei Federal Nº 4.380, de 21 de agosto de 1.964:
a) sobre o valor da parte financiada: 0,5% (cinco décimos por cento);
b) sobre o valor da parte não-financiada: 2,0% (dois por cento);

~~c) Nas demais transmissões: 3,0 % (três por cento).~~

~~II – Nas demais transmissões~~: (Redação dada pela Lei nº. 3.442, de 29.12.2017)

~~II.I – 4,0% (quatro por cento), para valores até 400.000 UFIR-RJ~~; Redação dada pela Lei nº. 3.442, de 29.12.2017)

~~II.II – 6% (seis por cento) para valores acima de 400.000 UFIR-RJ~~. Redação dada pela Lei nº. 3.442, de 29.12.2017)

II – 3% (três por cento) o valor do ITBI. (Redação dada pela Lei nº. 3.736, de 09.03.2021)

SeçãoIV

Do Lançamento edo Recolhimento

Artigo 40. O imposto será pago:

I - até 30 (trinta) dias, após a emissão da guia de recolhimento ou Documento de Arrecadação Municipal - DAM, quando a lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, for realizada no Município;

II – no prazo de 15 (quinze) dias:
a) da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do município;
b) da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;
c) da arrematação, da adjudicação ou da remição, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo

que essa não seja extraída;

III - nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.

Parágrafo Único. Caso oferecidos embargos, relativamente as hipóteses referidas na alínea "c", do inciso II, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que os rejeitou.

SeçãoV

Das Obrigações dos Notários e OficiaisdeRegistrosdeImóveiseseusPrepostos

Artigo 41.Osescrivães,tabeliães,oficiaisdenotas,deregistro de imóveise de registro de títulos edocumentose quaisquer outros serventuários da justiça,quando dapráticade atos que importem transmissão de bens imóveis oude direitos a eles relativos,bem como suas cessões,exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamentodoimposto,o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Artigo 42. Os escrivães,tabeliães,oficiaisdenotas,deregistro de imóveis e de registro de títulos e documentosficam obrigados a facilitar,à fiscalização da Fazenda PúblicaMunicipal,exame,em cartório, dos livros,registros e outros documentos e a lhe fornecer,quando solicitadas,certidõesdeatos que foram lavrados,transcritos,averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Artigo 43.Osescrivães,tabeliães,oficiaisdenotas,deregistro de imóveise de registro de títulos e documentosficam obrigados a, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do mês subseqüente a prática do ato de transmissão, comunicar à Prefeitura os seus seguintes elementos constitutivos :

I -Oimóvel,bemcomo ovalor,objetoda transmissão;
II -Onomeeo endereçodotransmitenteedo adquirente;
III -Ovalordoimposto,adatadepagamentoeainstituiçãoarrecadadora;
IV -Cópiadarespectivaguiaderecolhimento;
V -Outrasinformaçõesquejulgar necessárias.

SeçãoVI

DasDisposições Gerais

Artigo 44 . Nas transações em que figuraremcomoadquirentes ou cessionários,pessoas imunes ou isentas,ou em casos de não incidência,a comprovação do pagamento do imposto serásubstituída por declaração,expedida pelo órgão gestor do tributo.

Artigo45.Naaquisiçãodeterrenooufraçãoidealdeterrenobemcomonacessãodos respectivosdireitos,cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração,deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato,inclusive através de outros documentos,a critério do Fisco Municipal,sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel,incluída a construção e/ou benfeitoria,no estado em que se encontrarporocasião do ato translativo da propriedade.

CAPÍTULOIII

DOIMPOSTOSOBRESERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

~~Artigo 45/A . OImposto SobreServiços de QualquerNatureza tem como fato gerador a prestação,porpessoafísicaoujurídica, comou sem estabelecimentofixo, deserviçonãocompreendidona competência dos Estados e,especificamente,a prestação de serviço constante da seguinte relação:~~

~~1 -médicos, inclusiveanáliseclínicas,eletricidademédica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia,tomografiaecongêneres.~~

~~2 -hospitais, clínicas, sanatórios, laboratóriosdeanálise,ambulatórios,prontos-socorros,manicômios,casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.~~

~~3-bancosdesangue,leite,pele,olhos,sêmenecongêneres.~~

~~4-enfermeiros,obstetras,ortópticos,fonoaudiólogos,protéticos,(prótese dentária).~~

~~5 -assistência médicaecongêneresprevistosnositens1,2e3destaTabela,prestadosatravésde planos de medicinade grupo,convênios,inclusive com empresas para assistênciaaempregados.~~

~~6 -planosdesaúde,prestadosporempresaquenãoestejaincluídanoitem5destaTabelaequese cumpramatravésde serviços prestados por terceiros,contratadospelaempresaou apenas pagos poresta,mediante indicação do beneficiário do plano.~~

~~7 -(*Vetado.)*~~

~~8-médicosveterinários.~~

~~9-hospitaisveterinários,clínicasveterináriasecongêneres.~~

~~10 -guarda,tratamento,amestramento,adestramento,embelezamento,alojamento econgêneres, relativos a animais.~~

~~11-barbeiros,cabeleireiros,manicuros,pedicuros,tratamentodepele,depilaçãoecongêneres.~~

~~12-banhos,duchas,sauna,massagens,ginásticasecongêneres.~~

~~13-varrição,coleta,remoçãoeincineraçãodelixo.~~

~~14-limpezaedrenagemdeportos,riose canais.~~

~~15-limpeza,manutençãoeconservaçãodeimóveis,inclusiveviaspúblicas,parquesejardins.~~

~~16-desinfecção,imunização,higienização,desratizaçãoe congêneres.~~

~~17-controleetratamentodeefluentesdequalquernatureza edeagentesfísicose biológicos.~~

~~18-incineraçãoderesíduosquaisquer.~~

~~19-limpezade chaminés.~~

~~20-saneamentoambientalecongêneres.~~

~~21-assistênciatécnica (Vetado).~~

~~22 -assessoriaouconsultoriadequalquernatureza,nãocontidaemoutrositensdestaTabela, organização,programação,planejamento,assessoria,processamentodedados, consultoriatécnica, financeiraouadministrativa (Vetado).~~

~~23 -planejamento,coordenação,programaçãoouorganizaçãotécnica,financeiraou administrativa (Vetado).~~

~~24 -análises,inclusivedesistemas,exames, pesquisaseinformações,coletaeprocessamento dedadosdequalquernatureza.~~

~~25-contabilidade,auditoria,guarda-livros,técnicosemcontabilidadee congêneres.~~

~~26-perícias,laudos,examestécnicoseanálisestécnicas.~~

~~27-traduçõese interpretações.~~

~~28-avaliaçãodebens.~~

~~29-datilografia,estenografia,expediente,secretariaemgeralecongêneres.~~

~~30-projetos,cálculosedesenhostécnicosdequalquernatureza.~~

~~31-aerofotogrametria(inclusiveinterpretação),mapeamentoetopografia.~~

~~32 - execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil,de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva,inclusive serviços auxiliaresou complementares(***exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da***~~

prestação de serviços, que fica sujeito ao ICM).

33 - demolição.

34 - reparação e reforma de edifícios,estradas,pontes,portos e congêneres (***exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da prestação de serviços, que fica sujeito ao ICM).***

35 - pesquisas,perfuração,cimentação,perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração depetróleo e gás natural.

36 - florestamentoe reflorestamento.

37 - escoramentoecontenção deencostaseserviços congêneres.

38 - paisagismo,jardinagem e decoração (***exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM***.

39 - raspagem,calafetação,polimento,lustração depisos,paredesedivisórias.

40 - ensino,instrução,treinamento,avaliação deconhecimentos,dequalquergrauounatureza.

41 - planejamento,organização eadministração defeiras,exposições,congressosecongêneres.

42 - organização de festas e recepções,"buffet" ***(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICM)***.

43 - administração debensenegóciosdeterceiros edeconsórcios (Vetado).

44 - administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições financeiras autorizadas afuncionar pelo Banco Central).

45 - agenciamento, corretagemouintermediação decâmbio, desegurosedeplanosde previdência privada.

46 - agenciamento, corretagemouintermediação detítulosquaisquer(excetoarealizadapor instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

47 - agenciamento,corretagemouintermediação dedireitosdapropriedadeindustrial,artísticaou literária.

48 - assistência médicaecongêneresprevistosnositens1,2e3destaTabela,prestadosatravésde planos de medicinade grupo,convênios,inclusive com empresas para assistênciaaempregados.

49 - planosdesaúde,prestadosporempresaquenãoestejaincluídanoitem5destaTabelaequese cumpramatravésde serviços prestados por terceiros,contratadospelaempresaou apenas pagos poresta,mediante indicação do beneficiário do plano.

50 – (*Vetado.)*

51 - médicosveterinários.

52 - hospitaisveterinários,clínicasveterináriasecongêneres.

53 - guarda,tratamento,amestramento,adestramento,embelezamento,alojamento econgêneres, relativos a animais.

54 - barbeiros,cabeleireiros,manicuros,pedicuros,tratamentodepele,depilaçãoecongêneres.

55 - banhos,duchas,sauna,massagens,ginásticasecongêneres.

56 - varrição,coleta,remoçãoeincineraçãodelixo.

57 - limpezaedrenagemdeportos,riose canais.

58 - limpeza,manutenção econservação deimóveis,inclusiveviaspúblicas,parquesejardins.

59 - desinfecção,imunização,higienização,desratização e congêneres.

60 - controleetratamentodeefluentesdequalquernatureza edeagentesfísicose biológicos.

61 - incineraçãoderesíduosquaisquer.

62 - limpezade chaminés.

63 - saneamentoambientalecongêneres.

64 - assistênciatécnica (Vetado).

65 - assessoriaouconsultoriadequalquernatureza,nãocontidaemoutrositensdestaTabela, organização,programação,planejamento,assessoria,processamentodedados, consultoriatécnica, financeiraouadministrativa (Vetado).

66 - planejamento,coordenação,programaçãoouorganizaçãotécnica,financeiraou administrativa (Vetado).

67 - análises,inclusivedesistemas,exames, pesquisaseinformações,coletaeprocessamento dedadosdequalquernatureza.

68 - contabilidade,auditoria,guarda-livros,técnicosemcontabilidadee congêneres.

69 - perícias,laudos,examestécnicoseanálisestécnicas.

70 - traduções e interpretações.

71 - avaliaçãodebens.

72 - datilografia,estenografia,expediente,secretariaemgeralecongêneres.

73 - projetos,cálculosedesenhostécnicosdequalquernatureza.

74 - aerofotogrametria(inclusiveinterpretação),mapeamentoetopografia.

75 - execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil,de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva,inclusive serviços auxiliaresou

complementares(***exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da prestação de serviços, que fica sujeito ao ICM***).

76 -demolição.

77 - reparação e reforma de edifícios,estradas,pontes,portos e congêneres (***exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da prestação de serviços, que fica sujeito ao ICM).***

78 - pesquisas,perfuração,cimentação,perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração depetróleo e gás natural.

79 -florestamentoe reflorestamento.

80 -escoramentoecontençãodeencostaseserviços congêneres.

81 - paisagismo,jardinagem e decoração (***exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM***.

82 -raspagem,calafetação,polimento,lustraçãodepisos,paredesedivisórias.

83 -ensino,instrução,treinamento,avaliaçãodeconhecimentos,dequalquergrauounatureza.

84 -planejamento,organizaçãoeadministraçãodefeiras,exposições,congressosecongêneres.

85 - organização de festas e recepções,"buffet" ***(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICM)***.

86 -administraçãodebensenegóciosdeterceirosedeconsórcios (Vetado).

87 - administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições financeiras autorizadas afuncionar pelo Banco Central).

88 -agenciamento, corretagemouintermediaçãodecâmbio, desegurosedeplanosde previdência privada.

89 -agenciamento, corretagemouintermediaçãodetítulosquaisquer(excetoarealizadapor instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

90 -agenciamento,corretagemouintermediaçãodedireitosdapropriedadeindustrial,artísticaou literária.

91 -agenciamento,corretagemouintermediaçãodecontratosdefranquia-"franchise"-ede faturação-"factoring"(executam-seosserviçosexecutadosporinstituiçõesfinanceirasautorizadasa funcionar pelo Banco Central).

92 -agenciamento,organização,promoçãoeexecuçãodeprogramasdeturismo,passeios, excursões,guiasdeturismoe congêneres.

93 -agenciamentoou intermediação de bens móveise imóveisnão abrangidosnos itens44,45,46 e47.

94 -despachantes.

95 -agentesdapropriedade industrial.

96 -agentedapropriedadeArtísticaou Literária.

97 -leilão.

98- regulação de sinistros cobertos por contratos de seguro: inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.

99 - armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

100 – guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.

101 – vigilância ou segurança de pessoas e bens.

102 – transposte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município.

103 – diversões públicas:

a) (Vetado) cinemas, (Vetado) "taxi-dancing" e congêneres;
b) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
c) Exposições com cobrança de ingressos;
d) Bailes, "shows", festivais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;
e) Jogos eletrônicos;
f) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão por rádio ou por televisão. Execução de música, individualmente ou por conjuntos (Vetado).

104 – distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.

105 – fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).

106 – gravação e distribuição de filmes e "vídeo-tape".

107 – fotografia, ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.

108 – fotografia, cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.

109 – produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.

110 – colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.

111 – lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

112 – conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer obejto (exceto o fonecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

113 – recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao ICM).

114 – recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.

115 – recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.

116 – lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.

117 – instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.

118 – montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.

119 – cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.

120 – composição gráfica, fotolitografia

121 – colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

122 – locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.

123 – funerárias.

124 – alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

125 – tinturaria e lavanderia.

126 – taxidermia.

127 – recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.

128 – propraganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão,

~~reprodução, reprodução ou fabricação).~~

~~129 – veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão).~~

~~130 – serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais.~~

~~131 – advogados.~~

~~132 – engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos.~~

~~133 – dentistas.~~

~~134 – economistas.~~

~~135 – psicólogos.~~

~~136 – assistentes sociais.~~

~~137 – relações públicas.~~

~~138 – cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustações de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento ou outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).~~

~~139 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, fornecimento de talão de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques, ordens de pagamentos de créditos por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de ficha cadastral, aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas, emissão de carnês (neste item está abrangido o ressarcimento, às instituições financeiras, de gastos com portes do correio, telegramas, telex, teleprocessamento e outros, necessários à prestação dos serviços).~~

~~140 – transporte de natureza estritamente municipal.~~

~~141 – comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.~~

~~142 – hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviço).~~

~~143 – distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.~~

~~144 – exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequaçação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoramento, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.~~

~~§1º. A Lista de Serviços, embora taxativa eliminativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla e análoga na sua horizontalidade.~~

~~§2º. A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.~~

Artigo 45/A. OImposto SobreServiços de QualquerNatureza – ISSQN – tem como fato gerador a prestação de serviços,por quem quer que seja,com ou sem estabelecimento fixo, constantes da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII, ainda que esses não se constituam com atividade preponderantedo prestador. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 1º . Oimposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 2º . Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativasà Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 3º . O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 5º . A Lista de Serviços,embora taxativa elimitativa na sua verticalidade,comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 6º . A interpretação ampla e analógicaéaquelaque,partindo de um texto de lei,faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~Artigo46.Aincidênciadoimposto independe:~~
~~I -daexistênciadeestabelecimentofixo;~~
~~II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas,relativas àatividade,sem prejuízos das cominações cabíveis;~~
~~III -doresultadofinanceiroobtido;~~

Artigo 46.Aincidênciadoimpostoindepende:(RedaçãodadapelaLeinº2.331,de11.12.2003)
I -dadenominaçãodadaaoserviço prestado;(RedaçãodadapelaLeinº2.331,de11.12.2003)
II -daexistênciadeestabelecimentofixo;(RedaçãodadapelaLeinº2.331,de 11.12.2003)
III - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas,relativas à atividade,sem prejuízos das cominações cabíveis; (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
IV -doresultadofinanceiroobtido;(AcrescidopelaLeinº2.331,de11.12.2003)

~~Artigo47.Oimpostoédevidono Município:~~
~~I -quandoo serviçofor prestadoatravésdeestabelecimentosituadonoseuterritório,sejasede,filial,agência,sucursal ou escritório:~~
~~II -quandonafaltadeestabelecimento,houverdomicílio doseuprestadornoseuterritório;~~
~~III -quandoaexecuçãodeobrasdeconstruçãocivillocalizar-senoterritório;~~
~~IV -quandooprestadordeserviço,aindaqueautônomo,mesmonelenãodomiciliado,venhaexercer atividade no seu território,em caráter habitual ou permanente.~~

~~Artigo 47 . Os serviços considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local~~: (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

I ~~- do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1o do art. 45/A deste Código~~; (Redação dada pela Lei nº 2.331, de11.12.2003)
II ~~- da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa~~;(Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
III ~~- da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa~~; (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
IV - ~~da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa~~; (Redação dadapela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
V - ~~das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
VI - ~~da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
VII - ~~da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
VIII - ~~da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
IX - ~~do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de11.12.2003)
X - ~~do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
XI - ~~da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
XII ~~- da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
XIII - ~~onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
XIV - ~~dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

XV - ~~do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

XVI - ~~da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de11.12.2003)

XVII - ~~do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

XVIII - ~~do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº2.331, de 11.12.2003)

XIX - ~~da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa~~; (Acrescido pela Lei nº 2.331,de 11.12.2003)

XX - ~~do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa~~. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

Art. 47. O serviço considera-se prestado, e o imposto devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1º do art. 45/A deste Código;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, o caso dos serviços descritos no subtem 7.11 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

X – VETADO;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XI – VETADO;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaiquer fins e por quaisquer meios;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista

anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bem, no caso dos serviços descritos no subitem11.04 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XVIII – da execução dos serviços de diversão, no lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item16 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres e que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XXII – do terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da Lista anexa; (Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

~~XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista anexa.~~ (Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XXV – do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09. (Redação dada pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

~~§ 1º . No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não~~. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 1º . No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

~~§ 2º . No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada~~. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 2º . No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

~~§ 3º . Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados emáguas marítimas,excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.~~(Acrescido pelaLei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 3º . Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados emáguas marítimas,excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

~~§ 4º . Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas~~. (Acrescidopela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 4º . Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.(Redação dada pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 5º. Na hipótese de descumprimento do disposto no §7º do art. 55 desta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 6º. Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º ao 13 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do caput do artigo 47, o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 7º. No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de seriços anexa à Lei Complementar 2.182, de 20 de dezembro de 2000 (Código Tributário Municipal), tabela XVII, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 8º. Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no §7º deste artigo. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 9º. No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 2.182, de 20 de dezembro de 2000, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 10. O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 2.182, de 20 de dezembro de 2000 (Código Tributário Municipal) relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por: (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

I – bandeiras; (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

II – credenciadoras; ou (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

III – emissoras de cartões de crédito e débito. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 11. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referido no subitem 15.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 2.182, de 20 de dezembro de 2000, o tomador é o cotista. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 12. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 13. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País. (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

~~Artigo48.Oimpostonãoincidesobreos serviços:~~
~~I -comrelaçãode emprego;~~
~~II -detrabalhadores avulsos;~~
~~III-dediretoresemembrosdeConselhosConsultivosouFiscaisdesociedades.~~

Artigo 48.Oimpostonãoincidesobre:(RedaçãodadapelaLeinº2.331,de11.12.2003)

I – as exportações de serviços para o exterior do País; (Redação dada pela Lei nº 2.331, de11.12.2003)

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem com dos sócios-gerentes e dos gerantes-delegados; (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

III- o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

Parágrafo Único . Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil,cujoresultadoaquiseverifique,aindaqueopagamentosejafeitoporresidentenoexterior. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

SeçãoII

DoSujeito Passivo

~~Artigo49.Osujeitopassivodoimpostoéapessoafísicaoujurídicaprestadoradeserviço.~~

Artigo 49 . Osujeitopassivo do imposto é o prestador do serviço. (Redação dada pela Lei nº 2.331,de 11.12.2003)

SeçãoIII

DaPrestaçãodeServiço
SobaFormadeTrabalhoPessoaldoPróprio Contribuinte

Artigo 50 . Abasedecálculodo imposto sobre o serviços prestados soba forma de trabalho pessoal dopróprio contribuinteserádeterminada,anualmente,aplicando-se,aovalordaUnidadeFiscaldo Município U.F.M,a alíquota correspondente :

I -profissionalautônomodenívelelementar:0(zero) U.F.Ms;

II -profissionalautônomodenívelmédio:117,24(centoedezessetevírgulavinteequatro)U.F.Ms;

III - profissional autônomo de nível superior: 234,48 (duzentos e trinta e quatro vírgula quarenta e oito) U.F.Ms.

§ 1º. A prestação de serviço sob forma de trabalhopessoal dopróprio contribuinte é o simples fornecimentodetrabalho, porprofissional autônomo, quenãotenha,a seu serviço, empregadodamesma qualidade profissional.

§2º.Nãoseconsideraserviçopessoaldopróprio contribuinteoserviço prestado:
I -porfirmasindividuais;
II -emcaráterpermanente,sujeitoanormasdotomador,aindaqueportrabalhadorautônomo.

Artigo 51 . Os profissionais autônomos recolherão o ISSQN em 04 (quatro) parcelas trimestrais, vencíveis a partir de janeiro de cada ano, no dia quinze de cada mês, facultado o pagamento em parcelaúnica.

SeçãoIV

DaPrestaçãodeServiço SobaFormadeSociedadedeProfissional Liberal

~~Artigo52.Quandoos serviçosaquesereferemositens1,4,8,25,52,88,89,90,91e92 compreendidosnarelaçãoconstantenestaLei,foremprestadosporsociedades,estasficarãosujeitasao impostonaformadaseçãoanterior,calculado(mensalmente), levando-seemcontacadaprofissionalhabilitado,sócio,empregadoounão,queprestesserviçoemnomedasociedade,emboraass umindoresponsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.~~

~~Artigo 52 . Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90 91 e 92 compreendidos na relação constante nesta Lei, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma da seção anterior, levando-se em conta cada profissional habilitado ou sócio, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)~~

Artigo 52 . Quando os serviços forem prestados por sociedades de profissionais liberais, estesficarãosujeitosaoimpostonaformadasseçõesVeXXXIIdestecapítulo.(RedaçãodadapelaLeinº2.331,de11.12.2003)

~~Artigo 53 . A base de cálculo do imposto sobre oserviço prestado por sociedades será de 234,48 (duzentos e trinta e quatro vírgula quarenta e oito) U.F.M.s por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.~~

~~Artigo 53 . A base de cálculo do imposto sobre serviços prestado por sociedade será de 234,48 (duzentosetrintaequatrovírgula quarentaeoito)ufm'sporprofissionalhabilitado ousócio,que presta serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.~~ ~~(Redaçãodada pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)~~(Revogado pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~Artigo 54 . Deixa de ser de profissional liberal,asociedade em que se verifique qualquer uma dasseguintes hipótese:~~(Revogado pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~a)sócionãohabilitadoparaoexercícíodaatividadecorrespondenteaosserviçosprestados;~~(Revogado pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~b)sóciopessoajurídica;~~(RevogadopelaLeinº2.331,de11.12.2003)

~~c) quandoasociedadeexercer, também,a atividade com caráter empresarial.~~(Revogado pelaLei nº 2.331, de 11.12.2003)

SeçãoV

DaPrestaçãodeServiçosobaFormadaPessoaJurídica

~~Artigo 55 . Abasedecálculo do impostosobreo serviço prestado sobaforma de pessoajurídica será determinada,mensalmente,com base no preço do serviço.~~

~~§1º.Aalíquotaserá de:~~

~~I- 3%(trêsporcento),nositens3,5,13,14,15,16,17,18,19,20,32,33,34,35,36,37,38,39,40, 41,53,54,65,82,84e100,databeladeserviços.~~

~~II–5%(cincoporcento),nositens1,2,4,6,8,9,10,11,12,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,55,56,57,58,59,61,62,63,64,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,83,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,98e99,databeladeserviços.~~

~~III–10%(dezporcento),nositens60-a,60-b,60-c,60-d,60-e,60-fe66,databelade serviços.~~

~~IV–15%(quinzeporcento),nositens97e101.~~

~~V–30%(trintaporcento),nositens95e96,databelade serviços.~~

~~§2º.opreçodoserviço éareceitabrutaaelecorrespondente,semnenhumadedução.~~

~~§3º.nafaltadestepreço,ounãosendoeledesdelogoconhecido,seráelefixado,mediantoestimativa ou atravésde arbitramento.~~

Artigo 55 . Abasedecálculodoimposto sobreo serviço prestado sob a forma de pessoa jurídica, ou a ela equiparada, ou por sociedades de profissionais liberais, será o preço do serviço. (Redaçãodada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~§1º.AalíquotadoImpostoSobreServiçosdeQualquerNaturezaéde"5%"(cincoporcento).~~ (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 1º. As alíquotas do Imposto Serviços de Qualquer Natureza serão as seguintes: (Redação dada pela Lei nº. 3.028, de 14.11.2013)

I – 2% (dois por cento) para os serviços descritos nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, e seus respectivos subitens, da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII; (Redação dada pela Lei nº. 3.028, de 14.11.2013)

II – 5% (cinco por cento) para os serviços descritos nos itens 15, 19, 21 e 22, e seus respectivos subitens, da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII. (Redação dada pela Lei nº. 3.028, de 14.11.2013)

§ 2º. Opreçodoserviço éareceita bruta aelecorrespondente,semnenhuma dedução. (Redaçãodada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§3º.Nafaltadestepreço,ounãosendoeledesdelogoconhecido,seráelefixado,mediante estimativa ou atravésde arbitramento. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 4º . Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa a este Código, tabela XVII, forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso,à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 5º . Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 6º . Não serão abatidos da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza da empreiteira de construção civil, o valor pago por esta as subempreiteiras contratadas e destas a outras sucessivamente. (Acrescido pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 7º. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2%, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

Artigo 56 . O preço do serviço ou receita bruta compõeo movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Artigo 57 . Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Artigo 58 . Quando a prestação do serviço for subdividida em partes,considera-se devido o imposto no mês em queforconcluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Artigo 59 . Aaplicaçãodasregras relativas à conclusão,total ou parcial,da prestação do serviço,

independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento dequalquer obrigação contratual assumida por um contratanteemrelaçãoao outro.

Artigo 60 . As diferenças resultantes dosreajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que suafixação se tornar definitiva.

Artigo 61 .Nasincorporaçõesimobiliárias,quandoo construtor cumulara sua qualidade com a de proprietário,promitente comprador,cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais,a base de cálculo será o preço contratado comos adquirentes de unidades autônomas,relativo às cotas de construção.

ParágrafoÚnico.Considera-se,também,compromissadasasfraçõesideaisvinculadasàsunidades autônomas contratadaspara entrega futura,em pagamentode bens,serviços oudireitosadquiridos inclusive terrenos.

Artigo 62 . Quando não forem especificados,noscontratos,os preços das frações ideais deterreno e das cotas de construção,o preçodo serviço será a diferença entre o valortotal do contratoe o valor resultante da multiplicaçãodopreçode aquisição do terreno pela fração ideal vinculada àunidade contratada.

Artigo 63 . Nas incorporações imobiliárias,osfinanciamentos obtidosjunto aos agentes financeiros compõem aapuração da base de cálculo,salvo nos casos em que todos oscontratantes dos serviçosou adquirentessejam financiados diretamente pelo incorporador.

Artigo 63-A. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, item 21 da lista, será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.(Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 1º. Não integra a base de cálculo o valor:(Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

I – dos selos de fiscalização, taxas judiciárias e do Fundo de reaparelhamento da Justiça;(Acrescidopela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

II – de títulos pagos, apontados para protesto, dos juros e taxas de distribuição;(Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

III – repassado a juízes de paz conforme tabelas oficiais.(Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 2º. A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto sobre Serviços se fará mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação específica de regência. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

SeçãoVI

DosHospitais,Sanatórios,Ambulatórios,ProntosSocorros,CasasdeSaúdeedeRepouso,Clínica, Policlínica,Maternidades e Congêneres

Artigo 64 . Os hospitais,sanatórios,ambulatórios,prontos socorros,casa de saúde e de repouso, clínicas,policlínicas,maternidades e congênere,terão o imposto calculado sobrea receita bruta ou movimento econômico resultante da prestação desses serviços,inclusiveo valor da alimentação e dos medicamentos.

Artigo 64-A. Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre os valores cobrados e os repasses em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do item 4 da lista de serviço anexa a esta Lei, e desde que comprovados pelas respectivas Notas Fiscais de Serviços, na forma do regulamento. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

Parágrafo Único. São considerados serviços correlatose os curativos e as aplicaçõesde injeções efetuados noestabelecimento prestador do serviço ou a domicílio.

SeçãoVII

DosHotéis,Motéis,Pensões,Hospedarias,Pousadas,Dormitórios,CasadeCômodos,"Camping"e Congêneres

Artigo 65 . O imposto incidente sobre os serviços prestados por hotéis, pensões e congêneres será calculado sobre o preço da hospedagem e, ainda, sobre o valor da alimentação fornecida.

§ 1º. Equiparam-se a hotéis, motéis e pensões, as pousadas, os dormitórios, as casas de cômodos, os “campings” e congêneres.

§2º.Oimpostoincidirátambémsobreosserviçosprestadosporhotéis,pensõesecongênerese cobrados aos usuários, tais como:

I -locação,guardaouestacionamentodeveículos;

II -lavagemoupassagemaferrodepeçasdevestuário;

III - serviços de barbearia, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;

IV -banhos,duchas,saunas,massagens,utilizaçãodeaparelhosparaginásticaecongêneres;

V -aluguéldetoalhasouroupas;

VI -aluguéldeaparelhosdetelevisão,videocasseteousonoros;

VII -aluguéldesalõesparafestas,congressos,exposições,cursoseoutrasatividadescorrelatas;

VIII -cobrançadetelefonemas,telegramas,rádios,telexou portes;

IX -aluguéldecofres;

X -comissõesoriundasdeatividadescambiais.

Artigo 66 . Os hotéis e as pensões que possuam mais de 15 (quinze) unidades de hospedagem, ficam obrigados a utilizar, além do Livro de Registro de Serviço Prestado, o Livro "Registro de Ocupação Hoteleira".

Parágrafo Único. O livro "Registro de Ocupação Hoteleira" será preenchido, diariamente, antes dohorário de vencimento das diárias e conterá as seguintes informações:

I -otítulo:Livro "RegistrodeOcupaçãoHoteleira”;

II -onome ouarazão socialdo estabelecimento;

III -o númerode hóspedes;

IV -onúmerodeunidades ocupadas;

V -onúmerodediáriasvendidas,portipo;

VI -ovalordasdiáriasvendidas;

VII -arelaçãodeunidades ocupadas;

VIII -ostotaismensaisrelativosàocupaçãohoteleira;

IX -observaçõesdiversas.

SeçãoVIII

DoServiçodeTurismo

Artigo67.Sãoconsideradosserviçosdeturismoparaosfinsprevistosnesta Lei:

I -agenciamentoouvendadepassagensáreas,marítimas,fluviaiselacustres;

II -reservadeacomodaçãoemhotéiseestabelecimentossimilaresnopaísenoexterior;

III -organizaçãodeviagens,peregrinações,excursõesepasseios,dentroeforadopaís;

IV -prestaçãodeserviçoespecializadoinclusivefornecimentodeguiaseintérpretes;

V -emissãodecuponsdeserviçosturísticos;

VI - legalizaçãodedocumentosdequalquernaturezaparaviajantes, inclusiveserviçosde despachantes;

VII -vendaoureservadeingressosparaespetáculospúblicosesportivosou artísticos;

VIII -exploraçãodeserviçosdetransporteturísticosporcontapróprioaoude terceiros;

IX -outrosserviçosprestadospelasagênciasde turismo.

Parágrafo Único. Considera-se serviço de turismo,aquele efetuadopor empresas registradas ounão nos órgãos deturismo,visandoàexploração da atividade executada para fins de excursões,passeios, traslados ou viagens de grupos sociais,por conta própria ou através de agências,desde que caracterizada sua finalidade turística.

Artigo68.Abasedecálculodoimpostoincluirátodasasreceitasauferidaspeloprestadorde serviços,inclusive:

I -asdecorrentesdediferençasentreosvalorescobradosdousuárioeosvaloresefetivosdos serviçosagenciados ("over-price");

II -aspassagensehospedagensconcedidasgratuitamenteàsempresasdeturismo, quando negociadas com terceiros.

Artigo 69. Sãoindedutíveis quaisquerdespesas,tais como asdefinanciamentoe de operações,as passagens e hospedagens dos guias e intérpretes,as comissões pagas a terceiros,asefetivadas com ônibus turístico,restaurantes,hotéis e outros.

SeçãoIX

DasDiversõesPúblicas

Artigo70.Abasedecálculodoimpostoincidentesobrediversõespúblicasé,quandosetratarde:

I -cinemas,auditórios,parquesdediversões,opreçodoingresso,bilheteouconvite;

II -bilhares,bolicheseoutrosjogospermitidos,opreçocobradopelaadmissãoaojogo;

III -bailese"shows",opreçodoingresso,reservade mesaou"couvert"artístico;

IV -competições esportivas de natureza física ou intelectual,com ou sem participação do espectador,inclusive as realizadas em auditórios de rádio ou televisão,o preço doingresso ou da admissão ao espetáculo;

V -execução oufornecimentodemúsicaporqualquerprocesso,ovalordafichaoutalão,ouda admissão ao espetáculo,na falta deste,o preçodo contrato pela execução ou fornecimento da música;

VI -diversãopúblicadenominada"dancing",éopreçodoingressoouparticipação;

VII -apresentaçãodepeçasteatrais,músicapopular,concertoserecitaisdemúsicaerudita, espetáculosfolclóricose popularesrealizadoemcarátertemporário,o preço do ingresso,bilhete ouconvite;

VIII -espetáculodesportivoopreçodoingresso.

Artigo 71 . Os empresários,proprietários,arrendatários,cessionários ou quem quer que seja responsável,individual ou coletivamente,porqualquer casa de divertimento público acessível mediante pagamento,são obrigados a dar bilhete,ingresso ou entrada individualou coletiva,aos espectadoresou freqüentadores,sem exceção.

Artigo 72.Osdocumentossó terão valor quandochanceladosemvia únicapelo órgão competente, excetoos bilhetes modelo único obrigatoriamenteadotados pelos cinemasporexigênciadoInstituto Nacional do Cinema (INC).

Artigo73.Cadaingressodeveráserdestacado,emrigorosaseqüência,noatodavenda,pelo encarregado da bilheteria.

Artigo 74 . Os bilhetes,uma vez recebidos pelosporteiros,serão por estes depositados em urna aprovada pelaPrefeitura,devidamentefechada e selada pelo órgão competenteeque,só pelo representante legaldeste,poderáser aberta para verificação e inutilização dos bilhetes.

Artigo 75 . Osdivertimentos como bilhar,tiro aoalvo,autorama eoutros assemelhados,que não emitam bilhete,ingresso ou admissão,serão lançados,mensalmente,de acordo com a receita bruta.

Artigo76.AcritériodoFisco, oimpostoincidentesobreosespetáculosavulsospoderáser arbitrado

ParágrafoÚnico.Entende-se porespetáculosavulsosasexibiçõesesporádicasdesessõescinematográficas,teatrais "shows",festivais,bailes,recitaisou congêneres,assim como temporadas circences e de parques de diversões.

Artigo 77 .Oproprietário de localalugado para realização de espetáculosavulsosé obrigado a exigir do responsávelou patrocinador detais divertimentos a comprovação do pagamento de imposto,na hipótese de arbitramento.

ParágrafoÚnico.Realizadoqualquerespetáculosemocumprimentodaobrigaçãotributária, ficará o proprietário do local ondeseverificoua exibição responsável perante à Fazenda Pública Municipal pelo pagamento do tributo devido.

Artigo 78.Osresponsáveis porqualquercasa ou localemquese realizem espetáculosde diversões ou

exibição de filmes são obrigados a observar as seguintes normas:

I -darbilheteespecíficoacadausuáriodelugaravulso,camaroteou frisa;

II -colocartabuletanabilheteria,visível doexterior,deacordocomasinstruçõesadministrativas,que indique o preço dos ingressos;

III – comunicar, previamente, à autoridade competente, as lotações de seus estabelecimentos, bem como as datas e os horários de seus espetáculos e os preços dos ingressos.

§ 1º. O controle do uso dos ingressos, sua venda e inutilização deverão seguir as normas baixadas pelo órgão federal competente.

§2º.Oórgãotributáriopoderáaprovarmodelosdemapasfiscaisparacontroledopagamentodo imposto.

Artigo 79 . A base de cálculo do imposto devido pelas empresas exibidoras de filmes cinematográficos será equivalente ao valor da receita bruta.

Artigo 80 . Os livros e mapas fiscais das casas ou locais em que se realizem diversões, poderão ser substituídos por borderô entregue ao órgão federal competente, contendo as características pertinentes ao ISSQN, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 81 . As entidades públicas ou privadas, ainda que isentas do imposto ou dele imunes, são responsáveis peloimposto incidentesobreopreço dosserviços dediversõespúblicas,prestados emlocais de que sejam proprietárias, administradoras ou possuidoras a qualquer titulo.

Parágrafoúnico.Aresponsabilidadedequetrataesteartigoserásatisfeitamedianteopagamentodo imposto retido das pessoas físicas ou jurídicas, com fulcro no preço do serviço prestado, sendo aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida.

SeçãoX

DosServiçosdeEnsino

Artigo82.Abasedecálculodoimpostodevidopelosserviçosdeensinocompõem-se:

I - das anuidades, mensalidades, inclusiveastaxasdeinscriçãoe/oumatrículas,taxade dependência;

II -dareceitaoriundadomaterialescolar,inclusivelivros;

III -dareceitaoriundadostransportes;

IV -dareceitaobtidapelofornecimentodealimentaçãoescolar;

V -deoutrasreceitasobtidas,inclusiveasdecorrentesdeacréscimosmoratórios.

Artigo 83 . Fica instituído o Livro de Registro de Matriculas de Alunospara o ISSQN, ficando a critério do contribuinte o modelo a ser adotado, devendo o mesmo conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I -adenominação:Livro"RegistrodeMatrículasdeAlunos"parao ISSQN;

II -onomeeoendereço do aluno;

III -o número eadatadematrícula;

IV -asérie e ocurso ministrados;

V -adatadabaixa,transferênciaoutrancamentodematrícula;

VI -observaçõesdiversas;

VII - o nome, o endereço e os números da inscrição municipal, estadual e do CGC do impressor do livro, a data e o número de folhas que o livro contenha e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

§ 1º. Ao solicitar a autorização para impressão de documentos fiscais, deverá o contribuinte apresentar um modelo da impressão a ser executada.

§2º.OsestabelecimentosquejápossuíremoLivrodeMatrículadeAlunos,instituídoporoutroórgão do Poder Público, ficam desobrigados da adoção do Livro de Registro de que trata este artigo.

Artigo 84 . O estabelecimento particular de ensino poderá, em substituição à Nota Fiscal de Serviço, emitir Carnê de Pagamento de Prestações Escolares, no que se refere às mensalidades, semestralidades ou anuidades, bem como aos acréscimos moratórios, ou relação mensal nominal de pagamentos recebidos, acompanhada, esta, da emissão de nota fiscal única mensal.

§ 1º. Nos demais casos previstos neste Regulamento, deverão ser utilizadas Notas Fiscais de Serviço, desde que os mesmos não estejam incluídos nos carnês a que se refere este artigo.

§2º.OCarnêdePagamentodePrestaçõesEscolaresconterá,nomínimo,asseguintesindicações:
I -adenominação:"CarnêdePagamentodePrestaçãoEscolar";
II -onúmero deordem e,seforocaso,onomedobanco recebedor;
III -onome,oendereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipaledoCGCdoestabelecimento emitente;
IV -onome do aluno;
V -amatrículado aluno;
VI -ovalordaprestaçãoeaindicaçãodosacréscimoscobradosaqualquertitulo.

§3º.Aautorizaçãoparautilizaçãodoscarnês,aqueserefereesteartigo,obedecerá,noquecouber, às normas estabelecidas nesta Lei.

§4º.Aautorizaçãoaqueserefereoparágrafoanteriordeverásermantidanoestabelecimento respectivo, observadas as normas regulamentares exigidas para os livros e documentos fiscais.

§5º.Oscarnêsexistentesnestadatapoderãoserutilizadospelosujeitopassivo atéoseu término.

SeçãoXI

DaRecauchutagemeRegeneraçãodePneumáticos

Artigo85.Oimpostosobrearecauchutagemeregeneraçãodepneumáticosrecaiemqualquer etapa dos serviços,sejam estes destinados à comercialização ou ao proprietário,por encomenda.

SeçãoXII

DaReproduçãodeMatrizes,DesenhoseTextos

Artigo 86. Nos serviçosdereproduçãodematrizes,desenhos etextos por qualquerprocesso,o imposto serádevidopelo estabelecimento prestador do serviço.
ParágrafoÚnico.Considera-seestabelecimentoprestador, nocasodeutilização demáquinas copiadoras,aquele onde as mesmas estiverem instaladas.

SeçãoXIII

DacomposiçãoeImpressão Gráfica

Artigo 87 . Oimposto incide sobre a prestaçãodosseguintes serviços,relacionados com o ramo das artes gráficas:
I - composiçãográfica, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografiaeoutrasmatrizesde impressão;
II -encadernaçãodelivroserevistas;
III -impressãográficaemgeral,commatéria-primafornecidapeloencomendanteouadquiridade terceiros;
IV -acabamentográfico.

ParágrafoÚnico.Nãoestásujeitaàincidênciadoimpostosobreserviçosconfecçãodeimpressos

emgeral,quesedestinemàcomercializaçãoouàindustrialização.

SeçãoXIV

DosServiçosdeTransporteedeAgenciamentode Transporte

Artigo 88 . Estão sujeitos à incidência do imposto calculado sobre o preço da atividade desenvolvida, os seguintes serviços de transportes:

I - coletivo depassageiros e de cargas,o que érealizado em regime de autorização,concessão ou permissãodopoder competente,cujotrajetoesteja contido nos limites geográficos do Município e que tenha itinerário certo e determinado,de natureza estritamente municipal;

II - individual de pessoas,de cargas e valores,o que é realizado em decorrência de livre acordo entre o transportadore o interessado,sem itinerário fixo.

Artigo 89 . Considera-se,também,transporte denatureza municipal oque se destina a municípios adjacentes,integrantes do mesmo mercado de trabalho,decorrente de contratoscelebrados com pessoas físicasou jurídicas,aindaquesemautorização,concessão ou permissão do poder competente.

Parágrafo Único. É vedado às empresasque exploram os serviços detransportes deduzir do movimento econômico os pagamentos efetuados a terceiros,a qualquer título.

SeçãoXV

DosServiçosdePublicidadee Propaganda

Artigo 90 . Considera-se agência de propagandaapessoa jurídica especializada nos métodos,na arte e na técnica publicitária,que estuda,concebe,executa e distribui propagandaaos veículos de divulgação,pororademecontadeclientesanunciantes,com oobjetivo depromoveravendademercadorias, produtos e serviços,difundir idéias ou informar o público a respeitode organizações ou instituições a que servem.

Parágrafo Único. Incluem-se no conceito de agência de propaganda osdepartamentos especializados de pessoas jurídicasque executam os serviços de propaganda e publicidade.

Artigo91.Nosserviços depublicidadeepropaganda,abasedecálculocompreenderá:

I -ovalordascomissõesehonoráriosrelativosàveiculação;

II -opreçorelativo aosserviçosdeconcepção,redaçãoeprodução;

III -ataxadeagenciamentocobradados clientes;

IV - opreço dos serviços especiais que executem,tais como pesquisa de mercado,promoção de vendas,relações públicas e outros ligados à atividade.

SeçãoXVI

DaDistribuição,VendadeBilhetesdeLoteriaeAceitação deApostasdasLoteriasEsportivasedeNúmeros (Jogos)

Artigo92 . Nos serviçosdedistribuiçãoe vendadebilhetes,loteriasesportivasedenúmeros, compõem-seabase de cálculoascomissões ou vantagens auferidaspeloprestador do serviço.

Seção XVII

DaCorretagem

Artigo 93 . Compreende-se como corretagem,a intermediação de operações com seguros, capitalização,câmbio,valores, bens móveis e imóveis, inclusive o agenciamento de cargas e de navios efetuadoporagências de navegação e a respectiva interveniência na contratação de mão-de-obra para estiva e desestiva.

Parágrafo Único. O imposto incide sobre todas ascomissões recebidasou creditadas no mês, inclusive sobre aquelas auferidas por sócios ou dirigentes das empresas.

Artigo 94 . As pessoas jurídicas que promovam a corretagem ou a intermediação na venda de imóveis deverão recolher o tributo sobre o movimento econômico resultante das comissões auferidas, a qualquer título, vedada qualquer dedução.

Artigo 95 . Os contribuintes que prestam os serviços de que trata o artigo anterior ficam obrigados a manter, rigorosamente, escriturado o Livro de Registro de Opções de Venda, cujos modelo e tamanho ficam a critério do contribuinte, devendo, porém, o mesmo conter as seguintes indicações:

I -onomedoproprietárioouresponsávelpeloimóvel àvenda;

II -alocalizaçãodoimóvelouotipodebem móvel;

III -ovalordevendaconstantedaopção(oferecimento);

IV -apercentagemdacomissãocontratada,inclusivesobreo“over-price”;

V -adatae oprazo da opção;

VI -ovalordavenda,adataeocartórioemqueforlavradaaescrituradecompraevenda,seforo caso;

VII -ovalordacomissãoauferida;

VIII -onúmero danotafiscalde entrada;

IX -observaçõesdiversas;

X -onome,oendereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipal,estadualedoCGCdoimpressordo livro.

SeçãoXVIII

DoAgenciamentoFunerário

Artigo 96 . O imposto devido pelo agenciamentofunerário tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:

I -dofornecimentodeurnas,caixões,coroaseparamentos;

II -dofornecimentodeflores;

III -doaluguelde capelas;

IV -dotransporte;

V -dasdespesasrelativasacartóriosecemitérios;

VI -dofornecimentodeoutrosartigosfunerários oudedespesasdiversas.

Parágrafo Único. Nos casos de serviços prestados aconsórcio ou similares,considera-se preço a receitabrutaoriunda dos valores recebidos a qualquer título.

SeçãoXIX

DoArrendamentoMercantilou "Leasing"

Artigo 97 . Considera-se "Leasing" aoperaçãorealizada entre pessoasjurídicasquetenham por objeto o arrendamento de bens adquiridosdeterceirospela arrendadora,para fins de uso próprio da arrendatária e que o tendam às especificações desta.

Parágrafo Único. O imposto deverásercalculadosobre todos os valores recebidos na operação, inclusive aluguéis,taxa de intermediação,de administração e de assistência técnica.

SeçãoXX

DasInstituiçõesFinanceiras

Artigo 98.Consideram-setributáveisosseguintesserviçosprestadosporinstituiçõesfinanceiras:

I -cobrança,inclusive doexterioreparaoexterior;

II -custódiadebensevalores;

III -guardadebensemcofresoucaixas fortes;

IV -agenciamento,corretagemouintermediaçãodecâmbioe seguros;

V -agenciamentodecréditoe financiamento;

VI -planejamentoeassessoramentofinanceiro;

VII -análisetécnicaoueconômico-financeiradeprojetos;

VIII -fiscalizaçãodeprojetoseconômico-financeiros,vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;

IX -auditoriaeanálise financeira;

X -captaçãoindiretaderecursosoriundosdeincentivosfiscais;

XI -prestaçãodeavais,fianças,endossoseaceites;

XII -serviçosdeexpedienterelativosa:

a) transferênciadefundos,inclusive doexteriorparaoexterior;

b) resgatedetítulosouletrasderesponsabilidadedeoutras instituições;

c) recebimentosa favor de terceirosdecarnês,aluguéis,dividendos,impostos,taxas e outras obrigações;

d) pagamento, porcontadeterceiro, debenefícios, pensões, folhasdepagamento, títulos cambiais e outros direitos;

e) confecçãodefichascadastrais;

f) fornecimentodechequesdeviagens,talõesdechequesechequesavulsos;

g) fornecimentodesegundasviasoucópiasdeavisosdelançamento,documentosouextratode contas;

h) visamentodecheques;

i) acatamentodeinstruçõesdeterceiros,inclusiveparaocancelamentodecheques;

j) confecçãooupreenchimentodecontratos, aditivoscontratuais,guiasouquaisqueroutros documentos;

l) manutençãodecontasinativas;
m) informaçãocadastralsobaformadeatestadosdeidoneidade,relações,listas,etc;
n) fornecimentoinicialourenovação de documentos de identificação de clientes da instituição, titulares ou não de direitos especiais,sobaforma de cartão de garantia,cartão de crédito,declarações e etc.;
o) inscrição,cancelamento,baixa ou substituição de mutuários ou de garantias,em operações de crédito oufinanciamento;
p) despachos,registros,baixaseprocuratórios;

XIII -outrosserviçoseventualmenteprestadosporestabelecimentosbancáriose demais instituiçõesfinanceiras,com ressalva das hipóteses de não incidência,prevista na legislação.

§1º.Basede cálculodoImpostoSobreServiçosdeQualquerNatureza,dequetrataestaSeção inclui:
a) osvalorescobradosatítuloderessarcimentodedespesascomimpressãográfica,cópias, correspondências,telecomunicações,ouserviçosprestadosporterceiros;
b) osvalores relativos ao ressarcimento de despesas de serviços,quandocobradosde coligadas, decontroladasoude outros departamentos da instituição;
c) a remuneração peladevoluçãointernadedocumentos,quandoconstituir receitado estabelecimento localizado no Município;
d) o valor da participação de estabelecimentos,localizados noMunicípio,em receitas de serviços obtidos pelaInstituição como um todo.

§ 2º.A caracterização dofatogeradordaobrigação tributária não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receita,mas de suaidentificação com os serviços descritos.

SeçãoXXI

DoCartãode Crédito

Artigo 99 . Oimpostoincidente sobreaprestaçãode serviços através de cartão de crédito será calculado sobre o movimento econômico resultante das receitas de:
I -taxadeinscriçãodousuários;
II -taxaderenovaçãoanual;
III -taxadefiliaçãodeestabelecimento;
IV -taxadealteraçãocontratual;
V -comissãorecebidadosestabelecimentosfiliados-lojistas-associados,atítulodeintermediação;
VI -todasasdemaistaxasatítulodeadministraçãoecomissõesatítulodeintermediação;

Artigo 99-A. As credenciadoras que prestam serviços para as administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito promovidas por estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Paraíba do Sul. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 1º. As informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimento prestador de serviços localizado em Paraíba do Sul. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 2º. Considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para as administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Paraíba do Sul, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito ou débito. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

§ 3º. Regulamento disciplinará a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata este artigo. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

Artigo 99-B. O não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações: (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

I – multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços

localizados em Paraíba do Sul; (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

II – multa de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por mês, pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Paraíba do Sul. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

Seção XXII

DoAgenciamentodeSeguros

Artigo 100.Oimpostoincidesobreareceitabrutaproveniente:
I -decomissãodeagenciamentofixadapelaSUSEP(SuperintendênciadeSegurosPrivados);
II -daparticipaçãocontratualdaagêncianosrendimentosanuais, obtidospelarespectiva representada.

SeçãoXXIII

Da Construção Civil,Serviços Técnicos, Auxiliares,ConsultoriaTécnicaeProtestosdeEngenharia

Artigo 101.Considera-seobrasdeconstruçãocivil,obrashidráulicaseoutrassemelhantes,a execuçãoporadministração,empreitada ou sub-empreitada de:
I -prédio,edificações;
II -rodovias,ferroviaseaeroportos;
III -pontes,túneis,viadutos,logradouroseoutras obras de urbanização,inclusive os trabalhos concernentes asestruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;
IV -pavimentaçãoemgeral;
V -regularizaçãodeleitosouperfisderios;
VI -sistemasdeabastecimentosdeáguaesaneamentoem geral;
VII -barragensediques;
VIII -instalaçõesdesistemasdetelecomunicações;
IX -refinarias,oleodutos,gasodutosesistemadedistribuiçãodecombustíveislíquidosegasosos;
X -sistemasdeproduçãoedistribuiçãodeenergia elétrica;
XI -montagensdeestruturasemgeral;
XII - escavações, aterros, desmontes, rebaixamentodelençolfreático, escoramentose drenagens;
XIII -revestimentodepisos,tetoseparedes;

XIV -impermeabilização,isolamentostérmicoseacústicos;
XV -instalaçõesdeágua,energiaelétrica,vaporelevadoresecondicionamentosdear;
XVI -terraplenagens,enrocamentosederrocamentos;
XVII -dragagens;
XVIII -estaqueamentosefundações;
XIX -implantaçãodesinalizaçãoemestradaserodovias;
XX -divisórias;
XXI -serviços decarpintariadeesquadrias,armaçõesetelhados.

Artigo102.Sãoserviçosessenciais,auxiliaresoucomplementaresdaexecuçãodeobrasde construção civil,hidráulicas e outras semelhantes:
I -osseguintesserviçosdeengenharia consultiva:
a) elaboraçãodeplanosdiretores,estimativasorçamentárias,programaçãoe planejamento;
b) estudosdeviabilidadetécnica,econômicaefinanceira;
c) elaboraçãodeanteprojetos,projetosbásicos,projetosexecutivosecálculosdeengenharia;
d) fiscalização,supervisãotécnica,econômicae financeira;
II -levantamentostopográficos,batimétricosegeodésicos;
III -calafetação,aplicaçãodesintecosecolocaçãodevidros.

ParágrafoÚnico.Osserviçosdequetrataoartigosãoconsideradoscomo auxiliares de construção civil e hidráulicas,
quandorelacionados àestasmesmasobras, apenasparafinsdealíquota, devidooimpostoneste Município.

Artigo103.NãoseenquadramnestaSeçãoosserviçosparalelosàexecuçãodeobrasdeconstrução civil,hidráulicasou semelhantes para fins de tributação,tais como:
I - locação de máquinas acompanhadas ou não de operador, motores,formas metálicas e outras,equipamentos e respectiva manutenção;
II -transporteefretes;

III -decoraçõesemgeral;
IV -estudosdemacro e microeconomia;
V -inquéritosepesquisasdemercado;
VI -investigaçõeseconômicasereorganizaçõesadministrativas;
VII -atuaçãopormeiodecomissões,inclusivecessãodedireitosdeopçãodecompraevendade imóveis;
VIII -outrosanálogos.

Artigo104.Éindispensávelaexibiçãodoscomprovantesdoimpostoincidentesobreaobra:
I -naexpedição do"habite-se"ou"autodevistoria",enaconservaçãodeobras particulares;
II -nopagamentodeobrascontratadascomoMunicípio.

Artigo 105 . O processoadministrativodeconcessãode "habite-se",ou da conservação da obra, deverá ser instruído pela unidade competente,sob pena de responsabilidadefuncional,com os seguintes elementos:
I -identificaçãodafirmaconstrutora;
II -contratodeconstrução;
III -númeroderegistrodaobraounúmerodolivrooufícharespectiva,quandohouver;
IV -valordaobraetotaldoimpostopago;
V -datadopagamentodotributoenúmerodaguia;
VI -númerodeinscriçãodosujeitopassivonoCadastroMobiliário;
VII -escrituradeaquisiçãodoterreno,tantoemcasodeobraprópria,comodeincorporação.

SeçãoXXIV

DaConsignaçãodeVeículos

Artigo 106 . As pessoas jurídicas que promovam a intermediação de veículos, por consignação, deverão recolher o imposto sobre as comissões auferidas, vedada qualquer dedução.

SeçãoXXV

DaAdministraçãodeBens Imóveis

Artigo107.Abasedecálculodoimposto,paraestaatividade,éopreçodosrespectivosserviços,a saber:
I -comissões,aqualquertítulo;
II -taxa de cadastro;
III -taxadeelaboraçãoourescisãodecontrato;
IV -acréscimosmoratórios;
V -demaisserviçossujeitosaoimposto.

Artigo 108 . Será permitida, em substituição ao uso da Nota Fiscal de Serviços, a utilização de relação mensal nominal de pagamentos recebidos, acompanhada de nota fiscal única mensal, obedecido, quanto a esta, o que dispõe esta Lei.

Artigo 109 . Fica instituído o Livro de Registro de Administração de Bens Imóveis, cujo modelo e dimensões ficam a critério do contribuinte, devendo o mesmo conter, obrigatoriamente, as seguintes indicações:
I -adenominação:Livro"RegistrodeAdministraçãodeBensImóveis";
II -oendereçodoimóvelobjetodaprestaçãodoserviço;
III -onomeeoendereçodoproprietárioouresponsávelpeloimóvel;
IV -asdatasdeinícioetérminodocontrato;
V -observaçõesdiversas;
VI - o nome, o endereço e os números das inscrições municipal, estadual e do CGC do impressor do livro, a data e o número de folhas que o mesmo contenha e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

Parágrafo único. O pedido de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais deverá ser acompanhado de um modelo da impressão a ser executada.

Artigo 110. Os contribuintes que exerçam a atividade de que trata esta Seção, serão obrigados ao uso do livro instituído no artigo anterior, devidamente, autenticado no órgão municipal competente, bem como a manter sua escrituração, rigorosamente, em dia.

SeçãoXXVI

DaExploraçãodeMáquinas,AparelhoseEquipamentos

Artigo 111 . O imposto incide sobre a receita total decorrente da exploração de máquinas, aparelhos e equipamentos, aplicando-se a alíquota correspondente à atividade explorada.

Artigo 112 . O locador de máquinas, aparelhos e equipamentos é responsável pelo imposto devido peloslocatários,semprejuízo dopagamentodoimpostoporeledevidoerelativo àlocaçãodosreferidosbens.

Artigo 113 . Os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem as máquinas, os aparelhos ou os equipamentos são responsáveis pelo imposto relativo à exploração destes quando seus proprietários ou locadores não estiverem estabelecidos neste Município.

SeçãoXXVII

DosServiçosdeRevelaçãoeLocaçãodeFilmes,
Aluguel de Aparelhos Sonoros e Congêneres

Artigo114.Oimpostoincidirásobreosseguintesserviços:
I -revelaçãoeampliação;
II -taxasdeinscrição,renovaçãoedemaisemolumentoscobradosdosassociadosouusuáriosdos serviços;
III -locaçãodefilmes,fitasdevídeo,discosedemaisartefatossonorosouaudiovisuais;

IV - transcrição de fotografias, películas cinematográficas, gravuras, slides e similares para fitas de videocassete ou semelhantes;
V -reproduçãodefitasdevideocasseteoudepelículascinematográficas;
VI -conserto,instalação,montagem,reparaçãoeconservaçãodeaparelhosdevideocassete, filmadoras e demais engenhos sonoros ou audiovisuais;
VII -exibiçãodefitasdevideocassetecomcobrançadeingresso;
VIII -outrosserviçoscongêneres.

Artigo115.Noagenciamentodeserviçosderevelaçãodefilmescinematográficosoufitasde videocassete e similares, a base de cálculo será o valor cobrado do usuário.

Artigo 116 . Sujeitam-se ao pagamento do imposto todas as pessoas jurídicas que prestarem os serviços discriminados no artigo anterior mesmo que não constituídas como clubes de cinema, videocasseteou de outros artefatos sonoros ou audiovisuais.

SeçãoXXVIII

DasCompanhiasde Seguros

Sub-SeçãoI

DaIncidênciaedaBasedeCálculo

Artigo 117 .O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre a taxa de coordenação recebida pela companhia de seguro, decorrente da liderança em co-seguro, relativa á diferença entre as comissões;recebidasdascongêneres,emcadaoperação,eacomissãorepassadaparaaagência,filiale

sucursal,aempresadecorretagem,deagenciamentoedeangariação,oclubedeseguroouocorretor, executada a de responsabilidade da seguradora líder.

Parágrafo Único. Quando o inalar da taxa de coordenação não discriminando, ou for inferior a 3% (três por cento) do valor do prêmio, cedido em co-seguro, este será o valor a ser considerado como base de cálculo.

SeçãoXXIX

DasAgênciasdasFiliaisedasSucursais de

Companhias de Seguros

Sub-Seçãol

DaIncidênciaedaBasede Cálculo

Artigo118.OImpostoSobreServiçodeQualquerNaturezaincide sobre:

I -acomissãodeagenciamentoedeangariaçãopaganasoperaçõescomseguro;

II -a participaçãocontratual da agência,filial esucursalnos lucros anuais obtidos pelarespectiva representada.

SeçãoXXX

DasAgências,dasFiliaisedasSucursais

deCompanhiasdeSegurosedasCompanhiasde Seguros

Sub-Seçãol

DasObrigaçõesAcessórias

Artigo 119 . A companhia de seguro fica obrigada a relacionar e arquivar, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto, o demonstrativo das operações efetuadas com as congêneres em relação à taxa de coordenação recebida em decorrência da liderança emco-seguro e a comissão repassada para a agência,filial e sucursalde companhia, a empresa de corretagem,deagenciamento e de angariação, o clube de seguro e o corretor, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.

ParágrafoÚnico.Odemonstrativomencionadonopresenteartigoidentificará:

a) omês decompetência;

b) ovalordacomissãorepassada;

c) onomedapessoajurídicaresponsávelpelopagamentodataxadecoordenação,comarespectiva inscrição municipal, se for o caso;

d) o nome da pessoa física ou jurídica responsável pelo recebimento da comissão repassada, com a respectiva inscrição municipal, se for o caso;

e) a somatória das diferenças enter a taxa de coordenação e as comissões repassadas, que servirá de base para o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

Artigo 120 . A agência, filial e sucursal de companhia de seguro fica obrigada a relacionare arquivar, mês a mês, o demonstrativo dos valores recebidos através de comissão de agenciamento e de angariação, paga nas operações com seguro, e de participação, contratual da agência, filial e sucursal noslucros anuais obtidos; pela respectiva representada, para, quando solicitado, ser apresentado à Fiscalização Municipal.

ParágrafoÚnico.Odemonstrativomencionadonopresenteartigoidentificará:

a) omês decompetência;

b) ovalor percebido;

c) o nome da pessoa jurídica responsável pelo pagamento, com a respectiva inscrição Municipal, se for o caso;

d) adiscriminaçãodoserviçoprestado(agenciamento,angariaçãoouparticipaçãocontratual);

e) asomatóriados valores

Artigo121.Aagênciafilialesucursaleacompanhiadeseguro,substituirãoaNotaFiscaldeServiço pelo demonstrativo, ficando dispensados dos Livros, exceto o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

Artigo 122 . A companhia de seguro fica obrigada a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a ela prestados pela agência, filial e sucursal de companhia de seguro:

I -comissãodeagenciamentoedeangariaçãopaganasoperaçõescom seguro;

II – participação contratual da agência, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos pela respectiva representada.

Artigo 123 . A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a elas prestados:

I –comissãodecorretagem,deagenciamentoedeangariaçãodeseguroeremuneraçãosobre comissão relativa a serviços prestados, percebidas:

a) pelaempresadecorretagem,deagenciamentoede angariação;

b) peloclubedeseguro;

II –regulaçãodesinistroscobertosporcontratosdeseguro;

III –inspeçãoeavaliaçãoderiscosparacoberturadecontratosdeseguros;

IV –prevençãoegerênciaderiscosseguráveis;

V –consertodeveículo sinistrado;

VI -"pro-labore",pagasaestipulantes;

VII -qualquer,desdequeefetuadoporpessoafísicaoujurídicanãocadastradanaPrefeitura.

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos II, III e IV, não há incidência do Imposto quando os serviçosforem prestados pelo próprio segurado, inocorrendo, conseqüentemente, a responsabilidade tributária.

§ 2º - Os serviços pagos ou creditados, pela agência, filial e sucursal e pela companhia de seguro, serão relacionados e arquivados, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto retido, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.

§3º-Adeclaraçãomencionadanoparágrafoanterior identificará:

a) omês decompetência;

b) onomedapessoafísicaou jurídica;

c) arespectivainscriçãomunicipal,seforocaso;

d) ovalordoserviço pagooucreditado;

e) asomatóriadospagamentosoucréditosrealizados,queservirádebaseparaaretençãodo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

§ 4 -Com base na declaração mensal, o contribuinte responsável reterá e recolherá o ISSQN, deacordo com os prazos estabelecidos.

Artigo 124 . A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a promover, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da prestação do serviço, a inscrição de pessoa física, não cadastradas na prefeitura, através de relação que deverá constar os seguintes dados:

I –onomeeoendereçodoprestadorde serviço;

II –onúmero do C.P.F.;

III -aatividadeautônomaeasuadatadeinício;

IV –nocasodeprofissãoregulamentada,onúmerodedocumentode identificação.

Parágrafo Único.A relação referendada no presente artigo deverá ser apresentada, em 02 (duas) vias, ao Órgão responsável pelo Cadastro, sendo que uma via será devolvida à agência, filial e sucursal ou à companhia de seguro, com o carimbo de "RECEBIDO" do designado órgão.

SeçãoXXXI

DasEmpresasdeCorretagem,deAgencianento e

de Angariação e dos Clubes de Seguros

Sub-SeçãoI

DaIncidênciaedaBasedeCálculo

Artigo125.OImpostoSobreServiçodeQualquerNaturezaincide sobre:
I -acomissãodecorretagem,deagenciamentoedeangariaçãode seguros;
II -aremuneraçãosobrecomissãorelativaaserviçosprestados;
III -acomissãoauferidaporsóciosoudirigentesdasempresasedosclubes.

Sub-Seção II

DasObrigaçõesAcessórias

Artigo 126 . A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro, substituirão a Nota Fiscal de Serviço pelo recibo de comissão ou comprovante do respectivo crédito, para as atividades sujeitas ao regime de responsabilidade tributária, ficando dispensados dos Livros Fiscais, exceto o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

Artigo 127 . A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e de clube de seguro, deverão emitir a Nota Fiscal de Serviço, para as atividades não sujeitas ao regime de responsabilidade tributária, bem como escriturar os Livros Fiscais, recolhendo, no prazo estabelecido, o ISSQN.

Parágrafo Único-Aempresa decorretagem,deagenciamentoedeangariação eoclube deseguro, também, deverão emitir Nota Fiscal de Serviço, bem como escriturar os Livros Fiscais, nas operações de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguro, que realizarem com outras empresas não seguradoras ou , com empresas seguradoras estabelecidas fora deste Município.

Artigo 128 . A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro ficam obrigados a promover, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de admissão, a inscrição de pessoas físicas prepostas de corretores, não cadastradas na prefeituras, através de relação que deverá constar os seguintes dados;

I –onomeeoendereço do preposto;
II -númerodo C.P.F.;
III -adatadeiníciodesuaatividade;

Parágrafo Único -A relação referendada no presente artigo deverá ser apresentada, em 02 (duas) vias, ao Órgão responsável pelo Cadastro , sendo que uma via será devolvida à empresa de corretagem e agenciamento e o clube de seguro, com o carimbo de "RECEBIDO" do designado órgão.

Artigo 129 . As propostas encaminhadas pelas empresas de corretagem, de agenciamento e de angariação e pelos clubes de seguro às agências, filiais e sucursais e às companhias de seguro, serão registradas, em ordem numérica e cronológica, de acordo com o modelo aprovado pela Resolução n° 06, de25 de outubro de 1983, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, admitindo-se registros distintos para cada ramo de seguro.

§ 1º - Os registros terão suas folhas numeradas, seqüencialmente,conterão termos de abertura e de encerramento, datados e assinados, indicando o (s) ramo(s) a que se destina (m) e a quantidade de folhas neles contidas, fornecendo os seguintes elementos mínimos:

1 –no cabeçalho:
a) razãosocialdapessoa jurídica;
b) local,mêseanode emissão;

2 –no corpo:
a) númeroda proposta;
b) nomedosegurado(ouestipulante,nocasodeseguro coletivo);

c) nomedaagência,filialesucursaloudacompanhiadeseguro;
d) importância segurada ou limite da importância segurada (podendo ser omitido quando se tratar de seguro coletivo de pessoas);
e) comissãodecorretagem,deagenciamentoedeangariação percebida;
f) observações (referentes à data de recebimento e da recusa da proposta, por parte da agência,filial e sucursal ou da companhia de seguro, além de outras anotações como erros e rasuras);

3 – A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro, organizados em sociedades que empreguem sistemas informatizados de controle, podem escriturar, mediante o uso de formulários contínuos, o movimento da matriz, bem como das filiais, sucursais, agências ou representantes.

§2º-Ospedidosdealteraçãodoscontratosdeseguro,feitoscomainterveniênciadocorretor,serão igualmenteregistrados,emordemnuméricadasrespectivaspropostas,aofinaldoregistro mensal,sob otítulo "PEDIDOS DE ALTERAÇÃO".

§ 3º - A empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e o clube de seguro, poderão substituir o sistema de controle, de que trata o item 3, do § 1º, deste artigo, pelo arquivamento das cópias das propostas e dos respectivos pedidos de alteração, os quais serão colecionados em ordem numérica, com todos os cuidados necessários à sua inviolabilidade.

§ 4º - As propostas encaminhadas às agências, filiais e sucursais e às companhias seguro, serão numeradas, seqüencialmente, admitindo-se uma série numérica distinta para cada angariação e o clube de seguro.

§ 5º - As propostas serão emitidas com o mínimo de 3 (três) vias, destinando-se a 1ª à agência, filial e sucursal ou à companhia de seguro, a 2ª à empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação e ao clube de seguro e a 3ª, ao segurado.

§ 6º - As vias propostas, bem como as dos pedidos de alteração, conterão, necessariamente, dados do protocolo que caracterizem o recebimento pela agência, filial e sucursal ou pela companhia de seguro.

§ 7º - No caso de recusa da proposta ou do pedido de alteração, por parte da agência, filial esucursal ou da companhia de seguro, o documento comprobatório deverá ser anexado à cópia da proposta e ser arquivada pela empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação ou pelo clube de seguro que optar pelo sistema previsto no § 3º deste artigo.

§ 8º - Os registros ou arquivos das propostas ficarão à disposição da fiscalização, na sede das empresas de corretagem, de agenciamento e de angariação e dos clubes de seguro, podendo a escrituração dos registros ser descentralizada para as filiais, as sucursais ou as agências.

§9º-Nahipóteseprevista noitem3,do§1º,doartigo 13,cadaumadasfiliais, dassucursais oudas agências, deverá manter, à disposição da fiscalização, cópia doreferido formulário, devidamente regularizada, relativa à sua produção.

SeçãoXXXII

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 130 . A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade docontribuinte, mediante lançamentoemsua escrita fiscal e o respectivo pagamento,o qual ficará sujeitoa posterior homologação pela Autoridade Fiscal.
§1º.Quantoaoprofissionalautônomo,olançamentoseráfeitocombasenosdados cadastrais.

~~§ 2º.Quanto àsociedade de profissionalliberal,o lançamento será feito sob a responsabilidadedo contribuinte,com base no registro de empregados,contrato social,estatutos,atas,alterações econtratos de prestação de serviços no tocante a terceiros.~~(Revogado pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 3º. Quanto aosestabelecimentosbancáriose demais instituições financeiras,o lançamento será feitocombase nos dados constantes dosbalanços analíticos,a nívelde subtítulo interno,padronizados quantoà nomenclaturae destinaçãodas contas,conforme normasinstituídaspelo Banco Central e constantes da Declaração de Serviços.

Artigo131. O imposto,devidamentecalculado,deveráser recolhidoatéodia10(dez)domês imediatamenteposterior ao exercício.

§1º.Paraorecolhimentodoimposto,nãocalculadosobreopreçodoserviço,tomar-se-ácomo base ovalor mensalda Unidade Fiscal do Município - U.F.M,vigente na data do vencimento.

§ 2º.Paraa quitação antecipadadoimposto,tomar-se-á como base o valor mensal da Unidade Fiscal do Município - U.F.M,vigente na data do pagamento.

Artigo132.Oimpostoserárecolhido:

I-peloprestadordeserviço,atravésdecarnê;

II-pelotomadordeserviço,atravésdeguiadearrecadaçãoparaoISSQNretidonafonte.

§ 1º.Quandonão quitada no prazo tempestivo,a guia ou carnê deverãoser apresentadosna Prefeitura para o necessário "VISTO" econferência dos cálculos pertinentes à multa,juros de mora e correção,se cabíveis.

§2º.Nomêsemquenãohouvermovimento,aguiarespectiva seráanuladacomaexpressão"não houve movimento" e, até a data previstaparavencimento no mês,deverá serapresentada na Prefeitura para atualização de crédito.

~~§ 3º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinqüenta porcento) do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando se tratar de profissionalautônomo ou de sociedade de profissionais liberais, descritos nos artigos 50, § 1º e 52, deste código, aocontribuintequeefetuaropagamento emumasó parcela,nadata designadapeloPoderExecutivo.(Acrescidopela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)~~

§3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinqüenta por cento) do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando se tratar de profissional autônomo,descritonoartigo 50deste Código,aocontribuintequeefetuaropagamentoemumasó parcela,na data designada pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§4º.OPoderExecutivoregulamentarápordecretoasformasdeconcessãodosdescontos. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

SeçãoXXXIII

DoRegimedeSubstituiçãoTributária

Artigo 133 . As empresas estabelecidas no municípiocuja natureza do serviçoimpliqueoperações subseqüentesporparte dos seus contratantes,desde que pessoas jurídicas igualmente estabelecidas,no município,ficam sujeitas ao Regime de Substituição Tributária.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, oenquadramento de determinada empresa como responsável pelopagamentodo imposto devidopor outras não elimina a responsabilidadedestas últimas, que subsistirá em caráter supletivo.

Artigo134.Enquadram-seemRegimedeSubstituiçãoTributária:

I - as empresaslocadorasde aparelhos,máquinase equipamentosinstaladosnosestabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros;

II -asempresasque operamnarevelaçãodefilmes,emrelaçãoàsqueagenciamesse serviço.

Artigo 135 . As empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos, instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários paraprestarserviços a terceiros,ao emitirem Notas Fiscais correspondentesa essas locações,farão constar do corpo desses documentosovalor do ImpostoSobre Serviçosde Qualquer Natureza,devidopelo locatário,a ser cobradojuntamente com o preço da locação, desde que locador e locatário sejam estabelecidos no município.

Artigo 136 . Servirá de referência para cálculo do imposto a soma dovalorde aluguel devido pelo locatário mais aparcela de:

I -30%(trintaporcento),nocasodemáquinapararepr ografia;

II - 40%(quarentaporcento), nocasodeequipamentosparaprocessamento dedadosou computação eletrônica de qualquer natureza;

III -50%(cinqüentaporcento),nocasodeaparelhosparajogosediversões,inclusiveeletrônicos.

Artigo 137 .Sobreo montanteobtidoseráaplicadaaalíquotacorrespondente ao serviço prestado pelo locatário.

Artigo 138 . Na hipótese de o locatário de aparelhos,máquinas e equipamentos não os utilizar na prestação de serviçosa terceiros,forneceráaolocador expressa declaração nessesentido,de forma a excluir a responsabilidade deste.

Artigo 139 . As empresas reveladoras de filmes fotográficos estabelecidas nomunicípio,ao emitiremasNotasFiscais correspondentes aosseus serviços,farão constar do corpo dessesdocumentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelo respectivo agenciador,pessoa jurídica igualmente estabelecida nomunicípio,a ser cobrado juntamente com o preço da revelação.

Parágrafo Único. Servirá de referência para o cálculo de impostoaporcentagem de 50 % (cinqüenta porcento)dopreço líquido da revelação.

Artigo 140 . O valor do imposto cobrado constituirácrédito daquele quesofrer cobrança,dedutível do imposto a ser pago no período.

Artigo 141 . Oscontribuintesalcançadospela substituição tributária,deforma ativa ou passiva, manterãocontrole em separados dasoperaçõessujeitas a esseregimeparaexame periódico de fiscalização municipal.

Artigo 142 . Ao pagar o valor constante da fatura na qual haja a cobrança do imposto,a empresa destinatáriadodocumento tornar-se-á credora de idêntica quantia,a ser considera naapuração de débito sobre o total de suas receitas sujeitas aomesmo tributo.

Artigo 143 . Oimpostorecebido de terceirosserárepassado ao município pela empresa qualificadacomocontribuinte substituto.

SeçãoXXXIV

DoRegimedeResponsabilidadeTributária

~~Artigo 144 . As empresas estabelecidas no município, na condição de fontes pagadoras de serviços,ficam sujeitas a Regime de Responsabilidade Tributária.~~

Artigo 144 . As empresas estabelecidas no município, na condição de fontes pagadoras ou tomadoras de serviços,ficam sujeitas a Regime de Responsabilidade Tributária. (Redação dada pela Lei nº2.331, de 11.12.2003)

Artigo145.Enquadram-senoRegimedeResponsabilidade Tributária:

I - os bancos e demais entidades financeiras, peloimposto devido sobre os serviços das empresas de guarda evigilância,de conservação e limpeza;

II - as empresas imobiliárias,incorporadoras e construtoras,pelo impostodevidosobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;

III -as empresas que explorem serviços médicos,hospitalares e odontológicos,mediante pagamento prévio deplanosde assistência,peloimposto devido sobre as comissões pagas às empresas que agenciem,intermediem oufaçamacorretagem desses planos junto ao público;

IV -asempresas seguradoras e de capitalização,pelo imposto devido sobre as comissõesdas corretoras de seguros,de capitalização e sobre o pagamento às oficinas mecânicas,relativos ao consertode veículos sinistrados;

~~V -as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos,inclusive apostas,pelo imposto devido sobre ascomissões pagas aos seus agentes,revendedores ou concessionários;~~(Revogado pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

VI -asoperadorasturísticas,peloimpostodevidosobreascomissõespagasaseusagentes intermediários;

VII - as agências de propaganda,pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;

VIII -as empresas proprietárias de aparelhos,máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentosdeterceirossob contrato deco-exploração,peloimposto devido sobre a parcela de receita bruta auferida pelo co-explorador;

IX ~~-asempresasdeconstruçãocivil,peloimpostodevidopelosrespectivosempreiteiros;~~

IX - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos no itens 7 e seus subitens da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII; (Redação dada pela Lei nº2.331, de 11.12.2003)

X - as empresasempreiteiras, peloimpostodevidopelosrespectivossubempreiteirosou fornecedores de mão-de-obra;

XI ~~- a Prefeitura, osórgãosdaadministraçãopública,diretaouindireta,autárquicosou~~fundacionais, ~~das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economiamistaeasconcessionárias,permissionáriasedelegadasdeserviçospúblicos,peloimpostodevidopelos respectivos prestadores;~~

XI - A Prefeitura, os órgãos da administração pública, direta ou indireta, autárquicos ou fundacionais, da esfera federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias e delegadas de serviços públicos, pelo imposto devido pelos respectivos prestadores,salvo,seo prestadordo serviço forcasalotérica.(Redação dada pelaLeinº2.318,de 26.6.2003)

XII -asempresastomadorasdeserviços,quando:

a) prestadordeserviço nãocomprovarsuainscriçãonoCadastro Mobiliário;

b) oprestadordoserviço,obrigadoàemissãodeNotasFiscaldeServiço,deixardefazê-lo;

c) aexecuçãodeserviçodeconstruçãocivilforefetuadaporprestadornãoestabelecidonomunicípio.

XIII – o tomador ou intermediário de serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; (Acrescido dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

XIV ~~- a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços anexa a este Código, tabela XVII.~~ (Acrescido pelaLei nº 2.331, de 11.12.2003)

XIV – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa, tabela XVII, da Lei Complementar 2.182, de 20 de dezembro de 2000, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento à distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza. (Redação dada pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

XV – a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no §5º do art. 47 desta Lei. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

XVI – as pessoas referidas nos incisos II ou III do §10 do art. 47, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa, tabela XVII, a Lei Complementar nº. 2.182, de 20 de dezembro de 2000 (Código Tributário Municipal). (Acrescido pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

~~§ 1º. A responsabilidade tributária é extensiva aopromotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituiçõesresponsáveisporginásios,estádios,teatros, salões e congêneres,emrelaçãoaoseventos realizados.~~

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral doimposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~§2º.A~~

~~retençãodoimpostoprevistonesteartigonãoseaplicaaospagamentosapessoasjurídicasestabelecidasfora do município.~~(Revogado pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

§ 2º. A responsabilidade tributária é extensiva aopromotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituiçõesresponsáveisporginásios,estádios,teatros, salões e congêneres,emrelaçãoaoseventos realizados. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

~~§3º.AsempresasenquadradasnoRegimedeResponsabilidadeTributária, aoefetuarem pagamentoàspessoasfísicasoujurídicasrelacionadas,reterãooimpostocorrespondenteaopreçodos respectivos serviços.~~

§ 3º. As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária,ao efetuarem pagamento às pessoas jurídicas relacionadas, ou a elas equiparadas,reterão o imposto correspondenteao preço dos respectivos serviços. (Redação dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

§ 4º.Consideram-se:

I - produção externa, os serviços gráficos, de composição gráfica,de fotolito,de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo,de gravação sonoras,elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos; desenhos,textos e outros materiais publicitário;

II -subempreiteirose fornecedores de mão-de-obra,as pessoas jurídicas fornecedorasdemão- de-obra para serviçosde conservação,limpeza,guardae vigilância de bens móveis e imóveis.

~~§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.~~ (~~Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017~~) (Revogado pela Lei nº. 4.029, de 15.12.2022)

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço. (Acrescido pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

Artigo 146 .A retençãodoimposto porparte dafontepagadora seráconsignadanodocumento fiscal emitido pelo prestador do serviçoe comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador,admitida,em substituição,a declaração em separado do contratante.

Parágrafo Único.Para retenção do imposto,base decálculo éopreçodosserviços,aplicando-se a alíquota correspondente.

Artigo 147 . O valor do imposto retido constituirá crédito daquele quesofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago no período.

Artigo 148 . Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto,deforma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exameperiódicoda fiscalização municipal.

SeçãoXXXVDa

Micro-Empresa

Artigo149.Consideram-semicro-empresas,paraosfinsdestaLei,aspessoasjurídicasou firmas individuais,exclusivamente prestadoras de serviços,constituídas por um só estabelecimento,que obtiverem,num período de12(doze)meses,receita bruta igualou inferior ao valor de 1000 (um mil) U.F.Ms,e observarem ainda os seguintes requisitos:

I -estaremdevidamentecadastradascomomicro-empresasnoórgãomunicipalcompetente;
II -emitiremdocumentofiscal;
III - tenham obtido,nos últimos 12 (doze)mesesanteriores ao seu cadastramento,receita bruta igual ouinferiorao limite estabelecido no "caput" deste artigo;

§ 1º. Para os efeitosdestaLeiconsidera-sereceita bruta o total das receitas operacionais e não-operacionaisauferidas no período de 12 (doze) meses,excetoasprovenientesda venda do ativo permanente,sem quaisquer deduções.

§2º.Paraefeitodedeterminaçãodolimiteprevistono"caput"desteartigo,seráconsideradoovalor da U.F.M vigente no mês de ocorrência do fato gerador.

§3º.Aspessoasjurídicasoufirmasindividuais,noanoemqueiniciaremsuasatividades,ficam dispensadas dorequisito constante do item III deste artigo.

Artigo150.NãoseincluemnoregimedestaLeiaspessoasjurídicasoufirmasindividuais:
I -quetenhamcomosóciospessoasjurídicas;
II -queparticipemdocapitaldeoutraspessoasjurídicas;

III -cujotitularousócioparticipemdeoutrapessoajurídica;
IV -quesejamconstituídassobaformadesociedadeporações;

V -querealizemoperaçõesrelativasa:
a) importação;
b) compraevenda, loteamento, incorporação, locação,corretagem, administraçãoou construção de imóveis;
c) estacionamento,armazenamento,guardaouadministraçãodebensde terceiros:
d) corretagemdecâmbio,segurosetítulosevalores mobiliários;
e) publicidadeepropaganda,excluídososveículosde comunicação.

VI -queprestemosserviçosde:
a) médicos, inclusiveanálisesclínicas, eletricidademédica, radioterapia, ultra-sonografia, radiografia,tomografia e congêneres;
b) enfermeiros,obstetras,ortópticos,fonoaudiólogos,protéticos(prótesedentária);
c) médicosveterinários;
d) contabilidade,auditoria,guarda-livros,técnicosemcontabilidadee congêneres;
e) agentesdapropriedade industrial;
f) advogados;
g) engenheiros,arquitetos,urbanistas,agrônomos;
h) dentistas;
i) economistas;
j) psicólogos.

Artigo 151 . Os benefícios instituídos pela presenteLei somente começam a produzir efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos após o cadastramento da micro-empresa no órgão municipal competente.

Artigo 152 . O cadastramento de micro-empresas seráfeito mediante requerimento do interessado, instruídocomdocumentos comprobatórios do atendimento dos requisitos desta Lei.

Artigo153.Asmicro-empresasterãodireitoàreduçãodoImpostosobreServiçosdeQualquer Natureza,observadasasseguintes proporções:
I -nosprimeiros12(doze)mesescomomicro-empresa:100%(cemporcento);
II -do13º(décimoterceiro)ao24º(vigésimoquarto)mêscomomicro-empresa:60%(sessentapor cento);
III -do25º(vigésimoquinto)ao36º(trigésimosexto)mêscomomicro-empresa:40%(quarentapor cento).

Artigo154.Perderádefinitivamenteacondiçãodemicro-empresa:
a) aquelaquedeixardepreencherosrequisitosdestaLei;
b) aquelaque,aqualquertempo,ultrapassarolimiteestabelecido.

Artigo 155 . O regime tributário favorecido nãodispensa a micro-empresa do cumprimento de obrigações acessórias,nem modifica a responsabilidade decorrente da sucessão,dasolidariedade e da substituição tributária.

Artigo 156 . A critério do Secretário, responsável pela área fazendária, e a requerimento da micro-empresa,poder-se-á instituir regime especial de escrituração fiscal e regime simplificado de emissão de documento fiscal.

Artigo 157 . As pessoas jurídicas e as firmas individuais que,sem observância dos requisitos desta Lei,pleitearem seu enquadramento ou se mantiverem enquadradas,como micro-empresas,estarão sujeitas às seguintes penalidades:
I -cancelamentodeofíciodoseuregistrocomomicro-empresa;
II - pagamento de todos os tributos devidos como sebenefício algum houvesse existido com todos osacréscimoslegais,calculados com base na data em que os tributos deveriam tersido recolhidos;
III - impedimento de seu titular ou qualquer sócio constituir micro-empresa ou participar de outras já existentes,com os favores desta Lei,durante o prazo de 5 (cinco anos).

Artigo 158 . As micro-empresas estão obrigadas a possuir e emitir os documentos fiscais previstosna legislação tributária.

SeçãoXXXVI

DosLivrosemGeral

Artigo 159 . Os contribuintes quetenhamporobjetoo exercício deatividade em que o imposto é devidosobreopreçodo serviçoureceita bruta,deverão manter,paracadaumdos estabelecimentos, os livros fiscais denominados:

I -LivrodeRegistrodeServiçosPrestados-LRSP(código1);
II - LivrodeRegistrodeUtilizaçãodeDocumentos Fiscais e Termos de Ocorrências - LRUDFTO (código 2);
III -Livro deRegistrodeEntradasdeServiços-LRES(código3).

Artigo 160 . Os livros fiscais serão impressos emfolhas numeradas tipograficamente, emordem crescente.

Artigo161.Aprimeiraeaúltimafolhadoslivrosserãodestinadasaostermosdeaberturae encerramento,respectivamente.

SeçãoXXXVII

DoLivro deRegistrodeServiços Prestados

Artigo162.OLivrodeRegistrodeServiçosPrestados,destina-searegistrar:
I - ostotais de preços dos serviços prestados,diariamente,com os números das respectivas notas fiscais emitidas;
II -ovalortributáveldosserviçosprestados, cobradosporsubstituiçãoeretidospor responsabilidade;
III -aalíquotaaplicável;
IV -ovalordoimposto a recolher;
V -osnúmerosedatasdasguiasdepagamentorelativasaoISSQN,comnomedorespectivo banco;
VI -valordoimpostocobradoporsubstituiçãoeretidoporresponsabilidade;
VII -colunapara"Observações"eanotaçõesdiversas.

Parágrafo Único. No caso de registro de serviçoseimpostos cobrados por substituição ou retidospor responsabilidade,o contribuinte deverá fazer menção da escrituração na coluna "Observações".

SeçãoXXXVIII

DoLivrodeRegistrodeUtilização deDocumentosFiscaiseTermosdeOcorrências

Artigo163.OLivrodeRegistrodeUtilizaçãodeDocumentosFiscaiseTermosdeOcorrências, destina-se a registrar:
I-documentosconfeccionados por estabelecimentosgráficosoupeloprópriocontribuinte usuário;
II-àlavratura,pelo Fisco,determosde ocorrências.

SeçãoXXXIX

DoLivro deRegistrodeEntradasde Serviços

Artigo164.OLivroderegistrodeEntradasdeServiços,destina-searegistrareidentificar:
I -aentradaesaídadebensvinculadosapotencialouefetivaprestaçãodeserviçosno estabelecimento;
II -otomadorde serviço;
III -oobjetoeovalordocontratodeprestaçãodeserviço,sejaestetácitoou escrito;
IV -omotivoouafinalidadedaentradadobemvinculadoapotencialouefetivaprestaçãode serviço,no estabelecimento.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, considera-se bem corpóreo ou incorpóreo o que entrar física oujuridicamente,formal ou informalmente,no estabelecimento.

Artigo 165 . O Livro de Registro de Entradas deServiços deverá ser escriturado no momento da entrada e da saída do bem.

Artigo 166 . O Livro de Registro de Entradas deServiços deverá permanecer no estabelecimento prestador do serviço.

Artigo 167 . São obrigadas à escriturar o Livro de Registro de Entradas de Serviços (código 3) as empresas que exerçam as atividades, devidamente identificadas no Código de Atividades Econômicas e Sociais,em cujo estabelecimento ocorra a entrada debens com vinculação,de qualquer natureza,à efetiva ou potencialprestação de serviços:

Parágrafo Único. A obrigação poderáserdispensada,a critério do fisco e mediante requerimento do contribuinte,quandofor regularmente escriturado livro de conteúdo similar.

Artigo 168 . Os prestadores de serviço,obrigadosàescrituração do Livro de Registro de Entradas de Serviços,quandoemitirem Nota Fiscal de Serviço,farão nela constar,obrigatória mente,no campo "Descrição dos Serviços",o número do registro noLivro de Registro de Entradas de Serviços,que deu origem à prestação de serviço descrito na Nota Fiscal de Serviço.

SeçãoXL

DaAutenticaçãodeLivroFiscal

Artigo 169 . Os livros fiscais deverãoserautenticadospela repartição fiscal competente,antes de sua utilização.

Artigo170.Aautenticaçãodoslivrosseráfeitamediantesuaapresentaçãoàrepartiçãofiscal, acompanhado docomprovante de inscrição.

§1º.A autenticação será feita na própria página em que o termo deabertura forlavrado e assinado pelo contribuinteouseu representante legal.

§2º.Anovaautenticaçãosóseráconcedidamedianteaapresentaçãodolivro encerrado.

SeçãoXLI

DaEscrituraçãodeLivroFiscal

Artigo 171.Os lançamentos, noslivrosfiscais,devem serfeitos a tinta, comclareza eexatidão, observadarigorosaordem cronológicae,somadosnoúltimo dia de cada mês,sendopermitida a escrituraçãoporprocesso mecanizado ou computaçãoeletrônica de dados,cujos modelos a serem utilizados ficarão sujeitos à prévia autorização no órgão fiscal competente.

§1º.Os livrosnãopodemconteremendas,borrões, rasuras,bemcomopáginas,linhasou espaços em branco.

§2º.Quandoocorreraexistênciaderasuras, emendasouborrões,asretificaçõesserão esclarecidas nacoluna"Observações".

§3º.Aescrituraçãodoslivrosfiscaisnãopoderáatrasarmaisde10(dez)dias.

Artigo172.Noscasosdesimplesalteraçãodedenominação,localouatividade,aescrituração continuará nos mesmos livros fiscais,devendo,para tanto,apor,atravésdecarimbo,anova situação.

Artigo 173 . Oscontribuintes que possuírem maisdeum estabelecimento,manterão escrituração fiscal distinta em cada umdeles.

Artigo 174 . Os livros fiscais,serão de exibição obrigatória à Fiscalização Municipal e deverão ser conservados,noarquivo do contribuinte,pelo prazo de 5 (cinco) anos,contadosdadata do encerramento da escrituração.

SeçãoXLII

DosDocumentosFiscais

Artigo175.OscontribuintesdoImpostoSobreServiçosdeQualquerNatureza,devidosobreo preço ou receita bruta,emitirão obrigatoriamente os seguintes Documentos Fiscais.

I -NotaFiscaldeServiços,SérieA(código4);
II -NotaFiscaldeServiços,SérieB(código4);
III -NotaFiscaldeServiços,SérieC(código4);
IV -NotaFiscaldeServiços,SérieD(código4);
V -NotaFiscaldeServiços,SérieE(código4);
VI -NotaFiscalFaturadeServiços(código4);
VII –CupomFiscaldeMáquinaRegistradora(código4);
VIII -ManifestodeServiço(código5);
IX -DeclaraçãodeServiçosdeInstituiçõesFinanceiras-DESIF;
X -DeclaraçãoMensaldeSubstituiçãoeResponsabilidadeTributária-DERET;
XI -DeclaraçãoMensaldeServiçosTomados-DESET;
XII -DeclaraçãoAnualdeResultadoEconômico-DAREC;

Artigo176.Oestabelecimentoprestadordeserviçosemitiráa NotaFiscaldeServiços,sempreque:
I -executarserviços;
II -receberadiantamentosou sinais.

ParágrafoÚnico.Aobrigaçãodequetrataoartigo, noscasosespecíficosdasDeclarações previstas nos incisos IX e X,éextensiva,também:
I -aosprofissionaisautônomos,excetoosdenívelelementar;
II -às sociedades de profissionais liberais; (Revogado pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
III -aosnão-prestadoresdeserviços.

Artigo177.Semprejuízodedisposiçõesespeciais, inclusivequandoconcernentesaoutros impostos,a Nota Fiscal DeServiços conterá:
I -adenominaçãoNotaFiscaldeServiços,Série,ouManifestodeServiços,conformeocaso;

II -onúmerodeordem,númerodaviae destinação;
III -naturezados serviços;
IV -nome,endereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipaleoCGCdoestabelecimento emitente;
V - o nome, endereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipal, estadualenoCGCdo estabelecimento usuário dos serviços;
VI -adiscriminaçãodasunidadesequantidades;
VII -adiscriminaçãodosserviçosprestados;
VIII -osvaloresunitárioserespectivos totais;
IX -o nome,o endereço e os números de inscrição estadual eno CGC do impressor da nota,a data ea quantidade de impressão,o número de ordem da primeira e da ultima notaimpressae o número da "Autorização de Impressão de Documento Fiscal e Gerencial" - AIDFG;
X -data da emissão;
XI -o dispositivo legalrelativoàimunidadeouà não incidência do imposto sobreserviçode qualquernatureza,quando for o caso.

ParágrafoÚnico.Asindicaçõesdosincisos I,II,V,eIXserãoimpressas tipograficamente.

Artigo178.Sãodispensadosdaemissãodenotasfiscaisde serviços:
I -osestabelecimentosfixosdediversõespúblicasquevendambilhetes,cautelas,"poules"e similares;
II -osestabelecimentosdeensino,desdequeosdocumentosaserememitidos,referentesà prestaçãodosrespectivosserviços,sejamaprovadospelarepartição fiscal;
III -concessionáriosdetransportecoletivo,exceto quando daocorrência de serviços especiais contratados porterceiros;
IV -demaiscontribuintesque,pelacaracterísticadeatividade,peladocumentaçãoecontrole contábil próprio,permita a verificação de efetiva receita de prestação,a juízo darepartição fiscal.

§ 1º. Ao profissional autônomo e às empresasquerecolham o imposto com base em percentuais fixos da U.F.M,bem como as amparadas por imunidade,é facultada a emissão de nota fiscal.

§ 2º. Tratando-se de diversõesemcaráterpermanente, exceto cinemas,a confecção de bilhetes, cautelas,"poules" e similares,dependerá de prévia autorização da repartição fiscal.

§ 3º. Tratando-se de bancos comerciais,bancosde investimentos,bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito,financiamento e investimentos (financeiras),sociedades decréditoimobiliário, inclusive associações de poupança e empréstimos,sociedade corretorasdetítulo,câmbio e valores mobiliários,sociedades distribuidorasde títulos e valores mobiliários,a dispensa da emissão de Nota Fiscal de Serviços fica condicionada:

a) àmanutenção,àdisposiçãodoFiscoMunicipal,debalancetesanalíticos,aníveldesubtítulo interno;

b) àapresentaçãodoslivrosedocumentoslegaisrelacionadosaofatogeradordoimposto;

c) aopreenchimentoeentregadaDeclaraçãode Serviços.

§ 4º. A dispensa da emissão de Notas FiscaisdeServiços,em nenhumahipótese,desobriga ao contribuintedautilização do Livro deRegistro deUtilização deDocumentosFiscaise TermosdeOcorrência.

Artigo 179 . Os documentos fiscais ,serão extraídospor decalque ou carbono,devendo ser manuscritos,a tinta,oulápis-tinta,ou preenchido por processo mecanizado ou de computação eletrônica, com indicação legível em todas as vias.

Artigo 180 . Quando a operação estiver beneficiada por imunidade,essa circunstância será mencionada nodocumento fiscal,indicando-se o dispositivo legal pertinente.

Artigo 181 .Considerar-se-ãoinidôneos,fazendoprova apenas afavor do Fisco,os documentos quenãoobedeceremàsnormas contidas nesta Lei.

Artigo 182 .AsNotasFiscais serão numeradas tipograficamente,emordem,de 000001 a 999999, eenfaixadas em blocosuniformes de cinqüenta jogos,admitindo-se,emsubstituição aosblocos,que os Notas Fiscais sejam confeccionadas em formulárioscontínuos.

§ 1º. Atingindo-se o número de 999.999,a numeraçãodeverá ser reiniciada,aumentando-se outra letra idêntica à dasérie.

§ 2º. AsNotas Fiscais não poderão ser emitidas fora da ordem do mesmo bloco,nem extraídas de bloco novo sem que setenha esgotado o de numeração imediatamente anterior.

Artigo 183 . Quando a Nota Fiscal for cancelada conservar-se-ão,nobloco,todasas vias com declaração dosmotivosque determinaram o cancelamento.

Artigo 184 . O modelo e as normas de utilizaçãodas Declarações Fiscais,instituídas nesta Lei, serão estabelecidos porPortaria do Secretário, responsável pela área fazendária.

Seção XLIII

DaNotaFiscaldeServiços,SérieA

Artigo 185 . ANota Fiscal de Serviços,Série A,que não será inferior a 115 x 170 mm, será extraída,nomínimo,em3(três) vias,que terão as seguintes destinação:

I -aprimeiravia-usuáriodosserviços;

II -asegundavia - contribuinte;

III -aterceiravia -presaaobloco,paraexibiçãoaoFisco.

SeçãoXLIV

DaNotaFiscaldeServiços,SérieB

Artigo186.ANotaFiscaldeServiços,SérieB,nãoseráinferiora75x105mmeseráextraída,no mínimo,em2(duas)vias,que terão a seguinte destinação:

I -primeiravia-usuáriodos serviços;

II -segunda-presaaobloco,paraexibiçãoaoFisco.

SeçãoXLV

DaNotaFiscaldeServiços,SérieC

Artigo 187 . A Nota Fiscal de Serviços,Série C,destinada ao uso de estacionamento de veículos, além das indicações previstas,deverá,ainda,conter impressas as expressões:

I -preçohora;

II -placado veículo;

III -horáriodeentradaesaídadoveículo.

Parágrafo Único. A Nota Fiscal de Serviços,Série C,que não será inferiora 90 x 80 mm,deverá ser emitida em2(duas)vias,com a seguinte destinação:

I -aprimeiravia-seráconservadapelocontribuinteparaexibiçãoao Fisco;

II -asegundavia-usuáriodosserviços;

SeçãoXLVI

DaNotaFiscaldeServiços,SérieD

Artigo 188 . A Nota Fiscal de Serviços,Série D,quenão será inferior a 50 x 80 mm,será extraída, no mínimo,em 2 (duas)vias,que terão a seguinte destinação:

I -primeiravia-usuáriodoserviço;

II -segunda-presaaoblocoparaexibiçãoaofisco.

Artigo 189 . É facultada a emissão da Nota Fiscal de Serviços,Série D,às empresas que prestem, exclusivamente,osseguintes serviços:

I -cópiasem geral;

II -barbeiros,cabeleireiros,manicuros,pedicuros,tratamentodepeleedepilação;

III -banhos,duchas,saunas,massagenseginásticas;

IV -locadoresdecartuchosefitasparavídeos;

V -jogoseletrônicos,bilhares,bolicheseoutrosjogos,bailes,"shows",danceteriae"couvert" artístico;

VI -alinhamento,balanceamentoelavagemde veículos;

VII -abreugrafia,radiografia,laboratórios,ultra-sonografia,despachanteseborracharia.

Parágrafo Único. A requerimento do interessado e acritério do fisco,poderá ser autorizada a utilização da Nota Fiscal de Serviços,Série D,quando se tratar daprestaçãodeserviçocuja natureza e especificidade o aconselhar.

SeçãoXLVII

DaNotaFiscaldeServiços,SérieE

Artigo 190. A Nota Fiscal de Serviços,Série E,quenão será inferior a 50 x 80 mm,será extraída, no mínimo,em 2 (duas)vias,que terão a seguinte destinação:

I -controlede entrada;

II -controledasaídaedo caixa.

§ 1º. Sem prejuízode outras informações de interessedo contribuinte,a Nota Fiscal de Serviços,Série E,além dasindicações previstas,deverá,ainda,conter impressas as expressões:

I -horada entrada;

II -númerodoapartamentoouquarto;

III -preçounitáriodoserviço;

IV -horadasaída;

§2º.Serãopreenchidosnoatodaentradadousuáriooscamposdequetratamosincisos I,IIeIII.

§3º.Serãoimpressasporrelógioprópriohoradaentradaedesaídadousuáriodoserviço.

§4º.AmbasasviasdaNotaFiscaldeServiços,SérieE,serãoretidaspeloprestadordoserviço.

§ 5º. Quando foro caso,o comprovante dousuárioserá fornecido através do recibo,que constará o número da Nota Fiscalde Serviços,Série E,de origem.

§6º.ANotaFiscaldeServiços,SérieE,será utilizada exclusivamentepelosestabelecimentosque prestemserviçosdehospedagem em motéis e similares.

SeçãoXLVIII

DaNotaFiscalFaturadeServiços

Artigo 191 . A Nota Fiscalpoderáservircomo Fatura,feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação,passa aserNotaFiscal Fatura de Serviços.

SeçãoXLIX

DoManifestodeServiços

Artigo192.OManifestodeServiço,oqualnãoseráinferiora50x80mm,seráextraído,no mínimo,em 2 (duas)vias,que terão a seguinte destinação:

I -primeiravia-acompanhaaefetivaoupotencialprestaçãodeserviço:

II -segundavia-presaaoblocoparaexibiçãoaofisco.

Artigo193.Semprejuízodeoutrasinformaçõesdeinteressedocontribuinte, oManifestode Serviço,alémdasindicações previstas,deverá,ainda,conter impressas as expressões:

I -descriçãodobemvinculadoàefetivaoupotencialprestaçãodoserviço;

II -localdaprestaçãodeserviços;

Artigo 194 . Sempre que o serviço ouetapadequalquer natureza a ele vinculada,for executado fora doestabelecimento,o prestador emitirá o Manifesto de Serviço que se destina a identificar:

I -osbensvinculadosàprestaçãodoserviço;

II -otomadordeserviçoeolocalondeeleseráprestado.

Parágrafo Único.Odeslocamento do bemvinculadoàefetiva oupotencialprestação doserviço será acompanhadodaprimeira do Manifesto de Serviço.

Artigo 195 . São obrigadas a emitir o Manifesto de Serviços,as empresas que exerçam atividades, devidamenteidentificadas no Código de Atividades Econômicas e Sociais,fora do estabelecimento.

Artigo 196 . Os prestadores de serviço,obrigados à emissão do Manifesto de Serviço,quando emitirem Nota FiscaldeServiço,farão nela constar,obrigatoriamente,nocampo"Descrição dos Serviços",onúmero do Manifesto deServiço que deuorigemàprestação de serviço descrito na Nota FiscaldeServiço.

SeçãoL

DoCupomFiscaldeMáquinaRegistradora

Artigo 197 . A requerimento do contribuinte, a autoridade tributária poderá autorizar a emissão de cupom fiscal de máquina registradora, que deverá registrar as operações em fita-detalhe (bobina fixa).

Artigo198.Ocupomfiscalentregueaparticular,noatodorecebimentodosserviços,conterá,no mínimo, as seguintes indicações impressas mecanicamente:

I -nome,endereçoenúmerosdeinscriçãomunicipaledoCGC,doestabelecimento emitente;

II -dia,mêseano da emissão;

III -númerodeordemdecadaoperação,obedecidarigorosa seqüência;
IV -valortotalda operação;
V -númerodeordemdamáquina registradora.

Artigo 199 . A fita detalhe deverá conter, além das indicações do artigo anterior, o total diário das operações.

Artigo 200 . O contribuinte é obrigado a conservar as bobinas fixas à disposição da fiscalização, pelo prazo comumaosdemaisdocumentosfiscais,eapossuirtalonáriodenotafiscal,para usoeventual,quando a máquina apresentar qualquer defeito.

Artigo 201 . A máquina registradora não pode ter teclas ou dispositivos que impeçam a emissão do cupom ou que impossibilitem a operação de somar, devendo todas as operações ser acumuladas no totalizador-geral.

Artigo 202 . O contribuinte que mantiver em funcionamento máquina registradora em desacordo com as disposições desta Seção terá a base de cálculo do imposto devido arbitrada, durante o período de funcionamento irregular, caso não tenha outro documento fiscal estabelecido por lei.

SeçãoLI

DasDeclaraçõesFiscais

Artigo 203 . As DeclaraçõesFiscaisserãopreenchidas, com exceção da "DAREC", mensalmente, inclusive quando não houver receita, substituição ou responsabilidade sujeitas ao ISSQN, quando deverá conter: "NÃO HOUVE MOVIMENTO TRIBUTÅVEL".

Artigo 204 . As Declarações Fiscais,que não serãoinferiores a 20 x 30 cm,serão extraídas, no mínimo,em2(duas)vias,que terão a seguinte destinação:
I -aprimeira via- Prefeitura;
II -asegundavia -arquivodocontribuinte,emordemcronológica,àdisposiçãodo fisco.

Artigo 205 . O contribuinte deverá preencher asDeclarações Fiscais,com exceção da "DAREC",e entregá-las até o dia15(quinze) do mês subseqüente ao da ocorrência.
Parágrafo Único. A Declaração Anual de ResultadoEconômico - DAREC deverá ser entregue até o dia 15 (quinze) de janeiro do exercício subseqüente ao do movimento tributável.

Artigo206.OnãopreenchimentodasDeclaraçõesFiscais,aomissãodeelementosoudesua entrega,a repartiçãocompetente,nos prazos estabelecidos,implicarápenalidadesprevistasnesta Lei.

SeçãoLII

DosDocumentosGerenciais

Artigo207.SãoconsideradosDocumentosGerenciais:
I -recibos;

II -orçamentos;

III -ordensde serviços;

IV -outros:
a) utilizadoscomidênticoobjetivo;
b) semelhantesecongêneres;
c) acritériodo fisco.

Artigo208.Semprejuízodedisposiçõesespeciais, inclusivequandoconcernentesaoutros impostos,o DocumentoGerencial conterá:

I -adenominaçãodoDocumentoGerencial;
II -onúmerodeordem,númerodavias e destinação;
III -naturezados serviços;
IV -nome,endereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipaleoCGCdoestabelecimento emitente;
V - o nome, endereçoeosnúmerosdeinscriçãomunicipal, estadualenoCGCdo estabelecimento usuário dos serviços;
VI -adiscriminaçãodasunidadesequantidades;
VII -adiscriminaçãodosserviçosprestados;
VIII -osvaloresunitárioserespectivos totais;
IX -o nome,o endereço e os números de inscrição estadual eno CGC do impressor do documento,adataeaquantidadedeimpressão,onúmerodeordem daprimeira edaultimanotaimpressa e o número da "Autorização de Impressão de DocumentoFiscal e Gerencial" - AIDFG;
X -data da emissão;

ParágrafoÚnico.Asindicaçõesdosincisos I,II,V,eIXserãoimpressas tipograficamente.

Artigo 209 . Os documentos gerenciais,serão extraídos por decalque ou carbono,devendo ser manuscritos,atinta,ou lápis-tinta,ou preenchido por processo mecanizado ou decomputação eletrônica, com indicação legível em todas as vias.

Artigo 210 . Considerar-se-ãoinidôneos,fazendoprova apenas afavordo Fisco,os documentos quenãoobedeceremàsnormas contidas nesta Lei.

Artigo 211 . Os Documentos Gerenciais serão numerados tipograficamente,emordem,de 000001 a 999999,eenfaixadosem blocos uniformes de cinqüenta jogos,admitindo-se,emsubstituição aos blocos,que os Documentos Gerenciais sejam confeccionados em formulários contínuos.
§ 1º. Atingindo-se o número de 999.999,a numeraçãodeverá ser reiniciada,aumentando-se outra letra idêntica à dasérie.
§ 2º.Os Documentos Gerenciais não poderão ser emitidos fora da ordem do mesmo bloco,nem extraídos de bloco novo sem quese tenha esgotado o de numeração imediatamente anterior.

Artigo 212 . Quando a Nota Fiscal for cancelada conservar-se-ão,nobloco,todasas vias com declaração dosmotivos que determinaram o cancelamento.

SeçãoLIII

DaAutorizaçãodeImpressãodeDocumentoFiscaleGerencial

Artigo 213 . Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais e gerenciaismedianteprévia autorização do órgão competente do Departamento de Finanças.

§ 1º. A autorização será concedida por solicitação do contribuinte, mediante preenchimento de AutorizaçãodeImpressão de Documento Fiscal e Gerencial - AIDFG,contendo asseguintes indicações mínimas:
I -adenominaçãoAutorizaçãodeImpressãodeDocumentoFiscaleGerencial-AIDFG;
II -nome,endereçoenúmerodeinscriçãomunicipal,estadualnoCGC,doestabelecimento gráfico;
III -nome,endereçoe númerodeinscriçãomunicipaleno CGCdousuário dosdocumentos fiscais egerenciaisaseremimpressos;
IV -espéciedodocumento fiscal e gerencial, série, número iniciale final dos documentos a serem impressos,quantidade e título;
V -observações;
VI -datadopedido;
VII - assinatura do responsávelpeloestabelecimento,encomendante, peloestabelecimento gráfico e do funcionárioqueautorizar a impressão,além do carimbo da repartição;
VIII - data da entrega da autorização já deferida,identidade e assinatura da pessoa a quem tenha sido entregue.

§2º.Asindicaçõesconstantesdosincisos IeIIdoparágrafoanteriorserãoimpressas.

§3º.Cadaestabelecimentográficodeverápossuirtalonáriopróprio, emjogossoltos, de Autorização deImpressãodeDocumento Fiscal e Gerencial.

§4º.Oformulárioserápreenchidoem3(três)vias,comaseguinte destinação:
I -primeiravia-repartiçãofiscal,parajuntadaaoprontuáriodoestabelecimentousuário;
II -segundavia-estabelecimentousuário;
III -terceiravia-estabelecimento gráfico.

§5º.Aautorizaçãodequetrataoartigopoderásercancelada,ajuízodofisco.

Artigo 214.Oscontribuintesdoimpostosobreserviçosdequalquernatureza,quetambémosejam do imposto sobrecirculação de mercadorias e serviços,poderão,caso oFiscoEstadual autorize,utilizar o modelodeNota FiscalEstadual,adaptadaas operações que envolvam a incidência dos dois impostos.

ParágrafoÚnico.ApósaautorizaçãodoFiscoEstadual,ocontribuintedeverásubmeteranotafiscal à provaçãoaoFiscoMunicipal,juntando:
I - cópia do despacho da autorização estadual,atestando que o modelo satisfaz às exigências dalegislação respectiva;
II -omodelodeNotaFiscaladaptadaeautorizadapeloFiscoEstadual;
III -razõesquelevaramocontribuinteaformularopedido.

Artigo 215 . A Autorização de Impressão de Documento Fiscal e Gerencial - AIDFG será concedida ao contribuinte mediante a observância dos seguintes critérios:
I - para solicitação inicial,será concedida autorização para a impressão de,no máximo,02 (dois) talonários;
II - para as demais solicitações,será concedida autorização para a impressão,com base na média mensal deemissão,de quantidade necessária para suprir a demanda docontribuinte,nomáximo,por 06 (seis) meses;

Parágrafo Único. O disposto no inciso II não se aplica a formulários contínuos destinados à impressão dedocumentosfiscais e gerenciais por processamento eletrônico dedados,quando será concedida autorização para a impressão,combasenamédia mensal de emissão,de quantidade necessária para suprir a demanda do contribuinte,no máximo,por 12 (doze) meses.

Artigo 216 . Nas solicitações de Autorização de Impressão de Documentos Fiscal e gerencial, excetuando-se os casos de pedido inicial,será exigida a apresentação defotocópiadoúltimo documento fiscal e gerencial emitido,além das guias derecolhimento de ISSQN,relativas aos últimos 06 (seis) meses,e dastaxas mobiliárias,referentes aos 05 (cinco) últimos exercícios,se for o caso.

Artigo 217 .Oprazo para utilização de documentofiscal e gerencial fica fixado em 12 (doze) meses, contadosdadatadeexpediçãodaAIDFG,sendoqueoEstabelecimentoGráficofaráimprimirnocabeçalho, em destaque,logo apósa denominação do documento fiscal egerencial e,também,logo após onúmeroe a data da AIDFG constantes de forma impressa,adatalimiteparaseuuso,com inserção da seguinte expressão:"válida(o)parausoaté... "(doze meses após a data da AIDFG).

§1º.Poderáserprorrogada autilizaçãododocumentofiscal ougerencial,porigualperíodo,contada da data limite prevista neste artigo, mediante requerimento do contribuinte. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de26.6.2003)

§ 2º . A prorrogação poderá ser feita por aposição de carimbo de prorrogação no verso dodocumento fiscal ou gerencial ou por lavratura de termo no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, no caso de impressão de documentos fiscais ou gerenciais por processamento eletrônico de dados, devendo o contribuinte fazer constar no campo de observações a prorrogação da data válida para emissão. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo 218 . Encerrado o prazo estabelecido no artigo anterior,os documentos fiscais e gerenciais, ainda não utilizados,serão cancelados pelo próprio contribuinte,que conservarátodasas vias dos mesmos,fazendo constar no Livro de Registro deUtilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências,nacoluna"Observações",as anotações referentes ao cancelamento.

Artigo 219. Considera-se inidôneo,para todos os efeitos legais,o documento fiscal e gerencial emitido após a data limite de sua utilização,independentemente de formalidade ou atos administrativos de autoridade fazendária municipal.

SeçãoLIV

DoRegimeEspecialdeEscrituração deLivroFiscaleEmissãodeDocumento Fiscal

Artigo 220 . O Secretário, responsável pela área fazendária,poderá estabelecer,de ofício ou a requerimento do interessado,regime especial para escrituração de livro fiscal e emissão de documento fiscal.

Artigo221.Oregimeespecialpoderá,aqualquertempo,sermodificadoou cancelado.

Artigo 222 . O pedido de concessãoderegimeespecial, inclusive através de processamento de dados,será apresentado pelo contribuinte à repartição competente.

Parágrafo Único. O pedido deve serinstruídoquantoà identificação da empresa e de seus estabelecimentos,se houver,ecom "fac simile" dos modelos e sistemas pretendidos,comadescrição geral de sua utilização.

Artigo 223 . A extensão do regime especial concedido pelo Fisco de outro Município dependerá de aprovação por parte daautoridade competente.

Parágrafo Único. Para aprovação do regime,o contribuinte deverá instruir o pedido com cópias autenticadas de todo expediente relativo à concessão obtida.

Artigo 224 . Na hipótese decontribuintesimultâneodo ICMS e do ISSQN e que deseje um único sistema deescrituraçãodelivro eemissãodedocumentofiscaldeverá,primeiramente,obteraprovaçãodo Fisco Estaduale,posteriormente cumprir o procedimento estabelecido.

SeçãoLV

DoExtravioedaInutilizaçãodeLivro eDocumento Fiscal e Gerencial

Artigo 225 .Oextravio ou inutilização de livros e documentosfiscais e gerenciaisecomerciaisdeve sercomunicado,por escrito,àrepartiçãofiscal competente,no prazode 10 (dez)dias,a contar dadata da ocorrência.

§ 1º.A petição deve mencionar as circunstâncias de fato,esclarecer sehouve registro policial, identificar oslivrosedocumentos extraviadosouinutilizados,e informar aexistência de débito fiscale dizer da possibilidade de reconstituição da escrita,quedeveráser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º. O contribuinte fica obrigado,ainda,apublicar edital sobre o fato,em jornal oficial ou no de maiorcirculação do Município,que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§3º.Alegalização dosnovoslivrosficacondicionadaàobservânciadodispostonesteartigo.

SeçãoLVI

DasDisposiçõesFinais

Artigo 226 . Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscaise comerciais,os documentos gerenciais,oscomprovantes da escrita e os documentos instituídosnesta Lei,bem como prestar informações e esclarecimentos sempreque os solicitem as Autoridade Fiscais.

Artigo 227 . Os livros obrigatórios deescrituraçãocomercial e fiscal,bem como os documentos fiscais,gerenciaisenão-fiscaiscomprovantesdoslançamentosnelesefetuados,deverãoser

conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, noestabelecimento respectivo,à disposição da fiscalização,e dele sópoderão ser retirados para atender à requisição da AutoridadeFiscal.

Parágrafo Único. É facultada a guarda do Livro de Registro de Serviços Prestados pelo responsável pela escrita fiscale comercial do contribuinte.

Artigo 228 . Os contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviço deverão manter,em local visível ede acesso aopúblico,junto ao local de pagamento,ou onde o fisco vier aindicar,mensagem no seguinte teor: "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço – Qualquer Reclamação, Ligue para a Fiscalização".

Parágrafo Único. A mensagem será inscritaemplacaou painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Artigo 229 . Ocontribuinte,prestadordeserviçode obras de construção civil ou hidráulicas, deveráindividualizar,por obra,sua escrituração fiscal.

Parágrafo Único. Ficam dispensadas de efetuar aindividualidade na escrita fiscal os contribuintes que, na escritacomercial,efetuam a individualização determinada neste artigo.

Artigo 230 . É facultado ao contribuinte aumentar o número de vias dos documentos fiscais e gerenciais,fazerconter outras indicações de interesse do emitente,desde que não prejudiquem a clareza do documento nem as disposições desta Lei.

TÍTULOIII

TAXAS

CAPÍTULOI

DASDISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo231.AstaxasdecompetênciadoMunicípiodecorrem:

I -doexercícioregulardopoderdepolíciadoMunicípio;

II -de utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis,prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

Artigo232.Considera-seexercícioregulardopoderdepolíciaaatividadedaadministraçãoPública que,limitando ou disciplinando direito,interesse ou liberdade,regula a prática de ato ouabstençãode fato,em razão de interesse público concernente à segurança,à higiene,à ordem,ao meio ambiente,aos costumes,àdisciplinada produção e do mercado,ao uso e ocupação do solo,aoexercício de atividades econômicas,àtranqüilidade pública eao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos no âmbito municipal.

Artigo233.Osserviçospúblicosconsideram-se:

I -utilizadospelo contribuinte:

a) efetivamente,quandoporeleusufruídosaqualquertítulo;

b) potencialmente, quando,sendo de utilização compulsória,sejam colocados à sua disposição mediante atividadeadministrativa em efetivo funcionamento.

II - específicos, quando passam a ser destacados,em utilidades autônomas de intervenção, de utilidade,ou de necessidade pública;

III -divisíveis,quandosusceptíveisdeutilização,separadamente,porpartedecadaumdeseus usuários.

Parágrafo Único.Éirrelevanteparaaincidênciadas taxas queos serviços públicos sejamprestados diretamente,ou por meio de concessionários ou através de terceiros contratantes.

Artigo 234 . Ofatogerador,a incidência,o lançamento e o pagamento dastaxas, fundadasno poder de polícia domunicípio,independem:

I -documprimentodequaisquerexigênciaslegais,regulamentaresouadministrativas;

II - de licença, autorização, permissãoouconcessão,outorgadaspelaUnião, Estadoou Município.

III -deestabelecimentofixooudeexclusividade,nolocalondeéexercidaaatividade;

IV -dafinalidadeoudoresultadoeconômicodaatividade,oudaexploraçãodos locais;

V -doefetivo funcionamentodaatividadeoudaefetivautilizaçãodoslocais;

VI -do recolhimento de preços,emolumentos e quaisquer importâncias eventualmenteexigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

CAPÍTULO II

DOESTABELECIMENTOEXTRATIVISTA,PRODUTOR,INDUSTRIAL,COMERCIAL,SOCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇO

Artigo235.Estabelecimento:

I -éo local onde são exercidas,de modo permanenteoutemporário,asatividadeseconômicas ou sociais,sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede,filial, agência,sucursal, escritórioderepresentaçãooucontatoou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II - é,também,o local onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante;

III - é,ainda,a residência de pessoa física,quando de acesso aopúblicoem razão do exercício da atividade profissional;

IV -asuaexistênciaéindicadapelaconjunção,parcialoutotal,dosseguintes elementos:

a) manutençãodepessoal,material,mercadoria,máquinas,instrumentoseequipamentos;

b) estruturaorganizacionalouadministrativa;

c) inscriçãonosórgãosprevidenciários;

d) indicaçãocomodomicíliotributárioparaefeitodeoutrostributos;

e) permanênciaouânimo de permanecer no local,para a exploração econômicada atividade exteriorizada através da indicação doendereçoem impressos,formulários ou correspondência, contrato de locaçãodo imóvel,propaganda ou publicidade,ou em contas detelefone,de fornecimento de energia elétrica,água ou gás.

Parágrafo Único. Acircunstância da atividade,por sua natureza,ser executada,habitual ou eventualmente,fora do estabelecimento,não o descaracteriza como estabelecimento.

Artigo236.Paraefeitodeincidênciadastaxas,consideram-secomoestabelecimentosdistintos:

I -osque,emboranomesmolocalecomidênticoramodeatividadeounão,pertençamadiferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II -osque, emboracom idêntico ramo de atividade e pertencentes àmesma pessoa física ou jurídica,estejam situados em prédiosdistintosouem locais diversos,ainda que no mesmo imóvel.

Artigo 237 . Olançamento e o pagamentodastaxasnão importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

CAPÍTULOIII

DATAXADEFISCALIZAÇÃODELOCALIZAÇÃO, DE INSTALAÇÃOEDE FUNCIONAMENTO

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 238 . ATaxa de Fiscalização de Localização,de Instalação ede Funcionamento,fundada nopoder de polícia doMunicípio,concernente aoordenamento dasatividades urbanas,tem como fato gerador afiscalização exercida sobre a localização ea instalação de estabelecimentos extrativistas, produtores, industriais, comerciais,sociais e prestadores de serviços,bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupaçãodosolourbano e às normas municipais de posturas relativas à ordem pública.

Artigo239.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:
I -nadatadeiníciodaatividade,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;
II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;
III -nadatadealteraçãodonomeourazãosocial,endereçoe/oudaatividade, emqualquer exercício.

Artigo240.Ataxanãoincidesobreaspessoasfísicasnãoestabelecidas.
Parágrafo Único. Consideram-se não estabelecidas as pessoas físicasqueexerçamsuasatividades em suas próprias residências,desde que não abertas ao público emgeral,bem como aqueles queprestam serviços noestabelecimentoou residência dos respectivas tomadores.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 241 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeitaàfiscalização municipal em razão da localização,da instalaçãoedo funcionamento de estabelecimentosextrativistas, produtores, industriais, comerciais,sociais e prestadores de serviços.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo 242 . Sãosolidariamenteresponsáveis pelo pagamento da taxa,o proprietário do imóvel, bem com o responsávelpelasua locação.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo 243 . Abasedecálculo da taxa será determinada de acordo com a tabela I, anexa a esta Lei, levando-se em consideração o ramo de atividade a ser exercido.
Parágrafo Único.No caso de atividadesmúltiplasexercidasno mesmo local, a Taxa será calculada e devida sobre aquela que estiver sujeita a maior ônus fiscal.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 244 . A taxa será devida anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento,transferência do local ou qualquer alteração contratualou estatutária.
§ 1º. o valor da Taxa, no caso do item I, do artigo 239, será proporcional ao número de meses ou fração, que faltarem para atingir o período do próximo recolhimento.

§2º.OvalordaTaxa,nocasoprevistonoitemIII,teráreduçãode70%(setentaporcento)novalor integral.

§ 3º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinqüenta por cento)dovalordaTaxadeFiscalizaçãodeLocalização,deInstalaçãoeFuncionamento–TLLI,aocontribuinte que efetuar o pagamento em uma só parcela, na data designada pelo Poder Executivo. (Acrescido pela Lei nº2.318, de 26.6.2003)

§4º.OPoderExecutivoregulamentarápordecretoasformasdeconcessãodosdescontos. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo245.Sendoanualoperíododeincidência,olançamentodataxaocorrerá: I -noato da inscrição,relativamente ao primeiro ano de exercício;
II - nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;
III -noatodaalteraçãodoendereçoe/oudaatividade,emqualquerexercício.

CAPÍTULO IV

DATAXADEFISCALIZAÇÃOSANITÁRIA

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 246 . A Taxa de Fiscalização Sanitária,fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controleda saúde pública edo bem-estar da população,temcomofato geradora fiscalização porele exercida sobre a localização, a instalação, bem como o seu funcionamento, de estabelecimentos extrativistas, produtores, industriais, comerciais, sociais eprestadores de serviços, onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados,distribuídos,vendidosouconsumidosalimentos,bemcomooexercíciodeoutras atividades pertinentes àhigienepública,emobservância às normas municipais sanitárias.

Artigo247.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:
I -nadatadeiníciodaatividade,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;
II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanossubseqüentes;
III -nadatadealteraçãodonomeourazãosocial,endereçoe/oudaatividade, emqualquer exercício.

Seçãoll

DoSujeito Passivo

Artigo 248 . Osujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeitaàfiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimento,saúdeehigiene pública e às normas sanitárias.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo 249 . Sãosolidariamenteresponsáveis pelo pagamento da taxa, o proprietário do imóvel, bem comoresponsávelpelasualocação, opromotorde feiras,exposiçõesecongêneres,o proprietário, olocador ou o cedente de espaçoembemimóvel,com relação às barracas,aos veículos,aos "traillers", aos"stands" ou assemelhados que comercializem gêneros alimentícios.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo 250 . Abasedecálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.AreferidataxaserácobradaconformeaTabelaII,anexaaesta Lei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 251 . A Taxa será devidaintegraleanualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratualouestatutária.

§ 1º . O valor da Taxa, no caso do item I, do artigo 247, será proporcional ao número dos meses ou fração, que faltarem para atingir o período do próximo recolhimento. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de26.6.2003)

§ 2º. O valor da Taxa, no caso do item III, do artigo 247, terá redução de 70% (setenta porcento)no valor integral. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

§ 3º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de até 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa de Fiscalização Sanitária – TaFIS, ao contribuinte que efetuar o pagamento em umasó parcela, na data designada pelo Poder Executivo. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

§4º.OPoderExecutivoregulamentarápordecretoasformasdeconcessãodosdescontos. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo252.Sendoanualoperíodododeincidência,olançamentodataxaocorrerá: I -noato da inscrição,relativamente ao primeiro ano de exercício;

II -nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;

III -noatodaalteraçãodoendereçoe/ou,quandoforocasodaatividade,emqualquerexercício.

CAPITULOV

DATAXA DEFISCALIZAÇÃODEANÚNCIO

Seçãol

DoFatogeradoreda Incidência

Artigo 253 . ATaxadeFiscalização de Anúncio,fundada no poder depolíciado Município, concernenteà utilização de seus bens públicosde uso comum,à estética urbana,temcomo fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre autilização e a exploração deanúncio,em observância àsnormas municipais de posturas relativas ao controle do espaço visual urbano.

Artigo254.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:

I -nadatadeinstalaçãodoanúncio,relativamenteaoprimeiroanodeveiculação;

II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;

III -nadatadealteraçãodotipodeveículoe/oudolocaldainstalaçãoe/oudanaturezaeda modalidade da mensagem transmitida.

Artigo255.Ataxanãoincidesobreosanúncios,desdequesemqualquerlegenda,dísticoou desenho de valor publicitário:

I -destinadosafinspatrióticoseàpropagandadepartidospolíticosoudeseuscandidatos,naforma prevista na legislaçãoeleitoral;

II -nointeriordeestabelecimentos,divulgandoartigosouserviçosnelesnegociadosouexplorados;

III - em emblemasde entidadespúblicas, cartórios, tabeliães,ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV - em emblemas de hospitais, sociedadescooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V - colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;

VI -deplacasouletreirosquecontiveremapenasadenominaçãodo prédio;

VII - que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do empregoou finalidade da coisa;

VIII -deplacasouletreirosdestinados,exclusivamente,àorientaçãodopúblico;

IX - que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

X -deplacasindicativasdeofertadeemprego,afixadasnoestabelecimentodoempregador;

XI -deplacasdeprofissionaisliberais,autônomosouassemelhados,quandocolocadasnasrespectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome e a profissão;

XII -delocaçãoouvendadeimóveis,quandocolocadosnorespectivoimóvel,pelo proprietário;

XIII - de painel ou tabuleta afixada pordeterminação legal, no local da obra de construção civil, duranteoperíododesuaexecução,desdequecontenha,tão-somente,asindicaçõesexigidaseasdimensões recomendadas pela legislação própria;

XIV -deafixaçãoobrigatóriadecorrentededisposiçãolegalouregulamentar;

Seção II

DoSujeito Passivo

Artigo 256 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da propriedade do veículo de divulgação.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo257.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentoda taxa:

I -aqueleaquemoanúncioaproveitar,quantoaoanuncianteouaoobjeto anunciado;

II -oproprietário,olocadorouocedentedeespaçoembemimóveloumóvel,inclusiveveículos.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo 258 . Abasedecálculo da taxa será determinada de acordo com a tabela III, anexa a esta Lei, levando-se em consideração a espécie de veículo de divulgação.

SeçãoIV

Dolançamentoedo Recolhimento

Artigo 259 . Ataxa será devida integraleanualmente, independentemente dadatadeinstalação, transferênciadelocalou qualquer alteraçãonotipo enacaracterística doveículo de divulgaçãoe na natureza e na modalidade da mensagemtransmitida.

Artigo260.Sendoanualoperíododeincidência,lançamentodataxaocorrerá: I-
noatodainscriçãodoanúncio,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;

II-nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;

III -noatodaalteraçãodoendereçoe/ou,quandoforocaso,daatividade,emqualquerexercício.

CAPÍTULO VI

DATAXADEFISCALIZAÇÃODEAPARELHOS DE TRANSPORTES

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 261 . A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte,fundada no poder de polícia do Município,concernenteà preservação da segurança pública,tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a instalação,a conservaçãoe o funcionamento de elevadores de passageiros e cargas, ascensores,alçapões,monta-cargasecongêneres;escadaseesteirasrolantes,planosinclinadosmóveise outros de natureza similar,emobservância às normas municipais de posturas relativas à ordempública.

Artigo262.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:
I -nadatadeinstalação,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;
II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;
III -nadatadealteraçãodascaracterísticasdoengenhomóvel,emqualquerexercício.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 263 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica,proprietária,titular de domínio útil ou possuidora,a qualquer título,do imóvel,edificado ou em fase de edificação,que, independentementedesuadestinação,instaleoumantenhainstaladoengenhomóvel,sujeitoàfiscalização municipal em razão da instalação,conservação e funcionamento deaparelho de transporte.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo264.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentoda taxa:
I -osíndicoeoscondôminosdoimóveledificadoondeserá,ousemantenha,instaladoengenho móvel;
II -oproprietárioeoresponsávelpelalocaçãodoengenhomóvel;

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo265.Abasedecálculodataxaserádeterminadaemfunçãodocustodarespectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.Areferidataxaserácobradaconformea TabelaIV,anexaaesta Lei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 266 . Ataxa será devida integraleanualmente, independentemente da datadeinstalação, transferência de local ou qualquer alteração na característica do engenho móvel.

Artigo267.Sendoanualoperíododeincidência,olançamentodataxaocorrerá: I -noato da inscrição,relativamente ao primeiro ano de exercício;

II -nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;

III -noatodaalteraçãodascaracterísticasdoengenhomóvel,emqualquerexercício.

CAPÍTULOVII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE MÁQUINA, MOTOREEQUIPAMENTOELETROMECÂNICO

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 268 . A Taxa de Fiscalização de Máquina,Motore Equipamento Eletromecânico,fundadano poder de polícia do Município,concernente à proteção do meio ambiente,tem como fato gerador à fiscalização por ele exercida sobre a instalação e o funcionamento de instrumentos industriais,em observância às normas municipais de posturas relativas à segurança e tranqüilidade pública.

Artigo269.Ofatogeradordataxaconsidera-se ocorrido:

I -nadatadeinstalação,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;

II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;

III -nadatadealteraçãodoendereçoe/ou,quandoforocaso,doinstrumentoindustrial,em qualquer exercício.

Artigo 270 . Ataxa não incide sobre as máquinas,os motores e os equipamentos eletromecânicos destinados a fins exclusivamente domésticos,bemcomo os utilizados com finalidades, estritamente, administrativas.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 271 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica,proprietária,titularde domínio útiloupossuidora,a qualquer título,doestabelecimentoindustrial,comercial ou prestador de serviço que instale ou mantenha instalado instrumento industrial,sujeito à fiscalização municipal emrazão da instalação efuncionamento de máquinas,motores e equipamentos eletromecânicos.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo272.São solidariamente responsáveispelopagamentodataxa, oproprietárioeo responsável pela locação da máquina,do motor e do equipamento eletromecânico.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo273.Abasedecálculodataxaserádeterminadaemfunçãodocustodarespectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.AreferidataxaserácobradaconformeaTabelaV,anexaaestaLei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 274 . Ataxa será devida integraleanualmente, independentemente da datadeinstalação, transferênciado local ou qualquer alteração na característica do instrumento industrial.

Artigo275.Sendoanualoperíododeincidência,olançamentodataxaocorrerá: I -na data da inscrição,relativamente ao primeiro ano de exercício;
II -nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;
III -noatodaalteraçãodascaracterísticasdoinstrumentoindustrial,emqualquerexercício.

CAPÍTULOVIII

DATAXADEFISCALIZAÇÃODEVEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 276 . A Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiro,fundada no poder de políciado município, concernente à preservação da segurança pública e ao bem-estarda população,tem como fato gerador a fiscalização por eleexercida sobre o utilitário motorizado,em observância às normas municipais de autorização,permissão e concessão ou outorgaparaexploração do serviço de transporte de passageiro.

Artigo277.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:
I -na data de início da efetiva circulação do utilitário motorizado,relativamente ao primeiro ano de exercício;

II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;
III -nadatadealteraçãodascaracterísticasdoutilitáriomotorizado,emqualquerexercício.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 278 . Osujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica,proprietária,titular de domínio útil oupossuidora,a qualquer título,do utilitário motorizado,sujeita à fiscalização municipal em razão do veículo de transporte depassageiro.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo279.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentoda taxa:
I -oresponsávelpelalocaçãodoutilitário motorizado;
II -oprofissionalqueexerceatividadeseconômicanoveículo detransportedepassageiro.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo 280 . Abasedecálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.AreferidataxaserácobradaconformeaTabelaVI,anexaaesta Lei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 281 . Ataxa será devida integraleanualmente, independentemente da data de início da efetiva circulaçãoou de qualquer alteração nas características do utilitário motorizado.

Artigo282.Sendoanualoperíododeincidência,olançamentodataxaocorrerá: I -na data da inscrição,relativamente ao primeiro ano de exercício;

II -nomêsdejaneiro, comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo, nosanos subseqüentes;

III -noatodaalteraçãodascaracterísticasdoutilitáriosmotorizado,emqualquerexercício.

CAPÍTULO IX

DATAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTODEESTABELECIMENTOEMHORÁRIOEXTRAORDINÁRIO

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 283 . A Taxa de Fiscalização deFuncionamento de Estabelecimento emHorário Extraordinário,fundada no poder da polícia do Município,concernente ao ordenamento do exercíciode atividades econômicas,tem como fato gerador a fiscalizaçãopor ele exercida sobre o funcionamento em horárioextraordináriode estabelecimentos comercias,em observância às posturas municipais relativas à ordem,aos costumes e à tranqüilidade pública.

Artigo 284 . O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o funcionamentodo estabelecimento comercial,fora do horário normal de abertura e fechamento do comércio.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 285 . Osujeitopassivoda taxa é a pessoa jurídica sujeita àfiscalizaçãomunicipalem razão do funcionamento,em horário extraordinário,do estabelecimento comercial.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo286.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentoda taxa:

I -o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde esteja em funcionamento a atividade de comércio;

II -ocondomínioeosíndicodoedifícioondeestejaematividadeoestabelecimentocomercial.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo 287 . Abasedecálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.AreferidataxaserácobradaconformeaTabelaVII,anexaaestaLei.

SeçãoV

Dolançamentoedo Recolhimento

Artigo 288 . A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamentosolicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Artigo289.Sendodiária,mensalouanualoperíododeincidência,olançamentodataxacorrerá:

I -noatodasolicitação,quandorequeridopelosujeitopassivo;

II -noatodacomunicação,quandoconstatadopelafiscalização.

CAPÍTULOX

DATAXADEFISCALIZAÇÃODEEXERCÍCIO DEATIVIDADEAMBULANTE,EVENTUAL E FEIRANTE

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 290 . A Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante,Eventual e Feirante, fundada no poder depolícia do Município,concernenteaoordenamentoda utilização dos bens públicos de uso comum,tem como fato gerador afiscalização por ele exercida sobre a localização,instalação e funcionamento de atividade ambulante,eventualefeirante,emobservância às normas municipais sanitárias e de posturas relativas à estética urbana,aoscostumes,à ordem,à tranqüilidade e a segurança pública.

Artigo291.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:

I -nadatadeiníciodaatividade,relativamenteaoprimeiroanodeexercício;

II -nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;

III -nadatadealteraçãodonomeourazãosocial,endereçoe/oudaatividade, emqualquer exercício.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 292 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão do exercício da atividade ambulante,eventual e feirante.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo293.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentodataxa:

I -o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentosou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas,eo locador desses lançamentos;

II -opromotordefeiras,exposiçõesecongêneres;

III -oproprietário,o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel,com relação às barracas, aos veículos,aos"traillers" e aos " stands" ou assemelhados.

SeçãoIV

DaAtividadeAmbulante,EventualeFeirante

Artigo294.Considera-se atividade:

I -ambulante aexercida,individualmente,demodo habitual,cominstalação oulocalização fixasou não;

II -eventualaexercida,individualmenteounão,emdeterminadasépocasdoano,especialmente porocasiãodeexposições, feiras, festejos, comemoraçõeseoutrosacontecimentos, emlocais previamente definidos;

III - feirante a exercida,individualmente ou não,de modo habitual,nas feiras livres,em locais previamente determinados.

Parágrafo Único. A atividade ambulante,eventual e feirante é exercida,sem estabelecimento,em instalações removíveis,colocadas nas vias,logradouros ou locais de acesso ao público, como balcões, barracas,mesas,tabuleiros,eassemelhados.

SeçãoV

DaBasede Cálculo

Artigo 295 . Abasedecálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

ParágrafoÚnico.AreferidataxaserácobradaconformeaTabelaVIII,anexaaestaLei.

SeçãoVI

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 296 . Ataxa será devida anualmente, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Artigo297.Sendoanualoperíododeincidência,lançamentodataxaocorrerá:

I -noatodasolicitação,quandorequeridopelosujeitopassivo.

II -noatodacomunicação,quandoconstatadopelafiscalização.

III- no mês de janeiro,com vencimento a ser estipulado pelo chefe do executivo,nos anos subseqüentes;

IV -noatodaalteraçãodoendereçoe/ou,quandoforocaso,daatividade,emqualquerexercício.

CAPÍTULO XI

DATAXADEFISCALIZAÇÃODEOBRAPARTICULAR

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 298 . A Taxa de FiscalizaçãodeObraParticular fundada no poder de polícia do Município, concernenteàtranqüilidadeebem-estardapopulação,temcomofatogeradorafiscalizaçãoporele

exercidasobre a execução de obraparticular, no que respeita àconstruçãoe reforma de prédio e execução de loteamento deterreno,em observância às normas municipais relativas à disciplina do uso do solo urbano.

Artigo 299 . O fato geradorda taxa considera-se ocorrido com a construçãoereformade prédio,e execução de loteamento de terreno.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 300 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica,proprietária,titular do domínio útil ou possuidora, aqualquer título,do imóvel,sujeito à fiscalização municipal emrazão da construção e reforma do prédio ouexecução de loteamento do terreno.

Artigo301.Ataxanãoincidesobre:
I -alimpezaoupinturainternaeexternadeprédios,murosegrades;
II -aconstruçãodepasseioselogradourospúblicosprovidosdemeio-fio;
III -aconstruçãodemurosdecontençãodeencostas.

SeçãoIII

DaSolidariedadeTributária

Artigo302.Sãosolidariamenteresponsáveispelopagamentoda taxa:
I -aspessoasfísicasoujurídicasresponsáveispelosprojetosouporsua execução;
II -oresponsávelpelalocaçãoeolocatáriodoimóvelondeestejasendoexecutadaaobra.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo303.Abasedecálculodataxaserádeterminadadeacordocomatabelaix,anexaaesta Lei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 304 . A taxa será devidaporexecuçãodeobra, conforme comunicação do sujeito passivoou constatação fiscal.

Artigo305.Sendoporexecuçãodeobraaformadeincidência,olançamentodataxaocorrerá:
I -noatodolicenciamentodaobra,quandocomunicadapelosujeito passivo;
II -noatodainformação,quandoconstatadapelafiscalização.

CAPÍTULO XII

DATAXADEFISCALIZAÇÃODEOCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EMVIASEEMLOGRADOUROSPÚBLICOS

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 306 . A Taxa de FiscalizaçãodeOcupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município,concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização por eleexercidasobre a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranqüilidade, à higiene, ao trânsito e a segurança pública.

Artigo307.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido:

I- com a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos em áreas, em vias e em logradouros públicos, relativamente ao primeiro ano de exercício;

II –nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,nosanos subseqüentes;

III – na data de alteração do nome ou razão social, do endereço e/ou da atividade, em qualquer exercício.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 308 . Osujeitopassivo da taxa é a pessoa física ou jurídica,proprietária,titular do domínio útilou possuidora,a qualquer título,de móvel, equipamento, utensílio e quaisquer outros objeto em áreas, em vias ou em logradouros públicos.

SeçãoIII

DoSujeito Solidário

Artigo 309 . Sãosolidariamenteresponsáveis pelo pagamento da taxa aspessoas físicas ou jurídicas que direta ou indiretamente estiverem envolvidas na localização, na instalação e na permanência de móvel, equipamento, utensílio, veículo e ou quaisquer outro objeto em áreas, em vias e em logradouros púbicos.

SeçãoIV

DaBasede Cálculo

Artigo310.Abasedecálculodataxaserádeterminadadeacordocomatabela X,anexaaestaLei.

SeçãoV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 311 . Ataxa será devida anualmente, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Artigo312.Sendoanualoperíododeincidência,olançamentodataxaocorrerá:

I -noatodasolicitação,relativamenteaoprimeiroanode exercício;

II – no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização, relativamente ao primeiro ano de exercício;

III -nomêsdejaneiro,comvencimentoaserestipuladopelochefedoexecutivo,nosanos subseqüentes;

IV -noatodaalteraçãodoendereçoe/oudaatividade,emqualquerexercício.

CAPITULOXIII

DATAXA DESERVIÇODELIMPEZA PÚBLICA

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 313 . A Taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviçosde limpeza pública,prestados ou colocados, à disposição do imóvel alcançado pelo serviço, pelo Município,diretamente ou através de concessionários, tais como:

a) varrição,lavagemecapinaçãodeviaselogradourospúblicos;
b) limpezadevalasegalerias pluviais;
c) limpezaedesobstruçãodebueirosecaixasderalo;
d) desinfecçãodelocaisinsalubreseassistênciasanitária.

Artigo 314 . O fato gerador da taxa considera-seocorrido,no dia primeiro de janeiro de cada exercício,comoserviço de limpeza pública prestado ao contribuinteoucolocadoàsua disposição.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 315 . O sujeito passivo da taxa é oproprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor,a qualquer título,do imóvel,edificado ou não,localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de limpeza pública.

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo 316 . A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição,será calculada e devida, em função da testada do terreno, com base na Tabela XI, anexa a esta Lei.

SeçãoIV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo317.Ataxaserádevidaintegraleanualmente.

Artigo 318 . Sendo anual o período de incidência,o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana,levando-se em conta asituação fática do imóvel existente à época da ocorrênciadofato gerador.

CAPITULOXIV

DATAXA DE SERVIÇODECOLETADELIXO

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 319 . A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviçosdecoleta e remoção de lixo,prestados ou colocados, à disposição do imóvel alcançado peloserviço, pelo Município,diretamente ou através de concessionários.

Artigo 320 . O fato gerador da taxa considera-se ocorrido,no dia primeiro de janeiro de cada exercício,comoserviço de coleta de lixo prestado ao contribuinteoucolocadoàsua disposição.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 321 . O sujeito passivo da taxa é oproprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor,a qualquertítulo,do imóvel,edificado ou não,localizadoemlogradouro beneficiado pelo serviçode coleta de lixo.

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo 322 . A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, será calculada e devida, em função da área construída , de conformidade com a Tabela XII, anexa a esta Lei.

SeçãoIV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo323.Ataxaserádevidaintegraleanualmente.

Artigo 324 . Sendo anual o período de incidência,olançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana,levando-se em conta asituação fática do imóvel existente à época da ocorrênciadofato gerador.

~~**CAPÍTULO XV**~~

~~**DATAXADESERVIÇODEILUMINAÇÃOPÚBLICA**~~

~~**SeçãoI**~~

~~**DoFatoGeradoreda Incidência**~~

~~Artigo 325 . A Taxa de Iluminação Pública temcomo fato gerador a utilização efetiva ou potencialdos serviços de iluminação pública, prestados ou colocados à disposição pelo Município,diretamenteouatravés de concessionários.~~

~~Artigo326.Ofatogeradordataxaconsidera-seocorrido, nodiaprimeirodejaneirodecadaexercício,comoserviço de iluminação pública prestado ao contribuinte ou colocado àsua disposição.~~

~~**SeçãoII**~~

~~**DoSujeito Passivo**~~

~~Artigo 327 . O sujeito passivo da taxa é oproprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor,aqualquertítulo,do imóvel,edificado ou não,localizadoemlogradouro beneficiado pelo serviço deiluminação pública.~~

~~**SeçãoIII**~~

~~**DaBasedeCálculo**~~

~~Artigo 328 . A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelocontribuinte ou posto a sua disposição, será calculada e devida, em função da testada do terreno, com basena Tabela XIII, anexa a esta Lei.~~

~~**SeçãoIV**~~

~~**DoLançamento edo Recolhimento**~~

~~Artigo329.Ataxaserádevidaintegraleanualmente.~~

~~Artigo 330 . Sendo anual o período de incidência,olançamento da taxa ocorrerá juntamente com odo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana,levando-se em conta asituação fática do imóvelexistente à época da ocorrênciadofato gerador.~~

CAPÍTULO XV

DACONTRIBUIÇÃOPARACUSTEIODOSERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

(RedaçãodadapelaLeinº2.379,de18.11.2004)

Seçãol

DoFatoGeradoreDa Incidência

Artigo 325 . Fica instituída a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP, que tem como fato gerador a prestação de serviços de iluminação das vias e logradouros públicos e dos prédiospúblicosdaadministração direta eindireta situadosno Município. (Redação dada pela Leinº2.379,de18.11.2004)

Artigo326.AContribuiçãoparaCusteiodoServiçodeIluminaçãoPública-CCSIPincidirásobre cadaumadasunidadesautônomasbeneficiadaspeloserviço.(RedaçãodadapelaLeinº2.379,de18.11.2004)

Parágrafo Único . Considera-se unidade autônoma para o fim de que trata o caput deste artigo, cada unidade distinta, residencial, comercial ou industrial, de consumo de energia elétrica, tais como: casas, apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes, terrenos, bem como qualquer outro tipo de estabelecimento ou divisão em prédio, seja qual for a sua natureza ou destinação. (Acrescido pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

Seçãoll

DoSujeito Passivo

Artigo 327 . O sujeito passivo da contribuição de que trata esta Lei é o proprietário ou possuidor, a qualquertítulo, de imóveis, edificados ou não, localizados em vias ou logradouros beneficiados pelos referidos serviços. (Redação dada pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

Parágrafo Único . São também contribuintes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP, quaisquer outros estabelecimentos instalados permanentemente nas vias e logradouros públicos, destinados à exploração de atividade comercial ou de serviços.(Acrescido pela Lei nº 2.379, de18.11.2004)

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo 328 . A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP tem como base de cálculo o custo desses serviços, considerando-se para sua apuração, o valor da Tarifa de Iluminação Pública. (Redação dada pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

Artigo329.AContribuiçãoparaCusteiodoServiçodeIluminaçãoPública-CCSIPserácalculadade conformidade com a tabela XIII, anexa a esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

Parágrafo Único - Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública -CCSIP constantes da tabela XIII, definidos para contribuintes, consumidores de energia elétrica, serão atualizados nos mesmos índices fixados para reajuste da Tarifa de Energia Elétrica para a Classe Iluminação Pública,assimautorizadopelaAgênciaNacionaldeEnergiaElétrica-ANEEL.
(AcrescidopelaLeinº2.379,de18.11.2004)

SeçãoIV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 330 . A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP será cobrada, mensalmente, dos consumidores de energia elétrica, proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis edificados ou não, nas faturas de consumo de energia elétrica emitidas pela concessionária local. (Redação dada pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

ParágrafoÚnico.FicaoPoderExecutivoMunicipalautorizadoacelebrarcomaConcessionárialocal dos serviços de energia elétrica, convênio para a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. (Acrescido pela Lei nº 2.379, de 18.11.2004)

CAPÍTULOXVI

DATAXADE SERVIÇO DECONSERVAÇÃODECALÇAMENTO

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 331 . A Taxa de Conservação deCalçamento tem como fato gerador a utilização efetivaou potencialdosserviçosde reparaçãoe manutençãode ruas elogradouros públicos,pavimentados,inclusive os de recondicionamento de meio-fio, na zona urbana do município,prestados pelo Município,diretamente ou através de concessionários.

Artigo 332. O fato gerador da taxa considera-seocorrido,no dia primeiro de janeiro de cada exercício,comoserviço de conservação de calçamento prestado ao contribuinte ou colocado àsua disposição.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 333 . O sujeito passivo da taxa é oproprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor,a qualquertítulo,do imóvel,edificado ou não,localizadoemlogradouro beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento.

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo 334 . A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição,será calculada e devida, em função da testada do terreno, com base na Tabela XIV, anexa a esta Lei.

SeçãoIV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo335.Ataxaserádevidaintegraleanualmente.

Artigo 336 . Sendo anual o período de incidência,o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana,levando-se em conta asituação fática do imóvel existente à época da ocorrênciadofato gerador.

CAPÍTULOXVII

DATAXADESERVIÇOSDE PAVIMENTAÇÃO

SeçãoI

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo 337 . A Taxa de Serviços de Pavimentação, que é devida uma única vez,tem como fato gerador a utilização efetivaoupotencial dos seguintes serviços, prestados pelo Município,diretamente ou através de concessionários:

a) pavimentaçãodapartecarroçáveldasviaselogradourospúblicos;
b) substituiçãodapavimentaçãoanteriorporoutra;
c) terraplanagemsuperficial;
d) obrasdeescoamentolocal;
e) colocaçãodeguiasesarjetas;
f) consolidaçãodoleito carroçável.

Artigo 338 . O fato gerador da taxa considera-seocorrido como serviço de pavimentação prestado ao contribuinte ou colocado àsua disposição.

SeçãoII

DoSujeito Passivo

Artigo 339 . O sujeito passivo da taxa é oproprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor,a qualquer título,do imóvel,edificado ou não,localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de pavimentação.

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo 340 . A base de cálculo da taxa, que tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, será calculada e devida, em função dos valores orçados e dametragem linear da testada do imóvel, observada a sua localização, a qual será caracterizada por fatores diferenciados, por logradouro, conforme relação e aplicação de fórmula constante da Tabela XV, anexa a esta Lei.

SeçãoIV

DoLançamento edo Recolhimento

Artigo 341 . Antes de iniciados os serviços de pavimentação, a Prefeitura divulgará aviso, pela imprensa oficial ou em órgãos de circulação local, especificando:

a) asruas,trechosouáreasqueserãopavimentadas;
b) ocustoorçadodaobraeoseuprazode duração;
c) afirmaempreiteira,asubempreiteiraouacontratantequerealizaráoserviço,seoserviçofor executado por terceiros;
d) aáreatotalaserpavimentadaeocustodometroquadradodapavimentação;
e) otipodepavimentação,bemcomooutrascaracterísticasquesirvamparaidentificá-la.

Artigo 342 . Realizado o serviço de pavimentação, conhecido o seu custo, este será publicado e serão fixadas as respectivas cotas pela repartição competente.

Artigo 343 . A taxa será lançada, em nome do contribuinte, no exercício seguinte, com base nos dados do cadastro imobiliário.

CAPÍTULOVII

DOCADASTROFISCAL

SeçãoI

DasDisposiçõesGerais

Artigo344.OCadastroFiscaldaPrefeituracompreende:

I -oCadastroImobiliário-CIMOB;
II -oCadastroMobiliário-CAMOB;
III -ocadastrodeAnúncio-CADAN;
IV -oCadastrodeAparelhodeTransporte-CAPAT;
V -oCadastrodeMáquina,MotoreEquipamentoEletromecânico-CAMAQ;
VI -OCadastrodeVeículodeTransportedePassageiro-CAVET;

§1º.OCadastroImobiliáriocompreende:
a) osterrenosvagosexistentesnasáreasurbanasesuburbanasdoMunicípioeosquevierema resultar de desmembramentos dos atuais e de novas áreas urbanizadas;
b) osprédiosexistentes,ouquevieremaserconstruídosnasáreasurbanaseurbanizáveis.

§2º.OCadastroMobiliáriocompreende:
a) os estabelecimentos produtores, osindustriais, os comerciais,bemcomoquaisqueroutras atividadestributáveis exercidas no território do município;
b) osprestadoresde serviços dequalquernatureza,compreendendo asempresaseosprofissionais autônomos,comou sem estabelecimento fixo.

§3º.OCadastrodeAnúnciocompreendeosveículosdedivulgaçãoepublicidadeinstalados:
a) emviaselogradourospúblicos;
b) emlocaisque,dequalquermodo,foremvisíveisdaviapúblicaoudeacessoaopúblico.

§ 4º. O Cadastro de Aparelho de Transporte compreende os engenhos móveis instalados, independentemente de suadestinação, em terrenos vagos ou em imóveis edificados ou em fase deedificação,do tipo:

a) elevadoresdepassageirosecargas,ascensores,alçapões,monta-cargasecongêneres;

b) escadas e esteiras rolantes,planosinclinadosmóveis,macacos hidráulicos e outros de natureza similar.

§ 5º.O Cadastro de Máquina,Motor eEquipamento Eletromecânico compreende,desde que não utilizados parafins,exclusivamente,domésticos e administrativos:

a) as máquinas e os motores,de qualquer natureza, instalados em estabelecimentos industrias, comerciaseprestadores de serviços;

b) osequipamentoseletromecânicos, dequalquernatureza, instaladosemestabelecimentos industriais,comerciaise prestadores de serviços.

§6º.OCadastrodeVeículodeTransportedePassageirocompreende:

a) osveículosdetransporte,públicoouprivado,coletivo de passageiro;

b) osveículosdetransporte,privado,individualdepassageiro.

Artigo345.Oprazo parainscrição:

I -noCadastroImobiliárioéde30(trinta)dias,contadosdadatadeexpedição dodocumentohábil;

II - no Cadastro Mobiliário é de 30 (trinta) dias,contados da data do efetivo início de atividades no Município;

III -noCadastrodeAnúncioédeaté2(dois)diasantesdadatadeinício dainstalaçãodoveículo de divulgaçãode propaganda e publicidade;

IV -noCadastrodeAparelhodeTransporteédeaté2(dois)diasantesdadatadeinícioda instalação do engenhomóvel;

V - no Cadastro de Máquina,Motor e Equipamento Eletromecânico é de até 2 (dois) dias antes da data de início da instalação do instrumento industrial;

VI -noCadastrodeVeículodeTransportedePassageiroédeaté2(dois)diasantesdadatade início da efetivacirculação do utilitário motorizado.

Parágrafo Único. Não sendo realizada a inscriçãodentro do prazo estabelecido,o órgão fazendário competente deverápromovê-la de Ofício,desde que disponha de elementos suficientes.

Artigo 346 . O órgão fazendário competente poderá intimar o obrigado a prestarinformações necessáriasàinscrição,as quais serão fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias,contadosda data da intimação.

Parágrafo Único. Não sendo fornecidas as informaçõesno prazo estabelecido,o órgão fazendário competente,valendo-se dos elementos que dispuser,promoverá a inscrição.

Seçãoll

DoCadastroImobiliário

Artigo347.Éobrigadoapromoverainscriçãodosimóveis noCadastro Imobiliário:

I -oproprietário,otitulardodomínioútilouopossuidor;

II -oinventariante,síndico,liquidanteousucessor, emsetratandodeespólio,massafalidaou sociedade emliquidação ou sucessão;

III -otitulardaposse,ousociedadedeimóvelquegoze deimunidade.

Artigo348.Aspessoasnomeadasnoartigoanteriordestalei,sãoobrigadas:

I -ainformarao Cadastro Imobiliário qualqueralteraçãonasituaçãodoimóvel,como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução ou reforma ou qualquer outraocorrência que possa afetar o valor do imóvel,no prazo de 30 (trinta) dias,contados da alteração ou da incidência;

II - a exibir os documentosnecessáriosàatualização cadastral,bem como a dar todas as informaçõessolicitadaspelo fisco no prazo constante da intimação,que não será inferior a 10 (dez) dias;

III - franquear ao agente do fisco,devidamentecredenciado,as dependências do imóvel para vistoria fiscal.

Artigo 349 . Os responsáveis por loteamento,bem comoos incorporadores ficam obrigados a fornecer,mensalmente,ao órgão competente, a relação dos imóveis que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda,mencionando o adquirente,seu endereço,dados relativos à situação do imóvel alienado e o valor da transação.

Artigo 350 . As pessoas jurídicas que gozem deimunidade ficam obrigadas a apresentar, ao órgão competente, odocumento pertinente à venda de imóvel de sua propriedade,noprazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição do documento.

Artigo 351 . Nenhum processo cujo objetivo seja a concessão de "Baixa e Habite-se","Modificação ou Subdivisão deTerreno","Licença para Execução e Aprovação de ObrasParticularese Arruamentos e Loteamentos","Alvará de Licença de Localização"e "Licença para Exploração e Utilização de Propaganda e Publicidade",será arquivado antes de sua remessa ao órgão competente,para fins de atualização cadastral, sob pena de responsabilidade funcional.

Artigo 352 . Em caso de litígio sobre o domíniodoimóvel,da inscrição deverá constar tal circunstância,bemcomoos nomes dos litigantes,dos possuidores do imóvel,anaturezado feito,o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Artigo 353 . Para fins de inscrição no Cadastro Imobiliário,considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.

§ 1º. No caso de imóvel não construído,com duas ou mais esquinas ou com duas ou mais frentes, será consideradoologradouro relativo à frente indicada no título de propriedade ou,na falta deste,o logradouro que confira ao imóvelmaiorvalorização.

§ 2º. No caso de imóvel construído em terreno com as características do parágrafo anterior,que possua duas ou mais frentes,será considerado o logradouro correspondente à frente principal e,na impossibilidade de determiná-la,o logradouro que confira ao imóvel maior valor.

§ 3º. No caso de terreno interno será considerado ologradouro que lhe dá acesso ou,havendomais de umlogradourode acesso,aquele a que haja sido atribuído maior valor.

§ 4º. No caso de terreno encravado,seráconsideradoo logradouro correspondente à servidão de passagem.

Artigo354.Considera-sedocumentohábil, parafinsdeinscriçãodeimóvelnoCadastroImobiliário:
I -aescrituraregistradaounão;
II -contratodecompraevendaregistradoounão;
III -oformaldepartilharegistradoounão;
IV -certidãorelativa adecisõesjudiciaisqueimpliquemtransmissãodoimóvel.

Artigo 355 . Considera-se possuidor de imóvelurbano,a que se refere o inciso I do artigo anterior, para fins de inscrição,aquele que estiver no uso e gozo do imóvel e:
I -apresentarreciboondeconsteaidentificaçãodoimóvel, bemcomo, oíndicecadastral anterior;
II-ocontratodecompraevenda,quandoobjetodecessãoeestenãoforlevadoaregistro.

SeçãoIII

DoCadastroMobiliário

Artigo356.SãoobrigadasapromoveremainscriçãonoCadastroMobiliário:
I-aspessoasfísicasoujurídicassujeitasàobrigaçãotributária principal;
II-aspessoasfísicasoujurídicasquegozemdeimunidade;

III - as demais pessoas físicas ou jurídicas, bemcomo entidades,estabelecidas no território do município.

Artigo357.Aspessoasfísicasoujurídicasreferenciadasnoartigoanterior, destalei, são obrigadas,noprazode30 (trinta) dias,contados da data da respectiva ocorrência:
I-ainformaraoCadastroMobiliárioqualqueralteraçãocontratualouestatutária;
II - informar ao Cadastro Mobiliárioo encerramentode suas atividades,a fim de ser dada baixa da sua inscrição;
III-aexibirosdocumentosnecessáriosàatualizaçãocadastral, bemcomoadartodasas informaçõessolicitadaspelo fisco.

SeçãoIV

DoCadastrodeAnúncio

Artigo 358 . É obrigatória a inscrição, noCadastrode Anúncio,dos veículos de divulgação depropagandaepublicidade instalados:
I - em vias,logradouros e demais espaços públicos,expostos ao ar livre ou nas fachadas externas de edificações;
II- em lugaresque possam ser avistadosdas vias públicas,mesmo colocadosnos espaçosinternos de terrenos ou edificações;
III - em locais de acesso ao público,exibidosnosrecintos de aglomeração popular,como ginásios e estádios de esportes ou espetáculos,parques de exposições,feiras ou similares.

Artigo359.Veículodedivulgaçãodepropagandaepublicidadeéoinstrumentoportadorde mensagem de comunicação visual presente na paisagem rural e urbanado território do Município.

Artigo 360 . De acordo com a natureza e amodalidadeda mensagem transmitida,o anúncio pode ser classificado em:
I-quantoao movimento:
a) animado;
b) inanimado;

II-quantoà iluminação:
a) luminoso;
b) não-luminoso.

§ 1º. Considera-se animado oanúnciocujamensagemé transmitida através da movimentação eda mudança contínuas de desenhos,cores e dizeres,acionadaspormecanismosde animação própria.

§2º.Considera-seinanimadooanúnciocujamensagemétransmitidasemoconcursode mecanismo de dinamização própria.

§ 3º. Considera-se luminoso o anúnciocujamensagemé obtida através da emissão de luz oriunda de dispositivo com luminosidade própria.

§ 4º. Considera-se não-luminoso o anúncio cujamensagem é obtida sem o concurso de dispositivo de iluminação própria.

Artigo361.Oproprietáriodoanúncioéapessoafísicaoujurídicadetentoradoveículodedivulgação.
Parágrafo Único.Nãosendoencontradooproprietáriodoanúncio,respondeporesteointeressado, direta ouindiretamente,pela propaganda e publicidade veiculada.

Artigo362.OCadastrodeAnúncioseráformadopelosseguintesdadosdoveículo dedivulgação:
I -proprietário;
II -tipo;
III -dimensão;
IV -local;
V -data de instalação;

VI - nome ou razão social do responsávelpelaelaboração,confecção e instalação do veículo de divulgação.

VII -valorpagopeloserviço prestadoenúmerodarespectivanotafiscalemitida.

Artigo 363 . O veículo de divulgação inscrito receberá um número de registro e controle no Cadastro de Anúncio.

§ 1º. O número correspondente ao registro e controleno Cadastro de Anúncio deverá, obrigatoriamente,ser afixado no veículo de divulgação.

§ 2º. O número do registropoderáser reproduzidono anúncio através de pintura,adesivo ou autocolanteou,nocaso dos novos,poderá ser incorporado ao anúncio como parte integrante de seu material e confecção,devendo,emqualquerhipótese,apresentar condições análogas às do próprio anúncio,no tocante à resistência e durabilidade.

§ 3º. O número do registro do anúnciodeveráestarem posição destacada,em relação às outras mensagens que integramo seu conteúdo.

§ 4º. A inscrição do número do anúnciodeveráoferecer condições perfeitas de legibilidade ao nível do pedestre,mesmo à distância.

§ 5º. Os anúncios instalados em cobertura deedificação ou em locais fora do alcance visual do pedestre,deverãotambémteroseu número de registro afixado,permanentemente,noacesso principal da edificação ou do imóvel em que estiverem colocados e mantido em posição visível para o público,de forma destacadaeseparadadeoutrosinstrumentosdecomunicaçãovisual,eventualmenteafixadosnolocal, com a identificação: NúmerodoAnúncio do CADAN.

Artigo 364 . Ocorrendo a retirada ou alteração das características do anúncio,fica o seu proprietário obrigado a proceder a baixa ou alteração do seu cadastro,no prazode10(dez) dias da ocorrência.

SeçãoV

DoCadastrodeAparelhode Transporte

Artigo 365 . É obrigatória a inscrição,noCadastrode Aparelho de Transporte,de engenhos móveisinstalados,independentemente de sua destinação,em terrenosvagosouemimóveis edificados ou em fase de edificação,do tipo:

I -elevadoresdepassageirose cargas;

II -ascensores,alçapões,monta-cargasecongêneres;

III -escadaseesteirasrolantes,planosinclinadosmóveiseoutrosdenatureza similar.

Artigo 366 . O proprietário do aparelho de transporte é a pessoa física ou jurídica titular do domínio útil ou opossuidor do imóvel a qualquer título,não-edificado,edificado ou emfase de edificação,que instale ou mantenha instalado o engenho móvel.

Artigo367.OCadastrodeAparelhodeTransporteseráformadopelosseguintesdadosdo engenho móvel:

I -proprietário;

II -tipo,marca e modelo;

III -local;

IV -datadeinstalação;

V - nome ou razão social do responsável pelainstalação e assistência técnica,quando for o caso, do engenho móvel;

VI -valorpagopeloserviçodeinstalaçãoeonúmerodarespectiva notafiscalemitida.

Artigo368. O engenhomóvel inscritoreceberáumnúmeroderegistroecontrolenoCadastrode Aparelho de Transporte.

§ 1º. O número correspondente ao registro e controleno Cadastro de Aparelho de Transporte deverá,obrigatoriamente,ser afixado no engenho móvel.

§ 2º. O número do registropoderáserreproduzidono aparelho de transporte através de pintura, adesivo ou autocolante ou,no caso dos novos,poderá ser incorporadoaoengenhomóvel como parte integrantede seumaterialeconfecção,devendo,em qualquer hipótese,apresentar condiçõesanálogas àsdopróprio aparelho,no tocante à resistência e durabilidade.

§ 3º. O número do registro do engenho móvel deverá estar em posição destacada,em relação às outras mensagens que integram o seu conteúdo.

Artigo 369 . Ocorrendo a retirada ou alteração das características do aparelho de transporte,ficao seuproprietário obrigado a proceder a baixa ou alteração do seu cadastro,no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência.

SeçãoVI

DoCadastrodeMáquina,Motor e Equipamento Eletromecânico

Artigo 370 . É obrigatória a inscrição,noCadastrode Máquina,Motor e Equipamento Eletromecânico:

I -dasmáquinasedos motores de qualquer natureza, instalados em estabelecimentos industriais, comerciais eprestadores de serviços;

II - dos equipamentos eletromecânicos, de qualquer natureza, instalados em estabelecimentos industriais,comerciais e prestadores de serviços.

Artigo 371 . O proprietário da máquina,domotoredo equipamento eletromecânicoé a pessoa física ou jurídica dodomínio útil ou o possuidor,a qualquer título,do instrumentoindustrial.

Artigo372.OCadastrodeMáquina,MotoreEquipamentoEletromecânicoseráformadopelas seguintes dados doinstrumento industrial:

I -proprietário;

II -tipo,marca e modelo;

III -potência,em"hp",nocasode motores;

IV -local;

V -data de instalação;

VI -nomeourazãodoresponsávelpelalocação,instalaçãoeassistênciatécnica,quandofor o caso,do instrumento industrial;

VII -valorpago pelo serviço de locação e instalação, quando for o caso,e o número da respectiva nota fiscal emitida;

Artigo 373 .Oinstrumento industrialinscritoreceberá umnúmero de registro econtrole noCadastro de Máquina,Motore Equipamento Eletromecânico.

§1º.OnúmerocorrespondenteaoregistroecontrolenoCadastrodeMáquina, Motore EquipamentoEletromecânicodeverá, obrigatoriamente,ser afixado no instrumento industrial.

§ 2º. O número do registropoderáserreproduzidono instrumento industrial através de pintura, adesivo ou autocolante ou,no caso dos novos,poderá ser incorporado à máquina,motore equipamento industrial como parte integrante de seu material e confecção, devendo, em qualquer hipótese,apresentar condições análogas às do próprio instrumento industrial,no tocanteà resistência e durabilidade.

§ 3º.Onúmero do registro do instrumento industrial deverá estarem posição destacada,emralação àsoutrasmensagens que integrem o seu conteúdo.

Artigo 374 . Ocorrendo a retirada ou alteração das características do instrumento industrial,fica o proprietário obrigado a proceder a baixa ou alteração do seu cadastro,noprazode 10 (dez) dias da ocorrência.

SeçãoVII

DoCadastrodeVeículosdeTransportede Passageiro

Artigo375.ÉobrigatóriaainscrIção,noCadastrodeVeículosdeTransportedePassageiro:
I -dosveículosdetransporte,públicoouprivado,coletivodepassageiro;
II -osveículos detransporte,privado,individualdepassageiro.

Artigo 376 . Oproprietário do veículo de transportede passageiro é a pessoa física ou jurídica do domínioútilouo possuidor,a qualquer título,do utilitário motorizado.

Artigo377.OCadastrodeVeículodeTransportedePassageiroseráformadopelosseguintes dados do utilitáriomotorizado:
I -proprietário:
II -tipo,marca e modelo;
III -data de circulação;
IV -nomeourazãosocialdoresponsávelpelalocação,quandoforo caso.
V -valorpagopeloserviçodelocação,quandoforocaso,eonúmerodarespectivanotafiscal emitida.

Artigo 378 .Outilitário motorizadoinscrito receberáumnúmero de registro econtrole no Cadastro de VeículodeTransporte de Passageiro.

§ 1º. O número correspondente ao registro e controleno Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro deverá,obrigatoriamente,ser afixado no utilitário motorizado.

§ 2º. O número do registropoderáserreproduzidono utilitário motorizado através de pintura, adesiva ouautocolante ou,no caso dos novos poderá ser incorporado ao veículo de transporte como parte integrante de sua textura,devendo,emqualquer hipótese,apresentar condições análogas às do próprio utilitário motorizado,no tocante à resistência e durabilidade.

§ 3º. O número do registro do utilitário motorizadodeverá estar em posição destacada,em relação àsoutrasmensagens que,porventura,integram a sua identificação.

Artigo 379. Ocorrendo retirada ou alteração das características do utilitário motorizado,fica o proprietário obrigado a proceder a baixa ou alteração do seu cadastro,noprazode10 (dez) dias da ocorrência.

TÍTULO IV

CONTRIBUIÇÃODEMELHORIA

CAPÍTULOI

DASDISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 380 . A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município,para fazer face ao custo dasobras públicas de que de corra valorização imobiliária,tendo como limite total adespesa realizada.

CAPÍTULO II

DAOBRIGAÇÃOPRINCIPAL

Seçãol

DoFatoGeradoreda Incidência

Artigo381.SerádevidaaContribuiçãodeMelhoria, nocasodevalorizaçãodeimóveisde propriedade privada,em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I -abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotopluviaiseoutros melhoramentosdepraçase vias públicas;

II -construçãoeampliaçãodeparques,camposdedesportos,pontes,túneiseviadutos;

III -construçãoouampliaçãodesistemasdetrânsitorápido, inclusivetodasasobrase edificaçõesnecessáriasao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de águapotável, esgotos,instalação de redes elétricasetelefônicaseoutras instalações de comodidade pública,quando realizados pelos municípios;

V - proteção contra inundações e erosão,retificaçãoe regularização de cursos d'água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;

VI -aterroserealizaçõesde embelezamento em geral,inclusivedesapropriaçãoem desenvolvimento de planodeaspecto paisagístico.

Parágrafo Único. Não ocorrerá a incidência da Contribuição de Melhoria relativamente aos imóveis integrantes do patrimônio da União,dos Estados,do Distrito Federal,de outros Municípios e respectivas autarquias.

Artigo 382 . A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento,executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis.

Seçãoll

DoSujeito Passivo

Artigo 383 . Contribuinte do tributo é o proprietáriodo imóvel,o titular do seu domínio útil,o possuidor a qualquer título,de imóvel valorizado em razão de obra pública,ao tempodo lançamento.

§ 1º. Aresponsabilidadepelopagamentodotributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ouaos sucessores aqualquer título.

§ 2º. Responderá pelo pagamento o incorporador ou oorganizador de loteamento não-edificado ou em fase de venda,ainda que parcialmente edificado,que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.

§ 3º. Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

§4º.Nocasodeenfiteuse,respondepelacontribuiçãodeMelhoriaoenfiteuta.

SeçãoIII

DaBasede Cálculo

Artigo384 . A cobrança da Contribuição de Melhoriaterá comolimite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos,fiscalização,desapropriações,administração,execução e financiamento,inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressãomonetária atualizada na época do lançamento medianteaplicaçãodecoeficientes decorreção monetária.

§ 1º. Serão incluídos,nosorçamentosdecustosdas obras,todos os investimentos necessários para que osbenefícios delas concorrentes sejam integralmente alcançadospelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º. A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixadatendoemvista anatureza daobra,osbenefíciosparaosusuários,asatividadeseconômicaspredominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Artigo 385 . A determinação da ContribuiçãodeMelhoria far-se-á rateando,proporcionalmente,o custoparcialoutotal das obras,entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e levará em conta a situação do imóvel,suatestada,área,finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados,isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Único. A Municipalidade responderá pelasquotas relativas aos imóveis sobre os quaisnão haja a incidência da Contribuição de Melhoria.

Artigo 386. Para o cálculo da contribuição de melhoria, o órgão fazendário da Prefeitura, com base no disposto nos Artigos 151, 153 e 154 desta Lei e no custo da obra apurado pela Administração, adotará os seguintes procedimentos:

I -delimitará,emplanta,azonadeinfluênciadaobra;

II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de beneficio dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III -individualizará,combasenaáreaterritorial,osimóveislocalizadosemcadafaixa;

IV -obteráaáreaterritorialdecadafaixa,medianteasomadasáreasdosimóveisnelalocalizados;

V -calcularáacontribuiçãodemelhoriarelativaacadaimóvel,medianteaaplicaçãodasseguintes formas:

a) tratando-sedeobrasdepavimentaçãoovalordacontribuiçãodemelhoriaseráobtidopela multiplicação do número de metros lineares de testada do imóvel lindeira pela metade do custo pavimentação do leito carroçável a ele relativo, incluindo esquina, quando foro caso.

b) paraasdemaisobras:

$$CMi = Cx \frac{hf}{hf} \cdot \frac{ai}{af}, \text{ onde:}$$

Cmi :contribuiçãodemelhoriarelativaacadaimóvel; C
: custo da obra a ser ressarcido;
hf :índicedehierarquizaçãodebenefíciodecadafaixa; ai
: área territorial de cada imóvel;
af :áreaterritorialdecadafaixa;
:sinalde somatório;

SeçãoIVDoL

ançamento

Artigo387.Verificadaaocorrênciadofatogerador,aSecretaria,responsávelpelaárea fazendária,procederáaolançamento,escriturando,emregistropróprio,odébitodaContribuiçãodeMelhoria correspondente a cada imóvel,notificando o contribuinte diretamente ou por edital,do:

I -valordaContribuiçãodeMelhorialançada;

II -prazoparaoseupagamento,suasprestaçõesevencimentos;

III -prazoparaimpugnação,nãoinferiora30(trinta)dias;

IV -localdopagamento.

Parágrafo Único. O ato da autoridadequedeterminaro lançamento poderá fixar desconto para o pagamento à vista,ouem prazos menores do que o lançado.

Artigo388.Ocontribuintepoderáreclamar,aoórgãolançador,contra:

I -oerronalocalizaçãoedimensõesdoimóvel;

II -ocálculodosíndicesatribuídos;

III -o valordacontribuição;

IV -onúmerode prestações.

§ 1º. A reclamação,dirigida à Procuradoria Geral do Município,mencionará,obrigatoriamente,a situação ou o "quantum" que o reclamante reputar justo,assim como os elementos parasua aferição.

§2º.AProcuradoriaGeraldoMunicípio proferiráadecisãonoprazode30(trinta)dias,contadosda datadorecebimento da reclamação.

§ 3º. Julgada procedente areclamação,adiferençaa maior,recolhida na pendência da decisão, seráaproveitadanos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte,se for ocaso.

§ 4º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior,a diferença a ser aproveitada ou restituída será corrigida monetariamente.

Seção V

DaCobrança

Artigo389.ParacobrançadaContribuiçãodeMelhoria,aresponsávelpeloáreafazendária,deverá:

I -publicar,previamente,editalcontendo,entreoutros,osseguinteselementos:

a) delimitaçãodasáreas,diretaouindiretamente,beneficiadasearelaçãodosimóveisnelas compreendidos;

b) memorialdescritivodoprojeto;

c) orçamentototalouparcialdasobras;

d) determinaçãodaparceladocustodasobrasaserressarcidapelacontribuição, como correspondente planoderateio entre os imóveis beneficiados.

II - fixar o prazo,não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação,pelos interessados,de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior,cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º. A impugnação será dirigida à Procuradoria Geral do Município,através de petição fundamentada,queserviráparao início do processo administrativo fiscal.

§ 2º. A Procuradoria Geral do Município proferirádecisão no prazo de 30 (trinta) dias,contados da data deinterposição do recurso,concluindo,com simplicidade e clareza,pela procedência ou não do objeto da impugnação,definindoexpressamente os seus efeitos.

SeçãoVI

DoRecolhimento

Artigo 390 . A Contribuição de Melhoriaseráarrecadada em parcelas anuais,de tal forma que nenhuma excedaa3%(três porcento) do valor venal do imóvel,apurado para efeito decálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e TerritorialUrbana no exercício da cobrança de cada uma dessas parcelas, desprezados os descontos eventualmente concedidos sobre esse valor emlegislação específica.

§ 1º.Cada parcela anualserá dividida em até 12(doze) prestaçõesmensais,iguaise consecutivas, observado o valor mínimo,por prestação,de 50% (cinqüenta por cento) da U.F.M vigente no mês da notificação do lançamento.

§ 2º. As prestações da ContribuiçãodeMelhoriaserão corrigidas monetariamente,de acordo com os coeficientesaplicáveis na correção dos débitos fiscais.

Artigo 391 . É lícito ao contribuinte liquidar aContribuição de Melhoria com títulos da dívida pública municipal,emitidos especialmente para o financiamento da obra.

Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo,opagamento será feito pelo valor nominal do título,seopreçodomercado for inferior.

Artigo 392 . Caberá ao Município,através à Secretaria, responsável pela área fazendária,lançar e arrecadar a ContribuiçãodeMelhoria,no caso de serviço público concedido.

TÍTULOV

SANÇÕESPENAIS

CAPÍTULOI

DASPENALIDADESEMGERAL

Artigo393. Constitui infração aaçãoou omissão,voluntáriaounão,que importeinobservância, porpartedosujeito passivo ou de terceiros,de normasestabelecidasnalegislação tributária.

Artigo 394 . Será considerado infratortodoaqueleque cometer,constranger ou auxiliar alguém a praticarinfração,e ainda,os responsáveis pela execução das leis e outros atosnormativos baixados pela Administração Municipal que,tendo conhecimento da infração,deixarem de autuar o infrator.

Artigo395.Asinfraçõesserãopunidas, separadasoucumulativamente, comasseguintes cominações:

I -aplicaçãodemultas;

II -proibiçãodetransacionarcomosórgãosintegrantesdaAdministraçãoDiretaeIndiretado Município;

III -suspensãooucancelamentodebenefícios, assimentendidasasconcessõesdadasaos contribuintes paraseeximirem do pagamento total ou parcial de tributos;

IV -sujeiçãoaregimeespecialdefiscalização.

Artigo396.Aaplicaçãodepenalidadedequalquernaturezaemcasoalgum dispensa:

I -opagamentodotributoedosacréscimoscabíveis;

II - o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis,administrativas ou criminais que couberem.

Artigo 397 . Não se procederá contra servidor oucontribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal,constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que,posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

Seção

IDasMultas

Artigo398.Asmultasserãocalculadastomando-secomo base:
I -ovalordaUnidadeFiscaldoMunicípio-U.F.M;
II -ovalordotributo,corrigidomonetariamente.

§ 1º. As multasserãocumulativasquandoresultarem, concomitantemente,do nãocumprimento deobrigaçãotributária acessória e principal.

§ 2º. Apurando-se, na mesma ação fiscal, onão-cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessóriapela mesma pessoa,em razão de um só fato,impor-se-á penalidade somenteà infração que corresponder à multa de maior valor.

Artigo399.Combasenoincisol,doartigoanteriordestalei,serãoaplicadasasseguintesmultas: I - de100

U.F.Ms:
a) quando a pessoa física ou jurídica deixar deinscrever-se nos Cadastros Imobiliário,Mobiliário, deAnúncios,de Aparelho de Transporte,de Máquina,Motor e Equipamento Eletromecânico e de Veículo de Transporte de Passageiro,na forma eprazos previstos na legislação;
b) quando a pessoa física ou jurídica deixar decomunicar,na forma e prazos previstos na legislação,as alterações dos dados constantes dos Cadastros Imobiliário,Mobiliário de Contribuintes,de Anúncios,de Aparelho de Transporte,de Máquina,Motor e Equipamento Eletromecânico e de Veículode Transportede Passageiro,inclusive a baixa;
c) por deixarem as pessoas,que gozam de isenção ou imunidade de comunicarem,na forma e prazos regulamentares,a venda de imóvel de sua propriedade;
d) por não atender à notificaçãodoórgãofazendário, para declarar os dados necessários ao lançamento do IPTU,ou oferecê-los incompletos;
e) por deixarem o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao órgão fazendário competente, na forma e prazos regulamentares, a relação mensal dos imóveis alienados ou prometidos à venda;
f) por deixar de apresentar,na forma eprazosregulamentares,a declaração acerca dos bens ou direitos,transmitidos ou cedidos;
g) pordeixardeapresentar,naformaeprazos regulamentares,odemonstrativo deinexistênciade preponderânciade atividades;
h) pornãoregistraroslivrosfiscaisnarepartiçãocompetente;

II-de200U.F.Ms:
a) pornãopossuirlivrosfiscaisnaformaregulamentar;
b) pordeixardeescrituraroslivrosfiscaisnaformaeprazos regulamentares;
c) porescriturarемformailegível oucomrasurasoslivrosfiscais;
d) pordeixardeescriturardocumento fiscal;
e) pordeixardereconstituir,naformaeprazosregulamentares,aescrituraçãofiscal;
f) pornãomanterarquivados,peloprazo decincoanos,oslivrosedocumentos fiscais;
g) pelafaltadeindicaçãodainscriçãomunicipalnosdocumentosfiscais;
h) poremitirdocumentofiscalemnúmerodeviasinferioraoexigido;
i) pordardestinaçãoàsviasdodocumentofiscaldiversadaindicadaemsuas vias;
j) poremitirdocumentofiscaldesériediversa daprevistaparaa operação;
l) pormanterlivro oudocumentofiscalemlocalnãoautorizadopelo fisco;
m) pornãopublicarecomunicaraoórgãofazendário, naformaeprazosregulamentares, a ocorrênciadeinutilizaçãoou extravio de livros e documentos fiscais;

III-de300U.F.Ms:
a) pornãopossuirdocumentosfiscaisnaformaregulamentar;
b) pordeixardeemitirdocumentosfiscaisnaformaregulamentar;

c) porimprimir,oumandarimprimir,documentofiscalemdesacordocomomodeloaprovado;
d) pordeixardeprestarinformaçõesoufornecerdocumentos,quandosolicitadospelofisco;
e) porregistrarindevidamentedocumentoquegerededuçãodabasedecálculodo imposto;

IV- de400 U.F.MS:
a) porembaraçarouimpediraaçãodofisco;
b) pordeixardeexibirlivros,documentosououtroselementos,quandosolicitadospelo fisco;
c) porfornecerouapresentaraofiscoinformaçõesoudocumentosinexatosouinverídicos;
d) porimprimiroumandarimprimirdocumentosfiscaissemautorizaçãodarepartição competente;
e) pelaexistênciaouutilizaçãodedocumentofiscalcomnumeraçãoesérieem duplicidade;

V-de250U.F.Ms,porqualqueraçãoouomissãonãoprevistanosincisosanteriores,que importedescumprimentode obrigação acessória prevista na legislação tributária.

Parágrafo Único. O valor da penalidade aplicada será reduzido em 50% (cinqüenta por cento),serecolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da autuação.

Artigo400.CombasenoincisoII,doartigopré-anteriordestaLei,serãoaplicadasasseguintes multas:
I-de100%(cemporcento)dovalordotributoomitido,corrigidomonetariamente,porinfração:
a) porescriturarоslivrosfiscaiscomdolo,má-fé,fraudeousimulação;
b) porconsignaremdocumentofiscalimportânciainferioraoefetivovalorda operação;
c) porconsignarvaloresdiferentesnasviasdomesmodocumentofiscal;
d) porqualqueroutraomissãode receita;

II-de200%(duzentosporcento)dovalordotributoindevidamenteapropriado,corrigido monetariamente,porinfração relativa à:
a) substituiçãotributária;
b) responsabilidadetributária.

SeçãoII

DaProibiçãodeTransacionarcomosÓrgãosIntegrantes Da Administração Direta e Indireta do Município

Artigo 401 . Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública Municipal não poderão delareceber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos,ou realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta,bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais.

Parágrafo Único.A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando,sobre o débito ou a multa,houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

SeçãoIII

DaSuspensãoouCancelamentode Benefícios

Artigo 402 . Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos,na hipótese de infringência àlegislação tributária pertinente.

Parágrafo Único. A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Prefeito,considerada a gravidade e naturezada infração.

SeçãoIV

DaSujeiçãoaRegimeEspecialdeFiscalização

Artigo403.Serásubmetidoaregimeespecialdefiscalização,ocontribuinteque:
I -apresentarindíciodeomissãodereceita;
II -tiverpraticadosonegaçãofiscal;

III -houvercometidocrimecontraaordemtributária;
IV -reiteradamenteviolealegislaçãotributária.

Artigo404.Constituiindíciodeomissãode receita:
I -qualquerentradadenumerário,deorigemnãocomprovadapordocumentohábil;
II - a escrituração de suprimentos sem documentaçãohábil,idônea ou coincidente,em datas e valores,com asimportâncias entregues pelo supridor,ou sem comprovação dedisponibilidade financeira deste;
III -aocorrênciadesaldocredornascontasdoativocirculanteoudorealizável;
IV -aefetivaçãodepagamentosemacorrespondentedisponibilidadefinanceira;
V -qualquerirregularidadeverificadaemmáquinaregistradorautilizadapelocontribuinte,ressalvada a hipótese de defeito mecânico,devidamente comprovado por oficina credenciada.

Artigo 405 .Sonegação fiscalé aaçãoouomissão dolosa,fraudulenta ousimulatória do contribuinte, com ousemconcurso de terceiro em benefício deste ou daquele:

I - tendente a impedir ou retardar,total ou parcialmente,o conhecimento por parte da autoridadefazendária:
a) daocorrênciadofato gerador daobrigaçãotributáriaprincipal,suanaturezaoucircunstâncias materiais;
b) das condições pessoais docontribuinte,suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou créditotributário correspondente.

II -tendenteaimpedirouretardar,totalouparcialmente,aocorrênciadofatogeradordaobrigação tributária principal,ou a excluirou modificar as suas características essenciais,de modo a reduzir o montante do imposto devido,ou aevitar ou diferir o seu pagamento.

Artigo 406 .Enquanto perdurar oregimeespecial,os blocos denotas fiscais,os livros e tudo omais que for destinado ao registro de operações,tributáveis ou não,será visado pelas Autoridades Fiscais incumbidas da aplicação doregimeespecial, antes de serem utilizados pelos contribuintes.

Artigo 407 . O Secretário, responsável pela área fazendária, poderá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso,na aplicação do regime especial.

CAPÍTULO II

DASPENALIDADES FUNCIONAIS

Artigo408. Serãopunidos com multaequivalente,atéomáximo,de15(quinze)dias do respectivo vencimento,os funcionários que:

I -sendodesuaatribuição,senegaremaprestarassistênciaaocontribuinte,quandoporeste solicitada;
II -pornegligênciaoumáfé, lavraremautosetermosdefiscalizaçãosemobediênciaaos requisitos legais,de formaa lhes acarretar nulidades;
III - tendo conhecimento de irregularidadesqueimpliquem sanções penais,deixarem de aplicar ou comunicar oprocedimento cabível.

Artigo 409 . A penalidade será imposta pelo Prefeito,mediante representação da autoridade fazendária a queestiversubordinado o servidor.

Artigo 410 . O pagamento de multa decorrente de aplicação de penalidade funcional,devidamente documentada einstruídaem processo administrativo,inclusive comdefesaapresentadapelo servidor, somente se tornará exigíveldepoisdetransitadaem julgado a decisão que a impôs.

CAPÍTULOIII

DOSCRIMESCONTRAAORDEM TRIBUTÁRIA

Seçãol

DosCrimesPraticadospor Particulares

Artigo411.Constituicrimecontraaordemtributáriasuprimiroureduzirtributo, ou qualquer acessório,mediante as seguintes condutas:

I -omitirinformações,ouprestardeclaraçãofalsaàsautoridadesfazendárias;

II - fraudar afiscalizaçãotributária, inserindoelementosinexatos,ouomitindooperaçãode qualquer natureza,em documentos ou livro exigido pela lei fiscal;

III -falsificaroualterarnotafiscal,fatura,duplicata,ouqualqueroutrodocumentorelativoà operação tributável;

IV -elaborar,distribuir,fornecerouutilizardocumentoquesaibaoudevasaberfalsoou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer,quando obrigatório,nota fiscal ou documento equivalente,relativa à prestação de ensino,efetivamenterealizada,ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

VI -emitirfatura,duplicataounotafiscaldeserviçoquenãocorresponda,emquantidadeou qualidade,ao serviço prestado.

Artigo412.Constituicrimedamesma natureza:

I -fazerdeclaraçãofalsa ou omitir declaração sobre rendas,bensou fatos,ou empregar outra fraude,para eximir-se,total ou parcialmente,de pagamento de tributo;

II -deixar de recolher,no prazo legal valor de tributo,descontadoou cobrado,na qualidade de sujeitopassivode obrigação e que deverá recolher aos cofres públicos;

III -exigir,pagar ou receber,para si ou para o contribuinte beneficiado,qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto como incentivo fiscal;

IV -deixardeaplicar,ouaplicaremdesacordocomoestatuído,incentivofiscal;

V -utilizaroudivulgar programa de processamento de dados que permite ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é,por lei,fornecida à fazenda pública municipal.

SeçãoII

DosCrimesPraticadosporFuncionáriosPúblicos

Artigo413.Constituicrimefuncionalcontraaordemtributária,alémdosprevistosnocódigo penal:

I-extraviar livro fiscal,processofiscalouqualquerdocumento,dequetenha aguardaemrazãoda função;sonegá-loouinutilizá-lo,totalouparcialmente,acarretandopagamentoindevidoouinexatode tributo;

II - exigir,solicitar ou receber,para si ou paraoutrem,diretaou indiretamente,ainda que fora da função ou antes e iniciarseuexercício,mas em razão dela,vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem,para deixar de lançar ou cobrar tributo,ou cobrá-los parcialmente;

III - patrocinar,direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público;

IV -exigir tributo que sabe ou deveria saber indevido, ou,quando devido,emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso,que a lei não autoriza.

SeçãoIII

DasObrigaçõesGerais

Artigo 414 . Extingue-seapublicidade dos crimes quando o agente promover o pagamento do tributo,inclusiveacessórios,antes do recebimento da denúncia.

Artigo 415 . Oscrimesprevistos neste capítulo são de ação penal pública,aplicando-se-lhes o disposto noartigo100 do código penal.

Artigo416. Qualquerpessoapoderáprovocara iniciativado MinistérioPúblico noscrimes descritosnestecapítulo, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e aautoria, bem comoindicando o tempo,o lugar e os elementos de convicção.

TÍTULOVI

PROCESSOFISCAL

CAPÍTULOI

DOPROCEDIMENTOFISCAL

Artigo417.Oprocedimentofiscalcompreendeoconjuntodosseguintesatoseformalidades: I - atos;
a) apreensão;
b) arbitramento;
c) diligência;
d) estimativa;
e) homologação;
f) inspeção;
g) interdição;
h) levantamento;
i) plantão;
j) representação;

II- formalidades:
a) AutodeApreensão- APRE;
b) AutodeInfraçãoeTermodeIntimação-AITI;
c) AutodeInterdição-INTE;
d) RelatóriodeFiscalização-REFI;
e) TermodeDiligênciaFiscal- TEDI;
f) TermodeInícIodeAçãoFiscal-TIAF;
g) TermodeInspeçãoFiscal- TIFI;
h) TermodeSujeiçãoaRegimeEspecialdeFiscalização-TREF;
i) TermodeIntimação-TI;
j) TermodeVerificaçãoFiscal-TVF.

Artigo418.Oprocedimentofiscalconsidera-seiniciado,comafinalidadedeexcluira espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores,com a lavratura:

I -doTermodeInícIodeAçãoFiscal-TIAFoudoTermodeIntimação-TI,paraapresentar documentos fiscais ou não fiscais,de interesse da Fazenda Pública Municipal ;

II - do Auto de Apreensão - APRE,do Auto de Infraçãoe Termo de Intimação - AITI e do Auto deInterdição - INTE;

III - do Termo de Diligência Fiscal - TEDI,do Termode Inspeção Fiscal - TIFI e do Termo de Sujeição aRegimeEspecial de Fiscalização - TREF,desde que caracterize o início doprocedimento para apuração de infração fiscal,de conhecimentoprévio do contribuinte.

Seçãol

DaApreensão

Artigo 419 . A Autoridade Fiscal apreenderá bens edocumentos,inclusive objetos e mercadorias, móveisou não,livros,notasequaisqueroutrospapéis, fiscais ou não-fiscais,desdequeconstituemprova material de infração àlegislaçãotributária.

Parágrafo Único. Havendo prova,ou fundada suspeita,de que os bens e documentos seencontram em residência particular ou lugar utilizando como moradia,serão promovidas a busca e apreensão judiciais,sem prejuízo de medidas necessárias para evitara remoção clandestina.

Artigo 420 . Os documentos apreendidos poderão,a requerimento do autuado,ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova,caso o original não seja indispensável a esse fim.

Artigo 421 . As coisas apreendidas serãorestituídas,a requerimento,mediante depósito das quantias exigíveis,cuja importância será arbitrada pela autoridade competente,ficando retidas,até decisão final,os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único. As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão,transporte edepósito.

Artigo 422 . Se o autuado não provar o preenchimentodas exigências legais para liberação dosbensapreendidos,noprazo de60(sessenta)dias,acontardadatadaapreensão,serãoosbenslevados a hasta pública ou leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens defácildeterioração,a hasta pública poderá realizar-se a partir dopróprio dia da apreensão.

§ 2º. Apurando-se,na venda,importânciasuperioraos tributos,multas,acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública ou leilão,será oautuado notificado,no prazo de 5 (cinco) dias,para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§3º.Prescreveem1(um)mêsodireitoderetirarosaldodosbenslevadosahastapúblicaou leilão.

§4º.Decorridooprazo prescricional,osaldoseráconvertidoemrendaeventual.

Artigo 423 . Não havendo licitante,osbensapreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados,pelo Prefeito,a instituições de caridade.

Parágrafo Único. Aos demaisbens,após60(sessenta) dias,a administração dará destino que julgar conveniente.

Artigo 424.Ahastapúblicaouleilãoserãoanunciadoscom antecedência de10(dez)dias,através de editalafixadoem lugar público e veiculado no órgão oficial e,se conveniente,em jornal de grande circulação.

Parágrafo Único. Os bens levados a hasta pública ou leilão serão escriturados em livros próprios, mencionando-se as suas identificações,avaliações e os preços de arrematação.

Seçãoll

DoArbitramento

Artigo 425 . A Autoridade Fiscal arbitrará,semprejuízo das penalidades cabíveis,a base de cálculo,quando:

I -quantoao ISSQN:

a) nãopuderser conhecido ovalor efetivo dopreçodoserviço ou davenda,inclusive noscasosde perda,extravioou inutilização de documentos fiscais;

b) os registros fiscais ou contábeis,bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo oupeloterceiro obrigado,por serem insuficientes,omissos,inverossímeis ou falsos,não merecerem fé;

c) o contribuinte ou responsável,após regularmenteintimado,recusar-se a exibir à fiscalização os elementosnecessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

d) existirem atos qualificados emleicomocrimesou contravenções,mesmo sem essa qualificação,forempraticadoscomdolo,fraudeousimulação,atosessesevidenciadospeloexamede

declarações ou documentos fiscais ou contábeis exibidos pelo contribuinte,ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

e) ocorrerpráticadesubfaturamentooucontrataçãodeserviçosporvaloresabaixodospreçosde mercado;

f) houverflagranteinsuficiênciadeimpostopagoemfacedovolumedosserviçosprestados;

g) tiverserviçosprestadossemadeterminaçãodopreçoou,reiteradamente,atítulode cortesia.

h) forapuradooexercíciodequalqueratividadequeconstituafatogeradordoimposto,semse encontrarosujeitopassivo devidamenteinscritonoCadastroMobiliário.

II -quantoao IPTU:

a) a coleta de dados necessários à fixação do valorvenal do imóvel for impedida ou dificultada pelo contribuinte;

b) osimóveisseencontraremfechadoseosproprietáriosnãoforemencontrados.

III -quantoaoITBI,nãoconcordarcomovalordeclaradopelosujeitopassivo.

Artigo426.Oarbitramentoseráelaboradotomando-secomo base:

I -relativamenteao ISSQN:

a) ovalor da matéria-prima,insumo,combustível,energia elétrica eoutrosmateriaisconsumidose aplicados naexecução dos serviços;

b) ordenados, salários, retiradaspró-labore, honorários, comissõesegratificaçõesde empregados,sócios,titulares ou prepostos;

c) aluguéispagosou,nafaltadestes,ovalorequivalenteparaidênticassituações;

d) omontantedasdespesascomluz,água,esgotoetelefone;

e) impostos,taxas,contribuiçõeseencargosemgeral;

f) outrasdespesasmensaisobrigatórias.

II - relativamente ao IPTU e aoITBI:ovalorobtido adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões semelhantes,situados na mesma quadra ou região em que se localizar o imóvel cujo valor venal ou transferência estiver sendo arbitrados.

Parágrafo Único.Omontanteapuradoseráacrescidode 30%(trinta porcento),a título de lucroou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte,em relação ao ISSQN.

Artigo 427 . Na impossibilidade de se efetuar oarbitramento pela forma estabelecida,no caso do ISSQN,apurar-se-áo preço do serviço,levando-se em conta:

I -osrecolhimentosefetuadosemperíodosidênticosporoutroscontribuintesque exerçam amesma atividade emcondições semelhantes;

II -opreçocorrentedosserviços,àépocaaquesereferiro levantamento;

III -osfatoresinerentesesituaçõespeculiaresaoramodenegócioouatividades,considerados especialmenteosque permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Artigo428.Oarbitramento:

I -referir-se-á, exclusivamente, aosfatosatinentesaoperíodoemqueseverificaremasocorrências;

II -deduziráospagamentosefetuadosnoperíodo;

III -seráfixadomedianterelatóriodaAutoridadeFiscal,homologadopelachefia imediata;

IV -comosacréscimoslegais,seráexigidoatravésdeAutodeInfraçãoeTermodeIntimação-AITI;

V - cessaráosseusefeitos,quandoocontribuinte,deforma satisfatória,acritériodofisco,sanar asirregularidadesquederamorigemaoprocedimento.

Seção III

DaDiligência

Artigo429.AAutoridadeFiscalrealizarádiligência,comointuitode:

I - apurar fatos geradores,incidências,contribuintes, responsáveis,bases de cálculo,alíquotas e lançamentos de tributos municipais;

II -fiscalizarocumprimentodeobrigaçõestributáriasprincipaise acessórias;

III -aplicarsançõesporinfraçãodedispositivoslegais.

SeçãoIV

DaEstimativa

Artigo430.AAutoridadeFiscalestimarádeofíciooumedianterequerimentodocontribuinte,a base de cálculodoISSQN,quando se tratar de:

I -atividadeexercidaemcaráterprovisório;

II -sujeitopassivoderudimentarorganização;

III -contribuinteougrupodecontribuintescujaespécie, modalidadeouvolumedenegócios aconselhem tratamentofiscal específico;

IV -sujeitopassivoquenãotenhacondições de emitirdocumentosfiscaisoudeixe, sistematicamente,de cumprir obrigações tributárias,acessórias ou principais.

ParágrafoÚnico.Atividadeexercidaemcaráterprovisórioéaquelacujoexercícioédenatureza temporária e estávinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Artigo431.Aestimativaseráapuradatomando-secomobase:

I -opreçocorrentedoserviço,na praça;

II -otempodeduraçãoeanaturezaespecíficadaatividade;

III -ovalordasdespesasgeraisdocontribuinte,duranteoperíodoconsiderado.

Artigo432.Oregimede estimativa:

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal,homologado pela chefia imediata,e deferido por um períododeaté 12 (doze) meses;

II -teráabasedecálculoexpressaemU.F.M;

III -acritériodoSecretário,responsávelpelaáreafazendária,poderá, aqualquertempo, se suspenso,revisto ou cancelado.

IV -dispensaousodelivros enotasfiscais,porpartedocontribuinte.

V -porsolicitaçãodosujeitopassivoeacritériodofisco, poderáserencerrado, ficandoo contribuinte,nestecaso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Artigo 433 . O contribuinte que não concordar com abase de cálculo estimada,poderá apresentar reclamação no prazo de30 (trinta) dias,a contar da data da ciência do relatório homologado.

ParágrafoÚnico.Nocasoespecíficodeatividadeexercidoemcaráterprovisório, aciênciada estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Artigo 434 .A reclamação não teráefeitosuspensivoe mencionará,obrigatoriamente,o valor que ointeressadoreputar justo,assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo Único. Julgada procedente a reclamação,total ou parcialmente,a diferença recolhida na pendênciadadecisão será compensada nos recolhimentos futuros.

SeçãoV

DaHomologação

Artigo 435 . A Autoridade Fiscal,tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimentos sem prévio exame do sujeitoativo,homologaráou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneosatribuídosao sujeito passivo.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo contribuinteextingue o crédito,sob condição resolutória da ulteriorhomologaçãodo lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação,praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro,visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Tais atos serão,porém,consideradosnaapuração do saldo porventura devido e,sendo o caso,na imposição de penalidade,ou sua graduação.

§ 4º. O prazo da homologação será de 5 (cinco)anos,a contar da ocorrência do fato gerador; expiradoesseprazosemqueaFazendaPúblicaMunicipalsetenhapronunciado,considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito,salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

SeçãoVIDaI

nspeção

Artigo436.AAutoridadeFiscal,auxiliadaporforçapolicial,inspecionaráosujeitopassivoque:
I -apresentarindíciodeomissãodereceita;
II -tiverpraticadosonegaçãofiscal;
III -houvercometidocrimecontraaordemtributária;
IV -opuseroucriarobstáculoàrealizaçãodediligênciaouplantãofiscal.

Artigo 437 . A Autoridade Fiscal,auxiliada por força policial,examinará e apreenderá mercadorias, livros,arquivos,documentos,papéis e efeitos comerciais ou fiscaisdoscomerciantes,industriais, produtores e prestadores de serviço,queconstituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

Seção VII

DaInterdição

Artigo 438 . A Autoridade Fiscal,auxiliada por força policial,interditará o local onde será exercida atividade em caráter provisório,sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento antecipado do imposto estimado.

Parágrafo Único. A liberação para o exercício daatividade somente ocorrerá após sanada,na sua plenitude,airregularidade cometida.

SeçãoVIII

DoLevantamento

Artigo439.AAutoridadeFiscallevantarádadosdosujeitopassivo,comointuitode:
I -elaborararbitramento;
II -apurarestimativa;
II-proceder homologação.

SeçãoIX

DoPlantão

Artigo 440 . A Autoridade Fiscal,mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local daatividade,durante determinado período,quando:

I -houverdúvidasobreaexatidãodoqueserálevantadooufordeclaradoparaosefeitosdostributos municipais;

II -ocontribuinteestiversujeitoaregimeespecialde fiscalização.

SeçãoX

DaRepresentação

Artigo 441 . AAutoridadeFiscalouqualquerpessoa, quando não competente para lavrar Auto e TermodeFiscalização, poderá representar contra toda ação ou omissão contrária àsdisposições da Legislação Tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.

Artigo442.A representação:

I - far-se-á em petição assinada e discriminará,emletra legível,o nome,a profissão e o endereço de seu autor;

II -deveráestaracompanhadadeprovasouindicaráoselementosdestaemencionaráosmeiosou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração;

III - não será admitida quando o autor tenha sido sócio, diretor,preposto ou empregado do contribuinte,quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade;

IV - deverá ser recebida pelo Secretário, responsável pela área fazendária,que determinará imediatamente a diligência ou inspeção para verificara veracidade e,conforme couber,intimará ou autuará o infrator ou a arquivará se demonstrada a sua improcedência.

SeçãoXI

DosAutoseTermosdeFiscalização

Artigo443.QuantoaosAutoseTermosdeFiscalização;

I -serãoimpressosenumerados,deformadestacável,em03(três) vias:
a) tipograficamenteemtalonáriopróprio;
b) oueletronicamenteemformulário contínuo.

II -conterão,entreoutros,osseguintes elementos:
a) aqualificaçãodocontribuinte:
a.1) nomeourazão social;
a.2) domicíliotributário;
a.3) atividadeeconômica;
a.4) númerodeinscriçãonocadastro,seotiver.

b) omomentodalavratura:
b.1) local;
b.2) data;
b.3) hora.

c) aformalizaçãodoprocedimento:
c.1) nomeeassinaturadaAutoridadeincumbidadaaçãofiscaledoresponsável,representanteou prepostodosujeito passivo;
c.2) enumeraçãodequaisquerfatosecircunstânciasquepossamesclareceraocorrência.

III - sempre que couber,farão referência aos documentos de fiscalização,direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado;

IV - se o responsável,representanteouseupreposto, não puder ou não quiser assiná-los,far-se-ámençãodessacircunstância;

V -aassinaturanãoconstituiformalidadeessencialàssuasvalidades,nãoimplicaconfissãoou concordância,nem arecusa determinará ou agravará a pena;

VI - as omissões ou incorreções não acarretarãonulidades,desde que do procedimento constem elementosnecessáriose suficientes para a identificação dos fatos;

VII -nos casosespecíficosdoAutodeInfraçãoeTermodeIntimação-AITIedoAutodeApreensão - APRE,é condição necessária e suficiente para inocorrência ou nulidade,a determinação da infração e do infrator.

VIII - serão lavrados,cumulativamente,quando couber, por Autoridade Fiscal,com precisão e clareza,sementrelinhas, emendas ou rasuras:

a) pessoalmente,sempre que possível,medianteentrega de cópia ao contribuinte responsável, seu representanteoupreposto,contra recibo datado no original ou,nocasoderecusa, certificado pelo Agente encarregado do procedimento;

b) por carta,acompanhada de cópia e com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

c) por edital,com prazo de 30 (trinta) dias,quando resultarem improfícuos os meios referidos nas alíneas"a"e"b" deste inciso,ou for desconhecido o domicílio tributário docontribuinte.

IX -presumem-selavrados,quando:

a) pessoalmente,nadatadorecibooouda certificação;

b) porcarta,nadataderecepçãodocomprovantedeentrega,eseestaforomitida,30(trinta)dias após a data de entrega da carta no correio;

c) poredital,notermodaprovaindicada,contadoestedadatadeafixaçãooudepublicação.

X -umavezlavrados,teráaAutoridadeFiscaloprazo,obrigatórioeimprorrogável,de48(quarenta e oito) horas,para entregá-lo a registro.

Artigo444.ÉoinstrumentolegalutilizadopelaAutoridadeFiscalcomoobjetivo de formalizar:

I -oAutodeApreensão-APRE:aapreensãodebensedocumentos;

II - o Auto de Infração e Termo de Intimação -AITI:a penalização pela violação,voluntária ou não, de normas estabelecidas na legislação tributária;

III - oAutode Interdição- INTE: a interdiçãodeatividadeprovisóriainadimplentecom aFazenda Pública Municipal;

IV -oRelatóriodeFiscalização-REFI:arealizaçãodeplantãoeolevantamentoefetuadoem arbitramento,estimativae homologação;

V -oTermodeDiligênciaFiscal-TEDI:arealizaçãodediligência;

VI -oTermodeIníciodeAçãoFiscal-TIAF:oiníciodelevantamentohomologatório;

VII -oTermodeInspeçãoFiscal-TIFI:arealizaçãodeinspeção;

VIII -oTermodeSujeiçãoaRegimeEspecialdeFiscalização-TREF:oregimeespecialde fiscalização;

IX -oTermodeIntimação-TI:asolicitaçãodedocumento,informação,esclarecimento,ea ciência dedecisõesfiscais;

X -oTermodeVerificaçãoFiscal-TVF:otérminodelevantamentohomologatório.

Artigo445.Asformalidadesdoprocedimentofiscalconterão,ainda,relativamenteao: I - Auto

de Apreensão - APRE:

a) arelaçãodebensedocumentos apreendidos;

b) aindicaçãodolugarondeficarãodepositados;

c) a assinatura do depositário,oqualserádesignado pelo autuante,podendo a designação recair noprópriodetentor, se for idôneo,a juízo do fisco;

d) acitaçãoexpressadodispositivolegalviolado;

II-AutodeInfraçãoeTermodeIntimação-AITI:

a) adescriçãodofatoqueocasionarainfração;

b) acitaçãoexpressadodispositivolegalqueconstituiaviolaçãoecominaasanção;

c) acomunicaçãoparapagarotributoeamultadevidos,ouapresentardefesaeprovas,noprazo previsto.

III -AutodeInterdição-INTE:

a) adescriçãodofatoqueocasionarainterdição;

b) acitaçãoexpressadodispositivolegalqueconstituiainfraçãoecominaasanção;

c) aciênciadacondiçãonecessáriaparaaliberaçãodoexercício daatividade interditada.

IV -RelatóriodeFiscalização-REFI:

a) a descrição,circunstanciada,de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento,apurarão de estimativa e homologação de lançamento.

b) acitaçãoexpressadamatériatributável;

V -TermodeDiligênciaFiscal-TEDI:
a) adescrição,circunstanciada,deatosefatosocorridosnaverificação;
b) acitaçãoexpressadoobjetivodadiligência;

VI -TermodeInícIodeAçãoFiscal-TIAF:
a) adatadeinício dolevantamentohomologatório;
b) operíodoaser fiscalizado;
c) arelaçãodedocumentos solicitados;
d) oprazoparaotérminodolevantamentoedevolução dos documentos.

VII -TermodeInspeçãoFiscal-TIFI:
a) adescriçãodofatoqueocasionarainspeção;
b) acitaçãoexpressadodispositivolegalqueconstituiainfraçãoecominaasanção;

VIII -TermodeSujeiçãoaRegimeEspecialdeFiscalização-TREF:
a) adescriçãodofatoqueocasionaroregime;
b) acitaçãoexpressadodispositivolegalqueconstituiainfraçãoecominaasanção;
c) asprescriçõesfiscaisaseremcumpridaspelocontribuinte;
d) oprazodeduraçãodo regime.

IX -TermodeIntimação -TI:
a) arelaçãodedocumentossolicitados;
b) a modalidade de informação pedida e/ou o tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal cientificada;
c) afundamentaçãolegal;
d) aindicaçãodapenalidadecabível,emcasodedescumprimento;
e) oprazoparaatendimentodoobjetoda intimação.

X -TermodeVerificaçãoFiscal-TVF:
a) a descrição,circunstanciada,de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento,apurarão de estimativa e homologação de lançamento.
b) acitaçãoexpressadamatériatributável.

CAPÍTULO II

DOPROCESSOADMINISTRATIVOTRIBUTÁRIO

Seçãol

DasDisposiçõesPreliminares

Artigo446.OProcessoAdministrativoTributárioserá:
I -regidopelasdisposiçõesdestaLei;
II -iniciadoporpetiçãodaparteinteressadaoudeofício,pelaAutoridadeFiscal;
III -aquelequeversarsobreinterpretaçãoouaplicaçãodelegislação tributária.

SeçãoIIDos

Postulantes

Artigo447. Ocontribuintepoderápostularpessoalmenteouporrepresentanteregularmente habilitado ou,ainda,mediante mandato expresso,por intermédio de preposto de representante.

Artigo448.Osórgãosdeclassepoderãorepresentarinteressesgeraisdarespectivacategoria econômicaouprofissional.

SeçãoIII

DosPrazos

Artigo449.Osprazos:

I - são contínuos e peremptórios,excluindo-se,emsua contagem,o dia do inicio e incluindo-se o do vencimento;

II -sóseiniciamousevencememdiadeexpedientenormal doórgãoemque corra oprocessoou em que deva ser praticado o ato;

III -serãode30(trinta)diaspara:

a) apresentaçãodedefesa;

b) elaboraçãodecontestação;

c) pronunciamentoecumprimentodedespachoe decisão;

d) respostaàconsulta;

e) interposiçãoderecursovoluntário;

IV -serãode15(quinze)diasparaconclusãodediligênciaeesclarecimento;

V -serãode10(dez)dias para:

a) interposiçãoderecursodeofícioouderevista;

b) pedidode reconsideração.

VI -nãoestandofixados,serão30(trinta)diasparaapráticadeatoacargodointeressado;

VII -contar-se-ão:

a) de defesa,a partir da notificação delançamentode tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavraturado Auto de Infração e Termo de Intimação;

b) decontestação,diligência,consulta,despachoedecisão,apartirdorecebimentodoprocesso;

c) de recurso,pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão,a partir da ciência da decisão oupublicação do acórdão.

VIII -fixados, suspendem-seapartirdadataemquefordeterminadaqualquerdiligência, recomeçando a fluirnodiaem que o processo retornar.

SeçãoIV

DaPetição

Artigo450.A petição:

I -seráfeitaatravésderequerimentocontendoasseguintesindicações:

a) nomeourazãosocialdosujeitopassivo;

b) númerodeinscriçãonoCadastroFiscal;

c) domicíliotributário;

d) a pretensão e seus fundamentos,assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou olitígio versar sobre valor;

e) asdiligênciaspretendidas,expostososmotivosqueasjustifiquem.

II -seráindeferidaquandomanifestamenteineptaouaparteforilegítima,ficando,entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;

III -nãopoderáreunirmatériareferenteatributosdiversos,bemcomoimpugnaçãoourecurso relativo a mais de um lançamento,decisão,Sujeito Passivo ou Auto de Infração e Termode Intimação.

SeçãoV

DaInstauração

Artigo451.OProcessoAdministrativoTributárioseráinstauradopor:

I - petição do contribuinte,responsável ou seupreposto,reclamando contra lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente;

II -AutodeInfraçãoeTermodeIntimação.

Artigo452.Oservidorqueinstauraroprocesso:
I -receberáadocumentação;
II -certificaráadatade recebimento;
III -numeraráerubricaráasfolhasdos autos;
IV -oencaminharáparaadevidainstrução.

SeçãoVI

DaInstrução

Artigo453.Aautoridadequeinstruiroprocesso:
I -solicitaráinformaçõespareceres;
II -deferiráouindeferiráprovasrequeridas;
III -numeraráerubricaráasfolhas apensadas;
IV -mandarácientificarosinteressados,quandoforocaso;
V -abriráprazopararecurso.

Seção VII

DasNulidades

Artigo454.Sãonulos:

I - os Atos Fiscais praticados e os AutoseTermosde Fiscalização lavrados por pessoa que nãoseja Autoridade Fiscal;

II - os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente,não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.

Parágrafo Único. A nulidade do ato não alcançaosatos posteriores,salvo quando dele decorram ou dependam.

Artigo 455 . A nulidade serádeclaradapelaautoridade competente para praticar o ato,ou julgar a sua legitimidade.

Parágrafo Único. Na declaração de nulidade,a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

SeçãoVIII

DasDisposiçõesDiversas

Artigo456.Oprocessoseráorganizadoemordemcronológicaeterásuasfolhasnumeradase rubricadas.

Artigo 457 . É facultado do Sujeito Passivo ou aquemo represente,sempre que necessário,ter vista dos processos em que for parte.

Artigo 458 . Os documentos apresentados pela partepoderão ser restituídos,em qualquer fase do processo,desde que não haja prejuízo para a solução deste,exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

Artigo459.Podeointeressado,emquaisquerfasedoprocessoemquesejaparte,pedir certidão das pecas relativas aos atos decisórios,utilizando-se,sempre que possível,de sistemas reprográficos,com autenticação por funcionário habilitado.

§ 1º. Da certidão constará,expressamente,se adecisão transitou ou não em julgado na via administrativa.

§ 2º. Só será dada Certidão de atos opinativos quando os mesmos forem indicados expressamente, nos atosdecisórios,como seu fundamento.

§ 3º. Quando a finalidade da Certidão for instruirprocesso judicial,mencionar-se-á o direito em questãoefornecer-se-ão dados suficientes para identificar a ação.

Artigo 460 . Os interessados podem apresentar suaspetições e os documentos que os instruíremem duas vias,a fim de que a segunda lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição,valendo como prova de entrega.

CAPÍTULOIII

DOPROCESSOCONTENCIOSOFISCAL

Seçãol

DoLitígio Tributário

Artigo 461 . O litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação,pelo postulante,de impugnação de exigência.

Parágrafo Único. O pagamento de Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamentoimportareconhecimento da dívida,pondo fim ao litígio.

SeçãoII Da

Defesa

Artigo 462 . A defesa que versar sobre parte da exigência implicará pagamento da parte não-impugnada.

Parágrafo Único. Não sendo efetuado o pagamento,no prazo estabelecido,da parte não-impugnada,será promovida a sua cobrança,devendo,para tanto,ser instaurado outro processo com elementos indispensáveis à sua instrução.

SeçãoIII

DaContestação

Artigo 463 . Apresentada a defesa,o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal,responsável peloprocedimento,ou seu substituto,para que ofereça contestação.

§ 1º. Na contestação,a Autoridade Fiscal alegará amatéria que entender útil,indicando ou requerendoasprovasque pretende produzir,juntando desde logo as que constarem dodocumento.

§ 2º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante daFazendaPública Municipal.

SeçãoIV

DaCompetência

Artigo464.Sãocompetentesparajulgarnaesferaadministrativa:

I -emprimeirainstância,aProcuradoriaGeraldoMunicípio;

II -emSeção,oConselhoMunicipaldeContribuintes.

III -eminstânciaespecial,oPrefeitoMunicipal.

SeçãoV

DoJulgamentoemPrimeiraInstância

Artigo 465 . Elaborada a contestação,o processo será remetido à Procuradoria Geral do Município para proferir a decisão.

Artigo 466 . A autoridade julgadora nãoficaráadstrita às alegações das partes,devendo julgar de acordo com sua convicção,em face das provas produzidas no processo.

Artigo 467 . Se entender necessárias,a ProcuradoriaGeral do Município determinará,de ofício ou a requerimento dosujeito passivo,a realização de diligências,inclusiveperícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo Único. O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará,no caso de perícia,o nome e endereço de seu perito.

Artigo 467/A . Se deferido o pedido de perícia,a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para,como peritodafazenda,proceder,juntamente como peritodosujeito passivo,ao exame do requerido.

§ 1º. Se as conclusões dosperitosforemdivergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado.

§2º.Nãohavendocoincidência,aautoridadejulgadoradesignaráoutroservidorpara desempatar.

Artigo 468 . Será reaberto prazo para impugnaçãose,da realização de diligência,resultaralteraçãodaexigênciainicial.

§ 1º. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência,será declarada a revelia da autoridade julgadora,permanecendo oprocesso na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias paracobrança amigável do crédito tributário e fiscal.

§ 2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável,sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal,aautoridadejulgadora encaminharáoprocessoà Dívida Ativa da FazendaPública Municipalpara promovera cobrança executiva.

Artigo469.A decisão:

I -seráredigidacomsimplicidadeeclareza;

II -conterárelatórioquemencionaráoselementoseAtosinformadores, introdutóriose probatóriosdoprocessode forma resumida;

III -arrolaráosfundamentosde fatoededireitoda decisão;

IV -indicaráosdispositivoslegaisaplicados;

V -apresentaráototaldodébito,discriminandootributodevidoeaspenalidades;

VI - concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da reclamaçãocontralançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente,definindo expressamente os seus efeitos;

VII -SerácomunicadaaocontribuintemediantelavraturadeTermodeIntimação;

VIII -deprimeirainstânciaonãoestásujeitaapedidodereconsideração;

IX - não sendo proferida,noprazoestabelecido,nem convertido o julgamento em diligência, poderáaparteinterpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto deInfração e Termo de Intimação ou improcedente areclamaçãocontra lançamento ou Ato Administrativo dele de corrente, cessando,com a interposição do recurso,a jurisdição daautoridadejulgadora de primeira instância.

Artigo 470 . As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderãoser corrigidos de ofício ou a requerimento do interessado.

SeçãoVI

DoRecursoVoluntárioparaaSegundaInstância

Artigo 471.Dadecisão deprimeirainstânciacontrária aosujeitopassivo,caberárecursovoluntário para o Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo Único . Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, por qualquer motivo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal, conforme prevê o parágrafo único do artigo 98 da Lei Orgânica do Município. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo472.Orecursovoluntário:
I -seráinterpostonoórgãoquejulgouoprocessoemprimeirainstância;
II -poderáconterprovadocumental,quandocontráriaounãoapresentadanaprimeira instância;

SeçãoVII

DoRecursodeOfícioparaaSegundaInstância

Artigo 473 . Da decisão de primeira instânciafavorável, no todo ou em parte,ao sujeito passivo, caberá recurso de ofício para o Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo Único . Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, por qualquer motivo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal, conforme prevê o parágrafo único do artigo 98 da Lei Orgânica do Município. (Acrescido pela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo474.Orecursodeofício:
I - será interposto,obrigatoriamente, pelaautoridade julgadora,mediante simples despacho de encaminhamento,no ato da decisão de primeira instância;
II -nãosendointerposto,deveráoConselhoMunicipaldeContribuintesrequisitaroprocesso.

SeçãoVIII

DoJulgamentoemSegunda Instância

Artigo475.Interpostoorecurso, voluntáriooudeofício, oprocessoseráencaminhadoao Conselho Municipal de Contribuintes para proferir a decisão.

§1º.Quandooprocessonãoseencontrardevidamenteinstruído,poderáserconvertidoem diligência para se determinar novas provas.

§2º.Enquantooprocessoestiveremdiligência, poderáorecorrentejuntardocumentosou acompanhar as provas determinadas.

Artigo 476 . O processo que não for relatado oudevolvido,no prazo estabelecido,com voto escrito dorelator,poderáseravocadopeloPresidentedoConselho,queoincluiráempautadejulgamento, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Artigo 477 . O autuante,o autuado e o reclamante,poderão representar-se no Conselho Municipal deContribuintes,sendo-lhes facultado o uso da palavra,por 15 (quinze) minutos,após o resumo do processo feito pelo relator.

Artigo 478 .OConselho nãopoderádecidir poreqüidade,quandoo acórdão resultarna dispensa do pagamento de tributo devido.

Parágrafo Único. A decisão por eqüidade será admitida somente quando,atendendo às característicaspessoaisou materiais da espécie julgada,for restrita à dispensa totalouparcial de penalidades pecuniárias,nos casos em que não houverdolo,fraude ou simulação.

Artigo 479 . A decisão referente a processo julgadopelo Conselho Municipal de Contribuintes receberá a forma deAcórdão, cuja conclusão será publicada no Diário Oficial do Município,com ementa sumariando a decisão.

Parágrafo Único. O sujeito passivo será cientificadoda decisão do Conselho através da publicação de Acórdão.

SeçãoIX

DoPedidodeReconsideraçãoparaaInstância Especial

Artigo 480.Dos Acórdãos não-unânimes do ConselhoMunicipal de Contribuintes,caberá pedido de reconsideraçãoparaa Instância Especial,o Prefeito Municipal.

Artigo481.OpedidodereconsideraçãoseráfeitonoConselhoMunicipaldeContribuintes.

SeçãoX

DoRecursodeRevista paraaInstância Especial

Artigo 482 . Dos Acórdãos divergentes do Conselho Municipal de Contribuintes,caberá recurso de revista para aInstância Especial,o Prefeito Municipal.

Artigo483.Orecursoderevista:

I -alémdasrazõesdecabimentoedemérito,seráinstruídocomcópiaouindicaçãoprecisada decisão divergente;

II -seráinterpostopeloPresidentedoConselho.

SeçãoXI

DoJulgamentoemInstânciaEspecial

Artigo 484 . Recebido o pedido de reconsideraçãoouinterposto o recurso de revista,oprocesso seráencaminhadoao Prefeito Municipal para proferir a decisão.

Artigo 485 . Antes de prolatar a decisão,o Prefeitopoderá solicitar o pronunciamento de quaisquer órgãos,daAdministração Municipal e determinar os exames e diligências quejulgarconvincentes à instrução e ao esclarecimento do processo.

ParágrafoÚnico.DadecisãodoPrefeitoMunicipal,nãocaberárecursonaesferaAdministrativa.

SeçãoXII

DaEficáciadaDecisão Fiscal

Artigo486.Encerra-seolitígiotributáriocom:

I -adecisão definitiva;
II -adesistênciadeimpugnaçãoouderecurso;
III -aextinçãodo crédito;
IV -qualqueratoqueimporteconfissãodadívidaoureconhecimentodaexistênciadocrédito.

Artigo487.Édefinitiva adecisão:
I-deprimeira instância:
a) napartequenãoforobjetoderecursovoluntárioounãoestiversujeitaarecursodeofício;
b) esgotadooprazopararecursovoluntáriosemqueestetenhasido interposto.

II-desegundainstância:
a) unânime,quandonãocaibarecursoderevista;
b) esgotadooprazoparapedidodereconsideraçãosemqueestetenhasido feito.

III-deinstância especial.

SeçãoXIII

DaExecuçãodaDecisãoFiscal

Artigo488.Aexecuçãodadecisãofiscal consistirá:
I - na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ousatisfazer a obrigação acessória;
II - na imediata inscrição,como dívida ativa,para subseqüente cobrança por ação executiva,dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;
III - na ciência do recorrente ou sujeitopassivopara receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer dadecisão favorável que modificará o lançamento ou cancelaráoAuto de Infração e Termo de Intimação.

CAPÍTULO IV

DOPROCESSONORMATIVO

Seção I

DaConsulta

Artigo 489 . É assegurado ao sujeitopassivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito deformular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal,em relação a fato concreto do seu interesse.
Parágrafo Único. Também poderão formular consulta os órgãos da administração pública e as entidadesrepresentativasde categorias econômicas ou profissionais.

Artigo490.A consulta:

I-deveráserdirigidaàProcuradoriaGeraldoMunicípio,constando obrigatoriamente:
a) nome,denominaçãoourazãosocialdoconsulente;
b) númerodeinscriçãonoCadastroFiscal;
c) domicíliotributáriodoconsulente;
d) sistemaderecolhimentodoimposto,quandoforocaso;
e) se existe procedimento fiscal,iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração e Termo de Intimação;
f) adescriçãodofatoobjetoda consulta;
g) seversa sobrehipótese em relaçãoà qualjáocorreu ofatogeradorda obrigaçãotributária e,em caso positivo,a sua data.

II-formuladaporprocurador,deveráestaracompanhadadorespectivoinstrumentodemandato.

III-nãoproduziráqualquerefeitoeseráindeferidadeplano,pelaProcuradoriaGeraldoMunicípio, quando:
a) nãoobservarosrequisitosestabelecidosparaasuapetição;
b) formuladadepois deiniciadoprocedimentofiscalcontraocontribuinteoulavradoAutodeInfração eTermodeIntimação,ounotificaçãodelançamento,cujosfundamentosserelacionemcomamatéria consultada;
c) manifestamenteprotelatória;
d) ofatohouversidoobjetodedecisãoanterior,aindanãomodificada,proferidaemconsultaou litígio em que tenha sido parte o consultante;

e) a situação estiver disciplinada em ato normativo,publicado antes de sua apresentação,definida ou declarada emdisposição literal de lei ou caracterizada como crime oucontravenção penal;

f) não descrever, completa ou exatamente,ahipótesea que se referir, ou não contiver oselementos necessáriosàsua solução.

IV-umavezapresentada,produziráosseguintesefeitos:

a) suspendeocursodoprazoparapagamentodotributoemrelaçãoaofatoconsultado;

b) impede,atéotérminodoprazofixadonaresposta,oiníciodequalquerprocedimentofiscal destinadoàapuraçãode faltas relacionadas com a matéria.

§ 1º. A suspensão do prazo não produz efeitosrelativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas.

§ 2º. A consultaformuladasobrematériarelativaà obrigação tributária principal,apresentadaapósoprazo previsto para opagamentodotributoaquesereferirnãoelimina,seconsideradoeste devido,a incidência dos acréscimos legais.

Artigo491.AProcuradoriaGeraldoMunicípio,órgãoencarregadoderesponderaconsulta,caberá:

I -solicitaraemissãodepareceres;

II -baixaroprocessoemdiligência;

III -proferira decisão.

Artigo492.Da decisão:

I -caberárecurso,voluntáriooudeofício,aoConselhoMunicipaldeContribuintes,quandoa resposta for,respectivamente,contrária ou favorável ao sujeito passivo;

II -doConselhoMunicipaldeContribuintes,nãocaberárecursooupedidodereconsideração.

Artigo 493 . A decisão definitiva dadaàconsultaterá efeito normativo e será adotada em circularexpedida pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Artigo494.Considera-sedefinitivaadecisãoproferida:

I -pelaProcuradoriaGeraldoMunicípio,quandonãohouver recurso;

II -peloConselhoMunicipalde Contribuintes.

SeçãoII

DoProcedimentoNormativo

Artigo495.AinterpretaçãoeaaplicaçãodalegislaçãoTributáriaserãodefinidaseminstrução normativa aserbaixada pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Artigo 496 .Os órgãos daadministraçãofazendária,em casodedúvida quanto àinterpretação eà aplicação da legislação tributária,deverão solicitar a instrução normativa.

Artigo 497 . As decisões de primeira instância observarão a jurisprudência do Conselho Municipal de Contribuintes estabelecida em Acórdão.

CAPÍTULOV

DOCONSELHOMUNICIPALDE CONTRIBUINTES

SeçãoI

Da Composição

Artigo498.OConselhoMunicipaldeContribuintesserácompostode04(quatro)Conselheiros efetivos e 04 (quatro) Conselheiros suplentes.

Parágrafo Único. A composição do Conselhoseráparitária,integrado por 02 (dois) representantes daFazendaPública Municipal e 02 (dois) representantes dos contribuintes.

Artigo499.Osrepresentantes:

I -DaFazendaPúblicaMunicipal,serão:

a) conselheirosefetivos:

a.1) oSecretário,responsávelpelaáreafazendária;

a.2) oResponsávelpelaFiscalização;

b) Conselheiros Suplentes,02 (duas) Autoridades Fiscais nomeadas pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

II -DosContribuintes,serão,01(um)Conselheiroefetivoe01(um)ConselheiroSuplente:

a) RepresentantedosContabilistas;

c) RepresentantedaAssociaçãoComercialeIndustrialdoMunicípio;

Parágrafo Único.A cada Conselheiro,efetivo ou suplente,será atribuído umjeton correspondente a 10 U.F.Ms,pormês.

Artigo500.OConselhoMunicipaldeContribuintesteráumSecretário,delivrenomeaçãodo Prefeito.

ParágrafoÚnico.AoSecretárioGeraldoConselhoMunicipaldeContribuintesseráatribuídauma gratificaçãomensal,correspondentea50 U.F.Ms.

SeçãoII

DaCompetência

Artigo501.CompeteaoConselho:

I -julgarrecursovoluntáriocontradecisõesdeórgãosjulgadordeprimeira instância;

II - julgar recurso de ofício interposto pelo órgão julgador de primeira instância,por decisão contrária à FazendaPública Municipal.

Artigo502.SãoatribuiçõesdosConselheiros:

I - examinar os processos que lhes forem distribuídos,e sobre eles,apresentar relatório e parecer conclusivo,por escrito;

II -compareceràssessõeseparticipardosdebatespara esclarecimento;

III -pediresclarecimentos, vistaoudiligêncianecessáriosesolicitar, quandoconveniente, destaquedeprocesso constante da pauta de julgamento;

IV -proferirvoto,naordem estabelecida;

V -redigirosAcórdãosdejulgamentoemprocessosquerelatar,desdequevencedoroseu voto;

VI -redigir,quandodesignadopelopresidente,Acórdãodejulgamento,sevencidooRelator;

VII -prolatar,sedesejar,votoescritoefundamentado,quandodivergir do Relator.

Artigo503.CompeteaoSecretárioGeraldoConselho:

I -secretariarostrabalhosdas reuniões;

II -fazerexecutarastarefasadministrativas;

III -promoverosaneamentodosprocessos,quandosetornar necessário;

IV -distribuir,porsorteio,osprocessostributáriosefiscaisaos Conselheiros.

Artigo504.CompeteaoPresidentedoConselho:

I -presidiras sessões;

II -convocarsessõesextraordinárias,quandonecessário;

III -determinarasdiligênciassolicitadas;

IV -assinaros Acórdãos;

V -proferir,emjulgamento,alémdovotoordinário,odequalidade;

VI -designarredatordeAcórdão,quandovencidoovotodorelator;

VII -interporrecursoderevista,determinandoaremessadoprocessoaoPrefeito.

§ 1º. O presidente do Conselho Municipal deContribuintes é cargo nato do Secretário, responsável pela área fazendária.

§ 2º. O presidente do Conselho Municipal deContribuintes será substituído em seus impedimentos pelo Diretor daFiscalização,não podendo este assumir,pelo Chefe da Fiscalização.

SeçãoIII

DasDisposições Gerais

Artigo505.PerdeaqualidadedeConselheiro:
I -orepresentantedoscontribuintesquenãocomparecera03(três)sessõesconsecutivas,sem causa justificada perante o Presidente,devendo a entidade indicadora promover a suasubstituição;
II -aAutoridadeFiscalqueexonerar-seoufordemitida.

Artigo 506 . O Conselhorealizará,ordinariamente,uma sessão por semana,em dia e horário fixado no início de cadaperíodo anual de sessões,podendo,ainda,realizar sessões extraordinárias, quando necessárias,desde que convocadas pelo Presidente.

Artigo507.Nãoserãoremuneradasassessõesqueexcederema06(seis)mensais.

LIVRO SEGUNDO

NORMASGERAISDEDIREITOTRIBUTÅRIO

TITULO I

LEGISLAÇÃOTRIBUTÅRIA

CAPÍTULOI

DASNORMASGERAIS

Artigo508.AlegislaçãotributáriamunicipalcompreendeasLeis,osDecretoseasnormas complementaresqueversem,no todo ou em parte, sobre tributos de competência municipal.
ParágrafoÚnico.SãonormascomplementaresdasLeiseDecretos:
I - as portarias, as instruções, avisos, ordens deserviço e outros atos normativos expedidos pelasautoridades administrativas;
II -asdecisõesdosórgãoscomponentesdasinstâncias administrativas;
III -aspráticasreiteradamenteobservadaspelasautoridadesadministrativas;
IV - os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estados ouMunicípios.

Artigo509.Somentealeipode estabelecer:
I -ainstituição,aextinção,amajoração,aredução,ofatogerador, abase decálculoeaalíquotade tributos;
II -acominação,adispensaouareduçãodepenalidadesparaasaçõesouomissõescontráriasa seus dispositivos;
III -ashipótesesdeexclusão,suspensãoeextinçãodecréditostributáriosefiscais.

§ 1º. Constitui majoração ou redução de tributo amodificação de sua base de cálculo, que importe em torná-lomaisou menos oneroso.

§2º.Nãoconstituimajoraçãodetributoaatualizaçãomonetáriadesuabasedecálculo.

CAPÍTULO II

DAVIGÊNCIA

Artigo510.Entramem vigor:

I - na data da sua publicação, as portarias,asinstruções,avisos,ordens de serviço e outros atos normativosexpedidos pelas autoridades administrativas;

II -30(trinta)diasapósadatadasuapublicação,asdecisõesdosórgãoscomponentesdas instâncias administrativas;

III -na data nelesprevista, os convêniosque o Município celebre com asentidadesda administração direta ou indireta, da União,Estado,ou Municípios;

IV -noprimeirodiadoexercícioseguinteàqueleemqueocorraasuapublicação,os dispositivos de lei que:

a) instituem,majoremoudefinemnovashipótesesdeincidênciadetributos;

b) extinguemoureduzemisenções,nãoconcedidasporprazocertoenememfunçãode determinadas condições, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

CAPÍTULOIII

DAAPLICAÇÃO

Artigo 511 . A legislação tributária aplica-seimediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Parágrafo Único. Fatos geradores pendentessãoaqueles que se iniciaram,mas ainda não se completaram pelainexistência de todas as circunstâncias materiais necessárias e indispensáveis à produção de seus efeitos ou desde que se não tenham constituída a situação jurídica em que eles assentam.

Artigo512.Aleiaplica-seaoatooufato pretérito:

I - em qualquer caso,quando sejaexpressamenteinterpretativa,excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II -tratando-sedeatonãodefinitivamentejulgado:

a) quandodeixededefini-locomoinfração;

b) quando deixe de tratá-lo comocontrárioaqualquer exigência de ação ou omissão,desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;

c) quandolhecominepenalidademenossevera queaprevistanaleivigenteaotempodotributo;

Parágrafo Único. Lei interpretativa é aquela queinterpreta outra,no sentido de esclarecer e suprir as suas obscuridades e ambigüidades,aclarando as suas dúvidas.

CAPÍTULO IV

DAINTERPRETAÇÃO

Artigo 513 .Na ausência de disposição expressa,aautoridade competente para aplicara legislação tributáriautilizará sucessivamente,na ordem indicada:

I -aanalogia;

II -osprincípiosgeraisdedireito tributário;

III -osprincípiosgeraisdedireitopúblico;

IV -aeqüidade.

§1º.Oempregodaanalogianãopoderáresultarnaexigênciadetributonãoprevistoemlei.

§2º.Oempregodaeqüidadenãopoderáresultarnadispensadopagamentodetributo devido.

Artigo514.Interpreta-seliteralmentealegislaçãotributáriaquedisponhasobre:
I -suspensãoouexclusãodocrédito tributário;
II -outorgadeisenção;
III -dispensadocumprimentodeobrigaçõesacessórias.

Artigo515.Aleitributáriaquedefineinfrações, oulhecominapenalidades,interpreta-seda maneiramaisfavorável ao acusado,em caso de dúvida quanto:
I -àcapitulaçãolegaldofato;
II -ànatureza ouàscircunstânciasmateriaisdofato,ouànaturezaouextensãodosseus efeitos;
III -àautoria,imputabilidade,oupunibilidade;
IV -ànaturezadapenalidadeaplicável,ouàsuagraduação.

TÍTULOII

OBRIGAÇÃOTRIBUTÁRIA

CAPÍTULOI

DAS DISPOSIÇÕESGERAIS

Artigo516.Aobrigaçãotributáriaéprincipalouacessória.

§1º.Aobrigaçãoprincipalsurgecomaocorrênciadofatogerador,temporobjetoopagamentode tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito deladecorrente.

§ 2º.A obrigaçãoacessória decorre da legislação tributária etem porobjeto asprestações,positivas ou negativas,nela previstas no interesse da arrecadação ou dafiscalizaçãodos tributos.

§3º.Aobrigaçãoacessória,pelosimplesfatodasuainobservância,converte-seemobrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

DOFATOGERADOR

Artigo517.Fatogeradordaobrigaçãoprincipaléasituaçãodefinidaemleicomonecessáriae suficiente àsuaocorrência.

Artigo 518 . Fato gerador da obrigação acessória équalquer situação que,na forma da legislação aplicável,impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Artigo 519 . Salvo disposição de lei em contrário,considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:
I -tratando-sedesituaçãodefato,desdeomomentoemqueseverifiquemascircunstâncias materiais necessáriasaque produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica,desdeo momento em que esteja definitivamente constituída,nos termos dodireito aplicável,sendoque osatos ou negócios condicionais reputam-seperfeitose acabados:

a) sendosuspensiva acondição,desdeomomentodeseu implemento;

b) sendoresolutóriaacondição,desdeomomentodapráticadoatooudacelebraçãodonegócio.

Artigo520.Adefiniçãolegaldofatogeradoréinterpretadaabstraindo-se:

I -davalidadejurídicadosatosefetivamentepraticadospeloscontribuintes,responsáveis,ou terceiros,bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II -dosefeitosdosfatosefetivamente ocorridos.

CAPÍTULOIIIDO

SUJEITOATIVO

Artigo 521 . Sujeito ativo da obrigaçãoéaPrefeitura Municipal,pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

CAPÍTULO IV

DOSUJEITOPASSIVO

Seçãol

DasDisposiçõesGerais

Artigo 522 . Sujeito passivo da obrigação principaléa pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

ParágrafoÚnico.Osujeitopassivodaobrigaçãoprincipaldiz-se:

I - contribuinte,quandotenha relação pessoal ediretacom a situação que constituao respectivo fato gerador;

II -responsável,quando,semrevestiracondiçãodecontribuinte,suaobrigaçãodecorrade disposição de lei.

Artigo523.Sujeitopassivodaobrigaçãoacessóriaéapessoaobrigadaàsprestaçõesqueconstituam o seu objeto.

Artigo 524 . As convenções particulares,relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, nãopodem seropostasà FazendaPública Municipal,para modificaradefiniçãolegaldo sujeitopassivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seçãoll

DaSolidariedade

Artigo525.Sãosolidariamente obrigadas:

I-aspessoas quetenhaminteressecomumnasituaçãoqueconstituaofato geradordaobrigação principal;

II-aspessoasexpressamentedesignadaspor lei.

ParágrafoÚnico.Asolidariedadenãocomportabenefíciodeordem.

Artigo526.Sãoosseguintesosefeitosdasolidariedade:

I-opagamentoefetuadoporumdosobrigadosaproveitaaosdemais;

II -aisençãoouremissãodecréditoexonera todososobrigados, salvoseoutorgada pessoalmente a um deles,subsistindo,nesse caso,a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III -ainterrupçãodaprescrição,emfavoroucontraumdosobrigados,favoreceouprejudicaaos demais.

SeçãoIII

DaCapacidadeTributária

Artigo527.Acapacidadetributáriapassiva independe:

I -dacapacidadecivildaspessoasnaturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidasque importem privação ou limitação do exercício de atividadescivis, comerciais ou profissionais,ou da administração diretadeseus bens ou negócios;

III -deestarapessoajurídicaregularmenteconstituída, bastandoqueconfigureumaunidade econômica ou profissional.

SeçãoIV

DoDomicílio Tributário

Artigo528.Nafaltadeeleição, pelocontribuinteouresponsável, dedomicíliotributário, considera-se como tal:

I -tratando-sedepessoafísica,olugarondereside,e,nãosendoesteconhecido,olugarondese encontre a sedehabitual de suas atividades ou negócios;

II -tratando-sedepessoajurídicadedireitoprivado,localdequalquerdeseusestabelecimentos;

III - tratando de pessoa jurídica de direito público,o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas;

§ 1º. Quando não couber a aplicação dasregrasfixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á comodomicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deramorigem à obrigação.

§ 2º. A Autoridade Fiscal pode recusar o domicílio eleito,quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

Artigo 529 .O domicílio tributário seráconsignadonas petições,guias e outros documentosque os obrigadosdirijamou devam apresentar à Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULOV

DARESPONSABILIDADETRIBUTÁRIA

SeçãoI

DaDisposiçãoGeral

Artigo 530 . A responsabilidade pelo crédito tributário e fiscal pode ser atribuída,de forma expressa, a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação,excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este emcaráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SeçãoII

DaResponsabilidadedosSucessores

Artigo 531 . Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade,o domínioútilouapossedebensimóveis,ebemassimosrelativosataxaspelaprestaçãodeserviços

referentesataisbens, ouacontribuiçõesdemelhoria, sub-rogam-senapessoadosrespectivos adquirentes,salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hastapública,a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Artigo532.Sãopessoalmente responsáveis:

I -oadquirenteouremitente,pelostributosrelativosaosbensadquiridosouremidos;

II - osucessor a qualquer título eo cônjugemeeiro, pelos tributos devidos pelode cujusaté adata da partilhaou adjudicação,limitada esta responsabilidade ao montante doquinhão,do legado ou da meação;

III -oespólio,pelostributosdevidospelodecujusatéadatada aberturadasucessão.

Artigo 533 . A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão,transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do atopelas pessoas jurídicas de direito privadofusionadas,transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigoaplica-seaos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado,quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente,ou seu espólio,sob a mesmaououtrarazão social,ou sob firma individual.

Artigo 534 . A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra,por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial,industrial ouprofissional,e continuar a respectiva exploração,sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual,respondepelostributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido,devidosatéa data do ato:

I -integralmente,seoalienantecessaraexploraçãodocomércio,indústriaou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante,seesteprosseguir na exploração ou iniciardentro de6 (seis) meses,acontar da data da alienação,nova atividade no mesmo ou em outro ramode comércio,indústria ou profissão.

SeçãoIII

DaResponsabilidadedeTerceiros

Artigo 535 . Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte,respondem solidariamente com este nos atosemqueintervieremoupelas omissões de que forem responsáveis:

I -ospais,pelostributosdevidosporseusfilhosmenores;

II -ostutoresecuradores,pelostributosdevidosporseustuteladosoucuratelados;

III -osadministradoresdebensdeterceiros,pelostributosdevidosporestes;

IV -oinventariante,pelostributosdevidospeloespólio;

V -osíndicoeocomissário,pelostributosdevidospelamassafalidaoupeloconcordatário;

VI - os tabeliães,escrivães e demaisserventuáriosde ofício,pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles,ou perante eles,em razão do seu ofício;

VII -ossócios,nocasodeliquidaçãodesociedadede pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo sóseaplica, em matéria de penalidades,às de caráter moratório.

Artigo 536 . São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei,contrato social ou estatutos:

I -pessoasreferidasnoartigo anterior;

II -osmandatários,prepostoseempregados;

III -osdiretores,gerentesourepresentantesdepessoasjurídicasdedireito privado.

SeçãoIV

DaResponsabilidadePorInfrações

Artigo537.Aresponsabilidadeporinfraçõesdalegislaçãotributáriaindependedaintençãodo agente ou doresponsável e da efetividade,natureza e extensão dos efeitos do ato.

Artigo538.Aresponsabilidadeépessoalaoagente:

I -quantoàs infrações conceituadasporlei comocrimes oucontravenções,salvo quando praticadas no exercício regular de administração,mandato,função,cargo ou emprego,ouno cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II -quantoàsinfraçõesemcujadefiniçãoodoloespecíficodoagentesejaelementar;

III -quantoàsinfraçõesquedecorramdiretaeexclusivamentededolo específico:

a) daspessoasreferidasnestaSeção,contraaquelasporquemrespondem;

b) dosmandatários, prepostosouempregados, contraseusmandantes, preponentesou empregadores;

c) dosdiretores,gerentesourepresentantesdepessoasjurídicasdedireitoprivado,contra estas.

Artigo 539 . A responsabilidade é excluída peladenúncia espontânea da infração,acompanhada,se for o caso,do pagamento do tributo devido e dos juros de mora,ou de depósitodaimportância arbitrada pela autoridade administrativa,quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único. Não se considera espontânea adenúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização,relacionados com a infração.

CAPÍTULO VI

DASOBRIGAÇÕESACESSÓRIAS

Artigo 540 . Os contribuintes,ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigadosacumpriras determinaçõesdestas leis,das leis subseqüentes de mesma natureza,bem como dosatos nela previstos, estabelecidos com o fim de facilitar olançamento,a fiscalização e a cobrança dos tributos.

§1º.Semprejuízo doquevieraserestabelecidodemaneiraespecial,oscontribuintesresponsáveis por tributos estão obrigados :

I - a apresentar declarações e guias e aescriturarem livros próprios os fatos geradoresda obrigação tributária,segundo as normas desta lei e dos respectivos regulamentos;

II - a conservar e apresentar ao fisco,quando solicitado,qualquer documento que,de algum modo se refiraaoperações ou situações que constituam fato gerador deobrigaçõestributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dosdadosconsignados em guias e documentos fiscais;

III - a prestar,sempre que solicitados pelas autoridades competentes,informações e esclarecimentos que,ajuízodo fisco se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;

IV - de modo geral,a facilitar,por todosos meios a seu alcance,as tarefas de cadastramento, lançamento,fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

TÍTULOIII

CRÉDITOTRIBUTÁRIOEFISCAL

CAPÍTULOI

DAS DISPOSIÇÕESGERAIS

Artigo 541 .O crédito tributário,queédecorrenteda obrigação principal,regularmente constituído somente se modifica ouextingue,ou tem sua exigibilidade suspensa ouexcluída,nos casosprevistosnesta lei,fora quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou as respectivas garantias,sob pena de responsabilidade funcional.

CAPÍTULO

IIDACONSTITUIÇÃ

O

Seçãol

DoLançamento

Artigo 542 . O lançamento é o ato privativo da autoridade administrativa destinado a tornar exeqüível o crédito tributário,mediante verificação da ocorrênciada obrigaçãotributária,o cálculo do montante do tributo devido,a identificação do contribuinte,e,sendo o caso,a aplicação de penalidade cabível.

Artigo 543 .Oatodelançamento évinculadoeobrigatório,sob pena de responsabilidadefuncional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão docrédito tributárioprevistas nesta lei.

Artigo 544 . O lançamento reporta-se a dataemquehaja surgido a obrigaçãotributária principal e rege-se pela leientão vigente,ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único. Aplica-se ao lançamento a legislação que,posteriormente ao nascimento da obrigação instituindonovos critérios de apuração da base de cálculo,haja estabelecido novos métodos de fiscalização,ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas,ou outorgandomaiores garantiase privilégios à Fazenda Pública Municipal ,exceto,no último caso,para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Artigo 545 . Os atos formaisrelativosaoslançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo Único. A omissão ouerrodelançamentonão isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal,nemde qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 546 . O lançamento efetuar-se-á com base emdados constantes do Cadastro Fiscal e declaraçõesapresentadaspelos contribuintes,nas formas e épocas estabelecidas nesta lei.

§ 1º. As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador dasobrigações tributárias e a verificação domontantedocréditotributário correspondente.

§ 2º. O órgão fazendário competente examinará asdeclarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados.

Artigo 547 . Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadaspeloscontribuinteseresponsáveis,edeterminar,comprecisão,anaturezaeomontantedos respectivos créditos tributários,o órgão fazendário competente poderá:

I - exigir,a qualquer tempo,a exibição de livrosfiscais e comprovantes dos atos e operaçõesque possamconstituir fatos geradores de obrigações tributárias;

II - fazer diligências,levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponível;

III -exigirinformaçõesecomunicaçõesescritasou verbais;

IV -notificar,paracompareceràsrepartiçõesdaprefeitura,ocontribuinteou responsável;

V -requisitaroauxíliodaforçapolicialparalevaraefeitoasapreensões,inspeçõeseinterdições fiscais.

Artigo 548 . O lançamento dos tributos esuasmodificações serão comunicados aos contribuintes, individualouglobalmente,a critério da administração:

I -atravéśdenotificaçãodireta,feitacomoaviso,paraservircomoguiaderecolhimento;

II -atravéśdeeditalpublicadonoórgãooficial;

III -atravéśdeeditalafixadonaPrefeitura.

Artigo549.Olançamentoregularmentenotificadoaosujeitopassivosópodeseralteradoem virtude de:

I -impugnaçãodosujeito passivo;

II -recursodeofício;

III -iniciativadeofíciodaautoridadeadministrativa,noscasosprevistosnesta Lei.

Artigo 550 . A modificação introduzida,de ofícioouem conseqüência de decisão administrativa ou judicial,nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada,em relação a um mesmo sujeito passivo,quanto a fato geradorocorridoposteriormente à sua introdução.

SeçãoII

DasModalidadesdeLançamento

Artigo 551 . O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quandoumououtro,na formadalegislaçãotributária,prestaà autoridade administrativainformações sobre matéria de fato,indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante,quando vise a reduzir ou a excluir tributo,só é admissível
mediantecomprovaçãodoerroemquesefunde,eantesdenotificadoolançamento.

§ 2º. Os erros contidos na declaração eapuráveispelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Artigo 552 . Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal,o lançamento,decorrente ou nãodearbitramento,poderá ser efetuado ou revisto de ofício,quando:

I -ocontribuinteouoresponsávelnãohouverprestadodeclaração,ouamesmaapresentar-se inexata,por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - tendo prestado declaração,o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazoeformas legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente;

III - por omissão,erro,dolo,fraudeousimulaçãodo sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele,tenhase baseado em dados cadastrais ou declaradosquesejamfalsosou inexatos;

IV -devaserapreciadofatonãoconhecidoounãoaprovadoporocasiãodolançamentoanterior;

V - se comprovar que,no lançamento anterior ocorreu dolo,fraude,simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão,pela mesma autoridade de ato ou formalidadeessencial;

VI - se verificar a superveniência de fatores ouprovas irrecusáveis incidentes sobre os elementosqueconstituemcada lançamento.

CAPÍTULOIII

DASUSPENSÃO

SeçãoI

DasDisposições Gerais

Artigo553.Suspendemaexigibilidadedocréditotributário:

I -moratória;

II -odepósitodoseumontanteintegraloupenhorasuficientedebens;

III - as reclamações,os recursos easconsultas,nos termos dos dispositivos legais reguladores do processo tributário fiscal;

IV -aconcessãodemedidaliminaremmandadodesegurança.

SeçãoII

DaMoratória

Artigo 554 .OMunicípio poderáconcedermoratória,em carátergeral eindividual,suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais,mediante despacho doPrefeito,desde que autorizada em lei específica.

Artigo555. Aleiqueconcedermoratóriaemcarátergeralouautorizesuaconcessãoemcaráter individual especificará,sem prejuízo de outros requisitos:

I -oprazodeduraçãodo favor;

II -ascondiçõesdaconcessãodofavoremcaráterindividual;

III -sendo caso:

a) oscréditostributáriosefiscaisaqueseaplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos,dentrodo prazo a que se refere o inciso I,podendo atribuir afixaçãode uns e de outros à autoridade administrativa,paracadacasode concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Artigo 556 . A moratória abrange,tão-somente,oscréditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder,ou cujo lançamentojátenhasidoiniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Único.Amoratória nãoserá concedida noscasosdedolo,fraudeousimulaçãodosujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

CAPÍTULO IV

DAEXTINÇÃO

Seçãol

Das Modalidades

Artigo557.Extinguemocréditotributário:

I -opagamento;

II -acompensação;

III -atransação;

IV -aremissão;

V -aprescrição ea decadência;

VI -aconversãodedepósitoemrenda;

VII -opagamentoantecipadoeahomologaçãodolançamento;

VIII -aconsignaçãoem pagamento;

IX - a decisão administrativa irreformável,assim entendida a definitiva na órbita administrativa,que nãomaispossa ser objeto de ação anulatória;

X -adecisãojudicialpassadaemjulgado.

Seçãoll

DaCobrançaedo Recolhimento

Artigo558.Acobrançadocréditotributárioefiscalfar-se-á:

I -parapagamentoabocadocofre;

II -porprocedimentoamigável;

III -medianteaçãoexecutiva.

§1º.Acobrançaeorecolhimentodocréditotributárioefiscalfar-se-ãopelaformaenosprazos fixados nesta lei.

§ 2º. O recolhimento do crédito tributário e fiscalpoderá ser feito através de entidades públicas ouprivadas, devidamente autorizadas pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Artigo559.Ocréditotributárioefiscalnãoquitadoatéoseuvencimentoficasujeitoàincidênciade:

I -jurosdemoradel%(umporcento)aomêsoufração,contadosdadatado vencimento;

I -multamoratória:

a) emsetratandoderecolhimento espontâneo:

a.1) de2%(doisporcento)dovalordocréditotributário,serecolhidodentrode30(trinta)dias, contados da data do vencimento;

a.2) de 10% (dez por cento) do valor do crédito tributário,se recolhido após 30 (trinta) diase até 60 (sessenta) dias, após o vencimento;

a.3) de 15 (quinze por cento) do valor do crédito tributário, se recolhido depoisde decorridosmaisde 60 (sessenta) dias, após o vencimento;

a.4) de1%(umporcento)aomêsoufração,nocasoespecíficodeContribuiçãode Melhoria;

b) havendo ação fiscal,de 50% (cinqüenta por cento)do valor do crédito tributário,com redução para25%(vinte ecincoporcento),serecolhidodentrode30(trinta)diascontadosdadatadanotificaçãodo débito;

II - correção monetária,calculada da data do vencimento do crédito tributário,até o efetivo pagamento,nos termosda Legislação Federal específica.

~~Artigo560.OsDocumentosdeArrecadaçãoMunicipais-DAMs,referentesacréditostributários efiscaisvencidosterãovalidadede5(cinco)dias,contadosapartirdadatadesuaemissão.~~(Revogadopela Lei nº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo 561 . O Documento de ArrecadaçãoMunicipais - DAMs,declarações e quaisquer outros documentos necessários ao cumprimento do disposto nesta Seção,obedecerão aos modelos aprovados pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

SeçãoIII

DoParcelamento

Artigo 562 . Poderá ser parcelado,a requerimento do contribuinte,o crédito tributário e fiscal,não quitado atéoseu vencimento,que:

I -inscritoounãoemDívidaAtiva,aindaqueajuizadaasuacobrança,comousemtrânsitoem julgado;

II -tenhasidoobjetodenotificaçãoouautuação;

III -denunciadoespontaneamentepelocontribuinte.

Artigo 563 .Oparcelamento de crédito tributário efiscal,quando ajuizado,deverá serprecedido do pagamento dascustas e honorários advocatícios.

ParágrafoÚnico.Deferidooparcelamento, oProcuradorGeraldoMunicípioautorizaráasuspensão odaaçãodeexecução fiscal,enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

~~Artigo564.Ficaatribuída,aoSecretário,responsávelpelaáreafazendária,acompetênciaparadespachar os pedidos de parcelamento.~~

Artigo 564 . Fica atribuído ao Secretário, responsável pela área fazendária, ou a quem ele designe por meio de portaria, a competência para despachar os pedidos de parcelamento. (Redação dada pela Lei nº2.318, de 26.6.2003)

~~Artigo 565 . O parcelamento poderá ser concedido,acritério da autoridade competente,em até 24(vinte e quatro) parcelas mensais,atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscaldo Município - U.F.M,ou outro índice que venha a substituí-la.~~

~~ParágrafoÚnico.Ovalormínimodecadaparcelaseráequivalentea:~~

~~I -50(cinqüenta)U.F.Ms,emsetratandodecontribuintepessoafísica;~~

~~II –100(cem)U.F.Ms,emsetratandodecontribuintepessoa jurídica.~~

Artigo 565 . O parcelamento poderá ser concedido,acritério da autoridade competente,em até 60 (sessenta) parcelas mensais,atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscaldo Município - U.F.M.ou outro índice que venha a substituí-la. (Redação dada pela Lei nº 2.484, de 12.7.2006)

Parágrafo Único. O valor mínimo de cada parcela será determinado por decreto do Chefe do Executivo, não sendo expedido o decreto, não haverá valor mínimo de cada parcela. (Redação dada pela Leinº 2.318, de 26.6.2003)

Artigo 566 . O valor de cada parcela,expressoemmoeda corrente,corresponderá ao valor total do crédito, dividido pelo número de parcelas concedidas, sujeitando-se, ainda, à atualização, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência-U.F.M,ou outro índice que venha a substituí-la.

~~Artigo 567 . A primeira parcela vencerá5(cinco)dias após a concessão do parcelamento e asdemais no mesmo dia dos meses subseqüentes.~~

Artigo 567 . A primeira parcela vencerá no dia determinado, em despacho, no processo deconcessão do parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subseqüentes. (Redação dada pela Lei nº2.318, de 26.6.2003)

Artigo 568 . Vencidas e não quitadas3 (três)parcelas consecutivas,perderá o contribuinteos benefícios desta lei,sendo procedida,no caso de crédito não inscrito em Dívida Ativa,a inscrição do remanescente para cobrança judicial.

§ 1º. Em se tratando de crédito jáinscritoemDívida Ativa,proceder-se-á a imediata cobrança judicial doremanescente.

§ 2º. Em se tratando decréditocujacobrançaesteja ajuizada e suspensa,dar-se-á prosseguimento imediato à açãode execução fiscal.

Artigo 569 . O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal,após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

ParágrafoÚnico.Asimples confissãoda dívida,acompanhadadoseupedido de parcelamento, não configuradenúnciaespontânea.

Artigo 570 . Tratando-se de parcelamento decréditodenunciado espontaneamente,referente a impostos cuja forma de lançamento seja por homologação ou declaração,esta deverá serpromovida pelo órgão competente após a quitação da última parcela.

SeçãoIVDas

Restituições

Artigo 571 . O Contribuinte tem direito,independentemente de prévio protesto,a restituição total ou parcial docrédito tributário e fiscal,seja qual for a modalidade de seu pagamento,nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei,ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato geradorefetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do contribuinte,nadeterminação da alíquota aplicável,no cálculo do montantedocrédito tributário e fiscal,ou na elaboração ou conferência dequalquer documento relativo ao pagamento;

III -reforma,anulação,revogação,ourescisãodedecisãocondenatória.

Artigo 572 . A restituição total ouparcialdocrédito tributário e fiscal da lugar a restituição,na mesmaproporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias,salvoasreferentes a infrações de caráter formal,que nãosedevamreputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis,a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Artigo573.Odireitodepleitearestituiçãoextingue-secomodecursodoprazode5(cinco)anos, contados:

I -nashipótesesprevistasnositensIeIIdoartigopré-anterior,dadatadorecolhimentoindevido;

II - nas hipóteses previstas no item III do artigopré-anterior, da data em que se tornar definitiva a decisãoadministrativa,ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado,anulado,revogadoou rescindindo a decisão condenatória.

Artigo 574 . Prescreve em 2 (dois) anos a açãoanulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único. O prazo deprescriçãoéinterrompido pelo início da ação judicial,recomeçando o seu curso,pormetade,a partir da data da intimação validamente feita aorepresentante judicial da Fazenda Pública Municipal.

Artigo 575 . Quando se tratardecréditotributárioe fiscal indevidamente arrecadado,por motivo de erro cometido pelo fisco,ou pelo contribuinte,e apurado pela autoridadecompetente,a restituição será feita de ofício,mediante determinaçãodo Secretário, responsável pela área fazendária,em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Artigo 576 . A restituição de crédito tributárioefiscal,mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente,ficará sujeita à atualização monetária,calculada a partir da data do recolhimento indevido.

Artigo 577 . O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame desuaescritaou documentos,quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida,a juízo da administração.

Artigo 578 . Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributárioe fiscal a ser restituído,poderá o Secretário, responsável pela área fazendária, determinar que a restituição se processe atravésda compensação de crédito.

SeçãoV

DaCompensaçãoedaTransação

Artigo579.OSecretário,responsávelpelaáreafazendária,poderá:

I -autorizaracompensaçãodecréditoslíquidosecertos, vencidosouvincendos, dosujeito passivo contraaFazenda Pública Municipal ;

II - propor a celebração,entre o Município e osujeito passivo,mediante concessões mútuas,de transação para a terminação do litígio e conseqüente extinção de créditostributáriose fiscais.

SeçãoVI

DaRemissão

Artigo580.OPrefeitoMunicipal,pordespachofundamentado,poderá:

I - conceder remissão,total ou parcial,do crédito tributário e fiscal,condicionada à observância de pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) comprovaçãodequeasituaçãoeconômicadosujeitopassivonãopermitealiquidaçãodeseu débito;

b) constataçãodeerroouignorânciaescusáveisdosujeitopassivo,quantoàmatériadefato;

c) diminutaimportânciadecréditotributárioefiscal;

d) consideraçõesdeeqüidade,emrelaçãocomascaracterísticaspessoaisoumateriaisdocaso;

II -cancelaradministrativamente,deofício,ocréditotributárioefiscal,quando:

a) estiverprescrito;

b) o sujeito passivohouver falecido,deixando unicamente bens que,por força de lei,não sejam suscetíveis de execução;

c) inscritoemdívidaativa, fordeaté5(cinco)U.F.Ms,tornandoacobrançaouexecução antieconômica.

Artigo581.Aremissãonãoseaplicaaoscasosemqueosujeitopassivotenhaagidocomdolo, fraude ou simulação.

SeçãoVII

Da Decadência

Artigo 582 . O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anoscontados:

I - da data da ocorrência dofatogerador, quandose tratar de lançamento por homologação ou declaração; salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;

II -doprimeirodiadoexercícioseguinteàqueleemqueolançamentopoderiatersido efetuado;

III -dadataemquesetornardefinitivaadecisãoquehouveranulado,porvício formalolançamento anteriormenteefetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refereesteartigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto,contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação,ao sujeito passivo,de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

SeçãoVIII

DaPrescrição

Artigo583.Aaçãoparaacobrançadecréditotributárioefiscalprescreveem5(cinco)anos, contados:

I -dadatadasuaconstituiçãodefinitiva;

II -dotérminodoexercíciodentrodoqualaquelessetornaremdevidos,nocasodelançamento direto.

Artigo584.Interrompe-seaprescriçãodaDívida Fiscal:

I -pelaconfissãoeparcelamentododébito,porpartedodevedor;

II -por qualquerintimaçãoounotificaçãofeitaacontribuinte,por repartiçãooufuncionáriofiscal, para pagar a dívida;

III -pelaconcessãodeprazosespeciaisparaessefim;

IV -pelodespachoqueordenouacitaçãojudicialdoresponsávelparaefetuaropagamento;

V - pela apresentação do documento comprobatório dadívida,em juízo de inventário ou concurso de credores.

§1º.Oprazodaprescriçãointerrompidopelaconfissãoeparcelamentodadívidaativafiscal recomeça a fluir no diaem que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.

§2º.Enquantonãoforlocalizadoodevedorouencontradobenssobreosquaispossarecaira penhora,não correrá o prazo de prescrição.

Artigo 585 . A inscrição,de créditos tributários enão-tributários,na Dívida Ativa da Fazenda PúblicaMunicipal,suspenderá a prescrição,para todos os efeitos de direito,por180 (cento e oitenta)dias ou até a distribuição da execuçãofiscal,se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

CAPÍTULOV

DAEXCLUSÃO

Seçãol
DasDisposições Gerais

Artigo586.Excluemocréditotributário:

I -aisenção;

II -aanistia.

Artigo 587 . A isenção e a anistia,quando não concedidas em caráter geral,são efetivadas,em cada caso,pordespachodo Secretário, responsável pela área fazendária,em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previsto em lei para a sua concessão.

SeçãoIIDaI

senção

Artigo 588 .A isenção é sempre decorrente de lei que especifique ascondições e requisitos exigidos para asuaconcessão,os tributos a que se aplica e,sendo o caso,o prazo desua duração.

Artigo589.Aisençãonãoseráextensiva:
I -àscontribuiçõesdemelhoria;
II -aostributosinstituídosposteriormenteàsua concessão.

Seção III

DaAnistia

Artigo 590 . A anistia abrange exclusivamenteasinfrações cometidas anteriormente à vigência dalei que a concede,não se aplicando:
I -aosatospraticadoscomdolo, fraudeousimulaçãopelosujeitopassivoouporterceiroem benefício daquele;
II -àsinfraçõesresultantesdeprocedimentoardilosoentreduasoumaispessoasfísicasou jurídicas.

Artigo591.Aanistiapodeser concedida:
I -emcarátergeral;

II -limitadamente:
a) àsinfraçõesdalegislaçãorelativaadeterminadotributo;
b) àsinfraçõespunidascompenalidadespecuniáriasatédeterminadomontante,conjugadasou não com penalidades deoutra natureza;
c) sobcondiçãodopagamentodetributonoprazofixadopelalaiqueaconceder.

TÍTULOIV

ADMINISTRAÇÃOTRIBUTÁRIA

CAPÍTULOIDAF

ISCALIZAÇÃO

Artigo 592 . Todas as funções referentes a cadastramento, cobrança,recolhimento,restituição e fiscalizaçãodetributos municipais,aplicação de sanções por infração de disposições desta lei,bem como as medidas de prevenção e repressão àsfraudes,serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinados,segundo as suas atribuições.

Artigo 593 . Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais,sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades,darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

Artigo 594 . Os órgãos fazendários farão imprimir ,distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de modelosde declarações e de documentos que devam ser preenchidosobrigatoriamente pelos contribuintes para o efeito de fiscalização,lançamento,cobrança e recolhimento de tributosepreços públicos municipais.

Artigo595.AaplicaçãodaLegislaçãoTributáriaseráprivativadasAutoridadesFiscais. Artigo 596 .

São Autoridades Fiscais:
I -O Prefeito;
II -OSecretário,responsávelpelaárea fazendária;
III -OsDiretorese ChefesdeÓrgãosda Receita;
IV - Os Agentes,da Secretaria, responsável pela área fazendária,incumbidos da fiscalização dosTributos Municipais.

Artigo597.MedianteintimaçãoescritA,sãoobrigadosaprestaràautoridadeFiscaltodasas informações de que disponham com relação aos bens,negócios ou atividades de terceiros:
I -ostabeliães,escrivães edemaisserventuáriosdeofício;
II -osbancos,casasbancárias,caixaseconômicasedemaisinstituiçõesfinanceiras;
III -asempresasdeadministraçãodebens;
IV -oscorretores,leiloeirosedespachantesoficiais;
V -osinventariantes;
VI -ossíndicos,comissárioseliquidatários;
VII -quaisqueroutrasentidadesoupessoasqueaAutoridadeFiscaldeterminar.

Parágrafo Único. A obrigação prevista nesteartigonão abrange a prestação de informaçõesquanto afatossobreosquaisoinformante esteja legalmenteobrigadoaobservarsegredoemrazãodecargo,ofício, função,ministério,atividade ou profissão.

Artigo 598 . Sem prejuízo do disposto na legislaçãocriminal,é vedada a divulgação,para qualquer fim,por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus funcionários,de qualquerinformação,obtida em razão do ofício,sobre asituaçãoeconômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Artigo 599 .A Fazenda Pública Municipalpermutaráelementosde natureza fiscalcom asFazendas Federal e Estadual,na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado,ou independentemente deste ato,sempre que solicitada.

Artigo 600 . No caso de desacato ou de embaraço aoexercício de suas funções ou quando seja necessária aefetivaçãode medidas acauteladoras no interesse do fisco,ainda que não configure fato definido como crime,a Autoridade Fiscal poderá,pessoalmente ou através das repartições a que pertencerem,requisitar o auxílio de força policial.

Artigo 601 . Os empresários ouresponsáveisporcasas, estabelecimentos,locais ou empresas de diversões franquearãoos seus salões de exibição ou locais de espetáculos,bilheteriase demais dependências,àAutoridadeFiscal,desdeque,portadoradedocumento deidentificação,estejanoexercício regulardesua função.

CAPÍTULO II

DADÍVIDAATIVA

Artigo 602 . Constitui Dívida AtivadaFazendaPública Municipal os créditos de natureza tributária ounão-tributária,regularmente inscritos na repartiçãoadministrativacompetente,depois de esgotado o prazo fixado,para pagamento,por lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º. A inscrição far-se-á,após o exercício,quandose tratar de tributos lançados por exercício,e, nos demais casos,a inscrição será feita após o vencimento dos prazos previstospara pagamento,sem prejuízo dos acréscimos legais e moratórios.

§2º.AinscriçãododébitonãopoderáserfeitanaDívidaAtivaenquantonãoforemdecidido definitivamente a reclamação,o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 3º. Ao contribuinte não poderá ser negada certidão negativa de débito ou de quitação,desde que garantidoodébito fiscal questionado,através de caução do seu valor,em espécie.

Artigo603.Sãodenaturezatributáriaoscréditosprovenientesdeobrigaçõeslegaisrelativasà tributos e respectivos adicionais e multas.

Artigo604.Sãodenaturezanão-tributáriaosdemaiscréditosdecorrentesdeobrigações,de qualquer origem ou modalidade,exceto as tributárias,devidas à Fazenda Pública Municipal.

Artigo605.OTermodeInscriçãodaDívidaAtiva,autenticadopelaautoridadecompetente,indicará obrigatoriamente:

I -onomedodevedore,sendo ocaso,odoscores-ponsáveis,bemcomo,sempreque possível,o domicílio ou a residência de um e de outros;

II -ovalororigináriodadívida,bemcomoaformadecalcularosjurosdemoraedemaisencargos previstos em lei ou contrato;

III -aorigem,anaturezaeofundamentolegaloucontratualda dívida;

IV -adataeonºdainscrição,noRegistro deDívidaAtiva;

V -onúmerodoprocessoadministrativooudoautodeinfraçãoetermodeintimação,seneles estiver apuradoovalor da dívida.

§1º.Acertidãoconterá,alémdosrequisitosdesteartigo,aindicaçãodolivroedafolhada inscrição.

§ 2º. O Termo de Inscrição e a Certidão de DívidaAtiva poderão ser preparados e numerados por processo manual,mecânico ou eletrônico.

§ 3º. Até a decisão de primeira instância,a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.

Artigo 606 . A omissão de quaisquer dosrequisitosprevistos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança deladecorrente,mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão deprimeirainstância,mediante substituição da certidão nula,devolvido ao sujeito passivo,acusado ou interessado,o prazo paradefesa,que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Artigo 607 . A dívida regularmente inscrita goza depresunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser indicada por prova inequívoca,acargodo sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Artigo 608 . Mediante despacho doSecretário, responsável pela área fazendária, poderá ser inscrito nocorrerdomesmoexercício,odébitoprovenientedetributos lançados por exercício,quandofor necessário acautelar-se o interesse da Fazenda Pública Municipal.

Artigo609.ADívidaAtivaserácobradaporprocedimentoamigáveloujudicial.

§ 1º. Feita a inscrição,arespectivacertidãodeverá ser imediatamente enviada ao órgão encarregado da cobrançajudicial,para que o débito seja ajuizado no menor tempo possível.

§2º.Enquantonãohouverajuizamento,oórgãoencarregadodacobrançapromoverá,pelosmeios ao seu alcance,a cobrança amigável do débito.

§ 3º. As dívidas relativas ao mesmo devedor,quandoconexas ou conseqüentes,poderão ser acumuladas em uma única ação.

Artigo 610 . Salvo nos casos de anistia e de remissão,é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão dequalquer parcela da Dívida Ativa,ainda que se não tenha realizado ainscrição.

Parágrafo Único. Incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responderpela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida no presente artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Artigo 611 . Existindo simultaneamente dois ou mais débitos do mesmo sujeito passivo,relativos a idênticos ou diferentes créditos tributários e fiscais,inscritos em Dívida Ativa,aautoridade administrativa competente,para receber o pagamento,determinará a respectiva imputação,obedecidas as seguintes regras,na ordem em que enumeradas:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigaçãoprópria, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidadetributária;

II -primeiramente,àscontribuiçõesdemelhoria,depois,àstaxas,porfim,aosimpostos;

III -naordemcrescentedosprazosdeprescrição;

IV -naordemdecrescentedos montantes.

Artigo 612 .A importância do crédito tributário e fiscal pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I -derecusaderecebimento, ousubordinaçãodesteaopagamentodeoutrotributooude penalidade,ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II -desubordinaçãodorecebimento ao cumprimento deexigênciasadministrativassem fundamento legal;

§1º.Aconsignaçãosópodeversarsobreocréditoqueoconsignantesepropõepagar.

§2º.Julgadaprocedenteaconsignação, opagamentosereputaefetuadoeaimportância consignada é convertida em renda;

§ 3º. Julgada improcedente a consignação,no todo ouem parte,cobra-se o crédito acrescido de juros de mora,sem prejuízo das penalidade cabíveis.

Artigo 613 . O Secretário, responsável pela área fazendária, divulgará,até o último dia útil de cada trimestre,relação nominal de devedorescom créditos regularmente inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULOIII

DASCERTIDÕESNEGATIVAS

Artigo614.AFazendaPúblicaMunicipalexigirácertidãonegativacomoprovadequitaçãoou regularidade de créditos tributários e fiscais.

Artigo 615 . As certidões serão solicitadas medianterequerimento da parte interessada ou deseurepresentantelegal, devidamente habilitados,o qual deverá conter:

a) nomeourazãosocial;

b) endereçooudomicílio tributário;

c) profissão,ramodeatividadeenúmerodeinscrição;

d) iníciodeatividade;

e) finalidadeaquesedestina;

f) operíodoaqueserefereopedido,quandoforocaso;

g) assinaturadorequerente.

Artigo 616 . As certidões relativas à situaçãofiscale dados cadastrais só serão expedidas após as informaçõesfornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

Artigo617.Dacertidãoconstaráocréditotributárioefiscaldevidamenteconstituído.

ParágrafoÚnico.Considera-secréditotributárioefiscaldevidamenteconstituído,paraefeitodeste artigo:

I -ocréditotributárioefiscallançadoenãoquitadoàépocaprópria;
II -aexistênciadedébitoinscritoemDívidaAtiva;
III -aexistênciadedébitoemcobrança executiva;
IV -odébito confessado.

Artigo 618 . Na hipótese de comprovação,pelointeressado,de ocorrência de fato que importe em suspensão deexigibilidade de crédito tributário e fiscal ounoadiantamentodeseu vencimento,a certidão será expedida comasressalvasnecessárias.

Parágrafo Único. A certidão emitida nos termos deste artigo terá validade de certidão negativa enquanto persistir asituação.

Artigo 619 . Será pessoalmente responsável,criminal e funcionalmente,o servidor que,por dolo, fraude,simulaçãoounegligência,expedir ou der causa à expedição de certidãoincorreta.

Artigo 620 . O prazo máximo para a expedição decertidão será de 10 (dez) dias,contados a partir doprimeirodiaútil após a entrada do requerimento na repartição competente.

§ 1º. As certidões poderão ser expedidaspeloprocesso mecânico ou eletrônico e terão validade de 180 (cento eoitenta) dias.

§2º.AscertidõesserãoassinadaspeloDiretordoDepartamentoresponsávelpelasua expedição.

Artigo 621 . A Certidão Negativa será eficaz,dentrode seu prazo de validade e para o fimaquese destina,perante qualquerórgão ou entidade da Administração Federal,Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

CAPÍTULO IV

DAEXECUÇÃO FISCAL

Artigo622.Aexecuçãofiscalpoderáserpromovidacontra:

I -odevedor;
II -ofiador;
III -oespólio;
IV -amassa;
V - o responsável,nos termos da lei,por dívidas,tributárias ou não-tributárias,de pessoas físicas oujurídicasde direito privado;
VI -ossucessoresaqualquertítulo.

§ 1º. O síndico,o comissário,o liquidante,oinventariante e o administrador,nos casos de falência,concordata,liquidação,inventário,insolvênciaouconcursodecredores,se,antesde garantidos os créditosdaFazendaPúblicaMunicipal,alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados,respondem,solidariamente,pelo valor desses bens,ressalvadoo disposto nesta Legislação.

§ 2º. A Dívida Ativa da FazendaPúblicaMunicipal,de qualquer natureza,aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária,civil e comercial.

§ 3º. Os responsáveis poderão nomear bens livresedesembaraçados do devedor,tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão,porém,sujeitos à execução,se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

Artigo623.Apetiçãoinicialindicará apenas:
I -ojuiz aquemédirigida;
II -opedido;
III -orequerimentoparacitação.

§ 1º. A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa,que dela fará parte integrante, comoseestivesse transcrita.

§2º.ApetiçãoinicialeaCertidãodaDívidaAtivapoderãoconstituirumÚnicodocumento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§3º.AproduçãodeprovaspelaFazendaPúblicaMunicipalindependederequerimentonapetição inicial.

§4º.Ovalordacausaseráodadívidaconstantedacertidão,comosencargos legais.

Artigo624.Emgarantiadaexecução,pelovalordadívida,jurosemultademoraeencargos indicados na Certidão da Dívida Ativa,o executado poderá:
I - efetuar depósito em dinheiro,a ordem dojuízo, em estabelecimento oficial de crédito,que assegure atualizaçãomonetária;
II -oferecerfiança bancária;
III -nomearbensà penhora;
IV -indicaràpenhorabensoferecidosporterceiroseaceitospelaFazendaPúblicaMunicipal.

§1º.Oexecutadosópoderáindicareoterceiro oferecerbemimóvelàpenhoracomoconsentimento expresso dorespectivo cônjuge.

§ 2º. Juntar-se-á aos autosaprovadodepósito,da fiança bancária ou da penhora dos bens doexecutado ou de terceiros.

§3º.Agarantiadaexecução,pormeiodedepósitoemdinheirooufiançabancária,produzos mesmos efeitos da penhora.

§ 4º. Somente o depósito em dinheiro faz cessararesponsabilidade pela atualização monetária ejuros de mora.

§5º.AfiançabancáriaobedeceráàscondiçõespreestabelecidaspeloConselhoMonetário Nacional.

§ 6º.O executado poderá pagarparceladadívida,que julgarincontroversa,e garantir aexecução do saldo devedor.

Artigo 625 .Não ocorrendo o pagamento,nem a garantia da execução,a penhora poderá recairem qualquer bemdoexecutado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Artigo 626 . Se,antes da decisão de primeirainstância, a inscrição de Dívida Ativa for,a qualquer título,cancelada, a execução fiscal será extinta,sem qualquer ônus para as partes.

Artigo 627 . A discussão judicial da Dívida Ativa daFazenda Pública Municipal só é admissível em execução,na formada Lei Federal nº 6.830,de 22 de setembro de 1980,salvo as hipóteses de mandado desegurança,açãoderepetiçãodoindébitoouaçãoanulatóriadoatodeclarativodadívida,esta precedidado depósito preparatório do valor do débito,monetariamente corrigido e acrescido dos juros emulta de mora e demais encargos.
Parágrafo Único. A propositura,pelocontribuinte,da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recursoacasointerposto.

Artigo628.AFazendaPúblicaMunicipalnãoestásujeitaaopagamentodecustaseemolumentos. Apráticadosatosjudiciaisdeseuinteresseindependerádepreparooudepréviodepósito.
Parágrafo Único. Se vencida,a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitaspela

parte contrária.

Artigo 629 . O processo administrativocorrespondenteà inscrição de Dívida Ativa,à execuçãofiscalouàaçãopropostacontraaFazendaPúblicaMunicipalserámantidonarepartiçãocompetente,dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitadaspelojuiz ou pelo Ministério Público.

Parágrafo Único. Mediante requisição do juiz àrepartição competente,com dia e horapreviamente marcados,poderáo processo administrativo ser exibido,na sede do juízo,pelo funcionário para esse fim designado,lavrandooserventuáriotermodaocorrência,comindicação,seforocaso,daspeçasa serem trasladadas.

CAPÍTULO VI

DASGARANTIASEPRIVILÉGIOS

Seçãol

DasDisposições Gerais

Artigo 630 .Sem prejuízo dosprivilégios especiais sobre determinadosbens,que sejam previsto em lei,responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens edasrendas,de qualquer origem ou natureza,do sujeito passivo,seuespólio ou sua massa falida,inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade,sejaqualfora data da constituição do ônus ou da cláusula,excetuados unicamente os bens e rendas que a leideclare absolutamenteimpenhoráveis.

Artigo 631 . Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas,ou seu começo, por sujeito passivo emdébito para com a Fazenda Pública Municipal por créditotributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo nãoseaplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ourendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

Seçãoll

DasPreferências

Artigo 632 . A cobrança judicialdocréditotributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência,concordata,inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. O concurso depreferênciasomentese verifica entre pessoas jurídicas de direito público,naseguinte ordem:

I -União;

II -Estados,DistritoFederaleTerritórios,conjuntamentee pro rata;

III -Municípios,conjuntamentee“pro rata”.

Artigo 633 . São encargos da massa falida,pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa,os créditos tributários vencidos e vincendos,exigíveis nodecursodo processo de falência.

Artigo 634 . São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento,ou aoutrosencargos do monte,os créditos tributários vencidos ouvincendos,a cargo dode cujusou de seu espólio,exigíveis no decurso do processo de inventárioou arrolamento.

Artigo 635 . São pagos preferencialmente a quaisqueroutros os créditos tributários vencidos ou vincendos,acargode pessoas jurídicas de direito privado emliquidaçãojudicialou voluntária,exigíveis no decurso da liquidação.

Artigo636.Nãoseráconcedidaconcordatanemdeclaradaaextinçãodasobrigaçõesdofalido, sem queo requerentefaça prova da quitação de todos os tributos relativos à suaatividade mercantil.

Artigo 637 . Nenhuma sentença de julgamentodepartilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação detodosos tributos relativos aos bens do espólio,ou às suas rendas.

Artigo 638 . O Município não celebrará contrato ouaceitará proposta em concorrência pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os créditos tributários e fiscais devidos à Fazenda Pública Municipal ,relativos àatividade em cujo exercício contrata ou concorre.

LIVROTERCEIRO

DISPOSIÇÕESFINAISETRANSITÓRIAS

TÍTULOI

SERVIÇOSPÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS

CAPÍTULOI

DISPOSIÇÕESGERAIS

Artigo 639 . Os Serviços PúblicosNão-compulsórios compreendem toda e qualquer prestação,de natureza técnica ou administrativa,prestada pelo Município,de maneira regular e contínua,às pessoas físicas e jurídicas quevenhamasolicitá-los e/ouutilizá-los,parasatisfazer a ordempúblicaougarantir-lhe a organização.

CAPÍTULOII

SERVIÇOSPÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS PERTINENTES A OBRAS EM GERAL

Artigo 640 . Os Serviços Públicos Não-Compulsórios, pertinentes a obras em geral, prestados pelo Município e seus respectivos preços são:

I -alinhamentoounivelamento:9.77U.F.Ms,pormetrolinear;

II –Averbação:
a) Até02pavimentos:19.54 U.F.Ms;
b) Maisde02pavimentos,porunidadeexcedente:5.86U.F.Ms;
c) Habite-se:58.62U.F.Ms;

III –Parcelamentodesoloou anexação:
a) Desmembramentoouremembramento,até02lotes:23.44U.F.Ms;
b) Desmembramentoouremembramento,maisde02lotes,porunidadeexcedente:3.90U.F.Ms;

IV – Ligação de rede de esgoto (além do preço público, será cobrado o custo do material fornecido e aplicado como receita patrimonial, quando houver): 48.85 U.F.Ms;

V –Empaichamento,pormetrolinear:4.88 U.F.Ms.

CAPÍTULOIII

SERVIÇOSPÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS PERTINENTES A ATIVIDADES COMERCIAIS EOUTRASDEFINSECONÔMICOS

Artigo 641 . Os Serviços Públicos Não-Compulsórios, pertinentes a atividades comerciais eoutrasde fins econômicos, prestados pelo Município e seus respectivos preços são:

I -expedição odealvará:9.77U.F.Ms,poralvará;

II -apreensãodebensesemoventes,porabandonooouinfração àlegislação municipal:
a) semoventesdepequenoporte:58.62U.F.Ms,porsemovente;
b) semoventesdegrandeporte:117.24U.F.Ms,porsemovente;
c) apreensãodebens:4.88U.F.M,porquilo;

III -armazenagemouguardadequalquerbemoucoisaoudesemoventes,pordia:
a) semoventesdepequenoporte:9.77U.F.Ms,porsemovente;
b) semoventesdegrandeporte:19.54U.F.Ms,porsemovente;
c) bensoucoisas:29.31 U.F.Ms,porm2ou fração;

CAPÍTULOIV

SERVIÇOSPÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS PERTINENTES A SERVIÇOS DE CEMITÉRIO

Artigo 642 . Os Serviços Públicos Não-Compulsórios, pertinentes a serviços de cemitério,prestados pelo Município e seus respectivos preços são:

I –Inumação emsepulturarasa:
a) Deadulto,porcincoanos:19.54 U.F.Ms;
b) Deinfante,portrêsanos:14.65U.F.Ms;

II –Inumação emcarneiros:
a) Deadulto,porcincoanos:39.08 U.F.Ms;
b) Deinfante,portrêsanos:24.42U.F.Ms;

III –Exumações:
a) Antesdevencidooprazoregulamentardedecomposição:58.62 U.F.Ms;
b) Apósvencidooprazoregulamentardedecomposição:48.85U.F.Ms;

IV –Diversos:
a) Aberturadesepultura, carneiro, jazigo,mausoléu,ossário, perpétuoounão,paranovainumação: 48.85U.F.Ms;
b) Entradadeossadanocemitério:48.85U.F.M.s;
c) Retiradadeossadadocemitério:48.85 U.F.Ms;
d) Remoção deossadanointeriordocemitério:48.85 U.F.M.s;
e) Permissãoparaconstrução decarneiro,colocação deinscrição eexecução deobrasde embelezamento: 48.85 U.F.Ms;
f) Emplacamento(qualqueroutroquenãoobrigatório)edeperpétuo:18.54U.F.Ms;

V –Compradoterrenoperpétuo,pormetroquadrado(considerando-sesemprecomomedida mínima de cálculo – quatro m2):195.40 U.F.Ms.

CAPÍTULOV

SERVIÇOS PÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS PERTINENTESAUSODEPRÓPRIOSPÚBLICOSMUNICIPAIS

Artigo643.OsServiçosPúblicosNão-Compulsórios,pertinentesausodepróprioispúblicosmunicipais, prestados pelo Município e seus respectivos preços são:
I -quadraspoliesportivas:2,00U.F.Ms,por hora;

II –estaçãorodoviária,paraembarque:0.40U.F.M,porocasiãodaaquisiçãodebilhetede passagem para embarque no terminal rodoviário;

CAPÍTULO VI

SERVIÇOSPÚBLICOSNÃO-COMPULSÓRIOS PERTINENTES A SERVIÇOS DIVERSOS

Artigo 644 . Os Serviços Públicos Não-Compulsórios, pertinentes a serviços diversos,prestados pelo Município e seus respectivos preços são:

I -atestados,certidõese outros:
a) porlauda,até33(trintaetrês)linhas:9.77U.F.Ms;
b) sobreoqueexceder:4.88U.F.Ms,porlauda;

II -cópiasreprográficasounão,segundasviasderecibоseavisos:4.88 U.F.Ms;

III -expedientesdiversos:9.77U.F.Ms;

IV -serviçodecadastro imobiliário:
a) depessoafísica:9.77U.F.Ms,porregistro;
b) depessoajurídica:9.77U.F.Ms,porregistro;

V –Baixadequalquernatureza:14.65 U.F.Ms;

VI –Alvarádequalquernatureza:9.77U.F.Ms;

VII –Renomaçãodealvarádequalquernatureza:9.77 U.F.Ms;

VIII –Porbusca,cadaano,alémdastaxassupras:0.97U.F.Ms;

IX –Preçopúblicodenumeraçãodeprédiosouimóveis:9.77U.F.Ms;

X –Retiradadeentulho(porviagem):48.85 U.F.Ms;

XI –abatedegado:
a) bovino:6.00U.F.Ms,porabate;
b) suíno:1.20U.F.Ms,porabate;
c) ovino:1.20U.F.Ms,porabate;
d) caprino:1.20U.F.Ms,porabate;
e) equino:1.20U.F.Ms,porabate;
f) aves:0.12U.F.Ms,porabate;
g) recolhidoaomatadouroenãoabatidodentrode48(quarentaeoitohoras):1.20U.F.Ms; XII –

Termos e registros de qualquer natureza lavrados: 9.77 U.F.Ms;

XIII –Títulodeperpetuidade,supeultura,jazigo,carneiro,mausoléueaforamento:9.77U.F.Ms;

XIV –Transferênciaeremoçãodeveículodetraçãoanimal:9.77 U.F.Ms;

XV –Transferênciadeimóveis:14.65U.F.Ms;

XVI –Concessões,poratodoPrefeito, concedendo:
a) Favores,emvisturdedeLeiMunicipal:214.94U.F.Ms;
b) Privilégioindividualouaempresaconcedidopelo Município:214.94U.F.Ms;
c) Permissãoparaexploração,àtítuloprecário,deserviçosouatividades:58.62 U.F.Ms;

XVII -ContratoscomoMunicípio:48.85U.F.Ms;

XVIII -ProrrogaçãocecontratoscomoMunicípio:48.85 U.F.Ms;

XIX –CartadeAforamento:9.77U.F.Ms;

TÍTULOII

DISPOSIÇÕESFINAISETRANSITÓRIAS

CAPÍTULOI

DISPOSIÇÕESTRANSITÓRIAS

Artigo 645. As micro-empresas cadastradas com base na legislação municipal anterior,que não preencheremosrequisitos desta Lei,terão seus registros cancelados,a partir de 1º de janeiro de 2001.

Parágrafo Único. As micro-empresas deverão promover o seu recadastramento no órgão municipal competente,até odia30de março de 2001,sem prejuízo da fruição do benefício desta Lei,a partir de 1º de janeiro de 2001.

Artigo 646.A partirde1ºdemaio de2001,ficamsem validade,sendo vedado a suautilização, os documentos fiscais confeccionadoshámais de 12 (doze) meses,bem como aqueles que venham a completareste prazo de confecção,à medida da data de seu respectivo alcance.

§ 1º. O prazo de 12 (doze) mesesserá contado apartir da data da AIDF constante de forma impressa no documentofiscal,sendo que após o encerramento do mesmo,osdocumentos fiscais,ainda não utilizados,serãocancelados na forma prevista nesta Lei.

§ 2º. As situações excepcionais decorrentes da aplicação do disposto no caput deste artigo serão resolvidaspeloSecretário, responsável pela área fazendária.

CAPÍTULOII

DISPOSIÇÕESFINAIS

~~Artigo 647. Fica instituída a Unidade Fiscal do Município - U.F.M, que terá seu valor unitário igual aR$1,00 (um real), corrigido monetariamente, pelo IGP/DI - FGV (Indice Geral de Preços de DisponibilidadeInterna, da Fundação Getúlio Vargas).~~

Artigo 647. Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – ufm, que terá seu valor unitário igual a R$1,00 (um real), corrigido monetariamente, anualmente, pelo IPCA/IBGE (Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (Redação dada pela Lei nº 2.318, de26.6.2003)

Artigo 648. A concessão de moratória,anistia,isenção e imunidade não gera direito adquirido em caráter individual e será revogada de ofício,sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou nãocumpriaou deixou de cumprir os requisitos para a concessãodofavor, cobrando-se,assim,os créditos devidos acrescidos de juros demora:

I - com imposição da penalidade cabível,noscasosde dolo,fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II -semimposiçãodepenalidade,nosdemais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo,o tempo decorrido entre a concessão do benefício e sua revogação não secomputa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§2º.NocasodoincisoIIdesteartigo,arevogaçãosópodeocorrerantesdeprescritooreferido direito.

Artigo649.Aconcessãodemoratória,anistia,isençãoeimunidadenãodispensaocumprimentode obrigações acessórias.

Artigo650.Estão isentos:

I –Emrelaçãoao IPTU:
a) Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade,para uso exclusivo da União,dos Estados,do Distrito Federal ou do Município ou de suas autarquias;
b)Pertencentesaagremiação desportiva licenciadaefiliadaàfederaçãoesportiva estadual, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício dassuas atividades sociais;
c) Pertencentes ou cedido gratuitamente a sociedade ou nstituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadores com finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultuiral, físico ou recreativo;
d) Pertencentes às sociedades civis sem fins lucrativos, destinados ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas e filantrópicas;
e)Declaradosdeutilidadepúblicaparafinsdedesapropriaçãoapartirdaparcelacorrespondenteao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
f) Poderá haver redução no valor venal do terreno, desde que o mesmo não possa ser totalmente aproveitado; o procedimento para tal fato deverá estar em acordo com regulamentação do Poder Executivo.
g) Os imóveis de padrão proletário, desde que o responsável pelo seu pagamento (proprietário ou inquilino), além de residirem no imóvel em questão, não possuam renda mensal superior a 02 (dois) salários-mínimos vigente, e não possuam mais de um imóvel, sendo apurado, através de informação fiscal da Divisão de Fiscalização da Prefeitura, a veracidade das declarações contidas no processo administrativo quedará origem aocadastrodocontribuinteisento,eemambososcasos(proprietário ou inquilino), fica a critério do Secretário de Fazenda, o seu deferimento, com base na confirmação da veracidade das informações.

II ~~–Emrelaçãoao ISSQN~~: (Revogado pela Lei nº. 3.441, de 29.12.2017)

~~a) Prestadosporengraxatesambulantes;~~
~~b) Prestadosporassociaçõesculturaisefilantrópicas;~~
~~c) De diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingresso, pules ou talões de apostas,ou jogos e exibições competitivas,realizadas entre associações ou conjuntos;~~
~~d) Dediversãopública,comfinsbeneficientes,ouconsideradosdeinteressedacomunidadepelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;~~
~~e) Executados, por administração ou empreitada de obras hidráulicas ou de construção civil e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estado, Distrito Federal, Município, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;~~
f) ~~Osprofissionaisautônomosdenívelelementar~~.

III –EmrelaçãoàsTaxaMunicipaiseaospreços cobrados pelos ServiçosPúblicosNão-Compulsórios: (Acrescido dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

a) Os estabelecimentos prestadores de serviços, exclusivamente sem fins lucrativos, de atividades culturais ou filantrópicas, sociedades civis ou quaisquer outros destinados ao exercício de atividades assistenciais, culturais,recreativas, esportivas oufilantrópicas; (Acrescida dada pela Lei nº2.331,de 11.12.2003)
b) Ostemplosdestinadosaqualquerculto;(AcrescidadadapelaLeinº2.331,de 11.12.2003)
c) Os estabelecimentos prestadores de serviços destinados a congregar classes patronais ou trabalhadores com finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo; (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
d) Os estabelecimentos que se destinam à diversões públicas exclusivamente com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar; (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
e) Os estabelecimentos que se destinam a atividades sem fins lucrativas, considerados de utilidade pública; (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
f) Os estabelecimentos destinados à atividades partidárias, sem fins lucrativos; (Acrescida dadapela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
g) Os estabelecimentos utilizados por profissionais autônomos, considerados de nível elementar, para o desenvolvimento exclusivo de suas atividades. (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de11.12.2003)
h) Os estabelecimentos educacionais ou de treinamento pertencentes à União, ao Estado ou ao Município; (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)
i) Os estabelecimentos de saúde ou de tratamento pertencentes à União, ao Estado ouao Município. (Acrescida dada pela Lei nº 2.331, de 11.12.2003)

Artigo 651. Nenhum PTA – Processo Administrativo Tributário – poderá ser arquivado, sem que haja despacho expresso neste sentido, prolatado por autoridade competente.

Artigo 652.APrefeitura, visandoa otimizar o processo de arrecadação dereceitasmunicipais, poderá celebrar convênios com entidades de direitopúblico ou privado.

Artigo 653. O Poder Executivo poderá regulamentar este Código e baixar normas necessárias à sua aplicação.

Artigo654.EstaLeientraráemvigorem1ºdejaneirode2001,revogandotodaaLegislação Tributária Municipal.

ParaíbadoSul,20deDezembrode2000

ROGÉRIOONOFREDEOLIVEIRA
PrefeitoMunicipal

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NÚCLEO DE LICITAÇÕES

RELATÓRIO

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

AO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO,

O presente processo visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TERCEIRIZADO DE RECEPÇÃO, COPEIRAGEM E GARÇONARIA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS.**

Comprovante Recursos - CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (2159030 2159044) e TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (2159050); Comprovante Contrarrazões RIO SHOP SERVIÇOS LTDA (2162091)

No que tange à análise dos recursos apresentados pelas licitantes **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (10.243.854/0001-52)**, documentos **2159030 2159044** e **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (38.443.260/0001-04),** documento **2159050**, bem como considerando as contrarrazões **2162091** registradas pela licitante **RIO SHOP SERVIÇOS LTDA,** este NULIC passa a expor breve síntese das alegações apresentadas, assim como traz a manifestação do setor demandante (COFISCAL) e o entendimento da Comissão de Pregão, no objetivo de auxiliar na pretensa decisão, da seguinte forma:

RAZÕES RECURSAIS - CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (10.243.854/0001-52)

A recorrente fundamentou suas razões recursais nos seguintes pontos:

- Da Inexequibilidade dos Preços dos Uniformes;
- Do Erro Grosseiro no Cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS).

O inteiro teor das alegações recursais está presente nos documentos 2159030 2159044 e tratam-se de questões técnicas, razão pela qual foram remetidas para análise e apreciação da área demandante, Coordenação de Fiscalização (COFISCAL).

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se que o presente recurso administrativo seja CONHECIDO e, no mérito, TOTALMENTE PROVIDO, para o fim de:

a) reformar a decisão que declarou a empresa RIO SHOP SERVIÇOS LTDA. vencedora do Pregão Eletrônico nº 90004/26;

b) DESCLASSIFICAR a proposta apresentada pela empresa RIO SHOP SERVIÇOS LTDA., por apresentar preços manifestamente inexequíveis e por erro insanável na composição de sua planilha de custos, com fundamento no art. 59, III e V, da Lei nº 14.133/2021; e

c) por consequência, dar prosseguimento ao certame com a convocação do próximo licitante classificado, para a devida análise de sua proposta e habilitação.

RAZÕES RECURSAIS - TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA

A recorrente fundamentou suas razões recursais nos seguintes pontos:

- a desclassificação contraria diretamente o item 7.13 do edital;
- a falha é materialmente sanável e a lei veda a exclusão por formalidade que não compromete a proposta;
- a decisão é desproporcional e carece de motivação suficiente;
- o pedido tempestivo de dilação e a supressão da oportunidade efetiva de correção;
- da rastreabilidade do sei e da necessidade de esclarecimento sobre a alteração da orientação técnica;
- da coerência administrativa, da isonomia e da vantajosidade.

O inteiro teor das alegações recursais está presente no documento 2159050 e tratam-se de questões procedimentais do certame, razão pela qual foram analisadas pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Recorrente:

- o conhecimento do presente recurso, por cabível e tempestivo, com preservação de seu efeito suspensivo até decisão final;
- o exercício do juízo de reconsideração, para tornar sem efeito a decisão que desclassificou a proposta da Tropical;
- a concessão de prazo razoável para reapresentação da planilha, limitada à correção das alíquotas de ISS de Mesquita, Silva Jardim, Rio das Ostras e São José do Vale do Rio Preto, sem majoração do preço global;
- após a correção, o restabelecimento da classificação da Tropical e o regular prosseguimento do certame com sua proposta;
- o reconhecimento de que a habilitação econômico-financeira da Tropical permanece regular, conforme conclusão expressa da Coordenação de Contabilidade no Despacho SEI nº 2083454;
- a juntada e disponibilização do histórico integral do SEI relativo às manifestações sobre a planilha, inclusive versões criadas, canceladas, substituídas, alteradas ou excluídas, com datas, horários, autoria e justificativas;
- a juntada dos registros do sistema eletrônico referentes às diligências, ao pedido tempestivo de dilação de prazo e à decisão que o indeferiu;
- a análise dos documentos comparativos relativos a outros contratos ou procedimentos em que tenham sido admitidas alíquotas distintas, com motivação específica sobre eventual diferença de tratamento;
- caso não haja reconsideração, a remessa imediata do recurso à autoridade superior competente, devidamente instruído e informado;
- subsidiariamente, a realização de diligência técnica destinada a confirmar a manutenção do preço global, a exequibilidade da proposta após o ajuste e a ausência de prejuízo à Administração ou à isonomia;
- que eventual decisão de não provimento enfrente expressamente a incidência dos itens 7.13 e 7.13.1 do edital, a natureza sanável da falha, a ausência de majoração do preço, o pedido tempestivo de dilação, a rastreabilidade dos documentos do SEI, o tratamento conferido em casos equivalentes e o impacto econômico decorrente da exclusão da proposta da Tropical;
- a abstenção de adjudicação, homologação ou convocação definitiva de licitante subsequente até o julgamento final deste recurso.

CONTRARRAZÕES - RIO SHOP SERVIÇOS LTDA

O inteiro teor das contrarrazões está presente no documento 2162091.

DOS PEDIDOS

Conclui-se, por conseguinte, diante de todo o exposto, e mais o que essa I. Comissão de Licitação possa trazer de relevante aos autos, que a proposta da vencedora da licitação, ofertada pela RIO SHOP SERVIÇOS LTDA. atende plenamente as disposições do EDITAL, ensejando que seja ratificado o entendimento que a qualificou como vencedora do certame, visto que os recursos interpostos pelas licitantes CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. não apresentam em seu bojo fatos ou argumentos que possam comprometer a legitimidade da condução do certame.

Na remota hipótese de assim não entender o I. Pregoeiro, que seja a decisão submetida à autoridade superior para reexame, em obediência às disposições do subitem 14.5 do Edital.

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE – COFISCAL (2165027 2165030)

Em síntese, a recorrente **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (10.243.854/0001-52)** fundamentou suas razões recursais nos seguintes pontos:

I.I. Da Inexequibilidade dos Preços dos Uniformes

Em resposta ao recurso interposto e contrarrazões apresentada, a Coordenação de Fiscalização rejeitou a tese de inexequibilidade, tendo fundamentado seu posicionamento no fato de que a licitante classificada em primeiro lugar comprova mais de três décadas de atuações regulares no mercado de terceirização. Conforme alegado pela recorrida, em suas contrarrazões, a gestão concomitante de eixos contratuais de grande escala confere à empresa expressivo ganho de escala na aquisição centralizada de insumos, além do emprego de métodos consolidados de controle de estoque e redução de desperdícios. Tais diferenciais operacionais justificam a prática de preços unitários competitivos sem que isso represente risco de descontinuidade da prestação contratual. Ponderou ainda que a proposta da empresa Rio Shop totaliza R$ 26.615.527,20, ao passo que a própria recorrente (Cemax) cotou o montante de R$ 26.657.200,00. Constata-se uma variação marginal de apenas 0,15% entre as propostas para o período de 24 meses. Essa paridade matemática fulmina o argumento de que os valores apresentados pela primeira colocada divirjam da realidade do mercado.

Diante do exposto e considerando que a documentação apresentada atende rigorosamente aos critérios de admissibilidade e mérito, a Coordenação de Fiscalização **posicionou-se pela ratificação da exequibilidade** da planilha de custos da licitante **RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.**

I.II. Do Erro Grosseiro no Cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS)

A recorrente **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS** aponta suposto vício formal na fixação das alíquotas de ISSQN de 2% e 3% para os municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Paraíba do Sul e Natividade, argumentando, de forma isolada, que os percentuais aplicáveis deveriam ser de 4% ou 5%, o que foi afastado pela Coordenação de Fiscalização com base nos seguintes pontos:

a) a licitante vencedora possui como atividade principal o CNAE 82.11-3-00, cujo objeto social submete-se estritamente ao item 17.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 (atividades de suporte operacional, apoio de secretaria e recepção);

b) a CEMAX invoca alíquotas genéricas e majoradas por desconsiderar que o enquadramento no item 17.05 da norma geral tributária guarda relação direta com regramentos e incentivos específicos previstos nas legislações municipais aplicáveis ao setor de prestação de serviços;

c) o documento acostado aos autos 2165027 comprova que, sob o correto enquadramento no item 17.05, os percentuais efetivamente instituídos pelas municipalidades citadas correspondem aos declarados pela vencedora: Belford Roxo (3%), Guapimirim (2%), Paraíba do Sul (2%) e Natividade (2%).

Face ao exposto, a Coordenação de Fiscalização manifestou-se pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento do recurso administrativo da empresa **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, opinando pela preservação da proposta da licitante **RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.**, por se encontrar em estrita conformidade com as exigências do Edital e com os ditames da Lei nº 14.133/2021.

MANIFESTAÇÃO NULIC

Inicialmente, considerando o item 14 do Edital de Licitação, ratificamos a tempestividade dos **Recursos das licitantes CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (2159030 2159044)** e da **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (2159050)**, bem como das **Contrarrazões da RIO SHOP SERVIÇOS LTDA (2162091),** já que obedeceram os prazos estabelecidos.

Quanto ao mérito dos pedidos realizados pelas licitantes, no que tange às Razões Recursais da licitante **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (2159030 2159044),** diante da manifestação da área demandante - COFISCAL (**2165027 2165030**), setor que possui vasto conhecimento técnico em relação ao objeto licitado e às necessidades acessórias, corroboramos o entendimento da COFISCAL para que **não seja dado provimento ao Recurso - CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS, com a consequente manutenção da classificação e habilitação da licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.**

No que tange às Razões Recursais da **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (2159050),** por se tratarem de questões procedimentais do certame, este NULIC passará à apreciação dos pontos abordados.

I. A Desclassificação Contraria Diretamente o Item 7.13 do Edital

Inicialmente, impende salientar que o item 7.13 do Edital de Licitação preconiza que:

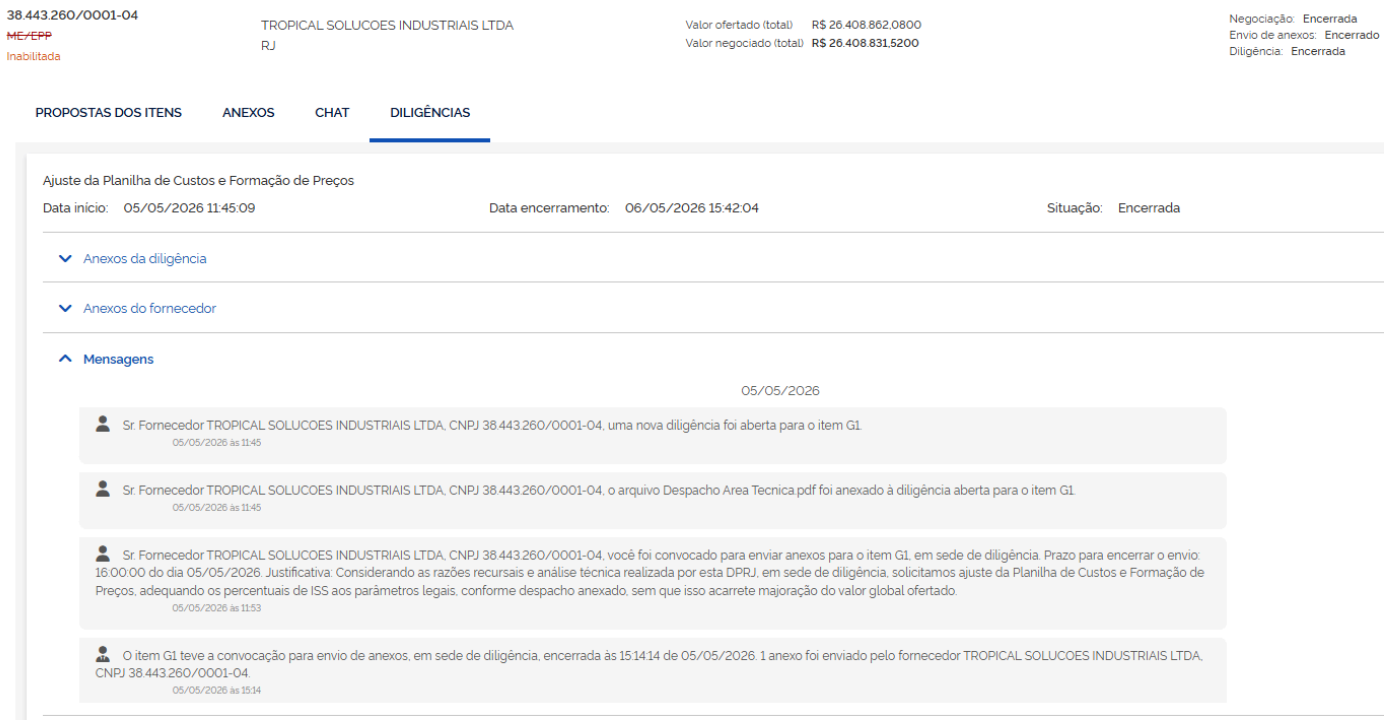
> "7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço."

A alegação da recorrente de que o referido item não foi observado em seu julgamento, não passa de uma afirmação equivocada e sem qualquer embasamento fático e legal, conforme será detalhado a seguir.

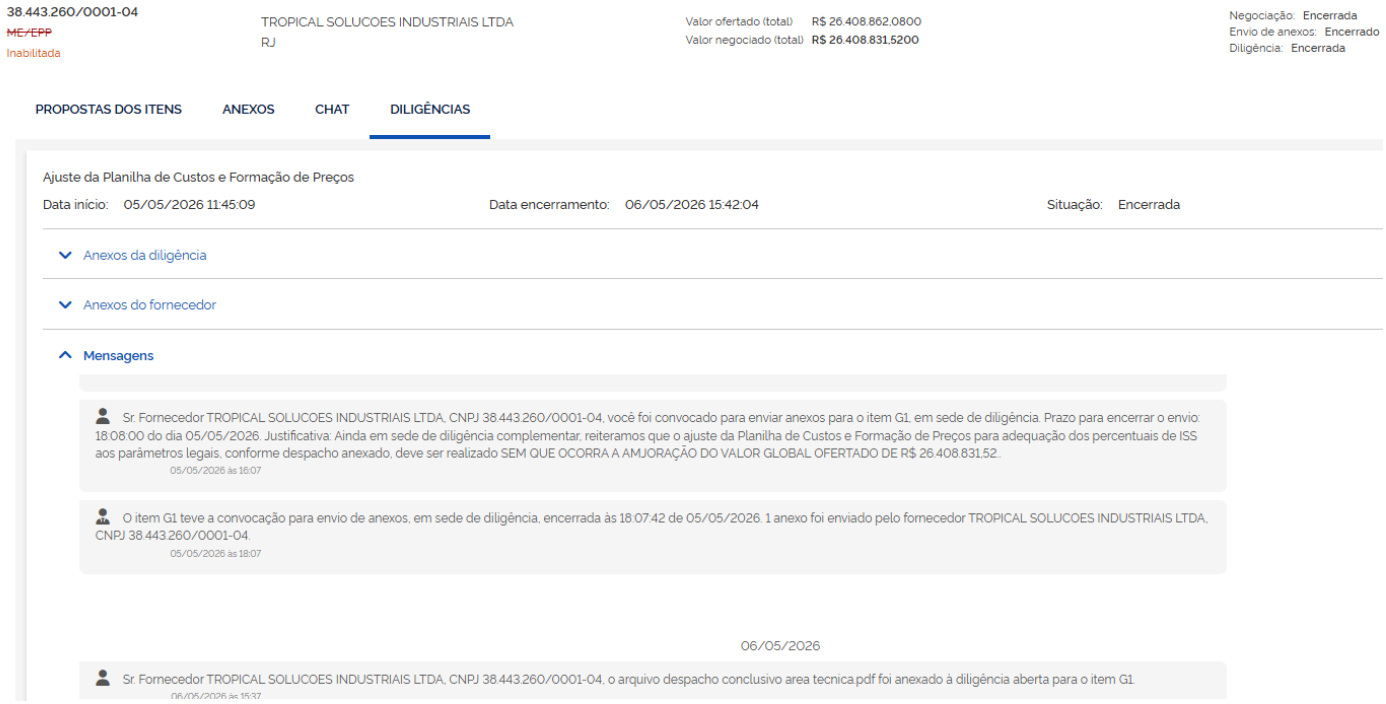
No dia 07/04/2026, a ora recorrente **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** foi declarada vencedora do certame, ocasião em que, após o prazo recursal de dez minutos concedido para a proposta, bem como para a habilitação, constatou-se que as licitantes **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS (10.243.854/0001-52)** e **INSTITUTO SÃO SALOMÃO (07.229.772/0001-49)** apresentaram intenção de recorrer (2068860). A licitante **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS** apresentou suas razões recursais tempestivamente (2072680 2072696) e a licitante **INSTITUTO SÃO SALOMÃO** deixou de apresentar suas razões recursais (2072656).

Em suas razões recursais, a **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS** apontou ausência de comprovação da qualificação técnico-operacional por parte da licitante então declarada vencedora, **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA**, inconsistências nas alíquotas e valores de ISS cotados pela licitante **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** em sua planilha de custos e não atendimento dos subitens 9.10.1.12 e 9.10.1.13 do Edital de Licitação, que referem-se à qualificação econômico-financeira. A alegação de ausência de comprovação da qualificação técnico-operacional não foi acolhida pela área técnica (COFISCAL), entretanto no que tange à alegação de inconsistências nas alíquotas e valores de ISS cotados pela licitante **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** em sua planilha de custos, a COFISCAL, com fulcro na faculdade de saneamento de erros formais que não alterem o valor global da proposta, solicitou que a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** procedesse com ajuste da Planilha de Custos e Formação de Preços, adequando os percentuais de ISS aos parâmetros legais (2084971). Quanto à alegação de não atendimento dos subitens 9.10.1.12 e 9.10.1.13 do Edital de Licitação, a Coordenação de Contabilidade entendeu que a documentação estava compatível com a documentação solicitada no edital, não sendo evidenciada irregularidade ao atendimento aos subitens mencionados anteriormente (2083454).

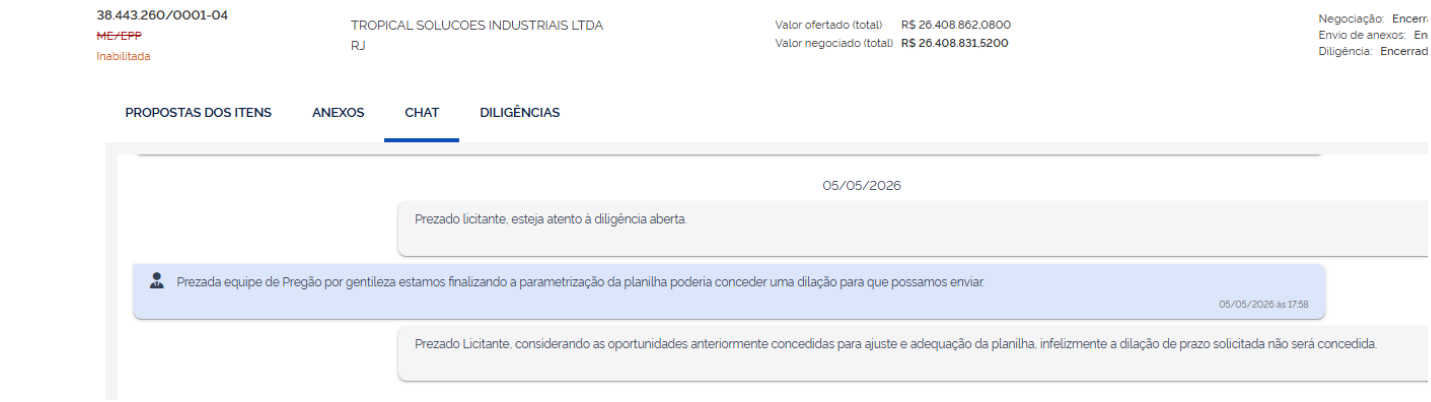
Diante do exposto, a Pregoeira comunicou, via quadro de mensagens do sistema compras.gov, com a antecedência necessária, a retomada da sessão 2086874. Na data e no horário previamente comunicados, a Pregoeira abriu diligência, em sede recursal 2088255, concedendo um prazo de 4 horas e 7 minutos, a fim de que a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** pudesse sanar os erros apontados, desde que não houvesse majoração do preço, conforme tela abaixo.



A diligência foi respondida tempestivamente 2089368, porém a proposta readequada foi enviada contendo majoração do valor global ofertado, o que é expressamente vedado, conforme item 7.13 do Edital de Licitação. Frise-se que, na mensagem enviada à **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** na referida diligência, a Pregoeira ainda fez constar expressamente essa proibição de majoração do valor global ofertado e, mesmo assim, a ora recorrente enviou a proposta readequada de forma incorreta. A Pregoeira, então, ainda concedeu mais uma chance para a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** sanar esse erro, abrindo uma diligência complementar 2089369, ocasião em que foi concedido mais um prazo de 2 horas, conforme tela abaixo.



Faltando 10 minutos para o término do prazo da referida diligência complementar, a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** solicitou dilação de prazo, o que foi indeferido diante das oportunidades anteriormente concedidas para ajuste e adequação da planilha, conforme tela abaixo



A diligência complementar foi respondida tempestivamente 2089374 2089375, porém a área técnica, Coordenação de Fiscalização, identificou a permanência de erros na Planilha de Custos, no que tange às alíquotas de ISS, razão pela qual entendeu que a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** não atendeu as exigências do Edital de Licitação e de seus anexos,conforme despacho 2090353. Desta forma, em que pesem as oportunidades concedidas para saneamento dos erros, a diligência foi encerrada, com a conclusão pelo não atendimento da diligência.



Importante ressaltar que, em sede recursal, após ter tido duas oportunidades de corrigir os erros relativos ao ISS apresentados na planilha de custos e Formação de Preços (diligência inicial e complementar), a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** assim não procedeu. Se a ora recorrente não ajustou a planilha corretamente após ter tido duas oportunidades, entendeu-se que ela não consegue cumprir as exigências do Edital de Licitação, demonstrando sua inaptidão. Por essa razão, o recurso apresentado pela **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS** foi provido, com a consequente desclassificação da **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** naquela ocasião 2090575 2091124.

Face a todo exposto, constata-se que o item 7.13 do Edital de Licitação foi devidamente observado, tendo a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** sido desclassificada, APÓS TER TIDO OPORTUNIDADES DE SANAR OS ERROS APONTADOS em sua planilha de custos pela área técnica (COFISCAL).

II. A Falha é Materialmente Sanável e a Lei Veda a Exclusão por Formalidade que Não Compromete a Proposta

Conforme demonstrado acima, os erros apontados pela área técnica eram sanáveis, razão pela qual foi aberta diligência em fase recursal para que a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** pudesse sanar as irregularidades apontadas nas planilhas de custo quanto às inconsistências nas alíquotas e valores de ISS. Mesmo tendo sido concedidas duas oportunidades para correção dos erros apontados, a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** não conseguiu realizar essas correções.

Assim, temos que foi concedido prazo objetivo duas vezes e foram recebidas as planilhas retificadas. Na primeira oportunidades, houve majoração do preço global ofertado, razão pela qual foi concedida uma segunda chance para a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** sanar a irregularidade e, mesmo assim, a ora recorrente não foi capaz de corrigir os erros, não restando outra solução que não a sua desclassificação.

III. A Decisão é Desproporcional e Carece de Motivação Suficiente

Constatadas inconsistências na planilha de custos relativas às alíquotas e valores do ISS, a licitante **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** foi oportunizada a promover as devidas correções em duas ocasiões (diligências inicial e complementar). Ocorre que, além de não sanar os vícios nas oportunidades concedidas, a empresa apresentou, na primeira tentativa de ajuste, planilha com majoração do valor global ofertado.

O descumprimento das exigências do Edital após o duplo saneamento comprovou a inaptidão técnica da proposta. Diante disso, deu-se provimento ao recurso interposto pela empresa **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS**, resultando na desclassificação da **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.**

Cumpre ressaltar que todas as decisões proferidas no certame fundamentaram-se devidamente na legislação aplicável e no instrumento convocatório, com ampla publicidade conferida nos sistemas Compras.gov.br, SEI e no Portal da Transparência da DPERJ, restando improcedente a alegação de ausência de motivação. O que se observa no presente caso é a mera insatisfação da empresa TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, que busca infirmar sua desclassificação mediante alegações desprovidas de amparo fático e jurídico.

IV. O Pedido Tempestivo de Dilação e a Supressão da Oportunidade Efetiva de Correção

Conforme delineado, facultaram-se à licitante **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** duas oportunidades para o saneamento das incorreções apontadas pela área técnica em sede recursal. Inicialmente, concedeu-se o prazo de 4 (quatro) horas para a devida adequação. Contudo, ao apresentar nova proposta com majoração indevida do valor global ofertado, abriu-se diligência complementar fixando o prazo adicional de 2 (duas) horas.

A 10 (dez) minutos do encerramento desta diligência complementar, perfazendo o total de 6 (seis) horas de prazo sumado, a licitante pleiteou a dilação temporal, pedido indeferido em razão das oportunidades previamente outorgadas. Salienta-se que a prorrogação de prazo para atendimento a diligências constitui faculdade discricionária do Pregoeiro, nos termos do item 6.2.8.5 do Edital.

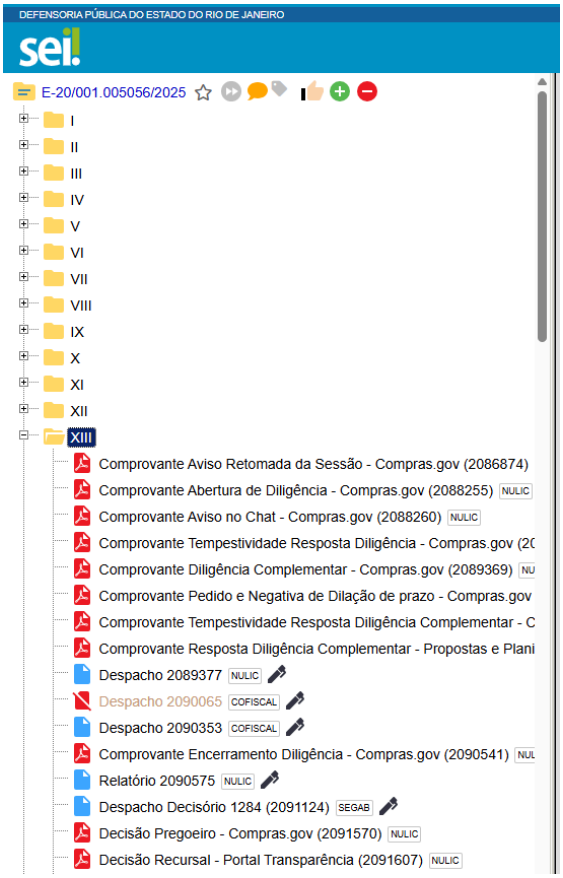
Afasta-se, portanto, a alegação de cerceamento do direito de correção ou supressão de oportunidade, restando comprovado que a recorrente **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** não sanou os vícios apontados, a despeito do duplo saneamento oportunizado.

V. Da Rastreabilidade do SEI e da Necessidade de Esclarecimento sobre a Alteração da Orientação Técnica

Inicialmente, impende salientar que o SEI pode ser acessado por qualquer licitante como meio de consulta a processos.

Conforme tela abaixo, a área técnica (COFISCAL) disponibilizou, através do SEI, um despacho e, logo em seguida, anulou o referido despacho e emitiu um outro em seu lugar. Essa prática é perfeitamente legal e fundamentada no Princípio da Autotutela Administrativa, que confere à área técnica o poder de rever e alterar seus próprios atos.

Se a COFISCAL identificou qualquer erro material, omissão, incorreção técnica ou necessidade de readequação em seu posicionamento, ela não só pode como deve retificar o seu despacho.



O fato de a substituição do despacho ter ocorrido antes do encerramento da diligência e consequentemente antes do relatório da Pregoeira reforça a higidez do processo, já que os despachos da área técnica servem para subsidiar a decisão da Pregoeira. Como a Pregoeira ainda não havia proferido sua decisão, a revisão técnica ocorreu no momento adequado, evitando que uma decisão formal fosse tomada com base em uma manifestação desatualizada ou equivocada. Por fim, o cancelamento e a inserção do novo despacho ficam registrados no histórico do SEI, garantindo a rastreabilidade das ações e o acesso público aos autos.

No caso em tela, consta no processo a indicação clara do cancelamento/substituição do despacho pela COFISCAL e a inclusão da nova manifestação técnica, acompanhada do motivo do não atendimento da diligência. A transparência exigida pela Lei de Licitações e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) diz respeito ao **ato final que fundamenta a decisão administrativa**, o qual se encontra devidamente publicado, assinado, motivado e acessível a todos os licitantes. A recorrente teve acesso integral ao teor do despacho técnico final e às razões que fundamentaram a sua desclassificação, tendo exercido formalmente o seu direito de recorrer. Logo, não há qualquer prejuízo à defesa.

Assim, resta evidente que não houve "ocultação" do processo, mas sim o exercício do controle interno antes que o ato surtisse efeitos decisórios sobre o certame. O histórico do processo público no SEI já atesta a substituição do ato, não cabendo a exigência de manutenção ou auditoria de atos tornados sem efeito e desprovidos de eficácia jurídica.

VI. Da Coerência Administrativa, da Isonomia e da Vantajosidade

No tocante à alegação de incoerência em relação a outros contratos ou processos terceiros, cumpre consignar que eventuais práticas ou aceitações em procedimentos diversos não geram direito adquirido à repetição de desconformidades no presente certame. A Administração pauta-se pelo princípio da legalidade estrita e da vinculação ao edital. Permitir a validação de planilha em desacordo com as regras vigentes sob o pretexto de equiparação a outros contratos afrontaria a isonomia em relação aos demais licitantes deste certame que cumpriram as exigências editalícias.

Vale ressaltar que tanto na fase de julgamento, quanto na fase recursal, a **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** teve oportunidade de realizar ajustes e correções em suas planilhas, porém, em que pesem a abertura de diversas diligências, a recorrente não conseguiu cumprir as exigências apontadas pela área técnica.

Outrossim, no que tange ao princípio da vantajosidade e ao saneamento da proposta, ressalta-se que o menor preço global não autoriza o aceite de proposta fundamentada em premissas tributárias incorretas.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório (edital) e a necessidade de propostas exequíveis e precisas (Lei 14.133/2021) autorizam essa medida após o esgotamento das possibilidades de saneamento. O erro na planilha é sanável, mas a repetição do erro após diligência inicial e complementar torna a falha insanável, autorizando a desclassificação da licitante.

Assim, face a todo exposto, no que tange às Razões Recursais da licitante **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA (2159050),** decidimos pelo **improvimento do recurso, com a consequente manutenção da classificação e habilitação da licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.**

Submeto, pois, o presente processo ao **Exmo. SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO,** objetivando decisão final em relação ao recurso, para, se assim entender cabível, na qualidade de Ordenador de Despesa, dar provimento, com a consequente desclassificação da empresa **TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.**

Atenciosamente,

CINTHYA LUCIANO TEIXEIRA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Documento assinado eletronicamente por **CINTHYA LUCIANO TEIXEIRA**, **Pregoeira**, em 31/07/2026, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2167139** e o código CRC **E906C80E**.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NÚCLEO DE LICITAÇÕES

CERTIDÃO

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2026.

Interessado: SECRETARIA DE GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA: Relatório NULIC 2167139

CERTIFICO, para os devidos fins e efeitos legais, que no **Relatório** 2167139, datado de 28 de julho de 2026 e assinado em 31 de julho de 2026, acostado aos autos do processo em epígrafe, ocorreu erro material em sua conclusão contida no último parágrafo.

Onde se lê:

> *"Submeto, pois, o presente processo ao Exmo. SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO, objetivando decisão final em relação ao recurso, para, se assim entender cabível, na qualidade de Ordenador de Despesa, dar provimento, com a consequente desclassificação da empresa TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA."*

Leia-se:

> *"Submeto, pois, o presente processo ao Exmo. SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO, objetivando decisão final em relação ao recurso, para, se assim entender cabível, na qualidade de Ordenador de Despesa,* ***negar provimento aos recursos, mantendo a classificação e a habilitação da licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA.****"*

Certifico, ademais, que a presente retificação alinha a conclusão à fundamentação constante do corpo do referido Relatório, permanecendo inalterados e ratificados os demais termos do documento.

Documento assinado eletronicamente por **CINTHYA LUCIANO TEIXEIRA**, **Pregoeira**, em 31/07/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2170963** e o código CRC **8717F7F5**.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1923/2026/SEGAB/CGAB/DPGE

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025

Tratam-se de recursos interpostos pelas licitantes CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 10.243.854/0001-52, e TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ nº 38.443.260/0001-04, em face da decisão que declarou vencedora do certame a licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 73.833.360/0001-48.

A recorrente CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. fundamentou seu recurso na suposta inexequibilidade dos preços de uniformes cotados pela RIO SHOP e em alegado erro no cálculo das alíquotas de Imposto Sobre Serviços aplicadas aos Municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Paraíba do Sul e Natividade, requerendo a desclassificação da proposta declarada vencedora.

A recorrente TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., por sua vez, insurgiu-se contra a sua própria desclassificação, ocorrida em sede de julgamento do recurso da CEMAX, sustentando que as divergências identificadas nas alíquotas de ISS de Mesquita, Silva Jardim, Rio das Ostras e São José do Vale do Rio Preto constituíam falha sanável, nos termos do item 7.13 do Edital.

A licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA. apresentou contrarrazões, pugnando pela manutenção integral da decisão que a declarou vencedora do certame.

Os autos foram instruídos com a manifestação técnica da Coordenação de Fiscalização e com o Relatório NULIC, posteriormente retificado pela Certidão id: 2170963, em razão de erro material constatado na conclusão originalmente lançada naquele Relatório.

É a síntese do processado.

Conforme relatado, a Coordenação de Fiscalização opinou pela rejeição das alegações da CEMAX quanto à inexequibilidade dos preços de uniformes, tendo em vista a variação de apenas 0,15% entre os valores totais das propostas das duas licitantes e a comprovada experiência operacional da RIO SHOP no mercado; e opinou pela rejeição da alegação de erro nas alíquotas de ISS, uma vez que os percentuais aplicados pela RIO SHOP para os municípios indicados correspondem ao correto enquadramento tributário no item 17.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003.

Quanto à TROPICAL, relatou-se que a licitante foi submetida a duas diligências para saneamento das quatro alíquotas de ISS apontadas como divergentes, tendo, na primeira oportunidade, apresentado planilha com majoração indevida do valor global ofertado, vedada pelo item 7.13 do Edital, e, na segunda oportunidade, mantido a divergência nas quatro alíquotas, conforme despacho conclusivo da área técnica, razão pela qual o Núcleo de Licitações opinou para que seja negado provimento aos recursos e pela manutenção da classificação e habilitação da RIO SHOP.

No que se refere ao recurso da CEMAX, os pontos suscitados foram enfrentados pela área técnica competente, não havendo, nos autos, elemento concreto apto a infirmar a exequibilidade da proposta da RIO SHOP ou a regularidade das alíquotas de ISSQN por ela aplicadas. A variação marginal entre os preços totais ofertados pelas duas licitantes, de 0,15%, não configura, por si só, causa de desclassificação, que toma por parâmetro o valor total da proposta e não itens isolados de sua composição.

No que se refere ao recurso da TROPICAL, muito embora as divergências apontadas nas quatro alíquotas de ISS constituíssem, em tese, falha sanável nos termos do item 7.13 do Edital, a licitante não logrou êxito em saná-las nas duas oportunidades processuais que lhe foram concedidas, tendo inclusive incorrido, na primeira delas, em majoração do valor global ofertado, conduta expressamente vedada pelo edital. A permanência do vício após o duplo saneamento oportunizado afasta o caráter de mera formalidade e não enseja direito subjetivo ao restabelecimento da classificação anteriormente obtida. Ainda, a recorrente pretende rediscutir a matéria que já foi apreciada em primeiro recurso, no Despacho Decisório 2091124.

Dessa forma, à vista dos elementos técnicos e fáticos relatados nos autos, não subsistem razões para a reforma da decisão que declarou a RIO SHOP SERVIÇOS LTDA vencedora do certame.

Ante o exposto, conheço dos recursos interpostos por CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e por TROPICAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., por serem tempestivos e no mérito NEGO PROVIMENTO a ambos os recursos, mantendo-se a classificação e a habilitação da licitante RIO SHOP SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 73.833.360/0001-48, como vencedora do Pregão Eletrônico nº 90004/2026;

Encaminhe-se ao Núcleo de Licitações para as providências.

FLÁVIO EDUARDO LETHIER RANGEL
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO

Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, **Subdefensor Público Geral de Gestão**, em 06/08/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2171241** e o código CRC **2F974946**.

Referência: Processo nº E-20/001.005056/2025